

**a**  
**ANPEGE**

---

Associação Nacional  
de Pós-Graduação e  
Pesquisa em Geografia

## // EQUIPE EDITORIAL

### **EDITORA**

Dra. María Franco García  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

### **SECRETARIA EXECUTIVA**

Maria Clara Multini Belchior  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP- Araraquara), Brasil

### **DIAGRAMADOR**

Fabício Trindade Ferreira

### **SUPORTE TÉCNICO**

Givaldo Ramos da Silva Filho  
Rafael Todescato Cavalheiro  
Suporte Open Journal Systems - Editora UFGD

### **CONSELHO EXECUTIVO**

Dr. Marco Antonio Mitidiero Júnior,  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil  
Dr. Carlos Alberto Feliciano  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP- Presidente Prudente), Brasil  
Dr. Jose Gilberto de Souza  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP- Rio Claro), Brasil

### **CONSELHO CIENTÍFICO**

Dr. Alessandro Gallo, Università Ca' Foscari di Venezia, Itália  
Dra. Ana Fani Alessandri Carlos, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Dr. Antonio Augusto Rossotto Ioris, University of Edinburgh, Scotland, Reino Unido  
Dr. Antônio Vázquez-Barquero, Universidad Autónoma de Madrid (UAM), Espanha  
Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Dra. Beatriz Ribeiro Soares, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil  
Dr. Charlei Aparecido da Silva, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Brasil  
Dra. Claudete Vitte, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil  
Dr. Cristián Ruiz Henríquez, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile  
Dra. Diana Lan, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN), Argentina  
Dra. Dirce Maria Antunes Suertegaray, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil  
Dr. Eduardo Salinas Chavez, Universidad de La Habana (UH), Cuba  
Dr. Eliseu Savério Spósito, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil  
Dr. Emerson Galvani, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas, Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil  
Dr. Everaldo Santos Melazzo, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil  
Dr. Federico Arenas Vazquez, Pontificia Universidad Católica de Chile (UC), Chile  
Dr. Hervé Théry, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Dr. João Lima Sant'Anna Netto, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil  
Dr. José Alberto Rio Fernandez, Universidade do Porto, Portugal  
Dr. José Borzacchiello da Silva, Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil  
Dr. José Gilberto de Souza, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil  
Dr. Luis Cruz Lima, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Brasil  
Dra. Lisandra Pereira Lamoso, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Brasil  
Dr. Marcelo Lopes de Souza, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil  
Dr. Márcio Antonio Cataia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil

Dr. Márcio Piñon de Oliveira, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil  
Dr. Marcos Aurelio Saquet, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Brasil  
Dra. Maria Encarnação Beltrão Spósito, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil  
Dra. Maria Geralda Almeida, Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil  
Dra. Maria Laura Silveira, Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina  
Dra. Maria Tereza Duarte Paes, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil  
Dr. Nelson Rego, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil  
Dr. Paulo César da Costa Gomes, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil  
Dr. Pedro Almeida Vasconcelos, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil  
Dr. Rogério Haesbaert da Costa, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil  
Dr. Ruy Moreira, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil  
Dr. Samuel do Carmo Lima, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil  
Dra. Sandra Elisa Contri Pitton, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil  
Dr. Sylvio Fausto Gil Filho, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil  
Dr. Tadeu Pereira Alencar Arrais, Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil

## // SUMÁRIO

006	<b>Editorial</b> María Franco García
007	<b>USOS E ABUSOS DA CATEGORIA TERRITÓRIO</b> Alexandrina Luz Conceição 10.5418/ra2021.v17i32.13582
022	<b>CIRCULAÇÃO, TRANSPORTES E CENTRALIDADE REGIONAL EM CHAPECÓ, SANTA CATARINA</b> João Henrique Zoehler Lemos, Lucas Azeredo Rodrigues 10.5418/ra2021.v17i32.13213
049	<b>ESCOLA, TERRITÓRIO E DESIGUALDADE: AMPLIANDO PERSPECTIVAS TEÓRICAS E AGENDAS DE PESQUISA</b> Eduardo Donizeti Giroto, João Victor Pavesi de Oliveira 10.5418/ra2021.v17i32.13053
065	<b>HEGEMONIAS TEMÁTICAS, CONCEITUAIS E DE ATORES DA GEOGRAFIA: O CASO DA REVISTA DA ANPEGE NO BRASILISTA DA ANPEGE NO BRASIL</b> Vagner André Morais Pinto, Joseli Maria Silva, Ivan Jairo Junckes 10.5418/ra2021.v17i32.12960
083	<b>ONDA DE TOXIDADE PELO USO DE AGROTÓXICOS: REFLEXOS DO NEOCOLONIALISMO EM DOURADOS, BONITO E BODOQUENA/MS</b> Verônica Maria Bezerra Guimarães, Regiane Elvira Riquena Barbosa da Paz 10.5418/ra2021.v17i32.11173
096	<b>OS MAPAS DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA: O TERRITÓRIO EM "MINIATURA" NA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1908 NO BRASIL</b> Wilma Guedes de Lucena 10.5418/ra2021.v17i32.11507
114	<b>RISCOS E VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS URBANOS: ESTADO DA ARTE EM EVENTOS CIENTÍFICOS NACIONAIS (2008-2019)</b> Francisco Jonh Lennon Tavares da Silva, Cláudia Maria Sabóia de Aquino 10.5418/ra2021.v17i32.12001
131	<b>VIOLÊNCIA E INSEGURANÇA OBJETIVA EM PEQUENAS CIDADES DE FAIXA DE FRONTEIRA: O CONTEXTO DO TRÁFICO ILEGAL NO NORTE DO ESTADO DO PARANÁ</b> Pedro Henrique Carnevalli Fernandes, Angela Maria Endlich 10.5418/ra2021.v17i32.11367
155	<b>Editorial</b> Joseli Maria Silva, , Maria das Graças Silva Nascimento Silva
157	<b>MUJERES ORGANIZADAS POR LA DEFENSA DE SU SISTEMA COMUNITARIO DE AGUA EN TECAMAC 2005-2006</b> María Verónica Ibarra García 10.5418/ra2021.v17i32.12485
173	<b>OCUPAÇÕES DE TERRAS URBANAS E DESIGUALDADES DE GÊNERO: A CARTOGRAFIA DA LUTA PELO LUGAR</b> Helena Rizzatti 10.5418/ra2021.v17i32.12475
195	<b>RUA, CORPOREIDADES E MULTIPLI-CIDADES: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE PELOTAS/RS</b> Talita Fernandes, Cláudia Luísa Zeferino Pires 10.5418/ra2021.v17i32.12465

217	<b>CORPO, ESPACIALIDADE E MATERNAGEM: TRILHAS PARA UMA GEOGRAFIA CORPORIFICADA</b> Anita Loureiro de Oliveira 10.5418/ra2021.v17i32.12472
244	<b>GEOGRAFIA BRASILEIRA, PODER, GÊNERO E PRESTÍGIO CIENTÍFICO</b> Tamires Regina Aguiar de Oliveira Cesar, Joseli Maria Silva 10.5418/ra2021.v17i32.12473
259	<b>O MAPA DA PESQUISA DE GÊNERO NA GEOGRAFIA BRASILEIRA (2010 A 2019): SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE</b> Paula Lindo 10.5418/ra2021.v17i32.12488
282	<b>CASA, MATERNIDADE E TRABALHO NO DISTANCIAMENTO SOCIAL: A "PANDEMIA" DA SOBRECARGA DE TRABALHO PARA AS MULHERES</b> Lorena Francisco de Souza, Luiza Helena Barreira Machado 10.5418/ra2021.v17i32.12467
309	<b>FEMINISMOS, PANDEMIA E TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE O COTIDIANO DE MULHERES NO BRASIL EM TEMPOS DE COVID-19</b> Carmem Lúcia Costa 10.5418/ra2021.v17i32.12476
325	<b>O LUGAR POLÍTICO DAS MULHERES: FEMINISMO, POSSIBILIDADES E CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA</b> Gleys lally Ramos 10.5418/ra2021.v17i32.12477
351	<b>A PRÁXIS COLETIVA DO FEMINISMO NEGRO NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE</b> Bruna Lúcia dos Santos 10.5418/ra2021.v17i32.12474
367	<b>VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS EM CAMPINAS-SP: O PARADOXO ENTRE A LÓGICA ESPACIAL MASCULINA E A EXPERIÊNCIA FEMININA</b> Maria Júlia Buck Rossetto 10.5418/ra2021.v17i32.12461
386	<b>NEGLIGÊNCIA INFANTIL, VIOLÊNCIAS, RELACIONAMENTOS DESTRUTIVOS E ENCARCERAMENTO FEMININO: UMA ANÁLISE DE GÊNERO</b> Hellen Virginia da Silva Alves, Maria Madalena Lemes Mendes Moreira, Maria das Graças Silva Nascimento Silva 10.5418/ra2021.v17i32.12469
409	<b>A GEOGRAFIA AINDA ESTÁ NO ARMÁRIO? SILÊNCIOS E NATURALIZAÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR</b> Cláudia Maliszewski Escouto, Ivaine Maria Tonini 10.5418/ra2021.v17i32.12445
429	<b>LA CONFIGURACIÓN DE NECROESPACIALIDADES VIVENCIADAS POR ADOLESCENTES VARONES IMPLICADOS CON EL NARCOTRÁFICO EN LAS PERIFERIAS POBRES DEL GRAN BUENOS AIRES, ARGENTINA</b> Heder Leandro Rocha, Diana Lan 10.5418/ra2021.v17i32.12499

## Resenha

446	<b>PLANIFICACIÓN REGIONAL Y ORDENACIÓN TERRITORIAL</b> Eduardo Salinas Chavez
-----	--

## Editorial

**María Franco García - Editora REVANPEGE**

Dedicamos este número as trabalhadoras e trabalhadores  
do Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil

Mais uma vez, temos a oportunidade de apresentar-lhes, à todas e todos os leitores da Revanpege, um novo número da nossa revista. Trata-se do primeiro do número, do que serão publicados no ano de 2021 e, com ele, inauguramos um novo volume que, representa também um novo ciclo. Esperamos que o ano que se inicia seja para a comunidade científica, e particularmente para a comunidade geográfica, uma jornada de reflexão crítica do nosso tempo e das nossas responsabilidades como acadêmicos, pesquisadores e cidadãos brasileiros. A produção de conhecimento geográfico mostrou-se com muita boa saúde no ano que passou, haja vista, a quantidade de artigos submetidos durante os doze meses que se passaram na plataforma de esta revista. Houve uma enorme quantidade de publicações nos números dos periódicos da nossa área durante esse tempo, igualmente a quantidade de defesas de trabalhos de pesquisa na pós-graduação em Geografia no país e, a volumosa presença do debate geográfico no mundo das lives virtuais e remotas. Parece-nos que essa métrica aproximada é sintomática da necessidade de reflexão e, especialmente, de respostas racionais aos problemas/questões espaciais nacionais, no âmbito excepcional causado pela pandemia mundial do COVID-19. A ano de 2021 tem que gozar, novamente, de boa saúde nos resultados de produtividade científica, porém devemos fazer muito mais. A saúde tem que ocupar de novo a centralidade da vida social. Mas só será possível se, a preservação desta for seriamente tratada como um direito humano universal, e não apenas mais um privilégio de poucos ou uma pauta econômica. Neste momento, o processo de vacinação da população brasileira contra o coronavírus já está iniciado. A polêmica gerada entorno, demonstra, entre outras coisas, os descasos governamentais e as contradições políticas que dão forma histórico-espacial ao país. Mostra também a estrutura classista, racializada e sexista da nossa sociedade e a desigualdades intra-regionais do território nacional. Porém mostra, contudo, a força e determinação de um povo que demanda respeito, dignidade e democracia. Publicar mais um número da Revanpege em condições pandêmicas, é nossa forma de reafirmar-nos como autores, editores, avaliadores, revisores e diagramadores nessa demanda coletiva e nesse projeto de país.

Como nos números anteriores, o atual está organizado em duas seções. A primeira abarca a diversidade temática dos artigos recebidos no fluxo contínuo da revista e, na segunda parte, publicamos a seção temática intitulada Geografias Feministas, editada por Joseli Maria da Silva e Maria das Graças Silva Nascimento Silva.

**À ambas, agradecemos o laborioso processo de edição e parabenizamos pelo resultado.  
Boas leituras!**

# **USOS E ABUSOS DA CATEGORIA TERRITÓRIO**

**THE USAGE AND ILL-USE OF THE CATEGORY TERRITORY**

**USOS Y ABUSOS DE LA CATEGORÍA TERRITORIO**

## RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir a importância da teoria epistemológica nos estudos geográficos. Ao constatar a banalização do uso e abuso das categorias analíticas, estas têm sido conduzidas como camisa de força na pesquisa/teórica/empírica. Refletimos sobre a dimensão filosófica das categorias espaço e território pelo destaque que estas tem assumido nas Pesquisas de Iniciação Científica, Dissertações e/ou Teses. Para evitar digressões epistemológicas, remeto a nossa análise ao contexto de quando a categoria território surgiu nos debates na geografia no Brasil, como “urgência” em substituição a categoria espaço. Assumimos a concepção materialista histórica dialética como opção teórica metodológica no desenvolvimento da nossa análise.

Palavras-chave: Território. Espaço. Epistemologia. Ontologia. Método.

## ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss the importance of epistemological theory in geographic studies. When verifying the trivialization of the use and abuse of the analytical categories, these have been conducted as a straitjacket in the research/theoretical/empirical. We reflected on the philosophical dimension of the categories space and territory due to the prominence that these have assumed in Scientific Initiation Research, Dissertations and/or Theses. To avoid epistemological digressions, I refer our analysis to the context of when the category territory appeared in debates in geography in Brazil, as “urgency” in substitution for the category/space. We assume the dialectical historical materialist conception as a methodological theoretical option in the development of our analysis.

Keywords: Territory. Space. Epistemology. Ontology. Method.

## RESUMEN

El objetivo de este artículo es discutir la importancia de la teoría-epistemológica en los estudios geográficos, ante la constatación de la banalización del uso y abuso de las categorías analíticas que han sido conducidas como camisa de fuerza en la investigación/teórica/empírica. Reflexionamos sobre la dimensión filosófica de los conceptos/categorías espacio y territorio por la importancia que han asumido en las investigaciones de iniciación científica, tesis de maestría y doctorado. Para evitar digresiones epistemológicas el análisis se remite al contexto del surgimiento de la categoría territorio en los debates de la geografía en Brasil como “urgencia”, en sustitución de la categoría espacio. Asumimos la concepción materialista histórico-dialéctica como opción teórico-metodológica en el desarrollo del análisis.

Palabras claves: Territorio. Espacio. Epistemología. Ontología. Método.

## Introdução

### Questão Preliminar

A nossa reflexão sobre a temática anunciada: “Usos e Abusos da categoria território”, tem como convergência a intensa utilização dessa categoria nas pesquisas empíricas geográficas, colocando-a em uma camisa de força. Em geral, na maioria dos cursos de geografia, seja de graduação e/ou de pós-graduação, território é posto como “categoria” analítica “obrigatória” para qualquer pesquisa geográfica. O que temos verificado, em geral, em Projetos de Iniciação Científica, Dissertações e/ou Teses, é que nos primeiros capítulos são tratadas as definições dos conceitos/categorias como “obrigatoriedade” para dar conta de um (seu) objeto de pesquisa.

Pensar é perigoso.  
Não pensar é mais perigoso ainda...  
Hanna Arendt

### Iniciando a Reflexão

A epistemologia (teoria do conhecimento) reflete a origem, a estrutura, os métodos e a validade do conhecimento. Estuda o grau de certeza do conhecimento científico – com a intenção de afastar a subjetividade e garantir a objetividade, como garantia da certeza do conhecimento, na relação direta entre o Sujeito do conhecimento (o Ser) e a realidade que o cerca (relação entre o Ser e o Fazer). A relação que se estabelece entre o sujeito (o SER que pesquisa, e o SER pesquisado), como também, o objeto da pesquisa, é a REALIDADE analisada.

A primeira impostura teórica epistemológica que se tem observado é definir-se a categoria geográfica, seja: território, espaçoso, lugar, paisagem, região etc, como objetos de pesquisa, anterior à definição da problemática a ser analisada. Entende-se que o objeto é a realidade a ser refletida e analisada. É a realidade que define a categoria analítica e não o contrário. Nessa dimensão é que se deve apreender as categorias e os conceitos geográficos, para que se possa colocar em discussão as bases da ciência, no nosso caso, a geografia e a sua episteme, em diálogo com a filosofia.

Temos duas dimensões filosóficas do conhecimento. A primeira é a capacidade de conhecer (gnosiológica); a segunda, a validação do que se conhece - episteme. Na dimensão gnosiológica é imprescindível ter a clareza da teoria - a epistemologia, e o método filosófico que iremos nos debruçar para pensar. Sempre chamo atenção da necessidade de que pensar o pensamento exige matrizes básicas para a sustentação da teoria que possa explicar a realidade que queremos entender. As categorias são fundamentais para o conhecimento da realidade. Os conceitos correspondem ao conteúdo significativo ao qual pode-se aferir ao objeto. Logo, conceito é determinado pelo objeto, portanto, o conceito indica a representação do objeto pelo pensamento, enquanto que as categorias (filosóficas) determinam os conteúdos conceituais e se sobrepõem por possuírem universalidade. A universalidade é a síntese dos muitos finitos no infinito. Singular, particular e universal são categorias para o entendimento do ser no mundo - o entendimento do real. A totalidade congrega o singular, o particular e o universal.

O primeiro pressuposto da teoria é a categoria do universal; o segundo pressuposto é o conceito (descrição teórica/prática – muitas vezes compreendida como definição). Categorias e conceitos só se expressam coerentemente a partir de uma teoria e método. O método é compreendido no contexto de seus princípios, de teorias das quais as categorias e os conceitos são elucidados como formas do ser social, sendo uma escolha individual de cada

pesquisador (sujeito do real pesquisado), determinada pela realidade objetiva, do próprio pesquisador, o que elimina qualquer possibilidade de neutralidade, lembrando que é o sujeito que age e faz parte da ação materialmente abstraída do pensar.

Logo, o que penso, na compreensão da lógica dialética, é o que vivo. Eu sou o sujeito e o objeto do meu pensar. Não se trata de uma escolha fora do real (neutra), de um sujeito uno – indivíduo, ao relacionar-se com outros indivíduos. Nenhum ser é uma ilha. Ao se relacionarem, pelo trabalho, os homens tornam-se seres sociais, que se movem e possibilitam a transformação do mundo. Nesse sentido, ao desenvolvermos nossas pesquisas, estamos assumindo posturas históricas determinantes e determinadas, das múltiplas determinações possíveis.

A perspectiva que assumimos na escolha do método implica também a escolha posicional do sujeito da pesquisa sobre o que se estuda, ou seja, a sua postura na realidade vivida. Conforme a realidade questionada, define-se no processo o método e a escolha categorial. Espaço, paisagem, lugar, território, região, são considerados categorias ou conceitos conforme a projeção do real concreto, envolvem a perspectiva da concepção de sociedade do pesquisador. É nesse contexto que podemos observar os usos e abusos da categoria território sem, contudo, perder de vista a dimensão do contexto histórico em que subsume o arcabouço teórico que a sustenta.

## **Reflexões na apreensão das categorias/conceitos na Geografia.**

Na leitura de Roberto Lobato Correa (2011), os conceitos/categorias geográficas alteram-se conforme as mudanças paradigmáticas. Entendendo paradigma como um “conjunto de ações intelectuais que possibilitam estabelecer uma dada inteligibilidade à realidade, com base em conexões de ideias de natureza descritiva, explicativa, normativa, preditiva ou compreensiva” (p. 60). Cita-se aqui algumas Matrizes das ciências sociais e humanas que alteram a dimensão das relações entre o sujeito e o objeto do conhecimento: fenomenologia, hermenêutica, estruturalismo, semiótica, pós-estruturalismo.

Nesse viés, o entendimento do uso das categorias e conceitos tem sido consequentemente uma leitura quase hegemônica da historiografia geográfica, sendo bastante enfatizada nos estudos geográficos como conceitos e/ou categorias substituídas a cada período histórico, chegando-se à banalização da teoria ao se afirmar que houve e há uma “evolução” do pensamento geográfico, sendo as “categorias geográficas” assumidas a cada período histórico geográfico sem determinar o que muda no campo epistemológico para tais substituições, concorrendo mais como um modismo semântico, do que uma ruptura ou derivação epistemológica.

Nessa direção, a categoria região “foi” substituída pela categoria espaço, e esta por território. Infelizmente, a banalização da teoria faz eco à utilização ideológica e doutrinária que favorece o esvaziamento do debate teórico, na geografia brasileira, trazendo o empobrecimento de conteúdos e consequentemente do fazer avançar e transformar a realidade.

Até os anos de 1970 – “região” – foi o conceito basilar dos estudos geográficos, fundamentada na concepção de espaço fixo – absoluto (kantiano). Região possibilista, na leitura geopolítica (espaço natural+ heartland), sob o postulado filosófico da razão pura – a priori. E a partir dos anos de 1970 o conceito de espaço é assumido da lógica dos conflitos dos processos urbanos sob o capitalismo, e quase nunca das contradições.

Conforme François Dosse (2007), a geografia foi a última das ciências humanas sociais a ser influenciada pelo estruturalismo, através dos filósofos Louis Althusser e Michael Foucault (este, à partir da equipe da Revista Hérodote). Na leitura de Dosse, a referência epistemológica de Yves Lacoste para repensar ou pensar o espaço foi de Louis Althusser. Para Dosse, o que os geógrafos buscavam era a definição do objeto da geografia.

A geografia está então mergulhada num longo sono, surda para uma interrogação que a deveria ter acordado do seu torpor, e muda em tempos particularmente loquazes. Essa longa ausência tem alguns fundamentos. Em primeiro lugar, a disciplina geográfica continua a se definir, nos anos 60, como uma ciência das relações entre a natureza e a cultura, entre os elementos da geomorfologia, da climatologia, etc., e aqueles que decorrem da valorização humana das condições naturais. A esse respeito, a ambição estruturalista de fundar as ciências do homem exclusivamente sobre a cultura, modelada pelas regras da linguagem, é percebida como algo de estranho à preocupação do geógrafo que, pelo contrário, baseia a unidade da sua disciplina na correlação entre os dois níveis da natureza e da cultura. (Dosse, 2007, p. 383-384).

Em 1979, um grupo de jovens geógrafos - entre estes Milton Santos - da ENSET (Ecole Normale Supérieure de L'enseignement Technique), contestadores da geografia pragmática, escrevem um Manifesto, cuja orientação era a de inscrever a geografia no campo das ciências sociais por meio do aprofundamento da noção de espaço social, convertida em pedra angular do empreendimento, afirmando: "Queremos que o estudo do tempo social e do espaço social participe em seu legítimo lugar, no movimento contemporâneo das ciências humanas" (ibidem, p. 394).

A visão crítica da Geografia rompe com a concepção de tempo absoluto, estático separado do conceito de espaço, da visão de estabilidade e passa a conceber o tempo em espiral. Essa concepção permite aos geógrafos, na década de 1970, propor uma nova concepção geográfica de espaço indissociável do tempo. Na reflexão de Milton Santos (1980), o espaço é acumulação desigual de tempos. Espaço e tempo são categorias indissociáveis, permitindo uma reflexão sobre espaço como coexistência de tempos. Dessa forma, num mesmo espaço coabitam tempos diferentes, tempos tecnológicos e ritmos diferentes e coexistências nos lugares. Espaço(s) geográfico(s) complexo(s) carregado(s) de heranças e de novas possibilidades - o espaço é um produto histórico.

Ao escrever o livro *Por Uma Geografia Nova* (1980), a preocupação de Milton Santos é compreender o espaço como objeto de estudo dos geógrafos, cabendo a estes romperem com o seu aprisionamento. Partindo do questionamento: que objeto é este?, considera o referido autor que o objeto da geografia é a própria realidade social. Trata-se de encarar o espaço como ele é: espaço como um fato social, um fator social e uma instância social. O espaço resultado objetivo da interação de múltiplas variáveis, através da história. Território é a base material, que "em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico" (SANTOS, 1980, p.247). Nesse contexto, a análise se processa a partir da categoria de território usado, sinônimo de espaço geográfico.

Na concepção de Milton Santos, sem levar em conta a dimensão temporal é difícil conceber o espaço tal como ele é. "A realidade é uma totalidade em permanente movimento e mudança (SANTOS, 1980:117)". Espaço total e não uma manifestação local. O homem está continuamente escrevendo sua História: a história do trabalho produtivo é a história do espaço. O espaço geográfico é produzido pelas ações dos homens em todas as escalas, das simples às mais complexas: do lugar ao mundo, do mundo ao lugar, em uma rede de conexões identificadas em fixos e no movimento crescente, cada vez mais volátil. O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço. A produção supõe uma intermediação entre o homem e a natureza através das técnicas e dos instrumentos de trabalho. É através da técnica que se deve buscar o ponto de partida para a análise das mudanças sociais (SANTOS, 2002).

Abre-se aqui um parêntese para destacar que vários estudos têm se dedicado à análise da obra do Prof. Milton Santos devido à densidade analítica na sua contribuição teórico epistemológica à ciência geográfica. Sobre esse debate, o livro de Antônio Carlos R. Moraes. *Território na Geografia de Milton Santos* reflete o uso do conceito de território na teoria da geografia de Milton Santos. Considera Moraes (2013), que o percurso do pensamento miltoniano é marcado em rupturas metodológicas e reformulações teóricas, em diferentes períodos, ao longo do desenvolvimento da produção intelectual do autor. Nesse percurso, Milton Santos privilegia categorias analíticas sustentadas nas suas escolhas eletivas que envolvem as conjunturas vivenciadas, acompanhando o movimento real da história. Isso

explicita os porquês da centralidade da categoria espaço nos seus escritos entre 1970 a 1980, sendo que, a partir de 1990, o conceito de território vai assumindo a importância em suas reflexões.

No texto *O Retorno do Território* (1998), Milton Santos afirma:

Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro. (SANTOS, 1998, p. 15).

Conforme Milton Santos, “O Território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo o moldava. “Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território” (1998, p.15). Ou seja, retornar a noção de espaço banal, do território de todos. “Mas, quem produz, quem comanda, quem disciplina, quem normaliza, quem impõe uma racionalidade às redes é o Mundo. Esse mundo é o do mercado universal e dos governos mundiais” (ibid, p. 18).

Sócrates Menezes (2017), ao refletir sobre *O Destino da Crítica Geográfica e a Dialética da Produção Social do Espaço*, pontua criticamente a concepção miltoniana de espaço, a qual pode-se arguir, também, o conceito de território (na nossa leitura). É lícito observar, conforme Menezes que,

A ‘universalização da empiria’ trazida por Milton Santos reflete muito o monstruoso desenvolvimento do capital orgânico geral materializado pela técnica e seus objetos de um mundo que, enfim, conseguiu supostamente ‘concretizar a metafísica’ [...] Nessas condições, o espaço é onde se encerra o trabalho, não no sentido de seu desaparecimento absoluto, mas de sua negatividade dialeticamente contraditória e perturbadora [...] tanto o trabalho, como o espaço, contraditoriamente unidos, apresentam seus limites históricos à reprodução sociometabólica do capital”. (MENEZES, 2019, p.79-80).

Ao analisar os processos urbanos no capitalismo, David Harvey busca refletir sobre o conceito de espaço geográfico, no entendimento da teoria tripartite: espaço absoluto, espaço relativo, espaço relacional; em conjunção à divisão tripartite de Henri Lefebvre do espaço experimentado, conceitualizado e vivido. Na leitura de Harvey, o espaço absoluto é fixo, socialmente é o espaço da propriedade privada de outras entidades territoriais delimitadas. O espaço é relativo em dois sentidos: “de que há múltiplas geometrias que podemos escolher e de que o quadro espacial depende estritamente daquilo que está sendo relativizado e por quem” (HARVEY, 2012, p. 11). É o espaço das relações definido pelos territórios limitados no espaço absoluto e no espaço relacional. Espaço-tempo implica na ideia de relações internas. Os três conceitos estão em tensão dialética um com o outro, em constantes interações que travam entre si. Deter-se ao espaço relacional e ao vivido desconsiderando o material e o absoluto pode ser enganador, limitante e mistificador. A única estratégia que realmente funciona é manter a tensão em movimento dialético.

A noção relacional do espaço-tempo implica a ideia de relações internas; influências externas são internalizadas em processos ou coisas específicas através do tempo (do mesmo modo que minha mente absorve todo tipo de informação e estímulos externos para dar lugar a padrões estranhos de pensamento, incluindo tanto sonhos e fantasias quanto tentativas de cálculo racional. (Ibidem. p.12).

## Uma pausa necessária: a “crise” bate na porta dos geógrafos

O avançar da crise estrutural do capital, nos últimos anos de noventa, traz no seu bojo a leitura do fim da história (Francis Fukuyama) e fim do trabalho (André Gorz) e a consequente defesa do fim da sociedade do trabalho, sinalizando o fim das categorias universais das relações sociais de produção e das forças produtivas: trabalho assalariado versus capital. O Estado é retirado de cena e o território, até o momento compreendido hegemonicamente como superfície terrestre, passa a ser colocado como categoria central – ou conceito central na leitura geográfica.

A categoria espaço, fundamentada na leitura marxista, é escorraçada. A “Geografia Crítica” sofrerá severa crítica, com forte viés ideológico, sustentada no discurso de que esta defendia o reducionismo economicista e a negação da subjetividade, o que resultou na defesa de mudança de paradigma que desse conta da dimensão do indivíduo, na dimensão de particularidade como categoria analítica, negando-se o constructo filosófico da categoria universalidade e, conseqüentemente, da categoria totalidade. Nesse viés as contradições são retiradas de cena.

Nesse contexto, a leitura de Michael Foucault é trazida no entendimento de micro poder. A leitura foucaultiana de micro poder emerge em um “mix” do Foucault estruturalista e pós-estruturalista nos fundamentos epistemológicos do conceito de território. Ao se assumir a crítica endossada na ênfase das práticas discursivas do saber e poder de Foucault, com forte antropologização das relações dos sujeitos, muitos terminam aprisionados ao discurso no qual emerge o homem desistoricizado, dissocializado, internalizado e aprisionado.

É importante ressaltar, conforme Mavi Rodrigues,

Em determinada fase Foucault aparece como o arauto do estruturalismo para logo em seguida vociferar contra ele; intitula o que faz de arqueologia para depois afirmá-la como genealogia: utiliza à exaustão determinada categoria para abandoná-la num momento posterior; apaixonasse por determinado autor para na seqüência descartá-lo. E como se não bastasse tudo isto, o filósofo francês gostava de confundir, de jogar com as palavras. (2006, p. 107).

As alterações dos paradigmas postos e impostos como necessários vêm se constituir na Pós-Modernidade como alicerce do neoliberalismo, o modelo de sociedade. Nesse bojo, é preciso lembrar que o conceito de cultura surge, para alguns, como camisa de força contra as determinações de luta de classe e o entendimento da crítica aos determinantes hegemônicos, em lugar de se discutir as determinações do movimento contraditório do real. Determinantes econômicos substituíram a leitura teórica das múltiplas determinações dialéticas. Dessa forma, a categoria da universalidade e da totalidade são reduzidas à compreensão de um conceito aprisionado a particularidade.

Entendo que este contexto histórico possibilitou muitas “mazelas” que têm custado muito caro aos estudos geográficos, inclusive a despolitização dos conteúdos, portanto a despolitização dos geógrafos e suas institucionalidades. Inicia-se um debate que, antes de fazer avançar saltos de qualidade, considero que se dá uma forte disputa de poder institucional o que é resguardado pela própria disputa ideológica.

A partir de então vários estudos serão tecidos para trazer o conceito de território como categoria analítica central da geografia. Conceitos esses que se apoiam em diferentes métodos analíticos e diversas teorias.

É importante observar que, para Antônio Carlos Robert de Moraes (2002), falar de territórios é falar principalmente dos espaços de exercício do poder estatal. É preciso destacar que, para este autor, o entendimento do território só pode ser analisado como processo histórico envolvendo sobremaneira a ação do Estado na organização do espaço, como regulador e defensor da classe hegemônica. O território é “resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço, o qual só pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento” (MORAES, 2002, p. 63).

Ao analisar o processo de formação territorial brasileiro na sua colonização, Moraes (2011) o inscreve como um território marcado pela produção econômica, para fins de lucratividade do capital mercantil, através da apropriação da natureza e da exploração do trabalho que definem um novo valor no espaço.

Na leitura de Claude Raffestin (1993), o espaço é anterior ao território. O território é o espaço apropriado por uma relação de poder. O território pode manifestar-se em múltiplas escalas, políticas, sociais, econômicas, etc, não possuindo necessariamente um caráter polícticocultural. Raffestin entende que a territorialidade é um conjunto de relações (pertencimento) dos homens, enquanto coletividade - a relação com o território é uma relação que mediatiza as relações com os homens. O processo da dinâmica social (territorialização) e multiescalaridade da territorialidade é considerado a partir de pelo menos três elementos basilares que comparecem, implícita ou explicitamente: a flexibilidade, a descontinuidade e a superposição que são noções que compõem o conteúdo da multiescalaridade, concebidas através do movimento tempo-espaço conjugados.

Para Raffestein, a noção de flexibilidade é fundamental para pensar a construção de territórios no movimento da descontinuidade, confrontando com a concepção clássica, dos territórios/zonas, sustentada no pressuposto da contiguidade espacial.

Na afirmação de Saquet:

O desenvolvimento territorial não pode ser burocrático e centralizado, político institucional, partidário e mascarado. Precisa ser construído participativamente, reconhecendo-se os diferentes sujeitos, os distintos interesses, os anseios, os sonhos, as necessidades; os tempos e os territórios; as temporalidades, as territorialidades e a conquista de autonomia. (SAQUET, 2007, p. 177).

Marcos Aurélio Saquet e Rogério Haesbaert fazem parte de um conjunto de geógrafos/geógrafas que têm reafirmado suas concepções nas leituras pós-estruturalistas/pós-modernas. Na leitura pós-estruturalista, a escrita é resultado de uma articulação linguística (jogo) marcada pela indeterminação e pela ambiguidade. Assim não existem fatos, um significado fixo, universal, absoluto, ou uma interpretação única. O texto só se torna completo se o desconstruirmos - por trazerem diferentes significados. São, portanto, ambíguos; não tem apenas uma interpretação. O princípio da indeterminação impede a possibilidade de qualquer verdade absoluta, há infinitas interpretações.

Nesse direcionamento destaco a análise de Rogério Haesbaert (2004), devido ao volume e intensidade de usos e abusos de referenciais, sobre sua análise, nos textos de diversos geógrafos e geógrafas; trata-se de uma preocupação semântica em nominar os conceitos nucleadores de sua análise. Rogério Haesbaert, na busca de negar o fim do território, desconstruindo o discurso do "Mito da Desterritorialização" sustentado na leitura do princípio da indeterminação e das infinitas interpretações defende que antes de representar o fim do território, a desterritorialização é a grande questão da atualidade.

Mais do que isto: o que está dominando é a complexidade das reterritorializações, numa multiplicidade de territorialidades nunca antes vista, dos limites mais fechados e fixos da guetoificação e dos neoterritorialismo aos mais flexíveis e efêmeros territórios-redes ou "multiterritórios da globalização. [...] Na verdade, seria mais correto afirmar que o grande dilema deste novo século será o da desialdade entre as múltiplas velocidades, ritmos e níveis de des-re-territorialização. (HAESBAERT, 2004, p. 372).

É importante observar que os fundamentos teóricos que deram substância onto-epistemológica aos conceitos de território, desterritorialização, reterritorialização e multiterritorialidades são justificados pelo autor, nas concepções de Giles Deleuze e Felix Guatari, autores pós-estruturalistas/pós-modernos. É interessante observar que há o acatamento desses conceitos como categorias determinantes nas leituras de diversos geógrafos/geógrafas, até mesmos em auto-identificados como marxistas.

No livro O Mito da Desterritorialização, Haesbaert apresenta os porquês de e como assume os conceitos de território - desterritorialização e reterritorialização. Destaco sua observação na página 98 desse livro, no final do segundo capítulo, ao justificar sua escolha dos

referentes autores na construção do conceito de território - no e pelo movimento. Segundo este autor, a sua escolha recai nas “propostas inovadoras de território e de desterritorialização na filosofia de Deleuze e Guatari, apesar das restrições que fazemos à sua fundamentação pós-estruturalista e às vezes excessiva abrangência de suas conceituações [...]” (HAESBAERT, 2004, 98).

No Capítulo 3 do referente livro, Haesbaert reconhece a importância de Deleuze e Guatari como os teóricos da des-territorialização, tanto no sentido onto-epistemológico, quanto axiológico, chamando atenção para a ausência das reflexões desses filósofos na geografia. Ao inscrever os conceitos em alusão na abordagem geográfica, afirma que: “Embora a concepção de desterritorialização seja central na obra de Deleuze e Guatartari, nenhum dos geógrafos que trataram destes autores concentra sua análise neste debate” (2004, p, 108). Tendo como referencial a concepção de movimento de relações múltiplas, coexistentes e complementares, em multiplicidades de acontecimentos e agenciamentos (partes conectadas), afirmam que “não há História nem devir (criação) possível sem esses encontros, sem esses agenciamentos” (p.117).

Sustenta-se Haesbert, nos escritos de Giles Deleuze e Félix Guattari de que: “Todo agenciamento é, em primeiro lugar, territorial. A primeira regra concreta dos agenciamentos é descobrir a territorialidade [...] O território cria o agenciamento. O território excede ao mesmo tempo o organismo e o meio, e a relação entre ambos [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, 218; apud HAESBERT, 2004, p. 122). Os agenciamentos são moldados nos movimentos concomitantes de territorialização e desterritorialização. Haesbaert ressalta que o conceito de território dos autores é extremamente amplo. Para os autores: “Muito mais do que uma coisa ou objeto, o território é um ato, uma ação, uma relação, um movimento (de territorialização e desterritorialização), um ritmo, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle.” (ibid, p. 127). Em toda a caminhada da sua reflexão, Haesbaert frisa a importância de se entender o conceito de territorialização e de reterritorialização, o qual ocorre em movimento concomitante, fundamentado principalmente nas reflexões analíticas dos referentes filósofos de Deleuze e Guattari e que permite desconstruir leituras de geógrafos e geógrafas pelo uso e abuso da categoria, conceito território a partir de Haesbaert. Em geral, para os autores, conforme Haesbert, os movimentos de territorialização e de reterritorialização são definidos como deslocamentos (em grau de intensidade - velocidades), como movimentos mecânicos sobre um estrato, um plano fechado e fixo.

É importante salientar que o conceito de território para Haesbert não se limita à definição desses referentes autores. Estes lhes dão a sustentação das suas abordagens conceituais para entender a raiz do conceito de desterritorialização. Sua análise também tem como suporte os estudos de Henri Lefebvre, Jean-François Lyotard, Anthony Giddens e Michael Foucault, entre outros. Suas reflexões pautam-se no debate teórico-filosófico e político-ideológico sobre a modernidade/pós-modernidade em suas múltiplas perspectivas. A coesão analítica nos escritos de Haesbaert é no todo costurada aos fundamentos epistemológicos dos conceitos de identidade e relações de poder. Os conceitos de Espaço e Poder expressam a centralidade da sua discussão nos meandros da geografia.

## Uma reflexão crítica marxiana da categoria território

As categorias são formas de ser, determinações da existência

Karl Marx

Destarte, na nossa leitura o conceito de território, a partir da dimensão das categorias autonomia e liberdade, aproxima-se da concepção hegeliana dos conceitos de Propriedade Privada e de Liberdade. Em Hegel, a propriedade privada constitui-se expressão de liberdade do indivíduo, em sua forma acabada e efetiva. É no plano da liberdade que “a propriedade tem a sua primeira existência, o seu fim essencial para si” (HEGEL, 2000, p.47).

Mediante a propriedade, a pessoa exerce a vontade livre e absoluta sobre a coisa. Porém, observa Hegel, a propriedade no que tem de existência e extrinsecidade não se limita apenas a uma coisa, mas também a vontade, e é estabelecida pelo contrato:

A mediação da vontade consiste em, por um lado, abandonar uma propriedade (quer dizer: uma propriedade individual) e, por outro lado, aceitar uma propriedade da mesma natureza (que, portanto, pertence a outrem) e sobre isso a condição de coincidência entre uma volição que só se manifesta quando outra volição está presente como contrapartida. (HEGEL, 2000, p.71).

Mediação estabelecida por vontade própria de forma independente de cada qual, sendo o contrato produto do livre-arbítrio. O que difere da concepção marxiana. No livro *Miséria da Filosofia* (1990), Marx faz o seguinte apelo: “Meus senhores, não se deixem iludir pela palavra abstracta liberdade. Liberdade de quem? Não é a liberdade de um simples indivíduo em presença de um outro indivíduo. É a liberdade que o capital tem de esmagar o trabalhador” (p. 239).

Como argumenta Marx em contraposição à definição de Proudhon de propriedade: “Querer dar uma definição de propriedade como se fosse uma relação independente, uma categoria à parte, uma ideia abstracta e eterna, apenas poderia ser uma ilusão de metafísica ou de jurisprudência”. (MARX, 1990, p 170). Essa incapacidade o torna incapaz de compreender a origem econômica da renda e da propriedade. A origem da propriedade nada tem de místico e de misterioso, mas mantém uma estreita relação entre a produção e a distribuição e dos instrumentos de produção. A desigualdade é um momento da não liberdade.

Na concepção lukasiana, a liberdade só tem validade plena na esfera do trabalho, fora do ser social não há liberdade. Conforme Karl Marx, a propriedade privada é o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, a apropriação do objeto aparece como estranhamento (*Entfremdung*). Quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pobre ele se torna e menos pode possuir, e tanto mais fica sob o domínio do capital. O trabalhador produz o capital, e o capital produz o trabalhador. Ambos capital e trabalho são estranhos entre si. A apropriação aparece como estranhamento, como exteriorização. A propriedade aparece como fundamento, razão, consequência de trabalho exteriorizado. O trabalho não pertence ao seu ser. O trabalhador nega-se no seu trabalho, ele não se afirma em seu trabalho, mas nega-se nele. Ao se afrontar no ato de sua produção, há o estranhamento do seu trabalho.

A propriedade é a expressão material do trabalho exteriorizado: “Através do trabalho estranhado, exteriorizado o trabalhador engendra, portanto, a relação de alguém estranho ao trabalho – do homem situado fora dele – com este trabalho” (MARX, 2008, p.87). Quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeitet*) tanto mais poderoso, alheio se torna o mundo que ele cria (*fremd*) diante de si. O seu mundo interior se torna mais pobre tanto menos pertence a si mesmo. O estranhamento-de-si é também a relação com a relação que sente com o mundo exterior sensível. A relação com a sua atividade do trabalho, atividade que não lhe pertence, que lhe é estranha.

Para o marxismo, não há uma ciência autônoma, mas somente uma ciência histórico-dialética, que pressupõe o conhecimento da sociedade como totalidade, e não do ponto de vista do indivíduo. “[...] O ponto de vista do indivíduo não pode levar a nenhuma totalidade, quando muito, pode levar a aspectos de um domínio parcial, mas na maioria das vezes somente a algo fragmentário. [...] a ‘fatos’ desconexos ou a leis parciais abstratas” (LUKACS, 2003, p. 106 e 107). A concepção dialética da totalidade é a única forma de compreender a realidade como devir social.

[...] as determinações reflexivas das formas fetichistas de objetividade têm por função justamente fazer aparecer os fenômenos da sociedade capitalista como essências supra-históricas. O conhecimento da verdadeira objetividade de um fenômeno o conhecimento de seu caráter histórico e o conhecimento de sua função real na totalidade social formam, portanto, um ato indiviso do conhecimento. Essa unidade é quebrada pelo método pseudocientífico. (LUKACS, 2003, p. 86).

## A categoria totalidade como fundamento para o repensar a categoria território

Compreende-se território a partir da concepção crítica marxista, fundamentado na teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Ao refletirmos as relações sociais de produção, o território não se configura como uma relação individualizada, de pertencimento, de autonomia de sujeitos isolados, mas enquanto categoria de universalidade e totalidade. A categoria totalidade não reduz seus elementos a uma uniformidade diferenciada, a uma identidade - nada é isolado. Isolar um fato, um fenômeno é privá-lo de sentido, de explicação, de conteúdo. É imobilizá-lo artificialmente, matá-lo, pois o sentido das coisas não está na consideração de sua individualidade, mas na sua totalidade. A totalidade do objeto só pode ser determinada se o próprio sujeito que a determina ele mesmo é uma totalidade (LÚKACS, 2003,85).

Pensar o Território como categoria na análise marxiana pressupõe ler a geografia como ciência geográfica histórica-dialética. Na concepção lefebvriana da Produção do Espaço (2006), a prática espacial de uma sociedade supõe uma interação dialética e só é descoberta decifrando seu espaço. Tempo e espaço não se separam, o espaço é produzido do processo de crescimento das forças produtivas. As forças produtivas intervêm em todos os níveis do espaço: local, regional, nacional e planetário. Os movimentos dialéticos atravessam a mundialidade-totalidade (LEFEBVRE, 2006, p. 17).

Paradoxalmente, se de um lado o Estado é o fomentador do espaço hegemônico do capital, articulando diferentes formas de subsunção do trabalho para a sua reprodução ampliada, criando diferenciações de áreas e de classes, em um processo crescente de extração direta e indireta da mais-valia, o que significa a expropriação de força de trabalho; por outro lado, este mesmo Estado assume o papel de benfeitor tão bem expresso na concepção keynesiana, que consolidou a ideologia da incontabilidade do sistema societal do capital, anunciando políticas emancipatórias de desenvolvimento, inscritas no capital social e humano, através de discursos das possibilidades multivariadas de ações comunitárias, como responsáveis para alterar o status quos de desigualdade.

O capital é valor em movimento apropriando-se do trabalho e dos mecanismos de subordinação no espaço. Não se trata de uma ação individual, particularizada por indivíduos e/ou uma parte de um grupo de pessoas, mas da totalidade e mundialidade das relações sociais.

Conforme Oliveira (2016), a consolidação, em nível mundial da nova aliança da classe capitalista se estabelece via alianças Público e Privado na exploração de mercado, que atuam através de fusão, aquisição, associação, etc. Essas empresas monopolistas mundiais articulam-se no controle da propriedade privada da terra, atuam via a territorialização dos monopólios, monopolizam a circulação das mercadorias sem precisarem territorializar-se, através de mecanismos de subordinação de camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolizam a circulação das mercadorias como players no mercado futuro da bolsa de mercadorias no mundo, sem precisarem territorializar os monopólios (OLIVEIRA, p. 233).

A tendência da lógica do desenvolvimento do capital é direcionada em um movimento de “vaivém” do capital. “O capital se move para onde a taxa de lucro é máxima, (ou, pelo menos, alta) e os seus movimentos são sincronizados com o ritmo de acumulação e crise” (SMITH, 1988, p. 212). Este processo de movimento se inscreve no desenvolvimento desigual. A contradição sob a qual está estabelecido o processo de acumulação do capital oferece as bases materiais, território, para que esse sistema de reprodução sócio metabólico, ao mesmo tempo seja um sistema gerador de contradições. Sobretudo, a partir da contradição que historicamente serve de sustentáculo para a sua manutenção, traduzida pela relação capital versus trabalho, que desde o advento capitalista altera a divisão social e hierárquica do trabalho, com o objetivo do lucro, o que compreende a extração do sobretrabalho:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção au-

menta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz de fato mercadorias em geral. (MARX, 2008, p.80).

Os diversos momentos de crise do sistema produtor de mercadorias são gerados exatamente a partir das contradições existentes no cerne da sua base material, e, por esse motivo, as soluções para essas crises periódicas representam apenas o retardamento, ou adiamento do ponto de saturação para o qual não há alternativa. Essas soluções apresentadas com o objetivo de tornar sustentável a manutenção dessa estrutura totalizante e contraditória são representadas pelas alterações nas relações de produção do próprio capital, por uma reestruturação produtiva. Por isso, não representam uma transformação do sistema e sim uma alteração no sistema. Quando ocorrem essas reestruturações produtivas, uma quantidade maior de capital tende a ser produzida com menos trabalho. O que possibilita esta contradição é o aumento da exploração desse trabalho. Entretanto, o trabalho ainda continua como categoria central quando analisamos as relações sociais de produção capitalistas.

A crise sem precedentes históricos que a humanidade está vivendo e a reestruturação produtiva que se segue tem como fundamento as contradições geradas pela própria necessidade de acumulação: contraditoriamente a própria condição de acumulação criada por essa reestruturação produtiva acaba por gerar novas crises que podem ser observadas de diversas formas, como o super acúmulo de capitais proveniente desse aumento da exploração, que por sua vez vai criar uma nova desvalorização do próprio capital.

A tendência devastadora do desemprego crônico hoje afeta até mesmo os países capitalistas mais adiantados. Ao mesmo tempo, também as pessoas ainda empregadas naqueles países têm de suportar a pior de suas condições materiais de existência, o que é admitido até mesmo pelas estatísticas oficiais. Pois o final da ascensão histórica do capital trouxe consigo uma equalização para baixo da taxa diferencial de exploração. (MÉSZÁROS, 2003, p. 27).

A reestruturação produtiva que segue atualmente no cenário capitalista nacional nada mais representa do que uma adequação à lógica de maximização da exploração da força de trabalho. O capital se autovaloriza ao absorver maior quantidade possível de mais-trabalho, acompanha as transformações em escala mundial, e representa claramente uma tentativa de retomada dos máximos padrões acumulativos e lucrativos, para os quais já não há mais respostas.

## **O que leva à questão: de quem é o território?**

Nesse movimento, o conceito de território implica na leitura epistemológica geográfica escalar da mundialidade e totalidade. O que leva a refletir sobre o caráter vampiresco do capital, na busca incansável, pela expropriação do trabalho e a consequente apropriação do território. O trabalho vivo apropriado e absorvido pelo capital é a sua energia vital: sua força autorreprodutora, via associação do valor excedente absoluto e relativo (maior extensão de jornada de trabalho).

Móveis ao capital, esfomeados, pauperizados, concretiza-se a crise estrutural. Entretanto, o que fica explícita é a compreensão histórica de que não é possível a destruição do capital senão associada à unidade da luta campesina-operária. A base material da solidariedade está estruturada na articulação local e global do capital, em face às determinações recíprocas contraditórias do capital, as quais afetam todos os países envolvidos nas determinações dos imperativos do capital que se incrustam nas diferentes escalas da totalidade das relações universais. (CONCEIÇÃO, 2017, p.32-33).

## Considerações finais

No geral, os estudos empíricos na/da geografia prendem-se a alguns conceitos que se mal sustentados em um método, cometem usos e abusos na sua utilização. É nessa direção que chamo atenção para algumas questões necessárias para, no mínimo, ter mais clareza desses usos e abusos:

- 1ª- Não esquecer que o conceito de território implica na posição teórica metodológica, e não com o objetivo de dar conta do arcabouço cansativo de reflexões teóricas, nas quais trazem para quem lê os tratados de diversos autores sobre a definição de território.

Nessa abrangência está a maioria dos trabalhos dos geógrafos/geógrafas.

O que implica nas seguintes outras questões:

- 2ª Ao se assumir um capítulo sobre reflexões teóricas com múltiplas versões de definições de território é preciso observar que se pode estar amarrado a uma leitura do método positivista, empiriocriticista, ou, mesmo, algumas vezes, em uma postura eclética. Ademais, essa dimensão implica em uma posição cientificista neopositivista ou mesmo a hermenêutica, o que traz nesse bojo o saber da utilização da estrutura linguística, no campo da empiria.
- 3ª Ter clareza de serem feitas leituras a partir de diferentes autores, pois é preciso entender que estes assumem métodos e teorias diferenciadas.
- 4ª Não necessariamente um autor deixa de fazer a reflexão do território como conceito geográfico. A questão está no abandono de não assumir esse conceito como categoria filosófica.
- 5ª A utilização do conceito de território como categoria analítica da teoria cultural aprisiona o território como particularidade, a um determinado espaço aprisionado, territorializado, porque apropriado. A questão está em como inscrevê-lo na categoria espaço.
- 6ª É o trabalho a condição e princípio da produção do espaço no movimento da acumulação do capital. A sua base material está estruturada na articulação local e global do capital, em face das determinações recíprocas contraditórias, as quais afetam todos os países envolvidos nas determinações imperativas que se incrustam nas diferentes escalas da totalidade das relações universais.

## Epígrafe

Vale a pena concluir destacando que o método do materialismo histórico dialético visa ao conhecimento da sociedade como totalidade. O ponto de vista da totalidade não determina somente o objeto, mas também o sujeito. A totalidade só pode ser determinada se o sujeito que a determina é ele mesmo uma totalidade.

## Referências

- CONCEIÇÃO, A. L. Produção do Espaço e Conflitos Territoriais: Expropriação da Terra e Exploração da Natureza. In; (Org.) SUERTEGARAY, D. M. (et.al.). Geografia e Conjuntura Brasileira. 1ª ed. Rio de Janeiro, Consequência Editora, 2017.
- CORREA, Roberto Lobato. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 59-65, out. 2011.
- DOSSE, François. História do Estruturalismo: O canto do cisne, de 1967 a nossos dias, São Paulo- Bauru: EDUSC, tradução Marcia Mansor D'Alessio, 2007.
- HARVEY, David. O Espaço como Palavra chave, in Revista GEOgraphia, UFF, v. 14, n.28. 2012. p.1-32. <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13641>
- HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização: Do “Fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HEGEL, G. W. F. Princípios da Filosofia do Direito, tradução Orlando Vitorino, São Paulo: Martins Fontes, 2000 (2ª edição).
- LEFEBVRE, Henri. A Produção do Espaço. Tradução Ana Maria Simões Coelho, Doralice Barros Pereira, Pedro Henrique Denski, Sérgio Martins, Núcleo de Geografia Urbana da UFMG fev. 1ª versão fev. 2006.
- LUKÁCS, George. História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo, Ed Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl. Miséria da Filosofia. São Paulo: Edições Mandacaru Ltda, 1990.
- MARX, Karl. Manuscritos-econômico-filosófico. São Paulo: Editora Boitempo, 2008 (2ª reimpressão).
- MENEZES, Sócrates. O Destino da Crítica Geográfica e a Dialética da Produção Social do Espaço, In CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz e José Danilo Santana Silva orgs. O Fim do Pensamento Crítico Reflexivo? A Negação do Humano e a Banalização da Teoria, São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2019, p. 47-99.
- MÉSZÁROS, István. O século XXI socialismo ou barbárie?; São Paulo, SP: Boitempo, 2003.
- MORAES, A, C, R. “Território e história no Brasil”; São Paulo, SP: Hucitec, 2002.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Base da Formação Territorial do Brasil. O Território Colonial Brasileiro no Longo Século 16 , Ed. 2ª Annablume, 2011.
- MORAES, A. C. R. Território na Geografia de Milton Santos. São Paulo: Annablume, 2013.
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. A Mundialização da Agricultura Brasileira. São Paulo: Lânde Editorial, 2016 (Projeto Editorial do Autor).
- Disponibilizado em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/publicacoes.htm>
- RAFESTEIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RODRIGUES, Mavi. Michel Foucault Sem Espelhos: um pensador proto pós-moderno/Mavi Rodrigues. Rio de Janeiro, Tese defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, ESS, UFRJ/ESS, 2006, 252 p.
- SANTOS, Milton. Por Uma Geografia Nova, São Paulo, Hucitec, 6ª edição, 2008.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In Santos, Milton; Maria Adélia A. de Souza; SILVEIRA, Maria Laura (orgs). Território, Globalização e Fragmentação, São Paulo: Hucitec, 1998, p. 15-20.

SAQUET, Marcos A.; SILVA, Sueli Santos da. MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território, in Revista Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42. Disponível in <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179>

SAQUET, Marcos. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SMITH, N. "Desenvolvimento Desigual": Natureza, Capital e a Produção de Espaço.. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

# **CIRCULAÇÃO, TRANSPORTES E CENTRALIDADE REGIONAL EM CHAPECÓ, SANTA CATARINA**

**CIRCULATION, TRANSPORTS AND REGIONAL CENTRALITY IN CHAPECÓ, SANTA CATARINA**

**CIRCULACIÓN, TRANSPORTES Y CENTRALIDAD REGIONAL EN CHAPECÓ, SANTA CATARINA, BRAZIL**

## RESUMO

Quando as discussões geográficas exploram o tema dos papéis urbanos e das centralidades que as cidades exercem, alguns elementos possuem uma importância fundamental, como os ligados à circulação. Na atividade dos transportes, a movimentação de passageiros nos revela topologias de fluxos de pessoas que são próprios da formação urbano-regional. Face a isso, este trabalho objetiva discutir as interações espaciais em Chapecó, cidade média situada no Oeste de Santa Catarina, a partir dos transportes coletivos aéreo e rodoviário. Essas atividades são um produto dialético das funções e papéis desempenhados na rede urbana nacional. Com apoio de dados de órgãos públicos, a discussão problematiza a importância dos transportes na produção das cidades, expressão da mais ampla divisão territorial do trabalho e de uma economia sustentada em fluxos gradualmente mais acelerados. Conclui-se que os fluxos de pessoas são expressões da própria formação socioespacial, concretizam relações regionais e conjugam as transformações recentes do território brasileiro.

Palavras-chave: Geografia dos Transportes. Transporte aéreo de passageiros. Transporte rodoviário de passageiros. Desenvolvimento regional e urbano. Cidades médias.

## ABSTRACT

When geographical discussions explore the theme of urban roles and the centralities that cities exercise, some elements have a fundamental importance, such as those related to circulation and transportation. The movement of passengers reveals to us topologies of flows of people that are proper of the urban-regional formation. In view of this, this work aims to discuss spatial interactions in Chapecó, a medium-sized city located in the west of Santa Catarina, from air and road transportation of passengers. These activities are a dialectic product of the functions and roles developed in the national urban network. With the support of data from public agencies, the discussion problematizes the importance of transportation in the production of cities, an expression of the multiscalar territorial division of labor and an economy sustained by gradually more accelerated flows. It is concluded that the flows of people are expressions of the socio-spatial formation itself, concretize regional relations and conjugate the recent transformations of the Brazilian territory.

Keywords: Geography of Transport. Air transport of passengers. Road transport of passengers. Regional and urban development. Medium-size cities.

## RESUMEN

Cuando las discusiones geográficas exploran el tema de los roles urbanos y de las centralidades que las ciudades ejercen, algunos elementos poseen una importancia fundamental, como son la circulación y los transportes. El movimiento de pasajeros nos presenta topologías de flujos de personas que son productos de la formación urbano-regional. Con eso, este trabajo tiene objetiva discutir las interacciones espaciales en Chapecó, ciudad intermedia localizada en el Oeste de Santa Catarina, a partir de los transportes colectivos aéreo y por carretera. Estas actividades son un producto dialéctico de las funciones y roles desarrollados en la red urbana nacional. Con apoyo de datos de órganos públicos, la discusión problematiza la importancia de los transportes en la producción de las ciudades, expresión de la más amplia división territorial del trabajo y de una economía sustentada en flujos gradualmente más veloces. Al final, se concluye que los flujos de personas son expresiones de la formación socioespacial, concretizan relaciones regionales y conjugan las transformaciones recientes del territorio brasileño.

Palabras clave: Geografía de los transportes. Transporte aéreo de pasajeros. Transporte por carretera de pasajeros. Desarrollo regional y urbano. Ciudades intermedias.

## Introdução

Nas últimas décadas, a cidade de Chapecó, situada no Oeste do estado de Santa Catarina, apresentou novos elementos que implicam na sua estruturação enquanto importante centro urbano de influência regional. Os elementos relacionados à maior fluidez e possibilidade de circulação são os que lhe conferem papéis e funções urbanas transformadoras da sua posição – sempre relacional – no âmbito da rede de cidades, em níveis nacional e na própria região Sul do Brasil.

Trata-se de uma combinação bastante particular de questões demográficas, produção econômica, atividades comerciais e interesses políticos locais e regionais. Para além de atributos quantitativos, como os ligados aos números populacionais, atualmente a construção da noção das chamadas cidades médias se apoia sobre uma combinação de elementos geográficos. Essa compreensão será importante para este trabalho, pois, situa o processo de urbanização do território brasileiro à luz das intensas dinâmicas da economia capitalista contemporânea (CORRÊA, 2007; SPOSITO, 2007). Sobretudo nos cenários de recentes transformações, esses lugares têm como imperativos a circulação e o desenvolvimento das suas condições de relacionamento com outros centros urbanos; são lógicas espaciais que modificam o conteúdo das cidades na atualidade (ARROYO, 2006; SILVEIRA, 2018).

O alcance da influência regional expressa pela cidade, superior aos próprios limites estaduais, nos faz refletir sobre como se configuram algumas das atividades centrais da sua economia, que são potencializadoras da atração de pessoas em uma ampla extensão (MATTIELLO et al., 2016). Sobretudo as que são ligadas a serviços especializados, efetivados a partir de diferenciações espaciais e, particularmente, demandam topologias infraestruturais e técnicas complexas. Nesse contexto, a movimentação de passageiros por meio dos modais de transporte coletivo, seja por via rodoviária ou aeroviária, se conforma como uma variável importante para a compreensão das centralidades urbanas.

Ao considerarmos os dois meios de transporte mencionados<sup>1</sup>, a partir da formação socioespacial brasileira e as suas particularidades regionais, a movimentação feita por via rodoviária tem certa primazia, tornando-se estratégica para a organização do território – com exceção às amplas regiões que se valem do movimento por meio de hidrovias, tal como boa parte da região amazônica. E o contexto catarinense é parte da realidade onde há uma situação geográfica particular no âmbito da rede rodoviária nacional.

Na região Sul do Brasil, principalmente em função da sua configuração territorial rodoviária, há a conformação de uma série de nós de articulação logística, os quais participam de uma ampla sinergia territorial entre os seus estados, tal como Silveira (2016) e Huertas (2018) apontaram em seus trabalhos. Essas intensas relações, sobretudo entre os lugares que formam a região em questão, desdobram-se numa significativa circulação regular de passageiros, por meio dos transportes feitos por ônibus. São fluxos entre diferentes locais, das cidades pequenas às cidades médias e aglomerações metropolitanas. Como observaremos mais à frente, ao tratarmos da movimentação de passageiros por ônibus em Chapecó, tanto nas modalidades intermunicipal quanto interestadual, bem como a quantidade de serviços regulares operados que atendem esta cidade, conseguimos construir caminhos para a elucidação de uma das características essenciais das cidades médias: a intensidade de suas interações com outros locais, na sua hinterlândia ou fora desta.

Já os deslocamentos realizados através do modal aéreo, são fortes indícios para elucidarmos a intensificação dos papéis de algumas cidades de relevância regional, através das suas demonstrações de atração de investimentos em infraestruturas profundamente especializadas. A esse respeito, quando analisamos os dados da Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC), notamos que em 2000 a aviação comercial regular foi responsável por movimentar aproximadamente 65 mil pessoas no Aeroporto Municipal da cidade de Chapecó, diante dos 454 mil no ano de 2019. Trata-se de um aumento de quase sete vezes. O que nos chama atenção é a topologia de organização desses fluxos aéreos, seja na questão da já referida movimentação, quanto nos pares de origem-destino. Antes se configuravam voos cur-

tos e regionais e, nos últimos 15 anos, essa realidade tem se transformado na conexão com grandes centros urbanos, como nas ligações com o estado paulista – Campinas, Guarulhos e São Paulo – e com a capital estadual – Florianópolis (SILVEIRA; RODRIGUES, 2020).

Diante do exposto, este trabalho objetiva estabelecer nexos entre o papel da cidade de Chapecó, enquanto centro de superior influência regional, e a configuração dos fluxos de passageiros dos transportes rodoviário e aéreo, sobretudo ao considerarmos o período a partir de meados da década de 2000. Nossa hipótese é que há uma interação entre as novas qualidades, papéis e funções urbanas, observadas na cidade analisada, assim como uma reorganização nos fluxos de passageiros. Particularmente, no modal aeroviário isso se concretiza pelo aumento da quantidade de passageiros transportados, nas inovações logísticas e nos destinos atendidos. Com uma relação interdependente, o transporte rodoviário se mostra como potencial meio de acessibilidade no âmbito da rede de cidades, que ao estar numa condição de maior difusão que o aéreo, possibilita por meio da análise da intensidade dos seus fluxos a identificação das mais intensas relações produzidas entre Chapecó e outras cidades, de tamanhos, papéis, funções e localizações variadas.

Para avançar nessas perspectivas de análise, buscamos entrecruzar, dentre outros temas, as discussões que tratam das especificidades da urbanização brasileira e das cidades médias; dos transportes e da circulação no contexto da globalização; e do transporte de passageiros pelos modais aéreo e rodoviário. Destacamos alguns dos aportes teórico-conceituais utilizados, como as contribuições trazidas por Arroyo (2006), Corrêa (1987; 1997; 2017), Santos (2008; 2012; 2014), Silveira (2011; 2018; 2019), Silveira e Cocco (2011) e Sposito (2007; 2010; 2011). Nosso percurso metodológico foi construído a partir de fontes bibliográficas – citadas parcialmente acima – e documentais, que envolveram os órgãos e as agências reguladoras dos meios de transporte analisados. Sinalizamos a execução de trabalhos de campo para a exploração dos contextos de operação ligados ao transporte de passageiros e, durante estes, a realização de diálogos com sujeitos envolvidos, para apreender e conhecer novos elementos para a investigação que ora apresentamos em síntese.

Buscamos explorar esse amplo tema, que envolve a circulação – e o seu caráter indissociável à organização e reprodução das condições espaciais –, o transporte regular de passageiros e a urbanização em contextos não-metropolitanos a partir de três itens principais. No primeiro, identificamos o atual papel da circulação, enquanto imperativo do meio técnico-científico-informacional e situamos o debate na cidade de Chapecó, no contexto urbano-regional do Oeste de Santa Catarina. Nessa região, os condicionantes do atual período impõem demandas pela ampliação da fluidez, o que conforma uma importante centralidade urbana. No segundo, discutimos a importância dos modais aéreo e rodoviário na fluidez territorial, centrais para pensarmos nos transportes no Brasil contemporâneo, entendendo-os enquanto um complexo arranjo de objetos técnicos. No terceiro item, compreendemos os produtos desse arranjo de infraestruturas, que pelos seus usos, configuram em Chapecó um sistema de movimento de passageiros e as condições de acessibilidade no âmbito da rede urbana. Ao final, enquanto síntese das reflexões expostas, os itens são articulados e a movimentação de passageiros é elevada para a qualidade de concretização das interações espaciais no território brasileiro.

## **Circulação, papéis urbanos e centralidade regional em Chapecó**

O entendimento dos transportes e da circulação, através da movimentação de pessoas, ou mercadorias, além da fluidez do capital, está presente na Geografia desde os trabalhos iniciais de Friedrich Ratzel (1914) e Paul Vidal de Blache (1921). Ambos tratavam dessa temática como um importante assunto a ser explorado, partindo da ideia que o entendimento, sobretudo dos meios de transporte, seria fundamental para o desenvolvimento da sociedade, na qualidade de elemento ativo do seu próprio devir transformador. Desde o contexto de expansão das vias férreas na Europa na transição entre os séculos XIX e XX, até

o transporte de alcance mundial no contexto atual, há a implicação de mudanças, conflitos, intercâmbios e a disputa por recursos; em suma, reestruturações no território.

Hoje, pela maior intensidade com que os territórios nacionais estão articulados entre si, sob profundas relações de poder e dependência, constituir uma maior fluidez é um imperativo geral da globalização (SANTOS, 2014). Ao recuperarmos Gottman (1952, p. 214-215), o autor afirma que a “circulação é naturalmente criadora de mudanças na ordem estabelecida do espaço: ela consiste em deslocar”<sup>2</sup> o dinheiro, a técnica, a informação, a cultura, e sobretudo a ordem, resultando na reestruturação e readequação continuada dos territórios nacionais e das suas regiões, tornadas progressivamente mais especializadas e diferenciadas entre si.

Santos e Silveira (2008) chamam de sistemas de engenharia os objetos técnicos postos em rede, que são responsáveis pelo suporte às diversas topologias de fluxos – de pessoas, capitais, mercadorias, valores e informações – e que permitem uma contínua reorganização e redefinição política do espaço. Ou seja, a concentração das atividades voltadas para o transporte engendra a seletividade espacial, que será exposta à centralidade dos interesses demandados pelo capitalismo. Isso contribui para a intensificação da competição entre os lugares, em prol de uma maior fluidez, o que para Silveira (2019, p. 38) é expresso pela condição de que esses fatos levam a “abalroamentos na organização territorial, ampliando em certos espaços as desigualdades regionais. As seletivas expansões geográficas do capital aferem também modernizações seletivas em porções do espaço”.

A circulação e a urbanização, em sentidos amplos, são fenômenos eminentemente geográficos que se desenvolvem sob intensa articulação, pois, sistemas de engenharia, enquanto bases materiais para a fluidez aumentada, e o urbano enquanto forma espacial e modo de vida, são recíprocos entre si, como processos que são concretudes de uma dialética do/no espaço (ARROYO, 2006; SANTOS, 2014; SOJA, 1993). Maiores condições de circulação nas cidades, em associação à condição de já existirem certas funções de centralidade, reforçam os seus papéis diante do conjunto de outros centros na rede urbana. E isso nos leva a pensar nas transformações que algumas cidades vêm apresentando na realidade brasileira, sobretudo nas últimas duas décadas.

Percorrendo este tema, Silveira (2018) mostra que a aceleração das transformações do binômio circulação/urbanização foram expandidas para o interior do Brasil, especialmente em contextos não-metropolitanos, a partir da década de 1980 e com um avanço mais rápido a partir de 1990. Entre os fatores-chave está a desconcentração não somente da produção em nível industrial propriamente dita, mas também da produção do consumo ampliado, elemento intrínseco à noção abrangente da circulação. Neste amplo cenário está situada a cidade de Chapecó, uma realidade local de intensa dinamização regional, que expressa nas suas particularidades algumas das transformações mais gerais observadas na escala da urbanização brasileira (MATIELLO et al., 2016; VILLELA; FUJITA; ALBA, 2017).

A partir da segunda metade do século XX, a região Oeste de Santa Catarina passou por mudanças significativas na sua estrutura demográfica, relacionando-se profundamente com as lógicas urbano-industriais nacionais do período (SANTOS, 2018). A racionalidade produtiva implicada nesta região foi guiada por características exógenas, seguindo tendências mundiais, com uma intensa adoção de novas técnicas na produção agrícola e um conjunto de ações que alijaram uma grande quantidade de produtores rurais da continuidade das suas relações com o circuito produtivo agroindustrial (PERTILE, 2007).

De forma articulada ao contexto de implantação de novas lógicas no campo, agora apropriado pela racionalidade técnico-científica (SANTOS, 2018), a ampliação das migrações campo-cidade fomentou um aumento significativo da população urbana (Tabela 1). A emergência da complexificação na divisão territorial do trabalho, no nível interno à região em questão, contribuiu para refuncionalização das cidades, nas formas de consumo e, também, na organização dos fluxos que percorreram (e percorrem) essa fração do país (SANTOS, 2018; SILVEIRA, 2016). Villela, Fujita e Alba (2017) afirmam que tais processos também alteraram os papéis das cidades no âmbito do estado catarinense, ampliando, ou

reduzindo, os níveis de centralidade. Entre outros centros está Chapecó, que vem alterando, desde a década de 1960, o seu nível de influência na rede urbana – para patamares mais complexos.

Com o desenvolvimento de novas cadeias logísticas e novas estratégias competitivas, as agroindústrias passaram a descentralizar as suas produções em meados da década de 1980 (ESPÍNDOLA, 2002). Para Mamigonian (2011), sustentando-se na categoria analítica da formação socioespacial<sup>3</sup>, a presença da policultura em pequenas propriedades favoreceu a estruturação do circuito produtivo agroindustrial, cuja integração dos agricultores veio posteriormente. Pela atuação em vários segmentos do setor agroindustrial, esse complexo produtivo foi beneficiado pela possibilidade de atuar em diferentes mercados consumidores. Com o incremento do seu papel regional, a cidade chapecoense passou por reconfigurações internas para receber esses investimentos em setores produtivos, que aprofundaram a divisão territorial do trabalho regional e uma complexa interação campo-cidade.

Ano	População					Municípios
	Total	Urbana	%	Rural	%	
1940	138.466	15.450	11,2	123.016	88,8	4
1950	280.199	40.934	14,6	239.265	85,4	8
1960	470.431	95.778	20,4	374.653	79,6	31
1970	745.638	177.649	23,8	567.989	76,2	66
1980	931.330	340.704	36,6	590.626	63,4	66
1991	1.051.083	532.959	50,7	518.124	49,3	73
2000	1.116.766	702.616	62,9	414.150	37,1	118
2010	1.200.712	860.563	71,7	340.149	28,3	118
2020*	1.310.729	-	-	-	-	118

Tabela 1 – Mesorregião Oeste Catarinense: evolução demográfica e estimativa populacional  
 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. \*Estimativa populacional.

Num primeiro momento, o fortalecimento das funções desta cidade está atrelado à expansão territorial da urbanização brasileira e da necessidade de produção em larga escala de alimentos. Isso ocorre na conjuntura em que as demandas por produções qualitativamente novas, exigiram que “Chapecó se estruturasse com novos objetos, e que os antigos adquirissem novo significado, capazes de responder às necessidades criadas pelas agroindústrias e o aumento de consumo” (ALBA, 2013, p. 17). No conjunto de objetos que agora significam a potencialização de outras dinâmicas da circulação, no referido contexto, os modais rodoviário e aéreo são os motores de uma “vida de relações [mais] intensa” (ARROYO, 2006, p. 81).

Nesse sentido, a preparação das infraestruturas através da ampliação da capacidade de tráfego das rodovias de acesso à cidade, e o incremento na capacidade técnica e operacional do aeroporto, corroboram com a sinalização de novas ambições sinalizadas pelo governo municipal<sup>4</sup>. Estes elementos apontam para, de um lado, a potencial intensificação dos seus papéis urbanos e, de outro, a reestruturação de sua forma urbana, tornada ainda mais adequada às lógicas de uma economia expansiva e predatória. Estas mudanças objetivam, afinal, responder a uma maior demanda por capacidade de movimentação (ARROYO, 2006).

Em conjunto às atividades agroindustriais, conforma-se um nó logístico na cidade, a começar pelo entroncamento formado pelas rodovias BR-282 (uma das mais importantes do estado catarinense), BR-283 (eixo rodoviário importante, que liga as cidades localizadas próximas ao vale do rio Uruguai) e a BR-480 (parcialmente duplicada no seu trecho norte, que liga Chapecó à BR-282). Isso potencializa a condição de ser um importante nodal para

o redirecionamento de produtos e mercadorias, fazendo também a interligação rodoviária com os principais centros da região. Em conjunto com essa infraestrutura, a intensificação dos fluxos no Aeroporto Municipal Serafim Enoss Bertaso é potencializada, o qual apresenta voos comerciais diários para um conjunto de destinos – ampliados a partir dos hubs e as possíveis conexões – e a ligação direta com a capital estadual, Florianópolis.

Como resultado e, ao mesmo tempo, condição, em relação as questões expostas, há a produção de uma centralidade urbana relevante, que impacta na intensidade das suas relações com outras importantes cidades da região Sul e do restante do país. O recente trabalho “Regiões de Influências das Cidades 2018” (IBGE (2020) traz várias questões importantes acerca da situação geográfica da cidade que aqui nos atentamos. A sua região de influência abrange 142 centros urbanos (entre municípios isolados e arranjos populacionais), chegando ao Noroeste do Rio Grande do Sul (Região Geográfica Imediata de Frederico Westphalen). Chapecó também se insere no conjunto dos 48 centros urbanos de maiores graus de interação no âmbito da rede urbana brasileira, compondo juntamente com Cascavel/PR e Passo Fundo/RS a ampla faixa fronteira no Oeste da região Sul (IBGE, 2020).

Em outros indicadores ligados à perspectiva hierárquica da urbana nacional, a cidade desempenha alguns papéis importantes: ocupa posições significativas nos temas da gestão empresarial, de serviços de saúde e, com maior significância, nos estratos superiores das atividades de serviços e comércio, centros de gestão do território, deslocamentos para compra, transportes coletivos e atividades de lazer (IBGE, 2020). Mais objetivamente, essa presença entre as principais cidades regionais serve como um importante indicativo para elucidarmos a relevância dos equipamentos de uso coletivo, muitos destes com o potencial de atração populacional em nível regional, sobretudo os que se voltam para especialidades.

Villela, Fujita e Alba (2017, p. 115) já apontaram que “a presença de frigoríficos, por si só, não configura mais fator de atratividade populacional, diferentemente da década de 1980”, tendo sobretudo em Chapecó, “a presença de outras atividades na cidade com maior grau de especialização, como saúde, ensino superior e outros serviços” (ALBA et al., 2015, p. 64). Na medida em que destacamos que as agroindústrias ainda desempenham funções de grande importância, apontamos outras que apresentam crescimentos nos últimos anos. Entre elas, citamos as ligadas ao ramo da saúde de média e alta complexidade, do ensino superior com pós-graduação *stricto sensu*, de serviços bancários, a presença de shopping center de abrangência regional, as sedes regionais de multinacionais e, por fim, a chegada de filiais de redes atacadistas e varejistas nacionais e internacionais.

Motter (2016) ressalta, por exemplo, que as construções do Shopping Pátio Chapecó e da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), colaboraram para a constituição de novas funções na região em que a cidade está inserida, tendo em vista o conjunto de serviços desencadeados a partir do consumo e da expansão de postos de trabalho, ligados direta e indiretamente às duas obras. Na esteira disso, há a ampliação das atividades na área central, especialmente na Av. Getúlio Vargas, principal eixo comercial, bancário e de serviços. Novas feições também passaram a compor o que a autora chama de “subcentralidades”, observadas no bairro Efapi (porção oeste) e ao longo da Av. General Osório (porção sul). Também mencionamos a concentração de atividades econômicas ao longo da BR-480 (acesso à BR-282), ao agrupar empresas de ramos variados e centros de distribuição; nas imediações das agroindústrias, como no entorno da BRF, notamos a presença de empresas de transporte rodoviário de cargas e de suporte logístico. Na Figura 1 esses elementos reforçam as funções urbanas notadas nas chamadas cidades médias<sup>5</sup>.

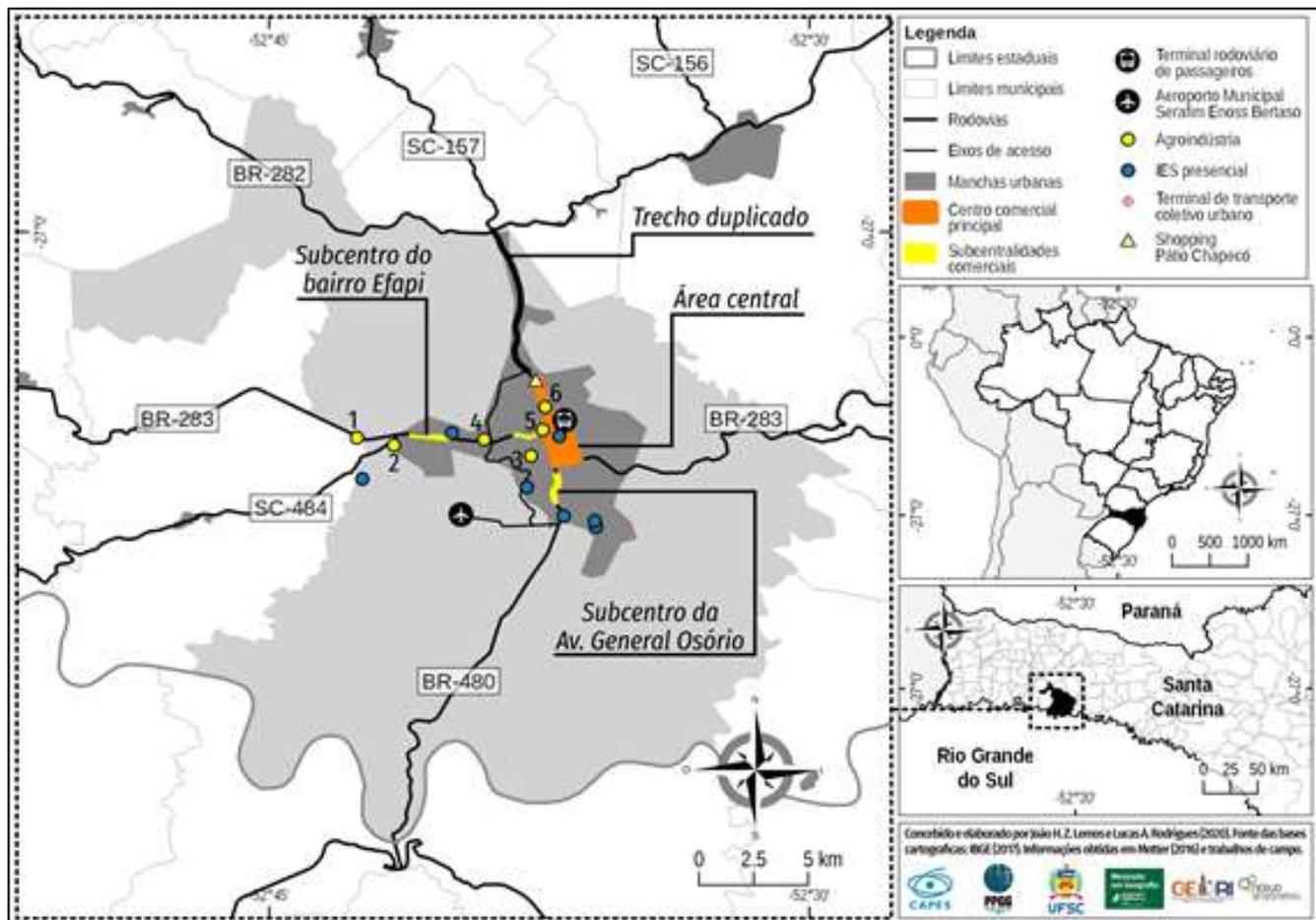


Figura 1 – Chapecó: situação geográfica e infraestruturas de transporte  
 Fonte: Organizado pelos autores a partir de IBGE (2017), Motter (2016) e trabalhos de campo.

A partir da constituição desses eixos, é intensificada a circulação agora tributária de uma maior fluidez, ao tempo que é atraída por uma maior diversidade de serviços, o que propicia um conjunto de novos usos – crescentemente mais seletivos, direcionados e especializados – dos diferentes locais da cidade. O elemento que dinamiza a inserção de novas atividades econômicas depende da diversidade das atividades já existentes e das condições territoriais para o recebimento de novas, estas que hoje estão

[...] cada vez mais complexas e inovadoras, mas localizadas, por mais que espacialmente diversificadas. A escolha, conseqüentemente, mais do que nunca, está relacionada a um território que ofereça maior fluidez. Podemos asseverar que, em muitos casos, a fluidez é a principal determinante para a escolha da localização de uma atividade econômica (SILVEIRA, 2016, p. 25).

Essa desconcentração das cadeias logísticas pelo território nacional fica cada vez mais evidente quando observamos a presença de empresas multinacionais pelo interior brasileiro. Desde as indústrias primárias, de transformação às de bens de consumo, bem como redes de comércio varejista e de serviços com maior valor agregado. A seletividade territorial do capital corporativo é direcionada aos locais que são capazes de viabilizar uma maior liberdade aos fluxos referentes à logística corporativa. Esta que se apropria de ações combinadas com o Estado para sua instalação e usufruto dos benefícios expostos por ele (como a redução de ICMS, isenção fiscal, barateamento ou eliminação de custos de infraestrutura e da terra etc.).

A presença desses agentes econômicos em cidades distantes de realidades metropolitanas, dispersas no território brasileiro, interage espacialmente e, por conseguinte, faz parte da constituição da demanda por uma maior diversidade de serviços e atividades comerciais. Santos (2008) expõe que as vantagens locais e, bem verdade, benesses amplamente desejadas pela produção, distribuição e consumo – a circulação dos capitais –, cons-

tituem uma valorização de certas frações do território. O valor que é agregado ao território e à produção ali efetivada, “começa antes mesmo que a mercadoria [...] esteja concluída”, tudo isso, em “função de sua prestabilidade ao processo produtivo e da parte que toma na realização do capital” (SANTOS, 2008, p. 82). Esses elementos, postos às interações espaciais, atuam numa marcada relação dialética do/no espaço, desenvolvendo novas condições para a atração e instalação de outros tantos usos corporativos dos territórios.

A partir das dinâmicas da cidade, as atividades econômicas são expandidas pelas combinações específicas do perfil consumidor, formado tanto pela população local quanto a regional. O papel da hinterlândia da cidade média é relacional, porque ao mesmo tempo em que constitui uma área com potenciais consumidores, vincula-se sob variadas intensidades às demandas do centro de maior importância, por responder às especializações exigidas, numa mais intensa e complexa divisão do trabalho entre estes locais (CORRÊA, 1997; 2017).

O entendimento da organização espacial se torna um elemento crucial para identificar a topologia das redes geográficas, erigidas a partir do amplo conjunto de movimentos e transformações, materializado nos usos diversos dos recursos técnicos e políticos dos lugares. Isto nos faz retomar a compreensão de que o espaço é formado, de maneira indissociável, por ações e objetos dotados de intencionalidades e interesses que conformam, inadiavelmente, a totalidade social concretizada pelo trabalho humano (SANTOS, 2014).

A particularidade dessas ações se destaca quando são observadas as diferentes formas de interação entre a materialidade social já existente e as transformações dessas, numa complexa dialética (CHEPTULIN, 1982). Para Silveira e Cocco (2010), a interação espacial é central para o entendimento dos transportes, sobretudo de pessoas, pois esta atividade corresponde

[...] aos momentos “consumo” e “trabalho” – dentro do movimento circulatório do capital, a velocidade da rotação de seu capital face à tendência que tem o capital de impor e buscar espaços, setores e atividades que imponham cada vez maiores velocidades à sua própria realização (SILVEIRA; COCCO, 2010, p. 78)

Para Corrêa (2016, p. 132) “as interações espaciais constituem os meios pelos quais as formas espaciais articulam-se entre si, realizando as funções que os processos espaciais lhes atribuíram”. A unicidade da “forma, função, estrutura e processo” dos territórios transmite sua estrutura socioespacial, a qual está numa condição tributária das relações da sociedade capitalista (CORRÊA, 1987; SANTOS, 2008). A compreensão dessas interações nos auxilia a entender a totalidade social concretizada no espaço geográfico por meio de suas ações, derivadas da reprodução social. Ao tratar desse tema a partir da articulação das localidades centrais, Corrêa (1997, p. 296) traz que os variados padrões

de interações espaciais derivam de um amplo conjunto de razões nas quais uma delas tende a ter maior peso. Assim, a natureza social e econômica da hinterlândia, expressa em termos de estrutura fundiária, relações sociais de produção, desenvolvimento tecnológico das atividades produtivas, sua diversificação, natureza e finalidade, é decisiva, influenciando a densidade demográfica e a renda de seus habitantes. Soma-se a isto, a variação dos padrões culturais da população. Emergem então ofertas, demandas de produtos e serviços que são variáveis em volume e no tempo, assim como susceptíveis de gerarem interações a curta e/ou longa distâncias e ainda direccionalmente variáveis (CORRÊA, 1997, p. 296).

As interações espaciais são concretizações das rugosidades no espaço geográfico e, com isso, estruturam organizações específicas no uso socializado do território. É neste sentido que se compreende a centralidade urbana desempenhada por Chapecó, que apresenta a intensificação das atividades da circulação nas últimas décadas. A concentração de diferentes tipos de serviço ressalta seu papel na região. Ao propiciar diferentes suportes para a fluidez territorial, a cidade potencializa a sua influência sobre o entorno, numa interdependência com a atração de outras atividades econômicas.

E isso influencia as próprias interações que as cidades pequenas – numerosas neste contexto regional – mantêm com outros tantos e diversos lugares. Para além das relações hierárquicas, conforme nos mostra Sposito (2010, p. 53) sob a forma de alerta, hoje é produzida

uma “combinação complexa e contraditória de fluxos que se estabelecem tanto no sentido hierárquico, como no sentido horizontal ou transversal”. Isto se dá pela ação de diferentes agentes econômicos e políticos, mormente hegemônicos, sendo a cidade o elo da decisão, da ação política, que tem na sua existência a síntese de múltiplas escalas geográficas que repercutem numa dialética do desenvolvimento desigual (SMITH, 1988).

O ato de refletir acerca da cidade, do território dos encontros e da justaposição dos acontecimentos, é solidário à própria busca pela compreensão da relação interna ao lugar formal – a cidade – e a sua condição de relação – situação relacional – com a sua região (ARROYO, 2006; SPOSITO, 2010). Essa situação relacional entre os elos das redes geográficas tem na rede urbana a sua materialidade, residindo nos transportes – especialmente de pessoas – uma dimensão central para a discussão.

## **Papéis dos modais de transporte aéreo e rodoviário**

No amplo conjunto de atividades ligadas ao transporte, destacamos os voltados à movimentação de passageiros, através dos modais aéreo e rodoviário, centrais na configuração de uma situação geográfica nodal, influente na atração e produção de novas dinâmicas do movimento. No Oeste de Santa Catarina, a interligação entre as cidades feita por meio do transporte rodoviário de passageiros é relativamente difundida, tal como é em boa parte do território brasileiro, produto da sua formação socioespacial. Em Chapecó, além da variedade de destinos possíveis, o que lhe confere uma maior centralidade é justamente a quantidade de pessoas transportadas, que em 2019 totalizou 837.751 passageiros com origem ou destino nessa cidade, somadas as modalidades de serviços regulares de ônibus intermunicipal e interestadual (ANTT, 2019; SANTA CATARINA, 2020).

Conforme Rodrigues (2020), o transporte aéreo se concentra em Chapecó, não apenas pela sua capacidade de centralização de capital e influência regional, além da capacidade de movimentação de passageiros (o que é uma consequência), mas, também, pelas estratégias logísticas adotadas pelo Estado e pelo meio corporativo do setor. No início do século XXI, o setor aéreo nacional passou por uma reestruturação, a qual gerou uma mudança significativa na reorganização territorial do setor, a qual o autor denomina de “ruptura na aviação regional”. Tratou-se de um momento em que foram inseridas novas estratégias logísticas no mercado brasileiro, as quais provocaram uma reconfiguração não apenas das malhas aéreas – de voos com várias escalas para o sistema de hub – mas que promoveu também a inserção de novas aeronaves e a adoção de estratégias competitivas, gerando um mercado de transporte aéreo de passageiros marcado pela oligopolização (SILVEIRA; RODRIGUES, 2020).

O impacto disso na aviação regional tornou-se notório, principalmente ao observarmos a topologia dos fluxos aéreos em Chapecó. Cidades que antes tinham operações regulares, como Videira/SC, Concórdia/SC, Erechim/RS e Pato Branco/PR, deixaram de ter essas operações de múltiplas escalas e interligações regionais. E mesmo que num primeiro momento essas cidades tiveram a manutenção das ligações aéreas diretas com os principais aeroportos do país, posteriormente passaram a ter somente o atendimento do modal rodoviário para o transporte coletivo regular de passageiros. Registramos aqui a ausência, mesmo que de maneiras pouco sofisticadas, de uma integração entre os transportes aéreo e rodoviário, diferente do que pode ser visto em outras realidades brasileiras, como nas metrópoles.

A reestruturação do transporte aéreo regional pelo interior sulista gerou uma demanda reprimida que veio a ser suprida, ao menos tendencialmente, pelo modal rodoviário. A adoção de voos em direção aos grandes centros operacionais das companhias e para as próprias capitais estaduais indicam que a demanda pelo transporte aéreo estendeu o seu alcance ao mesmo tempo que reduziu o tempo de deslocamento. No entanto, primazia das ligações diretas com o centro financeiro do país fortaleceu a complexificação da divisão territorial do trabalho. Diante de um processo de descentralização das empresas pelo território, processo

especialmente fomentado pelas maiores condições de fluidez e pela reestruturação da cadeia logística corporativa, as chamadas cidades médias passaram a cumprir um importante papel na rede urbana. Essas formações locais passaram a funcionar como um importante ponto nodal, articulador da tomada de decisões em níveis intermediários, de abrangências diversas conforme as próprias realidades urbano-regionais em que estão inseridas.

Diante deste cenário, Chapecó exhibe atributos técnicos importantes no conjunto das infraestruturas de transporte aéreo (mais avançados e consolidados), se comparados às outras cidades que, atualmente, não possuem a capacidade técnica e operacional requisitada, tal como foi em décadas passadas. Os discursos pleiteados pelo governo municipal levam à produção da imagem de uma cidade de suposta “vocação empreendedora” e competitiva, o que nos leva à identificação do papel do Estado na condição de um agente provedor de infraestruturas; noutras palavras, os investimentos no setor que envolve a circulação intensificam a competitividade territorial entre as cidades em prol de novos recursos. Essa é uma forma de atuação da logística de Estado que favorece a atração de capitais externos, ampliando a competição, “por meio de infraestruturas de transportes, armazenamento, e comunicação, diminuição da carga tributária e desburocratização (normas e tributos), além do know-how relacionado à logística corporativa” (SILVEIRA, 2019, p. 22-23).

A existência do transporte aéreo numa cidade exige um numeroso conjunto de serviços, desde os mais simples aos mais complexos. A infraestrutura aeroportuária se torna vital, sendo composta por: pista, pátio, brigada de incêndio, terminal de passageiros, equipamentos de raio x, balcão de check-in, estacionamento, restaurante, serviço de abastecimento de aeronaves, catering (preparação de refeições), serviços de solo; são, todos esses, essenciais às operações. Além disso, podemos destacar a prestação de outros serviços complementares como: transporte coletivo (extensão terrestre), locadoras de veículos, estacionamento, transfer (serviços de traslado), hotéis, táxis, serviços por aplicativo, dentre outros.

Pelos serviços “obrigatórios” ao setor aéreo, nem todas as cidades estão aptas para receber operações regulares desse modal, favorecendo locais onde já existe a prestação do serviço. Na aviação, isso é qualificado como base operacional. E para a constituição dela, os serviços supracitados são indispensáveis, daí a necessidade de um planejamento (logístico) a longo prazo. Forma-se então uma base material que sustenta as complexas interações a partir do modal aeroviário, o que reafirma ou redefine os papéis das cidades médias brasileiras (TEIXEIRA; CATELAN, 2019).

Em plena oposição, a movimentação de pessoas por ônibus, ou mercadorias, por caminhões demanda poucos investimentos prévios, o que a distingue do transporte aéreo. Isso favorece a sua presença em locais restritos, menos atrativos ao capital. Como exemplos dessas particularidades, mencionamos os serviços regulares que trafegam por estradas sem pavimentação asfáltica, que atendem localidades rurais, ou mesmo cidades, sem terminais rodoviários – fixo geográfico central nesse meio de transporte. O transporte rodoviário de passageiros na Região Geográfica Intermediária de Chapecó, pela sua natureza operacional, atende a muitas cidades, embora nem todas possuam ligações diretas com Chapecó ou uma satisfatória variedade de linhas e horários (LEMOS, 2020).

No entanto, o transporte aéreo estabelece uma condição mais veloz de mobilidade e acesso entre os centros que conformam a rede urbana brasileira e da região Sul, considerando as conexões diretas com as capitais e centros de controle do território nacional<sup>6</sup>. O suporte aos deslocamentos entre grandes distâncias, num menor tempo, estrutura uma função urbana essencial no atual contexto de mais intensas diferenciações entre as cidades. Há a produção de uma centralidade regional a partir do modal aéreo, com influência no Sudoeste do Paraná e Noroeste do Rio Grande do Sul. E essa centralidade também é produto da intermodalidade entre o transporte aéreo e rodoviário, mesmo que, por ora, ocorra de forma incipiente.

A influência regional do aeroporto de Chapecó também é apontada em estudos oficiais, como o que foi desenvolvido para o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, do Governo Federal brasileiro. Trata-se do trabalho que objetivou a delimitação das Regiões

Aeroviárias no território nacional, com o seu detalhamento metodológico disponível em LABTRANS (2016). Nesse documento, entre as dez Regiões Aeroviárias (RA) que compõem a região Sul do Brasil, a de Chapecó aparece composta por outros seis aeródromos – Caçador/SC, Concórdia/SC, Francisco Beltrão/PR, Joaçaba/SC, Pato Branco/PR e São Miguel do Oeste/SC – além do principal, constituído pelo Aeroporto Municipal Serafim Enoss Bertaso.

No momento em que observamos a área de captação de demanda do aeroporto de Chapecó, de acordo com a Figura 2, percebemos que a sua abrangência ultrapassa os limites estaduais, tal como mencionado anteriormente acerca de sua influência. Guardados os caminhos metodológicos para a construção dessa regionalização, destacamos a sinalização do reforço aos papéis já desempenhados pela cidade, considerando a sua particular situação geográfica na região Sul.

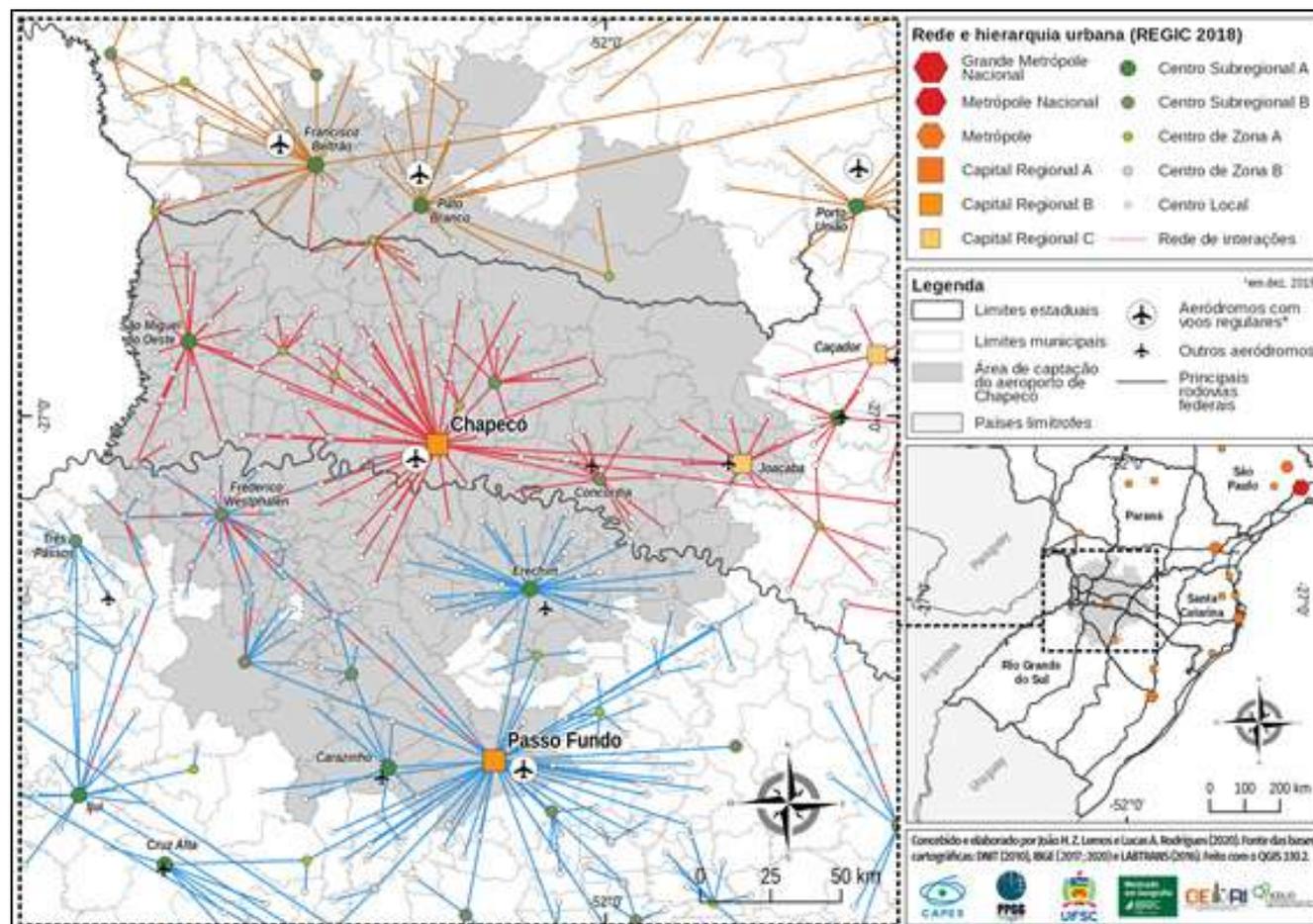


Figura 2 – Influência do aeroporto de Chapecó e rede urbana

Fonte: Org. pelos autores a partir de ANAC (2020), IBGE (2017; 2020) e LABTRANS (2016).

Vemos na divisão proposta pelo estudo do LABTRANS (2016) que as Regiões Aeroviárias de Passo Fundo/RS e Cascavel/PR são limítrofes à de Chapecó/SC, o que reforça a concentração das atividades em algumas poucas cidades sulistas. Essas duas outras cidades também apresentam complexidades diversas nas suas relações no âmbito da rede urbana, o que conflui no trânsito fluído entre as escalas geográficas da economia. Por exemplo, Reolon (2007) apontou Cascavel como um importante centro urbano de comando da produção agrícola do Paraná; por sua vez, Sobarzo (2010) expôs que Passo Fundo pode ser compreendida sob a noção de cidade média. Cabe apontar que embora essa última seja o centro da RA de mesmo nome, o estudo que considera a área de captação de demanda do aeroporto chapecoense a inclui na ampla região de influência deste último. A centralização e concentração da prestação de serviços desse tipo na cidade resulta dos seus papéis no âmbito da rede urbana, envoltos num processo de rearranjos da própria formação socioespacial nos últimos anos.

Diante dessa concentração, apontamos que há a necessidade de uma organização planejada que vise a intermodalidade entre o transporte rodoviário e o aéreo. Nesse sentido, hoje são observados hiatos em nível de Estado, no controle dos transportes coletivos. A capilaridade do serviço rodoviário abrange locais mais longínquos, que não possuem uma demanda economicamente viável para o modal aéreo e/ou infraestrutura para receber a complexa rede de objetos geográficos por trás dos serviços da aviação comercial. A articulação dos dois modais poderia trazer resultados interessantes, que combinem a necessidade de grandes deslocamentos num curto intervalo de tempo, o que faz com que o serviço aéreo seja um meio de integração territorial importante no âmbito do transporte de passageiros.

O que pudemos observar ao longo dos últimos anos, sobretudo a partir de 2010, é que houve a alteração da topologia dos fluxos de passageiros. De um lado, as transformações na divisão do trabalho em conjunto das mudanças político-econômicas no território brasileiro incrementaram a demanda pelos deslocamentos de pessoas, em conexão à desconcentração das cadeias logísticas e de investimentos. Por outro, emergiu uma relação de competitividade entre os modais pela alteração dos serviços, mudanças nas demandas para os principais destinos e reestruturações da territorialização dos agentes econômicos que operam os transportes de passageiros. Diante desse conjunto de mudanças engendradas no território brasileiro e no contexto catarinense, passemos agora à análise dos fluxos e as principais mudanças que ocorreram no setor de transporte de passageiros, tomando como plano empírico a cidade de Chapecó.

## **Os sistemas de movimento de passageiros em Chapecó<sup>7</sup>**

O movimento de pessoas entre diferentes locais torna-se real por várias razões, como pelas ligadas ao trabalho, atividades empresariais, atendimentos médicos e atividades de saúde em geral, podendo também ter relações com o lazer e demais práticas de sociabilidade ligadas ao cotidiano. Uma maior dinâmica econômica, por exemplo, pode ser um fator de atração populacional, conformando uma mobilidade da população em decorrência de fluxos migratórios mais ou menos densos, diários ou sazonais (BECKER, 1997; SPOSITO, 2020). É por isso que a busca pela compreensão da mobilidade de pessoas é tão importante e cara à ciência geográfica: trata-se de um fenômeno eminentemente espacial, que na sua efetivação sintetiza uma miríade de outros processos, mais amplos e abrangentes.

Com a compreensão da topologia dos fluxos de pessoas, apreendemos o arranjo que estrutura a hierarquia entre os principais destinos, os padrões de realização e o alcance das operações de transporte. Como já expusemos, para o entendimento das recentes transformações socioespaciais nas cidades brasileiras, abarcadas pela noção de cidade média, precisamos pensar na circulação e na urbanização como um par indissociável. Sposito (2007) apontou que embora não seja a principal dimensão de análise, os transportes são importantes elementos territoriais para refletirmos acerca dos papéis da globalização na organização política do urbano nos níveis transescalares – do mundo à cidade (ou o lugar).

Para avançarmos no entendimento desses fluxos, consideramos que realizar uma comparação entre dois meios de transporte tão distintos é algo que demanda maiores cuidados. A isso, cabe um apontamento inicial, que eventualmente se mostra como óbvio, contudo, faz-se necessário. A movimentação de pessoas por ônibus e aviões são maneiras diferentes de, verdadeiramente, trabalhar com as clássicas barreiras espaço-temporais; a velocidade da aeronave não tem parâmetro se posta em paralelo ao veículo terrestre, o ônibus. De qualquer maneira, ambas as formas de pôr em movimento objetos e pessoas – e compor uma dimensão da circulação mais ampla – são importantes quando se efetivam, significando importantes atividades que são conexas aos níveis de relações que as cidades dão manutenção – e, por conseguinte, tornam concreta a rede urbana, inócua se ignorarmos seus fluxos.

Para tanto, a segunda consideração, refere-se às densidades movimentadas em ambos os modais. No caso do transporte rodoviário de passageiros, seja ele intermunicipal, interestadual ou internacional<sup>8</sup>, a identificação de um maior nível de centralidade que um nó da rede de operações representa recai sobre dois elementos: a quantidade de passageiros transportados e a quantidade de serviços operados, que realizam paradas neste local. O número de serviços refere-se às linhas de ônibus, aos horários e as modalidades de operação existentes. Uma elevada quantidade de linhas numa determinada cidade não significa, em linhas gerais, um maior movimento de passageiros. Embora seja um elemento que potencializa mais intensas ligações com outros locais, isoladamente não significa um aumento efetivo no número de usuários.

A situação geográfica da cidade diante das redes técnicas dos transportes, os papéis e funções que desempenha no âmbito da divisão territorial do trabalho, o nível de intermediação que exerce em relação à sua hinterlândia, as suas funções político-administrativas (de controle e gestão do território), e as atividades ligadas à indústria, ao comércio e a presença equipamentos de uso coletivo: são, esses cinco elementos, os que apontamos como bases que condicionam determinado local a fluxo elevado de pessoas por meio dos transportes coletivos. Lembremos, também, do papel dos agentes econômicos enquanto entes da ação do transporte em si e do Estado, este enquanto agente que atua no âmbito das normas, da regulação, da imposição de leis e do controle dos fluxos. São frações fundamentais que dão, aos transportes, uma acepção relacional que envolve uma série de fatores geográficos, ligados a elementos locais e regionais que o materializam, implicados numa dada formação social.

Podemos começar com o levantamento referente às cidades possíveis de serem acessadas a partir dos transportes coletivos regulares nos modais aéreo e rodoviário. No transporte aéreo a quantidade de destinos diretamente acessáveis reduziu consideravelmente, produto de um duplo movimento. Trata-se de um lado da demanda por aprimoramento técnico necessário<sup>9</sup> para o recebimento de voos regulares, o que exclui certos locais da rede de atendimento. Em consonância a isso há o avanço técnico das aeronaves – com maiores capacidades e portes superiores. Por outro, há a reorganização logística das companhias aéreas, agora pouco interessadas no atendimento de rotas com várias paradas. As operações que conectam aos principais hubs nacionais, para daí serem efetivadas as conexões para outros destinos, tiveram sua importância reforçada nas últimas décadas. Em suma, as ligações com os principais hubs do país reorganizaram a topologia dos fluxos aéreos, realidade vista em todas as escalas de operação da aviação brasileira.

As principais transformações desenvolvidas no transporte rodoviário levaram à redução da quantidade total de passageiros transportados, conformada por uma reunião de múltiplos fatores. Podemos mencionar o crescimento da frota de veículos, o que se desdobrou no incremento dos transportes individuais por automóveis e motocicletas; há a própria expansão do transporte aéreo de passageiros, que teve um crescimento bastante elevado no território brasileiro, ultrapassando desde meados da década de 2000 o transporte por ônibus nas ligações entre estados; mencionamos ainda a elevação da renda média da população, que em conjunto dos elementos anteriores, bem como sob ligação com a eficácia duvidosa de muitas operações, exemplificada pela degradação da qualidade do serviço, interferiu na demanda pelo transporte coletivo por ônibus em todos os níveis de operação e regulação (cf. COCCO, 2017).

O transporte rodoviário de passageiros passou a apresentar, desde o início dos anos 2000, um conjunto de transformações que indicam uma oscilação em seu uso, de um lado, e a consolidação de algumas ligações com cidades de papéis mais intensos na rede urbana, de outro. Não há, diferentemente do aéreo, uma elevada alteração no conjunto de cidades atendidas, mas um processo gradual de racionalização das operações, com a fusão de linhas regulares e mudanças que buscam otimizar – sob o ponto de vista corporativo – a rentabilidade dos serviços. Sobre esse tema, Silveira e Cocco (2010) mostraram que os capitais tradicionalmente envolvidos nos transportes por ônibus apresentam um certo lapso na

atenção às mudanças que o mercado manifesta, o que o torna menos competitivo se posto em comparação ao transporte aéreo.

No âmbito das ligações entre cidades de diferentes estados, envolvendo o transporte rodoviário interestadual de passageiro sob regulação da ANTT, a inflexão no modal utilizado em relação ao transporte aéreo ocorreu entre 2009 e 2010. No Gráfico 1 observamos a série de dados entre 2003 e 2018, contexto que gradualmente exibiu o reforço do modal aéreo no transporte regular de passageiros no Brasil.

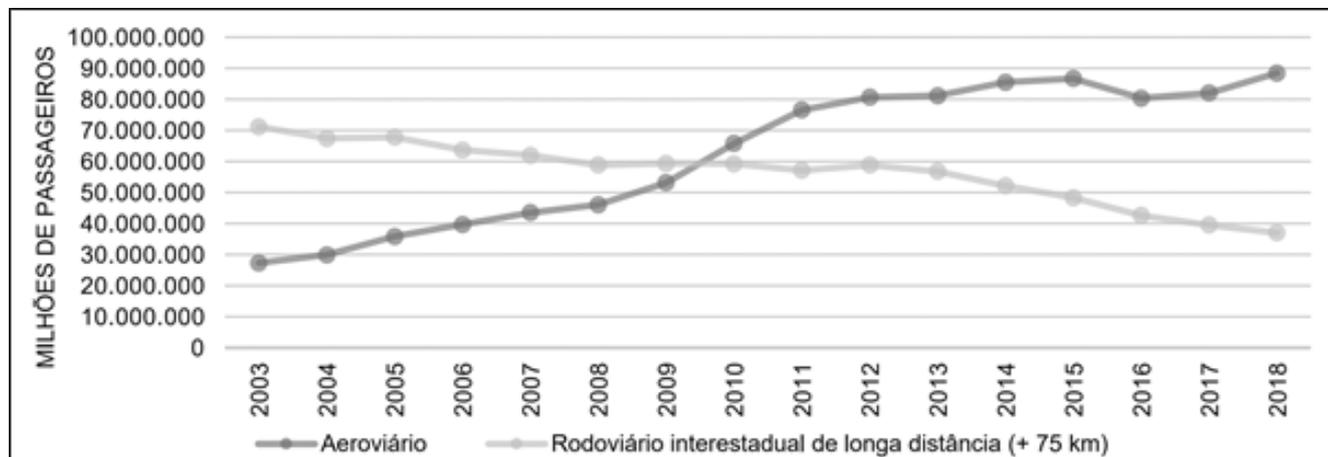


Gráfico 1 - Brasil: transporte interestadual de passageiros nos modais aeroviário e rodoviário (2003-2018)  
 Fonte: Organizado pelos autores a partir de ABRATI (2018) e ANAC (2020).

Enquanto fração do território brasileiro, as mudanças na dinâmica do transporte de passageiros em Chapecó reproduziram noutras proporções a transformação dos modais utilizados. Quando analisada, a movimentação de pessoas que se deslocam pelo transporte coletivo rodoviário já foi muitas vezes superior aos fluxos do aéreo, realidade que hoje já exibe outra configuração, conforme expomos no Gráfico 2.

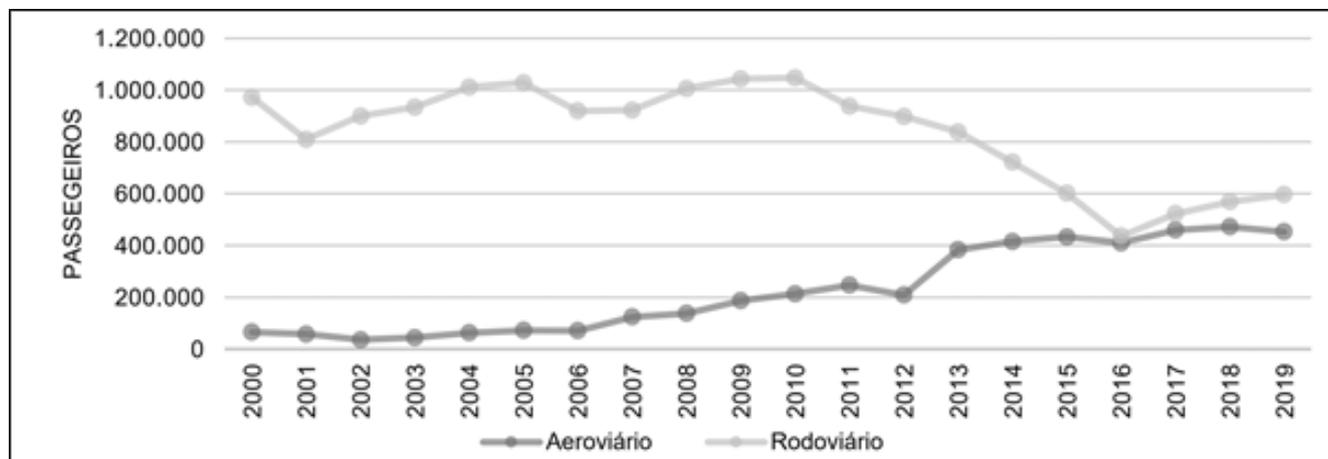


Gráfico 2 - Chapecó: transporte de passageiros nos modais aeroviário e rodoviário (2000-2019)  
 Fonte: Organizado pelos autores a partir de ANAC (2020), ANTT (2019) e Santa Catarina (2020).

Enquanto no panorama geral do país, entre 2003 e 2018, o transporte de passageiros na modalidade interestadual por ônibus reduziu em 41% o total de pessoas transportadas, em Chapecó essa redução atingiu 45%. Somadas as modalidades de transporte rodoviário reguladas pela ANTT e pelo órgão estadual a redução na quantidade de pessoas que chegaram, ou partiram de Chapecó, por meio de linhas regulares de ônibus, diminuiu 38% entre 2000 e 2019. No mesmo recorte temporal e analisando o transporte aéreo regular, se no cenário brasileiro em geral a movimentação de passageiros cresceu 224%, em Chapecó a movimentação total aumentou quase 593%.

Enquanto corolário dessas transformações, os agentes econômicos ligados ao transporte rodoviário de passageiros têm mostrado um conjunto de mudanças operacionais nos últimos anos. Na realidade que nos atentamos para as reflexões, entre as mais significativas,

a seguir listamos quatro delas. Há a racionalização generalizada das operações, através do fechamento de garagens, setores e pontos de apoio próprios, o que levou a uma ampliação da terceirização de algumas atividades internas. Em conjunto a isso, é notória a redução da quantidade de linhas e horários em operação, resultado das estratégias de manutenção da rentabilidade das empresas de ônibus, o que gerou a concentração das partidas/chegadas em poucas cidades da rede de locais atendidos, sobretudo nas que há uma situação geográfica mais favorável. Como consequência do encerramento das linhas, se constituiu uma demanda residual que passou a ser atendida por empresas de menor porte, de menor alcance territorial. Por fim, há o investimento em veículos de maior porte, com capacidade de transportar um maior número de passageiros, além da oferta de serviços diferenciados nas linhas de caráter estratégico, com destaque às que tem concorrência com o transporte aéreo – Curitiba/PR, Florianópolis/SC e Porto Alegre/RS.

No aéreo, a identificação de maiores níveis de centralidade – do ponto de vista da rede urbana e da rede de operações – pode ser analisada a partir das suas conexões que extrapolam o nível de influência regional. A concentração de voos em hubs configura uma centralização de capital, e torna possível que as companhias aéreas melhor aproveitem variáveis econômicas e operacionais como ASK (assento por quilômetro) e RPK (passageiros por quilômetro), além do aperfeiçoamento da taxa de ocupação das aeronaves – todas visam a redução de gastos. A recente reestruturação do setor aéreo se caracteriza a partir de hubs e suas conexões diretas com as capitais e os principais centros regionais do país, raras as exceções que possuem voos que não estão interligados a esse tipo operação como o caso da rota comercial Chapecó-Florianópolis (SILVEIRA; RODRIGUES, 2020).

A demanda ligada aos fluxos aeroviários costuma significar as lógicas mais ávidas por fluidez, atreladas aos negócios, às atividades corporativas e afins; já a movimentação por via rodoviária atende a feições mais próprias do cotidiano lento, de uma perspectiva das necessidades imediatas de seus usuários, funções essas ligadas às mobilidades ligadas ao trabalho, aos estudos, aos atendimentos médicos, ao lazer etc. Cada um desses fluxos desponta com uma particularidade no conjunto geral das atividades ligadas ao transporte de passageiros, situadas no âmbito das interações espaciais da/na rede urbana brasileira, no sentido que Corrêa (2015) atribui ao tema.

Daí a importância de compreender o papel da formação socioespacial nos fluxos de passageiros. No sentido em que Santos (2012, p. 22) chama a atenção de que não há uma sociedade “a-espacial”, a circulação, a produção, e o movimento de informações, pessoas, mercadorias, saberes, conhecimentos etc., requerem a interação com heranças do pretérito. Nunca haverá o estabelecimento de fluxos, sobretudo de pessoas, num “vazio espaço-temporal”; melhor dizendo, as relações estabelecidas entre os locais de origem e de destino, no sentido que tratamos aqui (referente ao transporte coletivo), expressam a concretude de uma complexa reunião de rugosidades de tempos outros, ligados às acumulações das divisões social e territorial do trabalho humano na superfície terrestre (SANTOS, 2012; 2014).

Desse modo, os fluxos de pessoas por vias aéreas ou terrestres, respondem variavelmente às articulações espaço-temporalmente definidas, dada a realidade local-regional, em nosso caso significada pelo contexto de Chapecó e a sua região de inserção. Neste contexto, o debate referente aos transportes nos remete a um binômio coexistente desde meados da década de 1940: de um lado um transporte aéreo desenvolvido sob uma égide elitista, e de outro, as precárias condições das estradas catarinenses. Ambas as situações geravam problemas no âmbito dos deslocamentos que tinham como destino ou origem Chapecó e região. As interações por via terrestre, feitas com mais intensidade, limitaram-se inicialmente ao Sudoeste do Paraná e ao Noroeste do Rio Grande do Sul. Já pelo modal aéreo, existiam rotas de múltiplas escalas, ligando a região a outros centros urbanos da região Sul, além do Rio de Janeiro (então capital federal) e São Paulo (RODRIGUES; BRANDT, 2018).

Diante disso, surgiram diferentes reestruturações nos transportes: desde o incentivo ao Sistema de Integração do Transporte Aéreo Regional (SITAR) na década de 1970 à adoção de novas estratégias competitivas que proporcionaram um largo crescimento após 2003 na

aviação. A melhoria parcial e a construção de novas estradas foram eventos que também impactaram na reestruturação dos transportes na região, fatos que favoreceram os deslocamentos entre maiores distâncias num menor tempo. Tais ações possibilitaram o incremento técnico dos veículos (ônibus) e a qualificação das estradas, especialmente desde o final da década de 1970 e meados de 1980, quando as rodovias BR-282, BR-283 e BR-480 receberam pavimentação asfáltica.

Embora houvesse uma ampla oferta de destinos via modal aéreo no início deste século em Chapecó, o alto custo das viagens ainda era um limitante, tendo em vista que o setor ainda passava pelo processo de desregulamentação. A topologia dos fluxos aéreos no início da década de 2000 na cidade variava entre voos regionais e ligações de maior distância, em direção a Florianópolis/SC, São Paulo/SP e Guarulhos/SP. Outros destinos aparecem, como Porto Alegre/RS e Curitiba/PR, que no entanto tinham importantes centralidades regionais como escala, a exemplo de Passo Fundo/RS, Cascavel/PR e Lages/SC, ou até mesmo fluxos menos densos com Erechim/RS, Santo Ângelo/RS, Pato Branco/PR, Londrina/PR, Guarapuava/PR e Videira/SC – geralmente com aeronaves de pequeno porte. Na década de 2010 (até 2013) a operação da empresa de transporte aéreo NHT propôs atender uma demanda reprimida de serviços voltados à classe empresarial: a ligação entre as principais cidades do interior sulista e alguns importantes centros, como nas operações de Chapecó para Guarapuava/PR, Francisco Beltrão/PR, Erechim/RS e Passo Fundo/RS. Desde então, se processou uma intensificação dos voos em direção a Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Porto Alegre/RS, Guarulhos/SP e São Paulo/SP (Gráfico 3<sup>10</sup>).

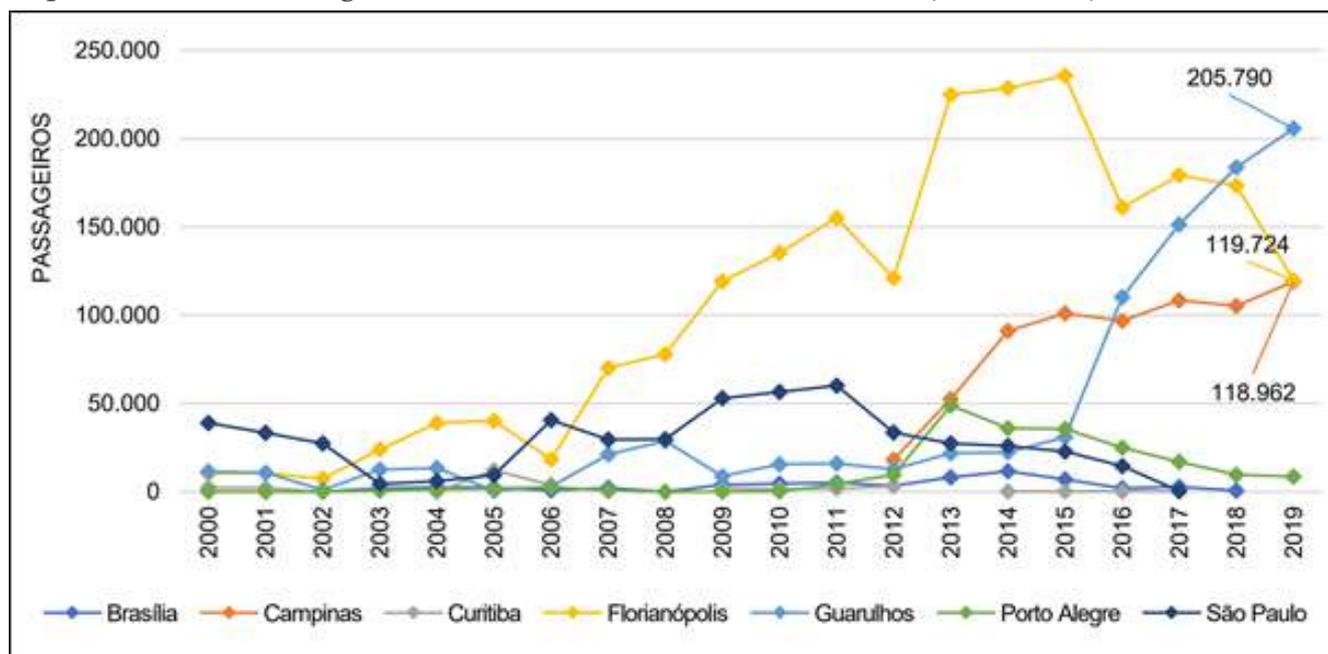


Gráfico 3 - Chapecó: movimentação nas principais rotas regulares no modal aéreo (2000-2019)  
 Fonte: Organizado pelos autores a partir de ANAC (2020).

Para Rodrigues (2020), na década de 2000 os voos de curta duração e feitos com pequenas aeronaves passaram, gradualmente, a dar lugar às rotas mais longas – geralmente sem escalas – operadas com aviões de maior capacidade. A logística de Estado de Chapecó, ligada a uma lógica de desenvolvimento regional, desdobrou-se nas adequações possíveis da infraestrutura aeroportuária para que a cidade pudesse estar apta a receber os voos da aviação comercial brasileira. Daí emergiu um processo de centralização das operações dos serviços aéreos, quando observamos que as cidades próximas que possuíam voos regulares deixaram de ter a oferta, ampliando ainda mais a quantidade de passageiros em Chapecó. A concentração dos fluxos fica mais intensa em direção a Florianópolis/SC e aos principais hubs do país no estado paulista. O início das operações da Azul expressa a necessidade de explorar mercados descongestionados, atrelados a aviação regional. Isto é, a implementação de novas estratégias logísticas. Isso provocou uma maior densidade dos

fluxos em direção a Campinas/SP (seu hub) e de lá, conexões para todas as regiões do país.

Conforme evidenciamos na Tabela 2, tal lógica de concentração de voos não significa necessariamente que os passageiros se destinem àquele lugar, pois há a concentração de desembarques em Florianópolis e Guarulhos. A primeira cidade não apenas devido à questão administrativa do estado catarinense, mas as atividades corporativas e turísticas – estas sobretudo nas temporadas de férias e de veraneio. A segunda, obedece a lógica das funcionalidades da divisão territorial do trabalho imposta pelos grupos empresariais, sendo que atende toda a Região Metropolitana de São Paulo, local que apresenta diversas sedes de empresas e demais centro de tomadas de decisão. Todavia, por Guarulhos ser o principal hub do país, apresenta uma diversificação de conexões, o que também justifica tal número assim como Campinas. Porto Alegre, por sua vez, traduz uma antiga articulação da rede urbana, explicada pelo processo de formação socioespacial catarinense, cenário que aos poucos vem se transformando com a redução da influência da capital gaúcha na rede de cidades sulista. Em suma, esta rede passa pelo reforço das interações com a metrópole paulistana, em detrimento dos centros urbanos da região Sul. Por fim, os dados da ANAC (2021) indicam que os principais destinos das conexões em voos nacionais são para Brasília, Rio de Janeiro, Cuiabá, Confins – onde está o aeroporto da Região Metropolitana de Belo Horizonte – e Salvador<sup>11</sup>.

Destino	Movimentação total	Desembarques	Conexões domésticas	Conexões internacionais
Florianópolis/SC	60.351	55.629 (92,18 %)	4.672 (7,74 %)	50 (0,08 %)
Guarulhos/SP	104.223	60.959 (58,49 %)	42.195 (40,49 %)	1.069 (1,03 %)
Campinas/SP	58.999	20.174 (34,19 %)	38.079 (64,54 %)	746 (1,26 %)
Porto Alegre/RS	4.250	3.919 (92,21 %)	331 (7,79 %)	-

Tabela 2 – Chapecó: destino dos fluxos aéreos de passageiros com desembarque e conexão (2019)

Fonte: Organizado pelos autores a partir de ANAC (2021).

Já ao nos atentarmos aos fluxos rodoviários, há uma multiplicidade de destinos alcançáveis desde Chapecó, tanto no próprio estado catarinense quanto noutros estados e regiões do país. Por exemplo, o transporte de passageiros por ônibus nas modalidades intermunicipal e interestadual interliga, respectivamente, a cidade a outros 98 e 139 centros urbanos. Para analisarmos de maneira menos extensa como essa dinâmica se manifesta nos fluxos totais de passageiros, levantamos quais as cidades que originam fluxos para Chapecó e que são destino dos fluxos que partem desta. No conjunto das relações mais movimentadas nos últimos anos, chegamos a uma lista 15 centros urbanos que estão entre os dez mais movimentados de cada ano, conforme a Tabela 3.

Cidade	Quantidade de passageiros transportados				
	2000	2005	2010	2015	2019
Caxambu do Sul/SC	19.082	25.937	24.567	10.788	654
Concórdia/SC	19.151	18.612	21.397	17.023	23.849
Curitiba/PR	24.122	26.089	33.286	14.854	17.268
Erechim/RS	-	22.130	25.935	22.572	35.817
Erval Grande/RS	-	24.685	28.708	26.244	14.841
Florianópolis/SC	28.136	18.619	15.295	16.684	24.129
Nonoai/RS	-	135.451	106.335	64.285	102.259
Passo Fundo/RS	17.691	18.625	18.384	18.218	19.074
Pinhalzinho/SC	27.580	26.542	27.082	13.798	14.869
Porto Alegre/RS	27.712	30.362	32.992	22.587	44.991
São Paulo/SP	21.909	5.681	10.704	4.491	8.309
Seara/SC	37.908	38.931	32.276	14.231	17.006
Trindade do Sul/RS	-	38.280	29.120	17.038	2.055
Xanxerê/SC	29.728	64.798	69.888	27.606	18.060
Xaxim/SC	34.339	68.223	67.413	24.620	15.010

Tabela 3 – Chapecó: cidades com maiores fluxos de passageiros no modal rodoviário  
Fonte: Org. pelos autores a partir de ANTT (2019) e Santa Catarina (2020).

Há uma ampla oscilação no total de pessoas transportadas, tanto nesse destaque entre as cidades que compõem os principais destinos, quanto em todas as outras cidades. Os destinos com movimentações mais elevadas não são necessariamente os que envolvem ligações com cidades mais próximas de Chapecó, o que por si só abre horizontes para importantes reflexões. De todo modo, existem algumas permanências nas séries históricas em relação aos destinos com fluxos mais densos: são relações com cidades de papéis importantes, que conformam centralidades em suas regiões de influência. Torna-se evidente, pela situação geográfica do Oeste Catarinense e as regiões próximas, que não se trata de uma realidade de adensamento da urbanização, com cidades que deixam de manter uma mobilidade populacional – diária, por exemplo – tão intensa como em regiões metropolitanas. Todavia, de modo relacional, são fluxos numerosos e importantes.

As relações com Concórdia, Erechim, Nonoai e Passo Fundo estão no conjunto das cidades que mostraram a consolidação e o crescimento nas últimas duas décadas. São, inclusive, os centros de suas Regiões Geográficas Imediatas (RGIs), o que reforça o papel de cada uma delas no âmbito da rede urbana. Cabe considerar que além da proximidade de Nonoai em relação a Chapecó – aquela está a menos de 50 km desta – a elevada movimentação de passageiros é explicada por duas razões principais. A primeira envolve a própria mobilidade diária do trabalho, cuja oferta de postos de emprego na cidade chapecoense implica numa ampliada região de mobilização de força de trabalho, o que é complementado pela oferta de atividades comerciais e de serviços especializados conforme já expusemos. Por outro lado, há a explicação por parte das estratégias operacionais das empresas de ônibus: neste caso particular pela Unesul, que realiza um conjunto de conexões entre serviços regulares para outros destinos estaduais na referida cidade do estado vizinho, sobretudo em direção à cidade de Passo Fundo/RS.

As ligações com as capitais sulistas, Florianópolis, Curitiba e Porto Alegre, permaneceram com uma significativa movimentação anual, produto direto das interações estabelecidas com

a cidade média chapecoense. Há, em seguida, o destaque para a notável redução no total de passageiros em direção à metrópole paulistana, que com visíveis oscilações, mostrou que em 2019 teve apenas 37% da demanda total registrada em 2000. No caso das três primeiras cidades notamos a adoção de novas estratégias logísticas por parte das empresas de ônibus, exemplificadas pelos novos serviços nas linhas de ônibus que as ligam ao Oeste Catarinense. O uso de veículos double decker (piso duplo para poltronas), com dois serviços num mesmo ônibus, como os das modalidades executivo, semileito e leito, entre outros aperfeiçoamentos, apontam ações que visam refuncionalizar as operações já existentes.

No modal aéreo, também se nota a queda na movimentação de passageiros entre Chapecó e as capitais da região Sul, com exceção de Florianópolis/SC. Há uma redução nos fluxos em direção a Curitiba/PR, que se explica a partir da supressão da oferta de voos regulares pela aviação comercial. Desde meados do primeiro semestre de 2020, a empresa Ouro e Prata, responsável pela maioria das linhas rodoviárias entre Chapecó e Curitiba<sup>12</sup>, solicitou a implantação do serviço de modalidade leito, que dispõe de alguns adicionais nas viagens. Já a queda no eixo Chapecó-Porto Alegre tem um fator adicional: a possível competitividade entre o transporte rodoviário e aéreo. A partir do momento em que a empresa de ônibus Unesul colocou em operação algumas inovações na prestação dos serviços, com a implementação das viagens nas modalidades leito e semileito, com veículos de dois pisos, notamos uma relativa queda na movimentação da Azul no trecho.

Embora a ligação Chapecó-Florianópolis variavelmente represente um fluxo considerável em ambos os modais, é necessário ressaltar as interações (embarques e desembarques) ao longo do trajeto percorrido pelas viagens regulares de ônibus, o que deixa de conformar um fluxo exclusivamente voltado para a ligação de Chapecó para a capital estadual. Outras cidades como Joaçaba e Campos Novos apresentam movimentações de passageiros consideráveis para a capital, o que reforça a manutenção das linhas de ônibus; trata-se do aproveitamento dos fluxos intermediários dos serviços rodoviários, prática bastante comum em linhas longas, como as que ligam o Oeste Catarinense à faixa litorânea – são serviços que percorrem, em média, distâncias entre 650 km e 850 km<sup>13</sup>.

Entre os demais casos particulares que podemos mencionar, algumas atuações de grupos econômicos de maior porte financeiro e operacional são importantes, sobretudo por ações que conformam oligopólios. As empresas Reunidas, Unesul e Ouro e Prata manifestam um poderio territorial significativo, com linhas regulares nas principais cidades da região Sul do Brasil. O enfraquecimento do Estado, no âmbito da regulação do transporte de pessoas, tem concretude na ilimitada manutenção de grandes agentes econômicos em operações mais rentáveis e movimentadas. Trata-se de um fenômeno que nem de longe é novo, mas apenas reforça os descompassos nos marcos normativos e regulatórios, tanto em nível federal quanto no dos estados (cf. SANTOS, 2019).

As ligações entre o Oeste e a faixa litorânea catarinense estão entre as que passaram por mudanças, sobretudo pela reestruturação da empresa operadora, a Reunidas Transportes de Caçador/SC. Há décadas com grande redução no total de passageiros transportados, desde 2015 a empresa passou por modificações na sua área de atuação, expressas de modo mais objetivo na redução das linhas operadas. No bojo das modificações para permanecer no mercado do transporte de passageiros, a Reunidas incorporou uma série de veículos usados e novos na sua frota, seletivamente direcionados às linhas que atendem cidades como Joinville, Florianópolis, Criciúma, Lages, Chapecó, São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira no estado catarinense.

Podemos finalizar este item com o apontamento de que, em síntese, o transporte aéreo exprime relações mais ligadas à velocidade, com a necessidade por deslocamentos mais rápidos, hoje notadamente representada pelos usos corporativos desse modal, embora não seja uma regra. O transporte por ônibus, pela sua flexibilidade, atende a um maior conjunto de cidades, e no contexto que nos atentamos tem um fluxo distribuído entre várias cidades. Uma variação maior na quantidade de pessoas transportadas, em ambos os modais, também se liga à volatilidade da atuação das empresas privadas, que no setor rodoviário

apresentam uma fixidez relativamente maior das operações. Esta fixidez se liga à regulação mais rígida, embora recentemente os serviços de ônibus tenham passado por flexibilizações semelhantes às que o aéreo apresenta desde a década de 1990.

## Considerações finais

Ao final deste trabalho, alguns elementos merecem destaque, os quais possibilitam aberturas para outros estudos e reflexões. A começar pelo transporte aéreo e a maior demanda para os destinos paulistas, o que suscita que há uma relação mais intensa com a metrópole paulistana e seus arredores. Quando se considera a situação geográfica de Chapecó na região Sul do país, bem como a especialização produtiva regional onde se insere e que também sustenta, é possível aventar que esse fluxo mais intenso se baseia num conjunto de interações espaciais que evidenciam os negócios e o contexto corporativo.

Os fluxos rodoviários costumam corresponder a articulações mais obedientes à escala regional, aos ritmos mais lentos de movimentos. Em linhas gerais, o transporte rodoviário de passageiros expressa, mais fortemente, uma série de articulações pautadas por interações de caráter horizontal, as quais também demandam menores velocidades, em oposição ao que se faz no modal aéreo. Este último cumpre, então, uma dinâmica da movimentação de pessoas que está atrelada à ambição por uma crescente intensidade do movimento, uma velocidade maior, própria das mais recentes lógicas das atividades de produção no âmbito do capitalismo. A agilidade demandada pela vida de relações do mundo corporativo, econômico e financeiro tem no modal aéreo o seu apogeu. Como exemplo, no contexto regional isso ocorre desde a sua fase inicial, visto que o surgimento da empresa de transporte aéreo da agroindústria Sadia serviu, ao menos nos primeiros anos de operação, para dar suporte logístico à sua própria movimentação de produtos industrializados (RODRIGUES; BRANDT, 2018).

Hoje, podemos evidenciar significativas transformações em ambos meios de transporte coletivo, que variavelmente são produto da própria redefinição estruturada no âmbito da rede urbana brasileira. As cidades médias têm um papel importante nesse intenso e dinâmico processo, tal como se observa no reforço da centralidade regional de Chapecó. No contexto deste trabalho, notamos que a contração da aviação regional, atrelada às mudanças do transporte rodoviário e dos meios individuais de movimento, evidenciam novas topologias de fluxos de pessoas. O reforço dos papéis urbanos vem dessa seletividade referentes ao onde, como e quando implantar infraestruturas técnicas tão rigorosas, como o conjunto de objetos técnicos componentes da aviação. No conjunto de desdobramentos, a divisão territorial do trabalho enquanto síntese dessas relações é evidenciada pela maior intensidade de relações com o estado paulista, divisão que também é reforçada pela centralização das origens e dos destinos dos fluxos.

A organização dos fluxos aéreos no período anterior a pandemia do novo coronavírus estava baseada na conexão direta para os principais hubs do país (Campinas/SP e Guarulhos/SP) além de Florianópolis/SC. Embora em 2019 a aviação nacional tenha sofrido impacto direto da falência da Avianca – esta que operava a rota Chapecó-Florianópolis-Guarulhos, e alternadamente seguia para Brasília – parte da demanda em Chapecó foi suprida pelas companhias Gol e Azul. E como resultado, a Latam chegou a iniciar as operações com a retomada dos voos diretos para São Paulo (Congonhas), no entanto, a situação pandêmica trouxe significativas reestruturações das estratégias logísticas no setor. Cabe agora a continuidade das atenções quanto aos transportes de passageiros, suas redefinições e novas organizações num momento em que o atual cenário pandêmico se torne menos hostil.

Além da correspondência às realidades regionais, os fluxos aéreos também são produto das estratégias logísticas adotadas pelas companhias aéreas, seja na questão da origem-destino, quanto na movimentação de passageiros. No transporte rodoviário, como mencionado, a quantidade de linhas operadas num dado local não indica propriamente

a densidade dos fluxos, mas se relaciona a outros fatores, como a posição geográfica de dado local na própria rede rodoviária. O papel desempenhado pelas cidades na rede de operações tem reforço quando a movimentação de passageiros ocorre em paralelo à concentração de um maior número de linhas e serviços regulares, bem como tem um conjunto de fluxos já consolidados, como os ligados à mobilidade populacional para o trabalho.

Apesar de não termos como objetivo o detalhamento e a compreensão das razões dos fluxos de passageiros, indicamos alguns caminhos possíveis para a sua compreensão em níveis mais gerais, que consideram principalmente: a indivisibilidade que há entre a circulação capitalista, os transportes (em seus vários modais), as cidades, a atuação dos agentes privados (empresas, grupos econômicos etc.) e o Estado; todos esses fatores geográficos são sintetizados nas combinações da formação socioespacial, pois, enquanto totalidade em transformação, é nela que residem os elementos da materialidade social, analisada aqui pelos seus fluxos que, objetivamente, têm expressão nas demandas pelo transporte coletivo. Ressaltamos que a análise combinada entre as estratégias logísticas do Estado e do setor corporativo compõe um importante tema a ser explorado no tema do transporte de passageiros.

Em síntese, uma reflexão que busque nas particularidades regionais da formação socioespacial brasileira, em articulação às escalas geográficas mais amplas, demonstra uma riqueza significativa nas pesquisas deste tema. As realidades urbano-regionais que compõem o Brasil são as balizadoras para a existência dos fluxos ligados ao transporte de pessoas; noutras palavras, os transportes sintetizam a complexa dialética entre organização territorial do Estado e dos agentes privados, a formação das redes de cidades, as migrações e a divisão territorial do trabalho, todas reunidas no debate geográfico.

## Referências

- ABRATI – Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Org.). Anuário estatístico 1972-2018. Brasília: [s. n.], 2019.
- ALBA, R. S. Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó. 2. ed. Chapecó: Argos, 2013.
- ALBA, R. S. et al. Dinâmica populacional no oeste catarinense: indicadores de crescimento populacional dos maiores municípios. In: BRANDT, M.; NASCIMENTO, E. (Org.). Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem. São Carlos; Chapecó: Pedro e João; UFFS, 2015. p. 41-69.
- ANAC – Agência Nacional da Aviação Civil. Dados abertos. 2020. Disponível em: <https://www.anac.gov.br/aceso-a-informacao/dados-abertos>. Acesso em: 07 abr. 2020.
- ANAC – Agência Nacional da Aviação Civil. Dados abertos. 2021. Disponível em: <https://www.anac.gov.br/aceso-a-informacao/dados-abertos>. Acesso em: 01 abr. 2021.
- ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres. Sistema de Controle de Dados dos Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros – SISDAP. 2019. Disponível em: <http://www.antt.gov.br>. Acesso em: 1 out. 2020.
- ARROYO, M. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). Cidades médias: produção do espaço. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 71-85.
- BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Explorações Geográficas: percursos no fim de século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 319-366.
- CHEPTULIN, A. A dialética materialista: leis e categorias da dialética. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

- COCCO, R. G. Transporte público e mobilidade na Região Metropolitana de Florianópolis. Florianópolis: Insular, 2017.
- CONTEL, F. B. Os sistemas de movimento do território brasileiro. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 357-374.
- CORRÊA, R. L. Região e organização espacial. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Explorações Geográficas: percursos no fim de século. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.
- CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-33.
- CORRÊA, R. L. Processos, formas e interações espaciais. Revista Brasileira de Geografia, v. 61, n. 1, p. 127-134, jan./jun., 2016. DOI: 10.21579/issn.2526-0375\_2016\_n1\_art\_7.
- CORRÊA, R. L. Cidades médias e rede urbana. In: SILVA, W. R.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). Perspectivas da urbanização: reestruturação urbana e das cidades. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 29-38.
- ESPÍNDOLA, C. J. As agroindústrias de carne do Sul do Brasil. 2002. 273 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- GOTTMAN, J. La politique des États et leur Géographie. Paris: Armand Colin, 1952.
- HUERTAS, D. Território e circulação: transporte rodoviário de carga no Brasil. São Paulo: Ed. Unifesp, 2018.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Base cartográfica contínua na escala 1:250.000. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: [http://geoftp.ibge.gov.br/cartas\\_e\\_mapas/bases\\_cartograficas\\_con-continuas/bc250/versao2017/shapefile](http://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/bases_cartograficas_con-continuas/bc250/versao2017/shapefile). Acesso em: 17 nov. 2018.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Séries de dados temporais para o Censo Demográfico (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010). Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <http://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 nov. 2018.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativas da população. 2019. Disponível em: [www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html](http://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html). Acesso em: 02 out. 2019.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Regiões de influência das cidades 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- LABTRANS – LABORATÓRIO DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA. Metodologia do relatório regional: objeto 1 – apoio ao planejamento do sistema aeroportuário do país; fase 2 – sistematização de informações de demanda por serviços aeroportuários. LABTRANS; UFSC: Florianópolis, 2016.
- LEMOS, J. H. Z. Transporte rodoviário interestadual de passageiros e cidades médias: circulação e interações em Chapecó, Santa Catarina. Geografia, Londrina, v. 29, n. 2, p. 69-90, jul., 2020. DOI: 10.5433/2447-1747.2020v29n2p69.
- MAMIGONIAN, A. A indústria em Santa Catarina: dinamismo e estrangulamento. In: MAMIGONIAN, A. (Org.). Santa Catarina: estudos de Geografia Econômica e Social. Florianópolis: GCN; CFH; UFSC, 2011. p. 73-120.

- MATIELLO, A. et al. Chapecó/SC: o agronegócio, o setor terciário em expansão e a crescente desigualdade socioespacial. In: SPOSITO, M. E. B.; MAIA, D. S. (Org.). Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Dourados e Chapecó. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 171-319.
- MOTTER, C. A cidade de Chapecó e suas centralidades: uma análise a partir dos subcentros e eixo comercial. 2016. 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.
- NASCIMENTO, E. Chapecó: evolução urbana e desigualdades socioespaciais. In: BRANDT, M.; NASCIMENTO, E. (Org.). Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem. São Carlos; Chapecó: Pedro e João; UFFS, 2015. p. 97-153.
- NASCIMENTO, E; LEMOS, J. H. Z. Territórios urbanos precários: uma análise da cidade de Chapecó, SC, Brasil. *Terr@ Plural*, Ponta Grossa, v. 14, p. 1-23, 2020. DOI: 10.5212/TerraPlural.v.14.e2013362.015.
- PERTILE, N. Espaço, técnica e tempo em Chapecó. In: SCHEIBE, L. F. Ensaio a partir de “A natureza do espaço”. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007. p. 153-178.
- RATZEL, F. Geografia dell’uomo (antropogeografia). Torino: Fratelli Bocca, 1914.
- REOLON, C. A. A aglomeração urbana da soja: Cascavel e Toledo no contexto da metropolização na mesorregião Oeste Paranaense. 2007. 244 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2007.
- RODRIGUES, L. A. Transporte aéreo de passageiros no estado de Santa Catarina: estratégias logísticas e organização territorial. 2020. 330 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.
- RODRIGUES, L. A.; BRANDT, M. Formação e dinâmica da aviação comercial em Chapecó (1940-1990). In: NASCIMENTO, E.; VILLELA, A.; MAIA, C. M. (Org.). Território e Sociedade - Novos estudos de Chapecó e Região. Mauritius: Novas Edições Acadêmicas, 2018
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade. Banco de dados da movimentação de passageiros 2000-2020. Florianópolis, 2020. 1 arquivo, 149.509 KB. Banco de dados.
- SANTOS, B. C. Divisão territorial do trabalho, rede urbana e transporte rodoviário interestadual de passageiros no Brasil. *Transporte y territorio*, n. 20, p. 135-164, ene./jun., 2019.
- SANTOS, M. O espaço do cidadão. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- SANTOS, M. Espaço e método. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- SANTOS, M. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp, 2012.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2014.
- SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2018.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVEIRA, M. R. A importância geoeconômica das estradas de ferro no Brasil. 2003. 454 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.
- SILVEIRA, M. R. Geografia da Circulação, Transportes e Logística: construção epistemológica e perspectivas. In: Silveira, M. R. (Org.). Circulação, Transportes e Logística: diferentes perspectivas. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 21-67.

SILVEIRA, M. R. Transporte e logística em Santa Catarina: tipologia e topologia dos principais espaços de circulação e desenvolvimento. In: SILVEIRA, M. R. (Org.). Circulação, transportes e logística no Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2016. p. 19-67.

SILVEIRA, M. R. Transportes e a logística frente à reestruturação econômica no Brasil. Mercator, Fortaleza, v. 17, p. 1-20, mar., 2018. DOI: 10.4215/rm2018.e17008.

SILVEIRA, M. R. Circulação, transporte e logística e seus impactos na fluidez e na competitividade territorial no Brasil. In: SILVEIRA, M. R.; FELIPE JÚNIOR, N. F. (Org.). Circulação, Transporte e Logística no Brasil. Florianópolis: Insular, 2019. p. 17-65.

SILVEIRA, M. R.; COCCO, R. G. Interações espaciais, transporte público e estruturação do espaço urbano. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 12, p. 63-81, 2010.

SILVEIRA, M. R.; RODRIGUES, L. A. Reestruturação do transporte aéreo de passageiros em Santa Catarina: da aviação regional para o sistema de hub. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), v. 24, n. 3, p. 444-467, 2020. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2020.173405.

SMITH, N. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOBARZO, O. Passo Fundo: cidade média com funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio. In: SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (Org.). Agentes econômicos de reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 29-100.

SOJA, E. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SPOSITO, E. S. O Brasil é mais que um todo: as dinâmicas regionais econômicas e demográficas. In: BARROS, A. M. L.; ZANOTELLI, C. L.; ALBANI, V. (Org.). Geografia urbana: cidades, revoluções e injustiças entre espaços privados, públicos, direito à cidade e comuns urbanos. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. p. 429-441.

SPOSITO, M. E. B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233-253.

SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas o processo de globalização. Geografia, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 52-62, jan./abr., 2010.

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 123-145.

TEIXEIRA, S. H. O.; CATELAN, M. J. Novas articulações da rede de cidades no Brasil: uma análise das heterarquias por meio do sistema de movimento aeroviário. Sociedade & Natureza, Uberlândia, v. 31, p. 1-23, 2019. DOI: 10.14393/SN-v31-2019-42622.

VILLELA, A. L. V.; FUJITA, C.; ALBA, R. S. Centralidade no Oeste Catarinense: o papel de Chapecó. In: OLIVEIRA, H. M.; CALIXTO, M. J. S.; SOARES, B. R. (Org.). Cidades médias e região. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 101-138.

## NOTAS

1. Nossas discussões estão centradas nos modais aeroviário e rodoviário em função das condições materiais de transporte no contexto regional do Oeste Catarinense. Historicamente, o modal ferroviário foi restringido a algumas poucas frações do contexto sulista. Na região de Santa Catarina em questão, a presença das estradas de ferro, embora

importantes para a estruturação urbana e a dinamização dos seus fluxos até meados do século XX, não significou uma rede capilar que ultrapassasse os núcleos urbanos do vale do rio do Peixe (SILVEIRA, 2003). Tratava-se da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (EFSPRG), cuja presença consolidou interações espaciais que deram origem às atuais cidades de Concórdia, Piratuba, Capinzal, Joaçaba, Videira, Caçador e Porto União.

2. Trecho na língua original: “La circulation est tout naturellement créatrice de changement dans l’ordre établi dans l’espace: elle consiste à déplacer” (GOTTMAN, 1952, p. 214-215).
3. A perspectiva teórica trazida por Santos (2012), ainda na década de 1970, permanece como importante força reflexiva. Trata-se de uma categoria de análise importante para entendermos os diferenciados processos de estruturação do modo capitalista de produção, implicados na formação de cidades e das dinâmicas destas com o campo. Trata-se de “diferenças entre lugares [que] são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares” (SANTOS, 2012, p. 28), significando também uma configuração atual que é “representativa de um modo de produção ou de um de seus momentos” (SANTOS, 2012, p. 29). O conjunto que hoje se exhibe, nas formas de divisão do trabalho e articulação entre centros urbanos, é herança do papel ativo das combinações espaciais pretéritas, cujos níveis diferenciados de desenvolvimento têm concretude na dimensão geográfica.
4. Apontamos que ocorre, há algum tempo, uma série de investimentos públicos, privados e mistos entre ambos, além de campanhas publicitárias e materiais de divulgação, voltados ao fortalecimento do discurso de uma “cidade para negócios”. Há a construção de uma imagem de Chapecó como um lugar voltado ao “turismo empresarial”, bem como outras feições de um marketing urbano emergente. Este é um elemento importante, sobretudo para as discussões da transitoriedade esboçada pelas cidades médias que, sem muitas dúvidas, demandará estudos dedicados à problemática. Na qualidade de exemplos, mencionamos a realização de grandes feiras comerciais e eventos de mesmo direcionamento, voltados à atração de investimentos e, complementarmente, a transmissão da imagem de uma “cidade para negócios”, como são as feiras Efapi, Mercoagro e Expobrasil. Sobre isso, Corrêa (2007; 2017) e Sposito (2007) trouxeram algumas considerações acerca dos caminhos para considerarmos os papéis das elites locais e regionais na estruturação das cidades e na produção de atividades que implicam nas realidades regionais, dinâmicas de fundamentos territoriais nas quais o Estado também é um agente central.
5. Essas mudanças rápidas e intensas, observadas nas cidades médias, são produtoras de uma miríade de desigualdades e injustiças socioespaciais. Não sendo um dos percursos analíticos deste trabalho, apontamos alguns estudos que discutiram esses temas no contexto urbano-regional de Chapecó, como os de Nascimento (2015) e Nascimento e Lemos (2020). São alguns dos aspectos da mutilação da cidadania na conjuntura brasileira, que indis põe aos cidadãos a apropriação e o uso da, mesmo arduamente debatida, rede urbana (SANTOS, 2007).
6. O transporte aéreo ainda é um modal elitizado, principalmente em locais com a demanda voltada para o turismo de negócios. Isso faz com que muitos optem por viajar pelo transporte rodoviário para outras cidades com uma maior oferta de voos, como Curitiba e Porto Alegre. A demanda instaurada pelo turismo de negócio é de acordo com a necessidade de fazer aquele trecho, diante da relação espaço-tempo imposta pelo capital. Ao contrário disso, as pessoas que não possuem essa necessidade, buscam as opções de menor custo, e acabam adotando, por exemplo, a intermodalidade. O cálculo da tarifa aérea leva em consideração vários custos, e um dos principais é a carga tributária, a qual eleva de forma relevante o preço final da passagem. Além disso, outros fatores como o algoritmo calculado a partir da oferta, demanda e procura dos voos, conexões, dia da semana, dentre outros. Isto é, a necessidade de deslocamentos diários e o tráfego de ida e volta (“bate-volta”), principalmente para o estado paulista, faz com que o preço seja elevado e, por consequência, os horários diários de saídas no início da manhã e retorno

de noite tendem a ter preços mais elevados.

7. O trabalho de Contel (2008) contribui para essa acepção acerca dos sistemas de movimento, servindo de importante reflexão para o tema dos transportes e o território. Para o autor, essa compreensão apreende “os sistemas de movimento do território, isto é, o conjunto indissociável de sistemas de engenharia (fixos) e de sistemas de fluxos (materiais ou imateriais) que respondem pela solidariedade geográfica entre os lugares” (CONTEL, 2008, p. 357, grifo do autor). Em nosso caso, os modais aéreo e rodoviário têm a centralidade na discussão, e engendram as condições materiais para a movimentação de pessoas que aqui recebem atenção.
8. O transporte coletivo através dos ônibus tem, no Brasil, uma regulação que obedece a abrangência político-administrativa da sua operação. O transporte rodoviário de passageiros em nível estadual, que liga localidades entre os limites de um estado, é regulado por autarquias, secretarias, agências e demais entes do Estado, subordinado ao seu próprio Governo Estadual. Em Santa Catarina, essa função é cumprida pela Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE). Em nível federal, no que se refere às linhas de ônibus interestaduais e internacionais, a regulação é feita pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e opera através de um modelo híbrido de regulação, através de autorizações, que diferem das concessões e permissões.
9. Dados estatísticos da ANAC (2020) indicam que em 2000, 200 aeródromos receberam voos com passageiros pagos, assim como em 2010 foram 139, e em 2019 a quantidade chegou aos 151 aeródromos.
10. Neste gráfico foram considerados os dados quantitativos referentes ao total de passageiros que tiveram como origem ou destino a cidade de Chapecó/SC, articulada ao transporte aeroviário por meio do Aeroporto Municipal Serafim Enoss Bertaso. Em contraste, a Tabela 2 expõe apenas a contabilização dos embarques feitos na cidade e as variáveis de passageiros desembarcados e que efetuaram conexões nos destinos mencionados.
11. Outros destinos apresentaram fluxos, mas tendem a ser voos fretados ou alternados: Jaguaruna, Navegantes, Rio de Janeiro, Curitiba, Cuiabá e Confins.
12. No segundo semestre de 2020, a companhia aérea Azul anunciou que em 2021 pretende começar a operar a ligação regular entre Chapecó/SC e Curitiba/PR, porém, a situação de calamidade da pandemia pode adiar os planos.
13. As linhas de ônibus que ligam Chapecó e região ao litoral catarinense são operadas de modo a garantir o atendimento de um significativo número de cidades. Atualmente, são os seguintes serviços regulares: Chapecó-Florianópolis via Concórdia (653 km, 13 cidades), Dionísio Cerqueira-Florianópolis via Lages, (804 km, 12 cidades) e Itapiranga-Florianópolis via BR-283/BR-470 (780 km, 21 cidades) e São Miguel do Oeste-Florianópolis via BR-282/BR-480 (808 km, 16 cidades).

# **ESCOLA, TERRITÓRIO E DESIGUALDADE:** Ampliando perspectivas teóricas e agendas de pesquisa

**SCHOOL, TERRITORY AND INEQUALITY:** Expanding  
theoretical perspectives and research agendas

**ESCUELA, TERRITORIO Y DESIGUALDAD:** Ampliando  
perspectivas teóricas y agendas de investigación

## RESUMO

O artigo problematiza e propõe outras abordagens teórico-metodológicas, desde o campo epistemológico da geografia, em sua vertente crítica, no entendimento da relação entre escola, território e desigualdade. Trata-se de pesquisa documental qualitativa, focada na produção acadêmica nacional e internacional entre 2005 e 2019. Na análise, constatou-se que as pesquisas nacionais assentam-se em concepções do campo da sociologia da educação, com influência do conceito de efeito território / efeito de lugar a partir das contribuições de Pierre Bourdieu. No âmbito internacional, as pesquisas abordam os efeitos das políticas educacionais, sob viés neoliberal, na ampliação das desigualdades escolares e espaciais. Em ambos os casos, verifica-se pouca preocupação no debate conceitual sobre o território. Assim, problematizamos as contribuições epistemológicas da geografia, em sua vertente crítica, na constituição de uma teoria do espaço para o entendimento da relação entre escola, território e desigualdades, articulando-a com o sentido da produção espacial no capitalismo.

**Palavras-chaves:** Geografia da Educação; Desigualdades Territoriais; Política Educacional.

## ABSTRACT

The article problematizes and proposes other theoretical and methodological approaches, from the epistemological field of geography, in its critical aspect, in the understanding of the relationship between school, territory and inequality. It is a qualitative documentary research, focused on national and international academic production between 2005 and 2019. In the analysis, it was found that national research is based on conceptions in the field of the sociology of education, with influence of the concept of territory effect / place effect from Pierre Bourdieu's contributions. At the international level, the research addresses the effects of educational policies, under neoliberal bias, on the expansion of school and spatial inequalities. In both cases, there is little concern in the conceptual debate about the territory. Thus, we problematize the epistemological contributions of geography, in its critical aspect, in the constitution of a theory of space for the understanding of the relationship between school, territory and inequalities, articulating it with the sense of spatial production in capitalism.

**Keywords:** Geography of Education; Territorial Inequalities; Educational politics.

## RESUMEN

El artículo problematiza y propone otros enfoques teóricos y metodológicos, desde el campo epistemológico de la geografía, en su vertiente crítica, en la comprensión de la relación entre escuela, territorio y desigualdad. Se trata de una investigación documental cualitativa, enfocada a la producción académica nacional e internacional entre 2005 y 2019. En el análisis, se encontró que la investigación nacional se sustenta en concepciones en el campo de la sociología de la educación, influenciadas por el concepto de territorio / efecto de lugar de las contribuciones de Pierre Bourdieu. A nivel internacional, la investigación aborda los efectos de las políticas educativas, bajo sesgo neoliberal, sobre la expansión de las desigualdades escolares y espaciales. En ambos casos, hay poca preocupación en el debate conceptual sobre el territorio. Así, problematizamos los aportes epistemológicos de la geografía, en su vertiente crítica, en la constitución de una teoría del espacio para la comprensión de la relación entre escuela, territorio y desigualdades, articulándola con el sentido de producción espacial en el capitalismo.

**Palabras Claves:** Geografía de la educación; Desigualdades territoriales; Políticas educativas.

## INTRODUÇÃO

A relação entre escola e território tem se consolidado como um dos temas de investigação na sociologia da educação brasileira desde o processo de formação deste campo de conhecimento. Luiz Pereira, em 1968, em um dos primeiros trabalhos sobre o tema, tratou das implicações daquilo que denominou de “entorno” sobre as dinâmicas no interior do ambiente escolar, percebendo o lugar da escola nos processos de reprodução social, em especial, das classes populares. Desde então, tem se ampliado os temas e abordagens acerca desta relação, com um amplo conjunto de pesquisas realizadas. Tais análises têm, predominantemente, articulado debates da sociologia urbana, em especial, decorrente das concepções teórico-metodológicas da Escola de Chicago, somados a elementos de método da sociologia da educação francesa, com destaque para as produções desenvolvidas por Pierre Bourdieu em torno do efeito do lugar (1999). Estabelecem então, exames quantitativos aliados as análises qualitativas, operando os conceitos de “efeito de vizinhança” (*neighborhood effects*) e “geografia de oportunidades” como expedientes teóricos para compreender as desigualdades educacionais em ambientes urbanos.

Contudo, apesar dos resultados obtidos por este campo de pesquisa, partimos da hipótese de que as investigações acerca da relação entre escola e território no Brasil ainda pouco avançaram na compreensão das especificidades de nossa formação socioespacial. Parte desta limitação é decorrente da pouca preocupação em aprofundar o debate epistemológico acerca do território e dos sentidos que ele assume na formação social brasileira, marcado por processos territorialmente desiguais, bem como de uma análise que pouco problematiza os efeitos das políticas educacionais no enfrentamento / reprodução de tais desigualdades.

Neste sentido, o presente texto tem como objetivo propor outras formas de conceber a relação entre escola e território no contexto brasileiro, articulando os debates teórico-conceituais desenvolvidos no campo da geografia, na perspectiva crítica, com os trabalhos já desenvolvidos, no Brasil e no mundo, acerca da articulação entre escola, território e desigualdades. Em nossa perspectiva, entre as principais contribuições que esta abordagem pode trazer diz respeito a ampliação do debate epistemológico a partir da ideia de complexidade socioespacial contribuindo para a redefinição de conceitos, como o de território, tomado, muitas vezes, como pano de fundo para ocorrência dos fenômenos educativos. Propomos, portanto, compreender a dimensão espacial do fenômeno educacional, entendendo-o como instância do social (SANTOS, 1996), condição de existência dos fenômenos e processos, o que pressupõe entender que discutir o espaço é fazê-lo no interior de uma teoria acerca dos sentidos que o mesmo assume na dinâmica da reprodução social contemporânea (SOJA, 1993) e no interior da formação socioespacial brasileira.

Para tanto, realizamos revisão das pesquisas que abordam a relação entre escola, desigualdade e território publicadas nos últimos 10 anos no Brasil e no mundo, buscando identificar como elas compreendem e problematizam tal relação. A partir disso, apresentamos, em diálogo com autores da geografia, em sua vertente crítica, outras possibilidades de compreensão teórico-conceitual do território e, conseqüentemente, da relação com a escola e as desigualdades.

O texto encontra-se organizado da seguinte forma: na primeira parte, apresentamos e problematizamos as principais pesquisas encontradas no processo de revisão da literatura que tratam da relação entre escola e território, com o intuito de identificar concepções teórico-metodológicas dominantes, bem como as principais conclusões consolidadas pelas investigações. Após isso, apresentamos um conjunto de autores e ideias do campo epistemológico da geografia objetivando problematizar as possibilidades interpretativas da relação entre escola, território e desigualdades. Nesta seção, também discutiremos como tais abordagens vêm sendo desenvolvidas em processos de pesquisa, principalmente na Inglaterra, com a formação de um campo de investigação denominada de Geografia da Educação. Por fim, apresentamos, brevemente, uma ideia de agenda de pesquisa decorrente dessa articulação entre geografia e os trabalhos em educação, com foco no entendi-

mento da especificidade da formação socioespacial brasileira e da escola pública tem na compreensão do fenômeno educacional.

## **Escola, desigualdade e território: revisando a literatura**

como dissemos, o objetivo principal deste trabalho é problematizar e propor outras abordagens teórico-metodológicas, desde o campo epistemológico da geografia, em sua vertente crítica, para as pesquisas que buscam entender a relação entre escola, território e desigualdade. Para tanto, é fundamental reconhecer que se trata de um campo de pesquisa, no Brasil e no mundo, já consolidado, com especial destaque para os trabalhos no âmbito da sociologia da educação. Mais recentemente, em especial, na Inglaterra e na Suécia, temos visto o aparecimento de pesquisas denominadas de geografia da educação, com ênfase no entendimento das desigualdades espaciais e sua articulação com as desigualdades sociais. Por isso, o intuito desta seção do artigo é construir uma da revisão da literatura, no Brasil e no mundo, com o objetivo de identificar as concepções teórico-metodológicas e as abordagens das pesquisas realizadas interseccionando educação, desigualdade e território.

Para isso, realizamos busca em 6 diferentes bancos de dados acadêmicos (três brasileiros e três internacionais) e utilizamos como recorte temporal o período entre 2005 e 2019. A busca nos bancos de dados foi realizada com os seguintes descritores: “educação, desigualdade e território”, “sociologia da educação”, “geografia da educação”, “desigualdade territorial e educacional”. Os descritores foram utilizados tanto em língua portuguesa quanto inglesa. A partir disso, dividimos os artigos encontrados em dois conjuntos, que passaremos a denominar de revisão 1 e revisão 2. A revisão 1 reúne os textos publicados por pesquisadores e pesquisadoras brasileiros, em periódicos nacionais. Já a revisão 2, reúne os textos, em língua inglesa, publicados em periódicos internacionais.

### Revisão 1: o predomínio do efeito território

No levantamento acerca dos trabalhos nacionais sobre a relação entre escola, território e desigualdade, foram predominantes aqueles feitos a partir do campo de pesquisa sociologia da educação. Os trabalhos reunidos neste primeiro conjunto de revisão (TORRES, FERREIRA e GOMES, 2005; ÉRNICA e BATISTA, 2012; RIBEIRO e KOLINSKY, 2012; COSTA e KOLINSKY, 2012; KOLINSKY e ALVES, 2012; RIBEIRO e VÓVIO, 2017) têm como conceito norteador aquilo que denominam de “efeito território”, em uma derivação do conceito de “efeito de lugar” proposto por Bourdieu (1999).

Um dos primeiros trabalhos que traz esta abordagem trata-se de “Educação e segregação social: explorando o efeito das relações de vizinhança” de Torres, Ferreira e Gomes (2005). Na investigação, os autores visam entender como o fato de residir na periferia impacta na conclusão do Ensino Médio. Ao observarem um aumento na escolarização das crianças de 7 a 14 anos, no início dos anos 2000, os autores reconheceram que a ampliação do acesso à escola não acompanhou uma melhora no desempenho dos estudantes em avaliações padronizadas, fenômeno denominado por eles de “paradoxo da universalização”. Isto é, nas escolas localizadas em áreas periféricas, mesmo com parâmetros operacionais básicos (infraestrutura, docentes e currículo) semelhantes, os alunos tendiam a apresentar performances escolares piores nas avaliações externas. Reconhecendo que variáveis individuais “clássicas”, como renda, sexo, raça e escolaridade dos pais são explicativas para as desigualdades educacionais, os autores questionaram qual o impacto na escolaridade quando, a estas características, são somadas a da localização residencial dos sujeitos.

De fato, é bastante conhecido o argumento de que nas escolas onde alunos de diferentes grupos sociais são misturados a performance escolar dos mais pobres é influenciada pela performance dos demais. No caso do estado de São Paulo, isso parece acontecer, por exemplo, em escolas de cidades pequenas do Oeste do estado, que, de fato, apresentam resultados escolares mais significativos. Porém, nas áreas metropolitanas, o mais provável é que – devido à segregação social existente – a grande maioria dos alunos pobres e filhos de pais com baixa escolaridade só possa estudar em escolas relativamente homogêneas, com crianças do mesmo perfil socioeconômico. (TORRES, FERREIRA, GOMES, 2005, p. 127)

Partindo dos levantamentos realizados sobre o nível de conclusão do Ensino Médio entre jovens de 18 e 19 anos, os autores verificaram que ao lado de sexo e raça, “morar em áreas segregadas faz uma diferença substantiva do ponto de vista das condições de conclusão do ensino médio” (TORRES, FERREIRA, GOMES, 2005, p. 139). Significa dizer, nos termos dos autores que, ao analisar dois jovens, em semelhantes condições socioeconômicas, sendo um residente da periferia e outro de bairros centrais, é mais improvável que o primeiro conclua o Ensino Médio do que o segundo. Tal situação se explica, ainda na ótica dos autores, pela dinâmica de segregação socioespacial na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), que contribui na “transmissão intergeracional” da pobreza e da baixa escolaridade.

Desse modo, ao demonstrarem que a segregação impacta negativamente na performance escolar desses jovens, os autores apontam para necessidade de que as políticas educacionais reconheçam as desigualdades territoriais defendendo o oferecimento de escolas diferenciadas para áreas mais carentes. Exemplificam essa ideia mencionando o projeto dos *Centros de Educação Unificados (CEUs)*, iniciado na gestão municipal de Marta Suplicy, que criaram nas periferias mais vulneráveis escolas diferenciadas “melhorando as condições de escolarização das crianças em pior condição socioeconômica” (p. 129).

Sob as mesmas perspectivas teórico-metodológicas, Érnica e Batista (2012) apresentam os resultados da pesquisa “Educação e desigualdades: educação em territórios de alta vulnerabilidade social”, ocorrida em 2009 na Subprefeitura de São Miguel Paulista, periferia leste da cidade de São Paulo. Baseando-se na ideia de “efeito do território”, a pesquisa buscou entender qual o impacto da vulnerabilidade social sobre as oportunidades educacionais em escolas localizadas em territórios vulneráveis, indagando quais características territoriais mais afetam as oportunidades educacionais. Identificando São Miguel Paulista como uma região de alta vulnerabilidade social pelo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), mapearam os equipamentos e serviços públicos ali oferecidos verificando quais mais asseguravam os direitos sociais à comunidade. Com a caracterização de 61 escolas públicas e seus alunos, produziram etnografias que permitiu diferenciar a composição do corpo discente, pelos recursos culturais de seus familiares, relacionando a vulnerabilidade social do entorno da escola com o desempenho das escolas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Os autores apresentam uma revisão da literatura com base na ideia “efeito de lugar” de Bourdieu (1999). A partir de variações desse conceito, enxergam ser essa a abordagem mais adequada para definir o impacto que o local de residência e as características sociais têm sobre as condições de vida e mobilidade social. Reconhecem que o efeito do território é mais considerável em realidades marcadas por grandes desigualdades socioeconômicas e educacionais, intensificando a segregação sociocultural ali presente e/ou por ter contextos em que o Estado de bem-estar não foi capaz de universalizar direitos sociais. (ÉRNICA; BATISTA, 2012, p. 643).

Portanto, utilizando de análises quantitativas, reconheceram que quanto maior é o nível de vulnerabilidade social do entorno das escolas, mais limitada tende a ser a qualidade de oportunidades educacionais oferecidas a eles. Conclusões encontradas a partir de duas evidências: *i.* o desempenho das escolas no Ideb e *ii.* o desempenho dos alunos na Prova Brasil. Para o Ideb, notaram que as notas por escola tendiam ser menores conforme maior fosse o índice de vulnerabilidade social dos territórios em que as escolas estavam inseridas; e, para o desempenho dos alunos na Prova Brasil, constataram que estudantes com famílias de mesmos recursos culturais acabavam tendo desempenhos distintos a depender

do nível de vulnerabilidade de onde a escola está estabelecida. Assim, o trabalho verificou que as características do entorno de uma unidade escolar permitem explicar as diferenças no desempenho dos estudantes, até mesmo quando possuem o mesmo volume de recursos culturais. Tais conclusões veem a reforçar estudos já realizados sobre a relação da segregação socioespacial com as desigualdades educacionais.

O salto realizado pela pesquisa foi identificar os processos e mecanismos que o efeito do território produz, correlacionando os níveis de vulnerabilidade social do entorno das escolas com as variações dos medidores de qualidade educacional. De modo geral, concluíram que:

[...] a correlação entre a variação nos níveis de vulnerabilidade social do entorno da escola e as variações na qualidade da oferta educacional é produzida por um conjunto de mecanismos ou processos que fazem com que os territórios de alta vulnerabilidade social tendam a acumular desvantagens que restringem as condições de realização de uma oferta educacional de qualidade. Como face correspondente, esses mecanismos ou processos fazem com que as escolas situadas nas áreas mais centrais e com entorno menos vulnerável acumulem vantagens relativas, o que permite a elas um melhor funcionamento e, por extensão, a obtenção de melhores resultados. (ÉRNICA & BATISTA, 2012, p. 650)

Vale mencionar que os autores identificaram que o desempenho escolar dos estudantes está diretamente relacionado com a qualidade na oferta educacional e de serviços à população em territórios de alta vulnerabilidade. Igual correlação, os autores encontraram sobre a distribuição desigual de recursos estatais pelas políticas públicas, assim como a alocação desigual dos docentes bem colocados nos concursos de admissão. Verificaram, ainda, que essa dinâmica estimula uma lógica de quase-mercado onde as escolas concorrem entre si por posições de prestígio numa hierarquia, que interfere no funcionamento interno das escolas e na relação com as outras unidades; o que leva famílias com investimentos educacionais mais intensos e de nível socioeconômico mais alto tenderem à procurar escolas de melhor reputação e com corpo docente de nível socioeconômico mais alto, “reproduzindo no sistema público de ensino padrões de desigualdade encontrados na sociedade” (p.662).

Érnica e Batista evidenciaram, portanto, como o estudo sobre o efeito do território na educação permite identificar tendências explicativas sobre as desigualdades educacionais estarem acumuladas em territórios mais vulneráveis, que, por definição são os que possuem menos recursos para se opor aos desafios que lhe são impostos.

Ribeiro e Kolinsky (2012) trazem nova escala de debate, ao discutir aquilo que denominaram de efeito metrópole e seus possíveis efeitos sobre as desigualdades educacionais. Nesta perspectiva, a relação com a educação é pensada em um contexto metropolitano, ampliando o entendimento da relação que a escola estabelece com o território para além do seu entorno, principalmente focando as análises na escala intra-municipal. O trabalho apresenta importantes contribuições para o debate ao evidenciar a escala metropolitana no entendimento das políticas educacionais e das desigualdades decorrentes delas. Além disso, aponta como a precarização das condições de vida nas metrópoles brasileiras produz efeitos sobre as oportunidades educacionais de crianças e jovens.

Na mesma linha, os trabalhos de Costa e Kolinsky (2012) e Kolinsky e Alves (2012) buscam compreender os efeitos das políticas educacionais, principalmente aquelas vinculadas a lógica neoliberal, produzem desigualdades sobre as oportunidades educacionais. No primeiro, os autores analisam os efeitos daquilo que denominam de “quase mercado oculto”, “políticas que buscam estimular a liberdade de escolha de escolas por parte dos pais visam declaradamente promover processos de melhoria da oferta educacional por meio de mecanismos competitivos” (COSTA e KOLINSKY, 2012, p. 196), sobre a ampliação das desigualdades educacionais. No segundo, retomam o conceito de efeito de vizinhança, outro dos conceitos mobilizados a partir da referência do efeito de lugar, que tem sido utilizado nos debates sobre a relação escola território e desigualdade nesta literatura revisada.

Desse modo, apesar das contribuições trazidas pelas duas pesquisas citadas anteriormente, é possível verificar que o foco da análise está muito mais no conceito de efeito do que, efetivamente, no de território, apresentado, muitas vezes, esvaziado de profundidade epistemológica. Tal esvaziamento não pode ser relacionado, porém, como um problema de

origem, uma vez que a conceituação de efeito de lugar proposta por Bourdieu tem ampla preocupação em compreender como se produzem os lugares e os efeitos que eles têm sobre a reprodução das desigualdades sociais. Para Bourdieu, é fundamental romper com a aparente naturalização dos lugares, o que pressupõe entender a relação entre espaço físico e espaço social. Para o autor,

Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim parecer surgidas da natureza das coisas (basta pensar na ideia de fronteira natural). É o caso, por exemplo, de todas as projeções espaciais da diferença social entre os sexos (na igreja, na escola, nos lugares públicos e até em casa) (BOURDIEU, 1999, p.160)

No entanto, a relação entre espaço físico e social, mediada pela produção social do espaço, um dos fundamentos da perspectiva de Bourdieu, pouco aparece nas análises referidas. Os padrões de segregação urbana discutidos pelos autores são apontados como algumas das causas pela segregação também encontrada na composição da comunidade escolar, em um processo no qual as condições do entorno produzem efeitos sobre a dinâmica escolar. No entanto, o foco no debate sobre o efeito do território na dinâmica escolar acaba, em nossa perspectiva, não possibilitando aos autores uma discussão sobre a produção social do território e sua articulação com diferentes escalas, agentes e processos. Com isso, o território acaba, muitas vezes, sendo tomado como um dado da realidade, pouco problematizado nas contradições que poderia revelar acerca do sentido da cidade e do urbano no capitalismo e na formação territorial brasileira.

Análise semelhante pode ser encontrada no trabalho de Ribeiro e Vóvio (2017), que faz um levantamento de diferentes pesquisas articulando desigualdades territoriais e desigualdades escolares. Ao apresentar os principais temas, metodologias e resultados destas pesquisas, foi possível verificar que elas pouco avançam na problematização conceitual e metodológica do território e sua relação com as desigualdades e a educação. O debate sobre a origem do efeito território que, como vimos, tem suas origens no efeito de lugar proposto por Bourdieu, pouco vem à tona e, portanto, o que se busca são estratégias para minimizar os efeitos do território. Com isso, todas as conclusões das pesquisas analisadas indicam uma relação, pouco problematizada, entre desigualdade territorial e desigualdade escolar.

Se, por um lado, a busca pela diminuição dos efeitos das desigualdades territoriais sobre aquilo que ocorre nas escolas é uma das importantes lições retiradas deste conjunto de pesquisas, por outro, é insuficiente para problematizar e tensionar os processos de reprodução das desigualdades que ocorrem como resultado, entre outras coisas, do entrecruzamento das políticas educacionais com outras políticas públicas e privadas, no contexto do modo de produção capitalista. Ao focar na dinâmica das unidades escolares, buscando compreender como elas atuam no enfrentamento aos efeitos do território, constrói-se uma falsa sensação de que as escolas podem ser entendidas desconectadas de um conjunto mais amplo de políticas públicas e privadas. Por exemplo: como as políticas de bonificação por mérito, adotadas com intensidade a partir da década de 2000 em diversas redes de educação no Brasil e que levam em consideração os resultados dos estudantes em avaliação padronizadas, pressionam os sujeitos das escolas a produzirem, a qualquer custo, estes resultados, inclusive privilegiando estudantes com determinado perfil socioeconômico no momento da matrícula? Como as políticas de gratuidade do transporte público afeta a mobilidade dos estudantes pela cidade, reforçando processos de segregação? Como as políticas de precarização das condições de trabalho afetam as perspectivas de futuro dos jovens e sua visão acerca da escola e das oportunidades que ela pode oferecer de acesso ao mundo do trabalho? Estes são alguns exemplos de questões que, em nossa perspectiva contribuem para um olhar transversal que localiza a política educacional no interior de um debate mais amplo acerca da política pública na dinâmica do capitalismo contemporâneo.

Outro elemento que chama a atenção nos artigos da revisão 1 é certo silenciamento acerca do sentido da produção do espaço na dinâmica capitalista. Apesar da existência de uma ampla literatura acerca das desigualdades inerente as ao tema, tanto na sociologia urbana quanto na geografia urbana, pouco deste arcabouço teórico-metodológico é colocado a serviço de problematizações mais ampliadas sobre as desigualdades educacionais. Pelo contrário, os debates sobre a produção do espaço no capitalismo (formas, processos, disputas, contradições) são colocadas ao largo das discussões centrais dos artigos analisados na revisão 1.

Assim, de forma geral, a análise deste primeiro conjunto de artigos indica uma compreensão do território / lugar sem a prudência categorial e conceitual, utilizando-os de maneira despreocupada em diferenciá-los. Usando como se fossem sinônimos, persistem em vinculá-los a um pedaço qualquer da superfície terrestre que contém objetos e relações, enxergando como palco onde os processos educativos ocorrem. Não são, no entanto, palcos inertes, uma vez que as investigações buscam compreender os efeitos dos mesmos sobre a prática educativa. Mas os efeitos são lidos unilateralmente, ou seja, do território / lugar sobre a escola e os processos educativos, gerando assim, como indicado anteriormente, uma perspectiva de ação que busca construir estratégias didáticas e de gestão escolar com o intuito de minimizá-los. Pouco espaço há, nas abordagens predominantes nos artigos, para análise articulando diferentes escalas, sujeitos e processos, problematizando, por exemplo, como as próprias lógicas diretivas das políticas educacionais participam de processos de produção da cidade no capitalismo, reforçando condições de desigualdades.

## Revisão 2: as políticas educacionais como (re)produtoras de desigualdades

No que se refere a revisão 2, pudemos constatar um conjunto mais amplo de textos que buscam localizar o debate das desigualdades territoriais e educacionais no contexto das reformas educativas neoliberais. Nesta revisão, encontramos autores e artigos que se identificam como pertencentes ao campo da Geografia da Educação, que buscam problematizar tais questões a partir dos contextos canadense (YOON, LUBIENSKI & LEE, 2018), sueco (ANDERSSON, MALBEMRG & OSTH, 2012), inglês (HOLLOWAY & PIMLOTT-WILSON, 2011), sul-africano (KADT et al, 2014) e estadunidense (LAFLEUR, 2016). Em todos os casos, há preocupação em compreender como as políticas educacionais, feitas e implementadas em contextos de políticas públicas neoliberais, têm contribuído para diminuir ou ampliar as desigualdades educacionais e territoriais.

Entre as principais conclusões das pesquisas está a apresentação de evidências que apontam para as conexões entre segregação urbana e políticas educacionais neoliberais. Uma destas evidências está nos efeitos das chamadas políticas de escolha escolar (*school choice*). Tais políticas, amplamente defendidas pelos elaboradores das políticas educacionais neoliberais, parte do pressuposto de que é fundamental dar aos pais o direito de escolherem onde devem matricular seus filhos. Em alguns países, como é o caso do Chile, tal escolha significa ampliar as possibilidades dos estudantes de se matricular em escolas privadas, com a implementação de mecanismos de vouchers escolares. Em outros casos, como na Inglaterra e no Canadá, tais escolhas ocorrem no interior da própria escolarização pública, assumindo, a priori, a desigualdade intra-rede. Segundo os defensores de tal política, a escolha escolar ampliaria a competição entre as unidades escolares, produzindo efeitos de melhora no desempenho geral do sistema educacional.

No entanto, as pesquisas analisadas apontam que a escolha escolar tem contribuído para a estigmatização de escolas, comunidades e bairros, com efeitos sobre a valorização / desvalorização econômica de áreas da cidade. Além disso, o direito à escolha tem se restringido ao conjunto de estudantes de alto poder aquisitivo, contribuindo assim para reforçar desigualdades educacionais e territoriais.

Uma das metodologias utilizadas nas pesquisas analisadas com o intuito de compreender a dinâmica das desigualdades é o mapeamento do deslocamento dos estudantes entre casa e escola. Segundo Andersson, Malmberg & Osth (2012, p. 35-36), ao tratar do caso sueco,

modelando como as distâncias de viagem para a escola são influenciadas por fatores individuais, contexto familiar e pelo contexto de vizinhança, será possível dar uma imagem mais detalhada de como a escolha da escola remodela a composição social e étnica das escolas suecas

Há que se destacar que, no caso brasileiro, as pesquisas sobre mudanças no trajeto casa-escola dos estudantes esbarram na falta de dados públicos disponíveis. Trata-se de dificuldade semelhante a relatadas por Kadt *et al* (2014) acerca do contexto sul-africano.

Com a implementação da política de escolha escolar, os estudantes não são mais obrigados a se matricular nas unidades escolares mais próximas de suas residências, ampliando assim o deslocamento entre casa e escola. No entanto, esta ampliação apresenta inúmeras desigualdades, uma vez que, na maioria dos países onde foi implementada, tal política não veio acompanhada de políticas de subsídio / gratuidade do transporte escolar. Neste sentido, as pesquisas apontam que o direito à escolha escolar é exercido por aqueles que podem, por um lado, arcar com os custos dos deslocamentos casa-escola ou, de outro, arcar com os custos de viver em áreas da cidade nas quais se localizam as escolhas consideradas de melhor qualidade que são também as áreas mais bem providas de equipamentos públicos e privados. No caso canadense e sueco, onde se desenvolveu, nas últimas décadas, um sistema de estado de bem-estar social, tal política tem contribuído para ampliar desigualdades e alterar o sentido da escola enquanto direito. Como aponta Yoon, Lubienski & Lee, (2017, p. 294)

O padrão de mobilidade estudantil indica um nível crescente de segregação e a possibilidade dos pais escolherem a escola não com base na qualidade da escola, mas nas características socioeconômicas das escolas ou das áreas em que estão localizadas

Conclusões semelhante são apresentadas por Kadt *et al* (2014) em relação à realidade Sul-Africana, com um agravante: verifica-se ampliação de desigualdades em um sistema educacional amplamente desigual, que ainda busca superar as marcas das décadas de dominação colonial e de apartheid. Como apontam as autoras, “os dados apresentados ilustram que, mesmo em um contexto de disponibilidade limitada de recursos, crianças e famílias estão dispostas a fazer investimentos substanciais para ter acesso a oportunidades educacionais de maior qualidade” (KADT *et al*, 2014, 9. 185).

Outro importante estudo é o realizado por Kotok *et al.*(2017) que analisa a recente ampliação da segregação racial no sistema escolar estadunidense, com foco no estado da Pensilvânia, a partir da adoção das políticas de escolha escolar, materializada com a implementação das escolas charters. Segundo os autores, havia uma expectativa dos defensores do modelo charter que ele produziria mais oportunidades para estudantes de baixa renda e diminuiria a segregação escolar encontrada nas escolas públicas. No entanto, os resultados das pesquisas apontam mudança na composição socioeconômica e racial das escolas charters na direção de reforçar comunidades escolares mais homogêneas. Em termos objetivos significa dizer que os estudantes de baixa renda, negros e latinos tendem a ser matriculados em escolas charters onde predomina este perfil socioeconômico e racial em percentual mais elevado daquele encontrado em suas escolas de origem. Para os autores, isto significa importante retrocesso na luta contra a segregação que tem marcado, desde a década de 1960, os movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos.

Outra evidência encontrada pelos autores diz respeito ao que denominaram de “dinâmica da porta giratória”, ou seja, uma mobilidade acima da média entre os estudantes transferidos de escolas públicas tradicionais para escolas charters, indicando possíveis problemas de adaptação ao novo modelo. Segundo os autores,

Essa mobilidade é exacerbada pelo fato de que muitas das escolas *charter* na Pensilvânia têm pior desempenho acadêmico do que as escolas públicas tradicionais (TPS) de origem; algumas, é claro, superaram as escolas TPS (CREDO, 2011). Para que a escolha da escola cumpra sua promessa de equidade, a compensação por essa maior transitoriedade do aluno deve pelo menos beneficiar os alunos por meio de escolas mais equitativas e racialmente diversificadas. Embora existam alguns exemplos de escolas *charter* de minorias segregadas e bem-sucedidas, os formuladores de políticas também devem considerar o impacto nas escolas de origem dos alunos, as escolas *charter* menos bem-sucedidas e o aumento da segregação e mobilidade neste novo mercado de ensino para julgar se a escolha da escola melhorou a educação (KOTOK *et al*, 2017, p. 436-437)

Bell (2009) também analisa se as políticas de escolha escolar estão produzindo igualdade de oportunidades educacionais nas cidades do meio-oeste estadunidense. Em sua perspectiva, é fundamental compreender como pais e estudantes constroem, efetivamente, a escolha escolar. Quais variáveis são levadas em consideração neste processo? Na contramão do que os defensores das políticas de escolha escolar apontam, as evidências encontradas pela autora indicam amplas desigualdades de classe que impactam no direito dos pais e estudantes a esta escolha.

Parece relativamente inócua notar que as escolhas dos pais são limitadas. Mas quando você considera como as desigualdades sociais existentes moldaram esses limites por meio da influência quase invisível dos recursos, o significado desse limite se torna mais claro. As desigualdades estruturais nas redes sociais, padrões de matrícula e históricos acadêmicos são fatores convincentes e pouco documentados na tomada de decisão dos pais. Mesmo que a escolha faça com que as escolas melhorem em todos os níveis, não temos razão para acreditar que esses recursos funcionarão de forma mais equitativa ou se tornarão menos relevantes para a construção do conjunto de escolha (BELL, 2009, p. 206)

Tais desigualdades, por sua vez, contribuem para ampliar as desigualdades no sistema escolar, levando os estudantes maiores oportunidades a se matricularem nas escolas com melhores condições, sendo o oposto verdadeiro. Com isso, podemos verificar como as políticas de escolha escolar podem produzir exatamente o efeito contrário daqueles expressos nos discursos e documentos dos defensores de tal medida. Como aponta a autora,

Os mercados escolares são frequentemente vistos como abertos, imparciais e justos. Sugere-se que, se simplesmente dermos escolha aos pais, eles selecionarão a melhor escola do conjunto existente. Mas essa lógica direta não leva em conta os fatores sociais e históricos que moldam a tomada de decisão dos pais. Embora a oferta de escolas de qualidade seja importante, se a escolha é proporcionar ganhos de equidade significativos, nossas políticas devem levar melhor em consideração as quase invisíveis desigualdades sociais e históricas que restringem as escolas que os pais estão dispostos a considerar (BELL, 2009, p. 207).

Na mesma linha de discussão vai a pesquisa desenvolvida por Fjellman; Yang Hansen; Beac (2019) que busca compreender as implicações das políticas de quase-mercado sobre as oportunidades educacionais na Suécia. Entre os resultados, os autores verificam uma importante reestruturação espacial do sistema educacional Sueco, com maior mobilidade dos estudantes entre bairros e cidades. Com isso, identificam mudanças na distribuição espacial das escolas em toda a Suécia, com a diminuição dos chamados municípios autossuficientes, ou seja, aquelas que são capazes de atender, com unidades escolares em seu território, todos os estudantes em idade escolar. Segundo os autores,

Em 1997, 276 dos 290 municípios ofereciam pelo menos uma escola secundária local, enquanto em 2011 apenas 264 municípios tinham pelo menos uma alternativa educacional disponível. Isso se traduz no encerramento de todo o ensino médio em 12 municípios ao longo de 14 anos. Dez desses encerramentos ocorreram entre 2008 e 2011. Metade deles ocorreu em municípios de baixa densidade populacional, um em um município rural, um em um município industrial e os dois últimos ocorreram em municípios menores com menos de 15.000 habitantes (FJELLMAN; YANG HANSEN; BEAC, 2019, p. 529).

Tal mudança, na perspectiva dos autores, pode implicar no direito à educação das gerações futuras, uma vez que terão que se locomover em distâncias maiores para conseguirem estudar. Segundo os dados da pesquisa, a diminuição da oferta de educação é maior nas áreas rurais, resultando em maior deslocamento da população da área rural para a cidade.

Municípios não urbanos apresentaram taxas crescentes de estudantes se deslocando para suas contrapartes urbanas, contribuindo para empobrecer esses municípios de estudantes. Municípios escassamente povoados e menores representavam a maioria dos municípios afetados pelo fechamento de todo o ensino médio local. Conectando-se a provedores privados agrupados em municípios metropolitanos, urbanos e urbanos, os suprimentos educacionais estão gradualmente sendo dispersos de forma diferente. Os alunos agora estão procurando (ou são forçados a procurar) em outro lugar para sua educação em maior extensão, e isso afetará a sobrevivência escolar em áreas onde o fluxo de alunos é alto. O planejamento educacional (usando princípios de mercado) teve, portanto, implicações significativas para as oportunidades educacionais para alunos em diferentes municípios (FJELLMAN; YANG HANSEN; BEAC, 2019, p. 534).

Assim, é possível perceber que tais pesquisas apontam uma complexa dinâmica entre a implementação de políticas educacionais, principalmente aqueles vinculados ao neoliberalismo e as desigualdades educacionais e espaciais. As pesquisas, mesmo que de forma inicial, apontam para a necessidade de compreender como as políticas educacionais neoliberais são importantes indutores de desigualdades. No entanto, encontramos, ainda de forma bastante esparsa e tímida, nas pesquisas aqui reunidas um exercício de definição teórico-conceitual que busque articular escola, desigualdade e território na dinâmica atual do capitalismo. Ainda o território é apresentado desconectado de uma teoria do espaço, em especial, de um a teoria social que busque reconstruir o espaço como uma importante categoria interpretativa da realidade. Sendo assim, é nesta lacuna que, na próxima seção do artigo, buscaremos avançar a partir das contribuições teórico-metodológica da geografia em sua perspectiva crítica.

## Redefinindo conceitos e relações: a produção social do território

desde a década de 1970, temos verificado um movimento, nas ciências sociais, denominado por diferentes autores (HARVEY, 1980; MASSEY, 2002; SOJA, 1993; SMITH, 1988) de virada espacial (*spatial turn*). Em termos gerais, a virada espacial pode ser compreendida como um processo de revalorização da dimensão espacial dos fenômenos nas pesquisas em ciências sociais à luz de uma perspectiva crítica. No caso das pesquisas desenvolvidas no âmbito da geografia tal virada espacial veio acompanhada de uma mudança na compreensão do próprio espaço, tomado não como pano de fundo das ações sociais, mas em relação dialética com a sociedade e todas as suas contradições (de classe, raça, gênero etc.). Como aponta Soja (1993),

A estrutura do espaço organizado não é uma estrutura separada, com suas leis autônomas de construção e transformação, nem tampouco é simplesmente uma expressão da estrutura de classes que emerge das relações sociais (e, por isso, a-espaciais?) de produção. Ela representa, ao contrário, um componente dialeticamente definido das relações de produção gerais, relações estas que são simultaneamente sociais e espaciais (p.99)

De forma hegemônica, as concepções de espaço que têm norteado as pesquisas discutidas na primeira parte deste texto se fundam em uma compreensão da dissociação entre o social e o espacial; nesta concepção, o espacial é tomado como o campo de ocorrência dos fenômenos sociais. Para exemplificar, no caso das pesquisas sobre educação, essa compreensão poderia resultar no entendimento da escola como peça em um jogo de tabuleir que, independentemente de onde estiver, não resultará em alteração nas dinâmicas internas e nas relações com o entorno. É importante destacar que esta crítica a concepção do espaço como imóvel e como um dado, a priori da realidade, está também nos fundamentos da renovação teórica da geografia brasileira ocorrido na virada das décadas de 1970 e 1980. Como aponta Santos (1996),

Isto explica por que a ciência espacial que desejamos não é a Geografia oficial. E a geografia “viúva do espaço” não é a ciência espacial que deveria ser. A Geografia, tal como ela é hoje, ajuda a desenvolver e a manter um saber ideológico, enquanto as demais disciplinas espaciais fornecem os instrumentos, métodos e técnicas utilizados para tornar realidade as ideologias a serviço do grande capital. O novo saber dos espaços deve ter a tarefa essencial de denunciar todas as mistificações que as ciências do espaço puderam criar e difundir (p. 215).

Assim, a perspectiva que adotamos neste trabalho visa reafirmar que toda produção social é também produção espacial, uma vez que altera a ordem da coexistência dos fenômenos, mudando as lógicas de uso, de apropriação e, na dinâmica capitalistas, os valores de uso e de troca. Trata-se de reconhecer que, “os dois conjuntos de relações estruturadas (o social e o espacial) são não apenas homólogos, no sentido de proverem das mesmas origens no modo de produção, como dialeticamente inseparáveis” (SOJA, 1993, p.99).

Assumir esta perspectiva, no entanto, não significa enfatizar a dimensão espacial dos fenômenos como se a mesma, isolada e individualmente, fosse capaz de explicar a realidade. Partimos do pressuposto, fundado no materialismo histórico-dialético, de que a realidade é síntese de múltiplas determinações. Ao adotar uma postura que prioriza o espacial em detrimento das outras determinações da realidade, podemos resultar naquilo que Soja (1993) denominou de fetichismo do espaço e que continua presente na recente historiografia da geografia, quando nos deparamos com leituras que colocam os lugares / espaços como sujeitos da história, como, por exemplo, em frases do tipo: a região sudeste do Brasil explora a região nordeste ou, em outra escala, os Estados Unidos exploram o Brasil. Trata-se, assim, daquilo que Lacoste (1991) denominou de Geografismos, leituras estruturalistas do espaço, que contribuem para ocultar a complexidade do social e da própria relação socioespacial.

Se, como ponto de partida, tomamos a relação socioespacial, é importante, para que possamos avançar na análise, compreender o sentido que ela assume no modo de produção capitalista. Segundo Soja (1993):

No capitalismo contemporâneo (deixando de lado, por ora, a questão da transição e da reestruturação, suas causas, seu momento etc.), as condições subjacentes à continuação da sobrevivência do capitalismo se modificaram. A exploração do tempo de trabalho continua a ser a fonte primordial da mais-valia absoluta, mas dentro dos limites crescentes que decorrem da redução na duração do dia de trabalho, dos níveis mínimos de salário e dos acordos salariais, e de outras conquistas da organização da classe trabalhadora e dos movimentos sociais urbanos. O capitalismo foi forçado a deslocar uma ênfase cada vez maior para a extração da mais-valia relativa, através das mudanças tecnológicas, das modificações na composição orgânica do capital, do papel cada vez mais invasivo do Estado e das transferências líquidas dos excedentes, associados à penetração do capital em esferas não inteiramente capitalistas da produção (internamente, através da intensificação, e externamente, através do desenvolvimento desigual e da “extensificação” geográfica para regiões menos industrializadas do mundo inteiro). Isso exigiu a construção de sistemas totais, a fim de garantir e regular a serena reprodução das relações sociais de produção. Nesse processo, a produção do espaço desempenha um papel crucial. Foi essa troca de importância entre a temporalidade e a espacialidade do capitalismo que instigou Lefebvre a afirmar que “a industrialização, antes produtora do urbanismo, é agora produzida por ele” (p. 111)

No entendimento da dimensão espacial das condições de reprodução do capitalismo contemporâneo, dois aspectos emergem na análise: de um lado, o reconhecimento da multiescalaridade dos fenômenos e, do outro, a apreensão do desenvolvimento geográfico desigual. No âmbito das pesquisas que assumem a concepção crítica da realidade, isso significa adotar o pressuposto de que “a reestruturação geográfica da economia espacial é sempre desigual; portanto, a reestruturação urbana em uma região da economia nacional ou internacional pode ser acompanhada, tanto em qualidade ou quantidade, natureza ou intensidade, por uma reestruturação em outra região” (SMITH, 2007, p.20). Trata-se, neste sentido, de reconhecer o desenvolvimento geográfico desigual como uma das condições de reprodução do capitalismo desde o seu processo de formação. Se antes tínhamos uma dinâmica espacial marcada pelo avanço sobre novas fronteiras, ou seja, territórios ainda não hegemônicos pela lógica do capital, o que vemos agora em um mundo globalizado, é a produção de novas desigualdades geográficas a partir da revalorização / desvalorização de territórios.

Nestes termos, a desigualdade socioespacial deixa de ser entendida não como um reflexo do desenvolvimento capitalista, mas como meio, condição e produto dele (CARLOS, 2011). Assumindo tal pressuposto, defendemos a necessidade de localizar o debate sobre a relação entre escola, desigualdade e território problematizando o lugar que as desigualdades

cumprem na reprodução de uma sociedade fundada no conflito de classes, raça, gênero. Isso pressupõe, ainda, considerar as diferentes escalas espaço-temporais do entendimento da relação dessa tríade.

Com isso, a interpretação geográfica não apenas identifica essas desigualdades apreendidas pelas diferentes escalas, mas explica que esta é a forma que o capitalismo tem de se reproduzir espacialmente (HARVEY, 2015); trazendo à luz a ideia de complexidade espacial. Considerando ser próprio do modo capitalista de produção um desenvolvimento contraditoriamente espacializado, a diferenciação geográfica retratada nas paisagens, revela e esconde uma sobreposição de camadas que ficam evidentes em pequenos recortes escalares como em um bairro ou num conjunto de ruas, sendo possível identificar significativos abismos sociais. A complexidade espacial, portanto, está em reconhecer a existência dessa situação geográfica, percebendo que a paisagem não é um produto passivo do capital, mas que ela também produz tais relações espaciais (HARVEY, 2016). Por fim, a Geografia realçando essa complexidade espacial demonstra que o espaço é meio, condição e produto para reprodução social, negando interpretações que o entendam como palco e, reafirmando o caráter indispensável da ciência geográfica nas análises de políticas públicas.

É nestes termos que pensamos ser fundamental reconstruir, teórico e metodologicamente, as análises entre escola, desigualdades e território, inserido este último conceito em uma teoria do espaço. Nesta perspectiva, o território passa ser uma das categorias de análise do entendimento da produção social do espaço no capitalismo, com foco no sentido desta produção na formação socioespacial brasileira. Como aponta Santos (1977)

Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Desse ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares (p. 87)

Reconhecendo as especificidades de nossa formação socioespacial podemos localizar os sentidos, inclusive territoriais, que a escola pública tem assumido neste contexto. Em nossa perspectiva, pensar a escola pública no Brasil é discuti-la no interior de uma formação socioespacial marcada por amplos processos de desigualdades, de racismo estrutural, de violência e de violação de direitos básicos. Isso pode nos ajudar a evitar interpretações reducionistas na relação entre escola, desigualdade e território, que resultam também em propostas políticas que centram na escola a responsabilidade pelo combate à desigualdade. Como vimos, nos casos das pesquisas sobre as políticas educacionais de quase-mercado em todo mundo, tal reducionismo tem contribuído para ampliar as desigualdades.

Além disso, é fundamental incorporar o debate sobre o sentido da política pública no capitalismo contemporâneo, tensionando os limites e possibilidades do exercício da cidadania na dinâmica do modo de produção capitalista. Destaca-se, ainda, que é do interesse dessa “nova razão do mundo”, o neoliberalismo tratado por Dardot e Laval (2016), o negligenciamento das questões territoriais dos eventos sociais. Com isso, implementa-se políticas que homogeneízam os contextos, instrumentalizando a complexidade espacial que acaba ampliando as desigualdades e alavanca o pensamento meritocrático da lógica neoliberal. Cabe também, nesta discussão, discutir o lugar que as políticas públicas têm desempenhado na reprodução capitalista, ou seja, na reprodução das condições de produção do capital, instaurando novas frentes de valorização capitalista, em especial, com o ataque as frágeis bases de proteção social constituída a partir de tentativas de instauração de um estado de bem-estar social, e que tem resultado na mercantilização veloz de direitos sociais (saúde, educação, moradia, cultura, alimentação, etc.).

Por fim, é imprescindível reconhecer a escola como território onde se reinventa a política e o mundo, privilegiando a compreensão multiescalar do fenômeno educativo. Para isso, propomos novas dimensões para pensar o efeito de lugar. Em nossa perspectiva, no lugar do efeito caberia tratar da força do lugar, nos termos propostos por Santos (2004): como escala na qual os sujeitos se apropriam do mundo, tendo a possibilidade de subverter a ordem global e, desde o lugar, reinventar o sentido do mundo. Isso significa romper com

visões reducionistas que encerram as fronteiras da escola em si mesmas. O diálogo entre a escola e o território pressupõe multiescalaridade, o que significa compreender que ambos são resultados de fenômenos articulados em diferentes escalas espaço-temporais. Por isso, é fundamental discutir os sentidos da escola e do espaço na dinâmica capitalista, não para reduzi-los ao mesmo, em uma lógica estruturalista, mas para compreender as tensões e conflitos decorrentes da dinâmica própria da totalidade social, sempre aberta, incompleta, em transformação.

## Considerações finais

como buscamos demonstrar no decorrer deste texto, as pesquisas sobre escola, desigualdade e território têm, hegemonicamente, posto a ênfase do debate conceitual mais nos dois primeiros conceitos desta tríade analítica, sendo pouco visível uma preocupação epistemológica acerca do território e das diferentes interpretações que o mesmo pode assumir no interior de uma teoria do espaço. Com isso, o que temos visto é um conjunto de pesquisas que apesar de trazer importantes contribuições no entendimento da relação entre escola e desigualdade, pouco contribuem no entendimento de como a relação entre escola, desigualdade e território pode ser entendida como expressão de uma relação mais complexa entre reprodução social e produção espacial, no interior do modo de produção capitalista.

Assim, nesta leitura, as pesquisas têm focado mais no debate de como as escolas e as políticas educacionais podem minimizar os efeitos das desigualdades territoriais, apostando tanto em ações intraescolares, com ênfase na gestão pedagógica, como em medidas que envolvam o conjunto mais amplo das políticas educacionais. De qualquer modo, temos uma interpretação que dissocia as políticas educacionais das demais políticas (públicas e privadas) que estão diretamente relacionadas ao processo de produção e reprodução destas desigualdades socioespaciais.

Desse modo, propusemos na parte final deste trabalho, outra forma de compreender a relação entre escola, desigualdade e território, situando a mesma no interior de uma teoria do espaço. Nesta perspectiva, tomamos o espacial como dialeticamente relacionado como o social, como instância e condição de existência. Além disso, buscamos problematizar como esta relação socioespacial é estratégica no processo de reprodução do modo de produção capitalista, com ênfase na contemporaneidade. Com isso, pensamos que é fundamental redefinir o território, um dos conceitos possíveis para o entendimento da relação socioespacial na contemporaneidade, com ênfase no entendimento de como o poder conforma tal relação, no interior desta perspectiva e, assim, permitindo repensar o sentido das políticas educacionais com foco no entendimento da tríade escola, desigualdade e território.

Em nossa perspectiva, algumas mudanças de interpretação podem decorrer desta modificação epistemológica. Dentre elas, gostaríamos de destacar o entendimento das desigualdades socioespaciais como condição, meio e produto do modo de produção capitalista que pode levar aos pesquisadores à necessidade de entendimento dos processos que produzem tais desigualdades, buscando situar as políticas educacionais neste processo. Isto significa discutir e problematizar qual a intencionalidade espacial das políticas educacionais, reconhecendo seus sentidos e lógicas que a implementação da política tem na contribuição ou reversão dos processos de (re)produção das desigualdades socioespaciais. Por exemplo, as políticas de escolha escolar, próprias do ideário neoliberal no contexto da nova gestão pública, contribuem para ampliar ou diminuir as desigualdades socioespaciais? Quais são os sujeitos desta pesquisa? Como as políticas educacionais dialogam com outras políticas públicas? Como o entendimento dos sujeitos das atuais políticas educacionais contribuem na compreensão dos sentidos hegemônicos que possuem e nas implicações socioespaciais que produzem? Como as políticas educacionais contribuem na lógica de desenvolvimento geográfico desigual, essencial ao desenvolvimento capitalista? Estas são algumas das questões que podem emergir a partir desta mudança epistemológica acerca da relação

entre escola, desigualdade e território e que podem se constituir em ampla agenda de pesquisa, focada em diálogos intersetoriais e interdisciplinares e no entendimento do papel desempenhado pela política educacional no processo de produção desigual dos territórios no capitalismo.

Assim, por esse enfoque, as pesquisas sobre a relação entre escola, desigualdade e território podem ampliar sua capacidade de análise se buscarem problematizar a relação entre o espacial e o social e, com isso, redefinir os escopos e objetivos de análise. Tais contribuições teórico-metodológicas são resultantes do conjunto de pesquisas que temos desenvolvido nos últimos anos e que buscam instigar novos diálogos e percursos de pesquisa, apontando outras formas de interpretação da relação entre escola e território, para além das lógicas gerenciais e estruturalistas que têm marcado o debate. Redefinir esta relação, por sua vez, pode contribuir ao entendimento e enfrentamento das atuais políticas educacionais sob a ótica neoliberal, que têm concebido a escola e os seus sujeitos como essenciais no processo de reprodução das desigualdades.

## Referências

ANDERSSON, E., MALMBERG, B., ÖSTH, J.. Travel-to-school distances in Sweden 2000-2006: Changing school geography with equality implications. **Journal of Transport Geography**. 23. 10.1016, 2012.

BELL, C. A. **All choices created equal? The role of choice sets in the selection of schools**. Peabody Journal of Education. **Anais...abr.** 2009

BOURDIEU, P.. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, P. (Coord.). **A Miséria do mundo**. 3ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 159-166.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

COSTA, M., KOSLINKSKI, M. C.. Escolha, estratégia e competição por escolas públicas. **Proposições**. Campinas, v. 23, n. 2, 2012.

ÉRNICA, M.; BATISTA, M. A. G. A Escola, a metrópole e a vizinhança vulnerável. **Cadernos de Pesquisa**. V. 42, n 146, 2012.

FJELLMAN, A. M.; YANG HANSEN, K.; BEACH, D. School choice and implications for equity: the new political geography of the Swedish upper secondary school market. **Educational Review**, v. 71, n. 4, p. 518-539, 4 jul. 2019.

HARVEY, D.. **A Justiça Social e a Cidade**. Trad. de Armando C. da Silva. São Paulo: Editora HUCITEC, 1980 [1973].

HOLLOWAY, S. L.; PIMLOTT-WILSON, HELENA; (2011) The politics of aspiration: neo-liberal education policy, 'low' parental aspirations, and primary school Extended Services in disadvantaged communities, **Children's Geographies**, 9:1, 79-94, 2011.

IPEA. **Atlas da Violência**. Brasília: IPEA, 2020.

KADT, J. DE; NORRIS, S. A.; FLEISCH, B.; RICHTER, L.; ALVANIDES, S. Children's daily travel to school in Johannesburg-Soweto, South Africa: geography and school choice in the Birth to Twenty cohort study, **Children's Geographies**, 12:2, 170-188, 2014.

KOSLINKSKI, M. C.; ALVES, F.. Novos olhares para as desigualdades de oportunidades educacionais: a segregação residencial e a relação

favela-asfalto no contexto carioca. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n.120, p. 805-831, jul./set. 2012.

KOTOK, S. et al. School Choice, Racial Segregation, and Poverty Concentration: Evidence From Pennsylvania Charter School Transfers. **Educational Policy**, v. 31, n. 4, p. 415-447, 1 jun. 2017.

- LAFLEUR, J. Locating Chicago's charter schools: A socio-spatial analysis. **Education Policy Analysis Archives**, 24(33). 2016.
- MASSEY, D.. Introduction - Geography matters. In: MASSEY, Doreen; ALLEN, John. **Geography matters!** Cambridge: Open University/Cambridge University Press, 2002 [1984], p. 1-11.
- RIBEIRO, L. C. Q.; KOSLINKSKI, Mariane Campelo. Efeito metrópole e acesso às oportunidades educacionais. **Revista Eure**, vol. 35, nº 106, 2009.
- RIBEIRO, V. M.; VÓVIO, C. L. Desigualdade escolar e vulnerabilidade social no território. **Educar em Revista**. Curitiba, n. Especial 2, 2017.
- SANTOS, M. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e método. **Boletim Paulista de Geografia**. N. 54, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova**. 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2004.
- SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- TORRES, H. G., FERREIRA, Maria Paula; GOMES, Sandra. Educação e segregação social: explorando as relações de vizinhança. In: MARQUES, E. e TORRES. H.G. (orgs.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade**. São Paulo: Editora do Senac, 2005, p. 123-142.
- TORRES, H. G. et al. Educação na periferia de São Paulo: ou como pensar as desigualdades educacionais? In: RIBEIRO, L. C. Q.; KAZTMAN, R. (orgs.). **A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital, FAPERJ, 2008.
- YOON, E.; LUBIENSK, C. I.; LEE, J.. The geography of school choice in a city with growing inequality: the case of Vancouver, **Journal of Education Policy**, 33:2, 279-298, 2018.

# **HEGEMONIAS TEMÁTICAS, CONCEITUAIS E DE ATORES DA GEOGRAFIA:** O caso da Revista da ANPEGE no Brasil

**THEMATIC, CONCEPTUAL AND ACTORS' HEGEMONIES IN  
GEOGRAPHY:** The case of the Journal ANPEGE in Brazil

**HEGEMONÍAS TEMÁTICAS, CONCEPTUALES Y ACTORES  
DE LA GEOGRAFÍA:** El caso de la Revista ANPEGE en Brasil

## RESUMO

O objetivo deste artigo é compreender como se estruturam as hegemonias científicas em termos de temáticas, conceitos e atores na Revista da ANPEGE, como um experimento-piloto para análise do campo científico da geografia no Brasil. Foram considerados 251 artigos publicados pelo referido periódico científico entre os anos 2003 e 2018, sendo adotados os parâmetros de referências, palavras-chave, autorias e suas respectivas procedências institucionais. A metodologia utilizada foi a análise de redes sociais com o apoio do *software Gephi*. Os resultados nos permitem afirmar que as centralidades, tanto de pessoas quanto de ideias, reportam para um conjunto epistêmico significativamente hierárquico, concentrado e relativamente homogêneo.

**Palavras-chave:** Produção Científica; Poder; Geografia; Epistemologia; Análise de Redes.

## ABSTRACT

This paper aims at understanding how scientific hegemonies are structured in terms of themes, concepts and actors in the Journal ANPEGE, as a pilot experiment for the analysis of the geography scientific field in Brazil. Two hundred and fifty-one papers published by the said Journal between 2003 and 2018 were included. The inclusion parameters adopted were references, keywords, authors and their respective institutional origins. The methodology employed was social network analysis assisted by the software Gephi. Our results point out that centralities, both of people and ideas, are geared towards an epistemic set significantly hierarchical, focused and relatively homogeneous.

**Keywords:** Scientific Production; Power; Geography; Epistemology; Network Analysis.

## RESUMEN

El objetivo de este artículo es comprender cómo se estructuran las hegemonías científicas en términos de temas, conceptos y actores en la Revista ANPEGE, como un experimento piloto para analizar el campo científico de la geografía en Brasil. Se consideraron 251 artículos publicados por la referida revista científica entre los años 2003 y 2018, adoptando los parámetros de referencias, palabras clave, autoría y sus respectivos orígenes institucionales. La metodología utilizada fue el análisis de redes sociales con el apoyo del software Gephi. Los resultados nos permiten afirmar que las centralidades, tanto de personas como de ideas, informan a un conjunto epistémico significativamente jerárquico, concentrado y relativamente homogéneo.

**Palabras-clave:** Producción científica; Poder; Geografía; Epistemología; Análisis de Red.

## Introdução

Este artigo é um experimento-piloto para análise do campo científico da geografia no Brasil e tem como objetivo compreender como se estruturam as hegemonias científicas em termos de temáticas, conceitos e atores na Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE).

A produção científica é majoritariamente veiculada por artigos publicados em periódicos que servem simultaneamente para salvaguardar a memória dos movimentos temáticos e conceituais que estruturam um campo de saber. A geografia brasileira passou por transformações significativas nas últimas duas décadas, tanto em termos de difusão espacial de produção científica, como o da proliferação de meios de comunicação, notadamente a publicação de artigos. Um dos principais elementos dessa transformação foi a mudança das políticas de pós-graduação implementadas no país nas primeiras décadas do século XXI. Na geografia mais de 50% dos programas de pós-graduação foram criados entre os anos 1998 e 2014 (Sant'anna Neto, 2014). A formação de mestres, doutores e a abertura de cursos de pós-graduação em várias regiões do país gerou um aumento de produção científica e uma diversificação interna de interesses de pesquisa geográficas, majoritariamente ligadas às áreas em que os programas passaram a funcionar.

Os conhecimentos que passaram a ser produzidos com intensidade e diversificação na geografia brasileira constituem uma riqueza a ser conhecida pela comunidade científica, conforme também aponta Suertegaray (2016). Assim, para empreender esforços na criação de metodologias de análise, propomos o estudo de caso da Revista da ANPEGE como uma pesquisa piloto que está sendo estendida para um escopo mais amplo da geografia brasileira.

Escolhemos a Revista da ANPEGE, criada em 2003, por sua valoração simbólica e material da comunidade científica geográfica, bem como pela amplitude de seu escopo temático e projeção institucional. Para este estudo foram utilizados 251 artigos publicados pelo referido periódico científico entre os anos 2003 e 2018, sendo adotados os parâmetros de referências, palavras-chave, autorias e suas respectivas procedências institucionais. A metodologia utilizada foi a análise de redes sociais com o apoio do *software Gephi* para a exploração topológica e modular das redes de palavras-chave e referências.

O artigo está organizado em duas seções. Na primeira parte do artigo elaboramos nosso posicionamento sobre produção científica e propostas de análise dessa produção. Na segunda seção evidenciamos as tendências conceituais, temáticas e a centralidade de determinados atores sociais que foram ativos na produção científica comunicada pela Revista da ANPEGE.

## Espacialidades acadêmicas e produção científica

No curso de duas décadas ocorreu um expressivo aumento do número de programas de pós-graduação no território brasileiro. Este processo não o foi diferente na Geografia, a área atualmente registra 77 cursos *stricto sensu*, o que corresponde a mais do que o triplo em relação aos 19 existentes em 1998 (Dantas, 2017). Acompanhado deste fenômeno também ocorreu um processo de interiorização destes cursos, ampliando a oferta para além do Sudeste e de algumas capitais no Sul e Nordeste, visando mitigar assimetrias regionais e promover um desenvolvimento mais generalizado no território nacional (Sant'anna Neto, 2014). Todavia, segundo terminologia utilizada por Dantas (2017) na última avaliação de área da CAPES, os programas de pós-graduação em Geografia no país estariam hierarquizados em três categorias: área core (das metrópoles São Paulo e Rio Janeiro, com evidente destaque para USP e UFRJ); periferia próxima (interior de São Paulo, com UNESP-PP e UNICAMP, e do Rio, UFF, e Minas Gerais, sobressaindo UFMG); e periferia distante (nas regiões Nordeste, como UFC e UFPE; Sul, com UFRGS e UFPR; e Centro-Oeste, UFG e UnB).

Neste sentido, um estudo de Sposito (2016) interessado na compreensão do intercâmbio entre os programas de pós-graduação, a partir dos membros externos convidados para bancas de mestrado e doutorado em Geografia no país, identificou conexões muito expressivas e intensas entre docentes da USP, UFRJ e UNESP-PP. Conexões menos salientes, mas com reciprocidade razoável, foram observadas entre pesquisadores de universidades que poderiam ser designadas de periferia próxima e das periferias distantes.

O entendimento de tais assimetrias reporta fundamentalmente para relações em que o poder é exercido, o seja em menor ou em maior grau. Fourez (1995) ressalta que o conhecimento engendra o poder e, por conseguinte, a possibilidade de decisão pautada pela política. Nestes termos, quando falamos em política científica há dois sentidos distintos mas que se retroalimentam: “a) política *para* as ciências (ponto de vista dos cientistas e subsídios); b) política *pelos* ciências (ponto de vista dos políticos e tecnocracia)” (Fourez, 1995, p. 223). Torna mais complexa a conjuntura acadêmica as demandas das diferentes grades de interesse e de leitura da sociedade, como o são, por exemplo, a econômica, a feminista e a ecologista, pois distintas diretrizes morais e jurídicas são adotadas e defendidas por cada uma. Desta feita, mudanças no sistema de ensino e fomento para a pesquisa reverberam diretamente nestas articulações no espaço acadêmico dada a forte influência do campo político neste contexto, sobretudo, em função do custo econômico da atividade científica (Bourdieu, 2004). Estas características engendram ações de força, persuasão, resistência e também aliança, nas quais avanços e retrocessos ditam a tônica dos debates.

Por exemplo, no âmbito científico brasileiro foi significativa a Reforma Universitária de 1968, que modificou a estrutura acadêmica, que era pautada anteriormente numa formação mais geral e no regime de cátedras, pelo estabelecimento de departamentos universitários e incentivar os cursos de pós-(graduação com vistas à especialização e profissionalização no sistema formativo. Desta feita, as disposições para a investigação foram alteradas com a centralidade do perfil do(a) cientista profissional em contraponto ao do *métier* intelectual, de caráter mais artesanal (Hey, 2007).

Neste seguimento, reformulações sobre o próprio fazer científico também ocorreram. Targino (2010) questiona a aparente delimitação entre produção intelectual, o produzido (publicado) por seres portadores de inteligência e inclinados por ‘coisas’ do espírito; produção científica, contribuições aos conhecimentos específicos consolidados em áreas de ciência e tecnologia (C&T); e produção acadêmica, o material publicado no âmbito das instituições de ensino superior (IES) por integrantes destas. Segundo a autora, a produção científica é essencialmente um tipo de produção intelectual, o que, por conseguinte, espelharia o entendimento básico sobre ciência e a comunidade científica, considerado fundamental na mensuração do processo desenvolvimentista das nações. Quanto ao trabalho intelectual, tal atividade foi considerada por muitos séculos enquanto algo sobre-humano. Foi apenas a partir de pensadores como Karl Marx e Antonio Gramsci que a capacidade de raciocinar foi tida enquanto própria dos(as) humanos(as), sendo, portanto, todas as pessoas intelectuais, mesmo que nem todos(as) a exerçam como uma função específica na sociedade (Targino, 2010).

Entretanto, a comunidade científica não pode ser caracterizada unicamente enquanto sendo um grupo capacitado para manejar certo tipo de conhecimento. Fourez (1995) argumenta que justamente por ter este acesso privilegiado ao saber, as pessoas deste grupo serão solicitadas pela sociedade a dar pareceres e resoluções. Assim, este estatuto específico de uma comunidade científica é formado por reconhecimentos de autoridade tanto internos (técnica) quanto externos (social) (Fourez, 1995). A autoridade, por conseguinte, é inerente ao exercício de poder em espaços institucionais, uma vez que “repousa no consentimento, na adesão de vontades pelo reconhecimento de uma superioridade de ordem moral, intelectual, de competência, de coragem, da experiência, ou seja, de valores ou de funções que aqueles que detêm a autoridade representam” (Castro, 2010, p. 103). Também é fortemente vinculada a este contexto o conceito de credibilidade, visto que ele

[...] facilita a síntese das noções econômicas (como o dinheiro, o orçamento e o rendimento) com as noções epistemológicas (certeza, dúvida e prova) [...] A noção de credibilidade permite ligar uma rede de conceitos, tais como concessão de crédito, referências profissionais (em inglês, *credential*), o crédito dado às crenças (“credo”, “crível”) e as contas a serem prestadas (“prestar contas de seus atos”, “prestação de contas”, “credito em conta”). Isso fornece ao observador uma visão homogênea da construção dos fatos e embaralha as divisões arbitrárias entre os fatores econômicos, epistemológicos e sociológicos (Latour; Wolgaar, 1997, p. 270-271).

Ademais, as especificidades da comunidade científica podem ser compreendidas através do conceito de campo. Elaborado por Pierre Bourdieu, este constructo teórico consiste na busca compreensiva de um dado tipo de atividades humanas (ciência, literatura, política, economia, etc.) com vistas de escapar da suposição da existência de certa partenogênese - engendramento próprio sem a intervenção do contexto social - ou meramente enquanto derivada de uma relação direta entre o texto, a coisa em si, e o contexto, fatores externos. O autor afirma que

[...] entre esses dois polos, muito distanciados, entre os quais se supõe, um pouco imprudentemente, que a ligação possa se fazer, existe um universo intermediário que chamo o campo literário, artístico, jurídico ou científico, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece à leis sociais mais ou menos específicas [...] A noção de campo está aí para designar este espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas próprias leis (Bourdieu, 2004, p. 20).

Assim, a compreensão do que diz ou faz, ou, especificamente do que pesquisa e publica, um(a) agente engajado no espaço acadêmico se relaciona fundamentalmente com a posição ocupada neste campo, a saber ‘de onde ele[a] fala’ (Bourdieu, 2004, p. 24). Foucault (2001) em reflexão sobre o que seria, de fato, um autor, salientara que antes mesmo da institucionalização do conhecimento científico moderno, na Idade Média, os escritos sobre assuntos como cosmologia, ciências naturais, medicina ou geografia somente eram aceitos, leia-se tidos enquanto tendo valor de verdade, se fossem marcados pelo nome do seu autor: “‘Hipócrates disse’. ‘Tlinto conta’ não eram precisamente as fórmulas de um argumento de autoridade; eram os índices com que estavam marcados os discursos destinados a serem aceitos como provados” (Foucault, 2001, p. 275).

Na atualidade, apesar da questão da autoria ser mais valorizada no campo literário, o reconhecimento desta no meio científico além de repousar em aspectos como a coerência dos enunciados, ainda se vincula sobremaneira ao prestígio e a tradição de quem os escreve. Em outras palavras, diz respeito ao capital científico do(a) pesquisador(a), definido por Bourdieu (2004) como sendo: “uma espécie particular do capital simbólico [...] que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares concorrentes no interior do campo científico” (p. 26). O autor estabelece dois tipos de capital científico, um de caráter mais político, com poder de tomadas de decisão em cargos; e outro tido enquanto um capital científico ‘puro’, de notoriedade intelectual. A partir de Hey (2007) elencamos algumas ocorrências destas especificidades:

- Capital de poder universitário-político: instituições de atuação; nível de carreira; ocupação de postos em chefias, coordenações, direções, pró-reitorias, reitoria, associações; participação de comissões administrativas e de comissões científicas; cargos na CAPES, no Ministério da Educação e CNPq;
- Capital de poder científico-intelectual: índice de citações; participação em grupos de pesquisa; assessoria na CAPES e demais órgão de fomento; consultoria ao CNPq; prêmios de mérito científico; consultor científico no exterior; professor no exterior; conselho de revistas científicas;

A presença em diferentes instituições seja para a formação intelectual ou para a atuação profissional, assim como os ambientes de produção ou circulação de pesquisas, serão, assim, constituintes das disposições e dos princípios de percepção e apreciação das atividades acadêmicas dos(as) agentes no campo, pois, ainda segundo Hey (2007):

As preferências acadêmicas são formadas socialmente ao longo da trajetória de formação acadêmica e profissional, bem como no envolvimento com diversos ambientes sociais que constituem a vida acadêmica [...] Tais preferências se materializam no produto da atividade acadêmica – obras, *papers*, formação de grupos de pesquisa, participação em associações de pesquisa, etc. (Hey, 2007, p. 102).

Todavia, o entendimento acerca dos elementos implicados quando tratamos das espacialidades acadêmicas em suas relações instituintes demanda constructos teóricos mais abrangentes para esta espécie de tabuleiro de xadrez. Pois, além de saber as posições e disposições das peças, é fundamental compreender por que e como elas – e suas ideias – se movem.

Como defendia Massey (2009) o modo como o espaço é imaginado, seja no trabalho intelectual, na vida social ou na prática política, importa. Ao concebermos o espaço como tão somente forma e materialidade e as instituições e pessoas como entidades isoladas, negamos o caráter múltiplo e sempre inacabado das relações humanas, bem como do inerente exercício de poder pelas mesmas. Deste modo, conforme a autora, o poder em si possui uma geografia, uma cartografia própria que pode ser expressa através do conceito de geometrias do poder.

Esta concepção foi lançada na década de 90 com o intuito de evidenciar a diferenciação social na compressão do tempo-espaço. Em crítica endereçada a David Harvey, Massey questiona:

O que determina nossos níveis de mobilidade e influencia o senso que temos do espaço e do lugar? A compressão de tempo-espaço refere-se ao movimento e à comunicação através do espaço, à extensão geográfica das relações sociais e a nossa experiência de tudo isso. A interpretação habitual é a de que isso resulta exclusivamente das ações do capital e de sua internacionalização crescente. Assim, segundo essa interpretação, é o tempo-espaço e o dinheiro que fazem o mundo girar – e nós girarmos (ou não) em torno do mundo (Massey, 2000, p. 178).

Para a autora, diferentes grupos sociais e indivíduos se relacionam de modos muito distintos com estes fluxos e interconexões. A citar, por exemplo, as pessoas que usualmente cruzam o mundo velozmente e exercem altíssimo mando decisório, *os jet-setters*, em comparação com refugiados que peregrinam sem rumo, bem como frente àqueles que escrevem sobre a compressão do tempo espaço, os cientistas. Enquanto alguns se responsabilizam diretamente por esta mobilidade diferenciada, outros apenas ficam na sua extremidade receptora ou são efetivamente reféns dela.

Esta proposição conceitual se fundamenta na premissa de que, se o poder é relacional, deve-se imaginar um jogo escalar multivariado envolvendo os mais diversos grupos sociais, lugares ou mesmo países em interações culturais, econômicas e políticas. Se deve, então, compreender as geometrias de poder como feixes conjunturais dinâmicos e nunca específicos. Assim, os diferentes elementos que configuram a pesquisa geográfica, da materialidade dos recursos financeiros e infraestrutura de instalações ao poder simbólico das representações de vanguarda e prestígio acadêmico, estão indissociavelmente implicados neste emaranhado de interações.

Ademais, conforme Latour (2000) explana, a ciência possui um caráter retroalimentar, que consiste da articulação entre o que entende por conhecimentos locais e conhecimentos em rede, sendo estes últimos os que, efetivamente, sobressaem num ciclo de acumulação e mobilização do mundo.

O alcance e a legitimação de uma dada produção científica é resultado de discussões intensas entre agentes com distintas possibilidades de ação, de credibilidade e de poder nas espacialidades acadêmicas. Por exemplo, o êxito de um artigo científico, desde o seu aceite para publicação à obtenção um elevado número de citações, depende, entre outros aspectos “do número de atores na área, do caráter inédito do que está em jogo, da personalidade e da filiação institucional dos autores, das apostas e do estilo do artigo” (Latour; Wolgaar, 1997, p. 268).

Estudos de caráter bibliométrico têm sido os mais convencionais no intento de mensurar e analisar estes parâmetros nas publicações. Tendo surgido como estatística bibliotecária e se firmado como um importante recurso de exploração dos atributos da comunicação cien-

tífica, a análise bibliométrica apresenta duas limitações de difícil transposição. Conforme Feretti, Junckes e Clemente (2018):

Primeiro, as nuances linguísticas composicionais deixam de ser identificadas e relativizadas, como por exemplo, os sinônimos, homônimos, singular, plural, parassínteses e outros que podem insurgir em resultados questionáveis. Segundo, e mais significativo, conjunto relacional formado pelos grupos de palavras-chaves e autores não tem sido identificado pelos recursos bibliométricos correntes, especialmente as comunidades temáticas formadas pelas relações de vizinhança e proximidade apresentadas por esses relacionamentos (Feretti; Junckes; Clemente, 2018, p. 232).

Estudos relacionais do campo científico têm sido desenvolvidos pela cientometria, cujo objetivo tem sido proporcionar análises sobre os temas e autores centrais de uma área acadêmica para que os grupos de pesquisa possam estabelecer melhores estratégias de investigação e divulgação de seus resultados (Yang et al., 2017). A cientometria pode inclusive contemplar a realização de entrevistas em profundidade com pesquisadores-autores, gestores de agências de fomento, editores de periódicos e líderes de grupos ou laboratórios de pesquisa.

Na área da geografia, Bunge (1961) realizou um pioneiro trabalho ao identificar escolas de pensamento e seus líderes na pesquisa geográfica estadunidense, no qual construiu um grafo (visualização gráfica de uma rede) de referências entre os 86 geógrafos com mais citações, excluídas as autorreferências. No Brasil, somente e com a nota técnica de Salgado et al. (2009) verificamos algo semelhante, com a contabilização das citações bibliográficas da Revista brasileira de Geomorfologia (publicações no período 2000-2006) visando a identificação das obras e de autores 'clássicos'. Em outro estudo, Barcelos (2010) que identificou as autorias centrais da Geografia Urbana brasileira a partir das publicações na Revista Brasileira de Geografia de 1939 até 1995. Buscando contribuir com estes estudos, relatamos a seguir a trajetória de nosso trabalho.

## Entre pesos e medidas: compreendendo as hegemonias científicas da revista da ANPEGE

O percurso metodológico realizado é inspirado nas proposições de Silva e Silva (2016) e Feretti, Junckes e Clemente (2018), estando ilustrado na Figura 1.



Figura 1 – Percurso metodológico  
Fonte: os autores.

Primeiramente, por meio do organizador bibliográfico *Zotero*<sup>1</sup>, extraímos e armazenamos os metadados de todos os artigos disponíveis on-line da Revista da ANPEGE no período 2003-2018. Do montante inicial de 254 artigos com dados armazenados (autoria, procedência institucional da autoria, data, resumo e palavras-chave), 3 (três) publicações foram excluídas por não listarem referências. Na sequência, este conjunto foi refinado e padronizado com a retirada de termos sem significado próprio e com a aglutinação de termos com mesma raiz semântica, via *OpenRefine*<sup>2</sup>, exportado em planilhas *.csv*. Por fim, com o material preparado, elaboramos duas redes no software *Gephi*<sup>3</sup> (Figura 2).

A Figura 2 demonstra as redes iniciais do trabalho em que os artigos considerados articulam as referências bibliográficas e as palavras-chave. Os nós de rede, representados pelos círculos azuis numéricos (251 artigos) e pelos círculos verdes (5.427 referências bibliográficas) e vermelhos (323 palavras-chave) foram dimensionados por sua centralidade de intermediação (*betweenness centrality*)<sup>4</sup> e estão distribuídos pelo algoritmo *Fruchterman-Reingold*. Na primeira rede bimodal há 7.450 arestas (linhas de ligação) e na segunda 921, dimensionadas de acordo com a frequência da relação entre os nós<sup>5</sup>.

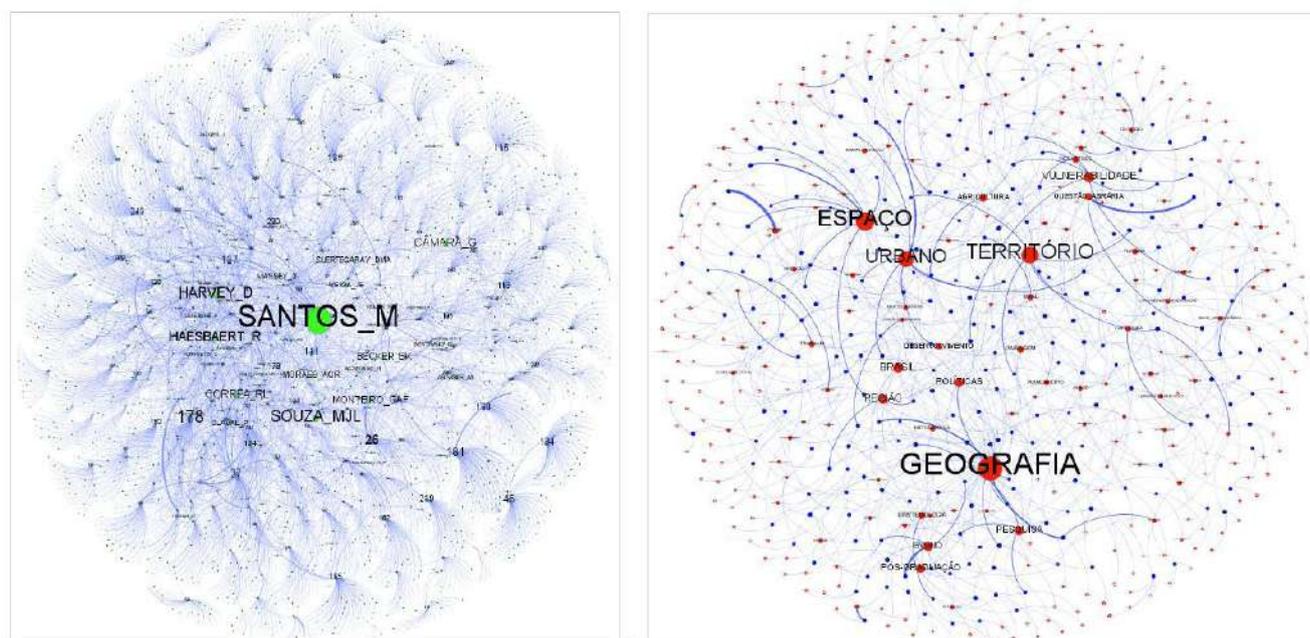


Figura 2 - Grafo de rede bimodal dos artigos e referências e grafo de rede bimodal dos artigos e palavras-chave  
 Fonte: 251 artigos da Revista da ANPEGE publicados entre 2003-2018.

As redes originais com dois tipos de nós (artigo/referências e artigos/palavras-chave), ou bimodais, foram convertidas em apenas um tipo de nó (referências\_referências e palavras-chave\_palavras-chave), tornando-as unimodais (Higgins, Ribeiro, 2018). A transformação da rede bimodal para unimodal implica suprimir os nós referentes aos artigos estabelecendo meta-relações entre referências ou entre as palavras-chave. Um desenho esquemático da transformação de uma rede bimodal para unimodal está demonstrado na Figura 3.

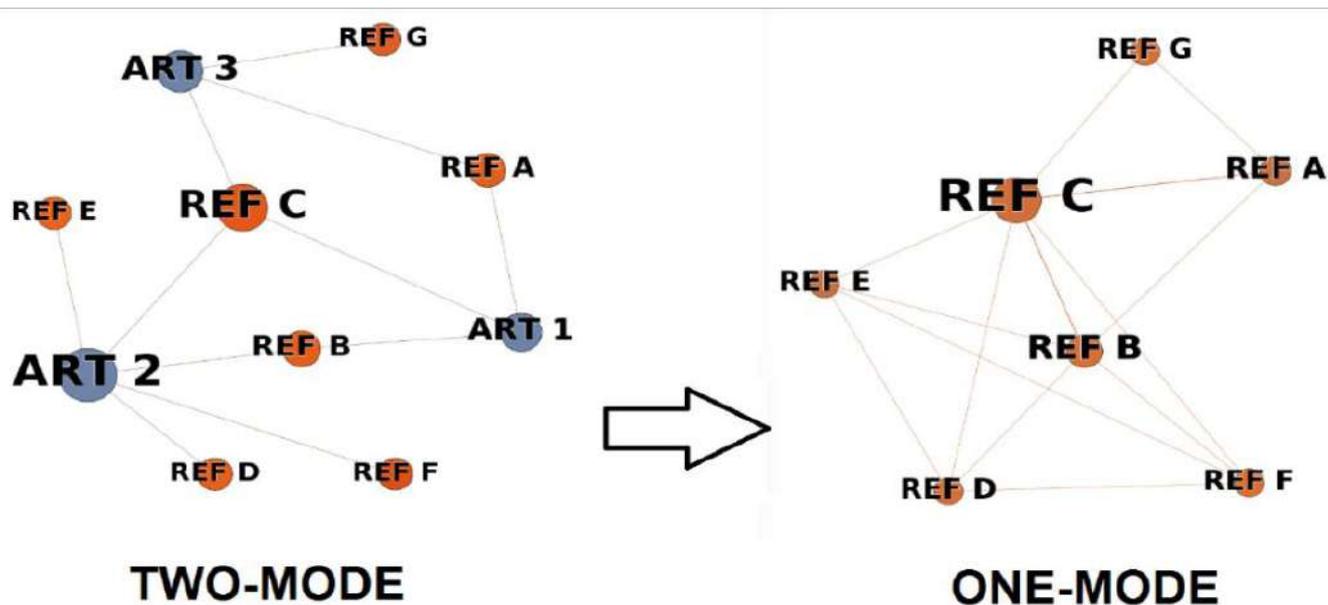


Figura 3 – Exemplo de conversão da rede bimodal para unimodal  
 Fonte: 251 artigos da Revista da ANPEGE publicados entre 2003-2018.

Para tornar mais claro o exemplo da Figura 3 de transformação da rede bimodal (*two-mode*) em unimodal (*one-mode*), tomemos a ligação entre os nós 'REF E' e 'REF C' que na rede bimodal estão conectados pelo nó 'ART 2'. A transformação da rede bimodal para unimodal se dá pela supressão do nó 'ART 2', que as conectava originalmente na rede bimodal, o estabelecimento de uma meta-conexão entre as referências. Esse procedimento facilita a análise topológica e modular do conjunto de referências. Os nós representativos das referências (representados pelos círculos vermelhos na rede unimodal) estão dimensionados de acordo com a sua centralidade de intermediação (*betweenness centrality*). Conforme Higgins e Ribeiro (2008) a centralidade de intermediação consiste na quantidade de atalhos (ou geodésicas, caminho mais curto entre dois nós) que passam por determinado nó. Ao se observar o exemplo da Figura 3, o nó 'REF C' possui a maior centralidade de intermediação por, justamente, constituir um 'hub' estratégico para a interligação da rede.

Os grafos das redes unimodais de referências ligadas por artigos (agora suprimidos) e de palavras-chave ligadas por artigos (agora suprimidos) podem observados na Figura 4. As 5.427 referências estão representadas pelos nós verdes e por 154.504 ligações. As 321 palavras-chave representadas pelos nós vermelhos estão conectadas por 1.176 arestas.

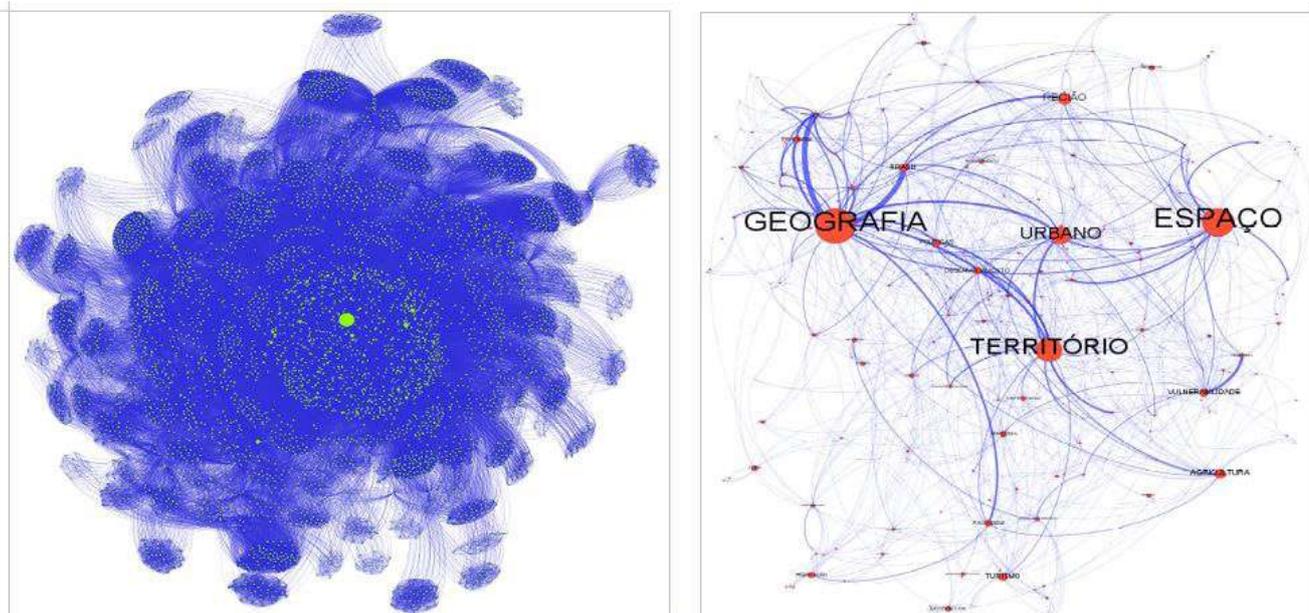


Figura 4: Grafos de rede unimodal de referências e de palavras-chave  
 Fonte: 251 artigos da Revista da ANPEGE publicados entre 2003-2018.

Para fins de exploração das redes unimodais de referência e de palavras-chave realizamos dois recortes topológicos e dois recortes modulares que permitem identificar as hierarquias e as comunidades de referências ou de palavras-chave constituídas pelos artigos investigados.

## Hegemonias de referências bibliográficas dos artigos publicados na Revista da Anpege

O recorte topológico das referências pode ser observado no grafo apresentado na Figura 5 onde estão representados 535 referências (nós) de maior centralidade de intermediação na Revista da ANPEGE, devidamente conectadas por 20.330 arestas, e também na Tabela 1 onde estão listadas as dez referências que apresentam os maiores índices de centralidade de intermediação.

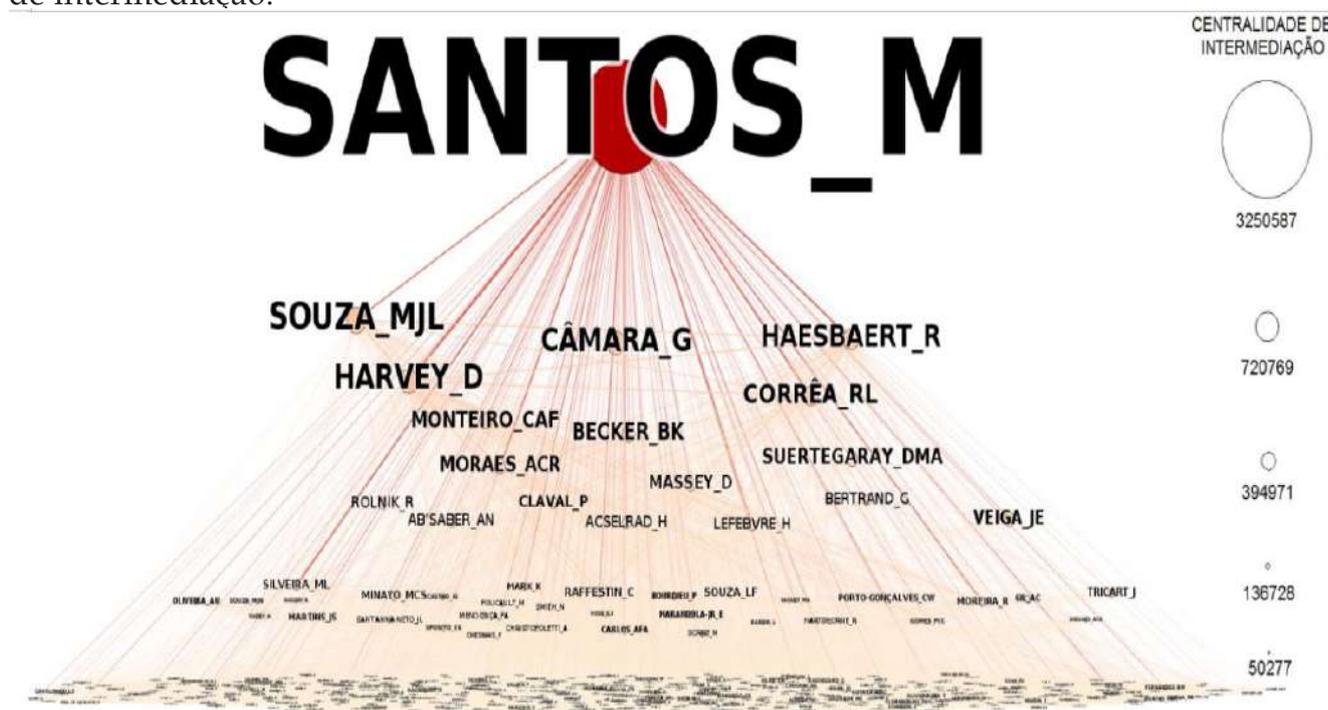


Figura 5 – Grafo da rede unimodal de referências  
 Fonte: 251 artigos da Revista da ANPEGE publicados entre 2003-2018.

Label	Degree	Weighted Degree	Betweenness Centrality
SANTOS_M	1987	2601	3250587,8
SOUZA_MJL	834	1002	720769,3
HARVEY_D	1005	1279	664702,4
CÂMARA_G	537	571	636821,9
HAESBAERT_R	870	1108	572948,7
CORRÊA_RL	839	1050	528773,9
BECKER_BK	617	687	446852,8
MONTEIRO_CAF	646	757	426644,1
MORAES_ACR	684	830	394971,2
SUERTEGARAY_DMA	340	380	391207,8

Tabela 1: Ranking de referências<sup>6</sup>  
 Fonte: 251 artigos da Revista da ANPEGE publicados entre 2003-2018.

O recorte selecionado apresentado na Figura 5 é um conjunto inferior a 10% da rede completa, todavia nos permite uma melhor visualização do “topo da pirâmide” de relacionamentos. A disparidade de intermediação é deveras explícita. Citado 185 vezes em 79 artigos, Milton Santos (SANTOS\_M) ocupa uma posição central porque está (meta)conectado 2.601 vezes com 1.987 outras referências, ou seja, quase 37% das 5.403 existentes. Marcelo José Lopes de Souza (SOUZA\_MJL) é o segundo nó mais central, seguido de David Harvey (HARVEY\_D), Gilberto Câmara (CÂMARA\_G), dentre outros<sup>7</sup>. Se considerarmos as diferenças entre Milton Santos e os próximos níveis não se verificam diferenças de proporção similar. Uma possibilidade de interpretação para este evento é o que Yi e Choi (2012) embasados por Barabasi e Albert (1999) entendem por ‘ligação preferencial’ ou, ainda, o mecanismo do ‘rico fica mais rico’: “Um artigo / patente tem mais chances de ser citado à medida que se torna cada vez mais famoso por meio de mais citações” (Yi; Choi, 2012, p. 1017, tradução nossa)<sup>8</sup>.

Milton Santos possui uma hegemonia inquestionável de capital científico que parece criar um círculo vicioso de referências em que a sua citação agrega autoridade aos argumentos do artigo e ao mesmo tempo alimenta o capital científico de Milton Santos. A ideia de capital científico e sua acumulação envolve relações complexas que são expressas na frequência com que uma referência é utilizada como fonte de compreensão de uma quantidade imensa de diferentes problemas de pesquisa (Degenne; Forsé, 1999). A extraordinária hegemonia de Milton Santos verificada na centralidade de intermediação incita uma monotonia conceitual e a constituição de uma geografia uniformizada. A segunda maior centralidade de intermediação é muito inferior à primeira, sendo ocupada por Marcelo Lopes de Souza e as demais centralidades de intermediações apresentam equilíbrio de intervalo hierárquico. Para além de Milton Santos, há uma pluralidade maior de abordagens no campo científico que se colocam de forma mais equilibrada.

Outra análise realizada além da topológica já explicitada é a análise modular que permite a identificação de comunidades de referências em função da proximidade existente entre os nós das respectivas redes. As referências que estão citadas juntas em diversos artigos tendem a ser alocadas na mesma comunidade, enquanto referências que não sejam citadas juntas em nenhum artigo certamente serão alocadas em comunidades distintas. A utilização do algoritmo de modularidade define *clusters*, conjuntos de nós fortemente conectados, a partir do acréscimo, ou não, de conexões consideradas pertinentes para o grupo de nós em questão (Medeiros et al., 2016). Kadushin (2012) ao discutir a modularidade argumenta que o algoritmo cujo cálculo é estritamente matemático, embora constitua agrupamentos consistentes, não expressa a complexidade da realidade.

As relações de referências podem ser vistas de diferentes formas e para a distribuição modular das referências optamos por uma resolução de 1.5 e removemos os nós que apresentam grau de intermediação igual a zero, resultando em uma rede com 555 nós conectados por 11.752 arestas e segmentados em 16 comunidades cujos núcleos estão apresentados na Figura 6<sup>9</sup>. Neste grafo, os nós estão coloridos de acordo com a comunidade a qual pertencem e o tamanho de acordo com o grau de centralidade de intermediação na rede unimodal de referências.

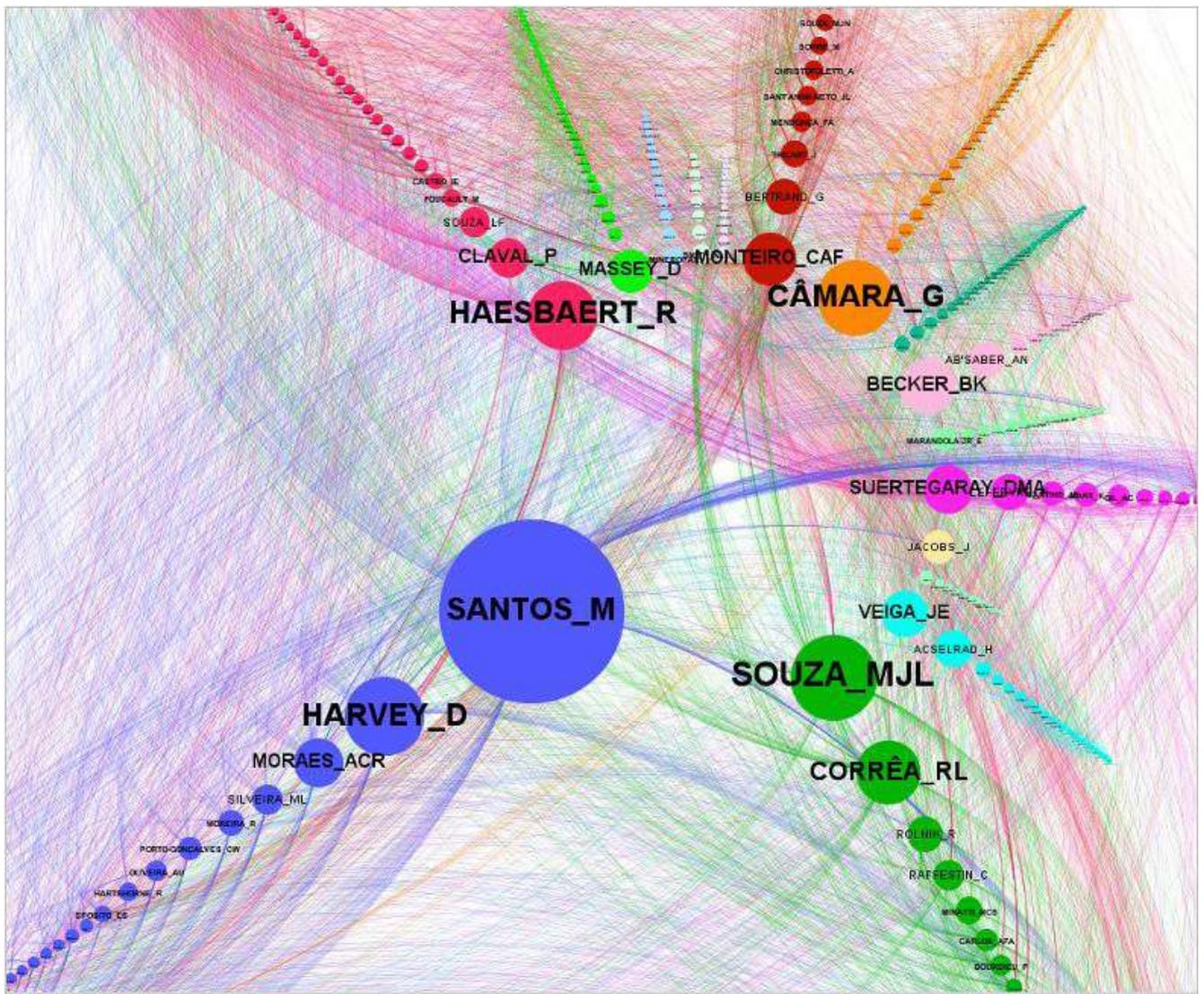


Figura 6: Núcleo do grafo das comunidades de referências  
 Fonte: 251 artigos da Revista da ANPEGE publicados entre 2003-2018.

As comunidades refletem as referências que são citadas de forma recorrente, criando uma narrativa de complementaridade entre os autores. As 16 comunidades detectadas foram divididas em três diferentes grupos. O primeiro grupo, menos expressivo é formado por 5 comunidades compostas por menos de 3% da rede geral. O grupo intermediário é composto pelas comunidades que congregam entre mais de 3% e menos de 10% das referências da rede geral (7 comunidades) e o terceiro grupo que é o de maior expressão é composto por 4 comunidades com mais de 10% do conjunto de referências da rede geral. Nossa análise se atém aos grupos intermediários e de maior expressão na rede.

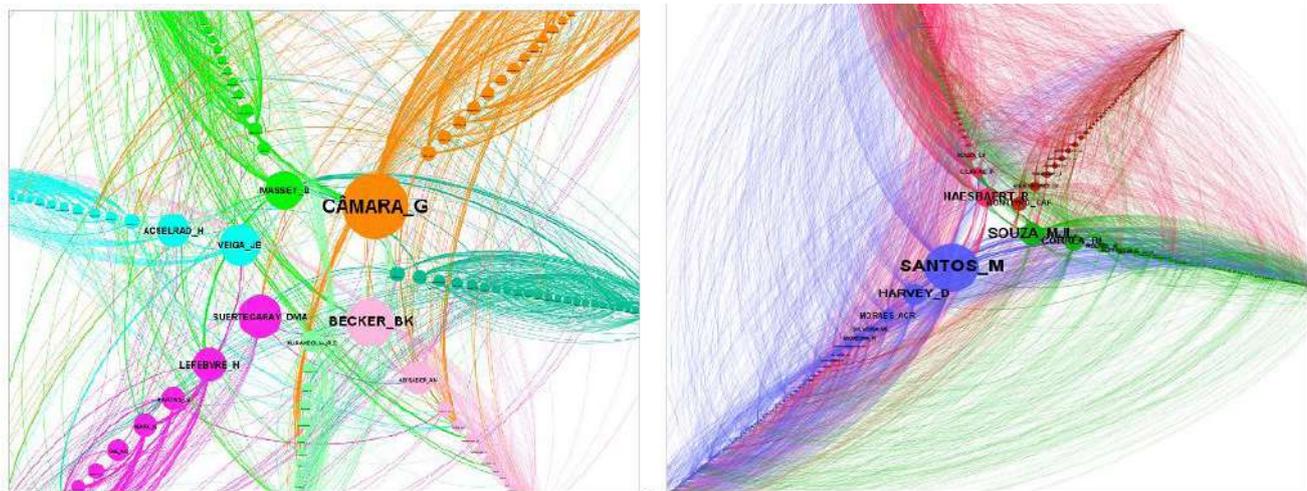


Figura 7: Núcleo do grafo das comunidades de referências de expressão intermediária e hegemônica  
 Fonte: 251 artigos da Revista da ANPEGE publicados entre 2003-2018.

O grupo intermediário de comunidades (esquerda) apresenta fortes relações internas, constituindo um corpo teórico coeso, que gira em torno de temas ou posicionamentos epistemológicos que diferem das comunidades mais expressivas, embora mantenham conexão com as comunidades hegemônicas. O que caracteriza essas comunidades é sua especificidade em relação ao conjunto. Essas comunidades são lideradas por Doreen Massey, Gilberto Câmara, Dirce Maria Suertgaray e Henri Lefebvre, Berta Becker e Aziz Ab'Saber, José Eli da Veiga e Henri Acelrad. As duas lideranças menos expressivas no conjunto são de Eduardo Marandola Junior, Laurence Bardin e Joseli Maria Silva.

O grupo de comunidades mais expressivas (direita) possui uma forte inter-relação, compondo um conjunto hegemônico, cujas lideranças são Milton Santos e David Harvey, Marcelo Lopes de Souza e Roberto Lobato Corrêa, Rogério Haesbaert e Paul Claval e Carlos Augusto Figueiredo Monteiro e Georges Bertand. Embora haja essa pluralidade Milton Santos é o grande integrador desse grupo de comunidades e uma vez desconsiderada sua influência, a hegemonia de referências liga as comunidades lideradas por Rogério Haesbaert e Marcelo Lopes de Souza.

A diferença fundamental entre as duas comunidades de referências, a de expressão intermediária e a hegemônica é que enquanto a primeira é mais articulada internamente, portanto constituindo forte identidade intrínseca, a segunda é fortemente relacionada externamente, caracterizando-se por uma dispersão das referências que penetram em diversos campos da geografia.

As análises topológica e de modularidade, realizadas a partir das redes unimodais de referências que constam nos artigos publicados pela Revista da ANPEGE nos permite afirmar que há uma persistência da geografia miltoniana que aparece de forma excepcional. Milton Santos é o nó principal que conecta quase todos os outros e esse é o indicador de haver uma forte homogeneidade de produção científica sustentada nas concepções miltonianas. Além dele é possível afirmar que as fortes referências nacionais que caracterizam esse veículo de produção científica são Rogério Haesbaert e Marcelo Lopes de Souza. As análises de modularidade das referências dos artigos pesquisados permitem afirmar que há uma forte integração entre as referências, constituindo um núcleo epistemológico hegemônico do qual, poucas comunidades conseguem sair de sua influência.

## Hegemonias de temáticas dos artigos publicados na Revista da Anpege

As palavras-chave refletem o assunto principal e os conceitos de um artigo. Embora uma mesma palavra possa ter mais de uma concepção, quando ela é empregada em um determinado campo científico há uma tendência de que a linguagem utilizada tenham uma equi-



A análise topológica da rede de palavra-chave organizadas por maior centralidade de intermediação<sup>11</sup> tem o termo 'geografia' como hegemônico com 51 menções nos 251 artigos e conectado 140 vezes a 79 outras palavras-chave. Há dois conceitos geográficos adotados preferencialmente pelos(as) autores(as) que são espaço e território, sendo que o conceito de região aparece em grande desvantagem e é interessante observar que conceitos como lugar e escala não são relevantes na análise topológica da rede. O temas de maior grau de intermediação na rede são o 'urbano', 'agricultura', 'turismo', 'vulnerabilidade' e 'políticas'.

A análise modular possibilita compreender melhor as comunidades de palavras-chave e de como elas se articulam com maior frequência. Mantendo os nós cujo grau de centralidade é maior que zero, obtivemos uma rede composta por 125 nós conectados por 616 arestas e divididos em 12 comunidades, com resolução de 1.25, que podem ser observadas no recorte do núcleo do grafo exibido na Figura 9.

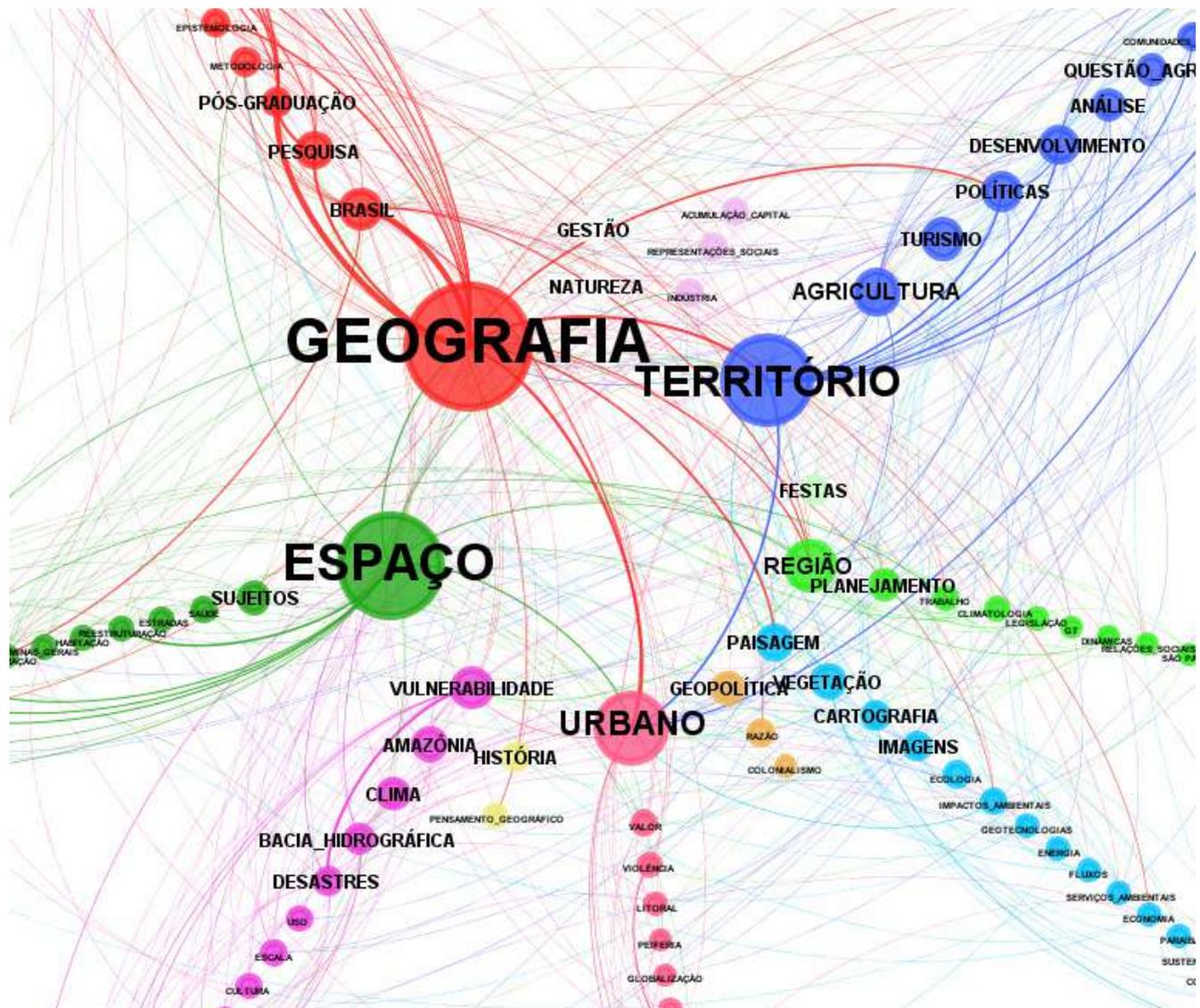


Figura 9: Núcleo do grafo das comunidades de palavras-chave  
 Fonte: 251 artigos da Revista da ANPEGE publicados entre 2003-2018

As arestas (linhas coloridas) exibidas no núcleo do grafo apresentado na Figura 9 estão dimensionadas de acordo com o número de conexões existentes entre as palavras-chave. As cinco comunidades relativamente isoladas e pouco expressivas são encabeçadas pelos termos natureza, indústria, festa, história e geopolítica e totalizam 16,2% da rede total, com 52 nós. A comunidade encabeçada pelo termo 'território' representa 17,1% da rede total, a comunidade 'geografia' 14%, a comunidade liderada pelo termo 'espaço' 13,5%, a comunidade chefiada por vulnerabilidade 12,5%, paisagem 11,5%, urbano 7,6% e região 7,6%. As comunidades formadas em torno do espaço e do território estão pouco conectadas entre si,

trazendo indicativos que estes conceitos têm sido utilizados pelos(as) autores(as) de forma excludente. A conexão entre essas duas comunidades se dá pelo termo 'urbano'.

A maior comunidade encabeçada pelo 'território' (17,1%) aglutina os termos 'agricultura', 'turismo' e 'políticas' indicando que o conceito tem sido utilizado de forma mais sistemática para a compreensão das dinâmicas agrárias no conjunto de artigos considerados. A segunda maior comunidade está formada em torno do termo 'geografia', fortemente articulado com 'pós-graduação', 'pesquisa', 'Brasil' e 'epistemologia'. Essa comunidade evidencia que a Revista da ANPEGE tem sido espaço para discussão da estruturação da geografia como ciência e de como os cursos de mestrado e doutorado têm sido fontes de produção científica. A terceira maior comunidade, encabeçada pelo termo 'espaço', possui forte conexão com 'sujeitos' e isso indica a permanência da ideia do espaço geográfico como produto de ações humanas.

A comunidade encabeçada pelo termo 'vulnerabilidade', sendo a quarta em termos de tamanho, agrupa em torno de si 'Amazônia', 'clima', 'bacia hidrográfica' e 'desastre', mantendo uma tendência de abordagem das dinâmicas naturais. A comunidade liderada pelo termo 'paisagem' articula a 'vegetação', 'cartografia' e imagens, constituindo o uso desse conceito para abordagem de parâmetros visuais e de representação do espaço. A comunidade em torno do termo 'urbano' está associado com 'valor' e 'violência' e a comunidade em torno do termo 'região' está associada ao 'planejamento'.

É possível afirmar que a Revista da ANPEGE em termos de hegemonia de conceitos geográficos possui um certo equilíbrio entre os conceitos de território e espaço, com pequena vantagem para o primeiro, sendo que os conceitos de paisagem e região são periféricos no conjunto analisado. Este periódico também expressa uma centralidade de análises relativas à compreensão da geografia enquanto campo científico e o urbano como importante abordagem que articula os conceitos mais relevantes do conjunto de artigos analisados.

## Considerações finais

Este artigo constituiu uma análise das hegemonias científicas em termos de temáticas, conceitos e atores na Revista da ANPEGE, utilizando-se da metodologia proposta por Silva e Silva (2016) para análise de conteúdo e da análise de redes sociais (Higgins e Ribeiro, 2018).

Com as análises topológicas e modulares do conjunto de referências apresentadas em 251 artigos científicos publicado pelo periódico entre 2003 e 2018 foi possível detectar atores com capital científico excepcional como Milton Santos que traz dois importantes resultados para o campo científico. O primeiro é que a abrangência de uma geografia miltoniana detectada no periódico garante unidade, integração e forte identidade científica da geografia brasileira. No teste de modularidade, as comunidades hegemônicas são integradas pelas referências miltonianas. O segundo resultado da análise é de que tamanha hegemonia constitui uma determinada monotonia na forma como o espaço geográfico é compreendido pela comunidade geográfica brasileira, o que dificulta a pluralidade de abordagens.

Do ponto de vista de hegemonias conceituais e temáticas verificadas na Revista da ANPEGE é possível afirmar que 'território' e 'espaço' disputam formas de compreensão geográficas da realidade, tendo o urbano como recorte de especial expressão do periódico analisado.

Enfim, estudar a dinâmica de produção científica de um campo epistemológico é uma tarefa complexa que necessita ser realizada para que nós que somos parte da comunidade científica brasileira geográfica possamos compreender sua estruturação e registrar sua história para futuras gerações de profissionais da geografia.

## Referências

- BARCELOS, Sâmea Silva de Melo. **A geografia urbana na Revista Brasileira de Geografia (1939-1995)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010, 171p.
- BUNGE, Willian. **The structure of contemporary american geographic research**. *The Professional Geographer*, Flórida, vol. XIII, n.3, p. 19-23,1961.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.
- CASTRO, Iná Elias de. **O poder e o poder político como problemas**. In: CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e Política: territórios, escalas de ação e instituições*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 95-137.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Relatório da Avaliação Quadrienal 2017 Geografia**. Disponível em: < [http://www.capes.gov.br/images/documentos/Relatorios\\_quadrienal\\_2017/20122017-Geografia\\_relatorio-de-avaliacao-quadrienal-2017\\_final.pdf](http://www.capes.gov.br/images/documentos/Relatorios_quadrienal_2017/20122017-Geografia_relatorio-de-avaliacao-quadrienal-2017_final.pdf)> Acesso em 17 de setembro de 2018.
- DEGENNE Alain; FORSÉ Michel. **Introducing Social Networks**. Londres: Sage, 1999.
- FERETTI, Vandro Elaino; JUNCKES, Ivan Jairo; CLEMENTE, Augusto Junior. **Ciência política e análise de redes: uma metodologia para o mapeamento de comunidades temáticas**. *Guaçu*, Matinhos, v.4, n.2, p. 229-251, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**. Vol. III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- HEY, Ana Paula. **Bourdieu epistêmico-prático: o espaço de produção acadêmica em Educação Superior no Brasil**. *Educação & Linguagem*, São Paulo, ano 10, nº 16, p. 86-105, 2007.
- HIGGINS, Silvio Salej; RIBEIRO, Antonio Carlos Andrade. **Análise de redes em Ciências Sociais**. Brasília: Enap, 2018.
- KADUSHIN, Charles. **Understanding Social Networks: Theories, Concepts and Findings**. New York: Oxford University Press, 2012.
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- \_\_\_\_\_. **A ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- MASSEY, Doreen. **Um sentido global do lugar**. In: ARANTES, Antonio (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 176 – 185.
- \_\_\_\_\_. **Concepts of space and power in theory and in political practice**. Barcelona: *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, 2009, p. 15-26.
- MEDEIROS, Jean Maicon Riques; MARQUEZ, Allan Cancian; REIS, Nelson Aloysio; GONÇALVES, Bianca Bortolon. **Oficina Gephi: Mapeando e analisando a vida das redes sociais**. Disponível em: <[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/1174182/mod\\_resource/content/1/Apostila%20Oficina%20Gephi.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/1174182/mod_resource/content/1/Apostila%20Oficina%20Gephi.pdf)>. Acesso em 10/08/2016.
- SALGADO, André Augusto Rodrigues; MENDES, Joseane Biazini; AMARAL, Jonas Rodrigo. **Contabilização das citações bibliográficas da revista brasileira de geomorfologia: identificação das obras e autores clássicos (Nota técnica)**. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, Brasília, v.10, n.1, p.115-118, 2009.

SANT'ANNA NETO, João Lima. **Balço e perspectivas da pós-graduação em geografia no Brasil - considerações sobre a avaliação trienal de 2010/2012.** *Revista da ANPEGE*, v. 10, n. 14, p. 7-25, 2014.

SILVA, Edson Armando; SILVA, Joseli Maria Silva. **Ofício, Engenho e Arte: Inspiração e Técnica na Análise de Dados Qualitativos.** *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 132 - 154, jan. / jul. 2016.

SPOSITO, Eliseu Savério. **A Pós-Graduação Em Geografia no Brasil: Avaliação e tendências,** In: Eliseu Savério Sposito; João Lima Sant'anna Neto e Everaldo Santos Melazzo. (Org.). *A diversidade da Geografia Brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação.* 1ed. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2016, v. 1.

TARGINO, Maria das Graças. **Produção Intelectual, Produção Científica, Produção Acadêmica: facetas de uma mesma moeda?** In: CURTY, Renata Gonçalves. (Org.) *Produção Intelectual no Ambiente Acadêmico.* Londrina: UEL/CIN, 2010.

YI, Sangyoon; CHOI, Jinho. **The organization of scientific knowledge: the structural characteristics of keyword networks.** *Scientometrics*, 90, p. 1015-1026, 2012.

YANG, Siluo; YUAN, Qingli. **Are Scientometrics, Informetrics, and Bibliometrics different?** In: *16th International Conference on Scientometrics & Informetrics, 2017, Wuhan*, p.1507-1518. Disponível em: [https://www.issi-society.org/proceedings/issi\\_2017/2017ISSI%20Conference%20Proceedings.pdf](https://www.issi-society.org/proceedings/issi_2017/2017ISSI%20Conference%20Proceedings.pdf).

## Notas

1. Disponível em <<https://www.zotero.org/>>.
2. Disponível em <<http://openrefine.org/>>.
3. Disponível em <<https://gephi.org/>>.
4. A centralidade de intermediação (*betweenness centrality*) é um conceito que expressa a capacidade do nó de servir como um hub na rede, ou seja, permitir ou bloquear ligações.
5. Uma planilha com arquivos de rede está disponível no repositório Kaggle: <https://www.kaggle.com/datarepository/redes-revista-anpege>
6. As variáveis da tabela são: *Label* (rótulo da informação), *degree* (grau) = número de meta conexões da ref. com outras refs, *weighted degree* (grau ponderado) = repetições de conexões da ref. com outras refs, *betweenness centrality* (centralidade de intermediação)= capacidade do nó de servir como um hub na rede.
7. Uma planilha com as métricas de todos os nós está disponível no repositório Kaggle: <https://www.kaggle.com/datarepository/redes-revista-anpege>.
8. No original: "A paper/patent has more chances of being cited as it becomes increasingly famous through more citations" (Yi; Choi, 2012, p. 1017).
9. Uma planilha com arquivos de rede e com a composição e métricas de todas comunidades está disponível no repositório Kaggle: <https://www.kaggle.com/datarepository/redes-revista-anpege>.
10. As variáveis da tabela são: *Label* (rótulo da informação), *degree* (grau) = número de meta conexões da palavra-chave com outras palavras-chave, *weighted degree* (grau ponderado) = repetições de conexões da palavra-chave com outras palavras-chave, *betweenness centrality* (centralidade de intermediação) = capacidade do nó de servir como um hub na rede de palavras-chave.
11. Uma planilha com os arquivos de rede e com as métricas de todos os nós está disponível no repositório Kaggle: <https://www.kaggle.com/datarepository/redes-revista-anpege>

# **ONDA DE TOXIDADE PELO USO DE AGROTÓXICOS:** Reflexos do neocolonialismo em Dourados, Bonito e Bodoquena/MS

**TOXICITY WAVE FROM THE USE OF PESTICIDES:** Reflections of neocolonialism in Dourados, Bonito and Bodoquena/MS

**ONDA DE TOXICIDAD POR EL USO DE AGROTÓXICOS:** Reflejos del neocolonialismo en Dourados, Bonito y Bodoquena/MS

## RESUMO

A colonização marcada pela exploração sem limites de recursos naturais e humanos tem desdobramentos neocoloniais significativos no Brasil. Ainda é possível presenciar explorações dotadas de características predatórias como na era colonial. A presente pesquisa debruçou-se sobre os efeitos nefastos do uso intensivo de agrotóxicos no modelo hegemônico de uso da terra em três municípios do Mato Grosso do Sul e sua relação com uma herança de exploração e domínio sobre a natureza e os povos. Dourados é considerado um importante polo de agronegócio no país, e, assim como Bonito e Bodoquena, são as últimas fronteiras agrícolas de Mato Grosso do Sul. Daí advém um alto consumo de agrotóxicos decorrente da predominância de monoculturas. Verificam-se diversos impactos ao meio ambiente e à saúde humana no contexto regional, somados a um aumento incessante na liberação de mais agentes químicos, em nível federal, criando uma onda de toxicidade para salvaguardar a economia neoliberal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agrotóxico. Mato Grosso do Sul. Neocolonialismo.

## ABSTRACT

The colonization marked by the unlimited exploitation of natural and human resources has significant neo-colonial developments in Brazil. It is still possible to witness explorations endowed with predatory characteristics as in the colonial era. The present research focused on the harmful effects of the intensive use of pesticides on the hegemonic model of land use in three municipalities in Mato Grosso do Sul and its relationship with a heritage of exploitation and dominion over nature and peoples. Dourados is considered an important agribusiness hub in the country and, Bonito and Bodoquena, as the last agricultural frontiers of Mato Grosso do Sul. Hence comes a high consumption of pesticides due to the predominance of monocultures. There are several impacts on the environment and human health in the regional context, added to an incessant increase in the release of more chemical agents, at the federal level, creating a wave of toxicity to safeguard the neoliberal economy.

**KEY WORDS:** Pesticide. Mato Grosso do Sul. Neocolonialism.

## RESUMÉN

La colonización marcada por la explotación ilimitada de los recursos naturales y humanos tiene importantes desarrollos neocoloniales en Brasil. Todavía es posible presenciar exploraciones dotadas de características depredadoras como en la era colonial. La presente investigación se centró en los efectos nocivos del uso intensivo de pesticidas en el modelo hegemónico de uso de la tierra en tres municipios de Mato Grosso do Sul y su relación con un patrimonio de explotación y dominio sobre la naturaleza y los pueblos. Dourados es considerado un importante centro de agronegocios en el país y, Bonito y Bodoquena, como las últimas fronteras agrícolas de Mato Grosso do Sul. De ahí viene un alto consumo de pesticidas debido al predominio de monocultivos. Hay varios impactos en el medio ambiente y la salud humana en el contexto regional, sumados a un aumento incesante en la liberación de más agentes químicos, a nivel federal, creando una ola de toxicidad para salvaguardar la economía neoliberal.

**PALAVRAS CLAVE:** Pesticida. Mato Grosso do Sul. Neocolonialismo.

## Introdução

Na obra “Veias abertas da América Latina” Eduardo Galeano (1978) afirmou que “há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países se especializam em ganhar, e outro em que se especializam em perder”. Diante desta narrativa tão significativa não é difícil imaginar de qual lado o Brasil faz parte, já que o quadro instalado atualmente apresenta semelhanças ao período colonial iniciado a partir de 1492 com a expansão marítima europeia, cujo momento foi marcado pela exploração sem limites de recursos naturais e humanos.

Dessa forma, após mais de cinco séculos, é possível presenciar uma exploração dotada de características predatórias de antes, dentro de uma fantasiosa ficção de país em desenvolvimento. O Brasil mantém suas portas abertas para a extração irresponsável visando o abastecimento mundial, envenenando seu povo e seu território em um momento em que todos os continentes buscam a adoção de medidas para evitar o esgotamento de recursos naturais do Planeta. Em um movimento contrário à restauração ambiental, o Brasil continua se especializando em perder.

Assim, a chegada da modernidade na América, com as colonizações, retrata o início de um modelo de exploração humana e ambiental com consequências danosas que se aprofundaram com o decorrer dos séculos. Esta modernidade não possuía como destinatária a região colonizada e sim a Europa colonizadora que viria a se tornar o modelo de desenvolvimento sonhado pelas colônias após as independências, fortalecendo a noção de centro/periferia no sistema mundial.

Com a independência do Brasil, se fortaleceu um sistema de agricultura que se tornaria um dos seus grandes problemas no futuro relacionados à saúde da população, a preservação ambiental e sua própria economia tão dependente desse modelo econômico. Com as técnicas trazidas pela chamada Revolução Verde, o que deveria trazer conforto a população, trouxe ainda mais devastação e a certeza de um futuro duvidoso pelas mãos invisíveis de um mercado concorrencial.

Para defender essa afirmativa, o trabalho realizado norteou-se em pesquisas bibliográficas sob a perspectiva da teoria de sistema-mundo de Immanuel Wallerstein de centro/periferia, além de abordar os estudos de casos das cidades de Dourados, Bonito e Bodoquena no estado de Mato Grosso do Sul, atualmente considerado como um polo do agronegócio no país e, devido a isso, um alto consumidor de agrotóxicos, cujas consequências são visíveis aos olhos mais atentos.

## Modernidade e desdobramentos coloniais

Uma nova etapa da história inicia-se com a saída dos europeus para exploração marítima em 1492. Uma história de triunfos e conquistas para os europeus e de destruição e perdas para os habitantes da nova terra descoberta. A alegria da revelação do paraíso do recém descoberto lugar por Colombo, mesmo que por engano, já que acreditava estar no mar da China, o fez declarar ao rei da Jamaica, ser ele o senhorio mais rico do mundo, enquanto que Américo Vespúcio ao desbravar o litoral brasileiro declarava a Lorenzo de Médici que se sentia no paraíso diante da beleza de tantas lindas árvores.

Contudo, o encontro até então curioso e manso entre europeus e nativos, decorridos alguns anos, se transformara quando o Papa Alexandre VI concedeu à Rainha Isabel o título de dona do novo mundo, iniciando a partir de então uma campanha militar de dominação, ocorrido primeiramente na Ilha Dominicana, resultando na morte de muitos indígenas e no envio dos sobreviventes para a Espanha para a escravidão e após, estendendo para todo o continente (GALEANO, 1978).

A violência física e subjetiva instalou-se como uma nova forma de organização hierárquica na nova sociedade, baseando-se na ideia de raça e no eurocentrismo, passando a

refutar qualquer outra forma de organização anterior a colonização. Essa sociedade recém instalada entrara em uma linha unidirecional evolutiva a caminho do desenvolvimento (QUIJANO, 2005).

Contudo, esse desenvolvimento não era destinado a América, e sim, a Europa. Essa nova sociedade europeia instalada, veria os recursos pertencentes ao lugar como uma fonte de tesouros capaz de reerguer e desenvolver os países europeus (GALEANO, 1978) e, por meio de uma exploração extrativista, iniciou-se uma economia de rapina, chamada assim por Jean Brunhes geógrafo francês, com a inauguração de uma nova forma de extração de recursos, a grande mineração (ALIMONDA, 2011).

O ouro extraído era levantado pelos extrativistas como sinal de vitória e prazer e, numa enorme fogueira, eram transformados em barras e transferidos para a Europa. Estima-se que entre os anos de 1503 a 1660, tenham sido transferidos cerca de 185 mil quilos de ouro e 16 milhões de quilos de prata (GALEANO, 1978).

Desta forma, o desenvolvimento fora alcançado pelos países europeus à custa dos tesouros extraídos da América por meio do trabalho forçado dos nativos e dos negros sequestrados da África. Esse modelo novo de dominação colonial fora denominado pelo sociólogo Anibal Quijano de colonialidade do poder que, juntamente com a colonialidade do saber e do ser, reduziu os povos colonizados a meras peças de ferramentas a serem utilizadas para a obtenção dos recursos buscados. Por meio da violência física e psicológica, alcançou seu auge quando o indivíduo colonizado foi subalternizado nessa nova constituição da América, que após seria chamada de América do Sul, dando ao capital uma nova extensão, o capitalismo mundial (QUIJANO, 2005).

Dado a isto, a Europa seguiu como modelo de desenvolvimento até o final do século XIX, alocando seu lugar como o coração do mundo, como o espaço mais importante do globo terrestre, sendo por isso, palco de diversas disputas territoriais. Nesse período, coexistiram uma multiplicidade de imperialismo em constantes conflitos (AMIN, 2005).

Todavia, tal cenário estava prestes a mudar devido ao governo do presidente norte-americano James Monroe. O presidente estadunidense em 1823, após decorrido o período de independências dos Estados latino-americanos, declarou que, “devemos considerar qualquer tentativa da parte deles [europeus] de estender seu sistema para qualquer parte desse hemisfério como um perigo para a nossa paz e segurança”. A análise deste discurso trouxe a interpretação de que os Estados Unidos reivindicara o direito de intervir nos assuntos da América Latina, quando melhor lhe aprouvesse, por considerar o hemisfério sul como sua província. Essa política então adotada pelos Estados Unidos ficou conhecida como Doutrina Monroe (TEIXEIRA, 2014).

A partir da Segunda Guerra Mundial, com os Estados Unidos saindo vencedor, emerge um novo tipo de imperialismo no lugar da multiplicidade de antes. Surge um imperialismo coletivo que centralizou os países do sistema mundial capitalista, sendo eles, o Canadá, a Europa Ocidental e Central e o Japão sob a influência hegemônica dos Estados Unidos fomentando a noção dicotômica de centro/periferia. Essa dicotomia dividiria o globo entre países detentores do processo de acumulação e os países que atuariam apenas como fontes de reservas (AMIN, 2005).

Com isso, a busca pelo desenvolvimento tornou-se pauta dos principais debates políticos e econômicos dos países da América Latina, contudo, ao verificar a perspectiva de Immanuel Wallerstein (1998) percebemos o quanto isto está longe de ser alcançado. Para ele, é impossível o desenvolvimento da América Latina porque a única coisa que se desenvolve é a economia mundial capitalista, que é defendida pelos países de centro como um processo natural que depende da liberação das forças de produção sem impedimentos.

Atualmente, os objetivos do capital dominante continuam os mesmos, visam a “expansão dos mercados, a pilhagem dos recursos naturais do planeta, a super exploração das reservas de mão de obras da periferia” (AMIN, 2005). A teoria de Sistema Mundo de Wallerstein de centro/periferia continuam tão fortes quanto antes.

Dessa forma, o Brasil continua a permitir e a incentivar o capital estrangeiro a continuar sua economia exploratória em suas terras. Lembrando dos escritos de Franz Fanon de que “o sonho do colonizado é se tornar colonizador” (FANON, 1968) percebe-se que o sonho do desenvolvimento é tão fundamental que não importa os meios para que esse objetivo seja alcançado, mesmo o resultado sendo devastador.

Como exemplo de tal devastação, é possível verificar, na atuação do agronegócio brasileiro, essa exploração de rapina que vem atuando desde sua instalação no período colonial em detrimento da saúde coletiva e do meio ambiente.

## Neocolonialismo e agricultura no Brasil

A história da agricultura na América Latina nos revela o quanto à exploração predatória serviu para o consumo e apreciação dos europeus no período colonial. Foi por meio das mãos de Cristóvão Colombo que a cana-de-açúcar foi inserida no novo mundo trazida das Ilhas Canárias para a República Dominicana. Após o sucesso desse plantio, foi à vez do Brasil o receber na região Nordeste para o abastecimento do mercado internacional conforme as necessidades estrangeiras. Contudo a cana-de-açúcar acabou por devastar as matas da região acabando com a fertilidade natural do solo (GALEANO, 1978).

Com a expansão da cultura da cana-de-açúcar pelo país e da demanda de grande extensão de terra para o plantio, aumentou-se cada vez mais a exploração do trabalho escravo que, apesar do baixo custo exigido devido ao não pagamento de salário aos escravos, parte da renda não era destinada aos engenhos, nem aos canaviais e, sim, enviada para fora da colônia, objetivando a compra de mais escravos ou buscando adquirir mão de obra especializada (FURTADO, 2003).

Assim a agricultura, conforme Galeano, tornou-se um dos grandes elementos econômicos do Brasil e, por isso, acabou por estrangular o desenvolvimento econômico da América Latina.

O latifúndio atual, mecanizado em medida suficiente para multiplicar os excedentes de mão-de-obra, dispõe de abundantes reservas de braços baratos. Já não depende da importação de escravos africanos nem da encomenda indígena. Ao latifúndio basta o pagamento de diárias irrisórias, a retribuição de serviços em espécies ou o trabalho gratuito em troca do usufruto de um pedacinho de terra; nutre-se da proliferação de minifúndios, resultado de sua própria expansão, e da contínua migração interna de legiões de trabalhadores que se deslocam, empurrados pela fome, ao ritmo de safras sucessivas (GALEANO, 1978).

Outro cultivo que ganhou espaço no Brasil foi a soja que, por intermédio dos Estados Unidos, chegara ao País no período de 1882, porém sua importância só se iniciou na década de 1960, passando nos anos 1970 a ocupar o lugar de principal produto do agronegócio brasileiro (APROSOJA, 2016).

Monoculturas geram uniformização; destruição e empobrecimento da natureza e da diversidade; concentração dos sistemas de produção e consumo; homogeneidade; dependência de insumos e vulnerabilidade ecológica. Esse modelo monocultural também atinge o pensamento e se expande para as práticas relacionais com o meio ambiente. Segundo Shiva (2003, p. 17):

as monoculturas ocupam primeiro a mente e depois são transferidas para o solo. As monoculturas mentais geram modelos de produção que destroem a diversidade e legitimam a destruição como progresso, crescimento e melhoria. Segundo a perspectiva da mentalidade monocultural, a produtividade e as safras parecem aumentar quando a diversidade é eliminada e substituída pela uniformidade.

A leitura de Shiva, aplicada a agricultura, dialoga com as teorias que discutem os efeitos e desdobramentos do colonialismo, dentre elas, a noção de colonialismo interno, de Pablo González Casanova (2007), segundo o qual, o mesmo possui muitas mistificações, em que de um modo ou de outro colocam a relação de poder dividida entre àqueles detentores do “progresso e do desenvolvimento” versus “os atrasados e primitivos”.

O colonialismo foi se transformando em estruturas mais complexas, ao ponto de distintos níveis de colonialismos coexistirem e “com o triunfo mundial do capitalismo sobre os projetos comunistas, socialdemocratas e de libertação nacional, a política globalizadora e neoliberal das grandes empresas e dos grandes complexos político-militares tendem a uma integração da colonização inter, intra e transnacional” (CASANOVA, 2007, p. 18-19). Segundo o autor, as novas forças emergentes devem promover um repensar da democracia, da liberdade e do socialismo, devendo levar a novas lógicas de luta e de resistência da sociedade civil (principalmente, dos grupos marginalizados e das minorias) face ao Estado (CASANOVA, 2007, p. 18-9).

O conceito de colonialidade do poder e do conhecimento também se aplica a natureza (ESCOBAR, 2011). A visão europeia de natureza imposta pela colonização na América Latina era a de conquistar e dominar a natureza, esta vista como selvagem nos escritos de naturalistas e viajantes do século XVI. A natureza, para eles, precisava ser controlada e conquistada, assim como os povos indígenas.

Na construção dos “mitos fundacionais da versão eurocêntrica da modernidade” estão presentes vários dualismos como: primitivo/civilizado; irracional/racional; tradicional/moderno; mágico-mítico/científico; em síntese, não-europeu/europeu. Esta maneira de ver o mundo influenciou a formação dos diversos Estados-Nações na América Latina.

Dessa forma, a agricultura extrativista, fomentada no período colonial e na atualidade, não foi estabelecida visando o desenvolvimento do território, mas sim, para abastecer o mercado internacional e assim é mantida, contudo, em uma escala e em uma proporção muito maior que engloba, não somente o cultivo, mas toda a rede necessária utilizada desde o momento da preparação do solo até a colheita, gerando assim, impactos ambientais fomentados pela chamada Revolução Verde.

## O advento da chamada “Revolução Verde”

A Revolução Verde teve início após a Segunda Guerra Mundial com a implantação de instrumentos mecânicos e científicos na agricultura. Nesse período acreditava-se que todos os fatores oriundos da ciência eram benéficos. Assim, tal revolução baseava-se em um pacote de inovações tecnológicas que incluíam tratores, melhoramento de espécies como o milho e o trigo-anão, além da utilização de insumos agrícolas como fertilizantes, inseticidas e outros (BENEDITO, FIGUEIRA, 2007).

A origem destes insumos veio da tentativa de se produzir um agente sintético para ser usado durante a guerra como arma química. Contudo, durante os experimentos provou-se que tal agente era eficaz no controle de insetos tendo um alto poder de destruição. Incluindo nestes insumos o DDT, um diclorofeniltricloroetano que passou a ser utilizado no combate ao mosquito da malária e na agricultura. Porém, a bióloga Rachel Carson na década de 1960, alertou que o uso massivo de tais insumos estaria produzindo super-raças de insetos imunes ao agente no que desencadearia, na produção de mais agentes químicos, concluindo que esta guerra química não teria vencedores (CARSON, 1962).

A denúncia feita por Carson em seu livro “Primavera Silenciosa” revelou que o uso abusivo do DDT causou um desequilíbrio nos insetos que não eram alvos ao se acumular nas cadeias tróficas, que são as relações alimentares entre os organismos vivos, além de afetar a saúde humana com seus efeitos carcinogênicos. Devido a tais denúncias o DDT foi proibido nos anos 1970 por alguns países, mas não foi o caso do Brasil, que declarou sua proibição somente em 2009 (BENEDITO, FIGUEIRA, 2007).

Assim percebe-se que o progresso ainda se relaciona com o meio ambiente unicamente como fonte de recurso, e em muitos casos, como empecilho ao desenvolvimento econômico. Essa ideia de barreira ao desenvolvimento é motivada por uma economia de rapina propagada pelo modelo econômico vigente do neoliberalismo, que utiliza o princípio da concorrência, como força motriz, transformando o modelo econômico da agricultura nacional.

## Agricultura neoliberal

Este modelo econômico adentrou nos países da América Latina na década de 1980, por meio do “Consenso de Washington” organizado pelos Estados Unidos, que estabeleceu medidas para o ajustamento e enfrentamento das dificuldades econômicas enfrentadas pelos latinos americanos. Conforme as medidas impostas, a América do Sul para receber ajuda financeira, deveria seguir as recomendações e submeter sua economia conforme as forças do mercado com menor grau de interferência do Estado (BANDEIRA, 2002).

Diante do novo fenômeno da globalização nos anos 1990, um novo comportamento se instalou na América do Sul advinda da concorrência incitada pelo neoliberalismo, um comportamento ancorado em um objetivo de se inserir e se manter dentro do jogo da competição no cenário internacional, alocando-se entre as nações mais competitivas do mundo na produção alimentar.

Dessa forma, o modelo de economia presente no Brasil provém em grande parte da agricultura, sendo esta responsável por 21,1% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano de 2018 (CEPEA, 2019). Assim, por meio da agricultura o país alcançou o ranking de 3º maior produtor agrícola do mundo. Tomando por exemplo o Estado do Mato Grosso do Sul, este ocupou a posição de 7º lugar em janeiro de 2019 no Valor Bruto da Produção (VBP), que corresponde ao faturamento bruto dentro da propriedade rural e, em 5º lugar dentre os principais estados produtores de grãos em 2019 com 18,3 milhões de toneladas produzidas (MAPA, 2019).

Assim, o agronegócio deve ser entendido não só como o plantio e a colheita, mas como a soma de quatro segmentos: os insumos, a produção básica, a produção primária que requer algum tipo de processamento e os agrosserviços (CEPEA, 2019). O presente trabalho aborda a questão dos insumos e seus impactos utilizando como estudo de caso os municípios de Dourados, Bonito e Bodoquena no Estado do Mato Grosso do Sul.

## O impacto dos agrotóxicos nos municípios de Dourados, Bonito e Bodoquena/MS

Atualmente, o Brasil comercializa 2.356 agrotóxicos, entre estes valores, temos um valor expressivo de liberação no ano de 2019 pela ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, órgão que regulamenta o uso dos insumos, com a liberação de 253 agentes químicos no período de janeiro a julho do mesmo ano. Sendo 131 no mês de janeiro (BRASIL, 2019a), 29 em fevereiro (BRASIL, 2019b), 42 em junho (BRASIL, 2019c) e 51 em julho (BRASIL, 2019d).

Diante dos números apresentados de comercialização de agrotóxicos, o Brasil ocupa o lugar de maior consumidor de agentes químicos, consumindo cerca de 20% dos que são produzidos mundialmente. Já o Estado de Mato Grosso do Sul ocupa o lugar de 7º maior consumidor, principalmente do químico Atrazina (BOMBARDI, 2017) um herbicida com a função de agir no controle de plantas daninhas, com a aplicação em situações de pré e pós-emergência, indicado para as culturas de cana-de-açúcar, milho e sorgo.

Contudo, as consequências do uso excessivo de agrotóxicos, já se demonstram graves no estado. No município de Dourados já é possível verificar o impacto ambiental e na saúde humana no relatório da análise da água realizado entre o período de 2014 a 2017 pelo SISAGUA - Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (2019).

### Impacto na saúde humana e ambiental na cidade de Dourados/MS

De acordo com o relatório da análise da água realizado entre o período de 2014 a 2017 pelo SISAGUA (2019), foram encontrados 27 tipos de agrotóxicos na água consumida pela comunidade douradense, dentre os quais, 11 tipos estão associados a possíveis doenças crônicas (QUADRO 1).

Químico	Função	União Europeia	Limite UE	Brasil	Avaliação BR	Limite BR	Prováveis Sintomas
Alacloro	Herbicida	Proibido	0.1µg/L	Permitido	Nível III	20µg/L	Náusea, vômito e enjoo.
Atrazina	Herbicida	Proibido	0.1µg/L	Permitido	Nível III	2µg/L	Distúrbios endócrinos, que afetam o sistema hormonal.
Carbendazin	Fungicida	Proibido	0.1µg/L	Permitido	Nível III	120µg/L	Problemas mutagênicos, que podem causar danos no DNA e no sistema reprodutivo
Clordano	Inseticida	Proibido	0.1µg/L	Proibido	Nível I	0.2µg/L	Distúrbios endócrinos, que afeta o sistema hormonal.
DDT	Inseticida	Proibido	0.1µg/L	Proibido	Nível I	1µg/L	Carcinogênico podendo afetar o sistema imunológico e sexual.
Diuron	Herbicida	Permitido	0.1µg/L	Permitido	Nível III	90µg/L	Cancerígeno
Glifosato	Herbicida	Permitido	0.1µg/L	Permitido	Nível IV	500µg/L	Cancerígeno
Lindano	Inseticida	Proibido	0.1µg/L	Proibido	Nível I	2µg/L	Distúrbios endócrinos, que afetam o sistema hormonal.
Mancozebe	Fungicida	Permitido	0.1µg/L	Permitido	Nível III	180µg/L	Cancerígeno
Permetrina	Inseticida	Proibido	0.1µg/L	Permitido	Nível III	20µg/L	Sem dados
Trifluralina	Herbicida	Proibido	0.1µg/L	Permitido	Nível II	20µg/L	Distúrbios endócrinos, que afetam o sistema hormonal.

Quadro 1: Agrotóxicos encontrados na água de Dourados/MS 2009.  
Fonte: SISAGUA (2019)

O quadro 1 apresenta quais tipos de agentes químicos foram encontrados na água da cidade associados a possíveis doenças crônicas e sua função na agricultura, seguido de um comparativo quanto ao uso entre a União Europeia e o Brasil, assim como, o limite para aplicação do produto e o nível de toxicidade caracterizada em: Nível I - Extremamente tóxico; Nível II - Altamente tóxico; Nível III - Mediamente tóxico; e Nível IV - Pouco tóxico.

Dentre os fatores que mais chamam a atenção neste quadro apresentado estão a discrepância quanto ao permitido na União Europeia e no Brasil e a presença de agentes químicos proibidos no País como no caso do DDT. O diclorofeniltricloroetano – DDT foi suspenso em diversos países no ano de 1970, porém no Brasil sua suspensão só ocorreu no ano de 2009, com a promulgação da Lei nº 11.936, que declarou a proibição do uso, da comercialização, da fabricação, da importação, da exportação e da manutenção em estoque (BRASIL, 2009e).

Contudo sua presença foi detectada no relatório do SISAGUA (2019) em maior grau nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Tocantins, o que demonstra dois possíveis problemas: ou o Brasil está sendo abastecido por meio do contrabando trazido do Paraguai ou sua contaminação ainda encontra-se presente no meio ambiente decorrido os 10 anos de sua proibição.

Todavia, o contrabando de agrotóxico é uma realidade no País, de forma que em 11 de junho de 2019, a Polícia Federal deflagrou a “Operação Descontaminação” sob a coordenação da Delegacia da Polícia Federal de Naviraí/MS, visando à desarticulação deste tipo de contrabando (G1 MS, 2019).

Entre os prováveis impactos do excessivo uso de agrotóxico para a saúde humana está o câncer, que continua atingindo suas vítimas conforme a resposta dada pela Prefeitura de Dourados a um requerimento feito pelo então vereador Elias Ishy de Mattos sobre os casos diagnosticados de câncer no município entre o período de 2014 a junho de 2019. De acordo com os dados obtidos pela prefeitura, por meio do Ministério da Saúde extraídos da tabela unificada do Sistema Único de Saúde – SUS, os números de pacientes atendidos em Oncologia na cidade de Dourados são:

ANO	TOTAL DE PACIENTES ATENDIDOS
2014	636
2015	610
2016	440
2017	569
2018	645
JUNHO/2019	249

*Tabela 1: Pacientes atendidos em Oncologia entre 2014 a junho de 2019.  
Fonte: prefeitura municipal de dourados (2019).*

Desta maneira, discute-se que o número de pacientes oncológicos podem estar, em alguma medida, relacionados com os agentes químicos, principalmente quando a própria ANVISA alerta em sua cartilha sobre os riscos de doenças como, alteração do funcionamento do fígado e dos rins, anormalidade da produção de hormônios da tireoide, dos ovários e da próstata, incapacidade de gerar filhos, malformação e problemas no desenvolvimento intelectual e físico das crianças, câncer, entre outros (ANVISA, 2011).

A herança colonial gerou um passivo de problemas ambientais que foram sendo introduzidos e acumulados no decorrer das diversas fases colonizadoras através da espoliação das terras. O tempo de recuperação natural da terra não é respeitado. A voracidade da exploração dos elementos/recursos da natureza em atividades econômicas esteve dissociada de dimensões socioculturais. Conforme demonstra um recente atlas socioambiental do território da grande Dourados:

A porção sul do estado de Mato Grosso do sul se consolidou, ao longo das últimas décadas, como uma das mais importantes áreas de produção agrícola do Brasil, cujos reflexos podem ser observados, sobretudo, pelo desenvolvimento econômico proporcionado por esta atividade nas cidades da região da Grande Dourados. Por outro lado, porém, a utilização econômica a que foram submetidos os recursos naturais, distantes de uma preocupação com os princípios de sustentabilidade ambiental, implicaram na geração de uma série de passivos ambientais que começam a comprometer a capacidade desses mesmos recursos em continuar sustentando os atuais níveis de desenvolvimento da região (ESAT-GT, 2012, p. 5).

Já sobre o impacto no meio ambiente, o caso mais emblemático no estado de MS, é a atual situação da cidade de Bonito, um refúgio turístico para os apreciadores da natureza considerado como um polo do ecoturismo mundial.

### Impacto ambiental na cidade de Bonito e Bodoquena/MS

A consequência causada pela interferência humana predatória no município de Bonito foi alvo de denúncia apresentada pelo programa de televisão Fantástico, este programa foi ao ar no mês de abril de 2019 e demonstrou as águas dos rios de Bonito antes cristalinas, inundadas por lama. Tal problema pode ter sido causado pela expansão da agricultura que, ao retirar a vegetação que cobria o solo, em caso de chuvas, a lama fora levada até os rios. Outros fatores que podem ter influenciado para as águas ficarem turvas, são as irregularidades provocadas por ocupações e construções de estradas em áreas de preservação ambiental (SENADO FEDERAL, 2019).

A falta do manto vegetal no solo, etapa anterior ao plantio, com as chuvas e o impacto das gotas, provocam a destruição da estrutura da terra, “dissipando as partículas dos microagregados, as quais entopem os poros do solo responsáveis pelo escoamento de água”. Com a falta de escoamento, as águas das chuvas não irão penetrar no solo e com isso o lençol freático deixará de ser abastecido (ANDRADE, ALBINO, NOGUEIRA, 2007).

Outro impacto provável relacionado com o agronegócio, pode ser a causa da nascente do rio Salobra em Bodoquena/MS ter secado, sendo este, um dos principais afluentes do rio Miranda (FOTOGRAFIA 1). A suspeita da nascente não correr mais é de ter havido um desvio de suas águas para o abastecimento de alguma fazenda. O problema inicialmente foi identificado pelo Instituto Homem Pantaneiro - IHP que é uma organização não governamental - ONG e será periciado para descobrir com exatidão a causa da nascente ter secado (MÁRIO, 2019).



*Fotografia 1: Erosão após nascente do rio Salobra secar.  
Fonte: Mário (2019).*

Algo deve ser realizado com urgência para evitar que a recuperação da região seja impossível. Foi realizada uma Audiência Pública em maio de 2019 sobre as intervenções em áreas de preservação ambiental da cidade de Bonito, no Senado Federal, com as comissões de Meio Ambiente (CMA), Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). O Senador Nelsinho Trad relatou que o “objetivo da discussão é atrair a atenção dos órgãos competentes, para que Bonito seja tratado com o cuidado que merece, um patrimônio da humanidade” (SENADO FEDERAL, 2019).

Assim, voltando ao início deste trabalho com a citação de Eduardo Galeano (1978) em que “há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países se especializam em ganhar, e outro em que se especializam em perder”, percebe-se que o Brasil, desde sua colonização até a atualidade, continua se especializando em perder.

Vivemos em um período que as discussões acerca da necessidade urgente de preservação ambiental, devido ao esgotamento do planeta, estão cada vez mais afloradas, todavia, as políticas brasileiras andam na contramão destes debates. Ao olhar para o meio ambiente como um entrave para o desenvolvimento e não como o único meio de sobrevivência, pois, sem a natureza não há recursos, não há vida.

## Considerações finais

O Estado brasileiro ainda permanece com atitudes de país colonizado, com o fortalecimento da primarização da economia e a espoliação irresponsável da natureza, se mostrando como fonte de recursos disponíveis para o capital estrangeiro.

Contudo, esses recursos apresentam limites e as consequências de uma agricultura extrativista já demonstra seu impacto, tanto na saúde humana quanto no meio ambiente nas cidades de Dourados, Bonito e Bodoquena no estado de Mato Grosso do Sul.

A velha dicotomia centro/periferia permanece e, conforme a visão daqueles que se encontram no centro, aqueles da periferia que vivem em situação de carência, não possuem tempo suficiente de vida para entenderem as consequências de uma devastação ambiental, (ACSELRAD, MELLO, BÉZERRA, 2009).

Dessa maneira, o povo brasileiro continua a ser diariamente envenenado e impedido de usufruir de uma natureza ao qual ele mesmo faz parte. A busca pelo desenvolvimento econômico deve ter limites e não pode ser procurado em detrimento do bem-estar da população.

Já passou a hora de quebrar as algemas coloniais que prendem o País a uma época que nada trouxe de benéfico e darmos voz a um novo tipo de agricultura que atue não contra a natureza, mas em harmonia, em parceira, para que o equilíbrio ambiental consiga ser recuperado.

## Referências

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

ALIMONDA, Héctor (Org.). **La naturaleza Colonizada: Ecología política y minería en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2011.

AMIN, Samir. O Imperialismo, passado e presente. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 18, p.77-123, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v9n18/v9n18a05.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

ANDRADE, Galdino; ALBINO, Ulisses Brigatto; NOGUEIRA, Marco Antonio. Meio Ambiente. In: BORÉM, Aluízio; GIÚDICE, Marcos Del. (org). **Biotecnologia e Meio Ambiente**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa. 2007.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Cartilha sobre Agrotóxicos: série trilhas do campo**. 2011. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/documents/111215/451956/Cartilha+sobre+Agrot%C3%B3xicos+S%C3%A9rie+Trilhas+do+Campo/6304f09d-871f-467b-9c4a-73040c716676>> Acesso em: 04 abr. 2019.

APROSOJA. ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SOJA E MILHO DE MATO GROSSO (Mato Grosso do Sul). **A soja e suas utilidades**. 2016. Disponível em: <<http://sistemafamasul.com.br/aprosoja-ms/a-aprosoja-ms/>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 2, n. 45, p.135-146, dez. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292002000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BENEDITO, Vagner Augusto; FIGUEIRA, Antonio Vargas de Oliveira. Segurança Ambiental. In: BORÉM, Aluizio; GIUDICE, Marcos Del. (org). **Biotecnologia e Meio Ambiente**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa. 2007.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Defesa Agropecuária/Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas/Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins. Ato nº 2/2019. Coordenador: BRUNO CAVALHEIRO BREITENBACH. **Diário Oficial da União**, ed. 13, seção 1, p.3. Brasília. Disponível em <[http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/59626112](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/59626112)> Acesso em: 25 abr. 2019a.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Defesa Agropecuária/Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas/Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins. Ato nº 10/2019. Coordenador: Carlos Ramos Venâncio. **Diário Oficial da União**, ed. 37, seção 1, p.6. Brasília. Disponível em <[http://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/64365728/do1-2019-02-21-ato-n-10-de-18-de-fevereiro-de-2019-64365509](http://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/64365728/do1-2019-02-21-ato-n-10-de-18-de-fevereiro-de-2019-64365509)> Acesso em: 25 abr. 2019b.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Defesa Agropecuária/Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas/Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins. Ato nº 42/2019. Coordenador: Carlos Ramos Venâncio. **Diário Oficial da União**, ed. 119, seção 1, p.4. Brasília. Disponível em <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/ato-n-42-de-19-de-junho-de-2019-167261071>> Acesso em: 24 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Defesa Agropecuária/Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas/Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins. Ato nº 48/2019. Coordenador: Carlos Ramos Venâncio. **Diário Oficial da União**, ed. 139, seção 1, p.6. Brasília. Disponível em <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/z...-201622868>> Acesso em: 06 ago. 2019d.

BRASIL. **Lei nº 11936**, de 14 de maio de 2009. Proíbe a fabricação, a importação, a exportação, a manutenção em estoque, a comercialização e o uso de diclorodifeniltricloreto (DDT) e dá outras providências. Brasília, 15 maio 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11936.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11936.htm)>. Acesso em: 04 jul. 2019e.

CASANOVA, Pablo González. “Colonialismo interno (uma redefinição).” In: BORON, Atilio A., AMADEO, Javier, GONZÁLEZ, Sabrina. **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. São Paulo: CLACSO, 2007.

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia aplicada. **PIB DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO**. 2019. Piracicaba. ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

ESCOBAR, Arturo. Epistemologías de la naturaleza y colonialidad de la naturaleza. Variedades de realismo y constructivismo. In: MARTÍNEZ, Leonardo Montenegro (ed.). **Cultura y Naturaleza**. Bogotá: Jardín Botánico de Bogotá, José Celestino Mutis, 2011.

ESAT - GT. In: PEREIRA, Joelson, COMAR, Vito, MACEDO, Gabriela Zacarias (orgs). **Atlas socioambiental do território da Grande Dourados**. Dourados: UFGD, 2012.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FURTADO, Celso. **Formatação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 2003.

G1 MS. **PF deflagra operação de combate ao contrabando de agrotóxicos em MS e MT e cumpre dois mandados**: A Polícia Federal cumpre dois mandados de busca e apreensão nas casas dos suspeitos, nas cidades de Coronel Sapucaia (MS) e Tangará da Serra (MT). 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2019/06/11/pf-deflagra-operacao-de-combate-ao-contrabando-de-agrotoxicos-em-ms-e-mt-e-cumpre-dois-mandados.ghtml>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MAPA. **Agropecuária Brasileira em Números**. 2019. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/agropecuaria-brasileira-em-numeros>>. Acesso em: 03 jul. 2019.
- MÁRIO, Jones. **Nascente do Salobra seca e ameaça turismo na Serra da Bodoquena**: Com o problema, chuvas carregam sedimentos para o curso d'água e podem assorear e aumentar turbidez do rio. 2019. Campo Grande News. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/meio-ambiente/nascente-do-salobra-seca-e-ameaca-turismo-na-serra-da-bodoquena>>. Acesso em: 04 jul. 2019.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS. Casos diagnosticados de câncer e autismo no município. **Ofício nº 402/2019** - SEGOV/PMD/GAB: 2019.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005.
- SENADO FEDERAL. Brasil. Senado Noticias. **Especialistas discutem impacto ambiental em Bonito**, no Mato Grosso do Sul. 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/21/especialistas-discutem-impacto-ambiental-em-bonito-no-mato-grosso-do-sul>>. Acesso em: 04 jul. 2019.
- SISAGUA. Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano. **Por trás do alimento**. Disponível em: <<https://portrasdoalimento.info/agrotoxicon-a-agua/>> Acesso em: 08 mai. 2019.
- SHIVA, V. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.
- TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. Uma política para o continente - reinterpretando a Doutrina Monroe. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 57, n. 2, p.115-132, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400307>. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292014000200115&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292014000200115&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 27 jun. 2019.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **A reestruturação capitalista e o sistema mundial**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

# **OS MAPAS DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA:**

## O território em “miniatura” na Exposição de 1908 no Brasil

### **LOS MAPAS DE LA SOCIEDAD NACIONAL DE AGRICULTURA:**

El territorio en “miniatura” en la Exposición de 1908 en Brasil

**THE MAPS OF THE NATIONAL AGRICULTURE SOCIETY:** The “miniature” territory at the 1908 Exposition in Brazil

## RESUMO

Os mapas publicados pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), premiados na Exposição Nacional de 1908, divulgaram o território brasileiro como “objeto portátil” e vendável para as economias dos centros capitalistas no alvorear do século XX. Eles constituíam um imenso “catálogo de vendas” com informações acerca do território nacional e das unidades federativas. O objetivo deste artigo é discutir sobre como os ditos mapas serviram a um projeto de “venda” do território. Sabemos que essas representações cartográficas exibidas na Exposição de 1908 intermediaram o conhecimento e domínio dos territórios por parte das economias imperialistas. Os produtores daqueles mapas, diziam expor a “*geografia econômica do país*” para contribuir com o seu “*desenvolvimento*”. A agenda secreta existente nessa cartografia fazia do território uma mercadoria como as demais ao ocultar o trabalho expropriado. Os mapas da SNA também revelam como o território era concebido no passado e, simultaneamente, desvendam o território herdado e presente.

**Palavras-chave:** Mapas. Cartografia Histórica. Sociedade Nacional de Agricultura. Exposição Nacional.

## RESUMEN

Los mapas publicados por la Sociedad Nacional de Agricultura (SNA), premiados en la Exposición Nacional de 1908, divulgaron el territorio brasileño como “objeto portátil” y vendible a las economías de los centros capitalistas en los albores del siglo XX. Ellos constituían un inmenso “catálogo de ventas” con informaciones sobre el territorio nacional y de las unidades federativas. El objetivo de este artículo es discutir sobre cómo dichos mapas sirvieron a un proyecto de “venta” del territorio. Sabemos que estas representaciones cartográficas exhibidas en la Exposición de 1908 intermediaron el conocimiento y dominio de los territorios por parte de las economías imperialistas. Los productores de esos mapas, decían exponer a “*geografía económica del país*” para contribuir con su “*desarrollo*”. La agenda secreta existente en esta cartografía hacía del territorio una mercancía como las demás al ocultar el trabajo expropiado. Los mapas de SNA también revelan cómo el territorio fue concebido en el pasado y, al mismo tiempo, desvelan el territorio heredado y presente.

**Palabras-clave:** Mapas. Cartografía histórica. Sociedad Nacional de Agricultura. Exposición Nacional.

## ABSTRACT

The maps published by the National Agriculture Society (NAS), and awarded at the 1908 National Exposition, widespread the Brazilian territory as a “portable object,” and marketable object for the economies of the capitalistic centers at the dawning of the XX century. These maps constituted a tremendous “selling catalog” with pieces of information on the national territory and federative unities. This article aims to discuss how these maps mentioned above served a project of “sale” of the territory. It is known that these cartographic renderings, displayed at the 1908 Exposition mediated the knowledge and domain of the territories by the imperialist economies. The producers of those maps claimed they exposed the “*economic geography of the country*” to contribute to its “*development*.” The secret agenda concealed in the cartography regarded the territory as a commodity as the rest as hiding the dispossessed labor. The NAS maps disclose the conception of the territory in the past and, simultaneously, unveil the inherited and present territory.

**Keywords:** Maps. Historic cartography. National Agriculture Society. National Exposition.

## Introdução<sup>1</sup>

O fim do Pacto colonial no Brasil, marcado por dois eventos históricos temporalmente distantes – a Abertura dos Portos (1808) e Proclamação da República (1889) – representou um novo momento das relações do país com os diferentes continentes e povos. Ademais, delineou-se “um campo de lutas econômicas e políticas no interior do qual o país passou a dar visibilidade a si próprio” e a “reatualizar sua identidade” (PEREIRA, 2000, p. 07). Obviamente, aqueles eventos não foram suficientes para liberar o Brasil da estrutura econômica herdada do período colonial, já que a produção e principalmente a comercialização dos produtos continuavam subordinadas ao controle dos grupos agroexportadores (ARRUDA, 2012).

Apesar da permanência da condição de economia dependente e periférica, o período republicano foi marcado por um clima de otimismo quanto à posição do Brasil no cenário econômico internacional, (BORGES, 2007). Nesse contexto, foram criados serviços, sociedades e/ou instituições que, direta ou indiretamente, se propunham firmar o Brasil como um país moderno, cosmopolita e atrativo para diferentes frações do capital (Ibid). Ao mesmo tempo essas instituições buscavam dinamizar o mercado interno, estimulando a circulação de produtos agrícolas, mercadorias e frações de capitais acumulados no próprio território brasileiro. E, do mesmo modo, pensava-se a produção de materiais (textuais, iconográficos, cartográficos etc.) e catalogação de produtos que, a um só passo, promovesse maior conhecimento sobre as riquezas e produtos originalmente brasileiros e os propagandasse nos centros das economias capitalistas.

Dentre as ditas sociedades, daremos ênfase à Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) fundada em 1897 e, especialmente, aos mapas que essa Sociedade produziu para apresentar na Exposição Nacional de 1908 sediada no Rio de Janeiro, Capital Federal da época. Com base nisso, buscamos discutir como os mapas produzidos pela SNA, apresentados na referida exposição, divulgaram o território brasileiro como “objeto portátil”, trocável e vendável para as economias imperialistas no início do século XX. Em outras palavras, discutiremos como o território “em miniatura” constituía um catálogo de vendas do Brasil e de expropriação do trabalho que ali se realizava (ASSIS, 2016).

Esses mapas retratavam os cultivos e a indústria pastoril dos diversos estados do Brasil, bem como do Distrito Federal e do Território do Acre. Também representavam, na escala nacional, a distribuição das produções agrícolas e das florestas, o clima, a demografia, a localização de instituições ligadas à agricultura dentre outras informações. Complementarmente, analisamos: os textos (também disponíveis na referida coleção) que acompanhavam os mapas da SNA e que eram utilizados para justificar a sua elaboração, bem como as informações representadas nos mapas; e, os jornais da própria Exposição Nacional de 1908 para obter mais detalhes acerca da realização do evento e de sua dinâmica interna. Os mapas e os textos que os acompanhavam estão disponíveis em versão física na Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP e em versão digital para acesso e download gratuitos no site *David Rumsey Map Collection*. Já os jornais, um álbum de fotografias e o Boletim Comemorativo da Exposição Nacional, foram encontrados na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional e no acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin<sup>2</sup>

Esses textos, mapas e imagens, por sua vez, foram lidos e discutidos na perspectiva benjaminiana de que esses documentos que guardam a história dos “vencedores”, na verdade ocultam o cortejo de violências e expropriações que envolviam os processos de formação territorial baseados na sociabilidade do valor. Portanto, urge uma leitura a contrapelo que desvende a agenda oculta por trás daqueles mapas. Afinal, a barbárie que neles residem podem ser a chave de sua interpretação (SOUSA NETO, 2020)

Para essa discussão, o texto foi dividido em três seções. A primeira, explicita a opção de método quanto à discussão e leitura dos mapas, entendendo-os como instrumentos na lógica de apropriação do território como mercadoria. A segunda, discorre sobre a Exposição Na-

cional como vitrine desse território, sobre a SNA como agenciadora dos negócios que envolviam a sua apropriação privada e sobre como os mapas foram utilizados como catálogo de vendas. E, a terceira, trata da apropriação territorial por frações do capital advindos dos centros capitalistas de então e de como as estratégias de realização desse processo são identificáveis nos mapas da SNA. Por fim, conclui-se que o território de nosso presente histórico documenta e ao mesmo tempo constitui a herança desses processos de outrora. O território herdado e presente se constitui preenchido de um passado nem tão distante.

## Os mapas nas vitrines do capitalismo

Ao longo do século XIX o uso das imagens (mapas, fotos, charges etc.) na difusão de ideias e projetos políticos, sociais, de Estado, enfim, da modernidade, foi cada vez mais intenso. A revolução burguesa nas relações sociais e de produção, provocou rápidas e profundas mudanças nas relações espaciais locais e nacionais. Conquanto, “as geografias da mente precisaram se adaptar ao mundo da variação geográfica e da ‘alteridade’, que passaram a constituir o espaço global da atividade político-econômica” (HARVEY, 2015, p. 360) para então ser possível apreender e apreciar esse mesmo mundo. Isso denotava, “entre outras coisas, aprender a lidar com as relações sociais e espaciais ocultas no intercâmbio de mercadorias” (Ibid).

Este momento foi marcado por uma ampliação e diversificação na produção iconográfica, fato também impulsionado pelo surgimento de novos procedimentos e recursos técnicos na produção de imagens. Os materiais produzidos, por sua vez, passaram a circular com mais velocidade em função do desenvolvimento nos serviços de transporte e comunicação (telégrafos, trens, e depois telefonia, cinema etc.) que desde então passavam a ter alcance mundial. Quando trata das obras de arte nessa “época da reprodutibilidade técnica” Benjamin (2014, p. 45) revela que as mudanças técnicas alteraram a consciência acerca dessas obras bem como sua apreensão. O autor afirma que “com a fotografia, o valor de exposição começa a premir para trás o valor de culto” (Ibid) e elabora uma crítica a estetização da política que, em sua concepção, foi orientada pelas mudanças técnicas que provocaram a alteração da percepção sensorial, como também conduziram à processos de alienação das classes sociais.

Diante dessas transformações técnicas, mas também sociais e políticas, alteravam-se as formas e as escalas dos atos de olhar, comparar e julgar as diversas sociedades e culturas do mundo. Dentre as formas de praticar esses atos, Margareth Pereira (2000, p. 08) afirma que as Exposições Universais, talvez tenham sido das mais eficientes “ensinando as novas massas urbanas a observar cidades, povos, culturas e também a hierarquizá-los a partir de uma visão única e evolucionista de desenvolvimento e história”. A ideia de olhar, comparar e julgar, promovida a partir dessas Exposições, em que as diferentes formações sociais e suas formas de vida eram classificadas e hierarquizadas, consolidou “novas práticas sociais e um novo trinômio: exibir, admirar e consumir” (PEREIRA, 2000, p. 11). Isto porque esses grandes espaços (feiras ou mostras) que eram as Exposições Universais, estreitavam contatos e trocas entre representantes de Estados, cientistas, técnicos e, principalmente, negociantes.

Apresentavam-se naqueles momentos, as possibilidades de realização do valor em cada uma das formações sociais e territórios ali “miniaturizados” e exibidos no grande espetáculo capitalista. Como disse Raimundo Assis (2016), aquelas Exposições eram verdadeiras “vitrines da geopolítica do capitalismo”, mas eram também “miniaturas do mundo” (LOIS, 2018). Nestas, a mercadoria como “espetáculo” (DEBORD, 1997) se realizava plenamente.

Nessa perspectiva, as miniaturas de que tratamos devem ser compreendidas no âmbito da universalização da mercadoria e da proletarização da força de trabalho. Portanto, são compreendidas não como representações que podiam ser dominadas pela imaginação, criadas “para sair da prisão”, tal como nos contos analisados por Bachelard (1993). O “mundo em miniatura” na forma das Exposições Universais, feiras e museus comerciais,

e os “territórios em miniaturas” expressos nas formas de produtos, textos, mapas etc. colocados em exposição, constituíam representações à imagem e semelhança da mercadoria e da sociabilidade do valor. Nesses termos, entendemos as miniaturas dominadas por uma certa imaginação: a da destruição criativa do capitalismo (HARVEY, 2011; 2015). É somente com essa compreensão que admitimos Bachelard (1993, p. 159) quando diz que tanto “melhor” se possui/ia o mundo “quanto mais hábil for em miniaturizá-lo”.

Por sua vez, o território em miniatura representado pelos mapas compunha uma poderosa ferramenta de poder social, econômico e territorial, que servia à expansão de negócios, manutenção da propriedade privada e de ocultamento de uma agenda de poderes e conflitos (HARLEY, 2005). A ideia “de conjunto”<sup>3</sup> que se tinha a partir dos mapas conferia a estes um grande destaque nas Exposições Universais, Nacionais, nos Museus Comerciais etc. Isto porque podiam ser utilizados para: obter efeitos performativos – a gerar determinadas apreensões e apropriações do mundo (LOIS, 2018); para servir de operadores espaciais, direcionando certas apropriações territoriais das classes dominantes (KUVASNEY, 2017); para servir de instrumento de fixação de fronteiras (BIAGGI, 2015) ou catálogo de vendas dos territórios, tal como apontado por Enali De Biaggi através dos mapas da Comissão de Expansão Econômica do Brasil no Exterior<sup>4</sup> atuante entre 1907-09 e também mencionados por Borges (2007); e, para alienar os/as trabalhadores/as “em favor do objeto contemplado” (DEBORD, 1997) e de sua agenda oculta.

### **“O Brasil visto por dentro” – a exposição, a SNA e os mapas**

A preocupação em aderir às concepções mercadológicas, urbanísticas e comportamentais da modernidade burguesa difundida a partir do contexto histórico mencionado, fez com que “os governos e as elites das ex-colônias ibero-americanas” adotassem e implementassem “versões nacionais das práticas modernizantes” (BORGES, 2007, p. 97). No Brasil, ocorreu uma expansão dos meios de comunicação e transporte; realizou-se um conjunto de reformas urbanas e sanitárias; passou-se a importar uma quantidade cada vez maior de produtos manufaturados; incentivou-se a mobilidade de trabalhadores oriundos de outros países; lançou-se mão de novas linguagens visuais e difundiu-se inovações tecnológicas – buscava-se desmontar a ideia do Brasil como um país pitoresco (BORGES, 2007). Muitas matérias do início do século XX revelam essa preocupação de como o Brasil estava “sendo visto” e apreendido no estrangeiro.

Os anos de 1907 a 1909 foram de intensas atividades propagandísticas do Brasil no exterior. A historiadora Maria Borges (2007), detalha algumas medidas encampadas para a “venda” de um Brasil “moderno e civilizado”, destacando sobretudo a fundação do Museu Comercial do Rio de Janeiro e a criação do Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro (criado em 3 de outubro de 1907 pelo Decreto-lei n. 6.688). Vale dizer que logo após a criação desse serviço, foi instalado um escritório em Paris, no *Boulevard d’Italiens*, com o intuito de efetivar os negócios que se pretendia com aquela Comissão. Além disso, em 1908 foi dado início à Exposição Nacional realizada no Rio de Janeiro, que agregava todos os envolvidos nesse amplo projeto comercial. A autora mostra que nos anos de “vida útil” do Museu Comercial, foram montadas exposições permanentes com coleções *in natura* dos diferentes estados da União, e tanto dentro como fora do país foram realizadas inúmeras conferências acerca da vida e da produção desses estados. Nesse ínterim, “um mostruário contendo 2.066 amostras de diferentes produtos nacionais foi montado pela ‘Comissão de Propaganda’ do Museu” e no exterior foi distribuído “um total de 139.127 livros e opúsculos; 241.847 mapas diversos e mandou editar 1.814.337 cartões-postais e pequenos reclames sobre os produtos brasileiros” (BORGES, 2007, p. 102-103). Para divulgar internamente os avanços desse serviço propagandístico, vários jornais da imprensa oficial divulgaram traduções de textos que circulavam no exterior, tal como verificamos no jornal da Exposição de 1908.

Concomitante a isso, crescia um clima de otimismo em relação ao crescimento econômico do país, e esse clima decorreu, dentre outras coisas, do efeito “obtido pelos pavilhões brasileiros na Exposição Universal de 1893 em Chicago e na Exposição Universal de Saint-Louis em 1904” (PEREIRA, 2000, p. 14). No entanto, o dito sucesso trazia à tona um questionamento: “Mas os brasileiros, conheciam eles o Brasil?”

A pergunta era pertinente na medida em que a exposição de Saint Louis retirara o país da doce ilusão e do conforto da sua posição periférica revelando a fecunda atividade e os progressos de vários setores da indústria nacional, do quais só se falava em tons de piada. Os brasileiros pareciam mais se interessar “pelo que vai por além-mar do que o acontecido dentro das raias do nosso vastíssimo território”. Se a Exposição de Saint Louis foi uma “maravilha” para o estrangeiro, era preciso confessar “que talvez fossemos nós mesmo os mais maravilhados” (PEREIRA, 2000, p. 15).

Assim, emergia uma necessidade ainda maior, do que em relação a tempos pretéritos, de inventariar as riquezas, produtos e invenções registradas e/ou que surgiam nos diversos lugares do Brasil. De todo modo, lembremos que a “fecunda atividade” e progressos “de vários setores” se davam às custas de grandes volumes de capitais exportados, ora através da agroexportação, ora por meio dos volumosos empréstimos contraídos pelo país (ARRUDA, 2012). Portanto, via-se um “progresso” no mínimo controverso.

O fato é que a necessidade de se afirmar no plano internacional – “aos olhos do estrangeiro” – e, ao mesmo tempo, fortalecer seu mercado interno, mobilizou diferentes grupos das classes sociais dominantes para: “olhar, julgar e comparar” o Brasil a partir “de dentro” e, em seguida, para promover o consumo do território inventariado, afinal, “difundir, admirar e consumir” era ainda mais importante. Foi no escopo dessas “necessidades” que a Exposição Nacional de 1908 (sediada na cidade do Rio de Janeiro recém modernizada<sup>5</sup>) que parte desse projeto foi efetivado.

Podemos dizer que justificativas formais para realizar esse evento não faltaram: comemoração do primeiro centenário da Abertura dos Portos, do primeiro centenário da chegada da Corte Portuguesa ao Brasil e do primeiro centenário do Jardim Botânico e da Imprensa no país. As imagens que celebravam essas “comemorações” (publicadas em selos, nos certificados de participação no evento e em outras publicações) também traziam mapas para evidenciar o domínio e “controle” sobre o território desse país que olhava “para dentro” se esgueirando “para fora”.

A realização da Exposição ocorreu no governo do Presidente Afonso Penna e o evento foi proposto<sup>6</sup> e coordenado pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas – o baiano Miguel Calmon du Pin e Almeida. Para além dos Pavilhões do Distrito Federal, de Portugal (único país convidado para participar da Exposição) e dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Santa Catarina, bem como dos demais edifícios para outros estandes, também foram erguidos pavilhões de grupos ou sociedades ligadas às atividades industriais ou outras atividades econômicas. Dentre estas, estava a Sociedade Nacional de Agricultura – SNA (Ver Figuras 01 e 02).

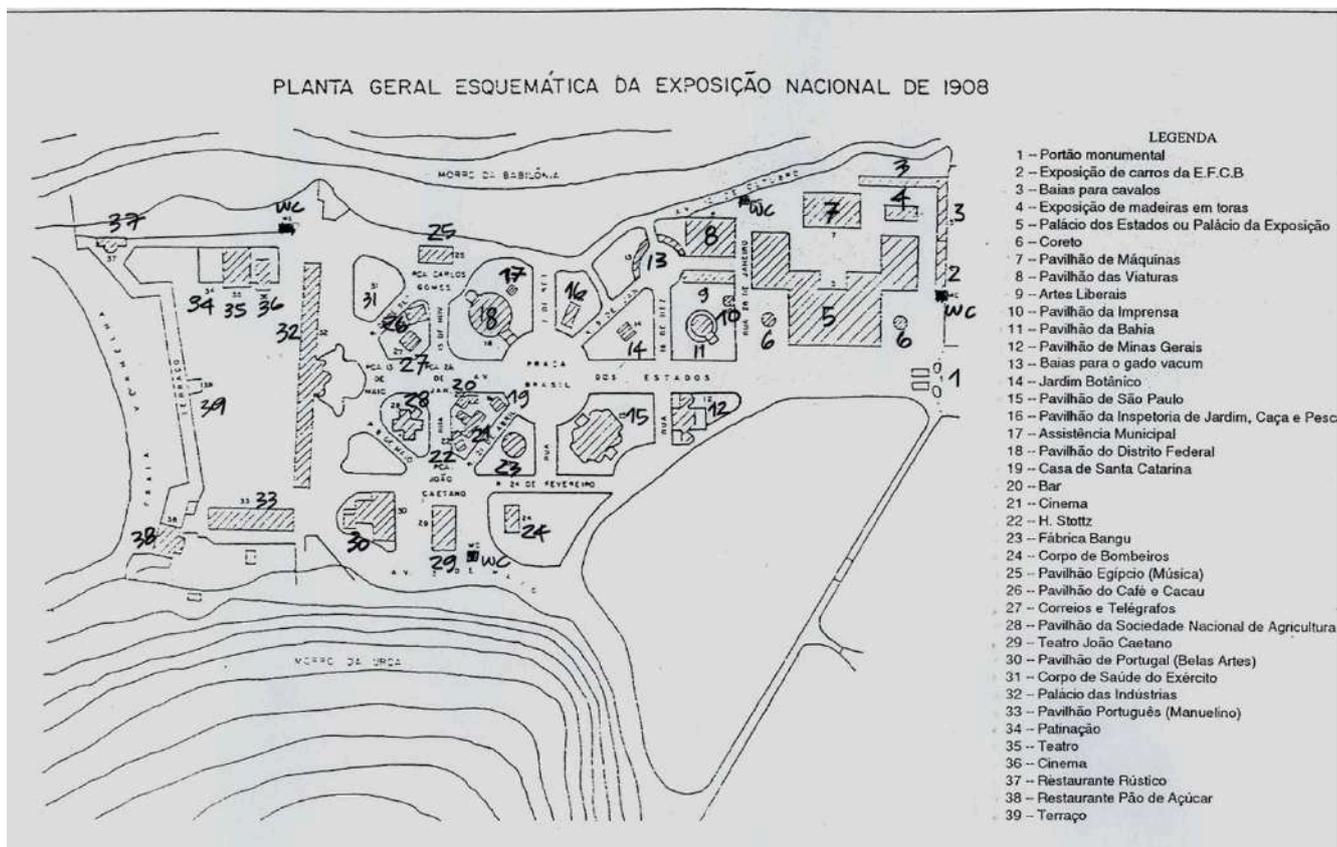


Figura 01: Situação geográfica do local de realização da Exposição Nacional de 1908 – limites com o Morro da Urca (Norte), Praia Vermelha (Leste) e Morro da Babilônia (Sul) – e disposição dos pavilhões projetados para o evento. Fonte: <http://saudadesdorioluizd.blogspot.com/2017/06/expo-de-1908.html>

Um dos principais objetivos explicitados pela SNA, era modernizar a agricultura, tanto estimulando a pesquisa e um maior conhecimento científico acerca das diferentes regiões climáticas e de solo do Brasil, como também incentivando as melhorias na produção com a inserção de inovações técnicas dentre outras ações.

Segundo Sônia Mendonça (2000, s/p), a atuação da referida Sociedade estruturava-se em torno de algumas demandas: “o fomento ao associativismo; a diversificação agrícola e a implantação de canais escolares formadores de especialistas no ramo, alternativos à Escola de Agronomia de São Paulo”, tal como a Escola de Agronomia do Rio de Janeiro. No plano estratégico, “tornou-se uma agência de propaganda e formação de opinião no seio da classe dominante, órgão de consulta e prestação de serviços aos associados, além de instrumento de pressão política junto aos poderes constituídos”. Talvez por isto o número de sócios tenha passado tão rapidamente de 47 sócios em 1897 (data de fundação da Sociedade) para 5.200 em 1908 (MENDONÇA, 2000), que possivelmente influenciou no aumento do número de sedes locais de sociedades de agricultura, como também cooperativas e bancos rurais, escolas de agricultura, campos e experimentos e demonstração, estações agrônomicas dentre outras (Figura 03).

A Sociedade defendia também uma maior aproximação entre as ciências naturais e a agricultura tendo em vista a demanda de melhor conhecer os climas, os solos, as condições de plantio e até mesmo de apropriação e/ou conservação da natureza (neste último caso, havia divergências<sup>7</sup>). Segundo Mello (2012), os membros da SNA acreditavam que essa aproximação deveria ser promovida pelo Estado através de um órgão específico voltado para a agricultura. Foi assim que em 1902 propuseram à Câmara Federal o projeto de criação “do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) o qual foi aprovado em 1906 e implementado apenas em 1909 (MELLO, 2012, p. 120).



*Figura 02: Pavilhão da Sociedade Nacional de Agricultura na Exposição Nacional de 1908, Urca, Rio de Janeiro. Fonte: Site do Arquivo Nacional, MA-PA-Memória da Administração Pública Brasileira*



Figura 03: Mapa da localização e distribuição das instituições agrícolas na escala nacional. Fonte: Map Collection David Rumsey.

Uma informação importante levantada por Vanessa Mello (2012, p. 119) é que “a SNA foi herdeira da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), pois as mesmas famílias estiveram à frente da criação de ambas, com destaque para a [família] baiana, proprietária de terras, Calmon du Pin e Almeida”. Vale lembrar que o Ministro que articulou a realização da Exposição Nacional era dessa mesma família e foi exatamente o seu Ministério – o da Indústria, Viação e Obras Públicas – que teve as funções desmembradas com a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio<sup>8</sup> (implementado em 1909). Este fato, por sua vez, revela uma articulação de interesses em diversas escalas institucionais e no âmbito dos negócios privados de algumas oligarquias com amplos poderes regionais.

A instrução agrícola e a propaganda de suas ações, ideias e produtos eram outras grandes preocupações da SNA. A instrução era promovida por meio de conferências, palestras, publicações de estudos técnicos, difusão de escolas agrícolas, laboratórios de experimentação, museus de terra e sementes dentre outras ações. A propaganda, por sua vez, se dava pela divulgação científica acerca de suas ideias e do cultivo de diversos produtos agrícolas no Brasil. Tanto é que a Sociedade criou uma revista própria, denominada *A Lavoura*. Ba-

sicamente este material, “apresentaria transcrições ou traduções de revistas do país e do estrangeiro que tratassem de temas pertinentes à agricultura brasileira e publicaria os resumos de conferências e congressos realizados na sede da Sociedade ou em outros pontos do Brasil” (MELLO, 2012, p. 120).

Logicamente, diante os interesses em divulgar os seus negócios e de articular novos contatos e intercâmbios comerciais, tanto no mercado interno como externo, os grupos ligados à SNA garantiram sua participação efetiva na Exposição Nacional de 1908.

Dentre o material então produzido pela SNA para participação na Exposição Nacional, toma-nos atenção os Mapas da “Secção de Geographia Agrícola” que receberam o “Grande Premio” na dita Exposição, os quais foram impressos pelo “Estabelecimento Graphico Weiszflog Irmãos – S. Paulo<sup>9</sup>” e foram organizados num conjunto de 39 mapas e 10 diagramas pelo agrônomo Manoel Paulino Cavalcanti<sup>10</sup> (Figura 04).

Vale dizer, segundo homenagem da *Revista Nacional* (edição de setembro de 1922, n. 12), que o fundador da Weiszflog Irmãos – Otto Weiszflog – foi responsável pela renovação “da arte gráfica em nosso país e organizador da cartografia brasileira” (*Revista Nacional* apud SILVA e SANTOS, 2018). Uma breve pesquisa no “Instrumento Provisório dos Documentos Cartográficos” do Fundo Francisco Bhering, no site do Arquivo Nacional – RJ (BRASIL, 2013), reforça esse papel da gráfica da Weiszflog Irmãos. Isto porque muitos dos mapas que constam nesse acervo passaram pela edição e impressão desse estabelecimento gráfico. Embora essas informações não sejam mais bem exploradas no presente texto, ainda sim são importantes porque como editores dos mapas, aqueles agentes participavam ativamente da produção de narrativas acerca do que seria ou não evidenciado na cartografia produzida. Portanto, participavam da construção da agenda de poder que orientavam os ditos mapas.

Outra informação acerca desses mapas, diz respeito a um texto introdutório que acompanha a sua publicação, destinado a explicar a produção dos mapas e a justificar sua importância. Esse texto introdutório revela uma retórica que merece ser explorada.

Primeiro, dizia-se que “um dos grandes entraves que tolhem o desenvolvimento do Brasil é a falta de conhecimento do que ele é, do que vale e do que pode ser por suas condições de productividade”. Afirmava-se também que a “ignorância de nós mesmos começa[va] nas escolas”, já que muito se via da geografia do mundo e pouca do Brasil, e que quando se tratava do próprio país “nossa geographia se limita[va] a parte physica, com preterição quasi absoluta da parte economica”.

# MAPPAS

## Secção de Geographia Agricola

### MAPPAS DO BRASIL

- 1) — Esboço do mappa geologico do Brasil, de accordo com as monographias e trabalhos publicados a respeito;
- 2) — Ensaio do mappa agrológico dando a indicação dos varios terrenos de cultura;
- 3) — Ensaio do mappa climatologico, indicando as zonas geographicas do Brasil segundo as temperaturas;
- 4) — Esboço do mappa do Brasil, indicando as altitudes minimas e maximas;
- 5) — Esboço do mappa demographico ou divisão do paiz em zonas, segundo a media de habitantes em kilometro quadrado;
- 6) — Mappa das instituições agricolas, indicando as escolas de agricultura, sociedades de agricultura, campos de experiencias, postos zootechnicos, caixas ruraes, syndicatos agricolas, etc.;
- 7) — Mostrando as zonas de distribuição do café nos diversos Estados;
- 8) — Indicando as zonas de cultura da canna;
- 9) — Indicando as zonas da cultura do algodão;
- 10) — Indicando as zonas da cultura do fumo;
- 11) — Indicando as zonas da cultura da mangabeira;
- 12) — Indicando as zonas da cultura da maniçoba;
- 13) — Indicando as zonas da cultura da seringueira;
- 14) — Indicando as zonas de distribuição das plantas que produzem a borracha, comprehendendo a mangabeira, a maniçoba e a seringueira.
- 15) — Indicando as zonas de distribuição da herva mate;
- 16) — Indicando as zonas de cultura de cacão;
- 17) — Indicando a zona de distribuição de pinheiros;

### MAPPAS DOS ESTADOS

Mappas comprehendendo:

- a) — a distribuição das culturas e das plantas industriaes expontaneas;
- b) — esboço da constituição geologica ou indicação dos terrenos predominantes e sua distribuição geral;
- c) — esboço agrológico ou indicação da natureza dos terrenos de cultura dominantes e sua distribuição;
- d) — esboço physico ou descriminação das differentes zonas do Estado, segundo a altitude;
- e) — indicação dos productos vegetaes importados e dos exportados.

- 28) — Mappa do Estado do Amazonas;
- 29) — » » » » Pará;
- 30) — » » » » Maranhão;
- 31) — » » » » Piauhy;
- 32) — » » » » Ceará;
- 33) — » » » » Rio Grande do Norte;
- 34) — » » » » Parahyba;
- 35) — » » » » Pernambuco;
- 36) — » » » » Alagoas;
- 37) — » » » » Sergipe;
- 38) — » » » » Bahia;
- 39) — » » » » Espirito Santo;
- 40) — » » » » Rio de Janeiro;
- 41) — » » » » S. Paulo;
- 42) — » » » » Paraná;
- 43) — » » » » Santa Catharina;
- 44) — » » » » Rio Grande do Sul;
- 45) — » » » » Matto Grosso;
- 46) — » » » » Goyaz;
- 47) — » » » » Minas Geraes;
- 48) — » » » » Districto Federal;
- 49) — » » » » Acre.

Figura 04: Descrição da coleção dos mapas publicado e divulgados pela SNA na Exposição Nacional de 1908. Fonte: Map Collection David Rumsey.

Ao continuar, aquela publicação afirmava que essa “indiferença” perpassava tanto a escola como o Congresso e o Governo. Portanto, a produção dos mapas constituía uma tentativa da SNA de sistematizar os dados já levantados sobre o que eles chamavam de uma “geografia economica do paiz”.

Assim, tendo reunido os dados da Repartição de Estatística Comercial e com base nos documentos listados no texto introdutório de que tratamos, a Sociedade fez a opção por expor as informações em representações cartográficas já que “dar[ia] idéa de conjunto” e porque “diz[ia] mais com maior realce, representando as regiões em seu todo sob o ponto de vista pretendido” e desse modo, o material constituiria uma síntese da geografia econômica do país no “presente de então<sup>11</sup>”. Conquanto, vemos, assim como sugere Harley (2005, p. 63) “que la retórica cubre todas las capas del mapa. Como imágenes del mundo, los mapas nunca son neutrales o sin valor, ni siquiera completamente científicos”, portanto, atendem a um “ponto de vista pretendido” que extrapola a temática abordada e vai ao encontro de interesses bem definidos.

O referido documento que acompanhava os mapas da SNA também reconhecia a insuficiência dos dados e a necessidade de observação em campo, o que considerava a necessidade de continuar o trabalho de pesquisa a fim de complementar as informações publicadas naquele momento. De toda forma,

Foram organizados mappas de cada um dos Estados, do Districto Federal e do Territorio do Acre, indicando, em cada um dessas regiões, mediante convenções coloridas, em esboço, a composição geológica, a natureza dos terrenos agricolas daí derivados, as zonas de niveis differentes, por suas altitudes extremas, e, em escala maior, a região com a distribuição de suas culturas, das plantas espontaneas exploradas e de sua industria pastoral.

O mesmo estudo foi feito em mappas representando todo o paiz, quer com relação a composição geologica e agrológica, quer ainda com a indicação das altitudes e temperaturas, como elementos do clima, e com a especificação de cada uma das importantes produções agrícolas ou florestaes, em sua distribuição. Alguns outros indicam a densidade da população, dividindo o paiz em tres zonas, e a distribuição de associações e instituições agrícolas. (Texto da Coleção de Mapas da SNA expostos na Exposição Nacional de 1908)

Essa produção cartográfica compunha, por sua vez, um dos trabalhos realizados no âmbito do escritório de informações agrícolas que a SNA estava organizando em sua sede. E, com essa mesma coleção de mapas, a Sociedade concorreu ao 2º Congresso de Geografia, realizado em setembro de 1910 em São Paulo. Os pareceres emitidos sobre esse acervo cartográfico na ocasião do dito congresso também constam no texto de que tratamos logo acima.

Com base nessas informações, entendemos que todas as justificativas apresentadas para a elaboração dos mapas da SNA, coadunavam com os interesses contidos na realização da Exposição de 1908. Lembremos do anseio acerca de conhecer o Brasil (“do que ele é, *do que vale* e do que pode ser”) em termos de produtividade – [era no sentido mesmo de celebrar a própria produção, seu comércio e seu “desenvolvimento econômico”]. A Exposição era como um grande “inventário” do Brasil “para os próprios brasileiros” (PEREIRA, 2000, p. 07).

Recordemos também que a necessidade de pensar uma geografia econômica do Brasil era, em outras palavras, a necessidade de uma “imaginação geográfica<sup>12</sup>” que fosse além da modernização dos espaços e das reformas urbanas, já que deveria igualmente promover uma apropriação do espaço na escala do território, apresentando-o como o novo a ser explorado no processo de acumulação e expansão do valor. Portanto, nada mais coerente do que expor esse mesmo território numa visão “de conjunto”, tal como pretendido nos mapas dos estados e do país.

No âmbito desses processos, e considerando as produções da SNA, reforçava-se a ideia da vocação agrícola do Brasil e de que esta vocação deveria ser estimulada com a modernização no setor. Com isso, é tentador pensar que aquelas ações e projetos se desenvolviam pressupondo as concepções liberais contidas na lei das vantagens comparativas (ARRUDA, 2012).

É certo que a SNA, e o próprio espetáculo figurado na Exposição Nacional, creditava a importância dos mapas aqui tratados pelo seu papel na divulgação científica, na propaganda e mesmo na instrução pública acerca do conhecimento sobre o território nacional e suas potenciais riquezas econômicas. Com o exposto até aqui, é possível deduzir que a divulgação não era apenas científica.

## O Brasil no “estrangeiro” – a divulgação não é só científica

Apesar desse “Brasil em exposição” conformar uma visão “interna”, como afirma Pereira (2000), há que dizer que os materiais (textos, iconografia, produtos inventariados, etc.) ali produzidos a partir de um ponto de vista “de dentro”, voltavam-se constantemente para os olhares de fora. Afinal, mesmo diante da necessidade de fortalecimento do mercado interno, a dependência deste mercado em relação ao capital acumulado na exportação agrícola, interditava esse “olhar de dentro para dentro” e a potência dele. Vejamos.

Apesar da SNA valorizar a produção de textos e outros materiais resultantes de pesquisas e investigações acerca do país para divulgação científica, a principal função do levantamento de informações, de dados sobre produtos, invenções, condições de solo, disponibilidade de terras dentre outras coisas, era garantir a produtividade no âmbito das atividades agroexportadoras, e das que estavam atreladas a estas atividades. Em outras palavras, buscava-se mapear as áreas para expansão do “capital estrangeiro”. Essa constatação está explícita na própria publicação dos mapas da SNA. A ideia era aumentar a produtividade, garantir a qualidade desses produtos, para então vender mais – [algo não muito diferente do modelo *agrobusiness* de hoje, com ressalva para a escala de atuação, níveis de produtividade e incremento técnico]. É importante dizer que os principais compradores nas pri-

meiras décadas do século XX ainda eram os centros europeus, mas também já se verificava transações cada vez mais frequentes com o Estados Unidos da América (EUA), como atesta Arruda (2012).

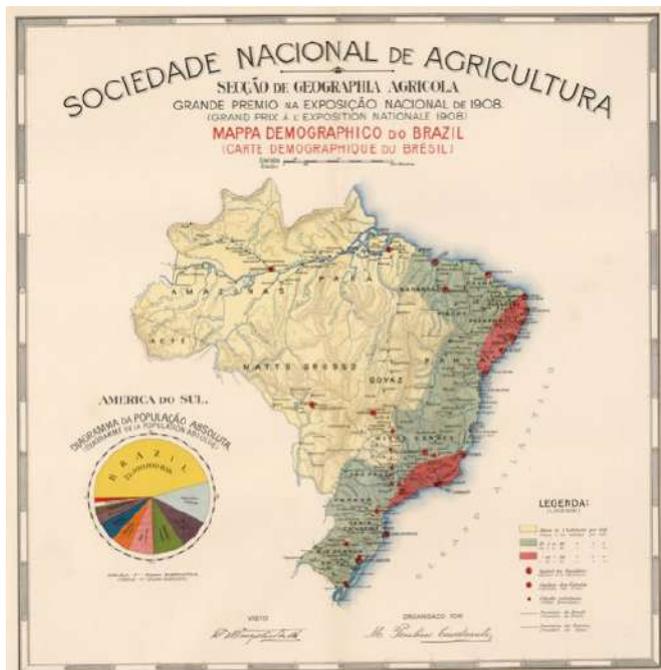


Figura 05: Mapa Demográfico do Brasil, exibido pela Seção de geografia agrícola da SNA na Exposição Nacional de 1908. Fonte: Map Collection David Rumsey



Figura 06: Mapa do cultivo da Seringueira no Brasil, exibido pela Seção de geografia agrícola da SNA na Exposição Nacional de 1908. Fonte: Map Collection David Rumsey



Figura 07: Mapa do cultivo de Café no Brasil, exibido pela Seção de geografia agrícola da SNA na Exposição Nacional de 1908. Fonte: Map Collection David Rumsey



Figura 08: Mapa do Cultivo de Algodão, exibido pela Seção de geografia agrícola da SNA na Exposição Nacional de 1908. Fonte: Map Collection David Rumsey

Tanto é que mesmo se tratando de uma coleção de mapas produzida para exposições e eventos nacionais, ainda assim quase todos os textos dos mapas estavam traduzidos para o francês, tal como observamos nas legendas, nos títulos etc.

Outro ponto a ser discutido é o de que o discurso acerca da “vocação agrícola” era reforçado pelos tipos de informa es dispostas nos mapas da SNA, os quais já listamos anteriormente. Além disso, ao mostrar as áreas onde se concentravam as produ es de determinados produtos primários, a localiza o de sociedades agrícolas e as condi es de solo, de clima, a altitude em que se davam essas produ es etc., os mapas revelavam como as diversas fra es de capital (o financeiro, mercantil, industrial etc.) poderiam se expandir no território. Os mapas praticamente anunciavam a disponibilidade de terras para expansão de determinadas atividades produtivas, com uma espécie de fronteira agrícola, e indiretamente “vendiam” essas terras como “vazios” a serem ocupados. Inclusive, também passavam a ideia de “vazios” demográficos ao expressarem graficamente a concentra o populacional no Brasil (Figura 06) ocultando os demais povos e processos de ocupa o territorial pretéritos. Sobre o silenciamento em torno desse “esvaziamento” Harley (2005) diz que era muito comum as mudanças toponímicas e de signos cartográficos criados em períodos históricos anteriores.

Dentre os indícios e fatos de que tudo isso constituía um imenso catálogo de venda do território para as economias imperialistas, estão: a cria o de um Museu Comercial do Rio de Janeiro e do Serviço de Propaganda do Brasil no Estrangeiro – criado em 3 de outubro de 1907, pelo Decreto-lei n. 6.688, e instalado em Paris no *Boulevard d’Italiens* (BORGES, 2007); os textos publicizados ao longo dos anos 1910-20 nos diferentes estados falando da propaganda do Brasil no estrangeiro; e as articula es em torno da instala o de escritórios, da exposi o de produtos e materiais impressos em diferentes países; da realiza o de conferências etc. etc.

Vale dizer que embora o tempo de “vida útil” do museu e do referido serviço de propaganda tenham sido curtos (1907-1909), a experiência reverberou nos anos seguintes estimulando governantes e comerciantes   articularem contatos e intercâmbios com base nas estratégias desenvolvidas no momento anterior.

Portanto, costumavam-se negócios a partir da atua o nas diversas instâncias de poder, favorecendo interesses familiares (oligárquicos) das classes senhoriais que exerciam seu poder na escala regional. Como exemplo temos o próprio Miguel Calmon du Pin e Almeida.

Sabemos que enquanto a família desse baiano articulava, por meios institucionais, os interesses de proprietários de diferentes estados, tal como vimos com a SNA; ele agia no âmbito do governo federal, ocupando cargos, a exemplo do Ministério da Indústria, Via o e Obras Públicas. Esse mesmo agente, participou do “Serviço de Propaganda da Expansão Econ mica do Brasil no Estrangeiro” e dos serviços de abastecimento de água na capital federal. Essa trama revela, portanto, a capacidade que esses grupos tinham de articular as diferentes fra es de capital no interior e para além do território brasileiro.

## **Sobre os mapas e o território herdado – para não concluir...**

Retomamos os mapas aqui analisados para dizer de sua agenda secreta – nos termos de Brian Harley (2005). E que agenda seria essa? Fazer do território uma “miniatura” que circula como a mercadoria, que oculta o trabalho expropriado e a barbárie inerente a essa expropria o. Ademais, também se retoma esses mesmos mapas, como documentos históricos, para dizer de sua herança: o território herdado. Este que explicita as contradi es e os processos de apropria o, que serve de base para a lógica de “territorializa o do valor” e que se constitui nas sociedades fundadas nessa lógica.

O estudo dos mapas da SNA revela como o território era concebido em tempos pretéritos e ao mesmo tempo desvenda as heranças históricas presentes. Aquela agenda (agora nem tão secreta) permanece bastante atual e o território em “miniatura” continua a circular

para realização de trocas e para sua apropriação em escalas sem precedentes. O território herdado de um passado ainda tão presente em suas muitas continuidades históricas, continua a ser leiloado e expropriado. Nesse sentido,

Os documentos de barbárie, contraditoriamente, podem nos ajudar em projetos de emancipação dessa sociabilidade do valor se formos capazes de dessacralizá-los, retirá-los da condição de monumentos e inscrevê-los em uma história feita à contrapelo, negativamente e que, enfim, possibilite que deles partamos para sua destruição. A barbárie que habita os documentos deve ser a chave de sua interpretação.

O território-documento deixa de ser um *a priori* fabulado, história ingênua, para tornar-se um construto em disputa, logo não são as inscrições que relatam, mas as cores das tintas com as quais se deseja escrever [...]

A barbárie foi difundida sempre como o “outro” da civilização, quando a civilidade em suas muitas formas de existir foi a promotora, justificadora, realizadora da barbárie. É preciso por abaixo esta civilidade colonizada com que fazemos a história da Geografia entre nós e mostrar como a barbárie nos constitui epistêmica e cognoscivelmente. (SOUSA NETO, 2020, p. 133).

Ao pesquisador que busca desvendar o passado cabe, segundo Benjamin (2012), a tarefa de se afastar de uma prática que reproduz uma perspectiva historicista e positiva, pois, assim como o documento “não está livre da barbárie, também não o está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele (o documento) passou de um vencedor a outro”<sup>13</sup>. Portanto, para dessacralizar aqueles documentos, é preciso dizer não só o que está aparente, mas também aquilo que está oculto e as classes sociais que estão por trás desse ocultamento. Lembremos que “El concepto de “silencios” en los mapas es fundamental para cualquier argumentación en torno a la influencia de sus mensajes políticos ocultos” e que “los mapas [...] ejercen una influencia social tanto a través de sus omisiones como por medio de las características que describen y enfatizan”. Nesse sentido, “La interpretación se convierte en una búsqueda de silencios, o quizá resulte de utilidad ‘deconstruir’ el mapa para revelar cómo el orden social crea conflictos dentro de su propio contenido (HARLEY, 2005, pp. 73, 96-97).

Fica, portanto, o desafio de romper com o contínuo daquela transmissão em que os documentos e as “conquistas” neles contidas passam de um “vencedor” para outro. Desvendar as heranças históricas que ainda hoje perpassam a apropriação territorial do Brasil, baseada na sociabilidade do valor, mas também em práticas patrimonialistas e de origem oligárquicas, é desvendar o passado que insiste em preencher nosso presente.

## Referências bibliográficas

AREU, Maurício de A (2001). Cidade brasileira: 1870 – 1930. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Editora: Unesp-GAsPERR, Presidente Prudente Volume 5. Pp. 35-44.

ARRUDA, Pedro Fassoni (2012). *Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889 – 1930*. 1ª Edição, São Paulo: Expressão popular. Pp. 119-366

ASSIS, Raimundo Jucier de Sousa de (2016). *A iminência da subordinação aos Estados Unidos: a afirmação do Brasil como periferia do capitalismo na exposição universal de Chicago*. Tese de Doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, SP, São Paulo.

BACHELARD, Gaston. A miniatura. In: \_\_\_\_\_. *A Poética do Espaço*. (Tradução: Antonio de Pádua Danesi). São Paulo: Martins Fontes, 1993. Pp. 157-189

BENJAMIN, Walter (2012). *O anjo da história*. Organização e Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora. Pp. 7-20; 123-164.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na época da reprodutibilidade técnica*. (Tradução e notas: Francisco de Ambrosio Pinheiro Machado). 2ª Reimpressão, Porto Alegre: Zouk, 2014.

BORGES, Maria Eliza L (2007). *Representações do Brasil Moderno para ler, ver e ouvir no circuito dos Museus Comerciais Europeus, 1906 a 1908*. *Revista História, Volume. 26, número. 2*, São Paulo. Pp. 92-117. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742007000200006>

BRASIL. Arquivo Nacional. Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo. *Fundo Francisco Bhering (F4): instrumento provisório dos documentos cartográficos Rio de Janeiro: O Arquivo*, 2013.

DEBORD, Guy. A mercadoria como espetáculo. In: \_\_\_\_\_. *A sociedade do espetáculo – comentários sobre a sociedade do espetáculo*. (Tradução: Estela dos Santos Abreu). Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. Pp. 27-37.

BIAGGI, Enali De. Tradições cartográficas e fixação de fronteiras na independência brasileira », *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], número 4, Niterói – RJ, 2015. DOI: 10.4000/terrabrasilis.1094

HARLEY, J. Brian (2005). *La nueva naturaleza de los mapas. Ensayos sobre la historia de la cartografía*. cornp. de Paul Laxton; introd. de J. H. Andrews; trad. de Leticia García Cortés, Juan Carlos Rodríguez. – México: FCE.

HARVEY, David (2015). *Paris: capital da modernidade*. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo – SP: BoiTempo.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. (Tradução: João Alexandre Peschanski). São Paulo – SP: BoiTempo, 2011.

KUVASNEY, Eliane. *A representação da cidade de São Paulo nos albores do século XX – Os mapas como operadores na construção da cidade espraiada*. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LOIS, Carla. *¿Geopolíticas de mundos efímeros?*. *Terra Brasilis (Nova Série)*[Online], Niterói – RJ, número 10, 2018. DOI : 10.4000/terrabrasilis.3377

LÖWI, Michel. *Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “sobre o conceito de história”* (2005). Tradução: Wanda Nogueira Caldeira; tradução das teses: Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo. 160 p.

MELLO, Vanessa P (2002). da S. A Sociedade Nacional de Agricultura em revista: divulgação científica e uso racional da natureza em *A lavoura (1897-1926)*. *Revista Brasileira de História da Ciência, v. 5, n. 1*, Rio de Janeiro. Jan-jun. Pp. 118-130.

MENDONÇA, Sônia Regina de Mendonça (2000). Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura. *Mundo Agrario, vol. 1, n. 1*, Buenos Aires.

PEREIRA, Margareth da Silva (2000). *A Exposição Nacional de 1908 ou o Brasil visto por dentro*. ArqTexto, número 16, Porto Alegre. Pp. 6-27. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/pdfs\\_revista\\_16/01\\_MSP.pdf](https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/pdfs_revista_16/01_MSP.pdf)

SILVA, Márcia Cabral da Silva; SANTOS, Liana Pereira Borba dos. “Força pedagógica que despertará o Brasil, gigante que dorme” – *Revista Nacional (1921-1923)*. In: NERY, Ana Clara Bortoleto; GONDRA, José. *Imprensa Pedagógica na Ibero-América: local, nacional e transnacional*. São Paulo: Alameda, 2018.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes. *Narrativa em História da Geografia na Geografia Histórica do Capitalismo*. In: LIRA, Larissa Alves de; SOUSA NETO, Manoel Fernandes de; DUARTE, Rildo Duarte. *Geografia das ciências, dos saberes e da história da geografia (orgs.)*. São Paulo: Alameda, 2020.

## Arquivos e acervos consultados

Map Collection David Rumsey.

Site: <https://www.davidrumsey.com/>

Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Site: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

Site: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000011739&bbm/2652#page/1/mode/2up>

Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP – Acervos de Mapas.

## Notas de fim

1. Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do levantamento documental para minha tese de doutoramento. Contudo, o conteúdo deste artigo não diz respeito diretamente ao que vem sendo pesquisado no escopo da referida tese. A dita pesquisa documental, por sua vez, tem sido realizada com bolsa de estudos oferecida pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba – Fapesq.
2. Acesso em <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000011739&bbm/2652#page/1/mode/2up>
3. Expressão apresentada no texto que justificava a elaboração dos mapas da SNA em 1908.
4. Os mapas dessa Comissão foram apresentados na exposição oral realizada Enali Di Biaggi no 7º Simposio Iberoamericano de Historia de la Cartografia (7º SIAHC), realizado em abril de 2018 na cidade de Quito, Equador. O texto apresentado ainda não foi publicado.
5. As Reformas promovidas por Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro ocorreram entre 1903 e 1906.
6. “Em 30 de dezembro de 1906 foi publicada a Lei n. 1.617, cujo artigo n. 35 aprovava as bases segundo as quaes havia de organizar-se uma Exposição Nacional em 1908, que se deveria abrir proximamente á chegada a esta capital [Rio de Janeiro] dos soberanos portugueses” (Borges, 2007, p. 97 – Ver: Center For Research Libraries. Brazilian Government Document Digitization Project. Ministerial Reports, 1821-1960. Ano 1908. p. XIV <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/minopen.html>>)
7. Os debates estavam presentes na revista da própria Sociedade
8. Sobre esses dois ministérios, ver o projeto Memória da Administração Pública Brasileira no site do Arquivo Nacional.
9. Os irmãos Weiszflog, eram alemães que chegaram ao Brasil no final dos anos 1890. Logo se associaram ao seu conterrâneo, Bühnaeds que na época investia no ramo de papelaria. “Em 1905, adoentado, Bühnaeds deixa a sociedade. Nasce então a Weiszflog Irmãos – Estabelecimento Gráfico. Os serviços da gráfica dos Weiszflog ganham rápido reconhecimento em razão da qualidade superior dos seus produtos. Percebendo isso, o educador Arnaldo de Oliveira Barreto sugere aos Weiszflog que se tornem também editores. A sugestão é aceita” (História da Editora Melhoramentos. Cf. <http://editoramelhoramentos.com.br/v2/a-editora/historico/>). Vale dizer que essa sociedade tem algumas conexões com os negócios de Antônio Proost Rodovalho, que nos anos 1900 investiu nos melhoramentos urbanos da cidade de São Paulo.
10. Esse agrônomo também teve efetiva participação na regulação e gestão de escolas agrícolas, a exemplo da escola agrícola de Recife.

11. Expressão utilizada pelo geógrafo Maurício de Abreu para se referir ao tempo histórico a que se refere a discussão.
12. Aqui nos referimos a “imaginação geográfica” discutida por Harvey (2015) quanto às aceleradas mudanças observadas na sociedade burguesa do século XIX
13. Tese VII de Walter Benjamin sobre o conceito de História. Essa tradução foi retirada do livro “*Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses ‘Sobre o conceito de história’*” de autoria de Michel Löwi (2005).

# **RISCOS E VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS URBANOS:**

Estado da arte em eventos científicos nacionais (2008-2019)

## **URBAN SOCIO-ENVIRONMENTAL RISKS AND**

**VULNERABILITIES:** State of the art in national scientific events (2008-2019)

## **RIESGOS Y VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTALES**

**URBANAS:** Estado del arte en eventos científicos nacionales (2008-2019)

## RESUMO

Neste artigo buscou-se analisar o Estado da Arte acerca dos riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos a partir dos respectivos eventos da Geografia brasileira: Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica, Simpósio Nacional de Geomorfologia e Encontro Nacional da ANPEGE. A análise compreendeu o período entre 2008 e 2019, e pautou-se no método da análise de conteúdo. O Estado da Arte indica os fenômenos das inundações, movimentos de massa e saúde-ambiente como os mais abordados a partir do arcabouço teórico-metodológico dos riscos e vulnerabilidades. A análise ainda evidencia: predomínio de estudos em municípios de porte médio e grande; predomínio de estudos nas escalas do perímetro urbano, bairros e bacias hidrográficas urbanas; diversidade quanto à formação acadêmica dos pesquisadores; concentração da produção científica nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil.

**Palavras-chave:** Estado da Arte. Riscos. Vulnerabilidades. Eventos científicos.

## ABSTRACT

In this article we analyze the State of the Art about urban socio-environmental risks and vulnerabilities from the respective events of Brazilian Geography: Brazilian Symposium on Applied Physical Geography, Brazilian Symposium on Geographic Climatology, National Symposium on Geomorphology and National Meeting of ANPEGE. The analysis covered the period between 2008 and 2019, and was based on the content analysis method. The State of the Art indicates the phenomena of floods, mass movements and health-environment as the most addressed from the theoretical and methodological perspective of risks and vulnerabilities. The analysis also shows: predominance of studies in medium and large cities; predominance of studies on the scales of the urban perimeter, neighborhoods and urban watersheds; diversity regarding the academic formation of researchers; concentration of scientific production in the Southeast and Northeast regions of Brazil.

**Keywords:** State of Art. Risks. Vulnerabilities. Scientific congresses.

## RESUMEN

En este artículo analizamos el Estado del Arte sobre los riesgos y vulnerabilidades socioambientales urbanas en los respectivos eventos de la Geografía brasileña: Simposio Brasileño de Geografía Física Aplicada, Simposio Brasileño de Climatología Geográfica, Simposio Nacional de Geomorfología y Encuentro Nacional de ANPEGE. El análisis abarcó el período comprendido entre 2008 y 2019, y se basó en el método de análisis de contenido. El Estado del Arte indica los fenómenos de inundaciones, movimientos de masas y salud-medio ambiente como los más abordados desde la perspectiva teórica y metodológica de los riesgos y vulnerabilidades. El análisis también muestra: predominio de estudios en ciudades medianas y grandes; predominio de estudios sobre las escalas del perímetro urbano, vecindarios y cuencas urbanas; diversidad en relación con la formación académica de investigadores; concentración de producción científica en las regiones Sudeste y Noreste de Brasil.

**Palabras clave:** Estado del Arte. Riesgos. Vulnerabilidades. Congresos científicos.

## Introdução

O processo de urbanização brasileira tem constituído um fenômeno complexo, uma vez que tem ocorrido de forma acelerada e desordenada, contribuindo para o surgimento e intensificação de uma abrangente rede de impactos socioambientais urbanos, comprometendo, em última análise, a qualidade de vida das populações das cidades.

Historicamente, o constante afluxo populacional para as áreas urbanas não tem sido acompanhado por medidas de planejamento que assegurem a ocupação dos espaços urbanos de maneira a não comprometer o equilíbrio dinâmico dos sistemas ambientais. Assim, os múltiplos usos dos recursos naturais e os diferentes padrões de ocupação configuram um espaço fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, sintetizando a lógica de apropriação desigual do espaço geográfico (CORRÊA, 1989).

Ao assinalar que os problemas ambientais inerentes ao processo de urbanização têm sido abordados de forma dispersa e fragmentada no âmbito da Geografia brasileira, Mendonça (2004) reforça a necessidade de compreensão do ambiente urbano a partir de uma perspectiva de integralização das dimensões sociais e ambientais, atrelada ao planejamento e gestão urbano-ambiental, cujo rebatimento prático circunscreve-se à elaboração de medidas mitigadoras segundo os diferentes níveis de tomada de decisão.

Nesse contexto, evidencia-se que nos ambientes urbanos brasileiros as situações de risco e de vulnerabilidade socioambiental tendem a se agravar à medida que imperam profundas contradições socioespaciais, as quais se manifestam de variadas formas, seja no tocante ao saneamento básico, à renda ou às condições de moradia.

Perante a problemática em apreço, o artigo tem como objetivo analisar o Estado da Arte acerca dos riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos nos seguintes eventos científicos: Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica, Simpósio Nacional de Geomorfologia e Encontro Nacional da ANPEGE, considerando o período de 2008 a 2019, de forma a sistematizar as particularidades e tendências por meio das quais os pesquisadores têm contemplado a referida temática em suas pesquisas.

Admite-se que os eventos científicos supracitados constituem um objeto válido para uma pesquisa do tipo Estado da Arte, na medida em que possuem abrangência nacional, periodicidade regular, multiplicidade de enfoques teórico-metodológicos e variedade de perspectivas temáticas. Nesse sentido, Ferreira (2002, p. 257) aponta que este tipo de pesquisa tem como objetivo:

[...] mapear e discutir certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos.

Ao considerar o problema da dispersão do conhecimento produzido sobre riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos no contexto dos eventos científicos da Geografia brasileira, assume-se que os pressupostos e metas inerentes às análises do tipo Estado da Arte apresentam-se como uma profícua alternativa ante a necessidade de sistematização e avaliação das particularidades e tendências que marcam a produção geográfica nacional acerca deste tópico.

## Metodologia da pesquisa

A construção do Estado da Arte da produção científica da Geografia nacional sobre a abordagem dos riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos pautou-se no levantamento e análise dos artigos publicados nos Anais dos eventos científicos indicados no Quadro 1.

Eventos	Edições selecionadas
Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada	2009; 2011; 2013; 2015; 2017; 2019
Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica	2008; 2010; 2012; 2014; 2016; 2018
Simpósio Nacional de Geomorfologia	2008; 2010; 2012; 2014; 2016; 2018
Encontro Nacional da ANPEGE	2009; 2011; 2013; 2015; 2017; 2019

Quadro 1 – Eventos científicos objeto de análise.  
Organização: autores (2020).

O acesso aos Anais deu-se mediante: (a) *download* nas páginas dos eventos; (b) *download* nas páginas da Associação Brasileira de Climatologia (ABCLIMA) e da União da Geomorfologia Brasileira; (c) CD-ROMs disponibilizados pelos eventos científicos e cedidos por colaboradores.

Na etapa de sistematização das particularidades e tendências da produção científica objeto desta pesquisa, mostrou-se oportuno o uso de dados sobre a dinâmica populacional brasileira. Assim, recorreu-se ao *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com destaque para o sistema IBGE Cidades (IBGE, 2018; 2019; 2020).

Com base na Sinopse do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2011), elaborou-se a categorização da produção científica com base no porte demográfico dos municípios lócus dos estudos, considerando os respectivos intervalos: (i) municípios com até 50 mil habitantes; (ii) municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes; (iii) municípios com população entre 100 mil e 500 mil habitantes; (iv) municípios com população acima de 500 mil habitantes.

Procurou-se, ainda, sistematizar o perfil acadêmico dos autores das pesquisas. Neste aspecto, consideraram-se duas categorias de formação acadêmica: (a) estudantes (graduação, mestrado, doutorado e especialização) e (b) docente/pesquisador, representando o grupo dos profissionais com vínculo efetivo com Instituições de Ensino Superior (IES).

A partir do interesse em evidenciar o impacto/distribuição da produção científica em território nacional, procedeu-se à espacialização da produção científica dos eventos por Regiões e Unidades Federativas. Para tanto, fez-se uso do programa *ArcGIS* (10.6) para elaboração cartográfica.

No que concerne ao método da pesquisa, demarcou-se a análise de conteúdo para este fim, tendo em vista constituir um método apropriado ao tipo de análise almejada, conforme Bardin (1977). O método em pauta foi adaptado à luz dos objetivos da pesquisa, considerando as seguintes etapas: (i) pré-análise, (ii) análise e (iii) interpretação (Quadro 2).

Etapas	Pressupostos norteadores
Pré-Análise	Corresponde ao reconhecimento e seleção do corpus da pesquisa, representado pelos eventos científicos e respectiva produção acadêmica. Dois critérios foram estabelecidos na escolha dos eventos: (i) abrangência/impacto nacional e (ii) produção científica coerente com a temática e objetivos da pesquisa.
Análise	Nesta etapa, selecionaram-se os artigos que operacionalizavam os conceitos de risco e vulnerabilidade à luz da abordagem socioambiental, considerando seus objetivos, estratégias metodológicas, fundamentação teórica e resultados empíricos. Ao pressupor o grande volume de pesquisas publicadas pelos eventos científicos, cita-se que, para fins de uma primeira triagem, a análise da produção científica iniciou-se pela leitura dos resumos constantes nos artigos.
Interpretação	Consiste em estruturar e dar significação aos resultados alcançados. A sistematização do conhecimento produzido acerca das particularidades e tendências que envolvem o estudo da abordagem dos riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos nos eventos científicos da Geografia brasileira representa a culminância da pesquisa.

Quadro 2 – Etapas e pressupostos metodológicos da análise de conteúdo.  
Fonte: Bardin (1977). Organização: autores (2020).

Quando se considera a complexidade da produção acadêmica dos eventos científicos – haja vista encontrar-se dispersa no âmbito de congressos com os mais diferentes escopos temáticos –, corrobora-se a significância do aparato metodológico da análise de conteúdo diante do rastreamento e sistematização do atual Estado da Arte a respeito de um tema específico como o dos riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos.

### **Riscos e vulnerabilidades urbanos na perspectiva da geografia socioambiental: breves considerações**

Se a Geografia tem por meta a análise e explicação da organização do espaço, tem-se que o aprofundamento das desigualdades socioespaciais e dos dilemas socioambientais reclama a permanente avaliação e aprimoramento dos aportes teóricos, conceituais e metodológicos dessa ciência, de maneira a proporcionar a elaboração de análises mais refinadas do espaço geográfico.

No que diz respeito particularmente ao estudo da relação sociedade-natureza, a Geografia tem experimentado importantes mudanças em suas óticas interpretativas, em que diferentes propostas teórico-metodológicas têm sido elaboradas a fim de melhor enquadrar os fenômenos socioambientais que se manifestam nos territórios.

Nesse escopo, as abordagens pautadas na análise dos riscos e vulnerabilidades socioambientais emergem atualmente como um dos enfoques mais apreciados pelos pesquisadores interessados em compreender as complexas interações entre sociedade e natureza nas cidades. Ao refletir sobre a compreensão da problemática socioambiental urbana com respaldo na concepção dos riscos socioambientais, Mendonça (2011, p. 113) avalia que:

[...] a abordagem dos riscos socioambientais urbanos pode ser concebida como um novo paradigma, na medida em que muda o foco da compreensão da lógica de produção e reprodução socioespacial; ou seja, ela atesta a inserção de uma nova base de análise na relação sociedade-natureza, pois salta de uma base de certeza e estabilidade para uma outra de incerteza e de instabilidade quanto à repercussão dos processos naturais e sociais do espaço geográfico.

Os riscos socioambientais urbanos dizem respeito aos fenômenos imbricados de contingências naturais e sociais que desestabilizam as condições de vida das sociedades urbanas, evidenciando causas e fatores de ordem natural e social. Uma das principais dimensões dos riscos é sua expressão espacial, ou seja, os riscos são espacial e temporalmente datados, o que os torna um dos temas de maior interesse da Geografia atual (MENDONÇA, 2010).

Nessa acepção, as cidades, sejam elas pequenas, médias ou de grande porte, apresentam condições peculiares para a formação de situações de risco e vulnerabilidade socioambiental, a saber: acelerado processo de ocupação, uso intenso dos solos, artificialização dos sistemas naturais, déficit habitacional, ausência de saneamento básico, degradação dos cursos fluviais, entre outros.

Almeida (2012, p.25) afirma que o risco é “a percepção de um indivíduo ou grupo de indivíduos da probabilidade de ocorrência de um evento potencialmente perigoso e causador de danos, cujas consequências são uma função da vulnerabilidade intrínseca desse indivíduo ou grupo”.

Nesse íterim, a discussão sobre os riscos socioambientais torna-se premente, em virtude da ocorrência cada vez mais frequente de eventos extremos e desastres nas áreas urbanizadas. Por conseguinte, os riscos socioambientais englobam os cenários futuros em que eventuais impactos socioambientais podem vir a comprometer a qualidade de vida das populações urbanas.

Com efeito, a noção de risco socioambiental possibilita o desenvolvimento de uma nova perspectiva de estudo no contexto da gestão do espaço geográfico, sendo o ambiente urbano um interessante laboratório para a operacionalização desta concepção. Tal perspectiva leva em consideração o risco como uma categoria explicativa da conjuntura da sociedade atual, sendo, por isso, concebido como uma construção social (VEYRET, 2007; MENDONÇA, 2010).

Em articulação aos riscos, emerge o conceito de vulnerabilidade socioambiental, que procura evidenciar a complexa imbricação dos fatores naturais e sociais implicados nas situações de risco às quais as populações apresentam-se expostas. Assim, a vulnerabilidade socioambiental urbana indica diferentes condições de exposição dos cidadãos aos riscos, vinculando-os sempre aos aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e tecnológicos, evidenciando o caráter heterogêneo dos impactos sobre uma dada população, fazendo da vulnerabilidade um conceito promissor para a análise integrada e contextualizada dos riscos socioambientais (ALMEIDA, 2012; SANTOS, 2016).

A vulnerabilidade socioambiental associa-se à maior ou menor fragilidade de um determinado ambiente, podendo ser visualizada quando estes ambientes são apropriados e ocupados por populações desprovidas de condições mínimas que lhes possibilite enfrentar com maior resiliência as adversidades socioambientais. As populações mais vulneráveis se encontram em permanente estado de exposição aos riscos, resultado da situação de marginalidade e precariedade social em que vivem (ALVES, 2006; SOUSA; ZANELLA, 2009). Com efeito, entende-se que:

Há uma estreita relação entre a localização espacial dos grupos que apresentam desvantagens sociais e aquelas áreas onde há risco de ocorrer algum evento adverso, ou seja, populações socialmente vulneráveis se localizam em áreas ambientalmente vulneráveis (DESCHAMPS, 2008, p.212).

Nessa perspectiva, Esteves (2011) indica que a vulnerabilidade socioambiental tem como componente essencial a manifestação espacial dos riscos. Entende-se, assim, que a interpenetração das categorias do risco e da vulnerabilidade oferece aos pesquisadores a oportunidade de melhor avaliar as dissonâncias entre sociedade e natureza no espaço urbano. Por esta ótica, Olímpio e Zanella (2017, p. 158) ressaltam que:

[...] a identificação de espaços em risco deve avaliar o nível de vulnerabilidade do sistema social à magnitude dos efeitos da manifestação de eventos naturais adversos. Logo, a determinação da vulnerabilidade deve buscar a construção de cenários embasados no estado de exposição, resistência e na capacidade de adaptação dos grupos sociais.

Na interpretação de Mendonça (2011), a vulnerabilidade socioambiental constitui um profícuo campo de estudo, tendo em vista que agrega novas perspectivas conceituais à análise da heterogeneidade dos impactos socioambientais associados às diferentes situações de risco que se territorializam nos espaços urbanos brasileiros.

A inserção dos conceitos de risco e vulnerabilidade no âmago da pesquisa socioambiental vem sendo problematizada no cerne das discussões teórico-metodológicas da Geografia, tendo em vista a operacionalização dos seus pressupostos ante o esforço de compreender de forma integrada os aspectos sociais e ambientais da realidade socioespacial.

Este esforço de relacionar de forma holística os diferentes aspectos da realidade socioespacial torna a análise dos riscos e vulnerabilidades coerente com os pressupostos básicos da abordagem socioambiental. Dentro desta perspectiva, a mesma sociedade que transforma o ambiente urbano sofre as consequências dos seus potenciais impactos. Portanto, a desconsideração das causas sociais na compreensão dos problemas socioambientais urbanos pode levar à adoção de medidas inoperantes no equacionamento dos problemas de forma verdadeiramente integrativa.

Com efeito, o viés socioambiental configura-se como uma tendência para o entendimento mais dialógico da relação sociedade-natureza na cidade, frisando a obsolescência dos esquemas de pensamento que abordam o espaço urbano somente do ponto de vista das suas bases geoambientais, ou que o concebem a partir de contingências exclusivamente socioeconômicas.

A abordagem socioambiental é um referencial de cunho sistêmico e complexo, que busca a unidade do conhecimento geográfico sobre o ambiente, fundamentando-se no produto das relações entre os sistemas da sociedade e os da natureza, de modo que o ambiente encontra-se em constante processo de transformação, resultado da dinâmica socioambiental construída (MENDONÇA, 2002).

Destaca-se, assim, que a abordagem socioambiental fundamenta-se nos seguintes pressupostos inter-relacionados: (i) consideração pelas situações de conflito entre sociedade e natureza; (ii) distinção entre processos eminentemente físico-naturais e sociais; (iii) busca contribuir na resolução dos problemas identificados; (iv) mostra-se abertura à pesquisa interdisciplinar, de forma a melhor explicar a respeito das complexas interações entre as sociedades e seus ambientes (Quadro 3).

Pressupostos	Contextualização
Abarcar situações conflituosas	Um estudo socioambiental deve focalizar nas situações de conflito entre a dinâmica social e os processos naturais, evidenciando os impactos derivados.
Contemplar a diversidade dos problemas	Sociedade e natureza possuem dinâmicas próprias, sendo diferentemente afetadas pelos impactos. Um estudo socioambiental não pode privilegiar uma dimensão apenas. Torna-se plausível buscar contemplar as particularidades dos problemas.
Buscar soluções para as partes envolvidas	As propostas de mitigação dos problemas perpassam as dimensões social e natural, oportunizando condições socioambientais menos turbulentas.
Trabalhar numa perspectiva interdisciplinar	Sendo os problemas multidimensionais, um estudo socioambiental não pode se pautar em reducionismos. Tal pressuposto reclama diferentes formas de abordagem, abrindo-se a intercâmbios teórico-conceituais e, eventualmente, à interdisciplinaridade.

Quadro 3 – Pressupostos da abordagem socioambiental.  
 Fonte: Mendonça (2002) e Pinto (2015). Organização: autores (2020).

Nessa perspectiva, acredita-se que a articulação dos conceitos de risco e vulnerabilidade com os pressupostos da abordagem socioambiental desponta como uma tendência promissora diante da necessária superação das concepções dicotômicas e reducionistas que têm sido aplicadas ao estudo das interações entre sociedade e natureza no contexto das pesquisas sobre o espaço urbano.

A partir da concepção socioambiental, corrobora-se que os problemas ambientais não atingem igualmente o ambiente urbano. Este pensamento encontra-se atrelado às relações contraditórias de produção do espaço urbano, as quais favorecem o incremento de ambientes mais socialmente vulneráveis aos infortúnios socioambientais. Nesse sentido, evidencia-se o enfoque socioambiental como perspectiva que pode inspirar o desenvolvimento de pesquisas que expressem de forma mais clara as articulações entre os processos sociais e naturais nos ambientes urbanos.

Diante do exposto, cabe analisar de que maneira o arcabouço teórico-conceitual dos riscos e vulnerabilidades tem sido articulado com os pressupostos da Geografia socioambiental no cerne da produção acadêmica dos eventos científicos da Geografia brasileira.

## Riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos nos eventos científicos da Geografia Brasileira: resultados e discussão

Propõe-se iniciar a análise do presente Estado da Arte apresentando a sistematização quantitativa da produção científica dos eventos inventariados. A Tabela 1 indica o volume total de artigos publicados em cada evento científico, assim como especifica a proporção de pesquisas atinentes à temática dos riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos.

Eventos	Total de artigos publicados	Artigos sobre RVSU	Produção endógena (%)	Produção comparada (%)
SBGFA	5.289	243	4,6%	44,3%
SBCG	1.485	48	3,2%	8,8%
SINAGEO	2.541	166	6,5%	30,3%
ENANPEGE	5.543	91	1,6%	16,6%
	<b>Total: 14.858</b>	<b>Total: 548</b>		

Tabela 1 – Riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos (RVSU) nos eventos da Geografia brasileira: panorama quantitativo da produção científica (2008-2019).

Fonte: SBCG (2008; 2010; 2012; 2014; 2016; 2018); SBGFA (2009; 2011; 2013; 2015; 2017; 2019); SINAGEO(2008; 2010; 2012; 2014; 2016; 2018); ENANPEGE (2009; 2011; 2013; 2015; 2017; 2019). Organização: autores (2020).

Em face do recorte temporal analisado (2008-2019), aferiu-se a publicação de 14.858 pesquisas. Dentro deste universo de estudos, constatou-se que 548 artigos tiveram como escopo a análise de riscos e vulnerabilidades socioambientais em ambientes urbanos, perfazendo 3,7% da produção científica no âmbito dos eventos em discussão.

A Tabela 1 aponta o SBGFA como o evento com a maior representatividade científica quanto ao volume total de pesquisas devotadas à abordagem dos riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos, perfazendo 243 artigos, o que representa 44,3% do volume de artigos publicados pelo conjunto dos congressos acerca da temática em epígrafe (548 artigos). Tendo em vista as edições do SBGFA que foram analisadas, tem-se que 4,6% da sua produção endógena contemplaram o estudo dos riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos.

O SINAGEO manifestou o segundo maior volume de pesquisas atinentes à problemática dos riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos, registrando um montante de 166 artigos, configurando 30,3% comparativamente ao total de estudos produzidos nos eventos. Nas edições realizadas entre 2008 e 2018, averiguou-se que 6,5% da produção acadêmica deste evento circunscreveram-se ao tópico dos riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos, fazendo do SINAGEO o evento com a maior proporção endógena de artigos sobre o tema.

Por sua vez, o ENANPEGE apresentou 91 pesquisas devotadas aos riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos, equivalendo a 16,6% da produção acadêmica dos eventos analisados. No período compreendido entre 2009 e 2019, constatou-se que 1,6% da produção científica endógena a este evento direcionou-se à temática em evidência – a menor proporção entre todos os eventos.

Por fim, o SBCG refletiu o menor volume de estudos sobre a temática dos riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos. Ao todo, o evento em apreço produziu 48 artigos, contribuindo com 8,8% da produção científica total acumulada entre todos os eventos. Do ponto de vista da dinâmica científica endógena do SBCG, tem-se que 3,2% das pesquisas publicadas entre 2008 e 2018 direcionaram-se ao tópico mencionado.

No intuito de avançar na sistematização do Estado da Arte, buscou-se identificar quais problemas/fenômenos têm sido abordados a partir do referencial teórico-metodológico dos riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos no contexto dos eventos da Geografia nacional (Gráfico 1).

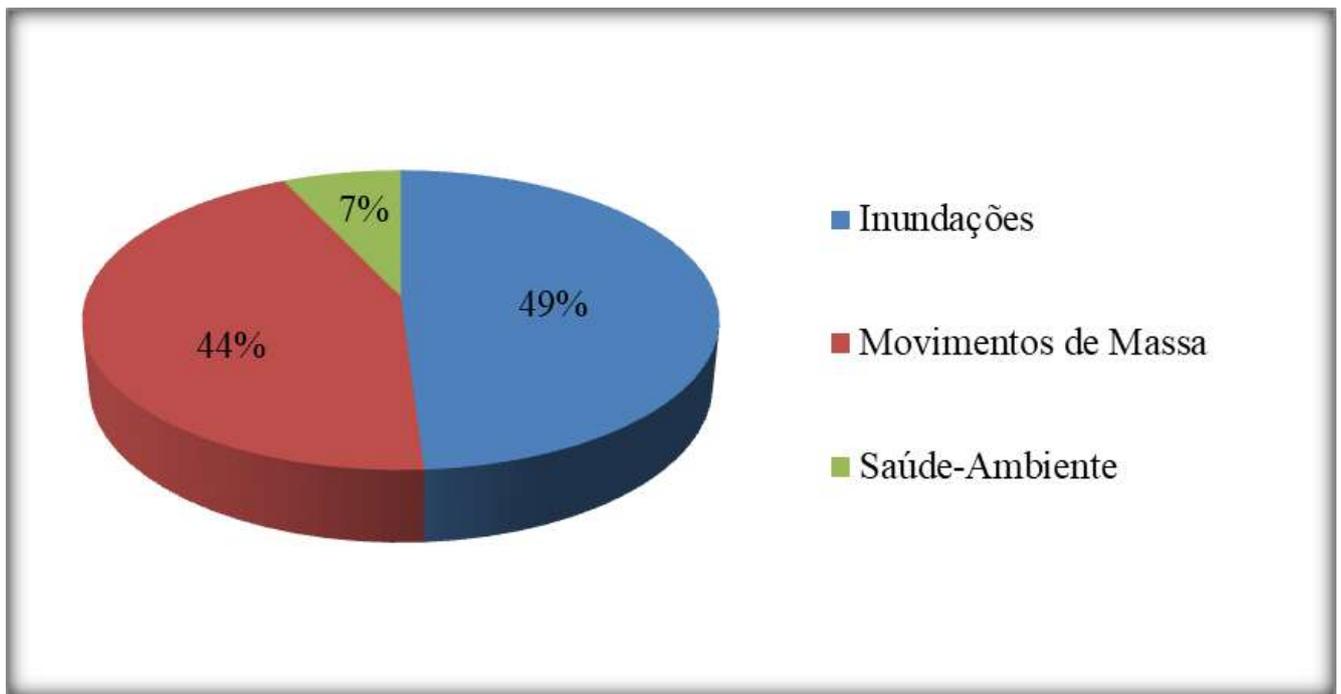


Gráfico 1 – Fenômenos abordados a partir da perspectiva dos riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos.

Fonte: SBCG (2008; 2010; 2012; 2014; 2016; 2018); SBGFA (2009; 2011; 2013; 2015; 2017; 2019); SINAGEO (2008; 2010; 2012; 2014; 2016; 2018); ENANPEGE (2009; 2011; 2013; 2015; 2017; 2019). Organização: autores (2020).

No cerne da produção acadêmica fundamentada na análise de riscos e vulnerabilidades, o Gráfico 1 demonstra que duas problemáticas se sobressaem atualmente, quais sejam: as inundações e os movimentos de massa. Em conjunto, o balanço indica que as referidas temáticas abarcam 93% das pesquisas publicadas nos eventos científicos entre 2008 e 2019.

Tamanho interesse nos temas supracitados reflete a importância dos estudos sobre eventos extremos e desastres no atual contexto das questões socioambientais urbanas, particularmente quando se trata da conformação de ambientes de risco e vulnerabilidade socioambiental.

Em vista disso, multiplicam-se no âmbito dos eventos científicos as pesquisas sobre enchentes e inundações em bacias urbanizadas, assim como sobre processos erosivos e movimentos de massa em áreas de encostas, considerando seus diferentes vieses conceituais (deslizamentos, escorregamentos). Tais problemáticas constituem questões investigadas com assiduidade nos congressos científicos nacionais, tendo em vista que compõem alguns dos dilemas mais recorrentes nas áreas urbanas.

Com efeito, supõe-se que a operacionalização dos conceitos de risco e vulnerabilidade com base nos pressupostos da abordagem socioambiental mostra-se como uma necessidade premente e desafio constante aos estudiosos da relação sociedade-natureza a partir da perspectiva geográfica.

Não menos importantes são as pesquisas acerca dos processos relativos às inter-relações entre saúde humana e contingências socioambientais, constituindo, também, uma das tendências temáticas no contexto da abordagem dos riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos.

Fundamentadas no pressuposto segundo o qual a eclosão e distribuição de certas doenças substantivam-se a partir das complexas interações entre sociedade e natureza, as pesquisas sobre o tema buscam, mediante um ponto de vista integrador, analisar as condições socioambientais embutidas na problemática exposta. Em sintonia com esta concepção, a abordagem inter-relacionada dos elementos de ordem natural (clima, corpos hídricos) e social (saneamento, moradia, renda) emerge como ponto de partida para estes estudos.

Quanto aos problemas de saúde abordados nos artigos publicados nos eventos científicos da Geografia brasileira, ganham realce as investigações sobre os fatores relacionados à incidência e espacialização das arboviroses, a saber, dengue, chikungunya e zika. Entre outras focalizações, destacam-se: malária, leptospirose, esquistossomose e leishmaniose. As

doenças do aparelho respiratório também se manifestam, marcando o escopo de parte da produção científica, como indicam os estudos sobre pneumonia, bronquite e tuberculose.

Nesse contexto de discussão, os estudos desenvolvidos com base no aporte teórico-metodológico dos riscos e vulnerabilidades socioambientais despontam como de extrema importância no cenário atual da conflituosa relação sociedade-natureza nos ambientes urbanos brasileiros.

Em continuidade à análise do Estado da Arte das pesquisas sobre riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos, buscou-se sistematizar a proporção de pesquisas conforme o porte populacional dos municípios em que os pesquisadores desenvolveram suas investigações (Gráfico 2).

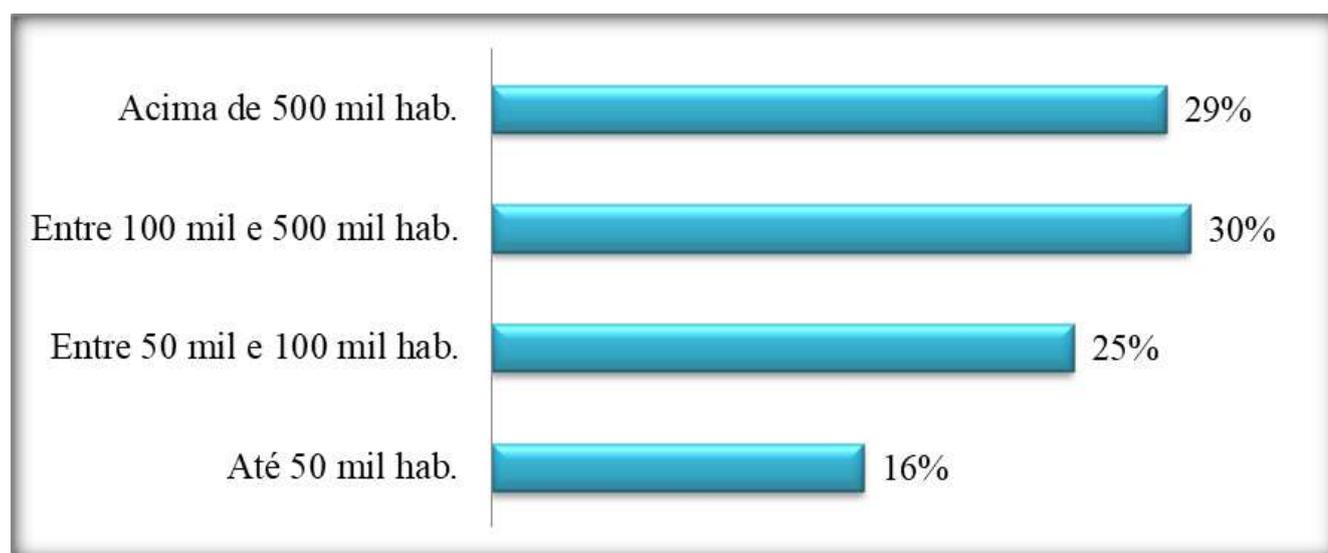


Gráfico 2 - Riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos: proporção de pesquisas conforme o porte populacional dos municípios.

Fonte: SBCG (2008; 2010; 2012; 2014; 2016; 2018); SBGFA (2009; 2011; 2013; 2015; 2017; 2019); SINAGEO (2008; 2010; 2012; 2014; 2016; 2018); ENANPEGE (2009; 2011; 2013; 2015; 2017; 2019). Organização: autores (2020).

O Gráfico 2 mostra que os municípios de porte médio-grande concentram o maior volume de pesquisas, ou seja, do universo de 548 artigos sobre riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos, verifica-se que 59% correspondem a pesquisas desenvolvidas em municípios com índice populacional superior a 100 mil habitantes. De forma mais específica, tem-se que 30% dos estudos foram realizados em municípios com população variando entre 100 mil e 500 mil habitantes; enquanto outros 29% desenvolveram-se em municípios com taxa populacional acima de 500 mil habitantes. Os dados do Gráfico 2 ainda sugerem que os municípios considerados “pequenos” não estão imunes aos impactos socioambientais urbanos reverberados nas situações de risco e vulnerabilidades.

Não obstante se reconheça que os dilemas ambientais manifestem-se nos municípios pequenos, nota-se que as aglomerações urbanas de maior envergadura populacional refletem mais dramaticamente os problemas socioambientais, considerando que quanto maior a dinâmica populacional sobre um território, mais desordenada se releva a apropriação das bases geoambientais, implicando a geração de espaços de risco de inundações, movimentos de massa ou de impactos sobre a saúde humana, como atestam as pesquisas publicadas nos eventos científicos.

Assim sendo, longe de constituir um simples processo do tipo causa-efeito (maior população = mais impactos ambientais), este é de fato o cenário vivenciado no Brasil, país marcado por agudas contradições sociais. Por conseguinte, entende-se que nos países onde se mesclam baixos índices de desenvolvimento social, políticas públicas ineficientes e legislação ambiental ineficaz, toda uma complexa teia de problemas se materializa nas cidades com maior grau de artificialização, onde a interação sociedade-natureza apresenta dinâmica mais acirrada, repercutindo num intrincado painel de injustiças socioambientais, fazendo multiplicarem-se os espaços de risco e vulnerabilidade.

A partir do Gráfico 3 evidencia-se mais um dos aspectos considerados na construção do Estado da Arte sobre riscos e vulnerabilidades socioambientais nos eventos científicos, qual seja, as escalas de análise por intermédio das quais os geógrafos têm operacionalizado suas pesquisas. O balanço indica as múltiplas possibilidades para a análise espacial da temática em discussão.

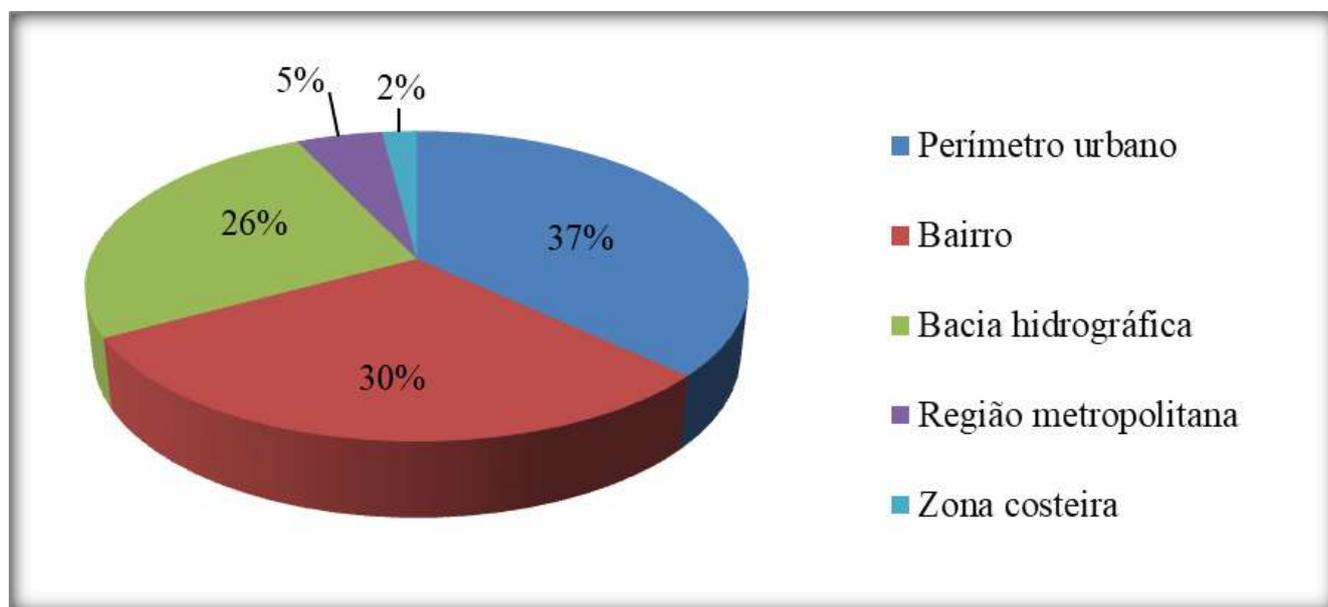


Gráfico 3 – Riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos: proporção de pesquisas conforme as escalas de análise.

Fonte: SBCG (2008; 2010; 2012; 2014; 2016; 2018); SBGFA (2009; 2011; 2013; 2015; 2017; 2019); SINAGEO (2008; 2010; 2012; 2014; 2016; 2018); ENANPEGE (2009; 2011; 2013; 2015; 2017; 2019). Organização: autores (2020).

Com base nos dados, pode-se observar que os pesquisadores têm privilegiado cinco escalas de análise no contexto de operacionalização empírica dos conceitos de risco e vulnerabilidade socioambiental. Avalia-se que a coexistência de diferentes possibilidades de recorte espacial ante o tema em foco reflete as estratégias operacionais oportunas aos objetivos e metas dos pesquisadores.

Constata-se que três escalas se sobressaem, a saber: perímetro urbano, bairro e bacia hidrográfica, ocorrendo em 93% da produção científica analisada. Em menor proporção têm-se as escalas circunscritas às regiões metropolitanas e zonas costeiras, somando 7%.

A produção científica cuja escala compreende o perímetro urbano compõe abordagens que englobam toda a zona urbanizada dos municípios pesquisados. Para este grupo de estudiosos, buscar apreender a totalidade do sistema ambiental urbano representaria um passo primordial para o enfrentamento científico mais adequado dos riscos e vulnerabilidades espacializados na cidade.

Verificou-se que as pesquisas na escala do bairro buscam compreender os problemas socioambientais no contexto da vulnerabilidade social das comunidades locais, especialmente nas áreas de periferia, espaços onde o processo de expansão urbana revela-se indiferente às fragilidades dos sistemas naturais, revelando-se particularmente propícios à formação de áreas de risco.

Nas investigações pautadas na escala da bacia hidrográfica, faz-se perceber o emprego recorrente do conceito de bacia hidrográfica urbana, sugerindo a construção de categorias conceituais que enfatizem a abordagem dos riscos e vulnerabilidades socioambientais no contexto particular dos ambientes urbanizados, com destaque para os estudos sobre enchentes e inundações.

No que respeita à escala de análise da região metropolitana, as pesquisas procuram ressaltar os riscos e vulnerabilidades socioambientais no contexto de espaços urbanizados com alto grau de integração entre múltiplos municípios. Nesse tocante, as pesquisas problematizam o processo de metropolização difusa e desordenada, a qual invariavelmente

desemboca em agudos impactos socioambientais, em particular nos vetores de expansão urbana periférica.

Por fim, as cidades litorâneas apresentam uma possibilidade singular de recorte espacial para a análise de riscos e vulnerabilidades socioambientais, a saber, as zonas costeiras. As pesquisas nesta escala de análise frisam a complexidade da relação sociedade-natureza nas cidades situadas em ambientes litorâneos, caracteristicamente marcados por condições de fragilidade natural, propícios aos mais variados problemas socioambientais urbanos.

Vale citar que o interesse em reconhecer as possibilidades acerca das escalas de análise contempladas no estudo das situações de risco e vulnerabilidade em ambiente urbano assenta-se no pressuposto de que a compreensão desta problemática remete inextricavelmente à dimensão espacial, uma vez que os impactos socioambientais atingem indivíduos em múltiplos contextos espaciais, compreendendo paisagens, territórios e lugares diversos (CIDADE, 2013).

Ao aprofundar a análise dos resultados da pesquisa, o Gráfico 4 distingue outra particularidade reconhecida por intermédio da sistematização do atual estágio do conhecimento em torno dos riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos, a qual objetiva-se nos diferentes níveis de formação acadêmica dos pesquisadores (Gráfico 4).

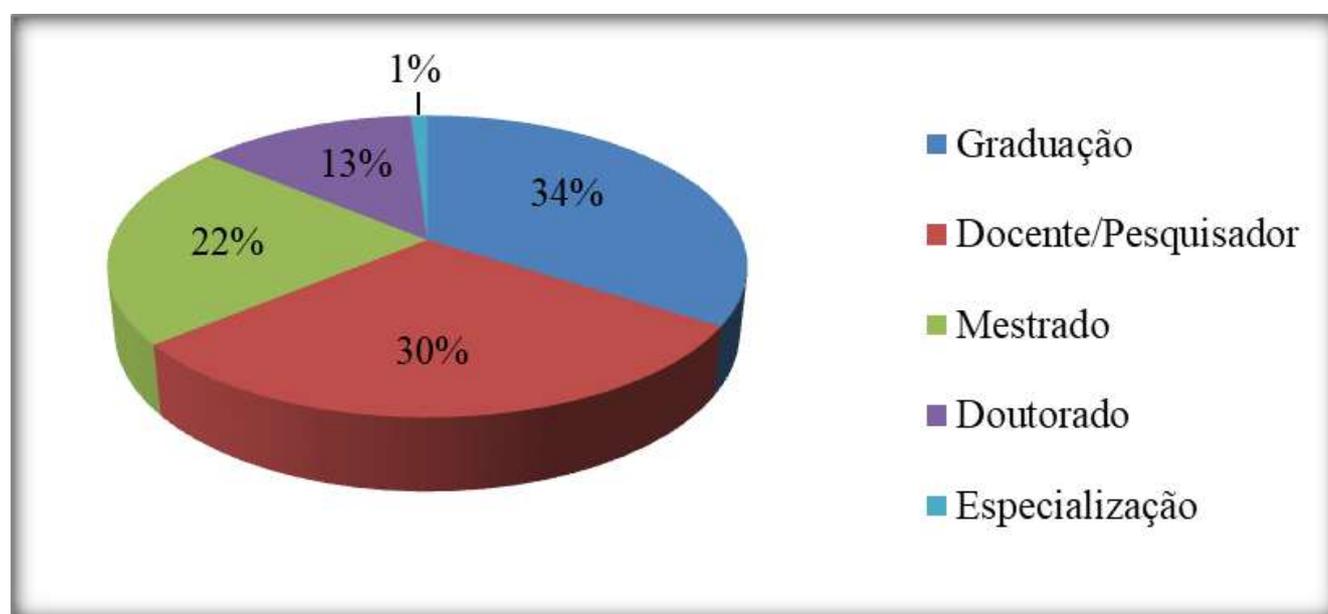


Gráfico 4 – Riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos: perfil acadêmico dos pesquisadores.

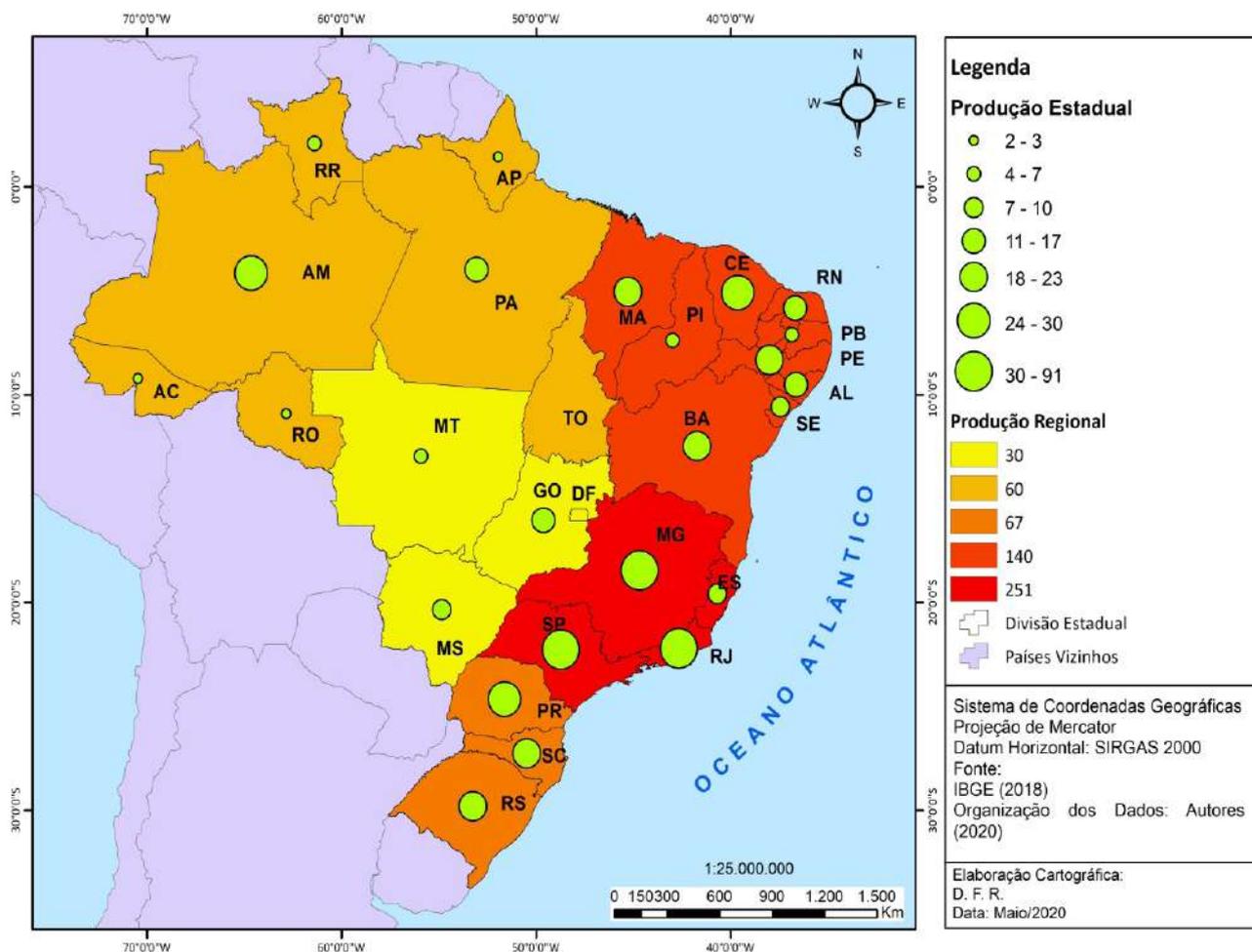
Fonte: SBCG (2008; 2010; 2012; 2014; 2016; 2018); SBGFA (2009; 2011; 2013; 2015; 2017; 2019); SINAGEO (2008; 2010; 2012; 2014; 2016; 2018); ENANPEGE (2009; 2011; 2013; 2015; 2017; 2019). Organização: autores (2020).

No transcurso da análise, identificaram-se cinco categorias de formação e atuação acadêmico-profissional: graduação, docente/pesquisador, mestrado, doutorado e especialização. O Gráfico 4 aponta que a maior proporção dos autores de artigo enquadra-se na categoria graduação (34%), seguido pela categoria docente/pesquisador (30%), sendo que esta última corresponde aos profissionais vinculados às Instituições de Ensino Superior na condição de docente ou pesquisador.

Os artigos de pesquisadores em nível de mestrado e doutorado configuram parcela importante do Estado da Arte sobre riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos, representando 35% do acervo total dos artigos analisados. Em menor proporção, têm-se as pesquisas publicadas por pesquisadores em nível de especialização (1%).

A sistematização da formação acadêmica dos pesquisadores retrata um perfil diversificado, composto por estudantes em vários estágios de formação (graduados/graduandos, mestres/mestrandos, doutores/doutorandos e especialistas), assinalando também a expressiva participação dos profissionais com experiência no ensino superior e na pesquisa acadêmica (docente/pesquisador).

Em conclusão à análise do Estado da Arte, mostrou-se oportuno elaborar a espacialização da produção científica sobre riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos em território nacional, de forma a indicar quais regiões e estados têm dinamizado com maior ou menor intensidade as pesquisas acerca deste tópico (Mapa 1).



Mapa 1 – Produção científica conforme as regiões e estados brasileiros (2008-2019).

Fonte: SBCG (2008; 2010; 2012; 2014; 2016; 2018); SBCGFA (2009; 2011; 2013; 2015; 2017; 2019); SINAGEO (2008; 2010; 2012; 2014; 2016; 2018); ENANPEGE (2009; 2011; 2013; 2015; 2017; 2019). Organização: autores (2020).

Ao considerar a identificação de um total de 548 pesquisas sobre riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos no contexto dos eventos científicos, o Mapa 1 destaca que as regiões Sudeste e Nordeste despontam com o maior volume de publicações. A partir da região Sudeste publicaram-se 251 artigos (45,8% do total), enquanto no âmbito da região Nordeste produziram-se 140 artigos (25,5% do total). Em conjunto, Sudeste e Nordeste somam 391 artigos, correspondendo a 71,3% do Estado da Arte nacional.

Na região Sudeste, o estado de São Paulo desponta com a maior proporção de pesquisas (91 artigos), seguido por Rio de Janeiro (81 artigos), Minas Gerais (69 artigos) e Espírito Santo (10 artigos). Ainda no que se refere à produção científica sudestina, aferiu-se que 81,8% das pesquisas sobre riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos se concentram nas seguintes Instituições de Ensino Superior (IES): UNESP (14,8%), UFRJ (13,2%), USP (12,3%), UNICAMP (10,5%), UFMG (10,2%), UFF (8,7%), UFV (6,5%) e UFU (5,6%).

No Nordeste, os estados do Ceará (25 artigos), Pernambuco (23 artigos), Maranhão (22 artigos) e Bahia (20 artigos) configuram o grupo cientificamente mais prolífico. Destacam-se ainda Alagoas (16 artigos) e Rio Grande do Norte (13 artigos). Os estados de Sergipe (9 artigos), Paraíba (7 artigos) e Piauí (5 artigos) completam o balanço científico regional. Destaca-se que 81,3% das pesquisas nordestinas provêm das respectivas IES: UFC (10,8%), UFPE (10,1%), UFMA (9,9%), UFBA (9,8%), UFRN (9,1%), UFAL (9,0%), UFS (8,1%), UECE (7,8%) e UEMA (6,7%).

A região Sul constituiu o lócus de produção de 67 pesquisas atinentes aos riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos, ou seja, 12,2% do balanço nacional. O estado do Paraná detém a maior parcela de artigos (26), acompanhado por Rio Grande do Sul (22 artigos) e Santa Catarina (19 artigos). A análise apontou que 80,6% desta produção científica têm origem nas seguintes IES: UFPR (22,7%), UFRGS (16,6%), UFSC (15,1%), UFSM (13,5%) e UEL (12,7%).

No tocante à região Norte, rastreou-se a produção de 60 artigos a partir dos congressos científicos, o que perfaz 11% do levantamento em âmbito nacional. Para o estado do Amazonas converge o maior volume de pesquisas (30 artigos). Pará (17 artigos), Roraima (5 artigos), Acre (3 artigos), Rondônia (3 artigos) e Amapá (2 artigos) integralizam o balanço acadêmico nortista. Não se identificaram pesquisas oriundas do Tocantins. Destaca-se que 80,4% das pesquisas desta região vinculam-se às respectivas IES: UFAM (31,8%), UFPA (23,2%), UFRR (13,6%) e UNIR (11,8%).

Por seu turno, a região Centro-Oeste computou 30 pesquisas com escopo na abordagem dos riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos, somando 5,5% do Estado da Arte nacional. O estado de Goiás exibiu a produção de 15 pesquisas, enquanto Mato Grosso do Sul apresentou 10 e Mato Grosso 5. Sublinha-se que 81,1% da citada produção científica reporta-se às seguintes IES: UFG (39,0%), UFGD (19,8%), UFMS (11,8%) e UFMT (10,5%).

Com respaldo na espacialização da produção científica dos eventos da Geografia, tem-se a indicação de quais regiões e estados mais têm avançado na compreensão da problemática ambiental urbana a partir da abordagem teórico-metodológica dos riscos e vulnerabilidades socioambientais.

## Considerações finais

A sistematização da produção acadêmica sobre riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos nos eventos científicos da Geografia sugere que a temática ainda se mostra incipiente ante o acervo total de publicações analisadas. Ao considerar o período entre 2008 e 2019, identificou-se a publicação de 14.858 artigos. Deste montante, aferiu-se que 548 artigos tematizavam especificamente a questão dos riscos e vulnerabilidades socioambientais em áreas urbanas, representando 3,7% das publicações dos congressos nacionais.

Diante disso, faz-se oportuno salientar o esforço de realizar uma análise crítica da produção científica dos congressos, para a qual se mobilizaram pressupostos teórico-conceituais e estratégias metodológicas que possibilitassem uma avaliação sistemática das pesquisas. Para tanto, buscou-se triangular o conteúdo dos artigos com os princípios inerentes às categorias conceituais dos riscos e vulnerabilidades dentro da perspectiva da Geografia socioambiental.

Valendo-se da análise de conteúdo como método procedimental, tem-se como resultado a avaliação de que muitas pesquisas não se mostraram em conformidade com os critérios da análise, uma vez que não assumiam plenamente a abordagem dos riscos e vulnerabilidades num viés socioambiental, exibindo discordâncias entre objetivos, teoria, metodologia e resultados empíricos, resultando em estudos marcadamente naturalistas.

Este aspecto pode eventualmente ser explicado pelo fato de que a maior parcela das pesquisas publicadas nos eventos científicos seja encabeçada por estudantes e pesquisadores em estágio inicial de formação, com pouco amadurecimento teórico-metodológico ante uma temática tão complexa. Por isso, é sempre conveniente refletir sobre o perigo do endosso acrítico de perspectivas analíticas que se apresentam como novas. Em particular, o entusiasmo gerado com a temática dos riscos e vulnerabilidades não pode obscurecer o comprometimento dos jovens pesquisadores com as questões epistemológicas e metodológicas que sempre estiveram à espreita da Geografia em sua constante busca por abordagens integralizantes do social e do natural.

A despeito da adesão ainda tímida dos simposistas da Geografia brasileira em torno dos riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos, convém sublinhar as particularidades e tendências que identificam o atual Estado da Arte relativamente a este tema.

A análise aponta três fenômenos como os mais tematizados sob o viés dos riscos e vulnerabilidades, sendo estes as inundações, os movimentos de massa e os processos referentes à relação saúde e ambiente. Outra tendência abarca a preponderância de estudos em municípios de porte médio e grande, indicando o interesse dos pesquisadores pelos ambientes com maior grau de antropização. O predomínio de estudos com recorte espacial na zona urbana, bairro e bacia hidrográfica sugere que a escala geográfica é questão que antecede e legitima a operacionalização empírica dos conceitos de risco e vulnerabilidade socioambientais. Como salientado anteriormente, prevalecem as pesquisas de estudantes em nível de graduação. O perfil acadêmico dos pesquisadores que têm publicado nos eventos científicos contempla ainda os docentes-pesquisadores vinculados a diversas Instituições de Ensino Superior, assim como pesquisadores em nível de mestrado, doutorado e especialização. Por fim, a análise aponta a concentração da produção científica na região Sudeste do Brasil, seguida pelas regiões Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste. Para cada região se reconhecem IES com diferentes dinâmicas de projeção científica nacional e intrarregional.

Dentro do panorama científico analisado, identificam-se pesquisas que procuram problematizar as derivações ambientais urbanas como produto de um cenário de injustiças e contradições socioespaciais, evidenciando, dentro de uma perspectiva integrada da complexidade socioespacial, que a abordagem dos riscos e vulnerabilidades socioambientais pode, quando coerentemente operacionalizada, contextualizar como a lógica de produção e reprodução do espaço se projeta na dimensão ambiental das cidades.

Sinteticamente, avalia-se que a abordagem dos riscos e vulnerabilidades emerge atualmente como uma tendência teórico-metodológica no contexto da problemática socioambiental urbana, considerando o paulatino interesse dos pesquisadores em analisar a complexa relação sociedade-natureza a partir desta perspectiva. Destaca-se, ainda, a movimentação dos eventos científicos em torno de uma abertura mais explícita ao tema, como se pode evidenciar na estruturação de mesas redondas, trabalhos de campo e eixos temáticos com este escopo específico.

## Referências

- ALMEIDA, L. Q. **Riscos ambientais e vulnerabilidades nas cidades brasileiras: conceitos, metodologias e aplicações.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- ALVES, H. P. F. Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. **Rev. bras. estud. popul.**, v. 23, n. 1, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.
- CIDADE, L. C. F. Urbanização, ambiente, risco e vulnerabilidade: em busca de uma construção interdisciplinar. **Cadernos Metrópole**, v. 15, n. 29, p. 171-191, jan./jun., 2013.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.
- DESCHAMPS, M. V. Estudo sobre a vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Curitiba. **Cadernos Metrópole**, n. 19, 2008.
- ENANPEGE. Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 8., Curitiba, PR, 2009. **Anais [...]** Curitiba, 2009.
- \_\_\_\_\_. 9., Goiânia, GO, 2011. **Anais [...]** Goiânia, 2011.
- \_\_\_\_\_. 10., Campinas, SP, 2013. **Anais [...]** Campinas, 2013.

- \_\_\_\_\_. 11., Presidente Prudente, SP, 2015. **Anais [...]** Presidente Prudente, 2015.
- \_\_\_\_\_. 12., Porto Alegre, RS, 2017. **Anais [...]** Porto Alegre, 2017.
- \_\_\_\_\_. 13., São Paulo, SP, 2019. **Anais [...]** São Paulo, 2019.
- ESTEVES, C. J. O. Risco e vulnerabilidade socioambiental: aspectos conceituais. **Cad. IPARDES**, v. 1, n. 2, p. 62-79, jul./dez. 2011.
- FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, n. 79, p.257-272, 2002.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011.
- \_\_\_\_\_. **IBGE cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 2018; 2019; 2020.
- MENDONÇA, F. Geografia socioambiental. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.). **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: Editora da UFPR, 2002. p. 121-144.
- \_\_\_\_\_. S. A. U. - Sistema socioambiental urbano: uma abordagem dos problemas socioambientais da cidade. In: MENDONÇA, F. (Org.). **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: Editora da UFPR, 2004, p. 185-207.
- \_\_\_\_\_. Riscos e vulnerabilidades socioambientais urbanos: a contingência climática. **Mercator**, v. 9, n.1, p.153-163, 2010.
- \_\_\_\_\_. Riscos, vulnerabilidades e resiliência socioambientais urbanas: inovações da análise geográfica. **Revista da ANPEGE**, v.7, n. 1, p. 111-118, 2011.
- OLÍMPIO, J. L. S.; ZANELLA, M. E. Avaliação intermunicipal dos riscos de desastres naturais associados à dinâmica climática no estado do Ceará. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, v. 21, n. 1, p. 156-176, 2017.
- PINTO, L. R. **A abordagem socioambiental na geografia brasileira: particularidades e tendências**. 2015. 199f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.
- SANTOS, J. O. **Fragilidade e riscos socioambientais em Fortaleza/CE**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2016.
- SBCG. Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica, 8., Alto Caparaó, MG, 2008. **Anais [...]** Alto Caparaó, MG, 2008.
- \_\_\_\_\_. 9., Fortaleza, CE, 2010. **Anais [...]** Fortaleza, 2010.
- \_\_\_\_\_. 10., Manaus, AM, 2012. **Anais [...]** Manaus, 2012.
- \_\_\_\_\_. 11., Curitiba, PR, 2014. **Anais [...]** Curitiba, 2014.
- \_\_\_\_\_. 12., Goiânia, GO, 2016. **Anais [...]** Goiânia, 2016.
- \_\_\_\_\_. 13., Juiz de Fora, MG, 2018. **Anais [...]** Juiz de Fora, 2018.
- SBGFA. Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 13., Viçosa, MG, 2009. **Anais [...]** Viçosa, MG, 2009.
- \_\_\_\_\_. 14., Dourados, MS, 2011. **Anais [...]** Dourados, 2011.
- \_\_\_\_\_. 15., Vitória, ES, 2013. **Anais [...]** Vitória, 2013.
- \_\_\_\_\_. 16., Teresina, PI, 2015. **Anais [...]** Teresina, 2015.
- \_\_\_\_\_. 17., Campinas, SP, 2017. **Anais [...]** Campinas, 2017.
- \_\_\_\_\_. 18., Fortaleza, CE, 2019. **Anais [...]** Fortaleza, 2019.

SINAGEO. Simpósio Nacional de Geomorfologia, 7., Belo Horizonte, MG, 2008. **Anais [...]** Belo Horizonte, 2008.

\_\_\_\_\_. 8., Recife, PE, 2010. **Anais [...]** Recife, 2010.

\_\_\_\_\_. 9., Rio de Janeiro, RJ, 2012. **Anais [...]** Rio de Janeiro, 2012.

\_\_\_\_\_. 10., Manaus, AM, 2014. **Anais [...]** Manaus, 2014.

\_\_\_\_\_. 11., Maringá, PR, 2016. **Anais [...]** Maringá, 2016.

\_\_\_\_\_. 12., Crato, CE, 2018. **Anais [...]** Crato, 2018.

SOUSA, L. B.; ZANELLA, M. E. **Percepção de riscos ambientais: teoria e aplicações**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

VEYRET, Y. **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007.

## **Agradecimentos**

o primeiro autor agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de mestrado (Acordo FAPEPI/CAPES).

# **VIOLÊNCIA E INSEGURANÇA OBJETIVA EM PEQUENAS CIDADES DE FAIXA DE FRONTEIRA:** O contexto do tráfico ilegal no norte do estado do Paraná

**VIOLENCE AND OBJECTIVE INSECURITY IN SMALL  
TOWNS:** The context of illegal trafficking in the north of the state  
of Paraná

**VIOLENCIA E INSEGURIDAD OBJETIVA EM PEQUEÑAS  
CIUDADES DE BANDAS FRONTERIZAS:** El contexto de la  
trata ilegal en el norte del estado de Paraná

## RESUMO

Era uma vez uma cidade pequena, tranquila e segura em que as portas e as janelas ficavam abertas... representa uma frase simples, mas que parece, cada vez mais, um resquício. O anseio pela compreensão das contradições na condição humana e social de vida atrelado aos processos de produção do espaço urbano e de transitoriedade na dinâmica das pequenas cidades são as principais motivações para o aporte e a contribuição desta pesquisa. O principal objetivo deste artigo é demonstrar como a propagação, sem barreiras e fronteiras, do tráfico ilícito de drogas e produtos, além do tráfico humano, se articula à economia em redes e atinge as pequenas cidades analogicamente à globalização resulta em violência e insegurança objetiva. Os procedimentos metodológicos foram: levantamento bibliográfico e levantamento da condição dos municípios na faixa de fronteira, para entender o fator explicativo; e, sistematização das informações e dos dados coletados para a elaboração do artigo. Os resultados revelaram que um dos motivos para o aumento da violência e da insegurança objetiva em pequenas cidades do Norte do Paraná ocorre em decorrência da faixa de fronteira e seus crimes, especialmente o tráfico de drogas e de produtos ilícitos.

**Palavras chave:** Insegurança urbana. Segurança pública. Pequena cidade.

## ABSTRACT

Once upon a time there was a small, quiet and safe city in which the doors and windows were left open ... it represents a simple sentence, but one that seems, more and more, a remnant. The desire to understand the contradictions in the human and social condition of life linked to the processes of production of urban space and transience in the dynamics of small towns are the main motivations for the contribution and contribution of this paper. The main objective of this paper is to demonstrate how the spread, without barriers and borders, of illicit drug and product trafficking, in addition to human trafficking, articulates with the network economy and reaches small towns analogously to globalization results in violence and objective insecurity. The methodological procedures were bibliographic survey; surveys of conditions of the municipalities in the region to understand the explanatory factor; and systematization of the information and data collected for the preparation of this paper. The results revealed that one of the reasons for the increase in violence and objective insecurity in small towns of North of Paraná is due to the border strip and its crimes, especially the trafficking in drugs and illicit products.

**Keywords:** Urban Insecurity. Public Security. Small town.

## RESUMEN

Había una vez una ciudad pequeña, tranquila y segura en la que las puertas y ventanas se dejaban abiertas... representa una oración simple, pero que parece, cada vez más, un remanente. El deseo de comprender las contradicciones en la condición humana y social de la vida vinculadas a los procesos de producción del espacio urbano y la transitoriedad en la dinámica de las ciudades pequeñas son las principales motivaciones para la contribución y contribución de esta investigación. El objetivo principal de este artículo es demostrar cómo la propagación, sin barreras y fronteras, del tráfico ilícito de drogas y productos, además del tráfico de personas, se articula con la economía de la red y llega a las ciudades pequeñas de manera análoga a la globalización, lo que resulta en violencia e inseguridad objetiva. Los procedimientos metodológicos fueron: encuesta bibliográfica; encuestas en la condición de los municipios de la región para comprender el factor explicativo; sistematización de la información y datos recopilados; y sistematización de la información y datos recolectados para la elaboración del ensayo final. Los resultados revelaron que una de las razones del aumento de la violencia y la inseguridad objetiva en los pueblos pequeños del Norte del Paraná se debe a la franja fronteriza y sus crímenes, especialmente el tráfico de drogas y productos ilícitos.

**Palabras clave:** Inseguridad urbana. Seguridad Pública. Pequeña ciudad.

## Introdução

A compreensão da materialização da violência e da insegurança objetiva em pequenas cidades ocorre a partir de diferentes dimensões espaciais de análise, perpassando escalas geográficas, que querem demonstrar que a situação parece não ser exclusividade de determinados recortes do espaço geográfico, mas se estende a outros e deve ser entendida em uma perspectiva mais geral. Em contrapartida, a pesquisa não propõe rotular, ou generalizar os espaços, já que se trata de um processo em trânsito e que não atinge, em totalidade, os municípios brasileiros. Então, a concepção de que a cidade pequena é um local tranquilo e seguro para se viver deve ser relativizada, assim como a associação entre pequena cidade e tranquilidade deve ser desconstruída.

A escolha do recorte espacial das pequenas cidades justifica-se por tratar-se de espaços que vivenciaram nos últimos anos transformações econômicas, sociais, políticas, culturais e entre outras, significativas. Além disso, os estudos sobre as pequenas cidades a partir da conceituação e da diversidade desses espaços na totalidade do urbano configuram-se como uma das frentes mais recentes da Geografia Urbana e se deparam com um contexto nacional de dimensão continental, construído a partir de múltiplas características regionais e locais.

Igualmente, as áreas fronteiriças são espaços marcados e reconhecidos pela violência quase que crônica. É comum encontrar trabalhos acadêmicos, políticas públicas e programas sociais e reportagens de diferentes meios de comunicação abordando situações violentas nesses espaços. Apesar disso, as violências, especialmente as voltadas ao tráfico ilícito, esbarram nos limites das informações e na concentração, quase que total, de estudos de cidades maiores e fronteiriças. Como a maioria dos municípios que se encontram em uma área de fronteira é polarizado por uma pequena cidade, é preciso considerar e dissertar sobre essa realidade.

As principais violências que ocorrem nas fronteiras e faixas de fronteiras, chamadas de crimes transnacionais, ou transfronteiriços, são: tráfico de drogas e de armas, contrabando de produtos, ou remédios proibidos e descaminho, tráfico de pessoas e exploração sexual, sonegação fiscal, exportação ilegal de veículos e crimes ambientais, como exportação ilegal de fauna e flora (BRASIL, 1940; BRASIL, 2006).

A partir das fronteiras, esses crimes, especialmente os relacionados ao tráfico ilícito de drogas, escoam para os demais espaços. Por isso, atualmente, acredita-se que esse tráfico atinja quase todos os espaços e não se restrinja mais a hábitos, ou costumes, de habitantes de metrópoles ou áreas metropolitanas. Diante disso, este artigo transita por um dos fatores explicativos da tese de Doutorado em Geografia (FERNANDES, 2017).

O principal objetivo deste artigo é demonstrar como a propagação, sem barreiras e fronteiras, do tráfico ilícito de drogas e produtos, além do tráfico humano, se articula à economia em redes e atinge as pequenas cidades analogicamente à globalização resulta em violência e insegurança objetiva.

É fundamental revelar que esse fator explicativo soma-se a outros dois fatores que explicam, de modo geral, o aumento da violência e da insegurança objetiva em pequenas cidades: (i) a difusão e o transbordamento da lógica metropolitana, tais como hábitos e costumes, especialmente pela mídia e internet, contribuem para a explicação do aumento da violência e, principalmente, da insegurança objetiva nas pequenas cidades; (ii) a perda de centralidade e o esvaziamento demográfico dos núcleos urbanos arrefeceram uma série de serviços, inclusive os de segurança pública, tornando as pequenas cidades espaços vulneráveis para a disseminação do crime (FERNANDES, 2017).

Os procedimentos metodológicos foram: (i) levantamento bibliográfico, leitura e fichamento de livros e capítulos de livros, teses e dissertações, artigos, crônicas e textos relacionados aos temas da pesquisa; (ii) levantamentos complementares para entender o fator explicativo da pesquisa, sobretudo nos 186 municípios que compõem o Norte do Estado do Paraná; (iii) a sistematização das informações e dos dados coletados; e (iv) elaboração da redação final deste artigo.

O Norte do Estado do Paraná é compreendido pelo agrupamento de três mesorregiões, Norte Pioneiro paranaense, Norte Central paranaense e Noroeste paranaense, que somam pouco mais de 65 mil km<sup>2</sup> ou 32,6% do Estado; 3,26 milhões de habitantes ou 31,2% da população paranaense; e 186 municípios ou 46,6% do total estadual (IBGE, 2010).

O artigo está estruturado em duas partes, além da introdução, das considerações finais e das referências: na primeira, debate-se a faixa de fronteira brasileira e o contexto do Norte paranaense e, na segunda, transita-se pela violência e insegurança objetiva nas fronteiras e nas faixas de fronteira, principalmente em pequenas cidades do Norte do Paraná.

## Faixa de fronteira e o contexto paranaense

A faixa de fronteira, definida por meio da Lei nº 6.634, de dois de maio de 1979, regulamentada pelo Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, compreende uma faixa interna de 150 quilômetros de largura, paralela aos 15.735 quilômetros de linha divisória terrestre do território nacional (BRASIL, 1979). Ela é considerada uma área de segurança nacional e, por isso, são vedadas, sem o prévio assentimento do Governo Federal, as seguintes práticas: concessão de terras, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação, construção de pontes e campos de pouso e estabelecimento ou exploração de indústrias (BRASIL, 1979).

Devido ao tamanho e à localização estratégica na porção Sul da América, o Brasil faz fronteira com dez países, correspondendo, sua faixa de fronteira, a aproximadamente 27% do território nacional, contemplando 11 Estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina), 588 municípios e dez milhões de habitantes (BRASIL, 2005b). Em 2005, o Governo Federal, por meio do Ministério da Integração Nacional, retomou o debate sobre a faixa de fronteira ao lançar a Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, a partir de uma política integrada de desenvolvimento regional (BRASIL, 2005b).

O projeto (...) foi composto pela realização de quatro pesquisas visando conhecer a rica e complexa diversidade econômica e cultural da região. A primeira sobre a base produtiva e as identidades culturais regionais, a segunda sobre as interações com os países vizinhos, a terceira sobre as legislações direta ou indiretamente pertinentes ao território fronteiriço e, a quarta, com os agentes locais em duas áreas selecionadas, a Mesorregião do Alto Solimões no Amazonas, e o segmento de fronteira entre Brasil e Paraguai em Mato Grosso do Sul. (BRASIL, 2005b, p. 8).

A intenção desse programa ocorreu após uma série de novos condicionantes típicos do mundo moderno, em diferentes escalas geográficas, que motivaram a repensar algumas perspectivas do Brasil em relação à fronteira internacional: (i) escala global: mudanças técnico-tecnológicas na produção e nas trocas de informação, proliferação de estratégias e planos de ações de organismos internacionais e empresas transnacionais e pressões internacionais sobre as questões indígenas, ecológicas e de tráficos de ilícitos; (ii) escala subcontinental: implantação e desenvolvimento de agrupamentos funcionais, integração da malha rodoviária, intensificação do tráfico de armas e drogas ilícitas e expansão de movimentos migratórios e pendulares; (iii) escala nacional: permeabilidade da fronteira, combate de diversos tipos de tráficos ilícitos e criação de espaços de articulação entre os sistemas produtivos e as áreas de povoamento consolidado e não consolidado; (iv) escala subnacional: insatisfação pelo modelo tradicional hierárquico entre Estados e Centro decisório nacional e iniciativa de Estados criarem laços comerciais e culturais diretamente com o mercado global; e, finalmente, (v) escala local: demanda por maior conhecimento sobre as especificidades territoriais dos municípios da fronteira. (BRASIL, 2005b).

A faixa de fronteira (Figura 1) foi dividida em três grandes delimitações, denominadas de arcos: o Arco Norte, compreendendo a faixa de fronteira dos Estados do Amapá, Pará, Amazonas, Roraima e Acre; o Arco Central, que abarca a faixa de fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e o Arco Sul, que inclui a faixa de fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os Estados de Roraima e do Acre são os únicos que estão totalmente na faixa de fronteira. (BRASIL, 2005b). Além dos arcos, a faixa de fronteira é subdividida em 19 sub-regiões, as quais se fundamentam a partir de duas perspectivas: o desenvolvimento regional e a identidade cultural (BRASIL, 2005b).

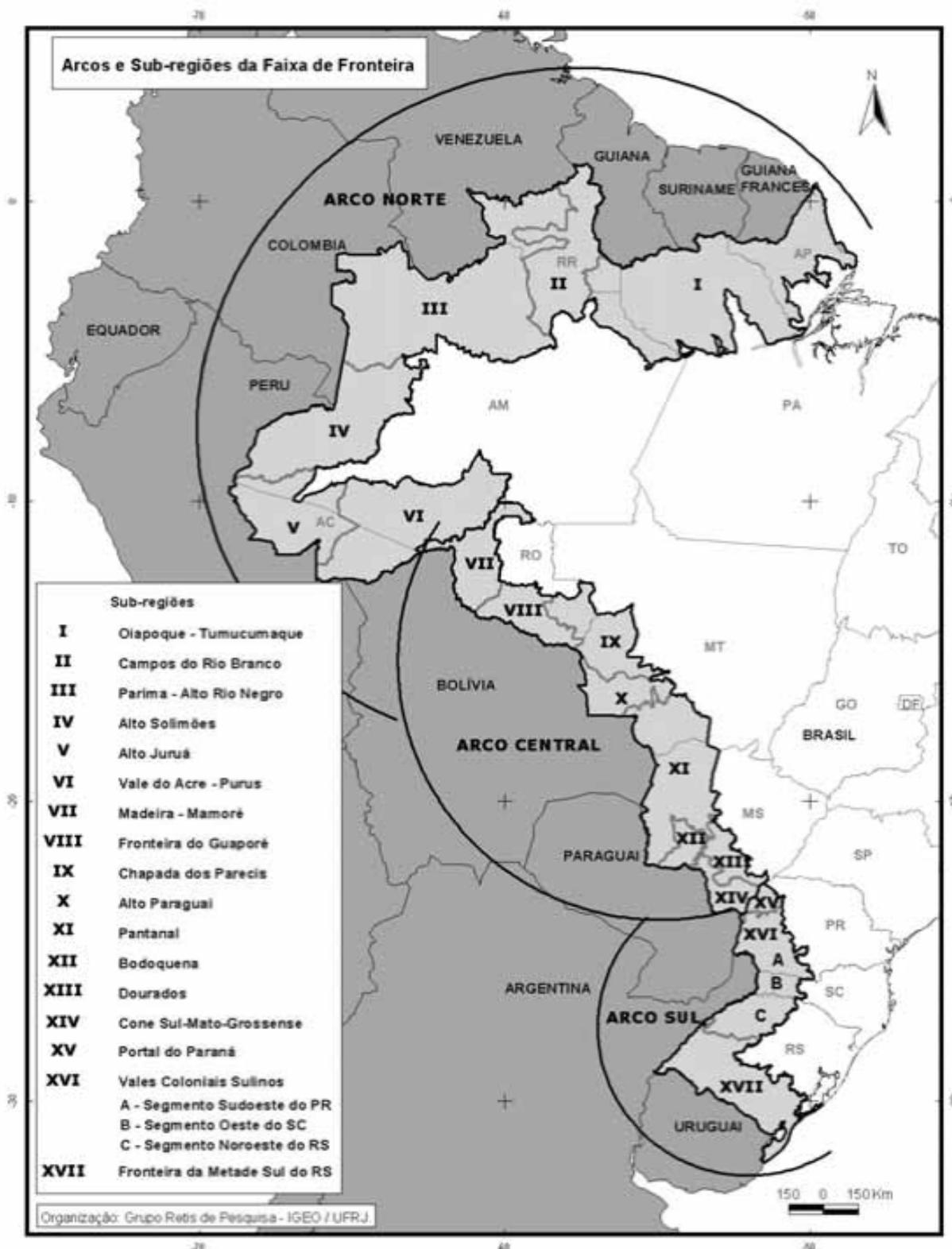


Figura 1. Brasil. Faixa de fronteira, arcos e sub-regiões, 2005  
 Fonte: Brasil (2005b, p. 53)

A Tabela 1 promove uma síntese das sub-regiões da faixa de fronteira brasileira apresentando a quantidade de municípios, de população total e a proporção de pequenas cidades em cada uma. Os resultados mostram que a faixa de fronteira brasileira é composta majoritariamente por pequenas cidades. Devido às diversidades regionais brasileiras, optou-se por considerar, exclusivamente para essa análise da faixa de fronteira, como pequenas cidades, os municípios com patamar máximo de vinte mil habitantes de população total, considerando o último censo do IBGE (2010).

Sub-região (Estado)	Municípios	Pop. Total	Pequenas cidades <sup>1</sup>
Oiapoque-Tumucumaque (AM, AP, PA, RR)	18	365.816	66,7%
Campos do Rio Branco (RR)	09	394.375	77,8%
Parima-Alto Rio Negro (AM, RR)	07	123.557	71,4%
Alto Solimões (AM)	08	201.277	50,0%
Alto Juruá (AC, AM)	13	238.910	69,2%
Vale do Acre-Alto Purus (AC, AM)	16	614.040	62,5%
Madeira-Mamoré (RO)	05	537.777	20,0%
Fronteira do Guaporé (RO)	14	232.433	78,6%
Chapada dos Parecis (MT, RO)	14	293.832	78,6%
Alto Paraguai (MT)	18	206.695	61,1%
Pantanal (MT, MS)	10	372.657	40,0%
Bodoquena (MS)	07	105.254	71,4%
Dourados (MS)	16	434.556	62,5%
Cone Sul Mato-grossense (MS)	15	300.751	80,0%
Portal do Paraná (PR)	24	317.593	83,3%
Vales Coloniais Sulinos/ Sudoeste do Paraná (PR)	115	2.047.352	83,5%
Vales Coloniais Sulinos/Oeste de Santa Catarina (SC)	82	828.368	91,5%
Vales Coloniais Sulinos/Noroeste do Rio Grande do Sul (RS)	143	1.348.363	90,9%
Fronteira da Metade Sul do Rio Grande do Sul (RS)	54	1.771.703	55,5%
<b>Total</b>	<b>588</b>	<b>10.735.309</b>	<b>78,7%</b>

Tabela 1. Brasil. Municípios, população total e proporção de pequenas cidades, por sub-regiões de faixa de fronteira, 2010

Nota 1. Para o quadro, considerou-se municípios com população inferior a vinte mil habitantes

Fonte: Adaptado de Brasil (2005b) e IBGE (2010)

As sub-regiões do Arco Sul são as que possuem a maior quantidade de municípios e de população habitando a faixa de fronteira brasileira. Os Vales Coloniais Sulinos concentram 340 municípios e pouco mais de 4,22 milhões de habitantes, ou seja, 58% do total de municípios e 39% da população da faixa de fronteira nacional. Somando-a à sub-região Fronteira da Metade Sul do Rio Grande do Sul, os valores chegam a 67% dos municípios e a 56% da população total. Outra constatação fundamental é a de que 463 municípios (78,7% dos municípios da faixa de fronteira) são polarizados por pequenas cidades; em cinco sub-regiões, essa proporção passou dos 80%.

Por essa dimensão, a faixa de fronteira é um espaço peculiar, com sistemas sociopolíticos diferentes e com relações transfronteiriças muitas vezes não previstas pelo marco legal dos países (BRASIL, 2005b). Sendo assim, esses sistemas e relações são de suma importância

para a elaboração das políticas públicas, que devem ser pensadas para o contexto local de compartilhamento. Isso se justifica, pois em alguns lugares da faixa de fronteira existe intensa circulação de pessoas e mercadorias, dada por movimentos pendulares de pessoas em busca de atendimento por serviços oferecidos. Entretanto, os aparatos de controle dos Estados tendem a restringir esses movimentos, comprometendo a eficiência das relações transfronteiriças (BRASIL, 2005b). Em suma, significa o controle sobressaindo as possibilidades de relações sociais. Sendo assim, a faixa de fronteira brasileira, após análises realizadas pelo Governo Federal, configura-se:

Uma região pouco desenvolvida economicamente, historicamente abandonada pelo Estado, marcada pela dificuldade de acesso a bens e serviços públicos, pela falta de coesão social, pela inobservância de cidadania e por problemas peculiares às regiões fronteiriças (BRASIL, 2009, p. 6).

Logo, a partir dessas reflexões, o Ministério da Integração Nacional, do Governo Federal, lançou, em 2009, o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) inserido na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Esse programa nasceu voltado “à integração e ao desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2009, p. 6) e nessa nova configuração política, em que a escala regional se torna relevante para as estratégias do desenvolvimento local,

O PDFF passa a defender o fortalecimento dos processos de mudanças a partir do estímulo à formação de redes de atores locais, fortalecendo novos eixos dinâmicos da economia. Utilizando-se dessas estratégias de aproveitamento das potencialidades (...) e pelo fortalecimento das relações internacionais, pretende-se resgatar parte da dívida social com a população fronteiriça e fortalecer a formação de uma agenda positiva voltada para o desenvolvimento em bases integradas e sustentáveis (BRASIL, 2009, p. 6).

Outro programa fundamental para a faixa de fronteira e lançado pelo Decreto nº 7.496, de oito de junho de 2011, é o Plano Estratégico de Fronteira (PEF), que nasceu da necessidade de o Brasil reforçar a presença na fronteira terrestre com países vizinhos, “para o fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira” (BRASIL, 2011, s. p.). Os objetivos do PEF, segundo Brasil (2011), são: (i) integração das ações de segurança pública, de controle aduaneiro e das Forças Armadas da União com a ação dos Estados e Municípios situados na faixa de fronteira; (ii) execução de ações conjuntas entre os órgãos de segurança pública, federais e estaduais, a Secretaria da Receita Federal do Brasil e as Forças Armadas; (iii) troca de informações entre os órgãos de segurança pública, federais e estaduais, a Secretaria da Receita Federal do Brasil e as Forças Armadas; (iv) realização de parcerias com países vizinhos para atuação nas ações previstas no decreto; e (v) ampliação do pessoal e da estrutura destinada à prevenção, controle, fiscalização e repressão de delitos.

As principais ações do PEF são as operações *Ágata*, realizada pelo Ministério da Defesa, e *Sentinela*, pelo Ministério da Justiça. A Operação *Ágata* ocorre em caráter temporário e com objetivo de combater ostensivamente a criminalidade a partir de operações militares, policiais e sociais em cooperação de países fronteiriços. A Operação *Sentinela* sobrevém no enfrentamento ao crime organizado transnacional. (BRASIL, 2012). A Operação *Ágata* destruiu quatro pistas clandestinas de pouso de aviões e apreendeu 498 embarcações, 19.892 quilos de explosivos e 11.801 quilos de entorpecentes (BRASIL, 2012). Já a Operação *Sentinela* desarticulou 42 organizações criminosas transnacionais, prendeu 20.737 pessoas e apreendeu 361 toneladas de drogas, 2.235 armas, R\$ 10,7 milhões oriundos de atividade ilícita, 1,89 milhão de medicamentos falsificados e proibidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), 7,5 mil veículos e 16,2 milhões de cigarros (BRASIL, 2012). As operações seguem na fronteira e os resultados parciais, embora com demora de alguns anos, vão sendo atualizados pelo Governo Federal.

Apesar desse contexto, Machado (2010) elucida algumas críticas às estratégias nacionais de combate ao tráfico ilícito de drogas. Inicialmente, ela discorda do uso das Forças Armadas (FA) como forças policiais na repressão ao tráfico nas fronteiras internacionais, espe-

cialmente na Amazônia: “Ampliar as atribuições das FA no sentido de interferência direta e contínua em atos de repressão ao tráfico de ilícitos no terreno é confundir as atribuições constitucionais e a hierarquia institucional de cada órgão do governo federal” (MACHADO, 2010, p. 100).

Além disso, a autora questiona a efetiva ação da Polícia Federal e da Receita Federal nas fronteiras, especialmente por serem malvistas pela população local, pelo fato de que “ambas têm por definição funções de controle (...) poucas condições de fazer cumprir as leis (...) de forma consistente, seus agentes são pouco preparados para lidar com a população local” (MACHADO, 2010, p. 99-100). Por fim, sinaliza como necessário, além da discussão sobre as drogas ilícitas e lícitas, o fracasso da “guerra às drogas”, as drogas orgânicas e a dialética das drogas que servem para matar *versus* das drogas que servem para salvar vidas, a integração econômica brasileira a partir da cadeia de produção e da rede de distribuição de drogas produzida e, por fim, a política nacional de fronteira que deve passar pela prestação de serviços à população fronteiriça (MACHADO, 2010).

O Estado do Paraná é a segunda Unidade da Federação em número de municípios que pertencem à faixa de fronteira, atrás apenas do Rio Grande do Sul. Atualmente, o Estado possui 139 municípios nessa condição, o que corresponde a 23,6% do total de municípios brasileiros na faixa de fronteira e a 34,8% do total de municípios do Paraná. Em 2010, 2,3 milhões de paranaenses residiam na faixa de fronteira, aproximadamente 20% da população estadual e, também, da população brasileira em faixa de fronteira. (BRASIL, 2009; IBGE, 2010).

Entre os municípios paranaenses na faixa de fronteira, 29 (ou 20,9% deles) se localizam na região Norte do Paraná, o que representa 340 mil habitantes ou 10,4% da população total da região. Todos eles fazem parte da Mesorregião Noroeste paranaense, somando 47,5% dos municípios e 50,2% da população da mesorregião. A Figura 2 apresenta os municípios paranaenses do Norte do Estado que compõem a faixa de fronteira, em 2015, e a Figura 3 demonstra a faixa de fronteira no Norte do Paraná pela situação do município e da cidade, em 2015. Com exceção de Umuarama, que concentra quase 30% de toda a população da faixa de fronteira da região, os demais municípios são polarizados por pequenas cidades. Entre eles, cinco municípios (18%) possuem menos de cinco mil habitantes e 19 (68%) têm, no máximo, dez mil habitantes. Apenas dois municípios, Altônia e Cruzeiro do Oeste, possuem mais de vinte mil habitantes (IBGE, 2010). Apesar disso, nenhum município da região Norte do Estado do Paraná é considerado fronteiriço. A cidade fronteiriça mais próxima da região é Guaíra, de 30.704 habitantes (IBGE, 2010), que está a 51 quilômetros de Francisco Alves.

# Norte do Paraná. Faixa de fronteira, 2015

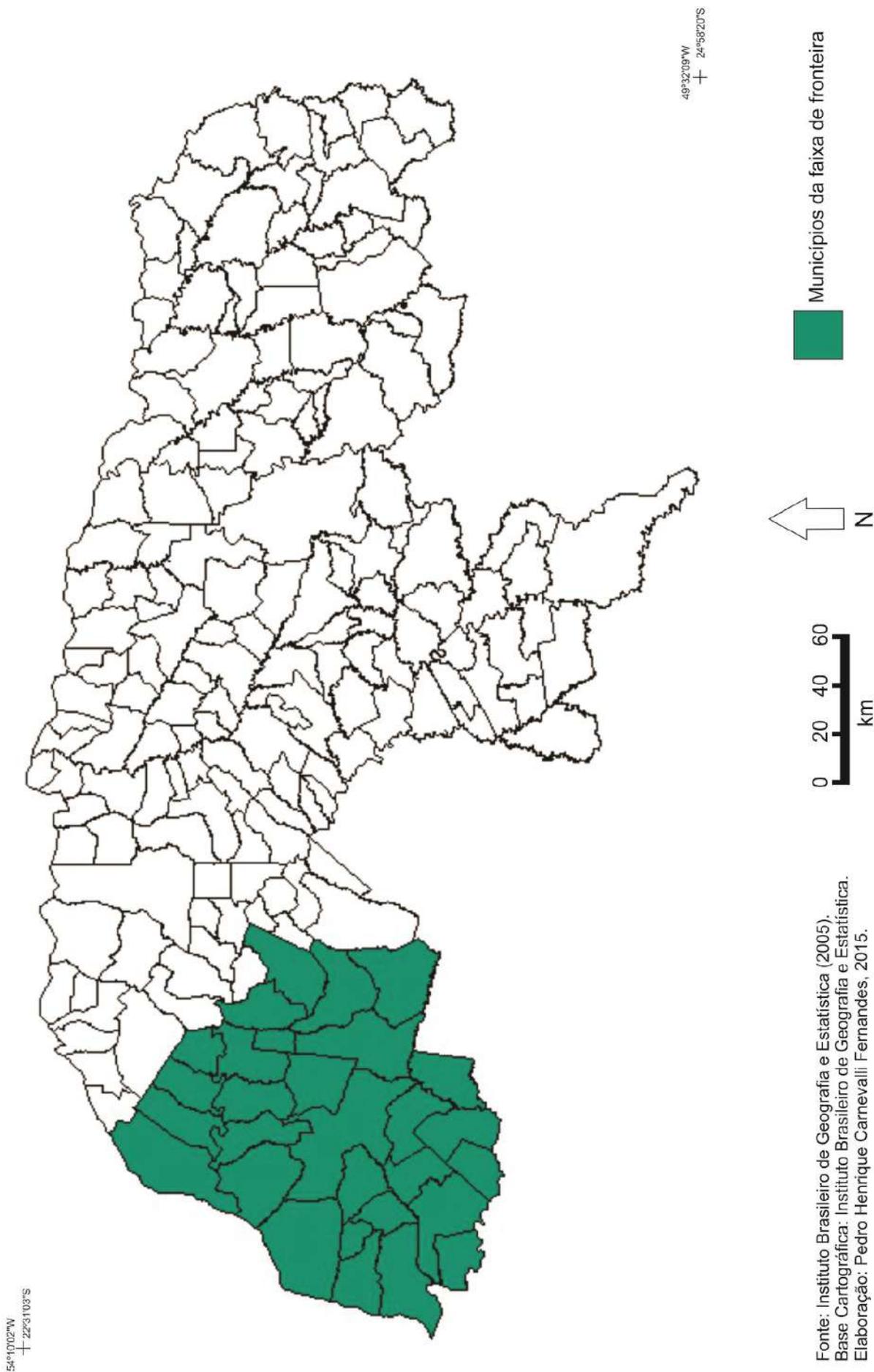
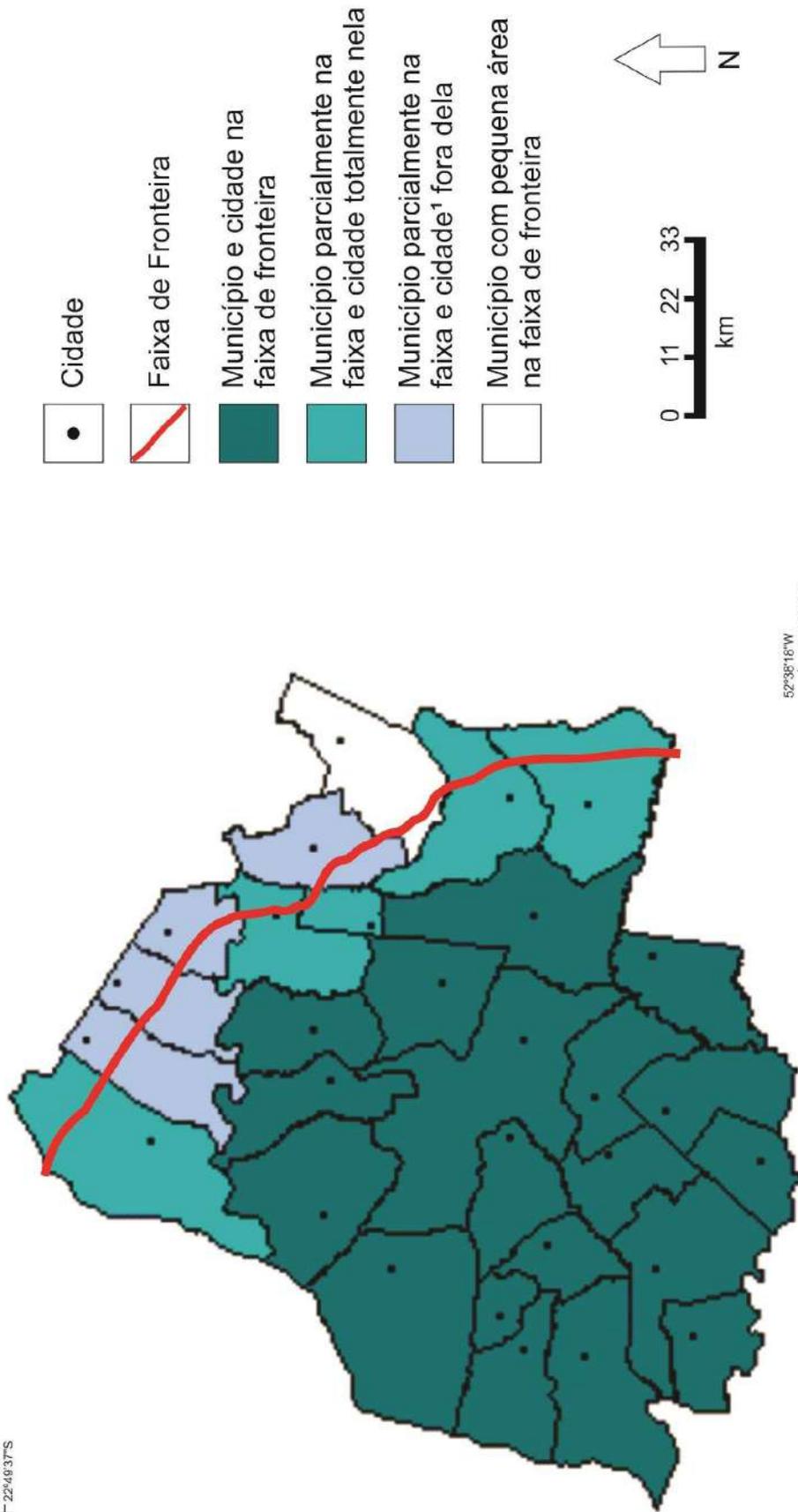


Figura 2. Norte do Paraná. Municípios da faixa de fronteira, 2015  
Fonte: Fernandes (2017)

# Norte do Paraná. Faixa da fronteira, por situação do município e da cidade, 2015

54°17'02"W  
+ 22°48'37"S



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2005).  
Nota 1: Cidades a menos de dez quilômetros fora da faixa.  
Base Cartográfica: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.  
Elaboração: Pedro Henrique Carnevali Fernandes (2015).

Figura 3. Norte do Paraná. Faixa de fronteira, por situação do município e da cidade, 2015  
Fonte: Fernandes (2017)

A maioria, 65,5%, possuem o município e a cidade inteiramente na faixa de fronteira. Logo, 253.753 habitantes estão inteiramente na faixa de fronteira, ou seja, 74,5% do total da região de fronteira. Os municípios de Nova Olímpia, Querência do Norte, Taperaja, Tapira e Tuneiras do Oeste (17,2% do total) possuem parte do município na faixa de fronteira e a cidade inteiramente dentro dela. Já Cidade Gaúcha, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí e Santa Mônica (13,8% do total) têm parte do município na faixa de fronteira e a cidade a menos de dez quilômetros fora da faixa. Por fim, Rondon está na situação de município com pequena parte da área territorial na faixa de fronteira.

## A violência, insegurança e pequenas cidades na faixa de fronteira

Nos últimos anos, é cada vez mais comum encontrar reportagens sobre a violência e a insegurança objetiva nos municípios paranaenses que pertencem à faixa de fronteira. Nesse sentido, o Quadro 1 parte do local e retrata exemplos de casos, considerando os três últimos anos, ocorridos em algumas pequenas cidades do Norte do Estado do Paraná que estão na faixa de fronteira.

Data	Reportagem
25/04/2014	Polícia apreende meia tonelada de maconha em Querência do Norte (PORTAL G1/PR, 2014b).
28/10/2014	Polícia Civil de Pérola prende quatro acusados de tráfico que agiam em Pérola e Altônia (ILUSTRADO, 2014).
06/02/2015	Polícia Militar e Civil prende homem acusado de tráfico de drogas em distrito de Brasilândia do Sul (SILVA, 2015c).
18/11/2015	Dupla assalta mercado no centro de Francisco Alves <sup>1</sup> (PORTAL GUAÍRA, 2015).
07/01/2016	Polícia Federal estoura depósito de cigarros contrabandeados em Iporã (PORTAL GUAÍRA, 2016).
10/01/2016	Homens armados tentam arrombar cofre de banco e fazem dois reféns na fuga em Icaraíma (ILUSTRADO, 2016).

Quadro 1. Norte do Paraná. Reportagens sobre violência em pequenas cidades da faixa de fronteira, 2014-2016

Nota 1: Apenas no Portal Guaíra, entre janeiro de 2014 e 2016, foram quase sessenta reportagens sobre casos policiais em Francisco Alves, município de 6.418 habitantes (IBGE, 2010).

Fontes: Ilustrado (2014; 2016), Portal G1/PR (2014b), Portal Guaíra (2015; 2016) e Silva (2015c)

Diante desse cenário, a violência e a insegurança objetiva em áreas de fronteira acabam permeando uma série de estudos nas Ciências Humanas. Na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), campus do Pantanal, em Corumbá, existe um Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços (PPGEF, 2016) com publicações de diversos temas acerca desses espaços, inclusive dissertações que abordam a violência. Portanto, este item busca avançar teoricamente nos estudos sobre fronteira e, principalmente, por articulações com a violência e a insegurança objetiva, especialmente nas cidades pequenas fronteiriças ou que compõem a faixa de fronteira.

A literatura sobre fronteira é vasta e polissêmica, sendo apropriada até por diferentes ciências, ideologias e perspectivas. Além disso, o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994) e a globalização proporcionaram novos debates e inserções de reflexões a partir dos espaços transnacionais, do pensamento/sociedade global, das redes, da redução das distâncias, entre outros, rompendo com a rasa classificação em dualidade entre fronteiras naturais e artificiais.

Para Machado (2000), durante quase dois séculos, o sistema histórico de Estados Nacionais se preocupou com as fronteiras e com os limites pela lógica do controle. Então, surgiu a necessidade de debater os papéis das fronteiras, especialmente entre os Estados soberanos, diante das tendências e lógicas contextuais contemporâneas, sem desconsiderar, em

algumas análises, as reflexões associadas a outros períodos temporais. Entre as possibilidades teóricas, a utilizada neste artigo caminha pela fronteira pertencendo ao domínio dos povos e da vida, em movimento, com suas manifestações, vivências e problemas, ou seja,

Enquanto o limite jurídico do território é uma abstração, gerada e sustentada pela ação institucional no sentido de controle efetivo do Estado territorial, portanto, um instrumento de separação entre unidades políticas soberanas, a fronteira lugar de comunicação e troca. Os povos podem se expandir para além do limite jurídico do Estado, desafiar a lei territorial de cada Estado limítrofe e às vezes criar uma situação de facto, potencialmente e conflituosa, obrigando a revisão dos acordos diplomáticos (MACHADO, 2000, p. 9-10).

Isso tem sentido pelas mobilidades entre pessoas e deve, também, permear as políticas públicas para as faixas de fronteiras. Assim, dentro das perspectivas teórico-metodológicas, a preocupação nas áreas fronteiriças deve ser quanto às demandas sociais, para que sejam sanados os problemas existentes. Para isso, o caminho é a integração regional, não para homogeneizar a cultura, a língua e os hábitos, mas para proporcionar o desenvolvimento social em totalidade a partir do direito às diferenças e do aproveitamento das potencialidades específicas e a criação de uma identidade e sociabilidades coerentes com as especificidades espaciais – transfronteiriça.

Nesse contexto, Pereira (2013) discorre sobre o entrelaçamento de culturas, no qual o território fronteiriço surge das relações humanas com o espaço da fronteira – a sociedade constrói representações como uma forma de ser na fronteira. Assim, os grupos sociais, como os brasiguaios estudados por Pereira (2013), se constituem a partir das práticas, representações e sensações de pertencimento, formando um “habitus de fronteiriço. Habitus é compreendido como um modo de ser e estar” (PEREIRA, 2013, p. 140).

As práticas culturais, que são dinâmicas, dos dois lados da fronteira Brasil-Paraguai, mesclam-se, agregando-se à identidade do fronteiriço. Tanto a cultura Paraguai influencia a brasileira como o inverso também é verdadeiro. (...). Sem dúvida, existe um movimento que desenha uma identidade brasiguai, um habitus (...). O habitus é uma mediação construída processualmente durante a trajetória de cada agente, nas suas experiências vividas, interiorizadas, incorporadas durante o processo de socialização (PEREIRA, 2013, p. 144-145).

A partir desse contexto, aborda-se o transfronteiriço como símbolo de uma identidade única de determinados residentes de áreas fronteiriças (RUIZ, 1996). Assim, o transfronteiriço ultrapassa os limites de um território nacional, referindo-se, portanto, às pessoas que vivem em um lado da fronteira e promovem atividades diárias do outro lado dela (RUIZ, 1996). Além disso, ele se constrói pelo cultural, especificamente com padrões de conduta e valores, e está ligado ao processo de sobrevivência a partir da reprodução social (RUIZ, 1996). Nessas atividades de reprodução social, a fronteira constitui um recurso material, como comida, trabalho e habitação, e simbólico, como idioma, valores e gostos), mas também afetivo e emocional (RUIZ, 1996).

Essas situações materializam-se em regiões transfronteiriças, embora esse termo e o seu processo ainda estejam em construção (CARNEIRO FILHO, 2013). Apesar disso, Carneiro Filho (2013) afirma que a existência de uma região transfronteiriça pressupõe uma fronteira com porosidade, na qual a abertura prevalece sobre o fechamento. Por isso, para Steiman e Machado (2002), um ponto de embate é a tendência pela formação de blocos econômicos regionais, não importando, para muitos Estados soberanos, os efeitos das fronteiras internacionais, mas, sim, os efeitos da remoção, ou redução, das descontinuidades que elas representaram para a vida econômica e social. Essas descontinuidades diminuem a porosidade das fronteiras, que, pela perspectiva positiva, amplia as inter-relações sociais.

Para Silva (2011, p. 32), a faixa de fronteira “sempre foi tratada pelo Estado como área de segurança, o que desfavoreceu por muito tempo a formalização de planos de integração”. Assim, as ações governamentais privilegiaram o controle por meio da presença de inúmeras forças militares, em detrimento de estratégias sociais de integração e política pública compartilhada (SILVA, 2011). Isso se materializa pelos próprios relatórios elaborados pelo Governo Federal (BRASIL, 2005b; 2009).

A ausência, ou a insuficiência, do Estado por uma perspectiva social (com serviços – saúde, educação, renda etc., e promovendo a sociabilidade) e menos pela região de fronteira como um espaço de controle e de zonas militares, impulsionou, em uma consequência antagônica à proposta original, o desenvolvimento de atividades ilegais, criminalizadas, como tráfico, contrabando, exploração sexual, lavagem de dinheiro, entre outras, que influenciam na violência e na insegurança objetiva ao materializar-se no espaço. Para Machado (2000), esse indicativo também transforma os papéis e as estratégias das comunidades locais/regionais das fronteiras e das faixas de fronteira. No entanto, essas comunidades encontram dificuldades nas interações e convivências fronteiriças a partir da ação dos Estados Nacionais.

A ação, quando empreendida, tem partido dos governos nacionais que atuam no âmbito supranacional sobre suas respectivas regiões fronteiriças, descaracterizando a interação local. A morosidade de atuação na escala local pode ser explicada também pela impossibilidade jurídica *a priori* do que constitui uma zona/região de fronteira (STEIMAN; MACHADO, 2002, p. 9).

Silva (2011), ao estudar empiricamente a faixa de fronteira do Amapá e do Pará, insere no debate da escala local as expressões da formação socioespacial na diferenciação do espaço fronteiriço. Por isso, muitas vezes, as políticas públicas criadas pelos órgãos federais, especialmente na perspectiva de integração ao mercado global, acabam prejudicando a escala local. No caso do Norte do Brasil, os municípios, a maioria polarizados por pequenas cidades, “possuem especificidades de formação territorial e demográfica, ocupação, função e uma realidade particular de população, que muitas vezes obedece a ritmos diferenciados de vivência cotidiana nem sempre conseguindo acompanhar a aceleração (...) do cenário da globalização” (SILVA, 2011, p. 14).

Assim, as reflexões pela integração regional devem aprofundar o conhecimento das particularidades locais, ou seja, os papéis das políticas públicas de fronteira (Federal ou estadual) para o desenvolvimento regional precisam ser voltados para interesses regionais e, principalmente, locais (SILVA, 2011). Enquanto as políticas projetarem situações opostas, as faixas de fronteiras continuarão sendo reconhecidas como o *locus* de inúmeros problemas sociais que afetam, em potencialidade, além das comunidades locais, toda a cadeia de cidades que participam da rede de transporte e informação.

Dialeticamente, emerge, mais uma vez, a dualidade liberdade-segurança que vem sendo transplantada em diferentes momentos, ou seja, os mesmos processos consonantes com a ruptura das fronteiras e, por conseguinte, ao sentido de liberdade, assinalam mudança de paradigma, também, na concepção das relações entre os Estados, obrigando-os a uma revisão das formas de controle usualmente adotadas para garantir a soberania e a segurança.

E, nesse sentido, Machado (2000, p. 10) considera duas situações: na primeira, “os circuitos ilegais podem ajudar a estabelecer o limiar, nível ou ponto de passagem, que simultaneamente separa e une dois espaços soberanos”, sendo que a noção de limiar “implica que o pensamento estratégico das instituições de Estado não é uma questão de doutrina e sim de oportunidade” (MACHADO, 2000, p. 10). Logo, para ela, o caráter transnacional dessas atividades ocorre justamente pelo desenvolvimento de organizações em redes que movimentam recursos imensuráveis e fora do controle dos Estados. Esse contexto é abordado especificamente mais adiante. O segundo aspecto “é a tendência atual para a proliferação de leis, normas e regras no interior dos territórios nacionais, válidos para certos setores e lugares, mas não para outros” (MACHADO, 2000, p. 10-11). Ele, segundo Machado (2000), é funcional por decorrência das funções constitucionais determinantes, cumprimento das funções político-administrativas e estrutura hierárquica dos componentes institucionais.

Assim, embora Rocha (2012) tenha constatado que as cadeias de tráfico ilícito de drogas na fronteira paranaense são locais, o que é abordado mais adiante, deve-se reconhecer que o narcotráfico é composto por estruturas organizadas, com ampla divisão do trabalho, como nos modelos das empresas “legais”. Sobre isso, Santibanez (2012) discorre acerca do processo de globalização da criminalidade organizada a partir de um fenômeno social que

permitiu a transnacionalização das atividades ilegais em nível global. As conceituações sobre o crime organizado variam significativamente e apresentam interpretações e concepções diferentes (SANTIBANEZ, 2012).

A partir do exposto, a violência e a insegurança objetiva tornaram-se temas recorrentes nos estudos sobre fronteira. Por isso, as reflexões na sequência objetivam demonstrar essas realidades no Brasil e no Norte do Estado do Paraná, principalmente a partir das taxas de homicídios.

Gomes (2011) trabalhou a violência doméstica contra a mulher em região de fronteira, Brasil/Bolívia, especificamente em Corumbá, no Mato Grosso do Sul, pelos aspectos jurídico, cultural e social. Segundo a autora, existe uma grande dificuldade de mensurar, caracterizar e atender a violência doméstica contra a mulher na faixa de fronteira. A situação é ainda pior tratando-se de vítimas bolivianas em solo brasileiro, especialmente pela altíssima subnotificação, reflexo do medo e do receio em procurar a ajuda brasileira. Uma entrevistada boliviana procurou um hospital brasileiro no Mato Grosso do Sul e foi muito maltratada, o que se estende para diversos outros casos (GOMES, 2011). Assim, dos 443 boletins de ocorrência registrados na pesquisa de Gomes (2011), 0,67% eram de vítimas bolivianas. Apesar disso, as autoridades locais, em uma série de entrevistas, relataram a inexistência desses casos (GOMES, 2011). Os resultados apresentados por Gomes (2011) permitem reflexões sobre uma característica que deve ser considerada nas faixas de fronteira: o compartilhamento da segurança. Portanto, para entender a violência nessas áreas é preciso compreender a violência de ambos os lados da fronteira, com políticas integradoras pensadas para a realidade local e regional.

Castro (2011) desenvolveu um estudo com objetivo de compreender o padrão de mortalidade por causas externas nos 588 municípios que compõem a faixa de fronteira. Embora ele não tenha se debruçado, diretamente, sobre a violência, os seus resultados demonstraram a presença dela na região mencionada. Para as análises, o autor recorreu à base federal de dados sobre mortalidade, o Datasus, considerando as 19 sub-regiões existentes na faixa de fronteira e os três arcos regionais, que ele renomeou e readaptou em Amazônica, Centro-Oeste e Extremo Sul. Entre 2000 e 2005, os óbitos por causas externas de agressões (disparo de arma de fogo e uso de objeto cortante ou perfurante, como faca) apareceram em sétimo lugar entre os óbitos da faixa de fronteira brasileira (CASTRO, 2011). Regionalmente, os piores dados estavam no Extremo Sul (48%) e na Amazônica (31%), que somavam quase 80% das mortes externas do Brasil. Considerando as mortes por arma de fogo, o Extremo Sul concentrava um terço delas e a Amazônica, 18% (CASTRO, 2011).

As análises das sub-regiões mostraram dados ainda mais preocupantes: 68,4% delas apresentaram proporções de mortes por causas externas maiores que as proporções de todas as demais causas de mortes, entre 2000 e 2005 (CASTRO, 2011). As maiores diferenças entre esses tipos de mortes ocorreram nas sub-regiões Campos de Rio Branco, Madeira-Mamoré, Chapada dos Parecis, Cone Sul Mato-grossense e Vales Coloniais Sulinos do Sudoeste do Paraná (CASTRO, 2011). Na sub-região Campos de Rio Branco, 75% das mortes por causas externas entre os homens foram por agressões (CASTRO, 2011). Nas duas sub-regiões que possuem municípios paranaenses, Portal do Paraná e Vales Coloniais Sulinos Sudoeste do Paraná, as mortes masculinas por agressões somam, aproximadamente, 30% e 50%, respectivamente, do total de mortes externas (CASTRO, 2011).

A violência oriunda do tráfico de pessoas é explorada a partir da pesquisa Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron): diagnóstico sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteiras (2013), realizado pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça. Apesar dos limites da pesquisa, é um tema que demonstra grande significância por se associar a outras questões, como a exploração sexual, e considerar que as rotas e as redes do tráfico se formam a partir de caminhos que passam por pequenas cidades.

A pesquisa Enafron (2013) começou em 2012 nos Estados pertencentes à faixa de fronteira terrestre internacional e os resultados foram publicados pelo Governo Federal em 2013. O foco da pesquisa foi o tráfico de pessoas, entendido a partir do “Protocolo de Palermo”

assinado em 2000 e em vigor desde 2003 (ENAFRON, 2013). No Brasil, segundo Enafron (2013), a aprovação do Protocolo de Palermo ocorreu por meio do Decreto nº 5.017 de 2004, sendo adotado pela Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, definido pelo Decreto nº 5.948 de 26 de outubro de 2006. Sendo assim, o tráfico de pessoas é:

O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos (ENAFRON, 2013, p. 20).

Apesar de todas essas explicações, a legislação brasileira contempla somente o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual; assim, não prevê o meio do tráfico e erroneamente criminaliza a prostituição (ENAFRON, 2013). Nos Estados, em 2013, existiam políticas ou programas de enfrentamento dessas situações apenas na Bahia, Ceará, Pará, Pernambuco e São Paulo, sendo que somente o Pará pertence à faixa de fronteira terrestre. Os demais dez Estados em faixa de fronteira, inclusive o Paraná, não possuíam legislação acerca do tema (ENAFRON, 2013).

Os dados estatísticos sobre o tema são de difícil mensuração, inclusive no Brasil. No período de 2005 (quando começaram as estatísticas) a 2012, o número de inquéritos policiais instaurados por tráfico internacional de pessoas foi duas vezes maior do que o número de processos judiciais distribuídos, que somaram 200 processos de tráficos de pessoas (ENAFRON, 2013). Já com base nas estatísticas da Polícia Federal, o Enafron (2013) revelou que foram instaurados, nos 11 Estados de fronteira, 113 procedimentos e 115 indiciamentos por tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, que representaram um terço de todas as ocorrências no solo nacional. No caso do tráfico de crianças e adolescentes, foram 19 procedimentos instaurados na fronteira, ou seja, 40% do total de procedimentos instaurados em todo o território nacional (ENAFRON, 2013).

Embora o relatório evidencie a complexidade de encontrar as rotas de tráficos de pessoas no Brasil, particularmente por serem instáveis e voláteis, ele enumera 56 rotas entre os 11 Estados de fronteira, sobretudo nas pequenas cidades que não possuem serviços de segurança ou de fiscalização. Apesar de existirem inúmeras possibilidades de explorar esses dados, o foco central são as que envolvem pequenas cidades paranaenses. A pequena cidade que mais se sobressai é Guaíra, envolvida em rotas de tráfico de mulheres com origem em Rio Branco (AC), Porto Velho (RO), cidades dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, e das cidades paranaenses de Umuarama, Maringá, Guaruapuava, Pinhão (pequena cidade) e Curitiba, além de tráfico de argentinas e paraguaias e de homens e mulheres trabalhadores rurais (ENAFRON, 2013).

Além de Guaíra, as pequenas cidades que aparecem, diretamente, no relatório da Enafron (2013), como rotas de tráfico de pessoas, são: (i) Tráfico de crianças e adolescentes: rota partindo de São João do Triunfo, de 13.704 habitantes (IBGE, 2010); e (ii) Tráfico de trabalhadores rurais: rotas a partir de Cambira, de 7.236 habitantes (IBGE, 2010), Clevelândia, 17.240 habitantes (IBGE, 2010), Engenheiro Beltrão, 13.906 moradores (IBGE, 2010), General Carneiro, 13.669 residentes (IBGE, 2010), Porto Vitória, com 4.020 pessoas (IBGE, 2010) e Reserva, município com 25.172 habitantes (IBGE, 2010)

Outras referências genéricas, como “Foz do Iguaçu e região” e “Guaíra e região”, nos casos de aliciamento de mulheres e crianças para exploração do trabalho doméstico, evidenciam o envolvimento de cidades do entorno que, em sua grande maioria, são pequenas. Soma-se a isso o trecho que aborda o “recrutamento de jovens de pequenas cidades do interior do Paraná” (ENAFRON, 2013, p. 192). Além disso, a pesquisa mostra uma rota contrária, com a vinda ilegal de imigrantes da Índia, Bangladesh e do Paquistão para trabalharem em frigoríficos de Cruzeiro do Oeste, uma pequena cidade do Norte do Paraná.

Avançando acerca do tráfico de drogas, as pequenas cidades “também passaram a sofrer dos mesmos problemas encontrados antigamente apenas nos grandes centros, e entre esses, (...) o aumento do consumo e venda de drogas ilícitas” (PARANÁ, 2016, s. p.). Por isso, o governo criou o Programa 181 Narcodenúncia, já que julga “necessário que a população participe ativamente, mobilizando-se contra o tráfico de drogas que direta ou indiretamente contribui para o aumento da criminalidade” (PARANÁ, 2016, s. p.).

A partir da base do Narcodenúncia, os dados absolutos de presos(as) por tráfico de drogas, entre 2003 e 2015, dos municípios do Norte do Estado do Paraná foram transformados em taxas por mil habitantes, a partir da população total dos municípios no último censo do IBGE (2010). Os resultados do cálculo foram espacializados na Figura 4, que apresenta a taxa de presos(as) por tráfico de drogas, entre 2003 e 2015, no Norte do Paraná. O mesmo procedimento foi realizado com os dados absolutos de menores apreendidos(as) por tráfico de drogas, entre 2003 e 2015, nos municípios do Norte do Estado do Paraná. Os resultados estão espacializados na Figura 5, que apresenta a taxa de apreendidos(as) por tráfico de drogas, entre 2003 e 2015, no Norte do Estado.

# Norte do Paraná. Taxa de presos(as) por tráfico de droga, 2003-2015

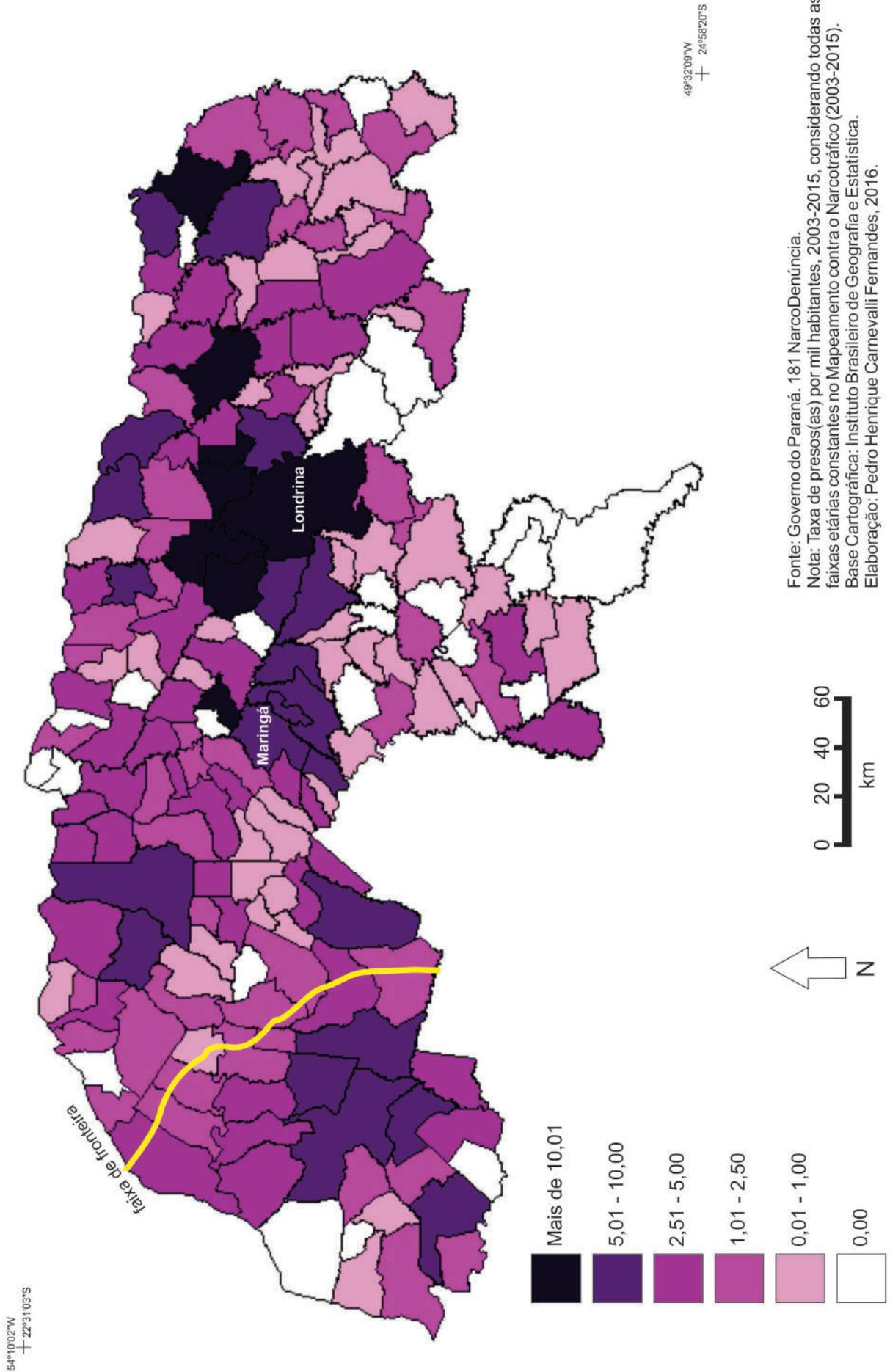


Figura 4. Norte do Paraná. Taxa de presos(as) por tráfico de drogas, 2003-2015

Fonte: Fernandes (2017)

# Norte do Paraná. Taxa de menores apreendidos(as) por tráfico de droga, 2003-2015

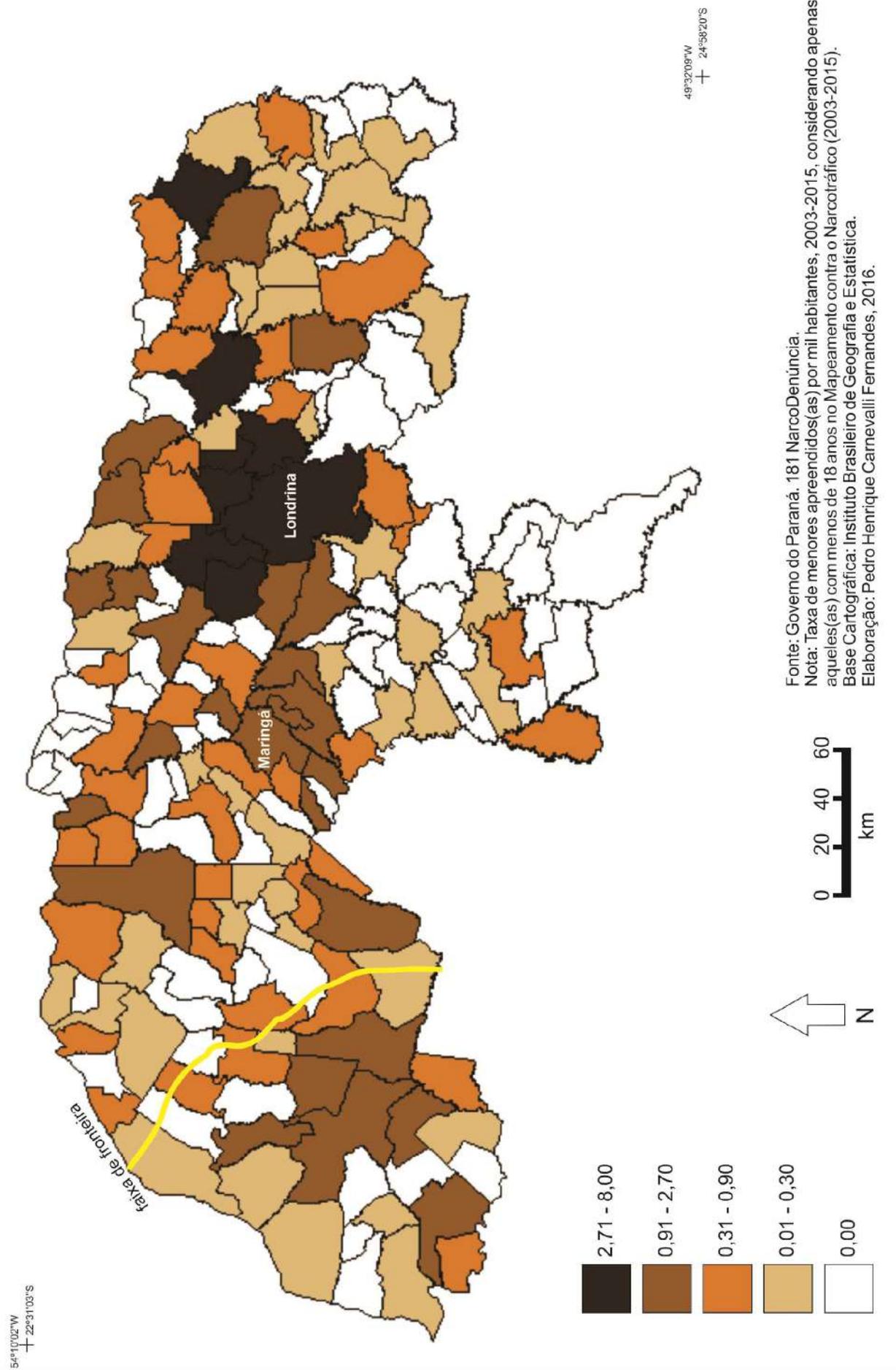


Figura 5. Norte do Paraná. Taxa de menores apreendidos(as) por tráfico de drogas, 2003-2015  
 Fonte: Fernandes (2017)

Apenas 25 municípios (13,4% do total) do Norte do Estado do Paraná não tiveram nenhuma prisão por tráfico de drogas entre 2003 e 2015, sendo que 72% deles possuíam, no máximo, cinco mil habitantes e todos eram polarizados por pequenas cidades. No oposto dos dados, 29 municípios (15,6%) apareceram com taxa de presos(as), em grupo de mil, entre 2003 e 2015, superior a cinco, dos quais 51,7% eram polarizados por pequenas cidades.

Iguaraçu e Jataizinho tiveram taxas superiores a dez, com 12,56 e 11,28, respectivamente. Na faixa de fronteira, apenas três municípios (10,3% da faixa) não apresentaram nenhuma prisão por tráfico de drogas, entre 2003 e 2015: Alto Paraíso, Brasilândia do Sul e Esperança Nova. No oposto, 12 municípios (41,4% da faixa) passaram de cinco na taxa em grupo de mil pessoas no período, sendo 11 deles polarizados por pequenas cidades. Iporã, com 8,41 de taxa, e Cruzeiro do Oeste, com 7,10, apareceram com os maiores valores.

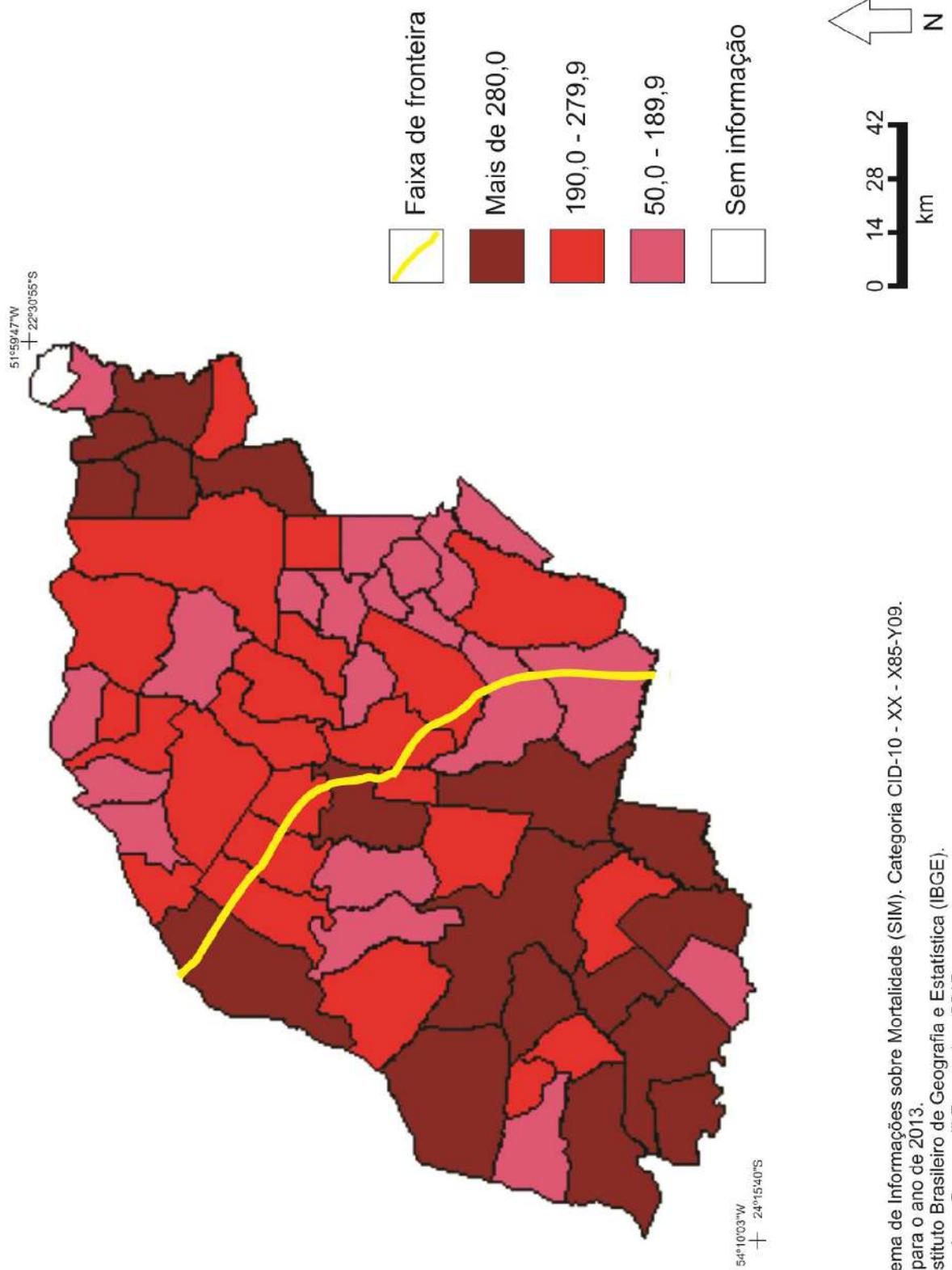
Já quanto às apreensões, 69 municípios (37,1% do total) do Norte do Paraná não apresentaram nenhuma apreensão por tráfico de drogas, entre 2003 e 2015, sendo que todos eram polarizados por pequenas cidades. Entre os que tiveram apreensões, 34 municípios apresentaram taxas de apreendidos(as) superiores a 0,91 por grupo de mil pessoas no período já referenciado.

Nesse grupo de municípios, 58,8% eram polarizados por pequenas cidades, estando as maiores taxas em Jataizinho (6,48), Assaí (3,49) e Inajá (2,34). Ao analisar as taxas de apreensão, por grupo de mil, entre 2003 e 2015, nos municípios da faixa de fronteira, constatou-se que nove (31,0%) não apresentaram nenhuma apreensão. No oposto, cinco pequenas cidades possuíam taxas entre 0,91 e 2,70, sendo que Maria Helena e Perobal apareceram com as maiores taxas: 1,68 e 1,59, respectivamente.

As taxas de homicídios são apresentadas na Figura 6, que demonstra os municípios da Mesorregião Noroeste e os que compõem a faixa de fronteira, por taxa de homicídios, de 1996 a 2013, evidenciando que as fronteiras são justamente as áreas com as maiores taxas.

Nesse sentido, os 17 municípios que possuíam taxas acima de 280 estavam na faixa de fronteira (70,6%) ou próximos da divisa com o Estado de São Paulo (29,4%). Já das pequenas cidades na faixa de fronteira, Mariluz (567,3) e Iporã (514,0) possuíam as maiores taxas por grupo de cem mil entre 1996 e 2013. Querência do Norte (468,9) e Francisco Alves (420,7) também apresentaram taxas elevadas. O município da faixa de fronteira com menor população, 3.206 habitantes (IBGE, 2010), e maior taxa, com 405,5, foi Alto Paraíso.

# Mesorregião Noroeste do Paraná. Taxa de homicídio, 1996 a 2013



Fonte: DataSUS-Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Categoria CID-10 - XX - X85-Y09.  
 Nota: dados parciais para o ano de 2013.  
 Base Cartográfica: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).  
 Elaboração: Pedro Henrique Carnevalli Fernandes, 2015.

Figura 6. Mesorregião Noroeste paranaense. Taxa de homicídio, por cem mil habitantes, 1996-2013

Fonte: Fernandes (2017)

## Considerações Finais

Efetivamente compreender, em totalidade, o espaço geográfico a partir da realidade concreta da violência foi uma das tarefas mais complexas desta pesquisa. Isso se deve pela multiplicidade de olhares e leituras do espaço. Além disso, a complexidade se potencializa pelo tema, que envolve abordar a violência e a insegurança objetiva, e pelo recorte, que se volta para as pequenas cidades, seja para o pesquisador, que transita por espaços com altas taxas de homicídios, seja para os respondentes da comunidade local, que discursam sobre um tema causador de insegurança em espaços marcados pela pessoalização.

O fator explicativo para a tese da violência e da insegurança objetiva em pequenas cidades se sustenta pela fronteira e pela faixa de fronteira, bem como pela dinâmica do tráfico ilícito, principalmente de pessoas, drogas e produtos contrabandeados, além de outras ramificações, como corrupção, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, exploração sexual etc. As áreas fronteiriças são espaços marcados e reconhecidos pela existência de uma violência quase que crônica. É comum encontrar trabalhos acadêmicos, políticas públicas e programas sociais, como o Enafron e o Narcondenúncia; e reportagens dos meios de comunicação, como as reportagens sobre a violência em diversas pequenas cidades.

A ausência, ou a insuficiência, do Estado nas fronteiras e faixas de fronteiras por uma perspectiva mais social e humana, e menos pela de controle e de zonas militares, impulsionou o desenvolvimento de atividades ilegais que influenciam na violência e na insegurança objetiva. Assim, existem duas abordagens, indissociáveis, sobre isso. Na primeira, em escala global, a violência e insegurança se vinculam ao processo de globalização da criminalidade organizada a partir do fenômeno social que permitiu a transnacionalização das atividades ilegais em nível global. No caso do narcotráfico, ele é composto por estruturas organizadas, com ampla divisão do trabalho, como nas empresas “legais”. Esse contexto se associa, também, ao primeiro fator explicativo, na segunda abordagem, em escala local, a violência e a insegurança objetiva nas fronteiras e nas faixas de fronteira decorrem de contextos e situações locais e regionais.

Apesar da multiplicidade de motivações para a violência e para a insegurança objetiva nas cidades de fronteira e de faixa de fronteira, a que tem maior relevância, inclusive na economia e na política mundial de controle do território (produção de territorialidades), é o tráfico de drogas ilícitas e de produtos contrabandeados. Nesse sentido, tem-se a territorialização desses espaços pela multiplicidade de poderes, particularmente na dualidade forças militares do Estado *versus* narcotraficantes.

No relatório do Enafron (2013), várias pequenas cidades apareceram como rotas de tráficos de pessoas, como as paranaenses Cambira, Clevelândia, Cruzeiro do Oeste, Engenheiro Beltrão, General Carneiro, Guaíra, Pinhão, Porto Vitória, Reserva e São João do Triunfo. O tráfico de pessoas para a exploração sexual e trabalho escravo movimentou, em média, R\$ 120 bilhões de faturamento anual, valor superior aos segmentos mais altos da economia formal, como os de energia, financeiro, tecnologia, automobilismo e varejo.

O Narcondenúncia, do Governo do Estado do Paraná, demonstrou que várias pequenas cidades do Norte do Paraná possuíam altas taxas de presos e apreendidos por tráfico de drogas, como Assaí, Cruzeiro do Oeste, Iguaçu, Inajá, Jataizinho, Maria Helena e Perobal. Iporã também se destacou nesse sentido. O outro lado revelado pela CPI do Narcotráfico mostrou o envolvimento de maneira cristalizada de agentes estatais de segurança pública do Paraná, como superintendentes, delegados e investigadores, no narcotráfico.

Diante desse contexto, a violência e a insegurança objetiva são recorrentes em pequenas cidades de fronteira e da faixa de fronteira, inclusive no Norte do Estado do Paraná. Os dados apresentados por Castro (2011) mostraram que nas duas sub-regiões de faixa de fronteira que possuem municípios paranaenses, Portal do Paraná e Vales Coloniais Sulinos Sudoeste do Paraná, as mortes masculinas por agressões somam, aproximadamente, 30% e 50%, respectivamente, do total de óbitos.

O debate sobre a fronteira é complexo e não pode ser olvidado pela universidade. Por isso, tentou-se transitar por explicações teóricas e empíricas, desde a fronteira e a faixa de fronteira, a articulação delas com a rede internacional de tráfico, mostrando a situação preocupante de tráfico de pessoas, até as rodovias como *locus* do escoamento dos crimes de fronteiras. Portanto, é fundamental pontuar que, embora as explicações sejam gerais, focaram-se as pequenas cidades em diversos momentos para mostrar que elas não fogem ao contexto.

## Referências

BRASIL, Casa Civil. **Decreto-Lei nº 2.848 de 07/12/1940**: que dispõe sobre o Código Penal. 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm) acesso em: set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.496 de 08/06/2011**: que dispõe sobre o Plano Estratégico de Fronteira (PEF). 2011. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2011/decreto-7496-8-junho-2011-610751-norma-pe.html> acesso em: set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.634 de 02/05/1979**: que dispõe sobre a Faixa de Fronteira. 1979. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6634.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6634.htm) acesso em: set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.343 de 23/08/2006**: que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm) acesso em: set. 2017.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. **Faixa de Fronteira**: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF. Brasília: 2009.

\_\_\_\_\_. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**: base de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BRASIL, Palácio do Planalto. **Temer apresenta resultados do Plano Estratégico de Fronteiras**. 2012.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. **Processos de Transfronteirização na Bacia do Prata**: a Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS/Posgea, 2013.

CASTRO, José Marcelo de. **A influência da mortalidade por causas externas no desenvolvimento humano na faixa de fronteira brasileira**. Dissertação (Mestrado em Saúde), Programa de Pós-Graduação em Saúde da Comunidade, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, 2011.

ENAFRON, Plano Estratégico de Fronteira e da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras. **Diagnóstico sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteira**. Secretaria Nacional de Justiça, 2013.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. **Um espectro ronda as pequenas cidades**: o aumento da violência e da insegurança objetiva. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017, 525p.

GOMES, Cintia Helena Rodrigues. **Violência doméstica contra a mulher em região de fronteira, Brasil/Bolívia, na cidade de Corumbá-MS, aspecto jurídico, cultural e social**. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados\\_do\\_censo2010.php](http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php)> acesso em: 3 mar. de 2015.

ILUSTRADO, Jornal. **Homens armados tentam arrombar cofre de banco e fazem dois reféns na fuga em Icaraima**. 10/01/2016. 2016. Disponível em: <<http://www.ilustrado.com.br/jornal/ExibeNoticia.aspx?NotID=70888>> acesso em: 11 jan. de 2016.

\_\_\_\_\_. **Polícia Civil de Pérola prende acusados de tráfico que agiam na região**. 28/10/2014. 2014. Disponível em: <<http://www.ilustrado.com.br/jornal/ExibeNoticia.aspx?NotID=61352>> acesso em: 11 jan. de 2016.

MACHADO, Lia Osório. A estratégia nacional de defesa, a Geografia do tráfico de drogas ilícitas e a Bacia Amazônica Sul-Americana. **Seminário de Defesa e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia**. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2010, p. 99-113.

\_\_\_\_\_. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Território**, Rio de Janeiro, ano V, nº 8, p. 9-29, 2000.

PARANÁ, Governo do. **181 Narcodenúncia**: Mapeamento dos resultados contra o narcotráfico realizado pelas polícias Militar, Civil, Federal e Rodoviária Federal. 2016. Disponível em: <[http://www3.pr.gov.br/narcodenuncia/relatorios/rel\\_atendmunic.php?opt=4](http://www3.pr.gov.br/narcodenuncia/relatorios/rel_atendmunic.php?opt=4)> acesso em: 27 jan. de 2016.

PEREIRA, Jacira Helena. Brasiguaios ou Fronteiriços? A noção de habitus para compreender o pertencimento cultural na fronteira Brasil-Paraguai. **Revista Ideação**: Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. Foz do Iguaçu, v. 15, nº 2, p. 129-148, 2013.

PORTAL G1/PR, Norte e Noroeste. **Polícia apreende meia tonelada de maconha no noroeste do Paraná**. 25/04/2014. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2014/04/policia-apreende-cerca-de-meia-tonelada-de-maconha-no-parana.html>> acesso em: 11 jan. de 2016.

PORTAL GUAÍRA. **Francisco Alves**: Dupla assalta mercado no centro da cidade. 18/11/2015. 2015. Disponível em: <<http://www.portalguaira.com/francisco-alves-dupla-assalta-mercado-no-centro-da-cidade>> acesso em: 11 jan. de 2016.

PORTAL GUAÍRA. **Iporã**: Denúncia, PF de Guaíra estoura depósito de cigarros contrabandeados. 07/01/2016. 2016. Disponível em: <<http://www.portalguaira.com/ipora-denuncia-pf-de-guaira-estoura-deposito-de-cigarros-contrabandeados-video/>> acesso em: 11 jan. de 2016.

PPGEF, Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços. **Publicações**. 2016. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul: Câmpus do Pantanal, em Corumbá.

ROCHA, Andréa Pires. **Trajetórias de adolescentes apreendidos como “mulas” do transporte de drogas na região da fronteira (Paraná) Brasil - Paraguai**: exploração de força de trabalho e criminalização da pobreza. 396 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012.

RUIZ, Olivia. O ir e vir: as relações fronteiriças (México e EUA). **Revista O Olho da História**: UFBA, n. 3, 1996.

SANTIBANEZ, Dione Antônio. **A globalização da criminalidade organizada**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Ana Regina Ferreira da. **Perspectivas das políticas territoriais na faixa de fronteira internacional da Amazônia Oriental brasileira**: Estados do Pará e do Amapá. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, 2011.

SILVA, Léo. Polícia Militar e Civil prende homem acusado de tráfico de drogas em Brasilândia do Sul. 06/02/2015. **Rádio Jornal AM**. 2015c. Disponível em: <<http://www.radiojornalam.com.br/not%C3%ADcias/geral/item/5083-pol%C3%ADcia-militar-de-civil-prende-homem-acusado-de-tr%C3%A1fico-de-drogas-em-brasil%C3%A2ndia-do-sul.html>> acesso em: 11 jan. de 2016.

STEIMAN, Rebeca; MACHADO, Lia Osório. Limites e Fronteiras Internacionais: uma discussão histórico-geográfica. **Terra Limitanea**: Atlas da Fronteira Continental do Brasil. Rio de Janeiro: Grupo Retis/CNPq/UFRJ, 2002.

## SEÇÃO TEMÁTICA - A Geografia feministas

Joseli Maria Silva | Maria das Graças Silva Nascimento Silva <sup>1</sup>

### EDITORIAL

É com imensa alegria que oferecemos para a comunidade geográfica brasileira um dossiê intitulado 'Geografias feministas', composto por quatorze artigos científicos que abordam variados temas, mas que possuem em comum a consideração do gênero como conceito de análise geográfica.

A ciência se faz no exercício do debate e incorporar abordagens pouco usuais em determinado campo epistemológico é um desafio que enfrentamos com a publicação deste dossiê na Revista da ANPEGE, um dos veículos mais importantes da geografia por pertencer a uma entidade que reúne os cursos de pós-graduação do Brasil. Este conjunto de artigos publicados neste volume é um marco histórico de um movimento epistêmico da ciência geográfica brasileira que deve ser comemorado, dado o contexto de crescimento do conservadorismo nos últimos anos em nosso país. Além disso, esta publicação é um registro da memória de um campo científico que se torna mais acolhedor à diversidade de abordagens que, no passado recente, eram consideradas não geográficas por não estarem alinhadas às concepções hegemônicas.

Nesse sentido, consideramos que este volume é simultaneamente um avanço científico na geografia e luta política contra as desigualdades sociais que marcam a tradição do fazer científico da comunidade geográfica brasileira há várias décadas. Os dois primeiros artigos dessa coleção de textos exploram as lutas femininas pelo espaço. Enquanto o artigo de Verónica García-Ibarra traz a atuação das mulheres na luta pela água na cidade de Tecamac, no Estado do México, enfrentando os grandes agentes capitalistas, o artigo de Helena Rizzatti aborda a constituição da visibilidade das mulheres na luta pela cidade. Ambos manuscritos mostram que as organizações políticas das mulheres em torno da manutenção da vida, muitas vezes invisibilizadas, são importantes elementos da produção do espaço geográfico.

Os artigos de Talita Fernandes e Cláudia Luísa Zeferino Pires sob o título 'Rua, corporeidades e multiplisidades: experiências de mulheres em situação de rua na cidade de Pelotas - RS', bem como o texto de Anita Loureiro de Oliveira denominado 'Corpo, espacialidade e maternagem: trilhas para uma geografia corporificada', argumentam a necessidade de trazer o corpo na análise geográfica, sustentando a ideia de que as experiências espaciais encarnadas implicam diferentes interpretações do espaço.

A produção científica feminina e as relações de poder na construção da geografia é tema abordado pelos artigos de Tamires Regina Aguiar de Oliveira Cesar e Joseli Maria Silva e de Paula Lindo. Enquanto Tamires e Joseli discutem como o gênero é um elemento fundamental na construção da autoridade e prestígio científico masculinos, o estudo de Paula produz a visibilidade da resistência de mulheres que produzem as geografias feministas no Brasil.

A pandemia COVID-19 e seu impacto na vida das mulheres foi tópico central para os dois artigos seguintes. Tanto o artigo de Lorena Francisco de Souza e Luiza Helena Barreira Machado, como o de Carmem Lúcia Costa, denunciam a falsa dicotomia entre o espaço doméstico e o do trabalho remunerado, mostrando as desigualdades na distribuição das tarefas de reprodução social entre homens e mulheres, agravadas em tempos de crise sanitária.

Gleys Ially Ramos com seu artigo 'O lugar político das mulheres: feminismo, possibilidades e contribuições da geografia' e Bruna Lúcia dos Santos com o manuscrito 'A práxis coletiva do feminismo negro na luta pelo direito à cidade' trazem o conceito de interseccionalidade como central na luta política das mulheres. A diversidade de mulheres e suas relações espaciais só podem ser compreendidas pela consideração de suas posições nos cruzamentos de vários elementos identitários constituidores das suas vivências concretas como classe, raça e gênero.

A violência contra as mulheres foi o cerne dos dois artigos seguintes. O artigo de Maria Júlia Rosseto analisa a lógica espacial urbana masculina na distribuição dos serviços públicos de proteção às mulheres e o aumento da vulnerabilidade feminina, notadamente daquelas que habitam as áreas de periferia em Campinas-SP. O estudo de Hellen Virgínia da Silva Alves, Maria Madalena Lemes Mendes Moreira e Maria das Graças Silva Nascimento Silva explora a violência sofrida por mulheres em situação de encarceramento e suas trajetórias de vida marcadas por negligência infantil e relacionamentos afetivos abusivos. O espaço prisional vivenciado pelas mulheres encarceradas é marcado por uma série de violências institucionais e marca também sua condição de egressa do sistema penal.

Os dois últimos textos tratam de temas pouco explorados pelas geografias feministas, a relação entre gênero e sexualidades, bem como a construção das masculinidades. O artigo de Cláudia Maliszewski Escouto e Ivaine Maria Tonini discute o papel do espaço escolar como um importante elemento que invisibiliza o sofrimento das pessoas em torno das identidades de gênero e da diversidade sexual, agravado pelo avanço dos conservadores aos postos de mando da política brasileira. Outra rara abordagem sobre a produção das masculinidades foi escrita por Heder Leandro Rocha e Diana Lan em que discutem as experiências cotidianas de adolescentes moradores das periferias pobres da Grande Buenos Aires e o tráfico de drogas.

Este dossiê é um imenso passo para a constituição de uma geografia humana brasileira rica e plural do ponto de vista teórico, metodológico e social, cuja produção foi amplamente apoiada por Manoel Martins de Santana Filho e Maria Franco, responsáveis pela editoria da Revista da ANPEGE nas últimas gestões a quem devemos nossos mais profundos agradecimentos. Desejamos ao público uma proveitosa leitura e que ela inspire novos e promissores caminhos no desenvolvimento das geografias feministas no Brasil.

# **MUJERES ORGANIZADAS POR LA DEFENSA DE SU SISTEMA COMUNITARIO DE AGUA EN TECAMAC 2005-2006**

**MULHERES ORGANIZADAS PELA DEFESA DO SEU SISTEMA  
COMUNITÁRIO DE ÁGUA EM TECAMAC 2005-2006**

**WOMEN ORGANIZED BY THE DEFENSE OF THEIR  
COMMUNITY SYSTEM OF WATER IN TECAMAC 2005-2006**

## **RESUMEN**

Este trabajo visibiliza a las mujeres en la producción del espacio a través de un movimiento social por la defensa del sistema comunitario de agua en el municipio de Tecámac, en el Estado de México entre 2005 y 2006. Se realiza desde la geografía feminista, con metodologías cualitativas como entrevistas a profundidad de donde se recuperan las formas diversas de participación de las mujeres, en un sentido en que cada aportación resultó relevante para lograr la meta que se trazó y del cual salieron victoriosas en mantener el sistema comunitario de agua del pueblo de Tecámac, al mismo tiempo que tomaron consciencia de su ser político.

Palabras claves: mujeres, agua, espacio, movimiento social.

## **RESUMO**

Este trabalho torna as mulheres visíveis na produção do espaço por meio de um movimento social de defesa do sistema comunitário de água no município de Tecámac, no Estado do México entre 2005 e 2006. É realizado a partir da geografia feminista, com metodologias entrevistas qualitativas e aprofundadas, de onde são recuperadas as diversas formas de participação das mulheres, em um sentido em que cada contribuição foi relevante para alcançar a meta estabelecida e a partir da qual foram vitoriosas na manutenção do sistema comunitário de água da cidade de Tecámac, ao mesmo tempo em que tomaram conhecimento de seu ser político.

Palavras-chave: mulheres, água, espaço, movimento social.

## **ABSTRACT**

This work aims to give visibility to women in the production of space through a social movement for the defense of the community water system in the municipality of Tecámac, in the State of Mexico between 2005 and 2006. The study is carried out from the feminist geography, for that reason qualitative methodologies are used as in-depth interviews of where the diverse forms of participation of women are recovered, in a sense in which each contribution was relevant to achieve the goal that was set and from which they were victorious in maintaining the community water system of the town of Tecámac, at the same time that they became aware of their political being.

Key words: women, water, space, social movement.

## Introducción

La participación de las mujeres en los espacios políticos ha sido constante, mucho en las bases y poco en la dirección, pero su participación se les ha escatimado, se invisibiliza y a veces con el tiempo se olvida, con ello se refuerza la idea de que a las mujeres no les interesa la política, no saben o son indiferentes a lo que pasa en torno a lo político, por ello aquí se quiere destacar la participación de las mujeres en un movimiento social por defensa del agua en el municipio de Tecámac, en el Estado de México, ubicado en el área metropolitana de la Ciudad de México.

Esta actuación de las mujeres en el espacio público les dio un impulso y visibilidad política de la que carecían antes de dicho movimiento. Sin embargo, a partir del movimiento que desarrolló el pueblo de Tecámac por la defensa de su agua, las mujeres se insertaron de una manera entusiasta, valiente y hasta temeraria en algo que consideraron fundamental: defender su sistema comunitario de agua. Simultáneamente se involucraron en algo que les parecía ajeno: el espacio público, el de la deliberación política.

Cabe recordar que los espacios formales de la política son las instituciones conformadas para hacer parte de los gobiernos en donde se puede ubicar rápidamente a actores políticos de diversas escalas (municipales, estatales y federales para el caso de México y en las tres esferas del poder legislativo, ejecutivo y judicial), sin embargo lo político no es solo el ámbito formal y reglamentado a partir de leyes, códigos y reglamentos, también lo son las acciones y la participación de las y los ciudadanos que se incorporan al espacio de la información, la deliberación, la toma de posición y la consecuente toma de decisiones para el bien común, en diversas escalas (barrial, ejidal, comunal, municipal, estatal, regional o federal), sin que medie un entramado jurídico que regule esa participación más o menos espontánea.

## Marco teórico - metodológico

### *i) Marco teórico*

La academia, los medios de comunicación y la sociedad en general, tiene una deuda con las miradas, las narrativas y la participación de la mujeres en los movimientos sociales, la invisibilidad de las mujeres es una presencia constante, con ello se mantienen los estereotipos de mujeres apolíticas, desinteresadas en la esfera de la toma de decisiones, sin intervención en los espacios públicos o bien que solo las políticas formales; diputadas, senadoras, regidoras, presidentas municipales o mujeres que ocupan puestos dentro de la política formal y por la que perciben un salario son mujeres políticas, dicho posicionamiento deja de lado, descubre e invisibiliza a muchas otras mujeres que en su actuar y a través de organizaciones formales o informales realizan acciones en las que intervienen políticamente.

Este caso se analizará desde la geografía feminista de reciente cuño, que se desarrolla en América Latina, si bien está se ha centrado en la participación política en espacios formales. Por ello se recupera el concepto de *espacio* en tanto que producción social resultado de las relaciones sociales de producción y reproducción social, integrado por actores diversos y de escalas diferentes que se contraponen en el sentido de la producción espacial misma, por ello es un proceso contradictorio, siempre en tensión e inacabado, en consecuencia siempre en disputa, marcado por los diferentes ejes de poder que lo atraviesan como el de clase y de género, mirada que está basada en los planteamientos de Lefebvre, al considerar el mismo que

Esos espacios están producidos. La materia prima a partir de la cual se han producido no es otra que la naturaleza. Son productos de una actividad donde la economía y la técnica están involucradas, pero van mucho más lejos: son productos políticos, espacios estratégicos. El término estrategia comprende proyectos y acciones muy diferentes, combina la paz con la guerra; el comercio de armas con la disuasión en caso de crisis, el empleo de recursos propios de los espacios periféricos con el uso de las riquezas procedentes de los centros industriales y estatalizados (Lefebvre, 2013, p. 140-141).

Ahora bien el segundo elemento de poder que integramos es el de la dominación patriarcal en tanto que eje de poder, también está ya presente en la obra de Lefebvre (2013):

la orgullosa verticalidad de las casas-torre, de los edificios públicos y, sobre todo de las construcciones estatales, incluye en lo visual una arrogancia fálica o más bien falocéntrica, el propósito de este despliegue es exhibirse, dejarse ver, pero con la intención de que cada espectador perciba ante todo la autoridad. Lo vertical y la altura representa siempre la expresión espacial de un poder capaz de emplear la violencia (p. 153).

Aquí se conduce el estudio por éstos dos ejes fundamentales, el de género y el de clase, que se articulan en un nodo de poder patriarcal y capitalista, este último de corte neoliberal, sostenemos que uno no es consecuencia del otro, ni viceversa, pero sí se relacionan y mantienen nodos de poder reforzados entre ellos.

En ese sentido recuperamos a la geógrafa inglesa Linda McDowell (2000) quien sostiene que “el patriarcado es aquel sistema que estructura la parte masculina de la sociedad como un grupo superior al que forma la parte femenina, y dota al primero de autoridad sobre el segundo... a través del ordenamiento jurídico, de los impuestos, del sistema de seguridad social y del comportamiento cotidiano” (32-33 p). Es así que, en la producción del espacio, al ser éste resultado de las relaciones sociales en donde el patriarcado se reproduce, lo hace al intervenir, diseñar, organizar, nombrar el espacio, así como determinar en donde se hace qué cosa y quién lo hace, éste espacio se distancia del *espacio cartesiano*, aparentemente neutro, autónomo, imparcial y objetivo, que pretende el positivismo.

En este caso, el eje que articula el estudio es la participación política de las mujeres en un movimiento social, por la defensa del agua. Consideramos que como lo plantea Eleonore Kofman, integrar la mirada feminista a los estudios de geografía política desafía la concepción de la política y desafía las dicotomías público/privado y formal/informal. (Kofman, 2008:521). Como se observará más adelante en acciones que realizaron las mujeres rompiendo dichas dicotomías, en marchas, plantones e incluso en resistencias o enfrentamientos en donde el cuerpo era puesto como espacio de resistencia a la agresión por parte de cuerpos policíacos o de provocadores.

Siguiendo a Kofman destaca que “el activismo puede tratar de exigencias por el derecho a la visibilidad pública...La ciudadanía es un modo importante de enmarcar los procesos de inclusión y exclusión en la esfera pública” (2008: 523). En el caso que nos ocupa no fue la necesidad de una visibilidad en sí misma, pero sí como una forma de visibilizar la necesidad del agua como un bien común, y ello les permitió entrar en una esfera pública que antes les era lejana. Como se observará en las entrevistas realizadas.

En ese sentido también se siguen los planteamientos feministas al colocar a las mujeres en el centro del estudio, con sus propias palabras, sus sentires y sus emociones en la esfera política. Es decir, se despoja de la falsa neutralidad del conocimiento sobre el espacio, el poder o las tomas de decisión, y como lo sostiene Kofman, Eleonore

lo político no está ligado a sitios o instituciones particulares, sino que es una lucha por la inclusión en una amplia gama de escenarios, actos, perspectivas y experiencias encarnadas. Pero lo político no se trata sólo de diferencias, ya sea entre personas o entre perspectivas; también se trata de las redes de poder y las relaciones sociales que son la base de las conexiones. Uno de los objetivos de la geografía política feminista, entonces, es romper el proyecto aparentemente coherente -y quizás cerrado- de la subdisciplina.....su definición de lo político implica una apertura radical a nuevas voces, perspectivas, relaciones y estrategias. (2004:6)

Esto muestra la complejidad del espacio al que nos estamos refiriendo desde una geografía política de corte feminista. En consecuencia, aquí se destaca la participación política de las mujeres en la escala local, que intervienen en un proceso que forma parte de una producción espacial, en donde el agua potable es un servicio fundamental para la vida social y personal.

## ii) Marco metodológico

Este trabajo se enfoca en dar voz a esas mujeres, voces que se recuperaron en entrevistas semiestructuradas, realizadas del 26 de enero al 26 de agosto de 2017, en el municipio de Tecámac. Si bien el proceso analizado fue un proceso que aconteció entre 2005 y 2006, nadie ha escrito sobre la participación de estas mujeres en la defensa del agua, como casi siempre se destaca la participación de los hombres, los líderes, los políticos que intervinieron pero no se habla de la participación de las mujeres, de sus aportes a la resistencia, de los costos sociales, familiares y económicos que ponían en juego al intervenir de manera decisiva en la defensa del agua. Por ello se hicieron cinco sesiones en las que se entrevistaron únicamente a mujeres, y a partir de preguntas que se realizaron ellas recrearon su participación en el movimiento social por la defensa del sistema comunitario de agua de Tecámac.

Aquí es donde cambia la narrativa de los hechos, al ser la voz de ellas, de cómo vivieron el proceso de incorporación y actuación dentro del movimiento social, así como su posterior intervención de alguna de ellas a las estructuras de poder formal que tiene la institución.

El trabajo de campo en el municipio de Tecámac consistió en cuatro visitas en las que se realizaron entrevistas; en una primera sesión se conoció a los líderes del movimiento ahora convertidos en *El comité de aguas de Tecámac*, en donde se planteó la intención de realizar una investigación en donde las mujeres narran su participación en el movimiento social por la defensa del agua, ellos facilitaron el acceso y acercamiento al brindar los nombres de algunas de las mujeres que estuvieron presentes, incluso iniciaron narrativas de la mayor importancia para iniciar el acercamiento a ellas y su participación en el espacio público. Brindaron recuerdos, anécdotas, pinceladas de las mujeres, pero aún no tomaban cuerpo, porque ellas no estaban presentes. En esa primera sesión eran ellos, los líderes del movimiento hablando de ellas, ese mismo día, posteriormente llegaron dos de ellas: Carmen y la Sra. Rufi, ambas forman parte del sistema comunitario, ahora cada una tiene un cargo público dentro del organismo, la primera es la vicepresidenta y la segunda es la tesorera.

En la segunda visita hubo un acercamiento con Isabel que es la esposa de uno de los líderes y mantiene una excelente relación con muchas mujeres que participaron en el movimiento, ella fue quien convocó a un grupo amplio de mujeres para que se pudieran realizar las entrevistas de la participación de ellas en el movimiento por la defensa del agua.

En una tercera visita la sra. Irene fue fundamental para saber de un grupo de mujeres que participaron de manera muy cercana y quienes, los viernes que duró el plantón se reunían de una manera hasta festiva. Ellas fueron parte de las mujeres que serían entrevistadas posteriormente, en una cuarta visita participaron seis de las mujeres en las entrevistas, todas ellas adultas, casadas o que habían sido casadas, ahora dos de ellas viudas y todas con hijos. En la cuarta visita y última participaron cuatro de las que ya habían participado antes, además se sumaron una más adulta, soltera y con hijos y dos mujeres jóvenes que eran adolescentes casi niñas en 2005-2006 años del movimiento social.

En total se entrevistaron a nueve mujeres, con base en los relatos de estas participantes, se identificaron cuatro momentos que para ellas fueron los más significativos, posteriormente se elaboró una selección de sus narrativas que permiten comprender el movimiento social, entre 2005 y 2006. Además, se contrastaron sus narrativas con fuentes secundarias, periódicos y estudios sobre el movimiento social.

Un elemento importante a destacar es que ninguna de ellas identifica haber participado anteriormente en movimientos sociales o en política, sin embargo, en la narrativa si mencionaron otro movimiento realizado unos años antes frente a un grupo político del mismo estado de México pero que no cobró tanta significación para ellas y para el pueblo en general.

De las nueve mujeres entrevistadas cuatro son casadas, dos son viudas, una es soltera y dos son jóvenes que en el movimiento eran adolescentes casi niñas. De las mujeres adultas todas ellas tienen hijos. De las siete adultas tres son originarias del pueblo de Tecámac y cuatro son migrantes, tres de ellas llegaron tras casarse con un oriundo de lugar, y una porque su familia migró por trabajo.

Un elemento importante es que de las nueve mujeres entrevistadas se consideran únicamente las narrativas de las siete adultas, de las dos jóvenes que durante el movimiento eran niñas casi adolescentes, ellas también fueron marcadas por el movimiento, ellas hablaron sobre todo del temor de ver a sus madres en el movimiento, de la presencia de los policías y de la angustia que sentían<sup>1</sup>.

El sistema de agua comunitario en Tecámac

Los sistemas comunitarios de agua son una figura jurídica, que respalda una forma de organización social en donde los pueblos o comunidades (estos últimos, casi siempre de origen prehispánico, para el caso de México), son los usufructuarios de su agua. A pesar de su gran importancia en México y América Latina en donde se estima que hay 80.000 Organizaciones Comunitarias de Servicios de Agua y Saneamiento (OCSAS) y de que proporciona sus servicios a más de 40.000.000 de personas (Silva Rodríguez, 2015), se carece de estudios sobre esta forma comunitaria de usufructo del agua.

En el caso que nos ocupa, el municipio de Tecámac de origen prehispánico hacía uso del agua de lagunas y jagueyes (vasos recolectores de agua de lluvia) desde épocas ancestrales, sin embargo ante el crecimiento de la población fueron insuficientes dichos depósitos de agua para abastecer a la comunidad, por lo que en los años cincuenta del siglo XX, iniciaron una serie de obras hidráulicas para la extracción del agua subterránea y así satisfacer la demanda, del vital líquido. Fue por ello que invirtieron tiempo, dinero y trabajo para realizar las obras que se requerían para extraer, potabilizar y distribuir el agua. Ya en otros trabajos (Correa 2010; Ibarra 2017), se han reseñado la historia de la colaboración y construcción de dichas obras, así como del desarrollo de la misma infraestructura y la administración de la institución que se constituyó para dar servicio de agua a los habitantes del municipio.

Tecámac era un espacio rural integrado por la cabecera municipal, ejidos o comunidades, resultado de la reforma agraria que otorgó tierras ejidales y comunales a los solicitantes después de la revolución mexicana. Posteriormente, el modelo de sustitución de importaciones a partir de los años cincuenta del siglo XX, la consecuente industrialización y la migración rural urbana, tuvo una presión muy fuerte sobre los municipios del primer círculo concéntrico a la capital del país. Y fue en los años setenta que este crecimiento urbano tuvo su impronta en el municipio de Tecámac, como se puede observar en la Tabla 1, en donde se identifica un fuerte aumento poblacional, del doble de las y los habitantes que tenían.

Año	Población total	Hombres	Mujeres
1950	9.104	4.608	4.496
1960	11.971	6.083	5.888
1970	20.882	10.62	10.262
1980	84.129	41.861	42.268
1990	123.218	60.886	62.332
2000	172.813	84.819	87.994
2010	364.579	177.713	186.866

Figura 1. Población del municipio de Tecámac de 1950 a 2010  
Fuente: Elaboración propia con datos de INEGI (1997, 2003, 2014.)

La condición de tierras de propiedad social ejidales o comunales, con su prohibición de ser vendidas, que de alguna manera más o menos exitosa había resguardado el artículo 27 constitucional de 1917, se transformó a partir de la llegada del neoliberalismo y sus consecuentes cambios a la Ley Agraria de 1992.

La transformación de leyes fundamentales que llevaron o intentaron conducir a la naturaleza de su valor de uso a un valor de cambio, permitieron que la tierra pasará de ejidos y

comunidades a particulares. Para el caso del agua no se habló de privatización, pero sí se impulsó su mercantilización, sin embargo, para poder llevar a buen puerto este objetivo en Tecámac, primero se debía municipalizar el sistema de agua comunitaria.

Así el proceso neoliberal en este municipio se manifiesta espacialmente a través de un intenso mercado de tierras que impulsó un crecimiento acelerado en la edificación de vivienda, mucha de ella de interés social, una redensificación del municipio y su consecuente incremento de la demanda de servicios, entre ellos de agua. De esta forma el municipio quedó integrado en la segunda corona regional de la zona metropolitana de la ciudad de México, al norte de la capital.

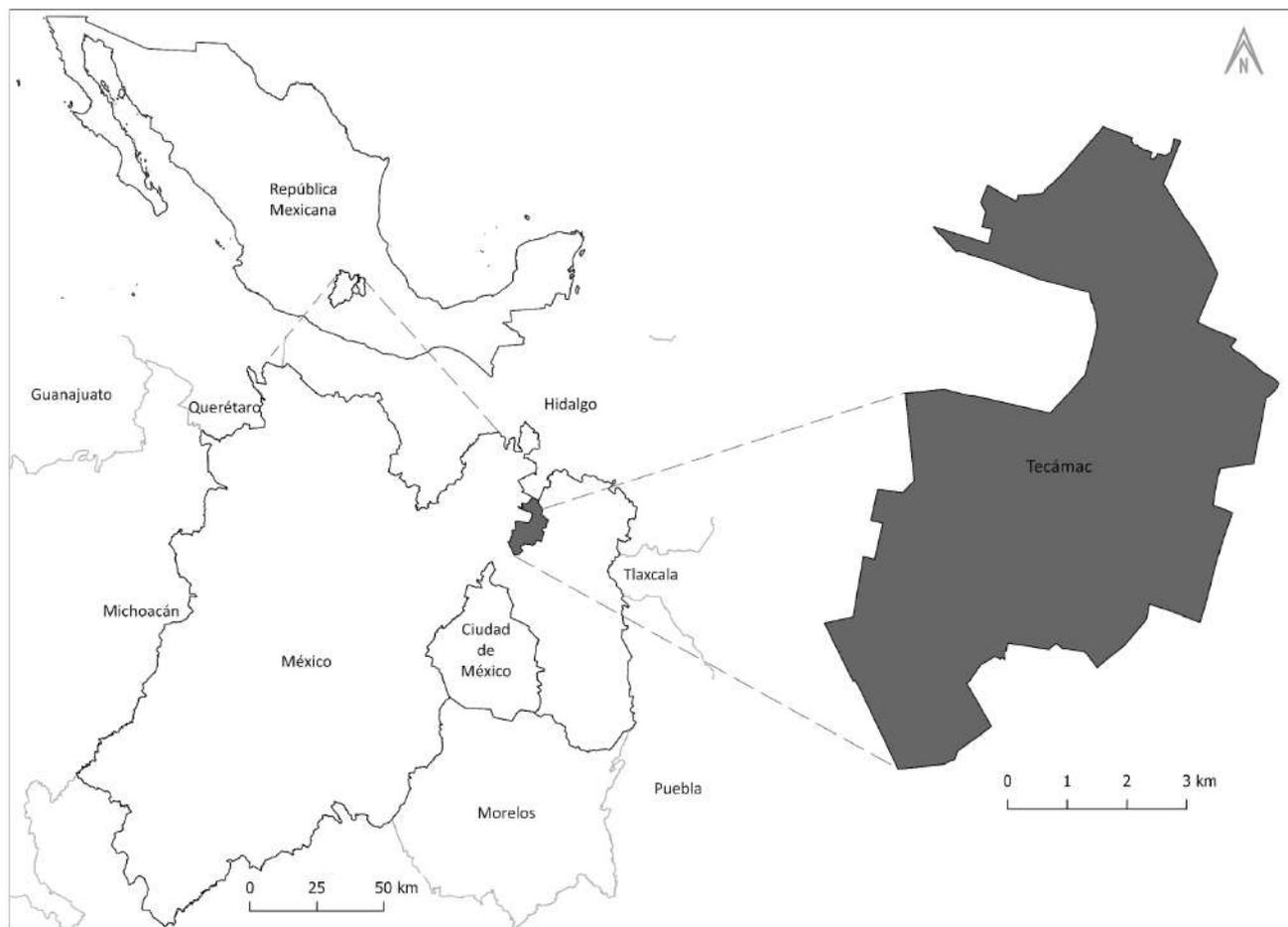


Figura 2. Ubicación de Tecámac

Fuente: Elaboración propia.

Como parte de esta embestida inmobiliaria en la escala local había que dotar de agua a los nuevos habitantes del municipio, así como tratar de incorporar todos los regímenes de propiedad comunal o social a la lógica del capital y la ganancia para unos pocos, por ello, el sistema comunal del municipio que habían extraído y distribuido agua entre sus habitantes, por casi cincuenta años sin la intervención de las autoridades municipales fue objeto del intento de municipalización para su posterior mercantilización.

Sin embargo, el médico Mateo Martínez, había mantenido una campaña informativa en contra del proceso de municipalización del Comité de Agua de Tecámac bajo la hegemonía del neoliberalismo, en donde el ayuntamiento sería un facilitador de la mercantilización en los servicios de agua. Una vez informado el pueblo del proceso de municipalización del sistema de agua, por parte del Cabildo, el 28 de febrero de 2005 se inició la resistencia, primero informativa y de concientización de lo que significaba dicho proceso. Fue a partir de este momento que se desarrolló el movimiento social por la defensa del sistema de agua comunitario en Tecámac.

## El movimiento social en voz de las mujeres

La mayoría de las mujeres entrevistadas tienen ahora entre 50 y 70 años, sin embargo, también participaron mujeres que para ese entonces eran mujeres de la tercera edad, ellas estuvieron presentes, en las narrativas de las otras mujeres más jóvenes, como se ve enseguida:

Carmen: A mí me parece importante que hubo muchas mujeres de la tercera edad, en ese año en que fue el despojo. El ver a esas personas defendiendo con qué amor lo que por derecho les correspondía, que ellas sí vieron nacer, a ellas que si les tocó batallar, si ellas tenían la fuerza de aguantar y decir no importa que lleguen los cocolazos (golpes). Eso nos daba ímpetu, como: Juana Villanueva, Lourdes Villegas. Hubo muchas mujeres de la tercera edad que estuvieron participando. Muchas de ellas también ya fallecieron. Sabina, también ya falleció, eran ya grandes de edad. (BALLEZA, Carmen. Entrevista concedida a María Verónica Ibarra García, Tecámac, Edo. De México, 31 marzo, 2017)

Esto nos demuestra la sororidad entre las mujeres que participaron en el movimiento y de que a pesar de ya no vivir algunas de ellas, siguen presentes en la memoria colectiva de las mujeres que participaron, además ello también permitió comprender como se transmitió el conocimiento de la producción de su sistema comunitario de agua, por parte de las mujeres que desconocían ésta historia, lo que fue posible identificar la memoria geográfica de Tecámac.

El origen diferenciado dio un conocimiento desigual sobre la historia del sistema comunal de agua, las oriundas del pueblo refirieron cómo los hombres de sus familias (padre, hermanos, esposo, primos), en general, habían participado en el pasado en las faenas necesarias para la construcción de la infraestructura que requería el sistema de agua comunitario ya que ellos eran quienes participaban en las asambleas de esta organización. Por otro lado destacaron el trabajo que implicaba, para las mujeres, no tener agua potable en las viviendas, lo que las obligaba a ir a los jagüeyes para acarrear agua para los quehaceres de la casa, así como ir a lavar la ropa. Todo este saber fue transmitido a las mujeres que no eran del pueblo y que en su mayoría llegaron al mismo al casarse con los hombres de la comunidad.

Sin embargo, en lo que ambas, originarias y migrantes, coincidían era en que no accedían a los espacios de decisión sobre el agua, pero una vez anunciada la municipalización de dicho sistema en 2005 se incorporaron de diversas maneras, casi todas, sin darse cuenta que estaban entrando a un terreno público, al espacio de lo político. Además al ser una actividad en donde de manera general sus parejas, maridos, padres o hijos estaban, poco a poco se dio una integración “normal” o “natural”. A partir de dicha experiencia en la incursión de un espacio que en “términos normales” no era de mujeres y con base en los relatos de ellas, se identificaron cuatro momentos importantes que integraron el movimiento y que dan cuenta del proceso mismo, de ellas y de cómo intervinieron en la producción de un espacio.

Los cuatro momentos identificados a partir de las entrevistas realizadas con las mujeres son:

- Represión en el Palacio Municipal por parte del gobierno municipal
- Las marchas en las diferentes escalas
- La producción de un espacio efímero pero trascendente: el plantón
- *Mobilización para la liberación del líder del movimiento junto con once detenidos.*

### Represión en el Palacio Municipal por parte del gobierno municipal

Como ya se dijo, el gobierno municipal pretendió municipalizar el Sistema Comunitario de agua de Tecámac, al despojo de las oficinas del sistema de agua comunitario por parte del ayuntamiento de Tecámac el 28 de febrero de 2005 la comunidad inició un proceso de organización en contra de tal resolución, seis meses después, en agosto, la población con-

vocó al Cabildo en donde el presidente municipal hace parte de él, sin embargo, el gobierno municipal respondió con represión a través de la entrada de cuerpos policíacos. Este suceso marcó un primer momento que las mujeres recuerdan con mucha claridad como ellas mismas lo refieren, fue el 28 de agosto de 2005.

#### Sra. Lucha

Había una jovencita Elvira, ya también falleció una jovencita que era muy aguerrida y murió de parto hace como un año. Ella era de las que se aventaba a las pedradas, a los golpes a todo, valiente, muy preparada estaba estudiando psicología, ella también cuando lo de la PROCU, ella estuvo ahí, la hirieron en una pierna los granaderos, por eso su papá ya no la dejaba, pero se le escapaba y organizaba juegos con los niños [en el plantón], después ya se casó. Ella me decía, ¿qué paso Doña Lucha no hay nada? (MARTÍNEZ Galán, María de la Luz. Entrevista concedida a María Verónica Ibarra García Tecámec, Edo. de México, 31 marzo 2017)

#### Carmen

El 28 de agosto de 2005 se da una agresión muy fuerte parece que estaba sitiado el Estado de México. Tanquetas del Ejército, de policías Federales todas las calles aledañas al centro (del municipio)... ese día 28 de agosto se solicita al Pte. Municipal una reunión para tratar el tema con cabildo, se solicita al Dip. Local Octavio Germán del PAN (Partido Acción Nacional) y se instala una mesa de diálogo. Desde las 10 am. había como 3000 personas, estaba lloviendo y el presidente municipal nunca llegó, ya a las 7.00 pm. llegó la fuerza pública, se llamaba Fuerza de Acción y Reacción Inmediata del estado de México. El presidente municipal creó además un grupo antimotines. Octavio German (Diputado local), le llama a Manuel Cadena del Gobierno del Estado de México, a las 10 de la noche, hay un conato de violencia, avientan gas lacrimógeno. Las cosas que estaban pasando adentro del Palacio municipal, afuera no se sabían, a las 4 am entro la policía estatal y municipal.

No sabíamos de qué calibre estábamos hechos, salió la garra, fue también bonito.

(BALLEZA, Carmen. Entrevista concedida a María Verónica Ibarra García, Tecámec, Edo. De México, 31 marzo, 2017)

#### Doña Lucha

Mi esposo para esa época ya no veía, y yo le digo: por cualquier cosa te me arrinconas aquí, ya no te muevas de aquí, cuando subimos, los policías nos dijeron que dejáramos todo ahí, teníamos, ahí, palos y ramas para prender lumbre, pero no era para golpear, quien iba a pensar que los policías nos iban a agarrar a golpes... vimos que venían todos los policías rompiendo todos los sillones, rompiendo vidrios. A la que sí golpearon [fue] a Doña Estela Gil, aparte a ella, sí, la tiraron y a Juanito el de la carnicería a él le pegaron muy feo, la compañera Celia la comandante fue a ella, le pegaron muy feo igual a Juanito, yo alcance a correr, todavía corría yo, y salí a buscar a mi marido. (MARTÍNEZ Galán, María de la Luz. Entrevista concedida a María Verónica Ibarra García Tecámec, Edo. de México, 31 marzo 2017)

#### Lourdes

Estaba enojada, molesta con miedo porque cuando les pegaron, mi hija estaba adentro, empiezan a romper vidrios y a mi hija le caen en la cara y le sale sangre, ya habían atravesado sillones, ya habían mucha gente cansada, dormida, yo le decía ¡vamos a salirnos hija! y se quedó, entonces a ella si le tocó lo más grave, le sacaron sangre y pues oír a la gente gritando, yo ya había visto muchos policías y mucha gente ya cansada, niños acostados en los sillones. Era más que nada coraje porque yo tenía a mi niño discapacitado, tenía a mi niña chiquita y tenía que andar luchando para tener el agua. Y también cansada de tantas desveladas, caminar, dejar mi casa sola, ser madre soltera, trabajar, luchar. (HERNÁNDEZ, García Lourdes. Entrevista concedida a María Verónica Ibarra García. Tecámec, Edo de México. 31 marzo 2017)

Como se puede observar en estas narrativas las mujeres entrevistadas, dan cuenta del conocimiento que presentan de la esfera pública, los niveles de gobierno, por ejemplo de diputados locales y federales, de las atribuciones del ayuntamiento, de la creación de una policía antimotines en la escala municipal, lo cual les sorprende pero lo aprendieron porque ello les permitía identificar con quien podían o no hablar. De los diferentes partidos políticos involucrados y de cómo estos actuaron durante el movimiento.

También encontramos una valoración a su actuar político, se dan cuenta de lo que pueden hacer y otro elemento presente fue la sororidad que mostraron ante otro sector de las mujeres, el de las señoras de la tercera edad, que no fueron entrevistadas pero que están presentes en sus relatos así como las jóvenes que despuntan a una vida diferente (algunas de ellas serán o son universitarias, son valientes, son jóvenes) y que ellas nombran, una de las cuales ya murió pero fue muy importante en durante el movimiento.

## Las marchas de la escala local a la federal

### Carmen

Hubo un momento en que pretendimos llegar hasta la ciudad de Toluca en autobús, pero en Lerma ya no nos permitieron [pasar] nos bajaron y nos dijeron que si queríamos llegar teníamos que hacerlo caminando y tuvimos que caminar cerca de 18 kilómetros desde Lerma hasta la ciudad de Toluca.

Para cuando llegamos al Palacio [de gobierno de Toluca] literalmente nos cerraron la puerta en la cara, muy agotada, el regreso lo hicimos ya en autobús. (BALLEZA, Carmen. Entrevista concedida a María Verónica Ibarra García, Tecámac, Edo. De México, 31 marzo, 2017)

### Isabel

En las marchas a proveer la comida, que para mañana 500 tortas [bocadillo], otras veces la gente aporta dinero o insumos en los plantones se llevaba la comida. Yo entraba de emergencia, todos ponían, la gente del mercado traía verduras, comida, los canastones de fruta, agua, las mujeres éramos proveedoras. Siempre había mucha gente, era muy nutrido. A los hijos nunca los lleve (SÁNCHEZ del Real, Ma. Isabel. Entrevista concedida a María Verónica Ibarra García, Tecámac, Edo de México, 31 marzo. 2017)

### Lourdes

Tenía entre miedo y ganas de seguir luchando, caminando desde la Marquesa hasta Toluca, cansadas, no nos dejaban pasar, ayudar con los que llevaban niños a cargar, ayudarnos unos con otros, los que traían dinero ayudaban a los que no llevábamos. Dentro de todo fue coraje, miedo y algo bonito porque nos hicimos muchas amistades. Yo conocí medio pueblo pero tengo aquí viviendo como treinta y seis años, llegué aquí cuando tenía quince años. Yo no sabía nada de agua, con miedo, tristeza y más que nada cansancio y preocupación porque mi hija era muy necia, la otra chiquita tenía 6 años y debía llevarla a la escuela.

Aquí me acabé mis zapatos de la gasolinera hasta allá arriba, vuelta y vuelta yo decía a mi hija me voy a acabar mis zapatos, [y] de aquí a que me compre unos, va a valer ésto, ya mejor no hay que ir, y ya, salía otra marcha, y íbamos. Y ella mi hija era la que iba hasta adelante. Yo le medía más por mi niño que dejaba en la casa, por la niña. Sé aprende muchas cosas, yo pienso que sí luchamos bien y trabajamos bien. (HERNÁNDEZ, García Lourdes. Entrevista concedida a María Verónica Ibarra García. Tecámac, Edo de México. 31 marzo 2017)

Un elemento importante en los movimientos sociales en México son las marchas que realizan para buscar solución a sus demandas, esta es una de las estrategias más socorridas en la lucha de los movimientos sociales, generalmente inician en la escala local, en este caso municipal, de ahí a la estatal y por último se llevan a la escala federal: a la capital del País, en donde se ubican las Secretarías de Estado involucradas. Esto también muestra el escalamiento del conflicto. En este caso se realizaron marchas dentro del mismo municipio, de este a Toluca, la capital de la entidad federativa, y del mismo municipio a la Ciudad de México a la Secretaría de Gobernación. Fue sobre todo la marcha que se desarrolló hacia la capital del estado en el denominado paseo Tollocan, la que dejó una importante huella en sus vidas, al realizar extenuantes caminatas en condiciones realmente difíciles.

Estas marchas implican una organización de ellas, de sus familias, una preparación para poder realizar tal caminata y tiene altos costos, como lo refiere Lourdes pero también tiene una ganancia política de reconocimiento de las y los otros, la solidaridad que se da en todas y todos los participantes del movimiento y en la consolidación de un sentimiento de unidad y de luchar por algo en común, la pertenencia a un grupo y un crecimiento de identidad política.

## La producción de un espacio efímero: el plantón

La instalación de un plantón en la plaza central de Tecámac, como respuesta al despojo del sistema comunitario de agua fue la máxima expresión de la producción de un espacio político efímero ya que permaneció cerca de cuatro meses, pero de gran sentido político. El plantón instalado en la explanada del municipio, limitaba con la presidencia municipal, y tenía por objetivo impedir el acceso de los funcionarios que laboraban en el ayuntamiento como medida de presión sobre el presidente municipal para echar atrás la municipalización del sistema comunitario de agua potable. Hombres y mujeres participaron en este espacio efímero de gran densidad política por lo que representó y por las relaciones sociales

que desplegaron en donde un componente que se disloca es precisamente el de la participación de las mujeres en el espacio público, como veremos más adelante.

Es importante reconocer el papel que jugaron las mujeres en dicho plantón, además se puede observar cómo reorganizaron su vida, sus actividades cotidianas que no dejaban de hacer, como trabajar, llevar y traer a los hijos a la escuela, ocuparse de la alimentación ya no solo familiar sino social, y sus tiempos para poder mantener ese espacio efímero, que permitió la sociabilidad y la reconstrucción del pasado del pueblo, de cómo antes las mujeres accedían al agua y cuanto había costado en términos emocionales, personales y familiares tener un sistema comunitario de agua.

### Carmen

Las mujeres tomaban turnos, organizaban comida e iban por los hijos a la escuela, daban de comer y luego se iban al plantón. Había gente humilde que llegaba con las vaporeras de atole y con el chicharrón, que ya llegaba que con el huevo, con el chile verde, fue una solidaridad increíble y duramos ahí cuatro meses. De las mujeres de la tercera edad de las que ya hablamos, iba a ser el 20 de noviembre y sacamos reinas [de las fiestas patrias], y pasaron en camiones alegóricos creo que eran dos. (BALLEZA, Carmen. Entrevista concedida a María Verónica Ibarra García, Tecámac, Edo. De México, 31 marzo, 2017)

### Isabel

Me involucré por la situación (es esposa de uno de los líderes del movimiento) yo estuve en el apoyo, cuando nos asaltaron, empezamos el plantón, como a las 6 am. Llevaba café, pan, tortas [bocadillos]. Les dábamos de cenar. Las mujeres estaban en el día en el plantón, y los hombres en la noche, la noche es más peligrosa. Siempre había mucha gente mujeres que hacían la comida, se peleaban por hacer la comida, había un celo por hacer la comida. Los señores grandes llegaban después de las seis de la tarde, ponían su plantón. En el plantón día y noche 100 días. (SÁNCHEZ del Real, Ma. Isabel. Entrevista concedida a María Verónica Ibarra García, Tecámac, Edo de México, 31 marzo. 2017)

### Doña Lucha

Yo trabajaba, llegaba, aventaba los tacones, la bolsa y vámonos. Sacamos a la reina, a la sra. Del mercado, cuando el grito [de independencia 15 de septiembre], no dejamos dar el grito al presidente, mejor se fue a los pueblos. Hicimos nuestro grito. Había veces que nada más llegaba a darme un baño y a trabajar. Trabajaba de secretaria, en la Comisión Federal de Electricidad (CFE), me iba de aquí [Tecámac] a las 5:30 - 5:15 de la mañana y llegaba acá a las 4.00 - 4:30 de la tarde. Me quedaba [a pernoctar], un día viernes para sábado o sábado para domingo.

Ellas casi estaban todo el día porque como ya estaban grandes se reunían a platicar, ahí nos poníamos a tejer, a pintar, a jugar lotería, como nos iba a llegar navidad, las mujeres muchas de ellas estaban bordando, sus nochebuenas. Los hombres jugando domino, baraja y atizándole a la olla, Rosita la cocinera, guisaba diario. (MARTÍNEZ, Galán Ma. De la Luz. Entrevista concedida a María Verónica Ibarra García, Tecámac, Edo de Méx. 31 de marzo, 2017)

### Irene

Todas tuvimos una participación casi a diario. Había quesadillas los viernes, había una reunión de mujeres como una fiesta, llegaba mucha gente, se hermano mucho el pueblo, ahí nos volvíamos a encontrar las personas nativas del pueblo.

El viernes siempre había mucha y muy variada comida. Jesús Olivares llevaba guisos ahí. Estuvimos de principio a fin, lo tomamos como una distracción. Dos veces nos atacaron. Una vez un chico trató de tirarnos el campamento; Erik Olivares llevaba garrafones con 20 litros de gasolina.

Y muchas mujeres ya grandes se sentaron y dijeron que prendieran [fuego]. Ellos [los agresores] pensaban que estaba muy sucio, que era un foco de infección, había casitas de campaña, gente de 24 horas. Unas 200 mujeres estábamos en el plantón, Doña Estela Gil, estaba en tratamiento de quimioterapia, estuvo enferma como dos años más.

Veía a mi papá y después me iba al plantón, tomaba el taxi y recogía mis cacerolas las marcaba, regresamos como a las 11 o 12 de la noche.

Don Raúl Olivares iba a darnos las vueltas, del Café Sidartha salían y tocaban música, de las que siempre andábamos juntas, tres ya murieron:

Marielena García Concha, Estela Ortiz Olivares, Delia Granados Copca, Juanita Villanueva+, Adela Gutiérrez, Agustina Suárez, Estela Gil+, Amigas de Reyes Acozac, Rosa la cocinera, Alejandra Rivero Fernández, Lourdes García Hernández-La Flash, Gabriela Aja, Lulú Villegas Manzo+, Gabriela de la Fuente. (GUTIÉRREZ, Flores Irene. Entrevista concedida a María Verónica Ibarra García, Tecámac, Edo. de México 31, marzo 2017)

## Lourdes

Las señoras grandes con sus bordones sentaditas, una señora decía “a mí no me importa que me quemem, yo ya viví muchos años y si es por el agua no me interesa morir quemada”. Casi todo el pueblo, yo creo que éramos mayoría, súper mayoría que luchamos. A mí me ayudó mucho, yo era muy depresiva me ayudó mucho porque como andaba encoraginada [enojada], cansada, después de que se acabó el plantón ya no tenía actividad de salir y caminar, y gritar y pelear. Y ya me metí a un grupo de danza. (HERNÁNDEZ, García Lourdes. Entrevista concedida a María Verónica Ibarra García. Tecámac, Edo de México. 31 marzo 2017)

Como se puede observar este fue un espacio de gran aprendizaje político, de solidaridad entre todos que enfrentó grandes retos, el simple hecho de mantener plantones es una clara manifestación de cómo se producen espacios, efímeros pero espacios de una alta significación social y política. También identificamos como en estos espacios se presentan las agresiones contra las poblaciones organizadas y cómo una vez más las mujeres salen a poner su cuerpo, sus vidas para refrendar sus posiciones políticas como quedó evidenciado cuando pretendieron quemar el plantón, las mujeres de mayor edad fueron quienes pusieron su cuerpo para defender su espacio y sus ideales de mantener el sistema comunitario de agua de Tecámac.

## Movilización para la liberación del líder del movimiento junto con once detenidos.

Otro momento identificado fue el de la detención del líder: el médico Mateo Martínez junto con otras once personas, mujeres y hombres. Este hecho se registró ya en 2006 en febrero, una vez que el movimiento había logrado revertir la municipalización del sistema de agua potable, por una sentencia del Tribunal Contencioso Administrativo el 22 de septiembre de 2005, por lo que el Sistema de Agua Comunitario de Tecámac tenían la responsabilidad de dotar de agua al pueblo, en consecuencia debían realizar obras en la vía pública, hecho que fue tomado por la policía municipal como pretexto para su detención y encarcelamiento. Esta acción arbitraria de la policía municipal desató la inconformidad del pueblo, en respuesta cerraron la carretera federal hasta que lograron sacar de la cárcel a los doce detenidos. La reconstrucción de este hecho fue posible gracias a los testimonios que las mujeres nos brindaron, en sus palabras:

### Sra.Mary

Yo en mi mente tengo presente cuando se iba a poner una toma en la Soledad, que estaba mi hija Lucero también conmigo, estábamos vigilando que pusieron la toma y me dice vamos a comprar algo, pasó la gorra para la coperacha [cooperación] continuamos, pero mi hija tenía consulta, tenía cita, vi que pasó una patrulla y les dije “nada más vinieron, nada más a ver cuantos somos para mandarnos a las patrullas”, y bueno continuamos mi hija Lucerito, ya ve que siempre me acompañaba, me ya me acuerde que era la cita y le digo vámonos, llegó al negocio a decirle a mi esposo ¿quién va a llevar a mi hija al doctor tu o yo?. Y a los cinco minutos llega Doña Irene a decirnos que ya se los habían llevado. ¿Ya ves para qué venimos? me hubiera quedado a grabar con el celular. (LÚCERO, María. Entrevista concedida a María Verónica Ibarra García, Tecámac, Edo. de México. 31 marzo 2017),

### Irene

Estábamos haciendo las tortas, así en el carro, [Delia] tenía el cuchillo, estaba partiendo el queso cuando llegó Sara [una policía municipal] y agarró a Delia, y ella así con el cuchillo, Carmen jalaba de un lado a Delia y yo la jalaba del otro, hasta que dijimos mejor suéltala porque estaba recién operada la señora. Y Carmen le decía a Sara ¡suéltala!, Yo la tenía de un brazo y Carmen del otro y... como me acuerdo como estábamos ahí, fue algo tremendo y Delia con el cuchillo, de qué estaba ella partiendo el queso, pero como no estábamos maleados, ahí con nuestras tortas y se llevaron todo, el auto con todo. Don Toño, nada más quedo Carmen, mi hermana, Don Chucho Olivares y yo. (GUTIÉRREZ, Flores Irene. Entrevista concedida a María Verónica Ibarra García, Tecámac, Edo. de México 31, marzo 2017)

## Carmen

El sistema estaba colocando una toma [de agua] y sacamos a los fontaneros [plomero] del ministerio Público, porque los habían detenido, ellos debían seguir instalando la toma, estábamos preparando tortas y venía la policía municipal, se llevaron a 11 compañeros, al sr. Ovando, al Dr. Mateo, a las mujeres las golpearon, se los llevaron en las perreras [camionetas antimotines]. Fui voceando a voz pelona en operación hormiga, para las diez de la noche la carretera federal estaba cerrada por la manifestación. Pedían fianza de 10 000 pesos por cada uno.

Hay una anécdota, había una sra. Lourdes Villegas, ya falleció, ella se le enfrentó al comandante, llega el comandante de las fuerzas de acción y reacción del Estado de México, llega como con cuatro camiones de granaderos, y es una cosa impresionante cuando se bajaron, venían haciendo ruido con sus toletes, es feo ¿no? se baja aquel comandante, un tipo güero como de 1:80 metros, una cosa imponente y nos dice que nos repleguemos a un lado, pero del otro lado teníamos a la policía municipal, esta señora enferma y ya grande, desproporcionada la diferencia de estaturas y de complejiones le dice al comandante: “pues fíjese que no, nos vamos a replegar a ningún lado, pero así, enfrentándose al comandante, a aquel hombre así... no, porque si ustedes nos repliegan nos van a agarrar divididos, si viene a sacar a nuestros compañeros, haber como le hacen, pero nosotros no nos replegamos, pero era una cosa tremenda como se veía la diferencia de tamaños” Muy forjada la señora, muy valiente la señora.

Para las 11:30 salieron [las personas que habían sido detenidas] llegaron del Gobierno del Estado de México. (BALLEZA, Carmen. Entrevista concedida a María Verónica Ibarra García, Tecámac, Edo. De México, 31 marzo, 2017)

## Irene

Esa vez a Jesús, Carmen, mi hermana y a mí no nos llevaron, cerramos la carretera, ese día el pueblo participo mucho, el pueblo se unió a sacarlos... y por la madrugada los soltaron. (GUTIÉRREZ, Flores Irene. Entrevista concedida a María Verónica Ibarra García, Tecámac, Edo. de México 31, marzo 2017)

## Lourdes

De repente me entraba la tristeza, y ¿si pierden?, pierden todos, cuando nos agarraron en la Procu [raduría] que aprendieron a la gente yo estaba hasta atrás y ella mi hija Tania estaba hasta adelante, ella estaba muy metida. También se aprenden muchas cosas a ver la gente cansada a los srs. grandes, uno se pregunta ellos ya están grandes y están luchando. Y así he aprendido muchas cosas también. A veces ya veía a la gente desgastada, cansada ya sin dinero todo esto. (HERNÁNDEZ, García Lourdes. Entrevista concedida a María Verónica Ibarra García. Tecámac, Edo de México. 31 marzo 2017).

Escuchando a las mujeres que participaron en el movimiento por la defensa del sistema comunitario de agua de Tecámac, logramos ampliar la mirada de cómo se logró el objetivo de mantener el agua como un bien comunitario, frenando su municipalización y su mercantilización que era el objetivo final de este proceso intermedio que requería el capital para hacerse del agua.

Si bien existe una dimensión del movimiento social y político, en el que figuran los hombres este no sería posible sin todo el entramado alrededor de mantener y defender, con la misma validez y con el mismo coraje y valentía el agua, pero por parte de las mujeres que como sostuvimos al inicio del escrito la academia muchas veces ha menospreciado y con ello invisibiliza o muestra parcialmente como se obtienen los triunfos, en los que las mujeres también han colaborado.

## Reflexiones Finales

La producción del espacio es una acción social, política, cultural del que pocas veces se tiene consciencia pero considerar que las mujeres también participan en esa producción espacial puede resultar aún más sorprendente, ya que se articulan dos elementos que impiden identificar esa producción espacial,

- a) la idea de espacio cartesiano que imposibilita ver cómo se produce el espacio desde las relaciones sociales de producción y reproducción social, con relaciones de poder, complejas, contradictorias y como proceso inacabado y por otro lado
- b) como resultado del sistema patriarcal se tiene la idea de que la participación de las mujeres no cuenta, ya sea porque están circunscritas a “lo privado” o porque se considera que lo que ellas hacen, no es importante.

Sin embargo, desde las aportaciones de la producción del espacio lo público como lo privado producen espacio, al mismo tiempo desde el feminismo al romper con la idea de lo público o lo privado, y como elementos excluyentes se puede ver como uno no puede ser y funcionar, sin el otro. En este caso es evidente como lo privado es fundamental en el movimiento social, en los testimonios de estas mujeres se da cuenta tanto por su acción en la vida cotidiana como por su actuar en momentos de ruptura de esa cotidianidad como puede ser un movimiento social, como intervienen en la producción espacial, tanto en el espacio público como en el privado y como reorganizan uno para estar en el otro y viceversa.

Por ello resultaba indispensable destacar la participación de ellas, que intervinieron en el movimiento de muy diversas formas, en donde para mantener el agua en tanto que un bien comunitario, ellas organizaron, sostuvieron, caminaron, fueron presas y también lideresas del movimiento por ello contribuyeron en gran medida en mantener el valor de uso sobre el valor de cambio, que se pretendió imponer al agua, intención del sistema capitalista en su fase neoliberal.

Este trabajo basado en entrevistas a las mujeres dio cuenta del conocimiento, compromiso e importancia del papel que tuvieron ellas en el proceso de defensa de su agua. A pesar de las condiciones tan adversas que muchas de ellas pudieran estar viviendo de manera personal, la enfermedad de ellas mismas o de familiares cercanos inclusive que dependían de ellas, no fue motivo para que ellas no tomaran parte de esta movilización social: como las mujeres que estaban enfermas (cáncer), aquellas que tenían hijos con problemas de salud o con maridos con algún tipo de discapacidad, ellas lucharon por su agua y sin pretenderlo por un tipo de espacio en clave comunal. Al mismo tiempo que muestra los sentimientos, contradicciones, el costo emocional, económico que significa un movimiento social y que casi nunca observa en el estudio en donde ellas están ausente, aunque estén presentes.

Se observa una gran sororidad de las mujeres de edad madura con las mujeres de la tercera edad, ya que estas últimas fueron quienes les transmitieron la historia del pueblo, pero sobre todo del sistema comunitario de agua y lo que significaba no tener agua potable. Con ello podemos identificar *la memoria geográfica* de cómo las mujeres vivían el lugar y su relación con el agua, las de mayor edad transmitieron ese saber a las mujeres más jóvenes, con ello contribuyeron a producir lo que Milton Santos conceptualiza como *rugosidades del espacio*, elemento que hemos considerado de la mayor importancia política en los movimientos sociales.

Un elemento que es de la mayor importancia es el plantón, que representó también un espacio público alternativo, en donde se unió la comunidad, de una manera diferente, mucho más participativa, más entusiasta, más respetuosa, más democrática. Cuando las mujeres hablan de los diversos colectivos que se reunían ahí también se están visibilizando a las personas de la tercera edad, a los y las jóvenes, que tenían un espacio para reunirse, hablar, jugar, “pasar el rato”, todos de manera colectiva tomaban café y pan, (merienda tradicional en México de ahí el énfasis en la presencia del pan) y se retiraban a sus casas. Así se hace comunidad. Este espacio fue efímero pero fundamental, en la lucha política.

Otro elemento presente es la importancia del cuerpo de las mujeres como espacio de lucha en varios sentidos, y las mujeres de la tercera edad muestran una disposición en el uso de su cuerpo para enfrentar momentos de gran peligro, ante las provocaciones ellas: ponen su cuerpo, para defender el plantón.

Con ello hemos podido observar las distintas escalas por las que transitaron física y políticamente, desde la escala cuerpo, municipal, estatal y federal. Con el caso de las diversas marchas está muy claro: iniciaron dentro del municipio, de ahí escalaron a la capital de la entidad federativa que fue por mucho la más significativa por el nivel de esfuerzo físico que les requirió pero también por ser una de gran contenido político al ser tratadas de la peor manera por el gobierno de la entidad, después de 18 km de caminata cerrarles la puerta del Palacio de Gobierno. No obstante es necesario seguir indagando el papel que juegan estas marchas en ellas y como esto genera otra visión del espacio público y de lo político en términos generales.

Ahora bien este espacio y este movimiento no estuvo, y no está exento de conflictos, contradicciones y ahora rupturas, sin embargo aquí se ha querido anteponer la mirada de cómo se logró un objetivo a pesar de las tensiones o rupturas que pudieran haber existido. Fueron momentos de gran tensión pero también solidaridad, compañerismo, comprensión que abonaron a lograr su objetivo mantener el agua como un sistema comunitario. Y en donde las mujeres jugaron un papel fundamental para lograrlo y ahora queda registrado.

## Bibliografía

CORREA H. Comunidades históricas en la gran ciudad: Emergencia política-cultural en Tecámac (pp. 59-85). Distrito Federal, México: Nueva Antropología, vol. XXIII. 2010.

IBARRA V. Tensiones y conflictos por agua en el boom inmobiliario de Tecámac (pp. 81-99). México: Territorios (37) . 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA Y GEOGRAFIA. Cuaderno estadístico municipal. Tecámac. Estado de México: INEGI. 1997. Consultado el 16 de noviembre de 2018 en <http://www.beta.inegi.org.mx/app/biblioteca/ficha.html?upc=702825925888>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA Y GEOGRAFIA. XII Censo General de Población y vivienda 2000. Tabulados Básicos. México: INEGI. 2003. Consultado el 16 de noviembre de 2018 en:

[http://www.beta.inegi.org.mx/contenidos/proyectos/ccpv/2000/tabulados/CPyV2000\\_Mex\\_Poblacion.pdf](http://www.beta.inegi.org.mx/contenidos/proyectos/ccpv/2000/tabulados/CPyV2000_Mex_Poblacion.pdf)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA Y GEOGRAFIA. Perspectiva estadística. México: INEGI. 2014. Consultado el 16 de noviembre de 2018 en: [http://internet.contenidos.inegi.org.mx/contenidos/Productos/prod\\_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/integracion/estd\\_perspect/sep\\_20145/mex/702825067717.pdf](http://internet.contenidos.inegi.org.mx/contenidos/Productos/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/integracion/estd_perspect/sep_20145/mex/702825067717.pdf)

KOFMAN E. Feminist Political Geographie (Pp 519-533). En NELSON L & SEAGER J. A Companion to Feminist Geography. Oxford. Blackwell Publishing Ltd. 2005.

LEFEBVRE H. La producción del Espacio. MARTÍNEZ E. (Trad.) Madrid, España: Capitan Swing. 2013.

LYNN A. & KOFMAN E. Mapping Gender, Making Politics Toward, Feminist Political Geographies. En LYNN A, KOFMAN E, PEAKE L. Mapping Women, Making Politics: Feminist Perspectives on Political Geography (Pp 1-14). New York y London: Routledge. 2004.

MCDOWELL L. Género, identidad y lugar. Un estudio de las geografías feministas (Pp.32-33).Pepa Linares (Trad.), Madrid, España: Cátedra. 2000.

RODRIGUEZ S. Escenario actual de la gestión comunitaria del agua respecto a América Latina y el Caribe. México, D.F. 2015. Consultado el 16 de noviembre de 2018 en: [https://www.researchgate.net/publication/287207693\\_Escenario\\_actual\\_de\\_la\\_gestion\\_comunitaria\\_del\\_agua\\_en\\_Mexico\\_respecto\\_a\\_America\\_Latina\\_y\\_el\\_Caribe](https://www.researchgate.net/publication/287207693_Escenario_actual_de_la_gestion_comunitaria_del_agua_en_Mexico_respecto_a_America_Latina_y_el_Caribe)

# **OCUPAÇÕES DE TERRAS URBANAS E DESIGUALDADES DE GÊNERO: A cartografia da luta pelo lugar**

**OCUPACIONES DE TIERRAS URBANAS Y DESIGUALDADES  
DE GÉNERO:** La cartografía de la lucha por el lugar

**URBAN LAND OCCUPATIONS AND GENDER  
INEQUALITIES:** The cartography of the struggle for the place

## RESUMO

O artigo propõe um exercício de representação cartográfica que aprimore a análise das resistências à urbanização corporativa e interseccionalizada e dos tensionamentos das relações sociais de poder, com destaque para a desigualdade de gênero compreendendo-a desde uma perspectiva interseccional, que ocorrem no cotidiano da periferia urbana brasileira. Propõe-se, para isso, um exercício de “ativismo cartográfico” nomeado “Cartografia da Luta pelo Lugar” realizado por meio da espacialização dos eventos geográficos ocorridos na ocupação de terra urbana Cidade Locomotiva localizada em Ribeirão Preto/SP. Para tal, foram selecionados quatro eventos nos quais se destacam as situações vividas no lugar e por sua população para conseguir se manter, com ênfase nos eventos que demonstram um tensionamento da construção social de gênero na luta cotidiana das ocupações urbanas. Com isso, intenta-se também compreender as periferias urbanas para além da luta pela moradia, mas como uma luta pelo lugar.

**Palavras-chave:** ocupações urbanas, desigualdade de gênero, eventos geográficos, lugar, ativismo cartográfico

## RESUMEN

El artículo propone un ejercicio de representación cartográfica que refine el análisis de las resistencias a la urbanización corporativa e interseccionalizada y la tensión de las relaciones sociales de poder, con énfasis en la desigualdad de género comprendiéndola desde una perspectiva interseccional, que ocurre en la vida cotidiana de la periferia urbana brasileña. Para este propósito, se propone un ejercicio de “activismo cartográfico” llamado “Cartografía de la Lucha por el Lugar” a través de la espacialización de eventos geográficos que ocurrieron en la ocupación de tierra urbana Cidade Locomotiva ubicada en Ribeirão Preto/SP. Con este fin, se eligieron cuatro eventos en los que se destacan las situaciones vividas en el lugar y por su población para mantenerse, con énfasis en los eventos que demuestran una tensión en la construcción social de género en la lucha diaria de las ocupaciones urbanas. Con esto, también se propone comprender las periferias urbanas más allá de la lucha por la vivienda, pero como una lucha por el lugar.

**Palabras-clave:** ocupaciones urbanas, desigualdad de género, eventos geográficos, lugar, activismo cartográfico

## ABSTRACT

This paper proposes a cartographic representation exercise that aims to improve the analysis of the resistances to corporate and intersectionalized urbanization and of the tensions in social power relations, with emphasis on gender inequality understood from an intersectional perspective, which occur in the daily life of the Brazilian urban periphery. To this end, a “cartographic activism” exercise called “Cartography of the Struggle for the Place” is presented, carried out through the spatialization of geographic events that occurred in the urban land occupation Cidade Locomotiva located in Ribeirão Preto/SP. Four events were selected, in which the situations experienced in the place by its population to maintain themselves there draw attention, highlighting the events that demonstrate a tension in the social construction of gender in the daily struggle of urban occupations. In this way, there is also an attempt to understand the urban peripheries beyond the struggle for habitation, but as a struggle for the place.

**Keywords:** urban occupations; gender inequality; geographical events; place; cartographic activism

## Introdução

Com o intuito de aprimorar as metodologias investigativas sobre a periferização intrínseca ao processo de urbanização corporativa (Santos, 2008) e interseccionalizada (Rizzatti, 2020) centramos esse artigo nas ocupações de terras urbanas, forma-conteúdo mais recente das periferias urbanas constituída a partir da década de 1980 (Rodrigues, 1988; Bonduki & Kowarick, 1993; Jacobi, 1982), e sua capacidade de tensionar as relações sociais de poder, com destaque para as desigualdades de gênero. Para isso, é necessário pensar essa urbanização de maneira interseccionalizada, entre gênero, raça e classe, devido à formação socioespacial brasileira que enovela racismo-capitalismo-patriarcado (Saffioti, 2015).

Analisaremos a comunidade Cidade Locomotiva localizada na cidade de Ribeirão Preto, no interior do Estado de São Paulo, por meio dos eventos geográficos (Santos, 2017), e um conjunto de gestos-fios (Ribeiro, 2005) que os constituem, que narram as histórias dessa ocupação urbana desde a sua formação até o momento atual. Realizou-se um exercício de representação cartográfica espacializando os eventos que demonstram algumas lutas por esse lugar, com ênfase na participação das mulheres. O exercício foi intitulado “Cartografia da Luta pelo Lugar”. Foram selecionados os eventos considerados essenciais para compreender a formação dessa ocupação e as mudanças nos papéis das mulheres que permitiram vislumbrar tensionamentos na construção social de gênero.

Para realizar essa análise, serão debatidos primeiramente os pressupostos teóricos; na sequência, apresentar-se-á como se desenvolveu o exercício de representação cartográfica; em seguida, será exposta a formação da ocupação Cidade Locomotiva, os eventos selecionados para espacialização e a representação cartográfica que será, então, analisada pormenorizadamente com o intuito de visualizar os efêmeros, porém cotidianos, tensionamentos das relações sociais de poder com destaque para as desigualdades de gênero.

## Pressupostos teóricos

A formação das ocupações de terras urbanas ocorre através de ações que são planejadas pelas pessoas que as constroem, assim como, por ações impostas pelos vetores da modernização indicando para a constituição de um lugar (Ribeiro, 2005; Rizzatti, 2020). São relações que mesclam as lógicas locais com lógicas externas a ele, inclusive globais, constituindo o sentido global do lugar (Massey, 1994; 2000). Os lugares são, pois, encruzilhadas. É o amálgama dessas relações internas e externas, horizontais e verticais, que gera a singularidade do lugar. Joseli Silva (2009, p. 124) escreve que

é preciso investigar o processo de formação espacial do local eleito e as características das relações que lhe dão sentido, como os elementos de sociabilidade, os valores instituídos, as redes de poder, e assim por diante. Portanto, conceber a periferia a partir de singularidades, além de constituir uma questão metodológica de escala, permite a construção de indicadores para a operacionalização do conceito de gênero.

É nesse intuito de compreender as singularidades que constituem a periferia urbana que se propõe a Cartografia da Luta pelo Lugar. Nomeou-se de “luta pelo lugar” para enfatizar que é uma luta que vai além da moradia, disputando diretamente, ou indiretamente, os rumos da urbanização corporativa e interseccionalizada. As ocupações urbanas não constroem apenas casas, mas parcelas de cidade onde se inter cruzam os vetores da modernização (a ferrovia, o trabalho “produtivo”, a legislação urbana etc.) com a cultura do lugar, a unidade básica da vida social (organização da luta, conversas, relações humanas, conflitos, lazer, fazer/ter comida, buscar água, entre infindáveis outras ações associadas ao trabalho “reprodutivo”). Assim, a luta é pelo lugar, e não, por moradias. Trata-se de uma escala geográfica socialmente construída (Santos, 2014; Massey, 1994; Smith, 1997, p. 139; McDowell, 2000).

Lo que define el lugar son las prácticas socioespaciales, las relaciones sociales de poder y de exclusión; por eso los espacios se superponen y entrecruzan y sus límites son variados y móviles (Massey, 1991; Smith, 1993). Los espacios surgen de las relaciones de poder; las relaciones de poder establecen las normas; y las normas definen los límites, que son tanto sociales como espaciales, porque determinan quién pertenece a un lugar y quién queda excluido, así como la situación o emplazamiento de una determinada experiencia (McDowell, 2000, p. 14, destaque nosso).

A partir dessa compreensão, os eventos geográficos espacializados na representação proposta não se aterão aos limites do local extrapolando-o segundo as relações sociais que permitiram a construção e manutenção da ocupação urbana Cidade Locomotiva. Esses limites se delimitam de maneira flexível de acordo com os eventos que demarcaram a formação desse lugar.

Milton Santos (2017) escreve que

Se consideramos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou alguma dessas possibilidades existentes no mundo. Mas **o evento também pode ser o vetor das possibilidades existentes numa formação social**, isto é, num país, ou numa região, ou num lugar, considerados esse país, essa região, esse lugar como um conjunto circunscrito e mais limitado que o mundo. O lugar é o depositário final, obrigatório, do evento (Santos, 2017, p. 144, destaque nosso).

Além deles há os gestos-fios, as ações invisíveis, não planejadas, anônimas e não-ditas (Ribeiro, 2005). Assim, de modo geral, pode-se compreender que muitos eventos geográficos são compostos por um conjunto de gestos-fios. A proposta de análise de ambos, eventos e gestos-fios, segue as orientações de Ana Clara Torres Ribeiro para a realização de pesquisas “com apoio em metodologias comprometidas com as identidades sociais, os valores culturais e, especialmente, com o reconhecimento da plenitude do Outro” (Ribeiro, 2005, p. 415). Busca-se, assim, desvelar um pouco da “arte de resolver a vida” (Ribeiro, 2013 [2005a]).

Para tanto, deve-se compreender que “não há evento sem ator. Não há evento sem sujeito (...). Nesse sentido toda teoria da ação é, também, uma teoria do evento e vice-versa. Essa assimilação da ideia de evento e da ideia de ação é fundamental para a construção de uma teoria geográfica” (Santos, 2017, p. 146 e 147). Além disso, sendo o eventos a mediação entre o mundo e o lugar (Santos, 2017) e a formação socioespacial brasileira estruturada pelo sistema racista-capitalista-patriarcal (Saffioti, 2015), reproduzida também através do processo de urbanização corporativa e interseccionalizada, os eventos geográficos carregam e expõem essas características, aprofundando-as e/ou questionando-as. Assim, ao analisar os eventos enfatiza-se também a problematização das relações sociais de poder que se constituem de maneira interseccionalizada (Crenshaw, 1989; Gonzalez, 1984; Akotirene, 2019) entre os marcadores sociais da diferença (Brah, 2006) de gênero, raça e classe.

A análise imbricada ganhou força nas pesquisas nos últimos anos a partir do conceito de interseccionalidade cunhado em 1989, nos Estados Unidos, pela afrojurista Kimberlé Crenshaw (1989). A autora utiliza uma analogia com o cruzamento de avenidas para pensar a interseccionalidade e escreve que

os vários eixos do poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. (...). Essas avenidas são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes (...). Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Como explica Carla Akotirene (2019, p. 14) “a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias (...)”. A pesquisadora (2019) frisa ainda que, embora tenha sido Crenshaw quem cunhou o termo interseccionalidade, ele provém das lutas das feministas negras. “É da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade” (Akotirene, 2019, p. 19).

Dentre essas relações desiguais de poder que se inter cruzam, será destacada nesse artigo aquelas constituídas pela construção social de gênero que reproduz as desigualdades entre os gêneros. Como explica Joan Scott (1989)

o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (Scott, 1989, p. 21).

Destacamos que a luta social necessária para a construção e manutenção das ocupações urbanas é essencial e historicamente composta por mulheres, embora não só por elas. Porém considerando a opressão-dominação-exploração imposta a elas por meio do sistema patriarcal-capitalista-racista (Saffioti, 2015) deve-se atentar em como as *mulheres*, principalmente as *mulheres negras*, se fazem presentes nas lutas ao redor da reprodução e manutenção da vida (Massey, 1994; McDowell, 2000; Silva, 2009; Simões *et al.*, 2017; Helene, 2019; Tavares, 2015, entre outras).

É preciso analisar pormenorizadamente essa intensa presença do corpo feminino negro na luta que é mencionada, mas insuficientemente problematizada, e compreender sua capacidade de tensionar as desigualdades de gênero. Assim, “*avancemos, pues, para explorar los aspectos materiales del género y sus relaciones, sin perder nunca de vista la idea de ‘lugar’ como intersección de un conjunto variado de corrientes e interacciones que operan en un abanico de escalas espaciales*” (McDowell, 2000, p. 19). Nas palavras de Ana Clara Torres Ribeiro

outras formas de poder incluem vínculos comunitários, experiências religiosas, relações étnicas e aprendizados ancestrais. (...) é preciso realizar o estudo das tendências contra-hegemônicas. Este estudo exige a pesquisa de outras formas de poder que, reunidas na cena urbana, adquirem visibilidade e grande influência nos momentos mais agudos de mudança conjuntural (2013 [2009], p. 198).

Há, assim, o poder da sabedoria ancestral da população que reside nas periferias urbanas. A manutenção de uma ocupação urbana só é possível devido ao acúmulo de saberes e conhecimentos para além dos trinta, quarenta, cinquenta anos, ou mais, de vida daqueles que a constroem. Possível pela sobreposição de saberes pretéritos que remetem a outros tempos indicando, inclusive, a importância da comunicação para tal sobreposição e a co-tenacidade entre passado e futuro (Ribeiro, 2005). Patricia Hill Collins é assertiva quando explica a importância da sabedoria para a mulher negra:

A distinção entre conhecimento e sabedoria, assim como o uso da experiência como o limite entre os dois, têm sido fundamentais para a sobrevivência da mulher negra. No contexto das opressões interseccionais, a diferença é fundamental. **Conhecimento sem sabedoria é suficiente para os poderosos, mas sabedoria é essencial para a sobrevivência dos subordinados** (Collins, 2019, p. 411, destaque nosso).

A partir dessas compreensões e com o intuito de tentar registrar esse acúmulo de força, saberes e conhecimentos, propõe-se a realização de uma representação que consideramos uma cartografia narrativa. Sabe-se que esse exercício representativo não é uma cartografia *stricto sensu*, o objetivo não é esse. A mobilização do termo cartografia se deve à disputa que ele gera e que vem se intensificando com a ampliação do alcance das tecnologias que permite a representação de elementos visíveis e invisíveis numa imagem (Archela & Théry, 2008). Entretanto isso não é suficiente para a concepção de um mapa (*ibidem*).

Como escreve Renato Emerson dos Santos “A luta contra a invisibilidade (...) vem assumindo também a forma de uma disputa cartográfica – a partir da difundida ideia de que como diz o ditado, o que “sumiu do mapa” não existe e, portanto, aparecer no mapa é atestar e legitimar sua existência, condição para o reconhecimento e sustentabilidade” (Santos, 2019, p. 07). Entende-se, portanto, que a luta pelos lugares precisa aparecer nos mapas. Com o intuito de respeitar a complexidade que envolve a elaboração cartográfica utilizamos o termo cartografia, conscientemente num sentido *lato*, e os produtos visuais resultantes desse exercício são, então, considerados como representações e não como mapas.

Intenta-se, com isso, ampliar possibilidades sem desprezitar rigores necessários.

Dessa maneira, disputar o uso da racionalidade veiculada também por meio da cartografia exige compreender seus instrumentos técnicos de controle, isso quer dizer, os *softwares*, os serviços de mapas *online*, banco de dados, fotografias, computação gráfica (Santos, 2011). É uma relação intrínseca entre tecnosfera e psicofera (ibidem), entre sistemas de objetos e sistemas de ações (Santos, 2017). Exige-se, para realizar essas outras cartografias, racionalidades alternativas. E, para isso, é necessário encontrar os movimentos sociais e as disputas territoriais menos visíveis. Como propõe Ribeiro, “as estratégias e as táticas do “Outro” formam uma cartografia muito diferente daquela desenhada pela ação esperada nos espaços públicos da modernidade” (2013 [2009], p. 199). A autora ainda explica que

Hoje é necessária uma cartografia que valorize o contexto da ação, vínculos sociais, vivências e experiências. Uma cartografia objetiva e subjetiva que não renegue o pequeno, **aquilo que, mesmo fugaz, pode ser de extrema importância** por ser a única resistência possível nos enredos e descaminhos do mapa do medo. (...). Na cartografia predominante, desaparece a vida de relações, empobrecendo as representações da experiência social (Ribeiro, 2010, p. 30, destaque nosso).

Elaborou-se, assim, um exercício de representação cartográfica considerando o que Renato E. dos Santos (2011) chama de “ativismo cartográfico” que possui quatro vetores centrais de práticas que vão crescendo e se fortalecendo: “1) o debate acadêmico sobre as representações espaciais; 2) o uso de cartografias como instrumentos de luta; 3) o uso de cartografias como tecnologias sociais de gestão pelo Estado; 4) cartografias como sistemas de informações, “meio” de comunicação e representação cujo controle é o objeto de disputa” (idem, p. 03). Com base nisso, será apresentado na sequência como se elaborou o exercício cartográfico.

## Elaboração da cartografia da luta pelo lugar

o exercício da Cartografia da Luta pelo Lugar foi realizada na comunidade Cidade Locomotiva, localizada em Ribeirão Preto/SP, em parceria com a líder da ocupação Jucilene Sena e outras diretoras, majoritariamente mulheres negras, que puderam e quiseram participar. Organizamos oficinas para elaborar a narrativa do lugar que, como deve ser, se mescla com a história de suas vidas. A partir desses relatos foram selecionados, em conjunto com a pesquisadora, os eventos geográficos que marcaram essa formação com ênfase nos momentos nos quais elas foram protagonistas das ações. Posteriormente foi desenvolvida, pela própria investigadora, uma iconografia para a espacialização dos eventos que foi apresentada e debatida com a líder.

Após a seleção dos eventos a serem espacializados foi necessário: 1) localizar o evento (podendo-se extrapolar o local e permitindo delimitar os limites flexíveis do lugar); 2) definir os/as agentes envolvidos/as; 3) compreender como se distribui o acúmulo de forças entre eles/as; 4) entender como essa distribuição se altera de um evento para outro; 5) delimitar a duração relativa de cada um dos eventos; e, embora não seja obrigatório, 6) considerar outros objetos, técnicas e ações importantes para entender a formação do lugar, sejam eles constituidores de uma materialidade, como a própria ocupação, inovações técnicas, ou a dinâmica de algum objeto específico; ou imateriais, como a ocorrência de pactos, leis, acordos, novos usos, entre outras imaterialidades, que ajudem a delimitar o evento, sendo que pode ser esse objeto, técnica ou ação o evento em si. Por exemplo, com o estabelecimento de um pacto, a instituição de uma lei e assim por diante. Além disso, os itens 4 e 5 são representados a partir do estabelecimento de relações entre o conjunto de eventos selecionados, pois é pela visão desse “todo”, ou seja, da narrativa que se pretende contar através da representação cartográfica, que se permitirá definir a distribuição do acúmulo de forças entre os/as agentes envolvidos/as em cada evento e a sua duração relativa.

A iconografia selecionada para este exercício para representar os/as agentes e materialidades principais foi:

- Estado (representado através do seu braço armado: a Polícia Militar) – policial;
- Líder mulher – lutadora de boxe com luvas em cor lilás;
- Líderes homens – lutador de boxe com luvas em cor laranja;
- Diretoras mulheres – pessoa em cor lilás;
- Ocupação de terra urbana – barracos;
- Rede de distribuição de água – torneira;
- Confronto com potencial de violência – fogueira vermelha;
- Círculos de pontos até linha contígua – tempo de duração do evento;
- Tamanho dos símbolos – acúmulo de força de cada agente envolvido no evento.
- Apresentamos na figura 1 a iconografia desenvolvida para a espacialização dos eventos geográficos da luta pelo lugar.



Figura 1 – Iconografia da Cartografia da Luta pelo Lugar da Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)  
Elaboração: Pela pesquisadora (2020)

Esses ícones alteram de tamanho quando há mudança, ainda que momentânea, do acúmulo de força de cada um dos/as agentes. Os tamanhos de cada símbolo deve ser comparado entre os/as agentes que compõem o mesmo evento e em relação ao conjunto de eventos espacializados. Dentre os ícones escolhidos para simbolizar as materialidades (ocupação urbana e rede de distribuição de água), apenas as ocupações urbanas apresentam alteração de tamanho com o intuito de auxiliar na compreensão sobre o acúmulo de força adquirido pelo lugar. Enquanto o ícone indicando confronto, com potencial de violência, aponta um componente importante do evento, posto que, a eminência de violência deve ser considerada para a interpretação das forças em disputa. Nomeamos como confrontos, e não como conflitos, porque estes são essenciais à vida de relações por movê-las, enquanto os confrontos se referem à iminência do uso de violência física que não é necessária para fomentar mudanças ainda que algumas vezes o faça.

A mudança do tamanho dos ícones, que indica a alteração no acúmulo de força que cada agente possui em cada evento, exigiu uma longa reflexão. A escolha de considerar que o que se altera é a quantidade de força que cada agente acumula, paralisando na representação o que é extremamente efêmero e dinâmico na realidade, se fundamenta na compreensão elaborada por Milton Santos, e compartilhada por Ana Clara Torres Ribeiro, sobre a

força das pessoas que vivem nas periferias urbanas sob uma temporalidade alternativa denominada como “tempo lento” (Santos, 2013; Ribeiro, 2013).

Como explica Guilherme Boulos (2015), um dos líderes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), o acúmulo de forças por parte do Estado e da ocupação é um elemento importante para viabilizar ou impedir as remoções, o que norteia a luta pelo lugar: manter a ocupação ainda que em outro local. Ressaltamos que remover uma ocupação não significa o fim desta nem mesmo sua derrota, tal constatação (se é que é possível de ser feita) dar-se-ia pela total dispersão da organização que deu origem àquele lugar (a ocupação). Isso porque a análise considera a escala do lugar, pois se fosse realizada na escala do corpo a compreensão sobre a continuidade poderia acompanhar os novos lugares ou locais nos quais a/o agente dinamizasse sua luta pelo direito à moradia, à cidade e ao território. No caso desse exercício essa dinamização acontece em certa medida com relação às lideranças da comunidade, pois os eventos geográficos da luta pelo lugar acompanham uma parte das suas dinâmicas territoriais como será exposto quando forem apresentados na próxima parte do texto.

Atentemo-nos, não se perde a força, mas ela pode se desconcentrar em alguns momentos nos quais a luta precisará se reorganizar para se fortalecer novamente. Isso vale tanto para o Estado quanto para a sociedade, assim como, nas relações de gênero. Além disso, a força se redistribui em cada evento segundo as/os agentes envolvidas/os. Por isso, é necessário analisar o conjunto de eventos selecionados para poder compreender a dinâmica do acúmulo e arrefecimento de força entre um e outro.

Os ícones que compõem cada evento são delimitados por um círculo, na cor vermelha, que, segundo sua menor ou maior contiguidade (indo do pontilhado, passando pelo tracejado e chegando até a linha contígua), indica a duração temporal do evento. Esta deve ser considerada diferenciando-a em relação ao conjunto dos eventos. Assim, propõe-se uma maneira de marcar a duração de tempo relativa de cada evento geográfico espacializado além de delimitar os ícones representativos envolvidos em cada evento. Para pensar essas durações apoiou-se na seguinte passagem de Milton Santos:

Há os acontecimentos que se dão sem plano algum, como que de surpresa. Outros são planejados. E a vontade de determinar o futuro se explicita segundo diversos horizontes temporais, desde o curtíssimo ao mais longo prazo. (...). O evento é sempre presente, mas o presente não é obrigatoriamente o instantâneo. **Daí decorre a ideia de duração, isto é, do lapso de tempo em que um dado evento, guardando suas características constitucionais, tem presença eficaz.** Isso é importante reconhecer, quando desejamos distinguir a ação de eventos consecutivos ou simultâneos (2017, p. 148 e 149, destaque nosso).

Finalmente, não se considera que foi feita uma cartografia social, posto que a representação cartográfica foi elaborada pela pesquisadora após o levantamento de sugestões por parte das entrevistadas nas oficinas. Tampouco se trata de uma cartografia participativa porque poucos/as moradores da área fizeram parte das oficinas especificamente para esse fim, de modo que, não se configurou uma atividade com representatividade suficiente para ser considerada participativa. Trata-se, assim, de um ativismo cartográfico (Santos, 2011) que se propõe a “colocar no mapa” essa luta e, dessa maneira, fortalecê-la. As oficinas foram realizadas no âmbito do que a pesquisadora denomina como trabalhos de campo interativos que têm o intuito de retribuir ao lugar uma pequena parcela de todo o conhecimento adquirido por meio dele. Assim, foram feitas oficinas segundo as demandas da população e, dentre elas, também às voltadas para a elaboração da Cartografia da Luta pelo Lugar.

Na sequência apresenta-se mais detalhadamente a comunidade Cidade Locomotiva, a representação elaborada e sua análise pormenorizada.

## A cartografia da luta pelo lugar da comunidade cidade locomotiva

Selecionou-se para a realização do exercício cartográfico a comunidade Cidade Locomotiva localizada nos arredores do Aeroporto Estadual Leite Lopes na zona norte na cidade de Ribeirão Preto/SP, ocupada em fevereiro de 2014 após a remoção de uma ocupação anterior no bairro Ribeirão Verde (também localizada nas proximidades do aeroporto). As principais lideranças da Cidade Locomotiva se conheceram nessa ocupação prévia que ocorreu no ano de 2013. E, embora poucas famílias tenham acompanhado a chegada das e dos líderes na nova área, poucos meses após o início da ocupação, no novo e atual local, foram para lá diversas famílias que estavam na ocupação anterior no bairro Ribeirão Verde. Há, assim, uma considerável continuidade nessas ocupações ampliando sua dimensão tempo-espacial. Hoje, vivem na Cidade Locomotiva 370 famílias (ao redor de mil pessoas) e, no momento, não está permitida a construção de novas casas.

A ocupação possui esse nome, pois ela se instalou num terreno urbano, vazio e sem uso, majoritariamente de propriedade da União, às margens da Ferrovia Central Atlântica (FCA), atualmente sob concessão da empresa de logística VLI - instituindo-se como importante vetor de modernização do lugar -, e havia no local dezenas de vagões de trem abandonados. Parte deles foram transformados em entulhos para o aterro da área e outra parte, ao redor de dez vagões, foram transformados em moradias e são utilizados como tal, principalmente, pelas lideranças da comunidade. É possível visualizá-la na figura 2.



*Figura 2 – Comunidade Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)  
Fonte: Página do Facebook Cidade Locomotiva (2019)*

Os e as líderes da Cidade Locomotiva fazem parte do movimento social organizado União dos Movimentos por Moradia (UMM), fundado em 1987. Trata-se de uma importante organização que articula diversos movimentos que atuam em áreas de favelas, cortiços, mutirões, ocupações e loteamentos. A ocupação ribeirão-pretana é organizada por um grupo subdividido entre a presidenta, Jucilene Sena, outros líderes homens e a diretoria, majoritariamente, composta por mulheres.

Para realizar a análise proposta tivemos de escolher dentre os inúmeros eventos geográficos que ocorrem na história desse lugar e, assim, assumir os riscos das escolhas, pois analisar tudo o que acontece no processo de formação das ocupações urbanas é impossível. E mais do que isso, a teórica soma de todos os eventos não leva à compreensão da totalidade

(Kosik, 1976). Esta só é mensurável pelo entendimento dos sentidos dos eventos geográficos (Santos, 2017; Silveira, 1999). Assim, a seleção dos eventos a serem espacializados foi feita a partir daqueles que permitiram a continuidade da ocupação e aqueles nos quais as mulheres (enquanto líder e diretoras) protagonizaram as ações. Como se verá, em meio a essa luta a opressão-dominância-exploração sistêmica também surge reproduzindo-se e gerando resistências. Além disso, as histórias pessoais e coletivas se mesclam à história da luta pelo lugar possibilitando, em certa medida, atingir a escala do corpo.

Para elaborar a Cartografia da Luta pelo Lugar da comunidade Cidade Locomotiva foram, então, selecionados os quatro eventos descritos na sequência e, posteriormente, analisados junto da explicação das escolhas feitas para espacializá-los. Nessa análise, focou-se no âmbito de compreender os sentidos dos eventos quanto à capacidade de resistência à urbanização corporativa e interseccionalizada, ainda que reproduzindo-a em certa medida, e aos tensionamentos das desigualdades de gênero ocorridos em meio à luta pelo lugar, ainda que estas desigualdades também sejam reproduzidas nele.

Os quatro eventos geográficos selecionados para esse exercício de cartografia narrativa, no intuito de realizar um “ativismo cartográfico”, foram:

- 1. Remoção da ocupação do bairro Ribeirão Verde e início da formação das e dos líderes da Cidade Locomotiva - Dezembro/2013:**

Foi nessa ocupação que as lideranças da Cidade Locomotiva se conheceram e começaram a participar da União dos Movimentos de Moradias (UMM), apenas uma delas participava antes disso. Para Jucilene Sena, essa foi a primeira ocupação da qual ela participou. A ocupação se manteve nesse local por, aproximadamente, um ano e após sete mandatos de reintegração de posse esta foi efetivada em dezembro de 2013.

- 2. Ocupação da Cidade Locomotiva - Fevereiro/2014:**

Nesse evento inicia-se a ocupação no local onde está até hoje e consolida-se a formação do grupo de lideranças que atua nela e que se conheceram no evento anterior, permitindo, assim, a formação de uma nova diretoria (composta majoritariamente por mulheres).

- 3. Criação da Associação de Moradores Cidade Locomotiva (AMCL) - Fevereiro/2018:**

Após quatro anos construindo e mantendo a ocupação, as e os líderes conseguiram instituir de maneira formal a Associação de Moradores do Bairro tendo como presidenta a líder Jucilene Sena.

- 4. Reinstalação da rede irregular de distribuição de água - Fevereiro/2019:**

Remoção e reinstalação de parcela da rede irregular e informal de distribuição de água, evento que durou de agosto de 2018 a fevereiro de 2019. Na figura 3 apresenta-se a representação da Cartografia da Luta pelo Lugar da Cidade Locomotiva.



Figura 3 – Representação da Cartografia da Luta pelo Lugar da comunidade Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)  
 Fonte: Google Maps (2020). Elaboração: autoria da pesquisadora (2020)

Dentro de cada retângulo delimita-se os/as agentes que participaram diretamente do evento e indica-se o número a que se refere cada evento, sendo que os eventos 2 e 3 estão representados conjuntamente. Entre o primeiro e o último deles ocorre um considerável processo de compreensão e acúmulo de conhecimentos e saberes sobre a luta por moradia, e, conseqüentemente, pelo direito ao território (Santos, 2014), por parte das lideranças da Cidade Locomotiva. Assim como, há um processo que se dá em paralelo com a constituição da líder e das diretoras mulheres que acumulam e arrefecem força devido às reproduções e possíveis tensionamentos, ainda que momentâneos, das desigualdades de gênero.

O **evento 1** ocorre em local diferente da ocupação Cidade Locomotiva, porém é quando as lideranças desta começam a se constituir, de modo que faz parte da construção dessa ocupação o período no qual viveram em outro local. São as fronteiras flexíveis do lugar que se dão pelo acontecer social, e essa ocupação anterior no bairro Ribeirão Verde é essencial para entender a história da Cidade Locomotiva por ter sido onde as principais lideranças da comunidade se conheceram e se formaram na luta social.

O acúmulo de força da Polícia Militar, em detrimento da força das lideranças, se deve ao fato de a reintegração de posse ter sido efetivada, ainda que, sem o uso de violência física. Não obstante, trata-se de uma violência, posto que, a destruição de suas casas obrigando-os/as a recomeçar em outro lugar é violento. Não se deve naturalizar as remoções, mesmo que sejam efetivadas sem as horríveis cenas de violência física por parte do braço armado do Estado. Apesar disso, o tamanho do ícone dos líderes homens (que é maior do que o da líder mulher) indica um considerável acúmulo de força perceptível pela remoção ter acontecido de maneira menos agressiva. As atuais lideranças da Cidade Locomotiva, que começaram a se constituir durante essa ocupação, conseguiram negociar a reintegração de posse, por isso, fazem parte da espacialização, pois indica que acumularam considerável força. Percebe-se a possível constituição de novos sujeitos coletivos devido às novas ma-

tizes discursivas que foram adquirindo através da luta (Rodrigues, 1988), com destaque para a líder Jucilene como veremos no evento 3.

As lideranças terem conseguido anular seis mandatos de reintegração de posse é um importante indício de acúmulo de força. Ademais, o ícone do confronto, demonstrando iminência de violência, não foi efetivado. E esse não é um fato pequeno. Conseguir uma remoção sem uso de violência física por parte da PM é uma vitória, ainda que parcial, para a luta pelo direito à moradia digna e pelo lugar. É a partir dessa constatação, inclusive, que se pode interpretar a distribuição de forças nesse evento. Não se trata necessariamente de uma perda de força pela Polícia Militar (é difícil afirmar isso de um agente que é autorizado a utilizar de quase toda e qualquer violência para atingir seu objetivo), mas, sim, de um acúmulo de força por parte das lideranças, força esta provinda da organização, do saber e do conhecimento dinamizados por meio do cotidiano e do movimento organizado.

As remoções/reintegrações de modo geral, ainda mais quando fisicamente violentas, reproduzem e aprofundam a urbanização corporativa e interseccionalizada (Rizzatti, 2020), de modo que esse evento demonstra uma considerável capacidade de resistência a esse processo. E essa capacidade se ampliará no próximo evento. Como escreve Pedro Jacobi:

A resolução do problema [das ocupações de terras urbanas] sob uma ação policial, mesmo em cumprimento de ordem judicial, não só não resolve a questão como acirra as condições objetivas que geraram e continuam a gerar estes fatos. Os pobres dentre os pobres da cidade não têm outra alternativa senão ocupar espaços de terra sob os riscos de sua expulsão dado que a maioria da população de baixa renda está sistematicamente excluída dos programas habitacionais do governo [além desses não se proporem objetivamente a solucionar o problema habitacional dessa parcela da população] (Jacobi, 1982, p. 69).

Trata-se de uma expressão da formação socioespacial brasileira (Santos, 2017) que enovela as desigualdades estruturais aliançadas, também, pelo poder judiciário que possui um importante papel nessa manutenção. Como escreve Santos:

O aparelho judicial brasileiro – assim como as instâncias preparatórias dos processos, por exemplo, a polícia – não está estruturado para a proteção dos direitos expressos em lei, sobretudo para a proteção dos pobres. (...). Para os pobres, a justiça é mais barreira intransponível que uma porta aberta. (...). As formas de distorção da condição de cidadão são extremamente numerosas e, em muitos casos, sutis e sofisticadas. As relações entre a sociedade civil e o Estado tornam-se, cada vez mais, objeto de deformações e enviesamentos, mistificações sabiamente engendradas (Santos, 2014, p. 90).

Além disso, está representado o símbolo da ocupação, pois essa materialidade foi constituída nesse local durante o período de quase um ano. Esse ícone, entretanto, se apresenta em tamanho menor do que no evento 2 e 3, pois, nestes, a ocupação se mantém por sete anos e segue existindo até hoje. Quanto à líder mulher, ela possui o menor tamanho em relação aos outros eventos, posto que, é neste primeiro quando Jucilene entra na luta assumindo, ainda, poucas e pequenas responsabilidades. Além de não estar representado o ícone das diretoras da ocupação, pois elas só se tornam parte da diretoria no próximo evento.

No **evento geográfico 2** representa-se oficialmente a ocupação da Cidade Locomotiva, iniciada em fevereiro de 2014 e que se mantém até hoje. Por isso, esse evento tem a duração mais longa dentre todos, como é possível verificar pela contiguidade do círculo que o delimita. Consideramos que há acúmulo de força pelas lideranças, porque conseguiram manter o lugar. O tamanho do ícone da líder mulher se deve à importância e força que Jucilene acumulou entre a ocupação anterior e esta, culminando na sua instituição como presidenta da Associação dos Moradores, fato que será analisado no próximo evento. Há, também, a inserção das diretoras mulheres que aponta para a organização de uma nova diretoria nessa nova ocupação. Ou seja, os e as líderes acumularam força e já deixaram de estar como diretores, como ocorria na ocupação anterior, instituindo uma nova diretoria e possibilitando a formação de novas lideranças. Entretanto, o símbolo das diretoras mulheres atingirá seu máximo acúmulo de força no evento 4.

Quanto à força policial, se apresenta com o tamanho reduzido em relação ao evento anterior, pois, até hoje, esse agente não conseguiu realizar nenhuma remoção, ou reinte-

gração de posse, na área. Embora a propriedade da terra onde a ocupação se instalou seja, principalmente, da União, devido à proximidade com a Ferrovia Central Atlântica, uma pequena parcela é de propriedade do município e há uma parte, ainda menor, que é da empresa de logística VLI. Nestas duas últimas parcelas do terreno já ocorreram tentativas de reintegração de posse que não se efetivaram, demonstrando o acúmulo de força por parte das lideranças. Ainda assim, a PM entra diversas vezes por ano para fazer “ronda” na comunidade e, logo que entra, moradores e moradoras enviam mensagens no grupo de *Whatsapp* informando-comunicando. É nítido como sua presença é incômoda para toda a população. Apesar disso, não foi incluído o ícone do confronto, pois nunca foi registrada a entrada de policiais especificamente para ações de remoção/reintegração. Também acrescentamos o maior símbolo da ocupação devido à importância dessa materialidade neste evento, assim como, sua estabilidade no sentido da permanência.

O **evento geográfico 3** se trata da instituição da Associação de Moradores Cidade Locomotiva (AMCL) em fevereiro de 2018. Ele foi espacializado juntamente com o evento 2 e é representado no tamanho do ícone da líder mulher e na sigla da associação que consta no símbolo da ocupação urbana. É o evento no qual Jucilene Sena acumula mais força que qualquer outro agente. Isso se deve ao cargo de presidência ocupado por ela na associação, porém, é mais do que isso, pois refere-se ao acúmulo de conhecimento, saber e capacidade de gestão adquirido e mobilizado pela líder o que resulta em acúmulo de força. Enquanto os líderes homens e as diretoras mulheres apresentam um tamanho menor, pois é Jucilene a agente que mais concentra força neste evento.

Ainda que não seja uma novidade na luta por moradia a presença de mulheres negras como líderes, o interessante nesse evento é a constituição de Jucilene enquanto liderança no período de quatro anos. Como a própria líder relatou não se tratou de um processo fácil e sem obstáculos (quadro 1).

Jucilene nos conta que ouviu falar da ocupação no bairro Ribeirão Verde por uma colega de trabalho e decidiu ir, porque não estava conseguindo pagar o aluguel. Deixou seu único filho com sua mãe, que reside na cidade de Porto Ferreira (a noventa quilômetros de Ribeirão Preto), e foi para a ocupação. Chegando lá, não ficou na fila para a distribuição de terrenos, como orientado pelos organizadores. Encontrou um terreno demarcado e começou a capinar gerando certo conflito com os mesmos, porém possibilitando a aproximação deles para resolver devidamente a questão. Como estava de férias do serviço, foi ajudando o pessoal da organização: marcando os nomes dos moradores no “caderninho”, dividindo a comida e outras doações que chegavam e, assim, foi se envolvendo com o movimento organizado. Hoje é presidenta da Associação de Moradores Cidade Locomotiva, anteriormente era secretária e cada dia vê mais sentido na luta. Antes de chegar na primeira ocupação (no Ribeirão Verde), estava para se casar com seu então namorado, porém ele a ameaçou dizendo que se ela fosse para a ocupação ele não continuaria com ela, porque não era coisa de “mulher direita” participar de ocupação. Mesmo assim, ela foi e eles se separaram. Hoje, diz que não se imaginaria naquela vida de casada, tendo que cozinhar e lavar roupa de marido. Conta ainda que tem aprendido muito participando do movimento e não quer sair. Mas o dia a dia não é fácil, tem que fazer muita coisa, há muitos conflitos entre as lideranças e com as e os moradores. Ainda assim, considera a parceria dos outros companheiros e companheiras de luta muito importante, porque cada um soma com um pouco do que sabe. Seu filho voltou a morar com ela logo que conseguiu arrumar sua casa em um dos vagões da ocupação da Cidade Locomotiva.

*Quadro 1 – Relato da líder Jucilene Sena sobre a luta por moradia (Cidade Locomotiva – Ribeirão Preto/SP)*

*Fonte: trabalho de campo da pesquisadora (maio de 2018)*

É notável como a desigualdade de gênero está intrinsecamente relacionada com as liberdades de escolha de uma mulher. Jucilene destaca dois pontos como fundamentais para sua autonomia: a participação no movimento de moradia, e o fato de não estar trabalhando especificamente como dona-de-casa (trabalho “reprodutivo”). Esses elementos embatem diretamente com a construção social de gênero que direciona expectativas e limita as possibilidades na vida das mulheres (Federici, 2017; McDowell, 2000; Scott, 1989; Valentine, 2007). O que Jucilene relata é a coragem necessária para ir contra tais expectativas que são associadas às mulheres, sem que as tenham escolhido. Como escreve Patricia Hill Collins (2019, p. 424), “Ao procurar dados em dimensões de sua vida pessoal que são sistemática-

mente excluídas das abordagens positivistas de validação do conhecimento, [aponta-se à] experiência vivida como um critério de significado”.

O uso do termo “mulher direita” demonstra a pressão e controle social, característicos da construção social de gênero, que há sobre o corpo da mulher e as possibilidades na vida. Busca-se com isso reduzir sua autonomia. Indicar que “mulher direita” é aquela que não ocupa, significa destinar que a mulher, pobre, negra, chefe de domicílio, monoparental está fadada a pagar aluguel, ou a morar de favor, durante toda a vida. Está “destinada”, assim, a uma reduzida autonomia. Quando se associa essa pouca autonomia aos baixos salários recebidos, majoritariamente por essa parcela da população, imobiliza-se a vida dessas mulheres. E, como explicado por Federici (2017; 2019), é justamente esse um dos objetivos do sistema capitalista que se associa ao racismo e ao patriarcado desde a sua gênese. Ou seja, ter o controle sobre o corpo da mulher para que este atenda aos fins necessários para a manutenção desse modo de produção: o trabalho doméstico e não remunerado de reprodução da vida e da força de trabalho.

Além disso, a sobrecarga gerada nas mulheres pela obrigatoriedade de realizar os trabalhos “reprodutivos” levam à dinâmicas familiares intensas, como se verifica no relato de Jucilene. Marianna Moreira (2015), a partir da pesquisa que realizou em ocupações de imóveis vazios, se detém nessa dinâmica e explica que

é preciso nos desfazermos da imagem estática da unidade doméstica, visto que as análises pautadas em ‘tipologias residenciais’ – de diferentes categorias residenciais – se adaptaram particularmente mal às populações pobres urbanas, uma vez que obscurecem aspectos fundamentais da organização do grupo doméstico: sua flexibilidade e suas mutações no tempo (Moreira, 2015, p. 91).

A autora acima aponta inclusive como o cuidado das crianças exige a negociação de diversas fronteiras (de gênero, raça, etnia, geração, religião etc.), dentre as quais destacamos, no relato da líder, a geracional. Seu filho chega a ficar mais de um ano com a mãe de Jucilene (Dona Ana Sena) na cidade de Porto Ferreira e, hoje, está com a líder e seu atual companheiro na Cidade Locomotiva.

Para além disso, nota-se que a incorporação à luta por parte de Jucilene, a levou não só a participar da ocupação, bem como a organizá-la e, junto disso, também lhe possibilitou elaborar novos matizes discursivas quanto à construção social de gênero, o que nos permite compreender seu caminhar pessoal no sentido da constituição de um sujeito coletivo que tensiona as desigualdades de gênero e a construção social deste.

Ao mesmo tempo, e também expondo os limites da importância de se ter uma mulher como presidenta da associação, há uma redução do protagonismo da líder em momentos de representação para além do lugar. Ou seja, quando as lideranças participam de programas na mídia local, ou fazem exposições nas casas legislativas municipais e estaduais, são os líderes homens que representam a comunidade. Enquanto nas reuniões entre as lideranças das outras comunidades de Ribeirão Preto, principalmente aquelas vinculadas à UMM, isso não ocorre, indicando que nas fronteiras do lugar Jucilene é considerada capaz, por ela mesma e pelos companheiros de luta, de representar a comunidade. Reconhecimento que não se mantém quando se extrapola essas fronteiras, quando sai do que pode ser compreendido como o “espaço privado” da luta por moradia entre as lideranças da UMM. Nota-se aqui uma divisão do trabalho na luta social que se baseia na construção social de gênero. Não obstante, esses limites tendem a ser ultrapassados com o acúmulo dos saberes e conhecimentos por parte da líder - como se sugestiona ao observarmos as mudanças significativas de Jucilene nas fotografias expostas na figura 4.

Na imagem de cima à esquerda é notável como a única líder que está tomando nota na reunião é Jucilene Sena, as outras mulheres presentes na foto são representantes do poder público. Na fotografia à direita não há participação da líder na reunião junto ao poder público local, nela estão presentes também algumas das principais lideranças da UMM a nível regional. Já nas imagens de baixo, mais recentes, altera-se um pouco essa disposição. À esquerda nota-se como a mesma líder possui mais centralidade, talvez mais força, na

reunião realizada fora na própria Cidade Locomotiva. E à direita visualiza-se uma reunião feita com o secretário de Planejamento e Gestão Urbana de Ribeirão Preto, Edsom Ortega (PSDB), em março de 2020, na qual são notáveis algumas mudanças: além da presença de mais lideranças mulheres, a líder da Cidade Locomotiva (que segue sendo a única a tomar nota) também demonstra uma posição mais fortalecida, talvez mais à vontade, nesse espaço, por excelência, dominado por homens, brancos e de classe de renda mais alta.



Figura 4 – Reuniões com o poder público e no vagão social da Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)  
Fonte: Página do Facebook Cidade Locomotiva (2018, 2018, 2019 e 2020)

Ainda sobre o evento 3 há mais elementos possíveis de serem analisados. Dentre eles, a data de quando ocorreu. Oficializa-se a associação após quatro anos da ocupação, nesse meio tempo, já havia sido instalada a rede de energia elétrica, de distribuição de água, de saneamento, o acesso à internet, além de todas as 370 casas que compõem a ocupação. Como aponta Souza (2011):

as associações de moradores exercem o papel de agências de ‘intermediação jurídica’ (no sentido de uma juridicidade alternativa, não estatal) (...). Transação de compra e venda contam, (...) pelo Brasil afora, com líderes de associações de moradores como testemunhas; as associações de moradores ‘oficializam’ tais transações e os documentos daí decorrentes – muitas vezes um simples papel escrito à mão -, invocando um poder normativo e regulador geralmente reconhecido pelos moradores, por meio do carimbo da entidade e da assinatura de um representante seu. (...) sob a mediação de uma instância microlocalmente reconhecida como possuindo legitimidade normativa também nesse terreno (p. 156).

Logo, a constituição das associações de moradores é uma importante estratégia para resistir à urbanização corporativa e interseccionalizada, ainda que em certa medida a reproduza, posto que, busca ocupar a intencional ausência de representatividade jurídica para a população residente nas periferias urbanas (Rizzatti & Silva, 2017). Entretanto, o tempo necessário para essa instituição demonstra como não se trata de algo simples. Um evidente obstáculo é a alfabetização eficiente para lidar com a documentação exigida para essa constituição, além de aprendizagens de como lidar, de modo geral, com as complexas burocracias do poder público. Assim, esse evento indica acúmulo de força, conhecimento e sabedoria pelas lideranças como um todo. Através da instituição de uma associação de maneira formal possibilita-se, além do que já foi descrito pelo autor supracitado, que a ocupação tenha um CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), o que potencializa ou-

tras estratégias de luta. Por exemplo, permite entrar com pedidos na prefeitura, participar de editais de diversos tipos, protocolar ações e demandas em diferentes órgãos públicos e privados etc. Além disso, pode ser utilizado na luta de outras ocupações parceiras ampliando a força da periferia urbana.

O **evento geográfico 4**, último selecionado para a realização desse exercício de apresentação cartográfica, tem início com a retirada de parte da rede de distribuição de água que já havia sido implantada de maneira irregular e informal pela própria população em toda a Cidade Locomotiva. Foi proposto pelas lideranças essa retirada com a intenção de que o DAERP (Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto) a reimplantasse de maneira formal e regular, inclusive com a instalação dos hidrômetros nas casas, podendo-se assim iniciar o pagamento desse serviço.

Para que a AMCL acordasse com a população essa estratégia de retirada de parte da rede, a proposta foi debatida por alguns dias através do grupo do *Whatsapp* e também em reuniões presenciais. O principal argumento utilizado foi o da facilitação do processo de regularização, que é o norte seguido pela associação para definir as principais estratégias de luta. Ao fim, decidiu-se pela retirada em agosto de 2018, porém a devida reinstalação da nova rede pelo DAERP nunca foi feita, sendo reimplantada em fevereiro de 2019 pela própria população. A análise do conjunto de gestos-fios que constituem esse evento é de muita riqueza.

Durante todo esse período de agosto de 2018 a fevereiro de 2019, a população localizada na área de onde removeu-se a rede (rua 1 e parte das ruas 2 e 3) teve que recorrer aos caminhões-pipas que, segundo o acordado com o órgão responsável, viriam duas vezes por dia (teoricamente em horários fixos, que seriam às dez horas da manhã e às quinze horas) levando, ao todo, dezoito litros de água (um caminhão de doze litros pela manhã e um de seis litros de tarde). Porém, inúmeras vezes o caminhão-pipa não foi, ou não cumpriu com os horários combinados, e a população chegou a ficar três dias seguidos sem receber água.

Ocorreram conflitos que duraram dias no grupo do aplicativo e com a chegada das chuvas em dezembro, que além de causar alagamento da área impediam a entrada dos caminhões-pipas pela possibilidade de atolar, vieram também as altas temperaturas do verão ribeirão-pretano. Acirraram-se os conflitos nos quais as mulheres eram as principais mediadoras, afinal, elas foram diretamente sobrecarregadas pela falta d'água ao terem, ainda mais, dificultada a realização das atividades "reprodutivas" sem o acesso a esse recurso básico. Fazer comida, lavar a casa, lavar roupas, dar banho nas crianças se tornam desafios ainda maiores do que já são em ocupações urbanas. Assim, eram as mulheres quem iniciavam os conflitos em busca de uma solução para a falta d'água. Não obstante, também eram as principais organizadoras da dinâmica de distribuição de água definindo as rotas que fariam os caminhões-pipa em cada dia, de modo que, se a quantidade de água disponibilizada não fosse suficiente para todas as famílias, não fossem sempre as mesmas que ficassem sem o recurso. Costumeiramente, a população da rua 2 e 3 tinha mais problemas para receber água do que a da rua 1, porque esta se localiza mais próxima à entrada da ocupação para onde sempre se direcionavam os caminhões-pipas se não fossem orientados por elas. Assim, as mulheres se mantinham atentas ao momento de chegada do caminhão para indicar a rota que deveria ser feita. Não havia um planejamento por parte do DAERP como, a nosso ver, deveria ocorrer.

Ainda em dezembro de 2018, duas diretoras se dispuseram a fazer uma "vaquinha" para comprar os canos, porém explicaram que, se elas iam fazer a atividade de organizar e juntar o dinheiro, seria função dos homens se organizarem para abrir as valas para a implantação dos canos. Em uma tarde conseguiram juntar os R\$ 400,00 necessários para a compra do encanamento, entretanto, a abertura das valas não foi realizada e começou-se a questionar, através do grupo no aplicativo, para onde tinha ido o dinheiro juntado. Especulou-se, inclusive, que as diretoras haviam gastado com consumos pessoais, pois foram vistas chegando na comunidade com "sacola de mercado". As duas mulheres que organizaram a "vaquinha" se sentiram ofendidas pelas fofocas e insinuações e devolveram todo o dinheiro recolhido família por família. E o que estava próximo a ser resolvido voltou à

estaca zero.

Passadas mais algumas semanas, ainda com longas ondas de calor assolando a cidade e chuvas torrenciais causando alagamento no local, se acirraram novamente os conflitos. Apresentamos no quadro 2 a fala enviada em formato de áudio através do grupo do aplicativo de uma das diretoras (Laudelina) responsáveis por organizar a “vaquinha”:

#### LAUDELINA

No começo, eu mais Elza fomos pra rua, conversamos com os moradores, gente aqui da rua 1 colaboraram sim com os dez reais que era pra pagar os canos, tem gente da rua 2 também, duas pessoas da rua 2 que colaboraram que viram a nossa luta. Só que, tipo assim, quando passou quinze dias começaram a jogar piada, falando que a gente tava passando com a sacola do mercado com o dinheiro deles. Só que não, a gente provou que a gente não gastou o dinheiro de ninguém, que a gente saiu devolvendo cada dez reais que a gente tinha pegado. Mas aí, tipo assim, um quer, dois quer, três quer, quatro quer, mas fica aí todo mundo de bracinho cruzado olhando pra nossa cara, aí desse jeito não dá né. **Porque se for pra cavar, nois tamos aqui, nois somos muié, a gente cava essa porra também, entendeu, desculpa da palavra, só que se as muié caí na luta pra cavar, pra puxar cano e os homi fica tomando cerveja aí fica difícil né, aí fica difícil. Vamos ver como é que vai ficar essa situação. Porque falar é fácil, quero ver fazer. Eu quero ver é lutar, arregaçar a manga e ir pra luta.** Vamos arregaçar as mangas e vamos arregaçar essas ruas aqui, com picarete no sol quente o dia inteiro. **Vamos ver se nós tem coragem ou não tem, a gente mostra que a gente tem sangue na veia ou não tem.**

Quadro 2 - Fala de diretora da Cidade Locomotiva (Ribeirão Preto/SP)  
Fonte: grupo de Whatsapp Cidade Locomotiva (dezembro/2018)

Por onde começar a análise dessa fala? As desigualdades de gênero se escancaram e podíamos expor algumas dezenas de outras falas com o mesmo potencial. A essência da “mulher universal” a que tanto se recorre ainda, e no governo atual do Brasil pode-se dizer a que se recorre ainda mais, é dilacerada por essa fala. Há um nítido enfrentamento ao que Tereza de Laurentis (1987) define como tecnologias de gênero, que é a naturalização dos corpos gendrados. Ou seja, a naturalização de que o corpo da mulher é frágil, e o do homem forte, baliza a construção social de gênero. O discurso de Sojourner Truth, emitido em 1851 nos Estados Unidos, retomado por diversas feministas negras (Davis, 2016; Akotirene, 2019; Collins, 2019), já questionava essa conexão, posto que, ela enquanto ex-escravizada nunca havia sido tratada como um corpo frágil. Trata-se de uma leitura da “mulher universal” que, na verdade, é a mulher branca e de classe de rendas mais altas.

Laudelina é mãe monoparental (“mãe solteira” ou “mãe solo” como têm reivindicado parte do movimento feminista) de quatro crianças e faz parte da diretoria da comunidade. Sempre que pode participa das ações de luta da AMCL, sempre que o acúmulo de funções de ser mulher negra, de baixa renda e chefe de domicílio monoparental lhe permite. Associar o corpo dessa mulher, que construiu sua casa (com a ajuda de amigos, amigas e familiares), constrói o lugar, cria quatro crianças, participa ativamente da luta a uma imaginário frágil é uma importante demonstração da iminente superação da construção social de gênero que o cotidiano na periferia urbana possibilita.

Finalizando o relato desse último evento, no mês de fevereiro de 2019, foi reinstalada a rede de distribuição de água de maneira informal e irregular pelos próprios moradores e moradoras, com a participação de homens e mulheres para cavar as valas necessárias para acomodação dos canos. Ainda assim, foram as mulheres que organizaram a população através do grupo no aplicativo, com destaque para a líder Jucilene Sena. E contaram com a ajuda das outras lideranças da AMCL, tanto nas obras quanto na sua organização. Como escreve Linda McDowell, *“las mujeres han desempeñado siempre un papel fundamental en todo lo relacionado con la reivindicación del acceso a bienes y recursos que se hallan desigualmente distribuidos en el plano espacial por las actuaciones políticas locales”* (2000, p. 171).

Joan Scott (1989) escreve sobre a gestação de outros futuros possíveis, por ora utópicos,

a partir das mudanças, por ora efêmeras, nas relações sociais de poder: “essa nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre as estratégias políticas feministas atuais e o futuro (utópico), porque ela sugere que **o gênero tem que ser redefinido e reestruturado em conjunção com a visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também a classe e a raça**” (Scott, 1989, p. 29, destaque nosso). Ou seja, o questionamento da construção social de gênero que fomenta sua desigualdade pode levar a mudanças nas relações sociais de poder como um todo (Rizzatti, 2021).

Assim, para representar o evento 4 o ícone das diretoras mulheres se ampliou, pois, ainda que vivenciem a sobrecarga do trabalho causada pela ausência de água encanada, durante esse evento geográfico o acúmulo de força delas é o maior dentre todos os eventos anteriores. O tensionamento que causam questionando a construção social de gênero aponta possíveis mudanças e um grande acúmulo de força que se expressa na fala de Laudelina, exposta no quadro 2. Além disso, essas diretoras seguem até hoje auxiliando na luta pelo lugar e, nesse processo, acumulam ainda mais conhecimentos, sabedorias e força.

Foi mantido o tamanho do ícone da líder Jucilene, pois considerou-se que ela segue com o mesmo acúmulo de força, entretanto, como o exercício se baseia numa distribuição de forças, decidiu-se por reduzir um pouco o ícone dos líderes homens. Pois, se eles tivessem sido eficientes no processo de reinstalação da rede de distribuição de água, não seria necessário que as mulheres se organizassem e que tivessem que pressionar os homens para participar. Não se busca, com isso, responsabilizar os homens por resolver o problema, tanto homens quanto mulheres são responsáveis por isso (posto que o Estado, real responsável pela oferta de infraestrutura urbana, não cumpriu sua função). Mas, com a intencional ausência do Estado, são as lideranças quem se responsabilizam para essa organização. Por isso, apontamos que os líderes homens embora tenham ajudado na organização da distribuição de água durante o período que estava sem a rede, assim como, na sua reinstalação, foram menos eficientes do que as diretoras mulheres para solucionar o problema. O que se pretende evidenciar é que, ainda que eles não tenham perdido representatividade, o acúmulo de forças se dinamizou concentrando-se em outros agentes. Mais do que apontar a redução da força dos líderes homens, busca-se destacar o acúmulo de força das diretoras mulheres.

Por fim, é o evento com menor tempo de duração dentre os que foram analisados. Porém, é um dos que mais demonstra a capacidade que o cotidiano da luta pelo lugar possui de tensionar as relações sociais de poder, com destaque para as desigualdades de gênero. Como explica Scott (1989, p. 26), “frequentemente, a ênfase colocada sobre o gênero não é explícita, mas constitui, no entanto, uma dimensão decisiva da organização, da igualdade e desigualdade. As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino”.

Como demonstrou-se, essa compreensão generalizada da construção social de gênero se altera no cotidiano da periferia urbana mesmo que de maneira efêmera. Assim como, o processo de urbanização corporativa e interseccionalizada, ainda que se reproduza com a construção de grandes parcelas de cidades pelas ocupações de terras urbanas, é questionado e resistido, por exemplo, através de impedimentos de ações de remoção e de reintegrações de posse mesmo que de maneira efêmera. A efemeridade não indica que essas mudanças e resistências não ocorram, mas que elas precisam ser reorganizadas constantemente a partir do acúmulo de força, conhecimento e sabedoria por parte da população que reside e constrói as periferias urbanas todos os dias.

## Considerações finais

A partir dos eventos espacializados na Cartografia da Luta pelo Lugar da comunidade Cidade Locomotiva, se destacaram dinâmicas que interseccionam as relações de classe-raça-gênero mantendo as desigualdades estruturais da formação socioespacial brasileira na ação da Polícia Militar, do poder judiciário e do poder público local. Assim como, na divisão de tarefas entre a líder mulher e os líderes homens que reproduz a construção social de gênero. Entretanto, demonstrou-se também que há possibilidade de disputa dessa manutenção das desigualdades interseccionalizadas e de tensionamento das desigualdades de gênero, através do acúmulo de força da população residente nas periferias, assim como, das mulheres que aí vivem. A constituição da líder Jucilene e a formação de novas diretoras, mulheres capazes de questionar a ideia naturalizada de “mulher direita” e de “mulher universal”, puderam ser analisadas pormenorizadamente no exercício realizado. Demonstrou-se como essa construção social é desnaturalizada, ainda que de maneira efêmera, em eventos e gestos-fios que constantemente ocorrem no cotidiano das periferias urbanas brasileiras.

Esse exercício de espacialização dos eventos geográficos e sua análise atenta é necessária para a definição dos e das agentes, materialidades e temporalidades envolvidos em cada um deles, assim como, da distribuição de forças entre eles, permitiu ampliar a compreensão da luta pelo lugar. Apenas datar o mês em que começou a ocupação, os eventos que a marcaram, o dia que foi removida, além do dia no qual se implantou, se removeu, ou se reimplantou a rede de distribuição de água, oculta diversos conflitos e confrontos, anteriores e posteriores a essas ações, que levam a uma narrativa generalizante das periferias. Ademais, invisibiliza a força, o conhecimento e a sabedoria ancestral existente nelas para questionar as relações sociais de poder. É necessário adentrar esses eventos e gestos-fios, aprofundar a análise relatando a disputa de forças estabelecida em cada um deles, e, como foram dinamizadas essas forças para a superação, ou não, das tensões colocadas. Essa é a intenção da Cartografia da Luta pelo Lugar.

Retomando os quatro vetores do “ativismo cartográfico” delimitado por Renato Emerson dos Santos (2011), consideramos que todos foram cumpridos. A cartografia foi elaborada (1) por uma mistura de técnicas cartográficas com o uso de mapas, iconografias e desenhos através de *softwares* específicos. Quanto à proposta cartográfica buscou-se (2) auxiliar na compreensão da importância das lutas pelo lugar, ou seja, para manter as ocupações. As representações finais demonstram as pequenas, ou não tão pequenas, mudanças no acúmulo de força, na disputa pelo lugar e nas relações sociais de poder que, embora efêmeras, permitem a manutenção do lugar que tende a ser, afinal, o grande objetivo das ocupações urbanas. Além de demonstrar a capacidade de questionamento da construção social de gênero que naturaliza as desigualdades de gênero. A cartografia elaborada pode também (3) ser utilizada indiretamente como tecnologias sociais de gestão do Estado por narrarem e fortalecerem as lutas pelo lugar e as lutas para alterar as relações sociais de poder. Logo, não se trata de uma comprovação oficial para o Estado, mas pode auxiliar na reconstituição dos fatos, fortalecendo a própria população e, quem sabe, a pressão sobre o poder público local para a não efetivação das remoções, e para a implantação de políticas com viés de gênero. Afinal, a memória da luta e a valorização dos acúmulos de força, conhecimentos e saberes ancestrais que resultam dela são fundamentais para sua manutenção. E trata-se de (4) um meio de comunicar um objeto em disputa, pois, se esses lugares não estivessem em disputa não seria necessário lutar para permanecer.

Por fim, ainda que o exercício possa ser considerado como um tipo de ativismo cartográfico, considera-se importante aprimorar seu caráter participativo possibilitando expandir as reflexões e as compreensões da luta pelo lugar. Não obstante, a realização de trabalhos de campo interativos, que possibilite a constituição de laços de confiança - sem os quais se perderiam diversas trocas de saberes e conhecimentos necessários para a elaboração da Cartografia da Luta pelo Lugar - nos parece uma maneira de fortalecer essa luta e reduzir

a ação esterilizada da pesquisa acadêmica que, muitas vezes, se utiliza de grandes conhecimentos adquiridos nos trabalhos de campo sem dar algum retorno ao lugar e à população que o constrói e vive.

## Referências bibliográficas

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2019.

ARCHELA, Rosely Sampaio & THÉRY, Hervé. “Orientação metodológica para construção e leitura de mapas temáticos”, **Confins [Online]**, 3, 2008.

BONDUKI, Nabil & KOWARICK, Lúcio. Espaço urbano e espaço político: do populismo a redemocratização. In: KOWARICK, L. (Org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329-376, Campinas, 2006.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberle. **Mapping the margins: intersectionality, Identity Politics, and violence against women of color.** [s.e.] Pp. 1241-1299, 1989.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje, ANPOCS**, 1984.

HARLEY, John Brian. Mapas, saber e poder. **Confins [Online]**, 5, 2009.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 951-974, 2019.

HOOKS, bell. **Não sou eu uma mulher.** Mulheres negras e feminismo. Tradução da Plataforma Gueto. Disponível em: [https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher\\_traduzido.pdf](https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher_traduzido.pdf) - Acesso em: 18/11/2020.

JACOBI, Pedro. Exclusão urbana e lutas pelo direito à moradia. **Espaço & Debates, NERU: Cortez**, nº 7, p. 53-69, 1982.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LAURENTIS, Teresa de. “The technology of gender”. In.: **Technologies of Gender. Essays on Theory, Film and Fiction.** Pp. 1-30. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

LORDE, Audre. **Irmã intrusiva, idade, raça, classe e sexo: mulheres redefinindo a diferença.** Tradução de Virginia Vasconcelos Leal. Disponível em: <http://www.pretaenerd.com.br/2015/11/traducao-idade-raca-classe-e-sexo.html> - Acesso em: 18/11/2020.

MASSEY, Doreen. **Space, place and gender.** Mineápolis: University of Minnesota Press, 1994.

- MASSEY, Doreen. "Um sentido global do lugar". In.: ARANTES, A. (org.), **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.
- McDOWELL, Linda. **Gênero, identidade y lugar: un estudio de las geografías feministas**. Traducción de Pepa Linares. Madrid: Ediciones Cátedra, 2000.
- MOREIRA, Marianna. Mulheres sem-teto e a geografia da família: relações interdomésticas, gênero e reciprocidade. **Espaço e cultura**. N. 38, p. 85-122, 2015.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociabilidade hoje: leituras da experiência urbana. **Cadernos CRH**, v. 18, n. 45, p. 411-422, 2005.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação". In.: SILVA, Catia Antonia. **Território e ação social: sentidos da apropriação urbana**. Pp.19-29, Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. "O desenvolvimento local e a arte de 'resolver' a vida" **Por uma sociologia do presente: ação técnica e espaço**. Pp.75-89. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013 [2005a].
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Outros territórios, outros mapas" **Por uma sociologia do presente: ação técnica e espaço**. Pp. 201-212. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013 [2005b].
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Cartografia da ação social: região latino-americana e novo desenvolvimento urbano". **Por uma sociologia do presente: ação técnica e espaço**. Pp. 213-224. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013 [2009].
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente: ação técnica e espaço**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- RIZZATTI, Helena & SILVA, Adriana Bernardes da. Cidades e contra-racionalidades: ocupações urbanas em Campinas/SP (do Parque Oziel ao Jardim Campo Belo). **Ra'eGa**, v. 40, p. 211-230, 2017.
- RIZZATTI, Helena. **Urbanização corporativa vista pelo avesso: periferização, interseccionalidade e lugar – uma análise a partir das ocupações de terras urbanas**. Tese. IG, UNICAMP, Campinas, 2020.
- RIZZATTI, Helena. O pacto contra violência doméstica na comunidade Menino Chorão (Campinas/SP): vitórias efêmeras. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 23, n. 50, p. 233-252, Abr. 2021. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-99962021000100233&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962021000100233&lng=en&nrm=iso) – Acesso em 15/12/2020
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Editora Contexto, 1988.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classe**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2ª edição, São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas características de análise. **Cadernos IPPUR**, Ano XIII, n.º 2, p. 15-26, 1999.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**. São Paulo: Hucitec, 2013.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 2014.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2017.
- SANTOS, Renato Emerson dos. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. **Revista Geográfica de América Central** (online), v. 2, p. 1-17, Costa Rica, 2011.

SANTOS, Renato Emerson dos. Geografia da ação nas lutas anti-racismo: um olhar aproximativo. XVIII ENANPUR, Natal, 2019.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Nova York: Columbia University Press, 1989.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In.: SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Pp. 93-113. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVEIRA, María Laura. Uma situação geográfica. **Revista Território**, ano IV, n.º 6, p. 21-27, 1999.

SMITH, Neil. **Contornos de uma política especializada**: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. Pp. 133-173, 1997.

SIMÕES, Guilherme; CAMPOS, Marcos & RAFAEL, Rud. **MTST**: 20 anos de história – luta, organização e esperança das periferias do Brasil. São Paulo: Autonomia literária, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri, SOUZA, Marcelo Lopes de & SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. Pp. 147-166. São Paulo: Contexto, 2011.

TAVARES, Rossana. **Indiferença à diferença**: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

VALENTINE, Gill. Theorizing and reseraching intersectionality: a challenge for feminist geography. **The Professional Geographer**, v. 59, n. 1, p. 10-21, 2007.

# **RUA, CORPOREIDADES E MULTIPLI-CIDADES:** Experiências de mulheres em situação de rua na cidade de Pelotas/RS

**STREET, CORPOREALITY AND MULTIPLI-CITIES:** Experiences of homeless women in Pelotas city/RS, Brazil

**RUE, CORPORÉITÉS ET MULTIPLI-CITÉS:** Expériences des femmes itinérantes dans la ville brésilienne Pelotas/RS

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir as relações estabelecidas entre corpo e rua, e a implicação da questão do gênero nessas relações, partindo da análise de experiências de mulheres em situação de rua na cidade brasileira de Pelotas (RS). Grupo minoritário na situação de rua, as mulheres são o maior alvo de violência nesse contexto. Tal dado revela a questão do gênero como determinante para as experiências vividas pelos diferentes corpos na cidade. A reflexão teórica tem contribuições das Geografias Feministas, bem como da Antropologia Urbana. A inserção em campo ocorreu nos moldes da pesquisa etnográfica, com a realização de observação participante e entrevistas com mulheres em situação de rua. Analisamos as percepções das interlocutoras acerca de suas vivências, bem como o que elas nos revelam quanto à relação corpo-cidade. Assim, discutimos as múltiplas experiências dessas mulheres, que nos revelam *multipli-cidades* a partir das corporeidades vividas no espaço da rua.

**Palavras-chave:** Corpo. Rua. Mulheres em situação de rua. Geografia e gênero. Geografias Feministas.

## ABSTRACT

This paper aims to discuss the relationships established between body and street and the implication of the gender issue in these relationships, based on the analysis of the experiences of women living on the streets in the Brazilian city of Pelotas (Rio Grande do Sul state, Brazil). As a minority group living in the streets, women are the main target of violence in this context. Such data reveals the gender issue as a determinant for the experiences lived by the different bodies in the city. Theoretical reflection has contributions from Feminist Geographies, as well as Urban Anthropology. The insertion in the fieldwork took place along the ethnographic research lines, with participative observations and interviews with homeless women. We analyzed the perceptions of the interlocutors about their experiences, as well as what they reveal to us about the body-city relationship. Thus, we discuss the multiple experiences of these women, who reveal to us *multiple-cities* based on the corporealities lived in the street space.

**Keywords:** Body. Street. Homeless women. Geography and gender. Feminist geographies.

## RÉSUMÉ

Cet article vise à discuter des relations établies entre le corps et la rue et l'implication de la question du genre dans ces relations, départ de l'analyse des expériences des femmes itinérantes dans la cité brésilienne de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brésil. Minorité dans situation de la rue, les femmes sont la principale cible de la violence dans ce contexte. Ces informations révèlent la problématique du genre comme déterminant des expériences vécues par les différents corps de la cité. La réflexion théorique a des contributions des géographies féministes, ainsi que de l'anthropologie urbaine. L'insertion sur le champ s'est faite dans le sens de la recherche ethnographique, avec observation participante et entretiens avec des femmes en situation de rue. Nous avons analysé les perceptions des interlocuteurs sur leurs expériences, ainsi que ce qu'ils nous révèlent sur la relation corps-cité. Ainsi, nous discutons des multiples expériences de ces femmes, qui nous révèlent *multipli-cité* basées sur les corporeités vécues dans l'espace de la rue.

**Mots-clés:** Corps. Rue. Femmes itinérantes. Géographie et genre. Géographies Féministes.

## Introdução

Com a noção de que somos integrantes de uma sociedade construída sob preceitos patriarcais – do domínio do homem branco de classe média – e que somos herdeiros de uma ciência eurocêntrica baseada nesses mesmos preceitos, urge discutir vivências de mulheres pobres participantes de uma lógica perversa de exclusão e negação de direitos, que não só discrimina o diferente, mas busca o seu extermínio. Compreendemos que as relações tecidas pelos sujeitos na cidade são espaciais e, também, corporais, e que esses dois aspectos coexistem. Ao pensar nessas questões, quando tratamos das experiências de mulheres em situação de rua, notamos que a trama de relações estabelecida entre seus corpos e o espaço da rua é permeada por violências. Minoria na situação de rua, dados brasileiros recentes mostram que as mulheres são as principais vítimas de violência provocada pela condição de vida nas ruas.

Aqui se faz necessário um adendo: não há dados oficiais atualizados a nível nacional quanto ao número de pessoas que vivem em situação de rua no país. Apesar de haver mobilização por parte do Movimento Nacional da População de Rua e de organizações da sociedade civil, as pessoas em situação de rua não são contabilizadas no censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que realiza o censo da população brasileira.

O único censo da população em situação de rua realizado no país data do ano de 2008. Foi realizado em 71 municípios, sendo 23 capitais, e contabilizou 31.922 pessoas adultas em situação de rua. Desse total, apenas 18% eram mulheres (Brasil, 2008). No ano de 2020, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou um levantamento que resulta da compilação, análise e modelagem estatística dos dados oficiais coletados por todos os municípios brasileiros. Esses dados oficiais são: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e Censo SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Segundo esse levantamento, estima-se que em março de 2020 esse número cresceu para 221.869 pessoas adultas vivendo em situação de rua no Brasil (Natalino, 2020). No entanto, os dados reunidos pelo IPEA não realizam distinção de gênero, raça ou qualquer outra variável que não seja referente à distribuição espacial.

Ressaltamos que os dados compilados pelo IPEA referem-se ao número de pessoas atendidas pela Assistência Social e/ou cadastradas no programa Cadastro Único. O que significa que ainda mantêm invisíveis aos olhos do Estado uma quantidade incalculável de pessoas, que só serão alcançadas quando realizado um censo que vá ao seu encontro nas ruas da cidade.

Para obter dados mais recentes que os do censo nacional de 2009 quanto à quantidade de mulheres vivendo em situação de rua, é necessário se reportar aos dados isolados dos municípios brasileiros, pois não há unificação dos dados nacionais. As fontes desses dados são diversas: censos municipais ou realizados por instituições privadas, ou mesmo Organizações Não Governamentais (ONGs), ou registros de atendidos em órgãos da Assistência Social. Uma reportagem de um grande grupo de comunicação brasileiro consultou esses dados e confirma que a porcentagem de mulheres em situação de rua no Brasil continua significativamente menor que a de homens. Nas capitais, ela varia entre 15% e 20% do total de pessoas em situação de rua (Figueiredo, 2019).

Contudo, mesmo representando um pequeno percentual dentro o total de pessoas em situação de rua no país, elas são maioria nas denúncias de violências contra esses sujeitos: são 50,8% dos 17.386 casos de violência contra a população de rua registrados no Brasil entre 2015 e 2017 – dados mais recentes disponíveis, publicados no ano de 2019 em Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (Brasil, 2019).

Tais dados nos apresentam a uma problemática que diz respeito à questão de gênero, sobretudo, pois, mesmo que ocupem as ruas em um número significativamente inferior ao de homens, as mulheres são os principais alvos de violência. O que isso revela sobre as possibilidades de vivência do espaço urbano? A população em situação de rua como um todo é alvo de violências e extermínio e sofre a violência de ter os seus direitos mais

básicos negados - a começar pelo direito à moradia adequada. No entanto, as mulheres em situação de rua são as mais violentadas, seja por desconhecidos, companheiros, ou por agentes de segurança, como apontam estudos e relatórios recentes (Brasil, 2019; Fernandes, 2019; Lemões, 2020).

Tendo em vista que os dados nacionais apontam para o entendimento do gênero como um fator que diferencia a suscetibilidade à violência na situação de rua, compreendemos que os corpos femininos vivenciam a cidade de uma outra maneira em relação aos corpos masculinos. Ressaltamos que todas as interlocutoras que participaram da pesquisa eram mulheres cisgênero, portanto as questões aqui discutidas contemplam sobretudo as vivências dessas mulheres. Assim, o objetivo deste artigo é discutir as relações estabelecidas entre corpo e rua e a implicação da questão do gênero nessas relações, a partir da análise de experiências de mulheres em situação de rua na cidade brasileira de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul. Este artigo tem como base os dados e discussões apresentados na dissertação de Mestrado intitulada *Rua, substantivo feminino: mulheres em movimento e o direito ao corpo na cidade*, defendida no ano de 2019 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Algumas discussões foram atualizadas com dados mais recentes, divulgados após a publicação da dissertação, bem como foram adicionados excertos das entrevistas e dados de campo que não foram incluídos na dissertação.

Esta pesquisa em questão apresenta uma etnografia instaurada com a observação participante com uma das oito interlocutoras, Beatriz, que foi acompanhada em seu cotidiano pelo período de dez meses. Com as demais interlocutoras foram realizadas entrevistas gravadas e transcritas, pois nosso contato se restringia aos momentos de convivência no Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop) de Pelotas/RS, onde as entrevistas foram realizadas. Ambas as experiências foram registradas em diário de campo, sobretudo aquelas referentes à observação participante.

Os nomes das interlocutoras foram substituídos por nomes de mulheres negras brasileiras com conhecida relevância na História, na arte e na política, a saber: Teresa do Quariterê, liderança quilombola no século XVIII; Dandara dos Palmares, guerreira e liderança quilombola no Quilombo dos Palmares, no período Colonial; Antonieta de Barros, primeira deputada estadual negra no Brasil; Carolina de Jesus, escritora que viveu na favela do Canindé, em São Paulo, conhecida por sua obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, na qual descreve seu cotidiano e questiona as estruturas sociais; Ruth de Souza, primeira mulher negra no cinema, teatro e televisão brasileiros; Jurema Batista, que presidiu a Comissão de combate à discriminação de etnia, religião e procedência nacional, durante seu mandato como deputada estadual no Rio de Janeiro, no ano de 2002; e Beatriz Nascimento, historiadora, professora, poeta e ativista pelos direitos humanos das mulheres e das(os) negras(os).

Neste artigo, a partir de considerações teóricas sobre o espaço da rua, discutiremos a relação que consideramos intrínseca entre corpo e cidade e como ela se manifesta para as mulheres em situação de rua na etnografia e nas entrevistas realizadas no percurso desta pesquisa. Na seção inicial, intitulada *Por uma Geografia de corporeidades*, discutimos a questão da reflexibilidade na pesquisa e sua implicação no processo de pesquisa.

Na próxima seção, *Corpo, Rua e Multipli-cidades* apresentamos considerações acerca do caráter de controle que historicamente atravessa o espaço das cidades e é aspecto decisivo para diversas violências e desafios encontrados por pessoas em situação de rua nas suas experiências espaciais. Seguimos então com a discussão dos resultados de trabalhos acadêmicos acerca da situação de rua. Defendemos a ideia de indissociabilidade entre corpo e rua, e as grafias urbanas resultantes dessa relação intrínseca, ancoradas em referencial teórico sobre os dois temas de maneira interligada.

Finalmente, discutimos na seção *Mulheres em situação de rua: desafios e contradições*, os dados empíricos, a partir de fragmentos das entrevistas e diário de campo resultantes da convivência com as interlocutoras da pesquisa, que revelam suas percepções acerca de suas próprias corporeidades, atreladas principalmente à dimensão do gênero, sob a ótica da situação de rua.

Nesse sentido, este artigo pretende discutir experiências vivenciadas por mulheres em situação de rua em Pelotas, sob a perspectiva das Geografias do Corpo e Geografias Feministas para a análise de seus movimentos e dificuldades enfrentadas em seu cotidiano. Os resultados da pesquisa demonstram a importância da leitura e interpretação de subjetividades para atender as demandas de mulheres, e o quanto esse grupo social está submetido aos silenciamentos de políticas públicas nas cidades brasileiras.

Ao fim, apresentamos e discutimos os resultados da análise dos dados empíricos. Encontramos nas experiências espaciais dessas mulheres diversas maneiras de interdições corpóreas, ou seja, limitações que essas mulheres encontram para viver seus próprios corpos no espaço da rua. Estupros, agressões físicas e abusos dentro de relacionamentos são algumas das principais violências apontadas por essas mulheres. Dificuldades que se devem ao fato de serem mulheres vivenciando o espaço da rua, que é em grande parte ocupado por e projetado para homens.

## Por uma geografia de corporeidades

O fazer científico não é neutro. Na condução de toda prática de pesquisa há sujeitos pesquisadores(as). Esse(a) pesquisador(a) é, também, um corpo, carregado de subjetividades, ideologias, pensamentos e emoções. E todos esses aspectos fazem, também, parte do processo de pesquisa e de seus resultados, ou seja, influenciam na escolha do tema, dos recortes de estudo, espaços de pesquisa, direcionando o olhar para um determinado campo, ou mesmo aos questionamentos que são realizados.

Essas reflexões iniciais estão amparadas nas palavras de Edgar Morin (1982), quando o autor nos coloca que o conhecimento científico não pode ser considerado como reflexo das leis da natureza, naturalizando suas relações processuais. O conhecimento é fruto de universo de teorias, de ideias, sobretudo de paradigmas, remetendo ao fato de que nossas análises são produto de um enraizamento cultural, social e histórico das teorias.

Portanto, não somente as teorias, mas também as questões subjetivas de cada pesquisador(a) influenciam também na análise dos resultados, ou mesmo na quebra de paradigma. Por exemplo, podemos escolher não utilizar o termo *objeto* de estudo, quando o que se pesquisa são pessoas, sujeitos. Como afirma Nunes (2014):

Nós, enquanto sujeitos-objetos da experiência, estamos constantemente reformulando nosso conhecimento (...). Observar a si enquanto observa o mundo é a base dessa circularidade. Colocar a própria experiência à parte torna-se insustentável: incluir-se no conhecimento produzido na interação com o ambiente e com as outras pessoas torna a fronteira entre sujeito e objeto mais porosa e mais flexível. Assim sendo, mais do que tolerância, é preciso que exista respeito pela diferença, caso contrário podemos cair no absolutismo, na tentativa (*sic*) de escapar da experiência real; no objetivismo, que nos faz considerar o mundo como independente das nossas capacidades perceptivas e cognitivas (...) Compreender o pensamento como corporalizado é aceitar o próprio conhecer como fenômeno vivo em que corpo e ambiente, sujeito e conhecimento são indissociáveis e se influenciam mutuamente (NUNES, 2014, p. 111-112).

Partindo do princípio proposto por esta autora, de uma ciência e, sobretudo, uma ciência geográfica corporalizada (Nunes, 2014), realizamos uma pesquisa e escrita pautadas pela reflexibilidade como prática. Essa prática nos ajuda a compreender que a produção do conhecimento também se faz durante o processo de pesquisa, ou seja, na ação. Nos convoca epistemologicamente a refletir durante o processo de atuação na prática de pesquisa. Isso significa que a pesquisa está centrada num processo dialógico em que todas as interlocuções realizadas estão implicadas teoricamente, possibilitando situar a prática da pesquisa no seu papel político. Como afirma Nunes:

A maneira como percebemos o mundo está inscrita em nossos corpos, o compartilhamento de significados e a significação do espaço configuram ações cognitivas, que apesar de se estenderem para além de nós, não podem ser encontradas separadamente de nossa corporalidade (NUNES, 2014, p. 113).

Diante do exposto, adotamos a ideia de um fazer geográfico pautado pela flexibilidade do(a) pesquisador(a) acerca de sua postura na pesquisa, e sua posicionalidade em relação àquilo que estuda e busca compreender. Segundo Silva (2010):

O tipo de prática geográfica que Larry Knopp defende quando considera o duplo vínculo entre o material e o discursivo implica considerar o corpo, sensações, sentimentos, emoções e desejos como equivalentes e integrantes aos valores atribuídos à racionalidade e à mente. Provoca os geógrafos a serem mais ousados na expansão do terreno empírico, incluindo realidades complexas, desordenadas e fluidas. (...) O autor apela para a modificação das nossas imaginações ontológico-geográficas, e deseja que nossos objetos de estudo sejam considerados de forma mais relacional do que autônoma, mais reflexiva do que objetiva e mais humilde do que ambiciosa. Segundo ele, o resultado dessas práticas geográficas seria uma geografia menos arrogante e elitista, mais esperançosa do que temerosa e mais humana do que “des”-humana” (SILVA, 2010, p. 46).

Compreendemos, com Silva (2010) e Nunes (2014), que nossas subjetividades enquanto pesquisadoras compõem o processo de pesquisa, pois nossos olhares são direcionados a questões que influenciam a pesquisa e os resultados obtidos são analisados sob um referencial teórico consolidado, partindo do corpo que pesquisa, vai a campo, pensa, escreve, sente, interpreta os dados e os apresenta agora em forma de artigo.

Para Favret-Saada (2005), a realização de uma etnografia não depende puramente do interesse em observar determinados sujeitos e suas dinâmicas, mas também e principalmente de a(o) pesquisador(a), também sujeito, aceitar *ser afetado(a)* por aquilo que acontece na relação com aqueles a quem procura conhecer. Afetar-se faz com que a flexibilidade da pesquisa circule, inclusive, pelas nossas corporeidades, oferecendo novas trajetórias durante o processo. O sentido do “afeto” nos conduz a uma experiência social e espacial, e permite novos olhares.

Para a autora, “aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada” (Favret-Saada, 2005, p. 160). Essa disposição para ser afetado diz respeito sobretudo a relações involuntárias, não guiadas por um roteiro que prescreve a relação entre pesquisador(a) e objeto (ou sujeitas(os)) de pesquisa. Nesses momentos de interação desprovida de intencionalidade ocorre a comunicação mais rica, porque espontânea.

A observação participante é uma experiência de intersubjetividade, na qual a(o) pesquisador(a) passa a ser, também, objeto de observação (Rocha; Eckert, 2008). Para essas autoras, a interação é condição da pesquisa, sendo necessário mais do que apenas encontros fortuitos, mas uma relação que se prolonga no fluxo do tempo e na pluralidade dos espaços vivenciados pelos grupos em que o(a) pesquisador(a) se insere. É necessário que se obtenha a autorização das pessoas com as quais se pretende conviver e observar-participar de suas dinâmicas, como uma postura ética da(o) sujeita(o) que pesquisa.

Essa observação participante é marcada por uma aprendizagem de olhar o Outro para conhecê-lo, em uma relação na qual também passamos a nos conhecer melhor. É também marcada por uma escuta atenta para compreender sua linguagem, gestos, gírias e falar específico do grupo no qual se está inserido (Rocha; Eckert, 2008). Para estas autoras, a capacidade de percepção para observar as dinâmicas e fenômenos sociais em campo implica na disposição do(a) pesquisador(a) a permitir-se experimentar uma sensibilidade emocional que permita penetrar as espessas camadas dos motivos e intenções que conformam as interações humanas. Isso permite ultrapassar a noção ingênua de que é possível medir individualmente a realidade (Rocha; Eckert, 2008.).

Fonseca (1999), em seu célebre artigo *Quando cada caso NÃO é um caso*, nos lembra a importância de compreender que a etnografia deve ter por objetivo compreender questões sociais gerais com base nos casos dos indivíduos, ou grupos específicos, com os quais convivemos como pesquisador(a). Na etnografia, não acrescenta muito em termos de ciência uma pesquisa na qual o(a) pesquisador(a) não se permita ser também “pesquisado(a)” e observado(a) pelo seu interlocutor, sem ter o tempo inteiro a rigidez teórica dos seus objetivos acadêmicos guiando cada passo dado em campo. E, principalmente, na qual durante

e após o campo não seja realizado o exercício de compreender o que esse campo nos diz acerca da realidade geral (Fonseca, 1999).

Dessa maneira, durante o período de realização da pesquisa de Mestrado, houve a convivência da pesquisadora com a interlocutora que permitiu que houvesse tal relação de maneira constante. A convivência e observação participante durou dez meses. Eram encontros que aconteciam aproximadamente três vezes por semana, previamente marcados, ou espontâneos, nas ruas de Pelotas. E também desencontros, pois Beatriz mudava constantemente seu lugar de morada, ora para fugir de agressões - logo no começo do contato, ela e seu companheiro sofreram uma tentativa de assassinato em que atearam fogo a seus corpos enquanto dormiam - ora por pressão de moradores e comerciantes do entorno, para os quais sua presença era incômoda. Com as outras sete mulheres foram realizadas entrevistas no Centro Pop de Pelotas, pois não foi aberta por elas a opção de ter seus cotidianos acompanhados, principalmente por reprovação dos companheiros.

Para a realização das entrevistas, foi feita reunião com a então secretária de Assistência Social do Município de Pelotas/RS (2017), a fim de se obter autorização expressa para realização das entrevistas nas dependências da Secretaria, que foi concedida mediante assinatura de uma Carta de Intenção, na qual consta assinatura da pesquisadora e da orientadora da pesquisa. No momento de cada entrevista, as mulheres entrevistadas assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que garante seu anonimato no trabalho, bem como a liberdade de não responder e de desistir da participação a qualquer momento.

## Corpo, rua e multipli-cidades

Historicamente, as cidades têm sido espaços nos quais se preza por um ideal específico de organização, que varia conforme o contexto socioespacial, a renda, a disponibilidade de serviços e acesso para equipamentos urbanos diversos, mas que em geral possui uma tendência a algum tipo de controle dos cidadãos para a manutenção da ordem pretendida, e uma segregação dos sujeitos entendidos como diferentes ou desviantes.

Para Yi-Fu Tuan (2005), uma função essencial da cidade na história foi ser um símbolo da ordem cósmica, devido ao fato de que na Antiguidade as pessoas encontravam nos céus uma estabilidade que não era encontrada na Terra. Exemplo dessa diferença é a fixidez das constelações e a regularidade dos movimentos dos astros em oposição ao caráter errático da natureza terrestre, com a distribuição aparentemente não padronizada de seus rios e montes. Assim, “[c]orrespondendo a este desejo de perfeição física estava o anseio por uma sociedade estável e harmoniosa” (Tuan, 2005, p. 231).

Contudo, esse ideal de ordem física e social não costumava durar mais do que poucas décadas, pois sua manutenção dependia da aplicação de força e regras severas que regulassem o comportamento humano. Na tentativa de uma manutenção da ordem na Cidade Antiga, os governos dispersavam para além dos muros da cidade as atividades indesejadas, como quaisquer atividades não agrícolas, criando subúrbios que fugiam ao seu próprio controle. Essa falta de controle, então, passou a constituir ameaça à ordem pretendida na cidade, pois aqueles que ocupavam esses locais - artesãos, vendedores e mercadores - aparentavam ser *desenraizados e sem laços* com a terra (Tuan, 2005).

Para as sujeitas de nossa pesquisa, a noção de desenraizamento e ausência de laços - não somente com a terra, mas também enquanto vínculos sociais - se faz presente na definição estatal, amparada em Decreto Presidencial, que delimita o grupo compreendido como população em situação de rua:

Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” (BRASIL, 2009).

As expressões *vínculos familiares interrompidos ou fragilizados* e *inexistência de moradia convencional regular* corroboram nossa analogia de que as pessoas em situação de rua representam para os governos de nossas cidades atuais o que os artesãos, mercadores e vendedores, *desenraizados e sem laços com a terra*, representavam à Cidade Antiga: ameaça à ordem pretendida. Seus hábitos de vida não são facilmente rastreáveis e controláveis. Não seguem o padrão de vida urbana que é esperado. Seus corpos não se enquadram no padrão estético socialmente aceito, seja na questão racial, de vestimentas, higiene ou cuidados de saúde. E, no caso das mulheres, não correspondem ao padrão masculino que nossas cidades reproduzem, com uma divisão sexista de cidade, que separa categoricamente espaços públicos e privados, com o domínio do público sendo ocupado pelo masculino, e o privado, pelo feminino (Silva; Omat, 2010).

Se a pretensão de nossas cidades, planejadas de maneira sexista, é a de que o espaço público seja de domínio dos corpos entendidos como masculinos, e aos corpos femininos reste o espaço privado, o que restaria, então às mulheres em situação de rua, ou, às *donas sem casa*? Ser mulher em situação de rua é disputar o direito de viver o espaço urbano e o próprio corpo em condições desiguais de gênero e de classe, no mínimo.

Assim como o corpo de um ex-soldado com a mão amputada substituída por uma prótese mecânica pode incomodar espectadores em uma sessão de um filme de guerra no cinema (Sennet, 2008), o corpo desviante das normas de classe e de gênero ocupando um espaço que não foi pensado para si, ameaça “não tanto por ser um corpo ferido, mas um corpo ativo, marcado pela força das circunstâncias” (Sennet, 2008). Um corpo que resiste às mais diversas e cotidianas violações de direitos, permanece vivo e reproduzindo suas relações sociais ao subverter os usos pensados para as ruas da cidade é um corpo ativo e resiliente. Um corpo forte. Essa força ameaça a ordem. Essa ameaça suscita no Estado a necessidade de controle.

Essa necessidade é um traço característico que permanece nas cidades contemporâneas. O fato de determinados grupos sociais serem considerados desenraizados e sem laços continua a ser um fator de alerta para a construção de dispositivos de controle, de ataques e de segregação. Como afirma Frangella: “os moradores de rua são tidos como ‘fora do lugar’, desencaixados espacial e simbolicamente porque sua visibilidade é traduzida como uma ameaça às definições normativas do espaço urbano” (Frangella, 2009, p.15).

A rua, para Carlos (2007), apresenta-se como um importante ponto de partida para a reflexão acerca do tema da espacialidade. Para nós, a rua é o ponto de interesse dentro do espaço urbano na discussão deste artigo. Para a autora, “a rua se coloca como dimensão concreta da espacialidade das relações sociais num determinado momento histórico, revelando nos gestos, olhares e rostos, as pistas das diferenças sociais” (Carlos, 2007, p. 51). Para ela, na rua ficam evidentes as formas de apropriação da cidade e do lugar, sendo essa o lugar onde as diferenças e contradições da vida cotidiana se fazem visivelmente presentes, “(...) bem como as tendências de homogeneização e normatização impostas pelas estratégias do poder que subordina o social” (Carlos, 2007, p. 51).

Ainda para Carlos (2007, p. 52) “a rua se liga à idéia da construção dos caminhos que junto com a casa criam o quadro de vida”. No entanto, para as pessoas em situação de rua, o quadro de vida é majoritariamente construído no espaço da rua, em movimentos múltiplos e complexos, que muitas vezes não incluem uma casa – ou melhor, que têm a rua como casa. Assim, esses sujeitos exercem no espaço da rua uma apropriação íntima a partir do próprio corpo, na qual corpo e rua formam um contínuo em seus cotidianos, com diferentes pontos que interligam seus trajetos: instituições governamentais que fornecem apoio, pontos de caridade, redes de assistência formadas espontaneamente, casas de familiares, etc.

Palombini (2015) nos apresenta uma importante contribuição a partir de sua dissertação de Mestrado, ao evidenciar em seu trabalho as vozes dos interlocutores e interlocutoras de sua pesquisa no bairro Cidade Baixa, na cidade de Porto Alegre/RS. O autor analisa as maneiras alternativas de relação com o espaço e as diferentes formas de habitar desenvolvidas pelas pessoas em situação de rua, tendo em vista a complexidade e as contradições de suas vivências. Para Palombini (2015), a pessoa em situação de rua

vive nas entranhas de uma cidade socialmente produzida para quem *tem*, estruturalmente excludente e discriminatória, assim como todas as grandes cidades sob o sistema econômico e social vigente em nosso país e, talvez, no mundo (PALOMBINI, 2015, p. 15, grifo do autor).

Para esse autor, aqueles e aquelas que habitam as ruas são sujeitos geográficos por excelência, devido à sua íntima e intensa relação com as ruas da cidade, e ele considera que os espaços ocupados por eles e elas são *subespaços*, que são os espaços possíveis de serem habitados por essas pessoas, encontrados nas fissuras de uma cidade com modos de vida hegemônicos dos quais esses sujeitos estão apartados.

Em algumas pesquisas de antropólogos, encontramos considerações fundamentais acerca das relações sociais e vínculos afetivos criados por quem habita o espaço das ruas. Tais discussões revelam o caráter de *lar* que tal espaço pode possuir para esses sujeitos. Lemões (2013) analisou as relações sociais e vínculos tecidos pelas pessoas em situação de rua na cidade de Pelotas/RS, desde as fraturas e continuidades com o universo familiar, até a construção de novos vínculos em relações semelhantes às familiares no universo da rua. De acordo com o autor:

Na rua, assim como não se abandona em definitivo as vinculações familiares, também não se deixa de constituir novos vínculos que remetem aos de origem familiar, seja em sua organização interna, na definição de papéis ou na proximidade afetiva pela qual os partícipes adquirem nomeações familiares. Estes novos vínculos – proporcionados pela acolhida que a vida nas ruas oferece – estruturam uma relação familiar cunhada a partir de experiências compartilhadas ou situações críticas que comprovam lealdade entre os envolvidos, como demonstrações de defesa e proteção em casos de discussões, brigas ou companheirismo em situações de risco. (LEMÕES, 2013, p. 186).

Essa etnografia de Lemões (2013) constitui-se em um registro importante para demonstrar que o universo da rua pode ser visto para além de um meio onde as relações são pautadas pelo individualismo e pela ruptura total com o universo da casa e da família, como o senso comum e a grande mídia podem nos levar a pensar.

Ainda no sentido de compreender o universo da rua para além da falta, despossessão e estigma, Lemões realizou sua pesquisa de Doutorado com os homens e mulheres militantes do Movimento Nacional da População de Rua na cidade de Porto Alegre/RS (MNPR-RS) e aborda de maneira minuciosa sua potência e capacidade de agência política na luta pelos direitos da população em situação de rua (LEMÕES, 2017).

Lemões (2017) compreende o MNPR-RS como uma *máquina de guerra*, utilizando o conceito dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997). Se constituindo enquanto máquina de guerra, esse movimento social explicita toda a violência que o Estado produz sobre as vidas da população em situação de rua, por meio da luta nômade que realiza. *Máquina de guerra* (Deleuze, Guattari, 1997) seria uma noção possível para denominar movimentos coletivos que teriam como objetivo a resistência, ou inibição de poderes totalizantes.

A compreensão desse Movimento enquanto máquina de guerra veio a partir das experiências etnográficas do autor, em intensa convivência e engajamento nas experiências de luta desse movimento. Para tanto, o autor realiza em sua tese uma análise histórica a partir de referencial teórico pós-colonial e decolonial, que compreende a produção de corpos desviantes e extermináveis no Brasil como um processo participante do que este intitula de “a face brutal da modernidade”, que por meio de uma cruzada contra a vadiagem constituiu seus planos racistas de modernidade para exterminar sujeitos indesejáveis frente à inevitabilidade do fim do sistema escravista (Lemões, 2017).

Essa análise, segundo o autor, é uma maneira de “restituir carne, sangue e cor à gramática de classes” (LEMÕES, 2017, p. 52) e deixa entrever que a produção de “populações vulneráveis é parte crucial da violência colonial que não foi, não passou, não cessou. Ela é. Ela está” (Lemões, 2017, p. 56) e vai muito além de uma questão estritamente econômica, que é o viés mais comum de abordagem da realidade nas ruas.

Nosso entendimento da rua enquanto espaço de *multipli-cidades* está ancorado no referencial supracitado, e também em Massey (2008). Pensar *multipli-cidades* nos permite ler

idades múltiplas e diversas que coexistem na sua relação tempo-espaço. Os sujeitos e suas corporeidades não podem ser conceituados pela simples projeção de suas experiências com a cidade, que se associam a uma série de práticas hegemônicas que as regulam e exploram, e tornam sua existência planejada para atender a essas práticas. Percebemos que, dialeticamente, suas corporeidades encontram maneiras de resistir a todas essas ações.

A leitura de Doreen Massey (2008) nos ajuda a perceber que práticas sociais espacializadas se comunicam e se inter-relacionam na coexistência da heterogeneidade e da pluralidade das ações humanas, tornando os sujeitos conectados com a cidade por múltiplas e diversas maneiras. Nesse sentido, a rua necessita ser interpretada nas suas múltiplas relações.

A rua enquanto espacialidade, para Gomes (2014),

se expressa por uma potencialidade na abertura das relações e na eventualidade de trajetórias, contudo, não deixa de ter seus poderes estratégicos e processos de subjetivação singulares. As formas de subjetividade coexistem aos estratos do saber e ambos são atualizados pelas relações de força, difusas, por isso, não localizáveis, porém locais. Em outras palavras, são 'performances corporalizadas' (ROSE, 1999) tomando sentido entre os domínios do sujeito (GOMES, 2014, p. 103).

Tanto em Gomes (2014) como em Massey (2008), reconhecemos os aspectos de multiplicidades e heterogeneidades nas relações sociais praticadas no espaço, e mais especificamente no espaço da rua. Essas práticas corporalizadas, trazidas em Gomes enquanto *performance*, encontram pontos de contato entre diversos grupos que vivem a rua – no caso de Gomes, jovens do sexo masculino e, em nosso caso, mulheres adultas em situação de rua: abertura de relações, eventualidade de trajetórias, relações de poder e coexistência de subjetividades.

O espaço da rua é vivenciado de diferentes maneiras pelas diversas camadas sociais, e as diferenças de gênero potencializam determinadas relações de poder. Conforme discutido por Soliva (2011), para determinados sujeitos, a rua – para esse autor compreendida como um espaço de circulação e interação entre diferentes indivíduos – pode representar medo e concretizar a impossibilidade que determinadas corporeidades encontram de vivenciar plenamente seus direitos.

A rua como espaço de perigo (Soliva, 2011), se apresenta como o espaço em que os indivíduos que não cumprem a norma social estabelecida para espaços públicos estejam passíveis de "punição". Essa "punição" se dá por meio de violências infligidas contra os corpos desviantes. A partir das considerações desse autor, observamos que pessoas homossexuais, ao vivenciar o espaço da rua, são objeto de escárnio e agressões físicas, têm seus direitos civis negados e são rebaixados ao status de não-humanos. Da mesma maneira ocorre com as mulheres em situação de rua.

Ao subverterem a lógica dos espaços públicos e fazerem dele a sua casa (espaço privado por definição), automaticamente essas mulheres têm seus corpos percebidos como públicos. Eles são tomados por homens domiciliados como moeda de troca, quando estes "oferecem" ajuda, dinheiro, ou alimentos em troca de sexo; são invadidos e violentados a partir de estupros e agressões físicas, que vêm de transeuntes, agentes de segurança, ou mesmo de seus companheiros. Além disso, são controlados por homens e agentes masculinos (representantes do Estado, por exemplo), quando não podem determinar por conta própria onde dormir, se podem, ou não, exercer sua maternidade. Enfim, elas sofrem interdições corpóreas que lhes são infligidas pelos mais diversos agentes (Fernandes, 2019).

Na atual dinâmica das cidades, é cada vez mais desencorajado que o corpo tenha uma vivência direta com os espaços públicos, exceto quando estritamente necessário, ou inevitável. Ao contrário do que acontecia em momentos históricos anteriores, com o corpo se fazendo muito presente na rua para festejos, comemorações, ou momentos banais de socialização cotidiana entre vizinhos, hoje a rua é espaço de circulação. E quem permanece nela e faz dela sua moradia é visto como ameaça.

De fato, evitamos cada vez mais o contato com o outro, principalmente com o desconhecido, pois nossas atividades cotidianas na cidade são objetivas e apressadas, e qualquer um que nos disperse do objetivo que buscamos seguir é visto como empecilho. Ferreira

(2011, p. 90) descreve essa configuração do espaço urbano como “[...] espaços seguros, [...] também apartados, onde os cidadãos tentam suprir suas necessidades com o mínimo de contato com o ambiente exterior”. Para o autor:

Sob o medo e o consumo da proteção, os indivíduos são disciplinados e submetidos a uma performance social que aponta para uma classificação e rendimento dos corpos. Pode-se dizer que nas sociedades contemporâneas há algo de volátil nos sistemas de controle, o corpo é docilizado por mecanismos fluidos (FERREIRA, 2011, p. 91).

Ferreira (2011) refere-se à relação de continuidade entre corpo e cidade como uma corpografia urbana. Tratamos aqui da corporeidade, sobretudo como essa relação entre corpo e espaço urbano, na qual ambos influenciam-se mutuamente e são extensão do outro. Podemos também, pensar com Hissa em uma *cidade-corpo*:

O corpo: anúncio de movimento; detonador de ações e memórias; dentro-fora; interno-externo; inexaurível. A vida urbana é feita das relações corpo-cidade, espaço-movimento, afeto-ação. A cidade-terreno é a cidade no nível da rua, produzida por corpos e movimentos, do que está sendo feito da vida urbana. O corpo experimenta a cidade. A cidade vive por meio do corpo dos sujeitos. A cidade é cidade-corpo (HISSA, 2013, p. 56).

Reconhecemos, assim, uma indissociabilidade entre corpo e cidade, sendo a cidade construída pelos corpos que a experimentam, como afirmou Hissa. Britto (2010), ao trazer o corpo para o centro da experiência, reconhece que o espaço é mais do que uma plataforma física para ser ocupada pelos corpos, e o compreende como um campo de processos instaurados pela própria ação interativa de seus componentes, que produz corporalidades e ambiências (Britto, 2010).

Para a autora, a cidade é compreendida pelo corpo como um conjunto de condições interativas, cuja síntese é expressa pelos corpos por meio de uma corpografia urbana: espécie de cartografia corporal que não distingue o objeto que é cartografado de sua representação, pois reconhece a dinâmica que constitui tal cartografia como contínua e recíproca. Dessa maneira, Britto (2010) admite a hipótese de que a dinâmica da cidade se inscreve em diversos graus de estabilidade sobre os corpos que a experimentam, configurando *corpografias*.

Essas corpografias, portanto, permitem tanto compreender “as configurações de corporalidade como memórias corporais resultantes da experiência da espacialidade, quanto compreender as configurações urbanas como memórias espacializadas dos corpos que as experimentaram” (Britto, 2010, p. 15). Assim, as relações que constituem o espaço e possibilitam a existência da *multipli-cidade* também configuram os corpos, que constroem suas espacialidades nas interações efetivadas nesse espaço. A *multipli-cidade*, então, se faz presente como condição e produto dessas interações. *Multipli-cidade* de sujeitos, de corpos, de espacialidades, de experiências.

O racionalismo moderno reiterou uma concepção de sujeito universal sem um corpo, bem como privilegiou uma concepção de espaço funcional, desvinculando corpo e espaço e negligenciando as relações simbólicas (Nunes, 2014, p. 155). Nessa concepção moderna de espaço prioritariamente funcional, nossa sociedade finda por ignorar quão visceral é nossa relação com o espaço, por mais que os estilos de vida que são vendidos queiram nos convencer – e talvez convençam a alguns – do contrário.

Somos nosso corpo e não alguém que apenas “mora” nele. Compreendemos com Nunes (2010) que não se trata de afirmar que temos um corpo, mas sim que somos esse corpo que age e sente, afeta e é afetado pelas relações entre corpos e espaços.

Afetos bons e ruins com relação a determinados espaços são relações tecidas entre corpo e espaço – em via dupla. Talvez esqueçamos disso devido às diversas camadas que mediam essas relações – edificações, meios de transporte, tecnologias. Quando pensamos nos sujeitos que possuem menos dispositivos físicos externos ao corpo para mediar tais relações, como as pessoas em situação de rua, a intensidade da experiência que se estabelece entre corpo e espaço parece mais evidente.

Com relação à corporeidade das pessoas em situação de rua na cidade, Frangella afirma (2009):

O universo dos moradores de rua, marcado por duplo movimento de exclusão e de vivência nômade, tem o corpo como *locus* de produção e enunciação dessa experiência. Privados de qualquer outro suporte material e simbólico em suas andanças que não o seu corpo, é neste que se projetam as contínuas e sucessivas intervenções e manifestações de violência que atualizam cotidianamente as tentativas de exclusão desse segmento. Mas é também através do corpo, *sobretudo*, que surgem as possibilidades de resistência do morador de rua à exclusão. Com reelaborações dos limites e potencialidades do corpo, eles concebem outros parâmetros de funcionalidade e de uso do espaço urbano, assim como agenciam novas representações a respeito de sua experiência social (FRANGELLA, 2009, p. 16, grifo da autora).

Ao longo da pesquisa, a corporeidade das mulheres em situação de rua foi enunciada de distintas maneiras, quer seja pela percepção de que sua corporeidade difere do padrão estético geral na sociedade, ou pela aceitação do gênero como justificativa para violências sofridas. Relações paradoxais foram enunciadas, conforme discutiremos em seguida.

## Mulheres em situação de rua: desafios e contradições

As experiências espaciais dos sujeitos são constituídas de maneiras distintas, conforme o gênero, a raça, a classe social, a idade e outros fatores inscritos nos corpos. Durante a pesquisa houve convivência, observação participante e entrevistas com mulheres em situação de rua. O material resultante desse trabalho de campo embasam as reflexões e considerações apresentadas nesta seção. A partir das falas das mulheres em movimento, somos apresentadas a uma grande *multipli-cidade* de experiências, tanto anteriores à trajetória de rua, como na própria realidade das ruas.

A análise das entrevistas e do material registrado em diário de campo será realizada com foco em alguns pontos principais, a saber: violências sofridas, estratégias de proteção, e percepção dos desafios enfrentados pelas mulheres na situação de rua. A complexidade das relações tecidas por essas mulheres em movimento nas ruas faz com que os diferentes pontos se interpenetrem, o que faz com que não haja preocupação, de nossa parte, com a construção de uma linearidade entre os pontos.

Embora todas as entrevistas tenham seguido o mesmo roteiro, houve grande discrepância entre as durações de cada uma: enquanto houve interlocutoras como Carolina, que falaram por mais de uma hora, algumas, como Chiquinha, responderam às questões de maneira curta e objetiva, se retirando do local da entrevista em poucos minutos. Escolhemos os trechos mais significativos para cada ponto analisado, tendo em vista o fato de alguns eixos terem sido privilegiados pelas interlocutoras em detrimento de outros.

Denominamos as interlocutoras como *mulheres em movimento*, para privilegiar a dimensão da corporeidade em movimento que constitui suas vidas. Estar em movimento nas ruas, para as interlocutoras desta pesquisa, é uma questão vital. Se dividem entre trabalhar na rua, cuidar dos filhos, que em geral vivem com familiares domiciliados, e buscar estratégias de proteção.

Conforme discutimos no início do artigo, o espaço da rua é majoritariamente masculino. A mulher em movimento tem de disputar este espaço em condições desiguais, no mínimo de gênero e classe - dado o fato de que não é somente com homens em situação de rua que elas convivem. Para isso, elas elaboram diferentes estratégias: seja a adoção de um comportamento socialmente reconhecido como masculino, como a agressividade (Frangella, 2009; Fernandes, 2019), ou a escolha por um parceiro masculino que as protejam dos demais (Fernandes, 2019). Acerca dessas estratégias, Carolina diz:

Se mora na rua, tem que ter um homem pra proteger. Porque nem todos homens na rua são iguais. Tem uns que são perigo até te agarrar à força. E aí a mulher que chega e diz assim: "porque eu sei, eu me cuido e não sei que, e se chega um e faz isso comigo eu pego e derrubo!", não existe isso. Não existe isso. Por isso que eu acho que tem que ter um homem, sim, pra defender (CAROLINA, 2018).

A fala de Carolina revela uma estratégia de proteção criada por mulheres em situação de rua para sobreviver a um espaço historicamente dominado pelo masculino, que se personifica na figura de homens, em situação de rua ou não. Carolina não foi a única a expressar essa opinião. Antonieta, Chiquinha, Ruth e Jurema também afirmaram que a mulher em situação de rua precisa de um homem ao lado para protegê-la. Essa estratégia, por si só, já lhes retira o direito de escolha sobre sua própria corporeidade, pois o corpo feminino sozinho na rua é alvo de diversas invasões. Para se sentirem mais seguras na rua, é frequente que as mulheres em movimento adotem a escolha por um parceiro que as proteja dos demais, para que não sofram violências por parte de outros homens.

Contudo, essa é uma relação paradoxal, pois o mesmo homem que assume o papel de companheiro e protetor, pode também ser um violentador. A mesma Carolina, que em diversos momentos de sua entrevista exalta as qualidades de provedor, protetor e amante que identifica em seu companheiro, denuncia violências infligidas por ele, que a obrigaram, inclusive, a pedir por uma laqueadura tubária, por medo de voltar a sofrer agressões durante uma possível gestação:

Eu fiz [laqueadura tubária] contra a minha vontade, mas ao mesmo tempo, com medo que o outro me matasse. Que o pai da minhas filha me matasse, porque o pai da minhas filha me ameaçava. Se eu largasse dele e fosse viver longe dele e ele longe das criança, ele dizia que ia me matar. Porque eu não queria ter mais filho com ele, entendeu? Mas ele não queria mais me largar, tás me entendendo? E aí ele dizia que ia me matar. E por isso eu fiz o ligamento [laqueadura]. Foi uma coisa contra a minha vontade, mas ao mesmo tempo pensando assim: “pô, mas eu to atirada num mundão também, né? Vou me ligar”. (...) Eu era mais nova, e não queriam [médicos do hospital], não queriam fazer. Me lembro que não queriam fazer e eu disse assim: “não, mas faz, porque esse homem vai me matar”. Eu fui [pro hospital] marcada de fio de luz no corpo, quando eu fui ter o guri, o último (Carolina, 2018 [texto nosso]).

Na mesma entrevista, Carolina falou, emocionada, o seguinte sobre seu companheiro:

Nem todos os homens pensam em defender as suas próprias mulheres na rua. Deixam elas jogada. (...) E tu sabe por que que eu tô tentando lutar pelo meu marido? Porque ele nunca fez isso comigo. Ele me tirou da noite. Eu batalhava. Ele me tirou das ruas. Mesmo fumando o *crack* dele. Ele me teve como mulher de verdade. (...) Ele não é totalmente ruim. Ele é ruim pra ele mesmo. (...) Isso que ele já fez coisas comigo, assim, terríveis, mas mesmo assim, eu sei que não é ele na hora que tá ali. De me machucar profundamente, de me abrir a cabeça, de tanto pau que me deu, do nada, assim, por causa da falta da química. E, mesmo assim, eu tento lutar por ele. Porque eu sei que quando ele usa droga, às vezes ele sai fora de si. (...) Eu querer ajudar o meu marido é porque ele não foi assim [descuidado] pra mim. Nós começemo num barraquinho. Num barraquinho, numa lona. Uma lona montada tipo casa. E dali ele me botou num chalezinho. E dali ele me botou numa casa alugada. Mesmo ele sendo usuário de *crack*. E dali ele nunca deixou eu passar fome. Mesmo eu usando *crack* com ele. Porque eu cheguei a usar *crack* com ele. E ali, mesmo ele sendo, passando dos limite depois, de ter se botado em mim e tudo mais, ele sempre foi um homem pra mim. Um homem que nunca deixou eu passar trabalho. Me tirou das quadra. Me tirou do... do... como é que se diz? Da pista pra negócio! Sabe? A prostituição (Carolina, 2018 [texto nosso]).

Essa relação paradoxal proteção/violência, presente em relações como a de Carolina com seu companheiro, revela um aspecto cruel da realidade das mulheres em situação de rua: a necessidade de escolha por um parceiro que a proteja da violência de outros homens e seja provedor de algum tipo de sustento. Porém, aqueles homens, que para elas representam um lugar de segurança, onde elas esperam encontrar proteção contra os perigos da rua, são também os mesmos que podem representar risco às suas vidas. Ameaças de morte, estupro e tentativas de violações dos corpos femininos são realidades constantes nas vidas dessas mulheres.

Quanto à questão do homem enquanto provedor e protetor, evidenciam-se nas falas de algumas mulheres a reprodução dos papéis de gênero atribuídos a homens e mulheres. Compreendemos aqui o gênero enquanto

uma representação do ideal dos papéis sociais a serem experienciados por corpos considerados masculinos e femininos em diferentes tempos e espaços. Gênero, portanto, não é uma realidade em si mesma, mas um ideal exercitado cotidianamente por diferentes tipos de corpos que, ao agirem pautados pela representação, superam a mera reprodução de papéis e recriam continuamente a própria representação de gênero. Assim, o gênero é um eterno movimento que se faz na ação humana criativa, e como toda ação implica uma espacialidade, o caráter performático do gênero é simultaneamente espacial e temporal (SILVA, 2009, p. 84).

Beatriz, a interlocutora que foi acompanhada por mais tempo durante a pesquisa, costumava ficar em sua “mansão de vidro”, enquanto o companheiro se deslocava para locais mais distantes para trabalhar como guardador de carros em ruas movimentadas. A denominação “mansão de vidro” é uma referência de Beatriz à ausência de paredes em sua *casa*, que consistia em colchões distribuídos em uma calçada, com seus pertences guardados em um canto, cobertos por um lençol.

Suas falas sobre a divisão de tarefas entre o casal demonstraram essa reprodução dos papéis de gênero atribuídos a homens e mulheres. “Ele vai lá e traz o sustento da casa e ainda traz presente pra mim. Tem que ser assim, né? Eu fico aqui bem tranquila cuidando da casa e ele vai lá. Olha o tamanco lindo e novinho que ele achou esses dias e trouxe de presente pra mim” (Diário de campo, 2018). Ela dizia isso sorrindo enquanto mostrava os tamancos vermelhos quase sem marcas de uso, que seu companheiro havia encontrado recentemente em um contêiner de lixo da cidade.

Dado o caráter espacial das tarefas separadas por gênero, tal divisão instituiu espacialidades e relações sociais distintas entre o casal. O fato de Beatriz ficar em *casa* enquanto o companheiro saía para trabalhar, possibilitou a ela fazer amizades com mulheres domiciliadas na vizinhança, que forneciam alimentos, água potável e outras doações, bem como conversavam com ela enquanto ela estava sozinha em alguns momentos do dia. Já seu companheiro, conhecia bem os lugares onde era possível conseguir os melhores pagamentos pelo cuidado com os carros estacionados.

À época da realização dos trabalhos de campo da pesquisa, Beatriz estava em situação de rua há 5 anos, e, coincidentemente ou não, esse era também o tempo de seu relacionamento com seu companheiro. Ela conta que o conheceu quando estava na rua há apenas alguns dias, e nunca mais “se largaram”. Quando, ainda durante o tempo do trabalho de campo da pesquisa, eles se separaram e ela ficou sozinha, não foi mais possível encontrá-la, pois sua espacialidade adquiriu uma efemeridade muito maior. Algumas pessoas diziam que a haviam avistado vivendo em determinado lugar há poucos dias, mas, chegando lá, ela já havia se mudado. O que sugere que a companhia masculina enquanto elemento de proteção lhe permitia uma fixidez maior em um determinado espaço ao longo do tempo.

Quando questionadas acerca das diferenças que elas observam entre a experiência da situação de rua para homens e mulheres, há uma diversidade nos pontos observados pelas interlocutoras, mas quase todas consideram que essa situação é mais difícil e desafiadora para a mulher:

Durante a noite, pra mulher, é bem complicado! Mas eu, ah! eu durmo tranquila! Durmo, durmo mesmo. Porque eu me dou o respeito, né, guria? E respeito todo mundo. Se eu tivesse rabo preso eu não faria, né? Já quiseram se abusar comigo, mas não deu certo, não. Eu com essa boquinha santa fiz um escândalo! Fiz o griteiro. Acho até que a criatura se assustou dos meus gritos, só, porque não tinha ninguém perto de mim (TERESA, 2018).

No relato supracitado, percebemos que Teresa foge ao padrão de busca por um companheiro para proteção. Em sua entrevista, afirmou sempre estar sozinha (em termos de relacionamento conjugal), e não precisar de ninguém para protegê-la. É frequente em sua fala um certo entendimento de responsabilidade da mulher em situações de risco. Para ela, “se dar o respeito” é um requisito para ser respeitada na rua. Ela afirmou que dormia em lugares em que há presença de vários homens, mas que nenhum “se abusa” dela. Contudo, disse já ter passado por episódios em que tentaram abusá-la, mas não conseguiram porque ela “abriu o griteiro” e assustou a pessoa. Notamos, então, certa contradição, resultante da

reprodução do discurso machista de nossa sociedade, que põe sobre a mulher a responsabilidade pelas violências que sofre: caso “se dar o respeito” fosse o suficiente para evitar abusos, Teresa não teria passado pela situação de tentativa de abuso que relatou.

Dandara, por sua vez, demonstra preocupação no tocante à corporeidade, à aparência:

É que homem... homem é homem, né? Se ajeita em qualquer canto. A mulher, não, ela já tem que ter... ela tem que ter a privacidade dela pra poder tomar o banho, pra poder se trocar. Porque a mulher não vai passar o dia inteiro com a mesma roupa, né? Tem que ter o momento pra ela fazer a higiene dela, né? Pra ela se cuidar. Mora na rua, mas tem que tá direitinha, né? (DANDARA, 2018).

Para ela, a mulher necessita de privacidade para tomar banho e se arrumar, coisa que para os homens pode ser dispensada, já que “homem se ajeita em qualquer canto”. Ruth, uma interlocutora que não permitiu a gravação de sua fala, mas somente anotações, afirmou que, em sua percepção, viver a rua é mais arriscado para as mulheres. Em primeiro lugar por conta das drogas, depois da prostituição. Em suas palavras, o mais difícil para a mulher na rua é “aguentar e não se prostituir, nem usar droga” (Ruth, 2018). O homem, segundo ela, tem mais opções de trabalho (em obras de construção civil, por exemplo), enquanto para as mulheres a prostituição sempre se apresenta como uma alternativa. Ela conta que já passou pela situação de pedir alimento para um homem e ele oferecer “mais do que alimento”, dizendo “vamo ali, que eu te dou algo mais...”. Para Ruth, o mais difícil é conseguir alternativas a esses “convites” quando se está em uma situação de extrema necessidade.

Um ponto que chamou a atenção nesse tópico das diferenças entre a experiência da rua para homens e mulheres, foi a resposta de Carolina, a única que afirmou considerar a vida na rua “mais fácil” para as mulheres do que para os homens:

A diferença... de viver na rua... Diferente é porque os homem já pensam mais em roubar, assaltar, né? E pra mulher é mais fácil. Mais fácil, viver a noite. Mais fácil naquelas... entre aspas. Tem umas que roubam, tem outras que se prostituem. Eu acho que na prostituição é mais fácil. Porque tu pode ter sempre aquela pessoa pra te ajudar. Se tu roubar, tu não vai ter ajuda daquela pessoa mais, tu fica marcada e torturada e de repente vai até presa. Mas se tu... se tu te prostituir, de repente duma prostituição, pode tirar aquela pessoa pra uma pessoa eternamente te ajudando. Aquela pessoa correr por ti, sempre. Quando tu precisar de um dinheiro, precisar de uma ajuda. Eu já tive clientes maravilhosos, pessoas que me ajudavam um monte (CAROLINA, 2018).

A questão da prostituição foi inicialmente inserida na vida de Carolina por conta de um estupro. Em sua entrevista, ela contou que foi parar em situação de rua por ter sido estuprada por um desconhecido aos 15 anos, quando ainda era virgem. Ela conta que se frustrou por ter perdido a virgindade daquela maneira, e aos 16 anos resolveu “se jogar na noite”, tendo entrado simultaneamente para o universo da prostituição e para o da situação de rua. Relatou que foi “resgatada” alguns anos depois pelo seu companheiro, por quem demonstra grande gratidão por tê-la “resgatado” da “pista”. Contudo, veremos ainda nesta seção que esse mesmo companheiro que, nas palavras de Carolina, a “resgatou” da rua, contribuiu para que ela retornasse para situação de rua mais adiante.

Carolina não é a única que teve uma situação de estupro como disparador que a encaminhou à situação de rua. Ruth conta que foi violentada pelo pai aos cinco anos de idade, e por outro familiar aos catorze. Diz que se afastou da família por conta disso, bem como para fugir dos preconceitos que seus familiares tinham contra sua condição psiquiátrica – ela tem diagnóstico de bipolaridade. Em situação de rua, Ruth afirma que seus movimentos de mudança de lugar de moradia são determinados pela sua percepção de risco de ser agredida sexualmente por algum homem que ocupa o mesmo lugar.

Esses movimentos de mudança de local de moradia também são uma estratégia de segurança para Dandara. Sua prática é não dormir no mesmo lugar por muitos dias seguidos:

Eu não gosto de ficar dormindo várias vezes no mesmo lugar. Eu prefiro variar, entendesse? Se tu ficar ali, todo tempo no mesmo lugar dormindo ali... não sei te explicar. Eu prefiro dormir hoje aqui e amanhã já vou dormir em outro lugar, entendesse? Me sinto mais segura assim do que dormir todos os dia no mesmo lugar (DANDARA, 2018).

Nos relatos apresentados, observamos sobretudo a dimensão do gênero se fazendo presentes vivências de mulheres cujas experiências espaciais são múltiplas, mas possuem em comum interdições aos seus próprios corpos. É notório o quanto a percepção de uma corporeidade *feminina* vem carregada de um senso de obrigações e responsabilidades que elas entendem – como parte da cultura patriarcal que vivemos e reproduzimos constantemente – como sendo inerentes ao feminino: cuidados estéticos que o corpo masculino dispensa, mas que para o feminino é essencial, o ato de “se dar o respeito”, a necessidade de companhia masculina são exemplos disso.

Ao analisar as experiências espaciais relatadas pelas mulheres em movimento que participaram dessa pesquisa, é notório que a violência e violação dos seus direitos se direcionam aos seus corpos: relatos de violência sexual, tentativas de assassinato, ou os homicídios em si, que a mídia noticia cotidianamente. Bem como seu desapontamento quando notam a não adequação de seus corpos ao padrão de corporeidade feminina vigente na sociedade, como pontua Carolina:

Eu pesei qua-ren-ta e cin-co qui-los! Quase, quase quarenta e cinco gramas, faltava pra chegar pra quarenta e cinco gramas, entendesse?! Quarenta e cinco quilos! Eu não tinha bunda, eu não tinha perna, eu não tinha mais nada de corpo! Eu virei totalmente um trapo velho. Meu rosto, tu olhava, sugado. Meu corpo, tu olhava e dizia: “Carolina, meu Deus! Tu tá só a roupa!”. Eu botava três, quatro calças por cima, pra ver se criava alguma carninha. Por causa que eu tinha de ver o meu corpo assim na frente do espelho. Eu tinha vergonha de me olhar no espelho e olhar meu rosto daquele estado. Tinha vergonha de mim mesma, sabe? (CAROLINA, 2018).

Discursos como esse, de Carolina, mostram uma insatisfação com a questão estética, já apontada por Dandara como uma preocupação *feminina*. Além da violência da sociedade em geral, que as marginaliza e lhes nega os mais básicos dos direitos humanos, essas mulheres lidam cotidianamente com a dificuldade de performar determinado padrão social de feminilidade, bem como com a violência infligida pelos homens, simplesmente pelo fato de serem mulheres. Em uma relação paradoxal, esperam encontrar proteção e apoio na companhia masculina, mas finda-se por encontrar, em muitos casos, agressão e violências.

Se observa a questão de gênero também quando a inserção no universo da rua se dá como um resultado de questões dentro do relacionamento conjugal. No caso de Antonieta, a situação de rua foi a saída para um relacionamento conturbado com o ex-marido, marcado por brigas. Enquanto para ela a rua foi uma rota de fuga de violências, para Carolina foi a única saída para continuar junto do seu companheiro.

Porque eu era casada e aí... casada modo de dizer, era ajuntada, e aí, no início era tudo mar de rosas, depois ele começou a se atirar no *crack*. Eu, na época, não conhecia que que era o *crack*, e aí ele pegou e começou a desfazer das coisa. E naquele tempo não tinha o negócio de escritura de terreno, por causa que era uma invasão onde nós morava, e ele vendeu o terreninho que nós tinha entrado. Com casinha, com tudo em cima. Desde as coisas, começou primeiro com as coisas de dentro de casa, depois o chalé e o terreno (CAROLINA, 2018).

A submissão e o sacrifício feminino por amor, uma construção social fortemente incutida nas mentes das meninas e mulheres de nossa sociedade, levam algumas dessas mulheres a suportar os mais diversos abusos, conforme exposto na complexa relação de Carolina com seu cônjuge. Além das agressões físicas que sofreu ao longo do relacionamento, ela afirma que perdeu a casa devido aos problemas advindos do uso abusivo de psicoativos que seu marido realizava. Contudo, apesar das agressões e dificuldades, ela encontra nele um lugar de amor e insiste em “lutar por ele”, pois acredita que, caso ele resolva suas questões com o abuso de *crack*, as agressões cessariam e eles poderiam viver bem juntos.

Quanto à relação com a cidade, por meio de fragmentos apresentados anteriormente, pudemos observar o quanto, para algumas das mulheres em movimento, a escolha pelos lugares para se estabelecer é determinada pela percepção do perigo, fazendo com que suas espacialidades sejam efêmeras, como percebemos nas palavras de Dandara e Ruth, e nas experiências de Beatriz. É possível também observar a constituição de espacialidades

que se estendem da casa à rua e vice-versa, em um movimento não linear, que mostra que pode não haver uma ruptura total com a família e com o universo da casa, como é o caso de Dandara, cujo filho mora com a família.

Ele [o filho] fica das 7h30 da manhã até as 5h da tarde na escolinha. Levo ele às sete e meia e depois eu pego ele às cinco. Aí eu fico mais ou menos uma hora e meia com ele e depois eu levo ele pra minha mãe, que ele tem que tomar banho, jantar, e aí ele já dorme, então. Nos finais de semana também. Eu fico com ele de manhã até de tardezinha, e depois ele vai pra minha mãe de novo. Porque não tem como deixar ele dormir junto com nós na rua, né? Aí então eu prefiro que ele fique na minha mãe do que ele fique dormindo na rua. Ele vai fazer 3 anos. (DANDARA, 2018 [texto nosso]).

Dinâmicas como essa de Dandara reforçam nossa percepção das mulheres em situação de rua enquanto *mulheres em movimento*, pois os movimentos cotidianos, seja em busca de sustento, ou da manutenção de vínculos sociais e familiares, fazem com que seus corpos tracem no tecido urbano um emaranhado de rotas interligadas por pontos que não são localizados somente no espaço da rua, mas também no espaço da casa – ainda que não seja a sua própria casa. Esse tipo de movimento feito por Dandara é uma alternativa comum encontrada por mulheres em situação de rua, que certamente perderiam a guarda de seus filhos caso vivessem com eles nas ruas. Sarmiento (2020) discute a complexidade das dificuldades enfrentadas por mulheres em situação de rua ou com trajetória de rua para o exercício da maternidade, mostrando que, mesmo depois de domiciliadas, a trajetória de rua permanece nessas mulheres como um estigma que faz com que sejam consideradas pelo Estado como incapazes de serem mães.

Percebemos que a situação de rua modifica a relação dessas mulheres com o próprio corpo. Desde a visualização do corpo como um meio de obtenção de sustento e apoio para sobrevivência nas ruas, até a percepção de sua feminilidade, que é posta em xeque quando do uso abusivo de substâncias psicoativas, e também da impossibilidade de manutenção de uma rotina de higiene e cuidados pessoais, ou mesmo de uma alimentação básica. Bem como da exposição a violências na rua, ou da fuga de outras violências, em casa. Ter sentimentos de desprezo ou vergonha pela própria aparência é uma realidade comum no cotidiano das mulheres em movimento, por não se encaixarem nos padrões de beleza amplamente difundidos e cobrados por nossa sociedade.

Dessa maneira se dá sua relação com seus próprios corpos, tendo restrita sua liberdade, com seus corpos sendo regulados e violados pelos companheiros, e pela sociedade em geral, que lança sobre elas violência física e simbólica. Ainda assim, é em sua corporeidade que resistem.

Essas intervenções e interdições corpóreas, no caso das interlocutoras em questão, foram apontadas como vindo não somente dos próprios companheiros, mas também de desconhecidos e da própria dinâmica sexista da rua, que força determinados movimentos e institui espacialidades que precisam ser efêmeras. Essas interdições são, algumas vezes, legitimadas e justificadas pelo próprio posicionamento das mulheres, que acabam por dar a entender que se sentem culpadas e responsáveis pelas violências que sofrem, quando afirmam que, se a mulher souber “se dar o respeito” e “impor limites”, ela não sofrerá violência, mas ao mesmo tempo, relatam que sofreram violência cujos efeitos reverberam em suas vidas até hoje. Assim, as interlocutoras desta pesquisa apresentaram em seus discursos afirmações que demonstram reprodução com relação aos papéis de gênero atribuídos a mulheres e homens.

## Considerações finais

O processo de realização desta pesquisa foi todo perpassado por uma relação dentro-fora que esteve implícita nos relatos de campo e nos discursos das interlocutoras. Ao descrever suas experiências, as mulheres em movimento encerravam muitas de suas frases com

expressões como “tás me entendendo?”, como quem se esforça para inserir a pesquisadora no contexto que apenas elas sabem como é, de fato. Em alguns momentos diziam explicitamente: “tu nunca vai saber o que é isso, guria. Só quem vive sabe”. E, de fato, o olhar que lançamos sobre suas realidades, por mais que se busque escutá-las atentamente, será sempre um olhar externo.

Ao buscar acompanhar Beatriz, o corpo que pesquisa também foi colocado em movimento. Um movimento incerto, pois nunca houve a certeza de encontrá-la sempre no mesmo lugar. Perdemos e retomamos o contato algumas vezes ao longo do tempo da pesquisa, até que, próximo ao seu final, não mais conseguimos tornar a encontrar. Essa incerteza não se aplicou somente ao caso de Beatriz, que era acompanhada diretamente nas ruas, mas também às interlocutoras que foram entrevistadas nos espaços institucionais. Houve entrevistas que foram marcadas e nunca aconteceram, pois mesmo a instituição de serviço social que lhes fornece apoio não representa um ponto fixo em suas experiências espaciais na cidade.

Através da análise dessas experiências, buscamos realizar uma discussão geográfica acerca da relação entre corpo e espaço, compreendendo sua indissociabilidade. E reconhecendo o papel exercido pela dimensão do gênero nesse contexto, em concordância com Silva, que afirma o gênero como um eterno movimento que se faz na ação humana, que constantemente o recria, em suas experiências espaciais e temporais (Silva, 2009).

Nos movimentos realizados durante o processo de pesquisa, encontramos a interdição corpórea como uma constante nas experiências das mulheres em movimento. Os movimentos e as corporeidades aqui apresentadas são de múltiplas origens e formas. São movimentos que atravessam as vidas das interlocutoras antes e após o ingresso à vida nas ruas, que é composta por movimentos voluntários, mas principalmente por aqueles que são impostos por realidades sobre as quais elas não possuem controle. Em outras palavras, são movimentos compulsórios.

As violências manifestas em forma de interdição corpórea vêm de agentes masculinos. São estupros, agressões físicas, situações de abuso dentro dos relacionamentos conjugais, ou a necessidade de estar sempre em movimento ou assumindo posturas agressivas para se defender desses ataques. Ao corpo feminino em situação de rua é negado o direito de se estabelecer em um único lugar como morada. É preciso estar em movimento para fugir dos perigos. Esse corpo também não pode ficar sozinho na rua. É preciso estar acompanhado de um corpo masculino. Se as mulheres em situação de rua não escolherem um homem para protegê-las, os outros homens não vão respeitar os limites de seus corpos – a menos que essa corporeidade se arme de um comportamento agressivo, que na verdade é defensivo. Mas, mesmo assim, não há garantias.

Essas realidades nos colocam, também, em movimento. Fisicamente, para ir ao encontro das mulheres nas ruas e nos espaços que elas vivenciam, além de intelectual e emocionalmente. Somos confrontadas com informações e realidades complexas, que desafiam nosso lugar privilegiado de mulheres brancas e acadêmicas, e nos levam a um comprometimento e grande senso de responsabilidade a respeito das realidades com as quais escolhemos lidar no trajeto desta pesquisa.

Buscamos discutir, sob a perspectiva das Geografias do corpo e das Geografias feministas, essas vivências que historicamente são silenciadas e ignoradas, mas que têm sido cada vez mais observadas e discutidas academicamente ao longo dos últimos anos. Nesse movimento, nossa posição de mulher e a percepção de nossas próprias corporeidades também foram confrontadas e desestabilizadas, revelando a necessidade de um posicionamento e da defesa de uma pesquisa implicada, que não se isenta e não dissocia a trajetória de pesquisa dos resultados e discussões obtidos ao final do processo. A leitura da realidade das mulheres em movimento em suas subjetividades, que têm suas corporeidades afetadas de diferentes maneiras por violências de gênero, são invisibilizadas devido à sua condição de classe e agravadas quando se trata de mulheres não brancas.

As experiências que se revelam pelas mulheres em situação de rua permitem observar o espaço da rua enquanto dimensão de conflitos e de estratégias, problematizando o mo-

vimento que elas realizam na cidade. Ao analisar o espaço da rua por uma perspectiva corporalizada, foi possível explorar as geografias das trajetórias espaciais dessas mulheres, notadamente marcada pela dimensão do gênero, em um espaço corporificado que é, como característica de uma abordagem corporizada de espaço, produto de suas inter-relações com as estruturas sociais (Silva; Ferreira, 2017)

Por fim, consideramos importante ressaltar que os argumentos e as discussões aqui colocadas não pretendem servir de generalização a toda e qualquer vivência de mulheres, em situação de rua ou não. Conforme discutido ao longo do artigo, essas experiências são múltiplas, e o que representa as interlocutoras desta pesquisa pode não representar mulheres em outros contextos e espacialidades. Contudo, a análise de tais experiências, em suas singularidades, nos comunicam acerca do todo do espaço das ruas, no mínimo, que as condições de corporeidades dos sujeitos implicam em diferentes experiências e possibilidades nesse universo.

## Notas

1. Cadastro único é um instrumento do Governo Federal brasileiro, que identifica e caracteriza famílias de baixa renda, para possibilitar o acesso a programas sociais.
2. Para uma discussão acerca das vivências de mulheres trans e travestis no contexto da situação de rua, recomendamos a leitura do artigo intitulado *Por onde circulam os corpos invisíveis? Intersecções entre população em situação de rua e gêneros dissidentes no acesso institucional urbano*, na Revista Brasileira de Estudos da Homocultura (REBEH).
3. Em edição histórica, o Jornal Boca de Rua veiculou, no ano de 2016, edição nº 59, matéria de capa sobre as vivências de mulheres em situação de rua, na qual essas mulheres se autointitularam *donas sem casa*, e falaram abertamente sobre os desafios de viver a cidade sendo mulher em situação de rua. Esse jornal circula há 20 anos na cidade de Porto Alegre/RS, e é vinculado à International Network Street Paper (INSP). Todo o seu conteúdo é produzido por pessoas em situação de rua ou com trajetória de rua, ou seja, que já viveram nas ruas e hoje estão domiciliadas de alguma maneira.
4. Optamos pela reprodução das falas de maneira fiel àquelas em que foram proferidas, pois elas são indicativos da forma de se comunicar das interlocutoras. Por isso, há expressões coloquiais que fogem à norma culta da Língua Portuguesa, e vícios de linguagem, por vezes insistentemente repetidos. Entre colchetes foram inseridos pelas autoras termos que complementam suas falas, a fim de facilitar a compreensão por parte de quem nos lê. As datas mencionadas referem-se ao ano de 2019, quando a pesquisa foi publicada.
5. Acerca dos desafios enfrentados por mulheres em situação de rua, jornalistas do portal de notícias online Sul21 realizaram uma série de matérias, intitulada Mulheres Invisíveis, disponível no link: <https://mulhernarua.sul21.com.br/2017/11/15/mulheres-invisiveis-vida-e-morte-de-mae-meque/>

## Referências

- BRASIL. Decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua**, Brasília, DF, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm). Acesso em: 10 mai. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. População em situação de rua e violência - uma análise das notificações no Brasil de 2015 a 2017, **Boletim Epidemiológico**, Brasília, v. 50, n. 14, Jun. 2019. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/junho/13/2019-010-publicacao.p df>. Acesso em 18 nov. 2020.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, DF: MDS, SAGI; Meta, 2008. (Sumário Executivo). Acesso em: 14 nov. 2020.
- BRITTO, Fabiana Dultra. Co-implicações entre corpo e cidade: da sala de aula à plataforma de ações. In: JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra (Org.). **Corpocidade: debates, ações e articulações**. Salvador, BA: EDUFBA, 2010. p. 12-23. Disponível em: [http://www.corpocidade.dan.ufba.br/2010/LIVRO\\_CORPOCIDADE.pdf](http://www.corpocidade.dan.ufba.br/2010/LIVRO_CORPOCIDADE.pdf). Acesso em: 12 mai. 2020.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A rua: espacialidade, cotidiano e poder. In: \_\_\_\_\_. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007. p. 51-60. Disponível em: [http://www.gesp.ffiich.usp.br/sites/gesp.ffiich.usp.br/files/O\\_lugar\\_no\\_do\\_mundo.pdf](http://www.gesp.ffiich.usp.br/sites/gesp.ffiich.usp.br/files/O_lugar_no_do_mundo.pdf). Acesso em: 13 jul. 2020.
- CAROLINA. **Entrevista com Carolina**. Entrevistadora Talita Fernandes. Pelotas/RS, 23 ago. 2018.
- DANDARA. **Entrevista com Dandara**. Entrevistadora Talita Fernandes. Pelotas/RS, 12 nov. 2018.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado (tradução de Paula de Siqueira Lopes). **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155-161, 2005.
- FERNANDES, Talita. **Rua, substantivo feminino: mulheres em movimento e o direito ao corpo na cidade**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/194586>. Acesso em: 10 mai. 2020.
- FERREIRA, Marcelus Gonçalves. Corpo/Cidade: uma corpografia do medo. **Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2. 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/contemporanea/article/view/2190>. Acesso em: 14 mai. 2020.
- FIGUEIREDO, Patrícia. Minoria na situação de rua, mulheres foram vítimas em 51% dos casos de violência contra moradores de rua no Brasil. **Portal de Notícias G1**, São Paulo, 26 dez. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/12/26/minoria-na-populacao-de-rua-mulheres-foram-vitimas-em-51percent-dos-casos-de-violencia-contra-moradores-de-rua-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- FONSECA, Cláudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n.10, p.58-78, jan/fev/mar/abr 1999.
- FRANGELLA, Simone M. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2009.
- GOMES, Fernando Bertani. Trajetórias Espaciais de Jovens do Sexo Masculino e os Agenciamentos da Morte na Cidade de Ponta Grossa - PR. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 5, n. 2, ago./dez. 2014. Disponível em: [https://revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/6177/pdf\\_133](https://revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/6177/pdf_133). Acesso em 20 nov. 2020.
- HISSA, Cássio. Cidade-corpo. **Revista UFMG**. Belo Horizonte, v. 20, n. 1. jan./jun. 2013.

- Disponível em: [https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20/3-cidade-corpo\\_cassio\\_hissa\\_e\\_maria\\_nogueira.pdf](https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20/3-cidade-corpo_cassio_hissa_e_maria_nogueira.pdf). Acesso em: 14 mai. 2020.
- JORNAL BOCA DE RUA. Porto Alegre: ALICE, n. 59, 2016.
- LEMÕES, Tiago, *et al.* **Acesso à justiça e violências contra pessoas em situação de rua em Pelotas**. Pelotas: Grupo de Antropologia e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (GANDH/UCPel), 2020.
- LEMÕES, Tiago. **A família, a rua e os afetos**: uma etnografia da construção de vínculos entre homens e mulheres em situação de rua. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2013.
- LEMÕES, Tiago. **De vidas infames à máquina de guerra**: etnografia de uma luta por direitos. 2017. 298 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/172916/>. Acesso em: 12 mai. 2020.
- MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Lisboa: Publicações Europa - América, 1982.
- NATALINO, Marco. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)**. Brasília: IPEA, 2020. (Nota Técnica, n. 73).
- NUNES, Camila Xavier. **Geografias do corpo**: por uma geografia da diferença. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2014. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/94741>. Acesso em: 12 mai. 2020.
- NUNES, Sandra Meyer. O corpo do ator em ação. In: GREINER, Christine; AMORIM, Claudia (Org.). **Leituras do corpo**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2010. P. 105-113.
- PALOMBINI, Leonardo Lahm. **Dos subespaços ao território descontínuo paradoxal**: os moradores de rua e suas relações com o espaço urbano em Porto Alegre/RS - Brasil. 2015. 182 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/128895>. Acesso em: 12 mai. 2020.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. *Iluminuras*, Porto Alegre, RS, v. 9, n. 21, s.p. 2008. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9301/5371>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- SARMENTO, Caroline Silveira. **“Por que não podemos ser mães?”**: tecnologias de governo, maternidade e mulheres com trajetória de rua. 171 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/212984>. Acesso em 20 nov. 2020.
- SENNET, Richard. **Carne e Pedra**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.
- SILVA, Joseli Maria (Org.). **Geografias Subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009.
- SILVA, Joseli; ORNAT, Márcio. Espaço urbano, poder e gênero: uma análise da vivência travesti. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 9, n. 1. 2010. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/429>. Acesso em 20 nov. 2020.
- SILVA, Maria João; Ferreira, Eduarda. Abordagens corporizadas: gênero, sexualidades e tecnologias. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; CHIMIN JÚNIOR, Alides Baptista (Org.). **Diálogos Íbero-Latino-Americanos sobre Geografias Feministas e das Sexualidades**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2017.

SOLIVA, Thiago Barcelos. A Rua e o Medo: Algumas Considerações sobre a Violência Sofrida por Jovens Homossexuais em Espaços Públicos. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 2, n. 1, jan./jul. 2011. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rflagg/article/view/1750/1900>. Acesso em 20 nov. 2020.

TERESA. **Entrevista com Teresa**. Entrevistadora Talita Fernandes. Pelotas/RS, 23 ago. 2018.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

# **CORPO, ESPACIALIDADE E MATERNAGEM:** Trilhas para uma geografia corporificada

**BODY, SPATIALITY AND MOTHERING:** Trails for a geography embodied

**CUERPO, ESPACIALIDAD Y MATERNIDAD:** Caminos para una geografía corporificada

## RESUMO

O artigo tem como objetivo identificar a contribuição das geografias feministas para a reflexão teórica da relação corpo-espaco, por meio de uma revisão narrativa da literatura sobre o corpo materno e as espacialidades da maternidade/maternagem. Trata-se de registrar avanços e desafios no campo geográfico para refletir aspectos da cultura brasileira sexista e racista que concentra nas mulheres, em especial nas negras, o papel de cuidadoras. O cuidado é, assim, marcado por relações de poder e por desiguais relações de gênero e raça. Se a maternidade multiplica as exigências relativas aos cuidados reprodutivos, diferentes modos de maternar podem evidenciar relações desiguais ou apontar formas de cuidado compartilhado. A interseccionalidade dos diferentes eixos de opressão (de gênero, racial, de classe, tipo de parentalidade, sexualidade) aparece como instrumentalidade teórico-metodológica e epistemológica resultante da evidente contribuição de feministas negras na compreensão das disputas políticas e culturais relativas a distintos modos de maternar e cuidar.

**Palavras-chave:** Geografia Feminista; Interseccionalidade; Corpo; Espacialidade; Maternidade

## ABSTRACT

The article aims to identify the contribution of feminist geographies to the theoretical reflection of the body-space relationship, through a narrative review of the literature about the maternal body and the spatialities of mothering/motherhood. It is about registering advances and challenges in the geographic field to reflect aspects of the sexist and racist Brazilian culture that overburden women, especially black women, the role of caregivers. The care is, in this way, marked by power relations and by unequal gender and race relations. If motherhood multiplies the requirements regarding reproductive care, different ways of mothering may show unequal relationships or point to forms of shared care. The intersectionality of the different axes of oppression (racial, class, gender, type of parenting, sexuality) appears as a theoretical-methodological and epistemological instrumentality result of the evident contribution of black feminists in the construction that underlies the understanding of the sense political and cultural of different ways of mothering/motherhood and careful.

**Keywords:** Feminist Geography; Intersectionality; Body; Spatiality; Motherhood

## RESUMEN

El artículo tiene como objetivo identificar el aporte de las geografías feministas a la reflexión teórica de la relación cuerpo-espacio, a través de una revisión narrativa de la literatura sobre el cuerpo materno y las espacialidades de la maternidad. Se trata de registrar avances y desafíos en el campo geográfico para reflejar aspectos de la cultura brasileña sexista y racista que sobrecargan a las mujeres, especialmente a las negras, el rol de cuidadoras. El cuidado está, de esta manera, marcado por las relaciones de poder y por relaciones desiguales de género y raza. Si la maternidad multiplica los requisitos en materia de atención reproductiva, diferentes formas de maternidad pueden mostrar relaciones desiguales o apuntar formas de cuidado compartido. La interseccionalidad de los diferentes ejes de opresión (racial, de clase, género, tipo de crianza, sexualidad) aparece como una instrumentalidad teórico-metodológica y epistemológica resultado del aporte evidente de las feministas negras en la construcción que subyace en la comprensión del sentido político y cultural de diferentes formas de maternidad / maternidad y cuidado.

**Palabras clave:** Geografía feminista; Interseccionalidad; Cuerpo; Espacialidad; maternidad

## Considerações Iniciais

*“Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você”.*  
(Anzaldúa, 2000, p.237)

Esta pesquisa, ainda em andamento, surge de uma inquietação pessoal, como geógrafa feminista que vivencia a maternidade há poucos anos e sente cotidianamente os atravessamentos espaciais desta experiência invisibilizada. A proposta de realizar uma análise das espacialidades maternas por meio de uma interseccionalidade instrumentalizada pelo feminismo negro, considera que as mudanças comportamentais da experiência do maternar têm relações com diferentes opressões de gênero, raça, classe e sexualidade. As espacialidades da maternagem revelam questões - aparentemente de âmbito pessoal ou privado relativas ao corpo em sua relação com o espaço - que refletem a cultura sexista e racista que concentra nas mulheres<sup>1</sup> o papel de cuidadoras. Em casa ou na rua, nós mulheres sentimos a sobreposição de violências sobre nossos corpos e desiguais relações raciais e de gênero. A maternidade adiciona formas de controle sobre o corpo feminino, impactando as espacialidades das mulheres-mães. A pesquisa aponta a contribuição da geografia feminista para a análise destas espacialidades, destacando a crítica de feministas negras quanto às assimetrias intragênero e seu impacto no cuidado cotidiano, elementos que colocam ‘a mãe preta na ponta do abismo’<sup>2</sup>. E a matriz interseccional do pensamento de mulheres negras apoia a criticidade política em que a poesia se faz presente na elaboração do pensamento geográfico corporificado, atento e crítico aos apagamentos e desautorizações discursivas e metodológicas.

Para superar a impermeabilidade e silêncios da perspectiva de gênero na geografia brasileira (Silva, 2009) e as desigualdades na geometria do poder (Massey, 2008) “as geografias feministas devem estar atentas para encontrar as lacunas e as razões das ausências, reinventando formas de conceber a realidade espacial por meio do tensionamento dos conceitos e métodos já concebidos” (Silva; Ornat; Chimim Junior, 2017, p. 15). Para Silva, Ornat e Chimim Junior (2013, p. 85), a historiografia da geografia brasileira, tanto em seu processo de produção como de circulação, tem omitido a discussão de importantes vertentes do pensamento geográfico, dentre as quais, as geografias feministas e *queer*<sup>3</sup>. Para Silva, Ornat e Chimim Junior, 2013, p. 85), “Tal omissão não se deve à ignorância, mas, sobretudo, ao desprezo que estas formas de imaginação geográfica provocam no meio acadêmico brasileiro”. Os autores ressaltam que a abordagem do corpo na geografia é diversa e extrapola o tema da sexualidade e citam diferentes caminhos analíticos já explorados, dentre os quais os que percorrem especificamente a relação espaço e corpos gestantes, como o trabalho de Robyn Longhurst (1996 apud Silva, Ornat e Chimim Junior 2013, p. 92), destacando sua relevância para debater o tema da geografia dos corpos maternos.

Pesquisas que trazem o tema da maternidade/maternagem para o debate geográfico brasileiro de modo interseccional são fundamentais, por afirmarem que “o privado também é político” reforçando “subversividades identitárias, escalares, espaciais e temporais que são tão reais quanto a própria materialização do gênero” (Przybysz, 2017, p. 137). Além disso, a própria “construção intelectual que separa e invisibiliza a relação pública/privada da dinâmica espacial é uma concepção androcêntrica que precisa ser desafiada, para dar visibilidade àqueles grupos que são negados pelo campo científico, como é o caso das mulheres (Mcdowell, 1999)” (Przybysz e Silva, 2017, p.112).

Diante do desafio de colocar as espacialidades maternas no centro da reflexão por meio da abordagem corporificada e interseccional, o próprio léxico associado à ação materna aponta limites a serem superados, dado que enquanto ‘maternidade’ é um termo usado para tratar dos aspectos biológicos relacionados à gestação, ao parto e/ou amamentação, o termo ‘maternagem’ refere-se ao estabelecimento de vínculos afetivos de cuidado e acolhimento à criança. Para Badinter (1985; 2011), não existe instinto materno, mas uma relação construída e nomeada de maternagem. Nessa interpretação centrada na mulher branca,

maternidade/maternagem servem como sistema de exclusão feminina secular, que inferioriza as mulheres nas relações de poder generificadas e racializadas ao naturalizar o papel do cuidado (da casa, da família), repercutindo na própria espacialidade feminina, ao sugerir limitar a vida da mulher ao espaço doméstico e, assim, impactar toda a organização social. A sacralização do amor materno, amplificada pela moralidade religiosa, naturaliza a desigual divisão do trabalho de cuidado e evidencia um mecanismo de sobrecarga e culpabilização das mães que impacta a ação materna e o pensamento sobre o maternar.

A obra *Maternities: Gender, Bodies and Space* (Maternidades: Gênero, Corpos e Espaço) de Robyn Longhurst (2008) evidencia que há poucos trabalhos “sobre o que é um dos, se não o mais importante de todos os corpos – corpos que concebem, dão à luz e nutrem outros corpos” (Longhurst, 2008, p. 2) os corpos maternos, ainda que, segundo a autora, existam “exceções como Madge, Noxolo e Raghuram 2004; Madge e O’Connor 2005; Mahon-Daly e Andrews 2002” (idem). Para Longhurst (2008) é preciso compreender as maternagens através de diferentes lentes culturais, pois os corpos maternos são social, sexual, etnicamente diversos e, por isso, abordagens que enfatizam corpos e espaços anteriormente ignorados podem acrescentar muito à literatura de maternidades oferecendo uma perspectiva espacial.

Descobrir a contribuição de Robyn Longhurst e de autoras/es das geografias feministas e *queer* que produzem há décadas reflexões da relação espaço, gênero e corpo – incluindo temas relativos à maternidade – reforça o objetivo de seguir repensando a geografia enquanto um campo, cujas relações de poder – veladas pelos discursos de objetividade e cientificidade – reproduzem formas de ‘autorização’ de quem pode falar e sobre o que se pode tratar, para ser aceito como ‘conhecimento geográfico relevante’. Aceitar a instabilidade das categorias analíticas, encontrar nelas a desejada reflexão teórica sobre determinados aspectos da realidade política em que vivemos e pensamos (Harding, 1993), usar as próprias instabilidades como recurso de pensamento e ação, são princípios metodológicos acionados na pesquisa.

Adotar uma postura “reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm” (Haraway, 1995, p. 15) e ser coerente com a crítica feminista à ciência androcêntrica é princípio teórico-metodológico que envolve o ato político de se pensar como sujeita da realidade que analisa e se *situar* no campo do conhecimento de atuação. No meu caso, para além de me situar como mulher cisgênero (Serano, 2006; Schilt e Westbrook, 2009)<sup>4</sup> e de refletir sobre como a experiência da maternagem revela modos como a cultura sexista pode afetar duramente a vida (e a espacialidade) da mulher, é necessário refletir também sobre como a *branquitude* (Bento, 2002) interfere na própria reflexividade. Este movimento se faz por meio da ampliação da leitura, escuta e diálogo com autoras negras que têm dado enormes contribuições ao letramento racial crítico<sup>5</sup> e antirracista, que corporifico em minha experiência pessoal (enquanto mãe e pesquisadora) e que impacta a análise da espacialidade materna. Se enegrecimento do feminismo tem sido realizado pelo feminismo negro há décadas (Carneiro, 2003), na geografia brasileira, debates interseccionais vêm sendo articulados, principalmente, pelas Geografias Feministas (Silva e Silva, 2014) e Geografias Negras<sup>6</sup> que valorizam existências espaciais interceptadas por múltiplos eixos de opressão.

Analisar as disputas de sentidos que envolvem a experiência da maternagem pode revelar como o fazer acadêmico é marcadamente androcêntrico e embranquecido, dado que temas como maternidade/maternagem e o cuidado talvez não pareçam relevantes academicamente para alguns sujeitos, ainda que marquem profundamente a vida de todas as pessoas (no mínimo porque todo ser humano nasceu e teve que ser cuidado por alguém). Se as marcas androcêntricas na produção científica têm sido refletidas por teóricas feministas em diferentes campos do conhecimento, a geografia igualmente está sendo repensada em suas categorias e discurso epistêmico e a corporificação tem tudo a ver com esse processo.

A perspectiva descolonizante das mulheres negras e latino-americanas traz para o debate a potência reflexiva de um ‘corpo-político’ que deixa de ser *objeto* para torna-se *sujeito* do conhecimento científico. Geógrafas feministas latino-americanas inspiradas no movimento

de mulheres indígenas e no feminismo decolonial propõem descolonizar o gênero e tratar o corpo como político. Autoras como Maria Lugones (2014) nos alertam para a colonialidade de gênero enquanto opressão racializada e capitalista. Spinosa-Miñoso, Gómez, Lugones e Ochoa (2013) destacam que esta opressão está ligada ao controle sobre as vidas das mulheres e tem uma história de racialização cruzada pela negação da humanidade das mulheres não-brancas, indígenas e negras. O debate sobre a memória colonial feito por mulheres negras é mais incisivo em nos chamar a superar o racismo endêmico do feminismo branco e a falsa ideia de sororidade universal (Kilomba, 2019). Refletir sobre nossa posicionalidade enquanto sujeitas do conhecimento exige repensar criticamente nossos modos de fazer geografia, e indica a necessidade de uma mudança drástica das referências bibliográficas, para reposicionar o pensamento decolonial feminista e o feminismo negro na estrutura acadêmico-científica, de modo ampliar a visibilidade desses movimentos.

A pesquisa de referências sobre o corpo e a espacialidade da maternagem atentou para a valiosa contribuição dada por intelectuais como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Angela Davis, bell hooks, Patrícia Hill Collins, entre outras e que, não apenas evidencia como é potente o diálogo com o pensamento e ação de mulheres negras, como tem gerado reflexões sobre o quanto a branquitude acrítica oblitera essa potência. O uso de uma linguagem acessível e ao mesmo tempo de alta qualidade reflexiva é algo que atrai nas autoras citadas acima e seus textos têm em comum a capacidade de serem profundamente impactantes e diretos naquilo que comunicam: visibilizar a mulher negra e todas as suas contribuições sociais, culturais e intelectuais. Apresentar um recorte narrativo de uma revisão bibliográfica que inclui essas autoras reforça uma postura metodológica defendida por várias delas, que propõem uma escrita em primeira pessoa e relatos pessoais (por vezes autoetnográficos) tecidos com teorias, conceitos e categorias de análise, que compõem a base desta *geografia* existencial e corporificada.

Como geógrafa feminista, afirmo uma ciência insubmissa, por isso a escolha metodológica passa pela valorização da subjetividade. Trazer uma revisão narrativa da literatura sobre o tema da pesquisa é um dos elementos que compõem esta escrita feminista de uma cientista que foi fortemente impactada pela transformação causada pela maternidade, mas também pelo letramento racial crítico que o tema do cuidado inspira. Isso significa que esta pesquisa não está centrada na métrica quantitativa historicamente associada à objetividade branca e androcêntrica. A pesquisa feminista se faz também na superação da lógica formal das linearidades impositivas, que o feminismo (especialmente o negro) soube enfrentar. Essa escrita feminista considera fundamental a escuta e o diálogo com a poesia insubmissa<sup>7</sup> para valorizar um fazer geográfico *desde dentro* (Guimarães, 2015). Nesse sentido, a *escuta sensível* é uma escolha de método de valorizar a contribuição da “corporalidade” (que é ‘corpo’ e ‘oralidade’) do saber ancestral na elaboração das geo-grafias, literaturas e artes próprias de mulheres negras e suas geoesias (Guimarães, 2010) fundamental na composição desta *geografia* corporificada.

A contribuição de intelectuais negras que compõem esta revisão narrativa destaca a relevância de racializar o cuidado para pensar práticas comumente associadas à maternagem. O entrecruzamento de camadas – gênero, raça, classe, tipo de parentalidade, sexualidade – permite compreender maternidade/maternagem de modo complexo. Desse modo, interseccionalidade não é apenas conceito, mas ferramenta metodológica, e como afirma Carla Akotirene (2019), é uma oferenda analítica preparada pelas feministas negras e disputada na encruzilhada acadêmica<sup>8</sup>. Ressaltar esta contribuição epistemológica é reconhecer o racismo epistêmico e confrontá-lo com o valor da mulher negra enquanto sujeita do conhecimento. As formas de opressão se entrecruzam e causam novos tipos de desafios e a interseccionalidade aparece como “instrumentalidade teórico-metodológica [necessária] à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e o cisheteropatriarcado” (Akotirene, 2019, p.19)<sup>9</sup>.

O texto busca, portanto, registrar avanços e desafios no campo geográfico para refletir de modo interseccional sobre as condições sociais, políticas e culturais da maternidade/

maternagem enquanto experiências performativas<sup>10</sup>, múltiplas e espacialmente vividas. Esta instrumentalidade na pesquisa evidencia a relevância da leitura negro-feminista para o alcance da maternagem enquanto ação política frente às formas patriarcais e racistas que incidem na parentalidade e nos espaços-tempos do cuidado, socialmente atribuídos às mães e às mulheres negras via trabalho doméstico. Para tanto, faz-se necessário subverter o saber branco e androcêntrico que predomina na ciência para refletir sobre as corpo-espacialidades maternas, considerando a arte poética, a escrita feminista do corpo e as contribuições das intelectuais negras que rasuram a ciência asséptica ainda dominante e alertam que o próprio feminismo esteve prisioneiro de uma visão eurocêntrica e universalizante (Carneiro, 2003).

Assim, o texto se divide em duas partes: a primeira concentra-se na pesquisa sobre maternidade/maternagem, e formas de pensar suas espacialidades abertas e relacionais, com apoio nas geografias feministas; e, na segunda parte, trata da contribuição da interseccionalidade do pensamento das intelectuais negras<sup>11</sup> para compreender a maternagem, considerando as hierarquias e desigualdades de gênero e raça que marcam as relações parentais, de cuidado, em uma cultura racista e sexista.

### **Corpo e espacialidades da maternagem na ótica feminista: uma geografia sensível e corporificada**

A proposta de refletir sobre a maternidade e questionar a relevância do tema para a geografia é uma opção analítica que revela a lente feminista da pesquisa. Para Sandra Harding, no exame da crítica feminista à ciência devemos “refletir sobre tudo o que a ciência não faz, as razões das exclusões, como elas conformam a ciência precisamente através das ausências, quer sejam elas reconhecidas ou não” (Harding, 1993, p. 12-13). Nessa jornada de pensar a ausência do corpo na análise geográfica, é preciso questionar que tipo de leitura é dominante no campo e porque algumas formas de pensar espacialmente a ação de determinados sujeitos podem ser (des)qualificadas enquanto temas “não-geográficos” ou desimportantes. Harding nos fala de uma “ciência malconduzida – isto é, uma ciência distorcida pela visão masculina preconcebida na elaboração da problemática, nas teorias, nos conceitos, nos métodos de investigação, nas observações e interpretações dos resultados” (Harding, 1993, p.13).

Diante do desafio de uma revisão narrativa sobre o tema da espacialidade materna na geografia, questões interessantes em relação à corporificação da análise espacial se destacam ao se optar por uma abordagem feminista. Se a relação corpo-espço é um tema de recente relevância na geografia brasileira, para geógrafas anglófonas o tema tem relevância desde os anos 1990. Muito embora as geografias feministas tenham se inspirado nas epistemologias feministas de Donna Haraway (1995), Sandra Harding (1993), Judith Butler (1990; 1993) e outras pensadoras que ressaltam a importância do saber localizado, parcial – inclusive para um debate sobre a objetividade da ciência – e, ainda que a geografia feminista de Doreen Massey (2008), Gillian Rose (1993), Linda McDowell (1993), entre outras geógrafas anglófonas, tenha permitido um aprofundado diálogo da geografia brasileira com o feminismo, através principalmente do esforço de pesquisadoras brasileiras como Joseli Maria Silva (Silva, 2007; 2009), ainda há muito a avançar para que leituras feministas do corpo sejam valorizadas no campo científico geográfico.

Contraopondo estes silenciamentos do corpo na geografia brasileira, as geografias feministas vêm afirmando que a corporificação é relevante para as práticas espaciais e para a execução de pesquisas (Silva, Ornat e Chimim Junior, 2017). Para estes autores, a geografia brasileira negligenciou o corpo mesmo frente à obra de Henri Lefebvre que “permite constituir outros caminhos imaginativos de espaço, notadamente pela ideia de que o espaço é profundamente político e ideológico e pela importância do corpo humano para uma compreensão das conexões entre poder e espaço” (Silva, Ornat e Chimim Junior, 2019, p.

64). Ao trazer o legado de Henri Lefebvre para o debate sobre a relação corpo e espaço, ressalta-se o paradoxo da impermeabilidade do tema do corpo na geografia brasileira, já que este campo foi fortemente influenciado pelas ideias de Lefebvre e em especial a obra *The Production of Space* (1991 apud Silva, Ornat e Chimim Junior, 2019). Conforme apontam, embora a maior parte das referências ao pensamento do autor estejam associadas ao marxismo e à noção de produção do espaço pelo caráter das relações sociais e econômicas capitalistas, a obra do autor trata do corpo humano como capacidade de produzir espaço e como um meio pelo qual as pessoas podem retomar o poder sobre sua vida cotidiana.

Para Silva et al (2019), a obra de Lefebvre é potente para produzir uma base analítica para o processo de corporificação do conhecimento geográfico, ainda que a filosofia lefebvrea utilizada na geografia brasileira tenha sofrido filtragem interpretativa que privilegiou o espaço da produção econômica. Aspectos que estruturam o que Lefebvre (1991 apud Silva et al, 2019) chamou de ‘espaço diferencial’, potencializado pelo corpo, já inspiravam as geografias feministas com a “integração de assuntos considerados ‘pessoais’ para a discussão da esfera pública e do acesso à cidade, como a violência doméstica, o feminicídio, a violência sexual, estupro, aborto, divórcio, maternidade e assim por diante” (Silva, et al, 2019, p.74). Desse modo, “as resistências podem ser concebidas a partir do corpo humano, dotado de capacidade corpórea de produzir espaço de existências não hegemônicas” (idem, p.65) e tal entendimento, além de basilar na geografia feminista, é fundamental para a compreensão dos modos feministas de analisar a espacialidade materna. “Os sistemas de gestos, para Lefebvre, não são realizados ‘no espaço’, mas os próprios corpos geram espaço, pois as ações e as vivências estão incorporadas de ideologias” (ibidem, p.68). De acordo com esta compreensão, “Os corpos são produtores de espaço quando reinventam e se apropriam da vida, rompendo com a lógica do ‘espaço abstrato’ constituindo o que ele chama de ‘espaço diferencial’” (Silva, et al, 2019, p.70). A diversidade dos corpos maternos indica espacialidades, conflitos e práticas espaciais que remetem ao ‘espaço diferencial’ ao reinventarem a maternagem, informando a relevância da pesquisa e a afirmação prática e política de certas maternagens.

O corpo que pode gestar, parir e nutrir outro corpo é uma espacialidade relevante e a pesquisa aponta diferentes situações em que mães questionam modos como o corpo feminino é disciplinado ao papel de cuidadoras. A domesticação das mulheres foi utilizada para que o corpo e a sexualidade feminina fossem direcionados aos trabalhos relativos à procriação e à reprodução dos cuidados e isso indica um controle sobre a própria mobilidade da mulher mãe, dado que socialmente se espera que a espacialidade das mulheres mães corresponda à espacialidade de suas crianças. Mesmo com relação a essa exigência, uma abordagem interseccional evidencia que a proximidade entre a mãe e suas crianças depende de que lugar esta mulher ocupa na hierarquia social e intragênero, dado que mulheres negras historicamente tiveram que se distanciar de seus filhos(as) para cuidar dos(as) filhos(as) de brancos(as).

Nos conduzindo a uma reflexão complexa sobre a espacialidade do corpo materno<sup>12</sup>, Robyn Longhurst (2008, p.7) sugere que corpos grávidos são capazes de perturbar o pensamento binário ao passarem por um processo corporal que transgride a fronteira entre interior e exterior, eu e outro, sujeito e objeto, feminino e masculino<sup>13</sup>. Ações que politizam a maternidade evidenciam o sentido paradoxal da espacialidade da maternagem ao colocarem o corpo materno como sujeito da ação política. Pensar sobre a espacialidade da maternagem inclui refletir sobre a legitimidade da interdição de espaços a crianças (e a quem as cuida), como faz o movimento “ChildFree” (“livres de crianças”) formado por pessoas que optaram por não ter filhos, que não desejam ser importunadas por crianças, e que tem agido para incentivar que estabelecimentos comerciais recusem crianças ou criem áreas de acesso negado a elas<sup>14</sup>.

Se a maternidade é um tema complexo, a ótica feminista da maternagem evidencia experiências corporais e espaciais tidas como ‘novas’ para superar obstáculos que limitam a inserção das mulheres mães, nos espaços públicos. Mesmo nos espaços domésticos, o con-

trole social sobre a mãe é algo que condiciona a ação com sentimentos maternos de culpa e fracasso. Ainda assim, há tensionamentos do ‘mito do amor materno’, que reproduz cotidianamente a ideia de ‘clausura’ da mulher em seu papel de mãe (Badinter, 1985, p. 237) versus a ação política que se opõe à idealização e sacralização da maternidade (Pereira; Tsallis, 2020)<sup>15</sup>. Para Silva (2007), é na construção social do sujeito que Rose (1993) fundamenta sua tese do *espaço paradoxal* e abre possibilidades de transformação e resistência dos sujeitos na estrutura de dominação masculina. O sentido paradoxal da espacialidade materna está na ação de mães que politizam o maternar contra obliterações impostas, abrindo brechas para fazer insurgir ações (algumas automeadas de ‘maternagem feminista’, ‘feminismo materno’) que têm em comum a ideia de “forjar novas políticas acerca de nós mesmas, na direção do cuidado de si” (Pereira; Tsallis, 2020, p. 10).

A espacialidade materna explicita um conjunto de ações que politizam a maternidade: a decisão de ser ou não mãe (uma ou mais vezes), o direito às políticas de contracepção, políticas públicas relativas à gestação, ao parto ou de apoio ao aleitamento materno, políticas que envolvem os cuidados da primeira infância e a sobrecarga do cuidado realizado por mulheres e em especial as negras e pobres quando falamos do cotidiano de crianças em creches, escolas de educação infantil e da divisão dos cuidados parentais ou profissionais (babás e empregadas domésticas). Isso implica em um entendimento de que a experiência pessoal pode ser tomada como política, com vistas a intervir numa realidade que oprime mulheres cotidianamente. A análise geográfica se corporifica ao “se arriscar numa escrita que possibilite criar condições para desentranhar, despessoalizar, desprivatizar a experiência e recolocá-la no plano do impessoal, do coletivo. Forçar uma coletivização da experiência – hoje tão intimista e solitária – de tornar-se mãe” (Pereira; Tsallis, 2020, p. 10) e a partir daí repensar a própria condição de analista.

Do pensamento à ação prática, as formas de reapropriação do corpo dominado como possibilidade de emancipação, tal sugere Lefebvre (1991 [1974] apud Silva, Ornat e Chimim Junior, 2019) nos inspiram a interpretar cientificamente com apoio das geografias feministas, a ação materna e o cotidiano da maternagem. A própria opção pelo termo *maternagem* considera a compreensão de uma prática ativa que se faz por meio de um conjunto de ideias e comportamentos mutáveis, contextuais e que para Emily Jeremiah (2006) podem ser potencialmente subversivos se pensados a partir da noção de *performatividade materna*. Nessa perspectiva, a maternagem feminista inclui ações de mães que deixaram de silenciar suas dores e passaram a elaborar o que sentem e a visibilizar aquilo que pode apoiar, fortalecer e ‘empoderar’ outras mães; mulheres, sendo ou não mães, que se opõem à ‘maternidade compulsória’ e outras imposições sociais relativas ao cuidado, meninas, mulheres e idosas que são a ‘rede de apoio’ de mães sobrecarregadas e se reconhecem sujeitas das (e às) decisões políticas que as afetam, por vezes encontrando no feminismo um lastro ao seu próprio cotidiano de cuidados de si, parentais ou domésticos.

Modos feministas de se relacionar com a maternidade/maternagem existem, ainda que o feminismo precise ser refletido cientificamente para lidar com questões de gênero, superando a gramática de normatividades<sup>16</sup>. É urgente defender o corpo das mulheres, pois é neles que incidem os custos mais altos da reprodução, mesmo para aquelas mulheres que não querem ser mães; pois, todas as dificuldades relacionadas à contracepção e/ou à interrupção segura de uma gestação indesejada, nos levam a pensar o corpo da mulher e sua relação com a maternidade. Para além de ser visto como corpo responsável pela ‘fabricação de novas pessoas’, se é que se pode falar assim desse processo, mulheres feministas conhecem bem as razões da polêmica em torno do aborto, envolvendo um debate moral desencaixado, marcado por violências médicas e pela criminalização de quem busca decidir sobre si mesma.

Este debate em si já evidencia o corpo como ‘arena’ e campo de forças; território onde confrontam-se concepções políticas conservadoras e dogmas religiosos que secularmente fazem da mulher um “corpo público”. Mas, “o corpo é nosso” “é nossa escolha” “Legaliza” “Pela vida das mulheres” são versos entoados por feministas em atos nas ruas para reivin-

dicar o direito ao próprio corpo. Isso evidencia que o corpo está em disputa e não é qualquer corpo, são corpos sujeitados a decisões alheias, objetificados, violentados e criminalizados, corpos cuja dominação evidencia o controle 'social' do útero.

Apresentar o útero como espacialidade em disputa significa considerar a multiplicidade da diferença e as múltiplas performatividades<sup>17</sup>. Longhurst (2005) lembra que o conceito de performatividade tem sido muito influente entre as geógrafas feministas porque se afasta dos entendimentos essencialistas e estáticos da identidade, ao teorizar a identidade como constantemente representada por meio do corpo. Nesse sentido, pensar a maternidade na ótica feminista envolve questões relativas à própria resistência à 'maternidade compulsória'. Visibilizar a ação materna que se dá em oposição aos modos patriarcais inscritos no nascimento e na criação de bebês e crianças, trazer para a análise debates sobre aborto, gestação, parto e amamentação são formas de confrontar a geografia descorporificada. A espaço-temporalidade da maternagem extrapola estes momentos da experiência materna, mas estes são temas que atravessam a análise dos modos como o sistema patriarcal capitalista e racista abusa do corpo feminino.

Pensar o espaço enquanto esfera da possibilidade de existência da multiplicidade (Massey, 2008) diante de conflitos visíveis pelas lentes feministas interseccionais, significa ver também o corpo como espacialidade em disputa, pensá-lo como entidade geopolítica. Um grafite na rua diz "tire seus rosários dos meus ovários", um bloco de carnaval feminista faz tatuagens temporárias e adesivos com a frase "meu útero é laico", sinais, gestos e ações da luta cotidiana pelo direito a decidir sobre o próprio corpo, em oposição a valores morais que se inscrevem na relação corpo-espaço. O corpo (útero, ovário) como entidade geopolítica se apresenta entre múltiplas existências, incluindo a resistência encarnada daquelas que não desejam uma gestação e tentam não adoecer mesmo sendo socialmente responsabilizadas pela contracepção ou esterilização<sup>18</sup> ou criminalizadas por interromper uma gravidez indesejada. Por outro lado, há ações que evidenciam a resistência daquelas para quem o ventre materno é campo de luta e (re)existência coletiva, como as que defendem o corpo-território na perspectiva das mulheres indígenas.

O *Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo* (2017) sistematizou quatro das principais linhas que trabalham com esta compreensão de geografar corpos-territórios: Feminismos Latino-Americanos Decoloniais; Feminismos Latino-Americanos Comunitários; Teologias feministas da Libertação; e Geógrafas Feministas. O conceito de corpo-território lido em uma perspectiva feminista latino-americana permite uma crítica científica à violência das hierarquizações do corpo individual-comunitário sexualizados e racializados na dominação capitalista, colonialista e sexista (Marchese, 2019)

Sofia Zaragocin parte da geopolítica feminista anglocêntrica para alcançar um feminismo descolonial, e avançar na elaboração da *geopolítica do útero* (Zaragocin, 2018). Lembrando que na tradição intelectual anglo-saxã, o corpo foi teorizado em torno da maternidade e, em maior medida, enquanto uma entidade geopolítica (Longhurst e Jonhston, 2014 apud Zaragocin, 2018, p.88), Zaragocin compreende a geopolítica feminista como uma sub-disciplina da geografia feminista para mostrar que as relações de força que operam através e acima dos corpos provocam a produção de um imaginário geopolítico feminista (Hyndman, 2001, apud Zaragocin, 2018) que incorpora corpos, subjetividades e corporalidades, teorizando sobre elas a partir da escala da vida cotidiana (idem, p.88). Zaragocin (2018), trata desta luta territorial por parte de mulheres racializadas, enquanto um tema que relaciona corpo e terra, em uma perspectiva decolonial, em que as mulheres 'criam território' para conter frentes de expansão territorial. Para Zaragocin (2018), colocar o útero como entidade geopolítica, é compreender que a geopolítica não está restrita à ação e à escala do Estado, pois é algo que se faz também desde a escala íntima e a partir de uma parte específica do corpo.

Entretanto, quando se fala em útero como entidade geopolítica estamos tratando de um lugar (de luta) complexo. Longhurst (2005) alerta que mesmo a biologia dos corpos de gestantes é produzida discursivamente porque os corpos são o que são, mas precisam

ser considerados em seus contextos. No texto “pensando geograficamente com úteros” (*Thinking geographically with wombs*), Loughoust (2018) argumenta como geógrafas podem usar o útero para desromantizar os cuidados relativos à reprodução social e resistir às construções discursivas acerca da mãe boa/mãe má. Como toda espacialidade é aberta e relacional, pensar a maternagem em uma perspectiva feminista e interseccional nos provoca a considerar o corpo materno como espacialidade política. Útero, contracepção, aborto, gestação, parto, aleitamento entre outros temas são fragmentos da espaço-temporalidade (anterior à longa jornada de descobertas e posicionamentos relativos à maternidade) que deveriam interessar ao conjunto da sociedade e não apenas às mães ou às mulheres. Coletivos de mães feministas performam maternagens que questionam o papel social da mãe e rompem com normas de comportamento desenhadas pela cultura cristã e patriarcal.

A preparação do corpo-gestante para o nascimento da criança é apenas uma das etapas em que a necessidade de se posicionar politicamente se impõe. Isso porque, em um país onde parir de modo humanizado não é o mais comum, parir de modo natural e respeitoso pode exigir um empenho próximo da militância política. Do direito a um ‘parto natural humanizado’ passamos a ver este modo de parir como ‘sorte’, como ‘resistência’, quando se consegue parir nas poucas casas de parto públicas do país ou de outro modo pelo Sistema Único de Saúde (SUS) ou um ‘privilégio’ (quando se pode pagar mais de dez mil reais para ter suporte de uma equipe médica, além de custear a internação hospitalar). Entender como um ‘privilégio’ o ato de parir com dignidade e respeito é algo que pode ser analisado de modo crítico se relacionado com o avanço das práticas médicas racistas, classistas, androcêntricas e coloniais<sup>19</sup>.

Um parto humanizado pode se dar em um ‘parto domiciliar’ (para quem pode parir em sua própria casa, com equipe de retaguarda, frequentemente composta por médica/o ou enfermeira obstetra, parteira, doula e/ou outros profissionais) ou em um ‘parto hospitalar humanizado’, em que mesmo nos casos de parto cesárea, pode-se buscar criar uma ambiência acolhedora que favoreça o nascimento e que conforte parturiente e bebê: um banho/banheira em água morna, luz baixa e temperatura ambiente adequada ao recém-nascido, bola de fisioterapia, banquetas para parto de cócoras, dentre outros objetos que revelam uma espacialidade do ato fisiológico do nascimento. Os saberes ancestrais, que respeitam e se harmonizam com o tempo ‘da natureza’, próprio da fisiologia do parir, revestidos de “novidade” e vão constituindo ações que tentam se opor ao tempo rápido das agendas médicas, que mercantilizam aquilo que deveria ser um direito: a garantia à espaço-temporalidade do nascer natural e respeitosamente.

Popularizar o parto humanizado enquanto política pública é uma luta árdua contra um sistema médico-hospitalar que medicaliza a experiência do nascimento e transforma o ato fisiológico de parir em algo extraordinário e comercializável. A mercantilização do nascimento inclui práticas de consumo nas maternidades privadas, que para além dos serviços de hotelaria hospitalar, oferecem serviços de beleza (maquiagem, manicure), ensaios fotográficos e recepção de convidados. Clínicas particulares espetacularizam o parto (do natural à cesárea agendada), enquanto em hospitais públicos, a violência obstétrica é recorrentemente maior com mulheres negras. Se há excesso de medicalização para mulheres brancas, as mães negras recebem menos consultas no pré-natal, menos anestesia e são 60% das vítimas de mortalidade materna no país, conforme a campanha *SUS Sem Racismo* do Ministério da Saúde (2014)<sup>20</sup>.

Para desvendar a dimensão social e espacial da violência obstétrica, a pesquisadora Isabelle Aguiar (2019) reuniu relatos de parto, depoimentos em documentários como “o renascimento do Parto” e a pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, feita pela Fundação Perseu Abramo e SESC em 2010 e listou as mais frequentes violências sofridas pelas mulheres antes, durante ou após o parto: Negação de atendimento, ser colocada em situação de abandono e sofrimento durante o atendimento obstétrico, episiotomia (corte desnecessário do períneo), ‘ponto do marido’<sup>21</sup>, furo manual da bolsa das águas, manobra Kristiller, negação da anestesia em parto normal (caso seja o desejo

da mulher recebê-la), uso sem consentimento de anestesia durante as contrações, ofensas e humilhações verbais; impedir que a mulher se mexa durante o trabalho de parto, impedir que a mulher coma ou beba água durante o trabalho de parto, agressões físicas e sexuais durante o parto, operação da cesárea eletiva sem o consentimento da mulher (forçadamente, ou por motivo mentiroso e desnecessário).

A pesquisa de Aguiar (2019) aponta as relações corpo-espaço para evidenciar violências perpetradas contra mulheres no parto e que são relativas ao excesso de intervenções médicas<sup>22</sup> e para ressaltar o valor do Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar (2001) que busca tratar a saúde de forma mais acolhedora e consciente das realidades de pacientes. Com dados de extrema relevância, Aguiar (2019) questiona o valor dado à vida da mulher em um contexto marcado pela disseminação de ideologias religiosas que objetivam controlar o corpo feminino, pondo em risco a sua integridade física, emocional e moral, e ressalta que entre os séculos XVIII e XIX, “em todas as teses defendidas pela obstetrícia nas escolas de medicina, salvar a vida da mulher era o objetivo fundamental” (Brenes 1991, p. 8 apud Aguiar, 2019, p.46) enquanto hoje o país regride ao tentar criminalizar o aborto até mesmo em caso de estupro e risco de vida para mulher<sup>23</sup>.

Chama a atenção o uso do instrumento da “objeção de consciência”<sup>24</sup> para o avanço da perversa negação de direitos, que segundo Diniz (2011), no Brasil desintegra a estrutura de legalidade oferecida pelo sistema político e judicial relativa ao serviço de aborto legal pelo SUS, para o atendimento de mulheres nas situações previstas em lei, tornando mais difícil o acesso ao aborto legal na maioria dos casos. Para Aguiar, “a violência obstétrica não ocorre apenas durante o atendimento gestacional, parto e pós-parto, são muitos os casos de violência ocorridos durante a assistência ao aborto, seja ele espontâneo ou provocado” (Aguiar, 2019, p. 47). A fertilidade/fecundidade feminina evidencia o controle institucional e social dos corpos subalternizados e o corpo feminino, pobre e negro como frequentemente violentado.

Este controle do Estado, no entanto, desconsidera a co-responsabilidade de governos nos cuidados relativos às crianças. Maternar remete à parceria, apoio com afeto, cuidado (com a mãe e a criança). Mas a realidade no Brasil (IBGE, 2018, p. 3) é que mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos cerca de 73% a mais de horas que homens (18,1 horas contra 10,5 horas)<sup>25</sup> e esse cuidado é trabalho não remunerado e cobrado socialmente como ‘ato de amor’ (Federici, 2019).

A reprodução social e o trabalho doméstico<sup>26</sup> estão na base de qualquer produção. Quando o foco está nos cuidados com as crianças pequenas, a situação de sobrecarga das mulheres é ainda mais evidente. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015 estimou em cerca de 10,3 milhões o contingente de crianças de menos de 4 anos de idade no País, o que representava 5,1% da população residente; e à época da pesquisa 83,7% das crianças de menos de 4 anos tinham uma mulher como primeira pessoa responsável por elas (IBGE, 2016), enquanto apenas 16,3% tinham homens como principal responsável. Dessas crianças, 46% estavam sob os cuidados de uma mulher ‘não ocupada’ e 37% delas por mulheres ‘ocupadas’ e se considerarmos que no Brasil apenas 25,6% das 10,3 milhões de crianças de zero a quatro anos estão matriculadas em creches ou escola, a situação é ainda mais grave (idem). Nesta pesquisa, o IBGE (2016) perguntou aos responsáveis pelas crianças que estão fora das creches se havia interesse na matrícula: a resposta foi positiva para 61,8% dos entrevistados, o equivalente a 4,7 milhões de crianças, ainda que a pesquisa não tenha analisado os motivos que levaram a essa baixa frequência. Já a evasão escolar por conta da maternidade precoce afasta dos estudos mais de 300 mil mães adolescentes, segundo dados da mesma pesquisa em 2013. Dados do Ministério dos Direitos Humanos<sup>27</sup> relacionam a maternidade na infância e na adolescência às violências sexuais sofridas por meninas, frequentemente dentro de suas casas e perpetradas por parentes ou pessoas próximas à família. A violência e o abuso sexual de crianças e adolescentes<sup>28</sup>, com taxas elevadas de gravidez precoce, revelam a casa como espacialidade ameaçadora para crianças que não têm garantida a integridade de seus corpos.

Para Federici (2017), na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência; pois, o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, e forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho. Daí a relevância que o corpo adquiriu, em todos os seus aspectos — maternidade, parto, sexualidade —, tanto dentro da teoria feminista quanto na história das mulheres. O saber feminista trata de uma ‘política do corpo’ (Federici, 2017, p. 34) e nesta interpretação, o controle dos corpos está relacionado à restrição das mulheres à condição de trabalhadoras não assalariadas no lar ou na base precarizada dos trabalhos domésticos mal remunerados.

A apropriação masculina e estatal da capacidade reprodutiva das mulheres coloca a maternidade no centro da reflexão sobre a violência sistemática contra as mulheres ao enfatizar que “o trabalho não remunerado das mulheres no lar foi o pilar sobre o qual se construiu a exploração dos trabalhadores assalariados, a “escravidão do salário” assim como foi o segredo de sua produtividade” (Dalla Costa, 1972, p.31, apud Federici, 2017, p.17). A proibição de práticas relacionadas aos saberes ancestrais (das curandeiras, parteiras), ou mesmo da prostituição revelam o histórico controle do corpo feminino pelo Estado. Como o Coletivo Sycorax destaca no livro de Federici (2017), a caça às bruxas<sup>29</sup> se atualiza no encarceramento massivo de mulheres negras perpetrado pelo Estado, nas violências obstétricas, na sub-representação política da mulher, na representação deturpada na mídia, na perseguição, silenciamento, agressão a mulheres, pessoas trans e travestis, na perseguição às religiões de matriz africana, na banalização da morte de crianças e jovens negros e na dor das mães de vítimas da violência policial.

Em meio a esse histórico controle sobre os corpos femininos, Robyn Longhurst (2008) oferece uma série de janelas reflexivas sobre as maneiras pelas quais os corpos maternos influenciam e são influenciados por processos sociais e espaciais e aponta maneiras pelas quais a subjetividade incorporada e a espacialidade estão intimamente entrelaçadas (Probyn 2003 apud Longhurst, 2008). A autora cita Sarah Holloway (1999: 91, apud Longhurst, 2008, p. 2) que argumenta: “Longe de ser uma experiência simplesmente natural, a maternagem é um fenômeno social complexo: varia ao longo do tempo e no espaço, e está intimamente ligado a ideias normativas sobre a feminilidade”.

A espacialidade da maternagem aponta para demandas relativas às práticas espaciais das mães, que incluem, por exemplo, o direito à livre amamentação, com políticas de apoio ao aleitamento materno que vão da ampliação de direitos trabalhistas (licenças e dispensas que garantam o direito à lactante) à adequação do mobiliário urbano para a oferta de condições adequadas ao aleitamento, como criação de espaços adequados em termos de limpeza, conforto e tranquilidade, para que lactantes possam coletar e armazenar seu leite, além de medidas que inibam constrangimentos espaciais relacionados ao aleitamento materno em público. A adequação de espaços ao cotidiano do cuidado compartilhado da primeira infância inclui ofertar fraldários e trocadores em espaços públicos, mas não apenas em banheiros femininos.

Robyn Longhurst (2008) nos ajuda a pensar em alguns dos espaços – material, discursivo e imaginário – da amamentação: a lactação tem sido um símbolo da maternidade – sustento, calor, bondade – e ainda existe uma vasta e diversificada gama de experiências vividas de lactação, algumas das quais reiteram discursos dominantes sobre a ‘pureza do leite das mães’ e outras que contestam esses discursos (Longhurst 2008, p.17). Quando os seios devem ‘estar no lugar’ e ‘fora do lugar’ (Longhurst 2008) passa a ser um debate de base moral conservadora ou de grupos de apoio ao aleitamento materno que podem ampliar a pressão sobre as mães ao criarem regras e expectativas de *um* maternar ideal. O pertencimento a essas comunidades ‘virtuais’ reproduz imposições de modos de ser mulher ou de maternar que podem gerar nas mães sentimento de culpa, falta e fracasso.

As redes de apoio para mães e cuidadores, ou as ‘redes de pessoalidades’ como tratado por Przybysz (2017), constroem espaços de maternagens e são complementos ao próprio exercício das maternagens, por isso se pode afirmar que há uma construção de multiespacialidades

relativas aos cuidados de bebês e crianças. As espacialidades da maternagem variam conforme o arranjo dos diferentes eixos de opressão que incidem sobre determinadas existências. Isso porque, para que muitas mulheres mães possam 'sair de casa para o trabalho', outras mulheres foram e são responsabilizadas por cuidar destas crianças. Não podemos esquecer que muitas destas mulheres que vão cuidar, especialmente por meio do trabalho doméstico remunerado, também são mães, que acabam por deixar suas crianças em algum *lugar* quando não estão nas creches e escolas. Por vezes, estas crianças ficam sozinhas, sob o cuidado de outras crianças maiores ou sob guarda das redes de parentesco e vizinhança, formadas majoritariamente por outras mulheres. Historicamente, as mulheres que estão na base da estrutura social do cuidado (parental, comunitário ou terceirizado) são as mulheres negras e esta relação da maternagem com outros cuidados diz muito sobre como podemos fazer uma autocrítica em relação à perspectiva do letramento antirracista em nosso fazer científico feminista. Destacar a importância das intelectuais negras em uma revisão narrativa dos estudos da maternagem na ciência geográfica é uma decisão política relativa à minha própria experiência como feminista, seja como mãe ou cientista, branca, em processo de letramento racial.

## **Feminismo negro, letramento racial e a contribuição de intelectuais negras para pensar o cuidado**

As feministas negras contribuíram muito para a desconstrução do modelo universalizante de mulher do feminismo branco e seu modo de desconsiderar a existência das mulheres negras. Abriram caminho para a visibilização de outras opressões a que estão submetidos os corpos considerados 'fora da norma': mulheres pobres, periféricas, LGBTQIA+. O feminismo negro (Carneiro, 2003, 2005; Collins, 2019) formulou importantes críticas à teoria feminista e suas categorias de análise e denunciou o racismo existente no interior do movimento de mulheres brancas.

Maria Aparecida da Silva Bento fala da "indignação narcísica" das mulheres brancas frente ao "silêncio constrangedor dessas mulheres sobre a situação da mulher negra apontada há mais de 20 anos como aquela que compõe o segmento mais discriminado no mercado de trabalho" (Bento, 2002, p. 30). Apontar o silêncio, a omissão e este componente narcísico de autopreservação dos privilégios brancos tem relevância em um processo de letramento racial e de autocrítica de uma geógrafa feminista branca. Bento (2002) e Cardoso (2011) são enfáticos ao dizer que *é preciso situar a branquitude* e sua responsabilidade no que se refere ao racismo endêmico e suas práticas genocidas.

Para Cardoso (2011), a branquitude segue significando poder, lugar de privilégios simbólicos, subjetivos e materiais palpáveis que colaboram para reprodução do preconceito racial, discriminação racial "injusta" e racismo. O autor pautou-se na sociologia das ausências e das emergências de Boaventura de Souza Santos (Santos, 2006b, p. 86-125 apud Cardoso, 2011) para buscar compreender a extensão e o significado da suposta escassez do tema da branquitude nos estudos sobre relações raciais na produção acadêmica brasileira. Cardoso (2011) lembra que Guerreiro Ramos foi quem primeiro propôs estudos sobre a identidade racial branca, utilizando o termo "brancura", que na literatura científica atual equivaleria ao conceito branquitude. Ramos, no ensaio 'A patologia social do "branco" brasileiro', utiliza o termo "brancura" referindo-se à pele clara e outros traços e aspectos, sobretudo, físicos como lábios, nariz, cabelos, que levam uma pessoa a ser classificada socialmente como branca (Ramos 1995[1957] s p.163-211 apud Cardoso 2011). Cardoso ressalta que a brancura é um dos traços da própria branquitude, mas que uma pessoa pode identificar-se como branca, mesmo que não possua brancura e, assim, a branquitude também diz respeito a aspectos que identificam uma pessoa ou um grupo para além de suas características físicas.

A branquitude é esse lugar de privilégio simbólico que pode, inclusive, fazer com que pessoas classificadas como brancas não se considerem marcadas enquanto uma identidade

racial dentre outras, usufruindo assim de uma pretensa ‘invisibilidade’ mesmo diante da violência do racismo. Esta pretensa invisibilidade seria o que pessoas brancas se utilizam para não se marcarem do ponto de vista da racialidade, ainda que, por vezes, se situem em outros aspectos de sua corporeidade; algo que seria próprio da branquitude. Como resultado perverso dos privilégios de pessoas brancas, a branquitude reforça a ideia de que o racismo seria um problema da pessoa racializada (negros, indígenas, entre outros grupos racializados). Na hierarquia resultante do racismo, coube a negros, negras e indígenas pensar as consequências mais cruéis dessa relação e, inclusive, dizer aos brancos e brancas que compreender seu papel na transformação das desigualdades raciais é o mínimo que se pode fazer se a intenção é ser antirracista. Ainda que tardiamente, pessoas categorizadas como brancas, precisam evidenciar privilégios e romper o silêncio do racismo estrutural e cotidiano e esta é a principal justificativa para trazer o tema da branquitude crítica para uma reflexão feminista e situada sobre maternagem na Geografia.

Na ciência, tal como Sueli Carneiro (2003, 2005) nos apresenta, o epistemicídio coloca em questão o lugar da educação na reprodução de poderes, saberes, subjetividades e “cídios” que o dispositivo de racialidade/biopoder produz: discursos, instituições, arquiteturas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, entre muitos outros. É o epistemicídio que explica as razões da leitura tardia de pensadoras como a própria Sueli Carneiro (2003), e tantas outras que explicam a cultura racista e machista do nosso país, que aparecem nesta revisão narrativa por trazerem contribuições significativas para uma reflexão que envolve a construção social da maternagem enquanto um conjunto complexo de práticas relativas ao cuidado.

Lélia Gonzalez contribui de modo valioso para a compreensão de como a mulher negra é situada neste duplo fenômeno do *racismo* e do *sexismo*. Conhecer sua decisiva atuação ao longo de sua trajetória política e intelectual é um compromisso para uma ciência geográfica que se pretende antirracista e antissexista. Destacando a figura da mulher negra que fala na primeira pessoa como sujeito do conhecimento e não mais como objeto da pesquisa, a autora (Gonzalez, 2019, p. 223) afirma que “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” e “sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular”. A obra de Lélia Gonzalez permite reconhecer o papel central exercido pela mulher negra, como sujeita fundamental da vida social, cultural e econômica, razão que justifica a inserção de sua contribuição na presente análise<sup>30</sup>.

Gonzalez (2019) aponta para o lugar da mulher negra no processo de formação cultural brasileira, assim como os diferentes modos de rejeição e integração de seu papel. A partir das três noções invocadas para definir a mulher negra, a depender do contexto em que são percebidas – mulata, doméstica e mãe preta – enquanto expressões do racismo como neurose cultural brasileira, Lélia Gonzalez fala do sentido paradoxal que a figura da *mucama* ocupou no processo de formação cultural brasileira e abre uma série de questionamentos sobre esta cultura marcada pela internalização de valores coloniais, que construíram, entre outras coisas, a falsa ideia de feminilidade baseada na fragilidade e na domesticidade<sup>31</sup>. As figuras da “mãe-preta” e da “doméstica” ajudam a compreender a cultura brasileira, especialmente quando há um interesse pela espacialidade do cuidado e do materno. De acordo com Gonzalez, “É interessante constatar como, por meio da figura da “mãe-preta”, a verdade surge da equivocação.<sup>32</sup> É exatamente essa figura, para a qual se dá uma colher de chá, quem vai dar uma rasteira na raça dominante” (Gonzalez, 2019, p. 249)<sup>33</sup>; pois, para Lélia, a mãe-preta “simplesmente, é a mãe”.

É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite pra cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Como mucama, é a mulher; então a “bá” é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por incrível que pareça, só serve para parir os filhos do senhor. Não existe a função materna. Essa é efetuada pela negra. Por isso, a “mãe-preta” é a mãe. (Gonzalez, 2019, p. 249)

Para Lélia Gonzalez, a função materna é realizada pela negra e “a mãe preta, ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito para a criança brasileira” (idem). “Essa criança, este *infans*, é a dita cultura brasileira, cuja língua é o português” (ibidem). Ainda que não se refira à maternidade, mas à cultura e à importância da mulher negra nesse *lugar* de base, de cuidado em sentido amplo, a autora ressalta que a função materna “diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente” (Gonzalez, 2019, p. 249-250).

A internalização de valores da cultura dominante, herança colonial do patriarca, tem graves consequências para o imaginário de que a mulher negra é mais forte (não-feminina, não-frágil) e isso tem impactos na maternidade de mulheres negras. Paradoxalmente o poder das mulheres negras está no fato de serem as “que criam seus filhos(as), os filhos(as) dos filhos(as), os filhos(as) de outros(as) e que cuidam de todos(as). São mães, protetoras e arrimos da casa” enquanto “a figura patrilinear e a presença masculina estão bastante ausentes ou escassas por diferentes razões” (Guimarães, 2015, p.287).

Beatriz Nascimento (2019) alerta que a mulher negra, contrariamente à mulher branca, sempre desempenhou função produtiva: antes como escrava trabalhando nos afazeres da casa-grande, que incluía produzir alimento para a escravaria e, também, no campo, desempenhando atividades subsidiárias do corte e engenho. Como mãe potencial e, portanto, reprodutora de nova mercadoria para o mercado de mão de obra, concorria com o tráfico negreiro (Nascimento, 2019). Uma diferença com relação aos homens negros escravizados era o fato do corpo das mulheres negras ser constantemente violado pelo estupro. Aos olhos de seus proprietários não eram sequer mães, mas instrumentos da ampliação da força de trabalho escravizada (Davis, 2016). Para Angela Davis (2016), a postura dos senhores em relação às escravizadas era regida pela conveniência: as exploravam como se fossem desprovidas de gênero e, ao mesmo tempo, poderiam ser reduzidas à sua condição de fêmea para serem ainda mais exploradas, reprimidas e punidas.

Desse modo, a exaltação ideológica da maternidade que vem sendo aprimorada desde o século XIX não se estendia às escravizadas, como determinados modos de maternagem não se aplicam a uma parcela significativa de mulheres pobres e subalternizadas nos dias de hoje. Pensar o tema da maternidade para a mulher negra sem considerar essa dor histórica é, no mínimo, insensibilidade. Davis (2016), destaca a centralidade da mulher negra em uma outra construção da noção de feminilidade, desconstruindo o mito da feminilidade centrado na mulher branca, frágil, delicada e dedicada ao lar.

Patrícia Hill Collins (2019) evidencia como o feminismo negro descortinou uma série de imaginários que se traduzem em interdições espaciais para mulheres negras. Collins traz as figuras da *mammy* e da matriarca negra como imagens fundamentais para que as opressões interseccionais de classe, gênero e raça sigam operando de modo perverso. Para a autora, a *mammy* – servicial fiel e obediente – é uma imagem de controle aplicada às mulheres negras estadunidenses, de modo a “justificar a exploração econômica das escravas domésticas e mantida para explicar o confinamento das mulheres negras ao serviço doméstico” e que ainda serve de padrão normativo usado para avaliar o comportamento das mulheres negras em geral (Collins, 2019, p. 140). E segue: “Ao amar, alimentar e cuidar dos filhos e das “famílias” brancas melhor do que dos seus, a *mammy* simboliza as percepções de grupo dominante sobre a relação ideal das mulheres negras com o poder da elite masculina branca” (idem). Assim como as babás e empregadas domésticas brasileiras, mesmo sendo tratada de forma cordial, “a *mammy* conhece seu lugar” de subordinação, e Collins pontua que “as intelectuais negras criticaram duramente a imagem das afro-americanas como *mammies* satisfeitas” (idem, p. 140), e cita Audre Lorde, que em uma ida ao supermercado em 1967 com sua filha de dois anos no carrinho de compras viveu uma situação estupefacente: “uma garotinha branca passando com a mãe exclama animada: ‘Olha, mamãe! Uma babá bebê!’” (Collins, 2019, p.141). A *mammy* seria a face pública que os homens brancos esperam das mulheres negras e servem para que muitas famílias brancas de classe média historicamente mantenham sua posição de classe usando trabalhadoras negras como mão de obra barata.

Ressaltar a força da mulher negra em prover e cuidar sem apoio algum, e não questionar as razões de, ainda assim, esta mulher ser culpabilizada pelo ‘fracasso’ de seus filhos, na escola e perante a lei, e, ainda, pela pobreza subsequente das crianças negras, apenas corrobora as opressões interseccionais (Collins, 2019 p.147). “A imagem da matriarca também corrobora a opressão racial” (idem, p.148) e constitui uma experiência compartilhada por mães negras brasileiras, que vivem a monoparentalidade, como resultado do abandono paterno e de uma afetividade marcada pela solidão (Pacheco, 2013).

O sexismo está na raiz deste abandono de crianças e na solidão da mulher negra. Enfatizando a importância da coletividade e da comunidade nos cuidados relativos às crianças, bell hooks (2019) traz a teoria feminista da margem ao centro para pensar formas de revolucionar a parentalidade. Para hooks (2019, p.199) “o sexismo é uma fonte de exploração e humilhação para as mães” e aponta caminhos de como o cuidado parental compartilhado (coletivo, comunitário) pode ser um estímulo para que os homens sejam chamados ao debate (e principalmente, à ação!) em direção a uma divisão mais equânime da parentalidade, como um sinal de sua disposição em lutar contra o sexismo. Segundo hooks, a maternidade não poderia ser definida como um obstáculo à liberdade das mulheres negras, em razão do racismo, da falta de emprego e formação, além de outras questões, constituírem problemas mais imediatos do que a maternidade e, também, pelo trabalho no contexto familiar ser compreendido como um labor que humaniza as mulheres negras como pessoas que exprimem amor e carinho, como gestos de humanidade que a ideologia supremacista branca acusa pessoas negras de serem incapazes de expressar (hooks, 2019).

Para hooks (2018), a criação de crianças foi um componente central do movimento feminista contemporâneo, pois as feministas consideravam que ao educar as crianças sem sexismo, haveria maiores chances de, no futuro, não haver a necessidade de um movimento antissexista. O foco inicial foi na criação de meninas para que estas pudessem criticar o patriarcado masculino, atacar o preconceito sexista e promover imagens alternativas. Mas hooks ressalta que nas “culturas de dominação patriarcal capitalista de supremacia branca, crianças não têm direitos” (2018, p.110). Para a autora, o movimento feminista foi o primeiro a chamar atenção para o fato de que nossa cultura não ama crianças, e continua a enxergar crianças como propriedade do pai e da mãe, razão que leva a autora a afirmar que a “violência adulta contra crianças é norma em nossa sociedade” (idem, p. 111) e que mulheres são, com frequência, as principais culpadas pela violência diária contra crianças, ao serem violentamente encarregadas de tomar conta delas. Para a autora, isto acontece porque “todos nós fomos socializados para aderir ao pensamento patriarcal, para aderir à ética da dominação que diz que os poderosos têm direito de comandar quem não tem poder e podem usar quaisquer meios para subordiná-los” (hooks, 2018, p.111).

Segundo hooks, uma das contribuições mais significativas do movimento feminista em nome das crianças foi reivindicar que os homens participassem mais ativamente na criação, “não somente para construir equidade de gênero, mas também para estabelecer melhores relacionamentos com as crianças” (2018: p. 114). Maternagem e paternagem feministas precisam ser refletidas e praticadas. Se no passado as feministas eram duras na crítica à maternagem, opondo essa tarefa a carreiras consideradas mais libertadoras, mais autoafirmadoras, no meio da década de 1980, pensadoras feministas desafiavam a desvalorização feminista da maternidade e a supervalorização do trabalho fora de casa, especialmente pela necessidade de valorizar os trabalhos domésticos e de cuidado. Por outro lado, hooks (2019) argumenta que a cultura patriarcal dominante lançou uma perversa crítica à maternagem solo e aos lares comandados por mulheres e esta reação antifeminista de depreciação de mães solteiras pela sociedade foi das mais prejudiciais para o bem-estar das crianças, a despeito de todas as evidências comprovarem que “o bem-estar das crianças não está mais assegurado em uma família disfuncional, cujo chefe é um homem, do que em uma família disfuncional cuja chefe é uma mulher”. Nas palavras da autora, “Crianças precisam ser educadas em ambientes amorosos. Sempre que a dominação estiver presente, faltará amor” e para ela, “em futuros movimentos feministas, precisamos trabalhar mais para

mostrar a mães e pais como acabar com o sexismo muda positivamente a vida da família”, pois “acabar com a dominação patriarcal de crianças, seja por homens, seja por mulheres, é a única maneira de tornar a família um lugar no qual as crianças se sentem seguras, no qual elas podem ser livres, no qual podem conhecer o amor” (hooks, 2018: p. 116).

Essa base teórica busca capturar a relação corpo-espço identificando as relações paradoxais que constituem a espacialidade da maternagem, em seu aspecto relacional, em que a mãe negra encontra desafios maiores em relação à mãe branca. Esta, por vezes em uma posição de classe superior, é apoiada pela mulher negra que, contrariamente, não usufrui da solidariedade das brancas, que seja condizente ao que oferece ao se encarregar dos cuidados a ela terceirizados. Considerando a enorme contribuição das autoras citadas acima, e pensando sobre a cultura brasileira e sobre as condições das mulheres negras enquanto figuras predominantes nas funções de cuidados domésticos, especialmente as empregadas domésticas, é preciso destacar o peso desse imaginário para o legado da mulher negra na formação da sociedade brasileira. Mulheres negras são e foram fundamentais, não apenas criando seus próprios filhos, como são e foram a base da criação de crianças brancas. O feminismo negro rompe com essa hierarquia e essa ruptura deve ser parte também da necessária autocrítica da branquitude.

De acordo com o DIEESE (2013), as trabalhadoras domésticas, que no Brasil são cerca de 6,6 milhões, trabalham para 11% das famílias brasileiras, que contam com o serviço de ao menos uma trabalhadora doméstica. Deste total, o contingente de mulheres correspondia a 6,1 milhões (92,6%). Entre 2004 e 2011, a proporção de mulheres negras ocupadas nos serviços domésticos no país cresceu de 56,9% para 61,0%, ao passo que entre as mulheres não negras observou-se uma redução de 4,1%, com a participação correspondendo a 39,0%, em 2011 (DIEESE, 2013). Estes dados indicam que as mulheres negras continuam sendo empregadas no trabalho doméstico, que segundo o mesmo estudo (DIEESE, 2013) é a ocupação que se caracteriza por apresentar o menor rendimento médio mensal, quando comparado a todos os grupos de atividade. Entretanto, o estudo aponta um envelhecimento da categoria (crescimento da participação de mulheres mais velhas no emprego doméstico e redução da proporção de jovens ocupadas na atividade), a mudança de perfil pode ser explicada por diversos fatores, entre os quais o aumento do nível de escolaridade das jovens, possibilitando a busca por ocupações mais valorizadas socialmente, com melhores remunerações e mais formalizadas do que o trabalho doméstico.

## Considerações finais

Durante a escrita deste texto, para além de toda a conjuntura da Pandemia de Covid-19 que afetou fortemente a vida das mulheres (Oliveira, 2020), sobretudo as mais pobres, e em meio às numerosas demonstrações do racismo cotidiano no Brasil e no mundo, um caso foi especialmente dilacerante: Mirtes Renata Santana Souza, empregada doméstica, se viu obrigada a trabalhar durante a pandemia e a levar seu filho, Miguel Otavio Santana da Silva, de 5 anos, junto com ela, já que por recomendações sanitárias as escolas estavam fechadas. Sari Gaspar Cortes Real, a patroa e primeira-dama de Tamandaré, tem um cachorro, mas não o leva para passear, delega o serviço a Mirtes, empregada em sua residência, nas ‘torres gêmeas’ do Recife, ícone da lógica de especulação imobiliária e segregação urbana. As injustas relações estabelecidas entre essas mulheres, Mirtes e Sari diz muito sobre a relação desigual e nada recíproca que separa mulheres de modo tão evidente. Mirtes leva o cachorro da patroa para a rua e Miguel, provavelmente por sentir a hostilidade daquele espaço, que era o local de trabalho de sua mãe, sentimento agravado pela ausência momentânea dela, tenta ir ao seu encontro. A necessidade de afeto e proteção que levou Miguel ao elevador é compreensível, mas não o suficiente para aquela mulher ‘impaciente’ que o deixa embarcar sozinho. O horror da imagem da mulher que deixa a criança desamparada é cortante e cruel, com a indiferença da desumanização típica da branquitude racista. A

dor de Mirtes expressa em seu desabafo a inexistente sororidade: “Ela confiava os filhos dela a mim e a minha mãe. No momento em que eu confiei o meu a ela, infelizmente, ela não teve paciência para cuidar, para tirar [do elevador]”<sup>34</sup>.

A situação narrada é explícita em revelar como o racismo incide diretamente na vida e na morte de crianças negras e na dor compartilhada por mães negras. Falar sobre esse caso é falar da infância negra ceifada, do racismo sofrido por crianças negras, que são tratadas com frieza e desprezo e do genocídio da infância e juventude negra, que impacta diretamente mulheres negras, pobres e periféricas. Mas é também sobre não haver sororidade universal. As hierarquias raciais fazem desta noção uma falsa ideia, pautada em um universalismo igualmente falso (Kilomba, 2019), que Bia Ferreira, em bom *pretuguês*<sup>35</sup> contesta: “E nós? As *muié* preta? nós só serve pra vocês mamar na teta? Ama de leite dos brancos. Sua vó não hesitou, quando mandou a minha lá pro tronco” (...) “Quando foi que cê pisou na minha quebrada pra falar sobre o seu feminismo?”<sup>36</sup>.

Entretanto, para além da dor, é na poesia de mulheres negras como Carol Dall Farra e Bia Ferreira que a presente pesquisa identifica vozes insubmissas que se erguem para ‘estilhaçar a máscara do silêncio’ e ‘perturbar o sono injusto dos da casa-grande’, tal como propõe Conceição Evaristo<sup>37</sup>. É preciso estar atenta às críticas levantadas por estas autoras, poetisas e compositoras. Por vezes elas são bem diretas e exigem mais do que indignação, nos convidando para uma ação cotidiana e que situe a branquitude, de modo que a crítica possa nos servir ao debate institucional capaz de remover barreiras que secularmente dificultaram a vida de mulheres negras enquanto intelectuais. Patrícia Hill Collins (2017, p. 177) alerta: “devemos estar atentas à absorção sedutora das vozes das mulheres negras em salas de aula no ensino superior, onde os textos de mulheres negras ainda são muito mais bem-vindos do que a presença das mulheres negras em si”. E os dados de nossa realidade comprovam a fala assertiva da autora. Dados do Censo da Educação Superior de 2016, divulgados pela Gênero e Número, apontam que mulheres pretas com doutorado atuando nos cursos de pós-graduação do Brasil são 0,4% do corpo docente, mulheres negras (pretas e pardas somadas) não chegam a 3% do total de docentes, enquanto na graduação, mulheres pretas são 6% das alunas entre 20 e 24 anos e mulheres brancas na mesma faixa etária são 40%<sup>38</sup>.

Reconhecer o acesso desigual e agir para a mudança do quadro é urgente e necessário. E visibilizar a obra destas autoras pode apoiar o acesso e a permanência das jovens estudantes negras no ensino superior e sua escolha pela carreira docente. Ainda que esta seja uma carreira difícil para mulheres-mães de uma maneira geral<sup>39</sup>, denunciar o racismo institucional com esses dados constrangedores é parte do letramento racial da ciência. A interseccionalidade contribuiu para uma leitura geográfica da maternidade, mas o processo de descolonização da ciência impõe uma autocritica da branquitude e uma ação antirracista indispensável à geografia corporificada. Referenciar as teóricas do feminismo negro e suas contribuições à formulação e à abordagem interseccional é, assim, fundamental.

A pesquisa apontou a necessidade de descolonizar o gênero e valorizar sujeitas e temáticas pouco visibilizadas pela ciência androcêntrica, por meio de uma abordagem interseccional que pudesse abarcar a espacialidade de corpos maternos, em sua multiplicidade e abertura relacional. A invisibilidade da espacialidade da maternagem enquanto tema de pesquisa geográfica reflete também o apego à tradição e à reprodução de um modo de fazer ciência que se busca superar. A proposta deste texto foi apontar caminhos para uma análise geográfica da espacialidade materna, com apoio das geografias feministas e de intelectuais negras que fazem da interseccionalidade um recurso teórico e epistemológico fundamental à reflexão. Na trilha percorrida, destaca-se o caráter performático da maternagem, além dos contextos sociais, culturais e políticos que ressaltam a centralidade da mulher negra para pensar o cuidado e o sentido materno associado a ele. Cabe destacar que pensar-agir sobre a parentalidade (maternagem e paternagem) feminista é um caminho fundamental para uma cultura antissexista e antirracista, pois há um valor inerente ao bem-estar social de crianças que deveria interessar a todas as pessoas. E, ainda que as conquistas do feminismo revelem que ter homens exercendo a paternagem feminista é

satisfatório para todas as partes envolvidas, ainda estamos longe da equidade de gênero no cuidado.

Repensar as relações entre gêneros e intragênero tem sido proveitoso à análise espacial do materno. Este movimento reconhece o valor das geo-grafias feitas *desde dentro* (Guimarães, 2015), valoriza a escuta da corpo-oralidade das diferenças encarnadas, reverencia mulheres e dialoga com a poética das mulheres negras, com a “geografia poética das mulheres negras” (Guimarães, 2010, p. 152). Como afirma o poema de Carol Dall Farra, “Na ponta do abismo, lá vai a mãe preta. Aguenta o infinito num corpo que o grito socorro acusa suspeito. Não chora e nem fala das mortes diárias. Pariu cinco vezes sem anestesia, com falas no ouvido: – preta é firme! Teu corpo foi alvo da falta de amor. Teu peito batuca a dor de um dos filhos que ontem dormiu, quando na escura da noite um corpo fardado mirou sem certeza por causa da cor”(…) “Mãe preta resiste desde que não sabia o que era existir”(…) E conclui: “A força é um detalhe pra quem vive resistência”<sup>40</sup>.

Não parece possível pensar a relação corpo-espaco sem considerar as desiguais relações de gênero, raciais e de classe que são ainda mais evidentes em oprimir mulheres negras que passam pela experiência do materno. Pensar a espacialidade materna como aberta e relacional significa reconhecer a história e as estórias cruzadas e coexistentes, as desiguais posições na estrutura social e o racismo que mata jovens e crianças negras cotidianamente. A resistência poética da mulher negra e sua significativa contribuição intelectual ao pensamento crítico evidenciam que o enegrecimento do feminismo constitui a base corporificada da análise geográfica das espacialidades maternas.

## Referências bibliográficas:

AGUIAR, Isabelle W. L. A relação corpo-espaco na experiência da violência obstétrica sofrida durante o parto segundo o relato das mulheres gonçalenses (2017-2018). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia – UERJ/FFP. São Gonçalo: 2019.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo Estudos Feministas. 1/2000

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BADINTER, Elisabeth. O conflito: a mulher e a mãe. Editora Record, 2011.

BENTO, Maria Aparecida da S. Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese de doutorado (Psicologia). USP. São Paulo: s/n, 2002

BRASIL. Lei n. 8.609 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)

BUTLER, Judith. Gender trouble: feminism and the subversion of identity. New York: Routledge Chapman & Hall, 1990.

CARDOSO, Lourenço. O branco-objeto: o movimento negro situando a branquitude. Instrumento, Juiz de Fora, v. 13, p. 81-93, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estudos avançados, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese de Doutorado (Educação). Faculdade de Educação-USP. 2005.

- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: Rev. Estud. Fem. [online]. vol.10, n.1, pp. 171-188, 2002.
- COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso. Cadernos Pagu, n. 51, Campinas, dez. 2017 [1996].
- COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro. São Paulo: Boitempo, 2019 [1990].
- COLECTIVO DE GEOGRAFÍA CRÍTICA DEL ECUADOR. Mapeando el cuerpo-territorio. Guía metodológica para mujeres que defienden sus territorios. Quito: Instituto de Estudios Ecologistas del Tercer Mundo, 2017.
- DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Trad: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIEESE. Emprego doméstico no Brasil. Estudos e Pesquisa. n. 68, agosto de 2013.
- DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa nacional de aborto. 2016. Ciência Saúde Coletiva, v. 22, n. 22, p. 653-660, 2017.
- EVARISTO, Conceição. Insubmissas Lágrimas de Mulheres. Rio de Janeiro: Malê, 2016.
- ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys; GOMEZ, Diana; LUGONES, María; Ochoa, Karina. Reflexiones Pedagógicas en torno al Feminismo Descolonial. In WALSH, Catherine (org.). Pedagogías decoloniales: practicas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito: Abya Yala, 2013.
- FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax São Paulo: Elefante, 2017.
- FEDERICI, Silvia. O Ponto zero da revolução. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.
- FERREIRA, Aparecida de Jesus. Letramento racial crítico através de narrativas autobiográficas: com atividades reflexivas. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In HOLLANDA, Heloisa Buarque. Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019 [1980].
- GUIMARÃES, Ferreira Geny. Rio negro de janeiro: olhares geográficos de heranças negras e racismos no processo-projeto patrimonial. Tese de Doutorado (Geografia). UFBA. Salvador: s/n, 2015.
- GUIMARÃES, Ferreira Geny. Geoesias: geo-grafias das poesias africanas. CESPUC N 20, 2010
- HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, n.5, p.7-41, 1995.
- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, vol. 1, n. 1, p.7-32, 1993.
- HOLLOWAY, Sarah L. Local childcare cultures: moral geographies of mothering and the social organisation of pre-school education. Gender, Place and Culture, vol. 5, n. 1, p. 29-53, 1998.
- hooks, bell. O feminismo é para todo mundo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- hooks, bell. Teoria Feminista: da margem ao centro. Trad. Rainer Patriota. São Paulo, Perspectiva, 2019
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

- Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade: 2015. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- JEREMIAH, Emily. Motherhood to Mothering and Beyond: maternity in recent feminist thought se. *Journal of the Association for Research on Mothering*, vol, 8, n. 1/2, p. 21-33, 2006.
- KILOMBA, Grada. Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019
- LONGHURST, Robyn. “Situating bodies”. In: NELSON, Lise; SEAGER, Joni. A companion to feminist Geography. Carlton: Blackwell Publishing, 2005, p. 337-349.
- LONGHURST, Robyn. *Maternities: Gender, Bodies and Space*. New York: Routledge, 2008.
- LONGHURST, Robyn. Thinking geographically whit wombs. *Dialogues in Human Geography*, Vol. 8, n. 3, 320-323, 2018.
- LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.22, n.3, p.935-952, set./dez. 2014.
- MARCHESE, Giulia. Del cuerpo en el territorio al cuerpo-territorio: elementos para una genealogía feminista latinoamericana de la crítica a la violencia. *EntreDiversidades*, 6 (2(13)), 9-41.
- MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008
- MCDWELL, Linda. Space, place and gender relations. *Progress in Human Geography*, 17(3), p. 305-318, 1993.
- NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra e o amor. In HOLLANDA, Heloísa Buarque. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019 [1990], p. 265-268.
- OLIVEIRA, Anita Loureiro de. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia de Covid-19. *Revista Tamoios*, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, Especial COVID-19. pág. 154-166, maio 2020.
- PACHECO, Ana Claudia. *Mulher negra: afetividade e solidão*. Salvador, EdUFBA, 2013.
- PEREIRA, Livia Cretton, TSALLIS, Alexandra. C. Maternidade versus sacrifício: uma análise do efeito moral e práticas sobre a maternidade, comumente engendradas nos corpos das mulheres. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(3), São João del-Rei, julho-setembro de 2020. e-3651.
- PRZYBYSZ, Juliana. *Nem Santas Nem Putas, Apenas mulheres: espacialidades de mulheres prostitutas de baixa renda no exercício de maternagens em Ponta Grossa – PR*. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. 2017
- PRZYBYSZ, Juliana; SILVA, Joseli M. A “puta que pariu”: a desconstrução da dualidade entre sexualidades transgressoras e maternagens na instituição dos espaços de prostituição feminina. In SILVA, Joseli et al. (org). *Dialógos ibero-latinoamericanos sobre Geografias Feministas e das Sexualidades*. Ponta Grossa, 2017, p. 111-128
- RATTS, Alex e RIOS, Flavia. Lélia Gonzalez. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- RIOS, Flávia; RATTS, Alex. A perspectiva interseccional de Lélia Gonzalez. In: Ana Flávia Magalhães Pinto; Sidney Chaloub. (Org.). *Pensadores Negros - Pensadoras Negras: Brasil, século XIX e XX*. 1ed. Cruz das Almas; Belo Horizonte: EDUFRB; Fino Traço, 2016, v. 1, p. 387-403.
- ROSE, Gillian. *Feminism & Geography*. Cambridge: Polity Press, 1993.
- SCHILT, Kristen; WESTBROOK, Laurel. Doing Gender, Doing Heteronormativity: ‘Gender Normals,’ Transgender People, and the Social Maintenance of Heterosexuality. *Gender & Society*, 23 (4): 440-464

SERANO, Julia. *Whipping girl: a transexual woman on sexism and the scapegoating of femininity*. Seal Press, 2007.

SILVA Joseli Maria, ORNAT Marcio Jose, CHIMIN Jr Alides Baptista (orgs). *Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013.pp. 85-142.

SILVA Joseli Maria, ORNAT Marcio Jose, CHIMIN Jr Alides Baptista. O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada. *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente*, n. 41, v. 3, p. 63-77, jul-dez, 2019.

SILVA, Joseli Maria. *Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade*. 1ª edição. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. *GEOSUL, Florianópolis*, vol. 22, n. 44p. 117-134, 2007.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio; CHIMIN, Alides. Não me chame de senhora, eu sou feminista! Posicionalidade e flexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. *Geographia (UFF)*, v. 19, p. 11-20, 2017.

SILVA, Maria das Graças S. N; SILVA, Joseli Maria. *Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2014.

ZARAGOCIN, Sofia. La geopolítica del útero: hacia una geopolítica feminista decolonial en espacios de muerte lenta. In CRUZ, D Tania; JIMENEZ, Manuel B. *Cuerpos, territorios y feminismo* (org.). Quito: Abya Yala, 2017, p. 81-97.

## Notas

1 A adoção dos termos ‘mulher’, ‘mãe’, ‘maternidade’, ‘maternagem’, ‘materno’ no presente texto revela a opção por um recorte analítico que alcançou experiências espaciais vividas por mulheres cisgêneras por considerar a histórica responsabilização, socialmente imposta, dos cuidados às mulheres, mas que não pretende invisibilizar a experiência de pessoas cisdiscordantes, trans ou não binárias que experienciam a maternidade/maternagem.

2 Em referência à poesia de Carol Dall Farra, vencedora do Slam das Minas de 2017, em que a poeta, rapper e geógrafa afirma a força ancestral de ‘quem vive resistência’ frente à violência racializada – policial, obstétrica, da hiper sexualização infantil, extermínio da juventude negra, os bicos de diarista como ‘herança’ de meninas negras. Com sua arte e corporalidade evidencia a potência da escrita que rompe o secular silenciamento imposto às mulheres negras. Disponível em: Performance como ato de resistência (contemporaryand.com). Acesso em: 22 nov. 2020.

3 A teoria e política queer aprofundaram a compreensão do desempenho das identidades sexuais no espaço, como Bell, Binnie, Cream e Valentine (1994), que examinaram a construção do espaço público como heteronormativa.

4 Kristen Schilt e Laurel Westbrook (2009) definem cisgênero como um rótulo para indivíduos que têm uma correspondência entre o gênero atribuído no nascimento, seus corpos e sua identidade pessoal.

5 Aparecida Ferreira (2015) utiliza a Teoria Racial Crítica para refletir e propor o que chama de “letramento racial crítico” através de narrativas autobiográficas, metodologia que inspira a presente revisão narrativa de fontes que incluem textos acadêmicos, poesias e músicas que compõem um lugar de escuta da corporalidade e que dialoga com a escrita de mulheres negras a respeito do materno e do histórico papel social de cuidadoras a elas atribuído.

6 As Geografia Negras são um movimento composto por geógrafos/as negros/as, em distintas trajetórias de formação e atuação com estudos e pesquisas centrados nas questões negras, raciais, étnicas e africanas, correlacionadas a etnicidade, gênero e sexualidade em suas dimensões espaciais. Ver Manifesto Por uma Geografia Negra (2019). Disponível em: <https://cchla.ufrn.br/ppge/wp-content/uploads/2019/09/manifesto.pdf> Acesso em: 20 nov. 2020.

7 Em referência à Escrivivência ‘a escrita de uma vivência insubmissa’ de Conceição Evaristo (2016).

8 Texto disponível em: Ferramenta anticolonial poderosa: os 30 anos de interseccionalidade - CartaCapital. Acesso em: 20 nov. 2020.

9 Para Akotirene (2019, p.16) “enquanto as mulheres brancas têm medo de que seus filhos possam crescer e serem cooptados pelo patriarcado, as mulheres negras temem enterrar seus filhos vitimados pelas necropolíticas que confessional e militarmente matam e deixam morrer, contrariando o discurso cristão elitista-branco de valorização da vida e contra o aborto – que é um direito reprodutivo”. (...) “Daí não ter cabimento exigirem agência política para que se levantem sozinhas depois dos impactos da colonização, nem as tratem como a mãe preta, sobrenatural, matriarca, guerreira, que tudo aguenta e suporta” (idem).

10 Emily Jeremiah (2006), sugere que o termo maternagem é potencialmente inspirador para a compreensão de uma prática ativa que se faz por meio de um conjunto de ideias e comportamentos mutáveis, contextuais e potencialmente subversivos que podem ser lidos como performatividades maternas.

11 Com “a textura intelectual não linear, não objetiva e não neutra da interseccionalidade” presente em Lélia Gonzalez (Akotirene, 2019, p. 22).

12 O léxico que ronda o debate da ‘maternidade’ pode ser repensado, pois quando se fala em ‘corpo materno’, mesmo considerando os aspectos biológicos como gestação, parto e amamentação, não se trata de um tipo ‘universal’ de mulher cis (dado que seria preciso incluir pessoas trans, intersexuais e não binárias) e mesmo quando o foco está nos cuidados parentais, a densidade e a complexidade das relações exigem reflexões em profundidade sobre a nomeação.

13 Longhurst (2008) traz uma série de questionamentos acerca das formas de desessencialização do corpo para refletir sobre o sentido múltiplo dos “corpos maternos” e questiona: É a ‘ama de leite’, que fornece leite materno para uma criança que a mãe biológica não pode ou não deseja alimentar, um corpo materno? É o homem que cuida, nutre e ama seus filhos, um corpo materno? É a mulher que não possui filhos biológicos, mas atende às necessidades e ao comportamento emocional e físico de outras crianças, um corpo materno? A mulher que negligencia, maltrata ou mata seu filho é um corpo materno? É a irmã mais velha responsabilizada por cuidar de seu(s) irmão(s) mais novo(s), às vezes na ausência da mãe, um corpo materno? É o homem que experimenta aspectos físicos de gravidez e/ou nascimento (conhecida como síndrome de Couvade), um corpo materno? É a mulher que apresenta sinais de ‘gravidez psicológica’ e ainda que diagnosticada clinicamente como não grávida, um corpo materno? Para a autora, se não houver condições pré-constituídas, essenciais do corpo materno, a maternidade pode ser anexada a numerosos corpos diferentes, em diferentes tempos e espaços, e respostas a essas perguntas são necessariamente complexas.

14 Sobre o movimento ChildFree, ver em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-que-e-o-movimento-childfree-e-o-que-diz-a-lei-sobre-a-pratica/>. Acesso em: 04 nov. 2020.

15 A pesquisa “Maternidade versus sacrifício: uma análise do efeito moral e práticas sobre a maternidade, comumente engendradas nos corpos das mulheres” investiga uma ‘despotencialização’ relativa à maternidade que tem origem na solidão, falta de apoio e outras demandas, que paradoxalmente aponta um conjunto de ações que evidenciam o corpo materno como sujeito da ação política que se opõe à política de romantização e idealização da maternidade.

16 Há nas redes sociais um debate em torno do que se convencionou chamar de “feminismo materno” e de como este termo guarda em si contradições ao associar a maternidade a categorias que historicamente limitaram a mulher ao lar, à família, ao casamento e aos papéis de mãe, esposa, dona de casa. A crítica ao uso desses termos, especialmente a categoria mãe em situações em que se pode usar termos de gênero neutro (gestante, parturiente, puérpere, lactante), advoga por uma leitura científica do feminismo, na qual o sujeito da luta não é universal e nem se restringe à mulher.

17 O debate geopolítico existente em torno do “útero” não essencializa ou universaliza os modos de gestar, parir ou matinar. Para uma leitura sobre homens trans que engravidaram, por exemplo, pode-se recorrer à pesquisa de Pederzoli, Aquinoã Abigail. *Papai ou mamãe? Uma discussão dos papéis parentais em homens trans que engravidaram*. Tese de Doutorado em Psicologia da USP, São Paulo, 2017.

18 A esterilização de mulheres é um drama silencioso, e há violências que atingem o corpo de modo traumático. Um caso que ilustra o modo como a contracepção afeta milhões de mulheres no mundo é o do dispositivo Essure, fabricado pela Bayer, que tem colocado em risco a saúde de mulheres nos Estados Unidos, Europa e Brasil, onde problema adquiriu uma dimensão pública, pelo fato dos implantes terem sido feitos pelo Sistema Único de Saúde, e as pacientes serem de baixa renda e das periferias. As mulheres que sentiam os efeitos colaterais relatam que foram ignoradas pelos médicos e só depois da judicialização dos processos passaram por procedimentos cirúrgicos para retirada do dispositivo, que correspondem a uma cesárea e, por vezes, exige a retirada completa de trompas e útero, podendo afetar outros órgãos com a fragmentação do dispositivo e seu espalhamento pelo corpo, deixando sequelas e traumas. Ver: <https://piaui.folha.uol.com.br/dispositivo-para-esterilizar-mulheres-fez-dezenas-de-vitimas-no-brasil/>

19 O racismo na espacialidade do parto está evidente na perda da memória ancestral do parir como ato fisiológico e na cultura mercantil cesarista que transforma o parto em um evento cirúrgico. Mesmo para quem pode optar por um parto natural humanizado, vaginal, em posição vertical ou de cócoras, é muito comum ouvir que “pariu que nem ‘índia’ (sic)”, revelando o racismo na desqualificação da ancestralidade indígena diante do gesto de parir na posição que parece mais espontânea e natural à parturiente e não na posição mais cômoda à equipe que assiste o parto.

20 Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-racial/sus-suas-sem-racismo> Acesso em: 19 nov. 2020.

21 Evidência do machismo institucional, tanto pela ação em si, quanto pela nomeação.

22 “1) Fazer lavagem intestinal na mulher; 2) Raspar os pelos pubianos da mulher - ambos (1 e 2) por acreditar na possibilidade de uma Cesária; 3) Injetar o hormônio de oxitocina que acelera as contrações, sem explicar como o parto funciona, sem que tenha real necessidade médica e 4) Impedir a amamentação logo após o nascimento do recém-nascido se este for o desejo da mulher. A “4” é uma perspectiva de atendimento humanizado, que valoriza o primeiro contato da mãe e do filho logo ao nascer, mas por sofrer alterações com base nas burocracias do atendimento hospitalar, tem grande dificuldade de ser interpretada como violência obstétrica” (Aguiar, 2019, p. 21).

23 A Pesquisa Nacional do Aborto (PNA) feita pela Anis – Instituto de Bioética e pela Universidade de Brasília, que entrevistou 2.002 mulheres entre 18 e 39 (Diniz; Medeiros e Madeiro, 2017) revela que aos quarenta anos, uma em cada cinco brasileiras, já abortou e indica com dados do Ministério da Saúde que a cada dois dias, uma brasileira pobre morre em decorrência de um aborto clandestino, sendo a 5ª causa de morte materna no país.

24 A objeção de consciência é um dispositivo normativo de códigos profissionais e de políticas públicas que visa proteger a integridade de pessoas envolvidas em situação de conflito moral, como médicos que declaram objeção de consciência para não atender uma mulher que busca abortar legalmente. Em nome de convicções individuais, esse dispositivo protegeria o sentimento de integridade moral do médico, ao autorizá-lo a não participar de um procedimento que acredita ser moralmente errado, embora legal (Diniz, 2011, apud Aguiar, 2019).

25 “O recorte por cor ou raça indica que as mulheres pretas ou pardas são as que mais se dedicam aos cuidados de pessoas e/ou aos afazeres domésticos, com o registro de 18,6 horas semanais em 2016. Observa-se que o indicador pouco varia para os homens quando se considera a cor ou raça ou região de residência” (IBGE, 2018, p. 3)

26 Para a OIT, o trabalho doméstico é aquele realizado em ou para uma ou mais famílias e pode incluir quem reside ou não no local em que trabalha, aqueles que trabalham por hora ou por dia para múltiplos empregadores, aqueles que trabalham por meio de um intermediário (público ou privado) e aqueles que realizam uma série de trabalhos de cuidado indiretos e diretos, o que inclui cuidar de crianças e idosos, limpar, cozinhar, lavar roupas, entre outros.

27 A Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente publicou em 2018 um documento em que trata da violência contra crianças e adolescentes e da análise de cenários e propostas de políticas públicas sobre o tema. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas-2.pdf>

28 Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente ECA (Lei n. 8.069, de 13.07.1990), considera-se criança a pessoa com menos de 12 anos e adolescente a pessoa entre 12 e 18 anos de idade (Brasil, 1990 apud IBGE: 2016, p.37). No Brasil, crianças e adolescentes correspondiam a 21,0% da população, conforme a PNAD 2015 (IBGE, 2016).

29 A figura da bruxa sintetiza um complexo grupo de “sujeitos femininos que o capitalismo precisou destruir: a herege, a curandeira, a esposa desobediente, a mulher que ousa viver só, a mulher obech que envenena a comida do senhor e incitava os escravos à rebelião” (Federici, 2017, p. 24).

30 Para Rios e Ratts (2016, p. 3), “Com um trânsito fluente entre o movimento negro e o movimento feminista, Gonzalez foi crítica de ambos, mas também antecipa abordagens que posteriormente se denominaram de interseccionais”.

31 Lélia Gonzalez em sua abordagem psicanalítica do racismo, com inspiração em Franz Fanon, nitidamente se refere à internalização pelos sujeitos colonizados dos sistemas de dominação. Ao reunir figuras do pensamento social brasileiro para evidenciar a abordagem sexista e racista presente na obra desses autores, abre o pensamento sobre os próprios modos de fazer da ciência, ao apresentar uma linguagem questionadora, na qual a própria língua surge como ação subversiva. Com sua escrita combativa, elabora o pretuguês evidenciando o reconhecimento de uma história de luta no cotidiano das relações mais pessoais e subjetivas. Lélia Gonzalez subverte os modos de se fazer existir, enquanto uma mulher negra intelectual, que com sua escrita “oralizada” provoca uma reacomodação na própria elaboração científica, ao deslocar a mulher negra do lugar de objeto para a condição de sujeito do conhecimento de forma criativa também na originalidade com que comunica suas reflexões. Sobre a trajetória intelectual e abordagem interseccional de Lélia Gonzalez, ver: Ratts e Rios, 2010; Rios e Ratts, 2016.

- 32 Jacques, Lacan, O seminário, Livro XI, Rio de Janeiro: Zahar editore, 1979
- 33 A autora faz uma crítica importante a Caio Prado Junior, assim como a vários outros autores do pensamento social brasileiro, e afirma que o texto do autor é “uma expressão privilegiada do que chamaríamos de neurose cultural brasileira” e que aponta para além do que pretende analisar, na medida em que trata a mulher negra como objeto de saber, negando-lhe o estatuto de sujeito humano (Gonzalez, 2019, p. 245-246).
- 34 Confiei meu filho a ela, diz mãe de menino morto ao cair do 9º andar”. Por: Amanda Gil (04/06/2020). Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/confiei-meu-filho-a-ela-diz-mae-de-menino-morto-ao-cair-do-9o-andar>. Acesso em: 07 jul. 2020.
- 35 Para Lélia Gonzalez, “coube à mãe preta, sujeito do suposto saber, a africanização do português falado no Brasil (o pretuguês como dizem os africanos lusófonos) e, conseqüentemente, a própria africanização da cultura brasileira” (Gonzalez, 1982, p.94. Apud. Rios e Ratts, 2016).
- 36 Bia Ferreira. De dentro do ap. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=xITsc4nm\\_NI](https://www.youtube.com/watch?v=xITsc4nm_NI) Acesso em: 13 jul. 2020.
- 37 Nossa Escrevivência: da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita (nossaescrevivencia.blogspot.com). Acesso em: 04 nov. de 2020.
- 38 Lola Ferreira. Menos de 3% entre docentes, doutoras negras desafiam o racismo na academia. Junho 2018. Disponível em: <http://www.generonumero.media/menos-de-3-entre-docentes-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/> acesso em: 04 nov. de 2020
- 39 Por Aline Gatto Boueri e Carolina de Assis. Sem considerar maternidade, ciência brasileira ainda penaliza mulheres - Gênero e Número (generonumero.media) Acesso em: 05 nov. de 2020.
- 40 Carol Dall Farra, Na ponta do abismo lá vai a mãe preta. Slam das Minas, 2017. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=DbQXy\\_jcCXE&t=3s](https://www.youtube.com/watch?v=DbQXy_jcCXE&t=3s) Acesso em: 20 nov. 2020.
- 41 Foram escolhidos 60 programas de pós-graduação em Geografia, pois no ano de 2017, este era o número de pós em Geografia, existentes no Brasil.
- 42 Os 17.636 artigos coletados encontram-se armazenados no Observatório da Produção Geográfica Brasileira, sendo que essas informações estão sendo alimentadas desde 2011.
- 43 Pseudônimo para John Augustine Zahm;
- 44 Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/13.shtml>> Acesso em 18 de Maio de 2020.
- 45 Disponível em: < [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206)>. Acesso em 20 de dezembro de 2018.
- 46 O Sistema Qualis Capes possui um ranking de valorização de periódicos científicos por área de conhecimento, do mais valorizado ao menos: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5.
- 47 GAP significa diferença. Para a sociologia gap serve para descrever uma lacuna ou disparidade entre elementos de uma classe social mais elevada em relação aos elementos de uma classe social mais desfavorecida. Disponível em: < <http://www.significados.com.br/gap/>> Acesso em 18 de Maio de 2020
- 48 É importante marcar que às vezes o monte da disciplina é diferente, mas reflete a ideia do que é a concepção teórica e metodológica da Geografia brasileira.
- 49 A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção; Por uma Geografia nova; Espaço e método

- 50 O Pensamento Geográfico Brasileiro. As matrizes Clássicas Originárias; Para Onde Vai o Pensamento Geográfico? Por uma Epistemologia Crítica; O pensamento geográfico brasileiro. Vol. 2 - As matrizes da renovação.
- 51 Condição Pós-Moderna; A Produção Capitalista do Espaço; Espaço de Esperança
- 52 Epistemologia da Geografia; Evolución de la Geografía Humana; História da Geografia
- 53 A gênese da Geografia moderna; Geografia: Pequena História Crítica; Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil.
- 54 Geografia e Modernidade; O Espaço da Modernidade; Um lugar para a Geografia: contra o simples o banal e o doutrinário.
- 55 Filosofía y ciencia en la geografía contemporânea
- 56 Geografia: Conceitos e Temas; Explorações geográficas: percursos no fim do século.
- 57 Trajetórias Geográficas; Paisagem, Tempo e Cultura; Região e organização espacial.
- 58 Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico; Élisée Reclus; Uma Geografia para o Século XXI.
- 59 Perspectivas da Geografia; Análise de Sistemas em Geografia.
- 60 Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria crítica
- 61 A Geografia? Isso serve, em primeiro lugar pra fazer a guerra
- 62 Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea; Geografia Física: ciência Humana?
- 63 A Geografia no Brasil (1934-1977). Avaliação e Tendências. Instituto de Geografia; Clima e excepcionalismo: conjecturas sobre o desempenho da atmosfera como fenômeno geográfico.
- 64 Geografia e Filosofia. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico.
- 65 O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade; Desterritorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste; Regional Global: Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea
- 66 Ciência com Consciência; O método I: a natureza da natureza
- 67 O Cotidiano na Metrópole
- 68 Lógica formal / lógica dialética
- 69 A pluralidade da Geografia e a necessidade das abordagens culturais.
- 70 Propósitos e natureza da Geografia
- 71 A Construção da Geografia Humana; Marxismo e Geografia
- 72 Região e Geografia.
- 73 Pelo espaço: uma nova política da espacialidade; Um Sentido Global de Lugar
- 74 Géographie; Crítica da Razão Pura; Critique of the power of judgment
- 75 Espaço e lugar: a perspectiva da experiência; Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente
- 76 Por uma Geografia do poder
- 77 A Cidade
- 78 Contribuições à história e à epistemologia da Geografia.

# **GEOGRAFIA BRASILEIRA, PODER, GÊNERO E PRESTÍGIO CIENTÍFICO**

**BRAZILIAN GEOGRAPHY, POWER, GENDER AND  
SCIENTIFIC PRESTIGE**

**GEOGRAFÍA BRASILEÑA, PODER, GÉNERO Y PRESTIGIO  
CIENTÍFICO**

## RESUMO:

Este artigo tem por objetivo compreender o gênero na composição das relações de poder da produção científica geográfica no Brasil. Para isso foram analisados 17.636 artigos científicos de 90 periódicos *online* da Geografia brasileira no período de 1974-2015 e também a composição dos corpos discente e docente de 60 programas de pós-graduação brasileiros. Além disso, foram analisadas as ementas da disciplina de epistemologia da Geografia que compõe o projeto pedagógico dos referidos programas. Constatou-se que os homens detêm maior prestígio acadêmico e que usufruem dessa posição pelos traços androcêntricos que são mantidos nas práticas do fazer científico, bem como nas concepções teóricas.

**Palavras-chave:** Geografia; Epistemologia; Gênero; Poder

## ABSTRACT:

This paper aims to understand gender in the composition of power relations within the geography scientific production in Brazil. To reach this objective, 17,636 scientific articles from 90 online journals of Brazilian Geography were analyzed in the period 1974-2015 and also the composition of the student and faculty bodies of 60 Brazilian graduate programs. In addition, the content of the subject Geography Epistemology that was included in the educational project of those programs were investigated. Our results pointed out that men achieve higher academic prestige and that they enjoy this position due to the androcentric characteristics which are still kept in the scientific practice as well as in theoretical conceptions.

**Keywords:** Geography; Epistemology; Gender, Power

## RESUMEN:

Este artículo tiene como objetivo comprender el género en la composición de las relaciones de poder en la producción científica geográfica en Brasil. Para esto, se analizó la producción de artículos científicos de 90 revistas on-line de la Geografía Brasileña en el período 1974-2015 y también la composición de los cuerpos de estudiantes y profesores de 60 programas de posgrado brasileños. Además, se analizaron los menús de la disciplina de epistemología de geografía que conforman el proyecto pedagógico de estos programas. Se descubrió que los hombres tienen mayor prestigio académico y que disfrutan de esta posición debido a los rasgos androcéntricos que se mantienen en las prácticas de la práctica científica, así como en las concepciones teóricas.

**Palabras-clave:** Geografía; Epistemología; Género; Poder

## Introdução

A ciência, apesar de toda a aura de se constituir como um conhecimento superior da humanidade, é realizada por pessoas comuns, de forma concreta e cotidiana, tensionando uma série de elementos que a compõe. Hierarquias, distribuição de recursos econômicos e simbólicos fazem parte do jogo científico. O fazer científico envolve sujeitos que são corporificados, sendo que um dos aspectos mais importantes das representações corpóreas é o gênero. Portanto, este artigo tem como objetivo trazer para o campo de discussão a compreensão do gênero na composição das relações de poder da produção científica geográfica no Brasil. Nota-se que neste caso em específico, as análises concentram-se no recorte temporal de artigos produzidos no ano 1974-2015, em 90 periódicos *online* da Geografia brasileira, os quais estão armazenados no Observatório da Produção Geográfica Brasileira.

Com base na ideia de geometrias de poder de Massey (2000), o artigo traz dados que estruturam a Geografia brasileira de modo a constituir hierarquias de representação simbólica e conceitual masculinizadas. Para Massey (2000) o poder não é concebido no campo entre dominados e dominadores, mas em um jogo em que se deflagram limites do poder e resistências, estabelecendo a interdependência entre os componentes.

Assim, este artigo foi elaborado a partir do trabalho desenvolvido na dissertação de mestrado e por fim, na tese de doutorado. A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa foi pensada perante uma coleta de dados em 4160 programas de pós-graduação em Geografia no Brasil que constavam na Plataforma Sucupira no ano de 2017. Desta base informativa tornou-se possível sistematizar os dados coletados (discentes, docentes, coordenadores de programa, ementas eletivas) e intercalar com reflexões acerca do conceito de gênero. Outro caminho metodológico percorrido refere-se as análises realizadas em 17.636 artigos coletados de 90 periódicos *online* classificados como sendo da área da Geografia no sistema Qualis-CAPES (2013-2015). Destaca-se que essa fonte escolhida é fruto de um trabalho realizado desde 2011 no Grupo de Estudos Territoriais (GETE)<sup>42</sup>.

O último caminho percorrido diz respeito a análise qualitativa dos conteúdos das ementas das disciplinas dos 60 Programas de Pós-graduação em Geografia, onde foram analisados os discursos que permitiram a interpretação de como a geografia é narrada pela docência. A análise foi realizada com base nas técnicas de análise de conteúdo de Bardin (1977).

O artigo está estruturado em duas seções, sendo que a primeira estabelece uma discussão em torno da crítica da ideia de ciência como um conhecimento neutro e desinteressado, enfatizando o protagonismo masculino. Na segunda seção são evidenciados tanto a presença feminina na produção geográfica, como os traços androcêntricos que dificultam a promoção da visibilidade das mulheres nesse campo científico.

## Poder, ciência e sujeitos epistêmicos

A ciência tal qual exercitamos atualmente é um tipo de saber desenvolvido com base em uma aura mágica de superioridade, como se houvessem seres humanos com capacidades superiores para promover a compreensão do mundo. Essa ideia de atribuição de poder a ciência está pautada na organização social, política e econômica da era moderna da Europa (MIGNOLO, 2004). Assim, a ciência é um campo de relações de poder como outro qualquer, conforme a perspectiva de Fourez (1995) em que pessoas produtoras de conhecimento disputam visões de mundo, recursos econômicos e prestígio estabelecendo hierarquias de diferentes contextos epistemológicos em um mundo globalizado.

Massey (2008) argumenta que a “globalização como uma sequência histórica não reconhece a coexistência simultânea de outras histórias com características que sejam distintas (o que não implica estarem desconectadas) e futuros que, potencialmente, também possam sê-lo”. (MASSEY, 2008, p. 31). A globalização da ciência, ao contrário do que postula a autora, está pautada

pela ideia de evolução, em que há um percurso a ser percorrido pelas comunidades científicas estabelecendo uma ideia sequencial de 'evolução'.

Cada contexto epistemológico é constituído por elementos próprios, humanos e não humanos, instrumentos e culturas que criam sistemas de compreensão próprios, constituindo uma geografia da produção científica. Sousa Santos, Meneses e Arriscado (2005) argumentam que o desenvolvimento da ciência não manteve uma ordem simples, lógica, linear e evolutiva. Este processo oportunizou a conquista de poder e legitimidade social, apresentando um resultado de complexas relações econômicas e políticas. A ciência não é fruto do mero acaso, mas das ações humanas repletas de interesses e subjetividades. Segundo Morin (1996) a ciência possui uma capa de falsa objetividade e neutralidade na construção do conhecimento científico e uma enorme parte, escondida e desconsiderada de subjetividades.

A comunidade científica tampouco se organiza fora das relações de poder, como argumenta Fourez (1995, p.93), pois "a produção intelectual dos cientistas sempre será influenciada pelo seu lugar social de origem". Segundo ele, a objetividade pode ser entendida como não absoluta, mas relativa a uma cultura, sendo necessária a visualização que, além do objeto, há também uma estrutura organizada do mundo ao qual esses instrumentos pertencem.

A ciência como um saber racional tem como sujeito epistêmico os homens e as mulheres, sendo essas associadas à emoção e por este motivo, durante muito tempo, não foram consideradas aptas ao exercício da produção científica, conforme aponta McDowell (1999).

Segundo Fernandes (2019), que escreve sobre a história da educação feminina no Brasil, o espaço escolar não foi fácil de ser conquistado pelas mulheres. Segundo a autora, o sistema colonial estabelecido no Brasil excluiu as mulheres do processo educativo. Em suas palavras:

As mulheres ingressaram na escola tardiamente e com formação voltada para os cuidados com o lar e a família. De acordo com as leis portuguesas, o sexo feminino fazia parte do *imbecilitus sexus*, ou sexo imbecil, uma categoria à qual pertenciam mulheres, crianças e doentes mentais. Essa ideia persistiu no Brasil Colônia, onde também eram comumente declamados versinhos como: 'mulher que sabe muito é mulher atrapalhada, para ser mãe de família, saiba pouco, ou saiba nada'; 'a mulher honrada deve ser sempre calada'; e 'mulher que sabe latim não tem marido, nem bom fim' - muitos dos quais encontrados na literatura de escritores portugueses do gênero masculino. (Fernandes, 2019, p. 1)

Ainda segundo Fernandes (2019) o ingresso ao ensino superior foi permitido às mulheres no Brasil em 1879, desde que apresentassem autorização por escrito do pai, no caso de ser solteira e do marido, no caso de ser casada. Mesmo oficialmente aceitas, o número de mulheres era reduzido, e é apenas na segunda metade do século XX que as mulheres passaram a ser expressivas nos espaços educacionais. Na década de 90 do século XX as mulheres ultrapassam os homens em anos de escolarização no país. Portanto, é possível afirmar que as mulheres possuem uma história muito recente na constituição dos espaços universitários.

Fazer parte de espaços educacionais representava uma longa batalha feminina, contudo, constituir-se enquanto uma pesquisadora foi outro desafio. Os embates feministas se agregaram às lutas sociais que se estabeleceram no mundo após segunda guerra e se somaram à emergência da crítica à ciência moderna promovida por cientistas que condenavam a forma eurocêntrica e colonizada da estruturação de saberes, conforme aponta Mignolo (2004).

As mudanças sociais, históricas e econômicas que ocorreram na segunda metade do século XX também atingiram o mundo científico, criando possibilidades de se pensar na pluralidade de formas de produção de saber. Sousa Santos, Meneses e Arriscado (2005) argumentam a necessidade de reconhecer a existência dos outros saberes, advogando contra o monoculturalismo autoritário, o qual negava a existência de distintas culturas e saberes. As mulheres são vozes fundamentais dos questionamentos à autoridade científica centrada na razão universal, neutra e objetiva. Mignolo (2004) afirma a importância das mulheres ao denunciar os privilégios epistêmicos masculinos e brancos nas estruturas de saber.

A ciência, durante séculos, se estabeleceu sob o domínio masculino que paulatinamente foi sendo desestabilizado. Leta (2003) em diálogo com Schienbinger (2001), apresentam isso no livro elaborado por H.J Mozan<sup>43</sup> em 1913 intitulado 'Women in Science'. Em pleno século XX, os espaços de produção de saberes eram ainda pouco acessíveis para as mulheres, mesmo no contexto europeu

ilustrado, que já havia passado pela revolução industrial e ascensão da burguesia sob o lema da Revolução Francesa 'Liberdade, Igualdade e Fraternidade' em finais do século XVIII.

Mesmo assim, segundo Leta (2003), há registros de mulheres que contribuíram significativamente com a produção científica. A autora evidencia a importância dos laços familiares das mulheres para participarem do mundo científico, apesar das resistências morais acerca das habilidades intelectuais femininas. Para Leta (2003) a participação de mulheres em meio científico só era possível excepcionalmente, e em geral sua presença ocorria pelo fato de ser esposa, ou filha de algum homem 'da ciência'. Sua ocupação no meio científico se dava de forma marginal, dedicando-se na organização de coleções, limpeza de vidrarias, ilustração e tradução de textos que descreviam os experimentos científicos. Leta (2003) apresenta o caso de Marie Salomea Skłodowska Curie, considerada assistente de seu esposo Pierre Curie. O primeiro Prêmio Nobel em 1903 foi oferecido ao seu marido que dividiu com ela as honrarias e o segundo prêmio em 1911, com seu marido já falecido, ela recebeu sozinha pela descoberta do elemento químico rádio. Outras mulheres também receberam o Prêmio Nobel como Grazia Deledda (em Literatura, 1926), Irene Joliot-Curie (em Química 1935) e Barbara McClintock (Medicina em 1983). Já o reconhecimento das mulheres na produção científica no Brasil foi ainda mais tardio, apenas no século XX.

Melo e Rodrigues (2006, 2018) trazem história de dezenove mulheres destacadas como cientistas: Alice P. Canabrava e Eulália L. Lobo (historiadoras), Bertha Lutz (bióloga), Blanka Wladislaw (química), Carolina M. Bori (psicóloga), Elisa Frota-Pessoa, Neuza Amato e Sonja Ascher (físicas), Elza F. Gomide e Marília C. Peixoto (matemáticas), Graciela M. Barroso (botânica), Johanna Döbereiner (agrônoma), Maria Josephina M. Durocher (obstetra), Maria da Conceição Tavares (economista), Maria José von P. Deane (parasitologista), Marta Vanucci (bióloga), Nise da Silveira (médica psiquiatra), Ruth S. Nussenzveig (bióloga) e Victória Rossetti (engenheira agrônoma).

Melo e Rodrigues (2006) apontam que, mais do que a estrutura social em si, as poucas mulheres que obtiveram destaque na ciência em pleno século XX no Brasil tinham especificidades familiares como elementos de impulso de suas carreiras científicas e a fuga de papéis femininos tradicionais da época. Várias das mulheres descritas pelas autoras são filhas de homens cientistas e professores que incentivaram suas filhas nos estudos. Outras ainda são nascidas na Europa ou filhas de europeus, cuja cultura nos anos 30 e 40 era mais aberta para o acolhimento da escolha feminina pelo conhecimento científico.

As gerações mais recentes do século XX trazem um crescimento da feminização da ciência no Brasil, como aponta Marques (2012), inclusive com um aumento significativo de produtividade feminina, notadamente nas gerações mais jovens. Lopes (2003) evidencia o crescimento das mulheres no universo acadêmico recente, afirmando que durante os anos 70 e 80 a presença feminina era de apenas 30%. Segundo ela,

...em uma análise geral da participação das mulheres doutoras nas atividades de pesquisa, os dados indicam, em proporções aproximadas, que entre aqueles que se titularam no país até 1965, para cada 6,3 homens, havia uma mulher titulada; de 1976 a 1980, para cada três homens, uma mulher se doutorava; de 1986 a 1990 a proporção era uma mulher para 1,8 homens e de 1996 a 2000 chega a quase uma para um.<sup>44</sup> (Lopes, 2003, s/p)

Ainda discutindo a relação da participação feminina nos espaços acadêmicos, Marques (2012) apresenta que no Brasil há uma tendência de aumento de mulheres como líderes de grupos de pesquisa, embora ainda seja minoria. Segundo ele,

Dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) mostram que, em 2010, as mulheres já eram maioria entre estudantes de doutorado no Brasil, com 55,7% do total (em 2000 eram 49,1%). Em número de pesquisadores, respondem exatamente pela metade do contingente brasileiro. Mas, no rol dos líderes dos grupos de pesquisa, ainda são minoria. Elas são 45% do total de líderes, ante 39% no ano 2000. Um estudo feito pela FAPESP no ano passado também evidencia esse avanço no estado de São Paulo. Em 2010, a Fundação recebeu 19.678 solicitações de apoio de pesquisadores - 42% de mulheres. (Marques, 2012, p.30)

## Gênero, prestígio acadêmico e o lugar das mulheres na geografia brasileira

A geografia como ciência tende a aparentar uma autonomia da vida concreta das pessoas que produzem esse saber. Contudo, ao nos determos de forma sistemática às estruturas organizacionais desse campo científico, é possível compreender as hierarquias, interesses e a distribuição de prestígio acadêmico entre seus agentes produtores. Cesar (2015) já apontava para uma crescente feminização do corpo discente da geografia brasileira no que diz respeito aos cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, sendo que os dados que se seguem nas figuras 1 e 2, confirmam a manutenção dessa dinâmica.

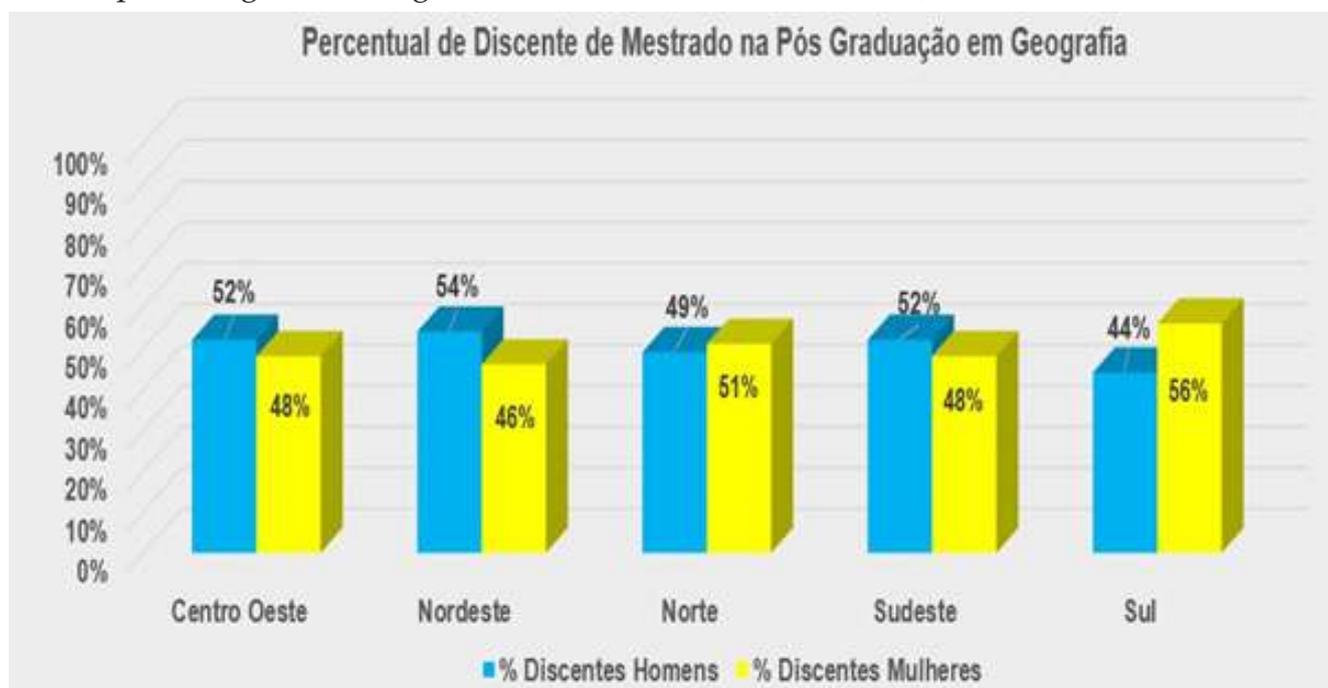


FIGURA 1 - Discentes por sexo nos cursos de mestrado de 60 programas de pós-graduação em Geografia no Brasil.  
Fonte: Plataforma Sucupira, 2017. Organização própria

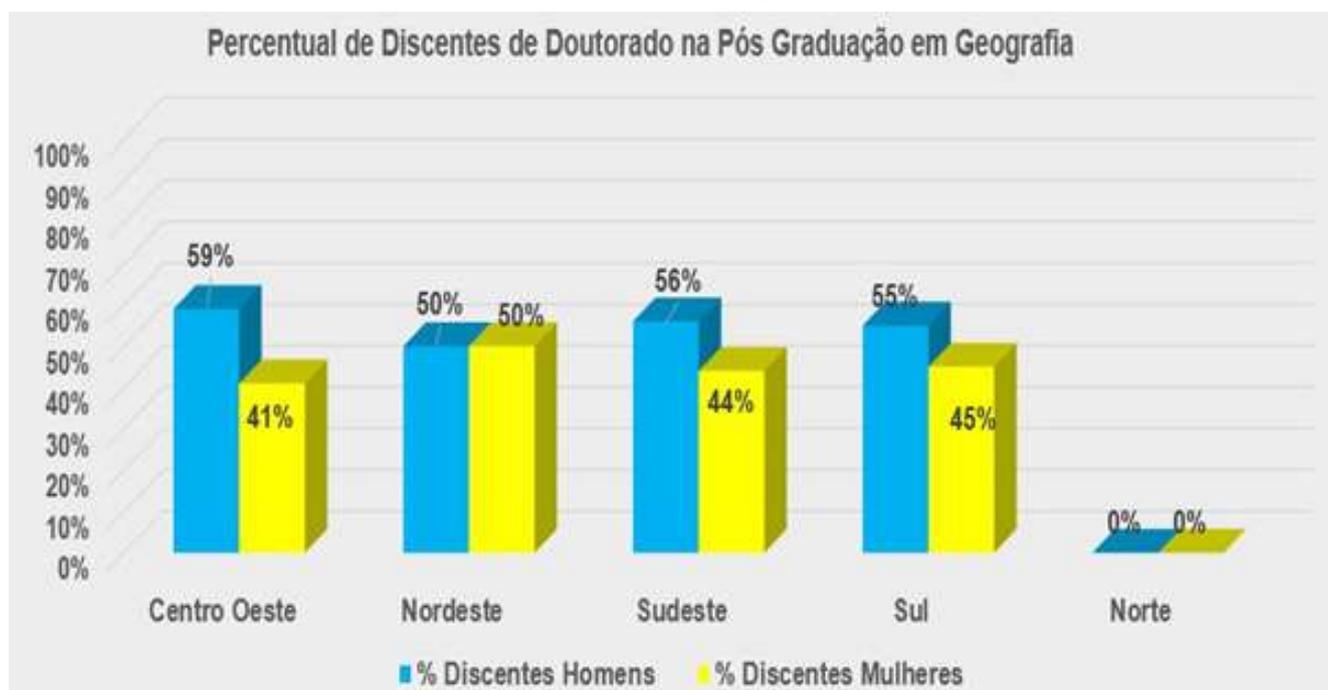


FIGURA 2 - Discentes por sexo nos cursos de doutorado de 60 programas de pós-graduação em Geografia  
Fonte: Plataforma Sucupira, 2017. Organização própria  
\*A região norte é representada por 0%, pois é a única região que não consta discentes de doutorado titulados até o momento desta pesquisa (2015). (Programas recentes)

As figuras 1 e 2 evidenciam um notável desempenho feminino na geografia que em algumas regiões, no nível de mestrado, já ultrapassam os homens e no nível de doutorado ainda estão em pequena defasagem. O potencial feminino no campo científico é impressionante quando se pensa que as mulheres só conseguiram entrar nas universidades depois de meados do século XX. Mas essa não é uma particularidade da geografia, mas um movimento da ciência no Brasil. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP<sup>45</sup>) demonstra que:

Dados do Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, revelam que as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação. No Censo da Educação Superior de 2006, as mulheres representavam 56,4% das matrículas em cursos de graduação. Já na docência, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da Educação Superior em exercício, 45,5% são mulheres. (INEP, 2018)

Entretanto, há pesquisas que apontam dificuldades das mulheres em permanecerem no mundo científico, conforme aponta Velho e León (1998). O tamanho do desempenho feminino como alunas de cursos de pós-graduação, no entanto, não se reflete nas posições como docentes e em cargos de coordenação dos programas de pós-graduação em geografia no Brasil. Os dados obtidos apontaram que 61,4% do corpo docente é composto por homens e apenas 38,6% de mulheres. As figuras 3 e 4 a seguir demonstram a distribuição regional.

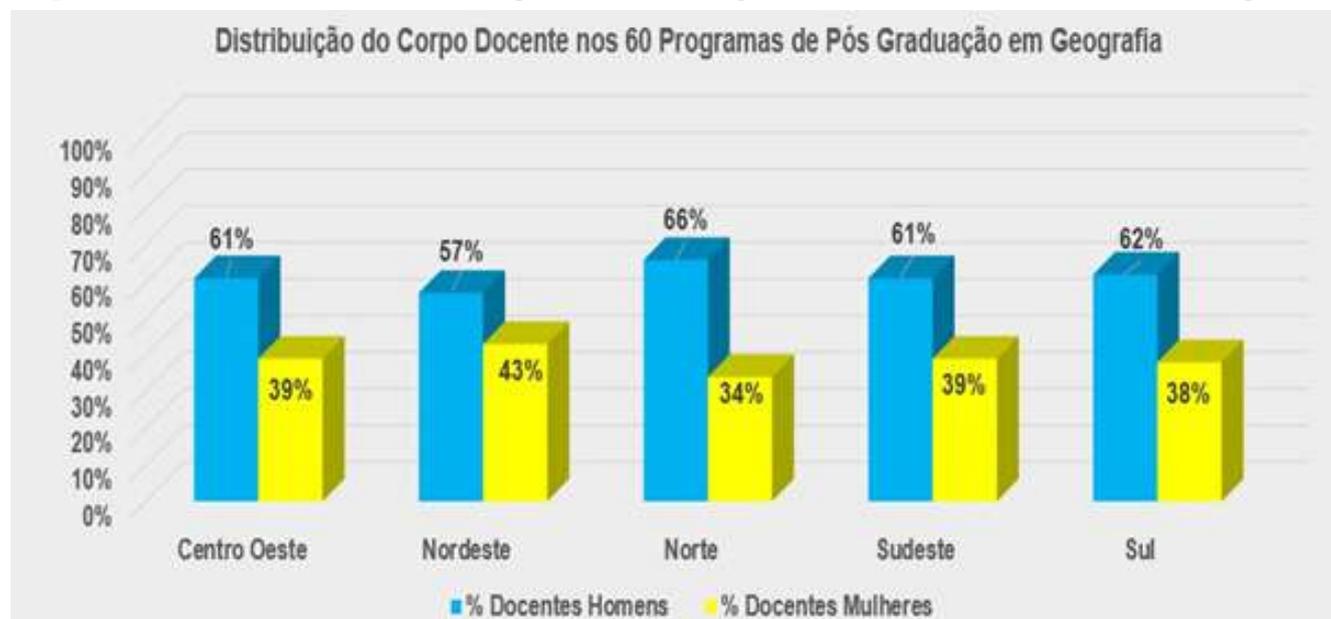


FIGURA 3 - Docente por sexo nos 60 programas de pós-graduação em Geografia  
Fonte: Plataforma Sucupira, 2017. Organização própria

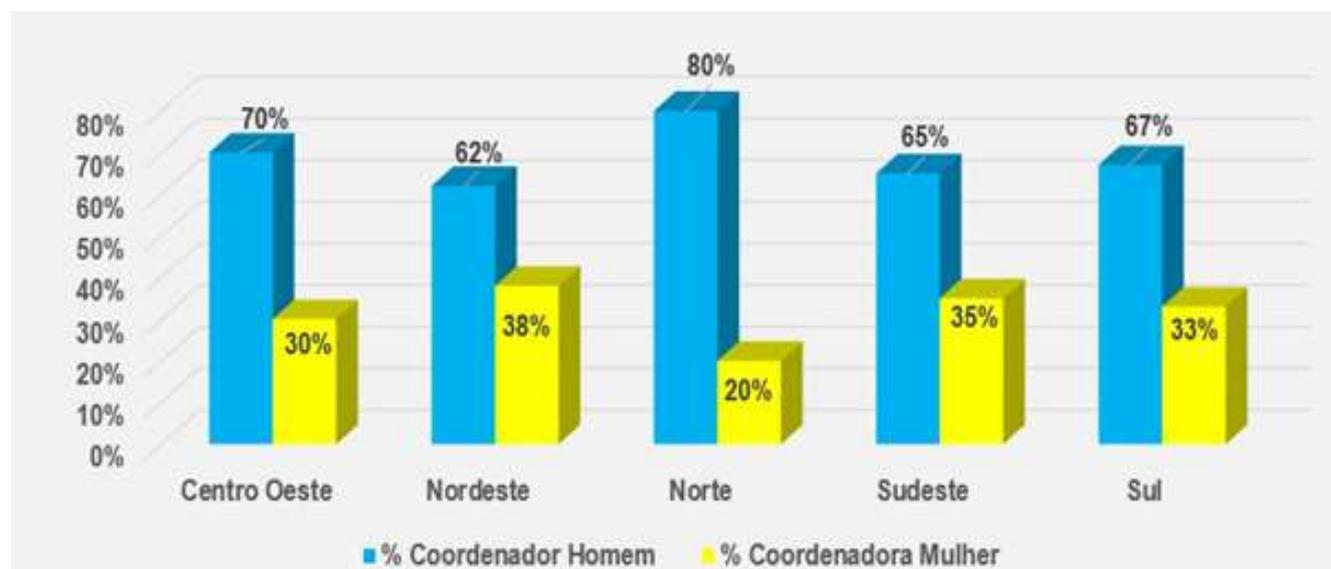


FIGURA 4 - Coordenação por sexo dos 60 programas de pós-graduação em Geografia.  
Organização própria.

A figura 4 que demonstra a distribuição de coordenação por sexo por regiões do Brasil, evidencia que esta posição é majoritariamente masculina, pois os homens ocupam 68,8% dos cargos de comando, que influencia nas políticas de organização interna dos cursos de pós-graduação, bem como possuem alcance e representação nas instituições nacionais como a Associação de Programas de Pós-graduação em Geografia.

Apesar das estruturas administrativas e de docência serem importantes para a conquista das mulheres, o prestígio acadêmico no campo científico é valorizado em termos de produção científica que são veiculados em periódicos que possuem altos níveis de qualificação, segundo o Sistema Qualis<sup>46</sup> da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Considerando que as mulheres fazem parte da produção científica como docentes e discentes, elas estão subordinadas às mesmas exigências que os homens em termos de produção de resultados de pesquisas a serem veiculados pelos periódicos científicos. As mulheres produzem muitos artigos, sendo que do total de artigos publicados 17.636 entre 1974 e 2015, as mulheres representam 7.022 (39,8%) de autoria, sendo que os homens representam 10.614 artigos (60,2%). Entretanto, quando se observa a distribuição dos artigos por sexo nos estratos de qualificação dos periódicos, pode-se afirmar que as mulheres não conseguem ter equidade na publicação de artigos em periódicos de maior prestígio científico. A figura 5 evidencia esta afirmação.

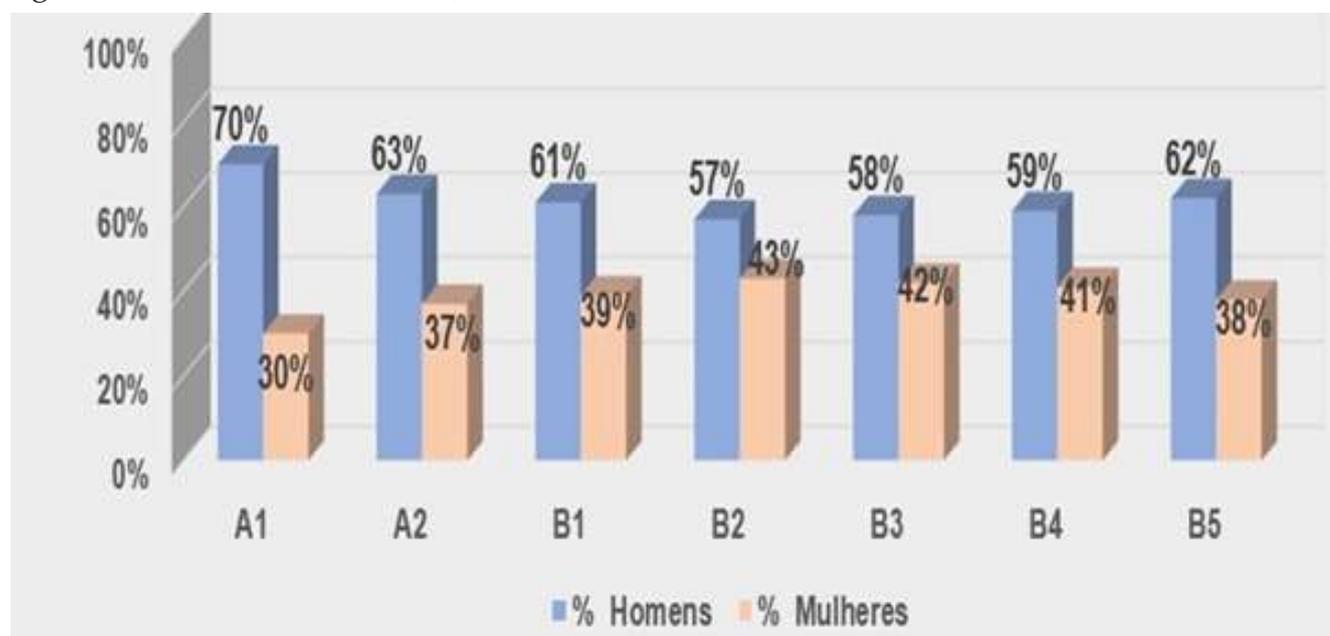


FIGURA 5 - Autoria por sexo da produção científica geográfica brasileira entre os estratos do Sistema Qualis Capes

Fonte: Observatório da Produção Geográfica Brasileira – 90 periódicos online da Geografia Brasileira.

Triênio 2013-2015, porcentagem com base em 17.636 artigos armazenados no banco citado. Organização própria

As mulheres são mais representativas nos estratos de menor qualificação no sistema. Pesquisadoras da produção científica como Pazzelo e Fernandes (2004) têm realizado estudos sobre as dificuldades das mulheres na produção científica e apontam as implicações do trabalho reprodutivo das mulheres e o impacto desse fator na vida laboral. A esfera reprodutiva tem sido discutida de forma contundente por pesquisadoras que reclamam sobre as regras do mercado de trabalho científico que colocam homens e mulheres com exigências iguais, sem considerar que o trabalho intelectual envolve muito mais horas de trabalho do que aquelas dispensadas apenas no espaço das universidades, como por exemplo, Deem (2003), Pujol, Ortiz e Garcia Ramon (2007/2008).

Além da produção dos artigos científicos, há também a composição dos Conselhos Editoriais que são formados majoritariamente por homens, conforme pode ser visto na figura 6. Fazer parte do corpo editorial de um periódico, significa ter poder de interferir na política de publicações e criar regras de avaliação daquilo que é considerado geográfico ou não.

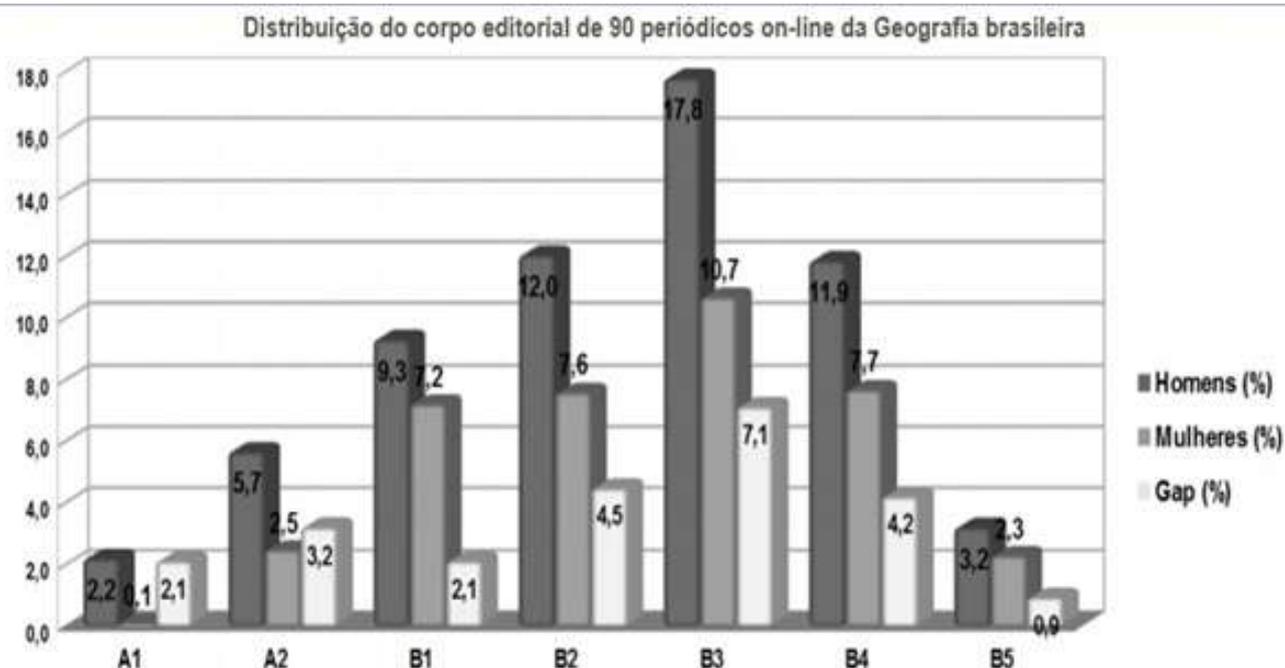


FIGURA 6 - Componentes do corpo editorial por sexo de 90 periódicos online da Geografia brasileira <sup>47</sup>  
 Fonte: 90 Periódicos online da Geografia Brasileira – triênio 2013-2015. Organização própria

Preocupado em compreender a dinâmica de produtividade entre homens e mulheres, Pinto (2017) realiza uma pesquisa de uso do tempo entre pesquisadores da área da geografia que atuam como pesquisadores em programas de pós-graduação paranaenses. Sua pesquisa dividiu o uso do tempo entre homens e mulheres durante os dias da semana e os finais de semana. As atividades computadas foram agrupadas nas seguintes categorias 'atividade produtiva docente', 'reprodução familiar', 'lazer', 'ócio' e 'cuidados pessoais'. Ele considerou como 'Atividade produtiva docente' as aulas, horas em laboratórios, orientações e reuniões administrativas. A categoria 'Reprodução familiar' computou as atividades domésticas de limpeza e organização da casa, preparo de refeições e cuidado de outros membros da família. O 'lazer' agrupou as horas de atividades de entretenimento, como assistir TV e passear. O 'Cuidado pessoal' reuniu as horas despendidas em higiene pessoal, alimentação e prática de atividades físicas e de beleza. Por fim o 'ócio' foi considerado o tempo de repouso. Ao final de sua pesquisa, o autor chega a conclusões pertinentes para compreensão do sucesso masculino em obter maior prestígio em publicações de maior impacto acadêmico.

Pinto (2017) argumenta que durante a semana, considerando de segundas às sextas-feiras, as mulheres com filhos trabalham em média quatro horas e meia a mais que os homens na categoria 'atividade produtiva', bem como trabalham cinco horas e meia a mais do que os homens em atividades de 'reprodução familiar'. Nas categorias de ócio, lazer e cuidado pessoal, há uma inversão, sendo que os homens possuem mais horas dedicadas às essas atividades durante a semana. Nos finais de semana a mesma tendência se verifica. No geral, as mulheres trabalham mais horas e obtêm menor recompensa pelo trabalho desempenhado.

Em uma época em que o trabalho docente é levado para o espaço doméstico, pode-se dizer que as mulheres possuem maior desafio do que os homens para conseguir melhorar a sua produtividade intelectual. O trabalho de escrita de resultados de pesquisa depende de concentração e muitas vezes isso é impossível para as mulheres no espaço doméstico em que as demandas que enfrentam são mais pesadas do que as dos homens. Essa imensa carga de trabalho da esfera doméstica está submersa e aparece no espaço científico como baixa produtividade, frustração e baixa autoestima.

Além das estruturas organizacionais do trabalho, é importante marcar o jogo da tradição epistemológica que prioriza determinadas concepções conceituais em detrimento de outras. Uma importante ferramenta de poder é o controle dos currículos dos programas de

pós-graduação em geografia no país e entre as disciplinas que compõem os currículos as chamadas 'epistemologia da geografia' desempenham um papel fundamental para constituir a ideia do que seja a disciplina, bem como as fronteiras e limites de conhecimento da realidade espacial.

Para compreender a estrutura das narrativas que compõem as disciplinas de epistemologia da geografia<sup>48</sup> foram analisadas as ementas e as referências bibliográficas de 60 programas de pós-graduação em geografia. A escolha de discorrer sobre as ementas da disciplina de epistemologia, constitui-se diante do argumento de que esse conhecimento é fortemente responsável pela construção do pensamento geográfico brasileiro. Assim, foram organizadas em sequência e os tópicos elencados, classificadas em categorias discursivas e agrupadas por frequência com que apareciam, gerando a figura 7 que se segue.



FIGURA 7 - Análise do conteúdo das disciplinas de epistemologia da geografia dos programas de pós-graduação do Brasil  
 Fonte: Plataforma Sucupira - 60 ementas correspondentes aos programas de Pós-graduação em Geografia. Organização própria

Os conteúdos classificados como 'ênfase na ciência moderna' que representam a maioria, são aqueles em que se preocupavam em construir uma ideia de dicotomia, oposição, neutralidade, essência de ciência geográfica, oposição entre conhecimento do senso comum e conhecimento científico, de 'objeto' da geografia, com ênfase de um conhecimento produzido sem que as pessoas produtoras de conhecimento fossem parte do processo, constituindo a possibilidade de uma universalização do que seja a geografia, sem considerar diferentes contextos epistemológicos entre os países.

'As correntes de pensamento' que representam a segunda maior quantidade de conteúdo. Nesta categoria estão agrupadas a forma de se compreender a geografia a partir de grandes paradigmas, ou modelos em que se explicam os métodos científicos adotados, trazendo apenas as correntes hegemônicas de cada período.

A categoria 'ideia de desenvolvimento' forma um conjunto discursivo em que há uma tendência de que uma forma de compreender a realidade é melhor e supera a anterior, sem considerar disputas e tensões, mas uma visão de sucessão. A categoria 'conceitos geográficos' reúne as menções de palavras como paisagem, lugar, espaço, território, região e escala. No conjunto discursivo não há como entender por meio do documento da ementa como os conceitos são trabalhados, como se escala, por exemplo, significasse a mesma coisa para qualquer contexto epistemológico espaço-temporal.

A categoria 'metodologia' reuniu conteúdos de operacionalização de pesquisa, elaboração de projetos e textos científicos. Pode-se dizer que apenas 15% dos conteúdos das ementas da disciplina de epistemologia da geografia dos 60 cursos de pós-graduação do Brasil apresentam a ciência como desafios a serem acolhidos por parte do campo. Na categoria 'desafios contemporâneos' são conteúdos em que aparecem temas emergentes como gênero, raça, aquecimento global. Na categoria 'superação das características da ciência

moderna' foram reunidos conteúdos sobre complexidade, poder, posicionalidade do(a) pesquisador(a), reflexibilidade, implicações da ética na produção científica e da geopolítica do conhecimento.

Esta forma de concepção da geografia estabelece um perfil de narrativa. Segundo Bell (2011) a forma com que as narrativas são construídas estabelece os limites de pensamento que se desenvolve pela comunidade científica. A narrativa vai se tornando verdade pelo ato de repetição e da autoridade de quem fala. Com a análise realizada é possível afirmar que a geografia mantém traços da modernidade e é pouco permeável aos desafios contemporâneos.

O caráter masculino da disciplina também é fortemente marcado nessas ementas. No total das 60 ementas analisadas há 1804 referências. 90,3% são obras masculinas e apenas 9,70% obras femininas. As 1804 referências foram agrupadas conforme o nome dos autores e realizado o desvio padrão para encontrar os autores com predominância de referências, chegando ao número de 594 autores. Desse total foi possível encontrar os autores com maior frequência de indicações bibliográficas, conforme a seguinte sequência de importância: Milton Santos<sup>49</sup>, Ruy Moreira<sup>50</sup>, David Harvey<sup>51</sup>, Paul Claval<sup>52</sup>, Antônio Carlos Robert de Moraes<sup>53</sup>, Paulo Cesar da Costa Gomes<sup>54</sup>, Horácio Capel<sup>55</sup>, Iná Elias de Castro<sup>56</sup>, Roberto Lobato Corrêa<sup>57</sup>, Manoel Correia Andrade<sup>58</sup>, Antonio Christofolletti<sup>59</sup>, Edward W. Soja<sup>60</sup>, Yves Lacoste<sup>61</sup>, Francisco de Assis Mendonça<sup>62</sup>, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro<sup>63</sup>, Eliseu Savério Sposito<sup>64</sup>, Rogério Haesbaert<sup>65</sup>, Edgar Morin<sup>66</sup>, José Borzacchiello da Silva<sup>67</sup>, Henri Lefebvre<sup>68</sup>, Oswaldo Bueno Amorim Filho<sup>69</sup>, Richard Hartshorne<sup>70</sup>, Massimo Quaini<sup>71</sup>, Sandra Lencioni<sup>72</sup>, Doreen Massey<sup>73</sup>, Immanuel Kant<sup>74</sup>, Yi Fu Tuan<sup>75</sup>, Claude Raffestin<sup>76</sup>, Ana Fani Alessandri Carlos<sup>77</sup>, Antonio Carlos Vitte<sup>78</sup>.

Os 30 autores (as) com maior impacto no campo da epistemologia da geografia brasileira, outros dois fatores podem ser considerados, o primeiro que diz respeito ao percentual de obras internacionais utilizadas e o segundo referente ao número de mulheres que compõe o quadro de referências. Dos(as) 30 autores(as) 17 são geógrafos (as) brasileiros (as) e 13 internacionais. Além disso, há apenas 4 mulheres nesse universo de geógrafos(as) que sustentam a ideia do que seja a geografia no Brasil.

As geometrias de poder que posicionam sujeitos em diferentes locais em interdependências e fluxos constitui complexas configurações do espaço acadêmico, utilizando a ideia de Massey (2000). Certamente a entrada maciça das mulheres nas últimas décadas do século XXI e a emergência dos movimentos feministas deve manter esse jogo de forças em reconfiguração.

Contudo, ainda hoje é possível afirmar os traços eurocêntricos e masculinos da geografia produzida em um país colonizado em que há fortes demandas de acolhimento de saberes plurais que superem as dicotomias e a simplificação das estruturas organizacionais de produção do saber científico.

## Considerações finais

O artigo construiu a compreensão do gênero na composição das relações de poder da produção científica geográfica no Brasil. Evidenciou que um campo científico não é apenas um espaço em que as verdades são colocadas à prova para legitimação ou refutação. Há uma série de elementos que conjugam estruturas organizacionais como currículos, publicações, pessoas que possuem diferentes posições de poder e interesses. Com base na demonstração dos dados pode-se afirmar a centralidade da dominação masculina, tanto em termos operacionais da disciplina em que os homens ocupam os cargos de maior poder, como no prestígio que obtém na produção científica.

Há forte feminização do campo da geografia em termos de presença feminina. Entretanto, a presença não é suficiente para garantir legitimação de demandas de conhecimento geográfico que contemple as mulheres e que seja instrumento de equidade de gênero.

A geografia brasileira é branca e masculina, mas a hegemonia desse perfil de compreen-

são do espaço tem sido tensionada e com este artigo esperamos ter construído a visibilidade das mulheres e a crítica ao falocentrismo. A realidade generificada tende a ser naturalizada, contudo, é preciso problematizar as hierarquias sociais que provocam injustiças. Pensar a ciência como um campo de luta, chama mulheres e negros à luta para desmobilizar o sexismo e a branquitude que coloca grupos sociais fora da possibilidade de produção e partilha de saber geográfico.

## Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977. 225p.

BELL, David. **O que foi terá sido: A Geografia a partir do queer**. In: SILVA, J. M.; SILVA, A. C. P. da. Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011, p. 201-214.

BOURDIEU, Pierre. **A gênese dos conceitos de habitus e campo** In: BOURDIEU, P. Poder simbólico. Portugal/Brasil: Difel/Bertrand, 1989

BOURDIEU, Pierre. **“O campo científico”** In: Pierre Bourdieu: *Sociologia*. São Paulo, Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais. pp. 122-123.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. **‘Gênero, poder e produção científica geográfica no Brasil de 1974 a 2013’**. 2015. 138f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território), Programa de Pós-Graduação em Gestão do Território. UEPG, Ponta Grossa-PR.

DEEM, Rosemary: “Gender, organizational cultures and the practices of manager-academics in UK Universities”, en: **Gender, Work and Organization**, vol. 10, Nº 2, 2003, pág. 239-259.

FERNANDES, Fernanda. A história da educação feminina. **MultiRio**. 2019. Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/14812-a-hist%C3%B3ria-da-educa%C3%A7%C3%A3o-feminina>> Acesso em: 10/06/2020.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996

FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências. Introdução à filosofia e à ética das ciências**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995, p. 319.

LETA, Jacqueline. “ As mulheres na ciência brasileira: crescimentos, contraste e um perfil de sucesso. **Estudos Avançado**, v.17, n. 49, p. 271-284, set 2003.

LOPES, Maria Margaret. Gênero e ciências no país: exceções à regra? **Com Ciência**, n. 50. Dez/Jan 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/mulheres/01.shtml>> Acesso em: dez de 2018.

Mulheres são maioria na Educação Superior brasileira. INEP, 2018. Disponível em < [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206)>. Acesso em 20 de dezembro de 2018.

MARQUES, Fabrício. Limites na diferença. **Revista Pesquisa FAPESP**. Ed.196, junho, 2012.

MASSEY, Dorren. **Um sentido global de lugar**. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). O espaço da diferença. SP: Papyrus, 2000, pp. 176-185

MASSEY, Dorren B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

McDOWELL, Linda. **Gender, identity and place: understanding feminist geographies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

- McDOWELL, Linda; PEAKE, Linda. Women in British geography revisited: or the same old story. **Journal of Geography in Higher Education**, v.14, n.1, p.19, 1990.
- MELO, Hildete Pereira de, RODRIGUES, Ligia. **Pioneiras da ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: SBPC, 2006.
- MELO, Hildete Pereira de, RODRIGUES, Ligia. Pioneiras da ciência no Brasil: uma história contada doze anos depois. **Ciência e Cultura**. v. 70, n. 3, p. 41-47, 2018. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602018000300011>
- MIGNOLO, Walter. **“Os esplendores e as misérias da “ciência: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluriversalidade epistêmica.”** In: SANTOS, Boaventura de Souza. **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004. p 668 – 709
- MONK, Janice, HANSON, Susan. “On Not Excluding Half of the Human in Human Geography” . *The Professional Geographer*, v. 34, n 1, p. 11-23, 1982.
- MORIN, Edgar. **O problema epistemológico da complexidade**. Portugal, Europa-América, 1996
- NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, vol 11, nº 3, p. 647-654, set/dez 2006.
- PAZELLO, Elaine Toldo. FERNANDES, Reynaldo. A maternidade e a mulher no mercado de trabalho: diferença entre comportamentos entre mulheres que têm e mulheres que não têm filhos. **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**, v. 31, 2004
- PINTO, Vagner André Moraes. **Gênero e vivência cotidiana na instituição do espaço da produção científica geográfica paranaense**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Gestão do Território. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.
- PUJOL, Hermínia; ORTIZ, Anna; GARCIA RAMON, Maria Dolors. La Presencia y La Carrera Profesional de Las Mujeres en La Geografía Académica. Estudio de Las Peculiaridades Del Caso Español. **Estudios Socioterritoriales Revista de Geografía**. nº 7, p. 136 - 159, 2007/2008
- ROSE, Gillian. Progress in geography and gender - or something else. **Progress in Human Geography**, v.17, n.4, p. 531-537, 1993.
- SCHIENBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência ?** Londa Schiebinger ;tradução de Raul Fiker. Bauru. SP: EDUSC, 2001.384 p.
- SILVA, Joseli Maria Silva. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista ao discurso geográfico brasileiro. In: SILVA, Joseli Maria: **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, p.25-54.
- SOUZA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula; ARRISCADO, João Nunes João. “Introdução: para ampliar o cânone da ciência – a diversidade epistemológica do mundo. In SOUSA SANTOS, Boaventura (org.). **Semear outras soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005
- VELHO, Léa. LÉON, Elena. A Construção Social da Produção Científica por Mulheres. **Cadernos Pagu**. nº 10, p.309-344, 1998

## Notas

1. Foram escolhidos 60 programas de pós-graduação em Geografia, pois no ano de 2017, este era o número de pós em Geografia, existentes no Brasil.
2. Os 17.636 artigos coletados encontram-se armazenados no Observatório da Produção

- Geográfica Brasileira, sendo que essas informações estão sendo alimentadas desde 2011.
3. Pseudônimo para John Augustine Zahm;
  4. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/13.shtml>> Acesso em 18 de Maio de 2020.
  5. Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206)> Acesso em 20 de dezembro de 2018.
  6. O Sistema Qualis Capes possui um ranking de valorização de periódicos científicos por área de conhecimento, do mais valorizado ao menos: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5.
  7. *GAP* significa diferença. Para a sociologia *gap* serve para descrever uma lacuna ou disparidade entre elementos de uma classe social mais elevada em relação aos elementos de uma classe social mais desfavorecida. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/gap/>> Acesso em 18 de Maio de 2020
  8. É importante marcar que às vezes o monte da disciplina é diferente, mas reflete a ideia do que é a concepção teórica e metodológica da Geografia brasileira.
  9. A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção; Por uma Geografia nova; Espaço e método
  10. O Pensamento Geográfico Brasileiro. As matrizes Clássicas Originárias; Para Onde Vai o Pensamento Geográfico? Por uma Epistemologia Crítica; O pensamento geográfico brasileiro. Vol. 2 - As matrizes da renovação.
  11. Condição Pós-Moderna; A Produção Capitalista do Espaço; Espaço de Esperança
  12. Epistemologia da Geografia; Evolución de la Geografía Humana; História da Geografia
  13. A gênese da Geografia moderna; Geografia: Pequena História Crítica; Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil.
  14. Geografia e Modernidade; O Espaço da Modernidade; Um lugar para a Geografia: contra o simples o banal e o doutrinário.
  15. Filosofía y ciencia en la geografía contemporânea
  16. Geografia: Conceitos e Temas; Explorações geográficas: percursos no fim do século.
  17. Trajetórias Geográficas; Paisagem, Tempo e Cultura; Região e organização espacial.
  18. Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico; Élisée Reclus; Uma Geografia para o Século XXI.
  19. Perspectivas da Geografia; Análise de Sistemas em Geografia.
  20. Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria crítica
  21. A Geografia? Isso serve, em primeiro lugar pra fazer a guerra
  22. Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea; Geografia Física: ciência Humana?
  23. A Geografia no Brasil (1934-1977). Avaliação e Tendências. Instituto de Geografia; Clima e excepcionalismo: conjecturas sobre o desempenho da atmosfera como fenômeno geográfico.
  24. Geografia e Filosofia. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico.
  25. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade; Desterritorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste; Regional Global: Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea

26. Ciência com Consciência; O método I: a natureza da natureza
27. O Cotidiano na Metrópole
28. Lógica formal / lógica dialética
29. A pluralidade da Geografia e a necessidade das abordagens culturais.
30. Propósitos e natureza da Geografia
31. A Construção da Geografia Humana; Marxismo e Geografia
32. Região e Geografia.
33. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade; Um Sentido Global de Lugar
34. Géographie; Crítica da Razão Pura; Critique of the power of judgment
35. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência; Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente
36. Por uma Geografia do poder

# **O MAPA DA PESQUISA DE GÊNERO NA GEOGRAFIA BRASILEIRA (2010 A 2019):** Sistematização e análise

**THE MAP OF GENDER RESEARCH IN BRAZILIAN  
GEOGRAPHY (2010 TO 2019):** Systematization and analysis

**MAPA DE LA INVESTIGACIÓN DE GÉNERO EN LA  
GEOGRAFÍA BRASILEÑA (2010 A 2019):** Sistematización y  
análisis

## RESUMO

Na busca de caminhos para a construção metodológica de pesquisa geográfica no âmbito das relações de espaço e gênero, encontramos no feminismo mecanismos de apreensão e compreensão da realidade. Procuramos mapear como os geógrafa(o)s têm abordado a temática “gênero” e “sexualidades” em suas respectivas pesquisas: quem são a(o)s pesquisadora(e)s que se dedicam a tal desafio? Quais os focos de pesquisas referentes às mulheres? Os resultados apresentados neste estudo advêm da consulta e análise do catálogo de dissertações e teses da CAPES, no período de 2010 a 2019. Os principais resultados são: i) aumento do número de dissertações e teses sobre temáticas de gênero; ii) ausência de trabalhos que revelam as espacialidades de alguns sujeitos que tensionam a heterossexualidade normativa; e iii) concentração da produção acadêmica sobre a temática gênero e sexualidades em programas de pós-graduação criados nas duas primeiras décadas do século XXI, localizados em cidades interioranas e não metropolitanas.

**Palavras-chave:** Geografia; Gênero e sexualidades; Mulheres; Dissertações e Teses.

## ABSTRACT

In the search for ways of methodological construction of geographical research considering the relations of space and gender, we find in feminism mechanisms of apprehension and understanding of reality. We seek to map how geographers have addressed the theme of gender and sexualities in their research. Who are the researchers dedicated to this challenge? What are the research focus on women? The results presented in this work come from the consultation and analysis of the CAPES dissertations and theses catalogue, from 2010 to 2019. The main results are: i) increase in the number of theses and dissertations on gender themes; ii) absence of works that reveal the spatiality of some subjects who tension normative heterosexuality; and iii) concentration of academic production on the theme of gender and sexualities in postgraduate programmes created in the first two decades of the 21<sup>st</sup> century, located in interior and non-metropolitan cities.

**Keywords:** Geography; Gender and sexualities; Women; Theses and dissertations.

## RESUMEN

En la búsqueda de formas para la construcción metodológica de la investigación geográfica en el ámbito de las relaciones espaciales y de género, encontramos en el feminismo mecanismos de aprehensión y comprensión de la realidad. Buscamos mapear cómo la(o)s geógrafo(a)s han abordado el tema de género y sexualidades en sus respectivas investigaciones. ¿Quiénes son lo(a)s investigadore(a)s que se dedican a este desafío? ¿En qué se centra la investigación sobre las mujeres? Los resultados presentados en este trabajo provienen de la consulta y el análisis del catálogo de tesis de maestría y doctorado de CAPES de 2010 a 2019. Los resultados principales son: i) aumento en el número de tesis de maestría y doctorado sobre cuestiones de género, ii) ausencia de trabajos que revelan la espacialidad de algunos sujetos que tensionan la heterossexualidad normativa y iii) la concentración de la producción académica sobre el tema de género y sexualidad en los programas de posgrado creados en las dos primeras décadas del siglo XXI, ubicadas en ciudades del interior y no metropolitanas.

**Palabras clave:** Geografía; Género y sexualidades; Mujer; Tesis de maestría y doctorado.

## Introdução<sup>1</sup>

Experiências acadêmicas, vivências-práticas no/do cotidiano de uma universidade pública no interior do estado do Rio Grande do Sul, somadas aos desafios diários impostos a pessoas que apresentam corpos físicos do sexo biológico feminino, bem como aqueles corpos que representam comportamentos e ações de uma feminilidade preestabelecida culturalmente, colocam-nos constante e permanentemente em situação de observação e reflexão sobre as relações sociais em sua dimensão espacial. Em especial, a respeito da participação das mulheres na produção, percepção e vivência do espaço, bem como suas demandas para garantia de justiça social.

Esta reflexão parte de uma experiência recente, que caminha e é nutrida por estudos, diálogos e inquietações sobre a situação das mulheres no espaço urbano. Nossa formação acadêmica, iniciada em 2002, esteve vinculada à análise das desigualdades socioespaciais, à elaboração de representações gráficas da exclusão social e da compreensão da territorialização de políticas públicas. Em 2016, com a participação no evento sobre microterritorialidades na cidade, ressignificamos as pesquisas e as discussões sobre gênero, sexualidade e suas respectivas espacialidades.

Como geógrafa, pesquisadora, mãe e mulher cis no interior do Rio Grande do Sul, início está “nova” trajetória com a pesquisa exploratória sobre gênero, sexualidade e Geografia feminista buscando construir um horizonte de problemas vividos, percebidos e concebidos, mas (ainda) muito negligenciadas no âmbito científico e político da geografia brasileira.

Este tipo de pesquisa proporcionou maior familiaridade com as temáticas, problemáticas e referências<sup>2</sup>. Ela possibilita a observar os desafios diários impostos a pessoas que apresentam corpos físicos do sexo biológico feminino, bem como os corpos sociais femininos – aqueles que representam comportamentos e ações de uma feminilidade preestabelecida culturalmente. Colocamo-nos em situação de observação e reflexão sobre as relações sociais em sua dimensão espacial, especialmente, a respeito da participação das mulheres na produção do espaço, em termos de percepção e vivência, bem como suas demandas e visibilidades para injustiças sociais.

Na busca de caminhos para a construção metodológica de pesquisa geográfica no âmbito das relações de espaço e gênero, encontramos no feminismo mecanismos de apreensão e compreensão da realidade. Acreditamos que o feminismo latino-americano seja potência capaz de tensionar leituras geográficas da realidade baseada no sujeito genérico que invisibiliza as formas de ser, viver e produzir o espaço.

Nessa nova fase de pesquisas e descobertas epistêmicas, procuramos descobrir e mapear como geógrafa(o)s têm abordado a temática “gênero” e “sexualidades” em suas respectivas pesquisas. Quem são a(o)s pesquisadora(e)s que se dedicam/dedicaram a tal desafio? Quais os focos de pesquisas referentes às mulheres?

Além de responder aos questionamentos supracitados, a intenção deste artigo é colaborar na divulgação de informações científicas na ciência Geográfica relacionadas à temática “gênero” e “sexualidade”, assim como promover possíveis intercâmbios entre pesquisadores e pesquisadoras. Parte desses questionamentos são respondidos pela produção acadêmica elaborada e divulgada pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE). O estudo de Silva *et al.* (2013), “O corpo como elemento das geografias feministas e QUEER: um desafio para a análise no Brasil”, foi um referencial importante para elaboração deste estudo. Optamos em dar continuidade ao banco de dados do Grupo referente à produção das pós-graduações em Geografia pós-2012. No entanto, como inserimos mais dados na pesquisa, os resultados apresentados neste trabalho advêm da consulta do catálogo de dissertações e teses da CAPES, da análise dos dados referentes ao período de 2010 a 2019. Decidimos fazer tal investigação para elaborar o mapeamento (gráfico e cartográfico) das atuais tendências da pesquisa geográfica sobre a temática “gênero” e “sexualidade”, materializadas em uma década de trabalhos desenvolvidos por geógrafos e geógrafas das pós-graduações do Brasil. Realizamos a consulta de 23 palavras-chave no banco de tese e dissertações da CAPES.

Identificamos orientadores, orientadoras e membros das bancas examinadoras com a finalidade de verificar uma possível rede de pesquisadore(a)s. Também quantificamos o conjunto de palavras-chave registrado pelos autores e autoras das teses e dissertações para demonstrar as ênfases dadas nas pesquisas. Por fim, analisamos, mais especificamente, os títulos, os resumos e as palavras-chave dos trabalhos com foco nas mulheres, considerando a dimensão das relações de gênero e suas estruturas de poder.

Uma das intenções de pesquisa futura é analisar a condição socioespacial das mulheres sob a perspectiva das desigualdades de gênero. Desvendar as invisibilizações a partir da captura dos sentidos óbvios e obtusos (BARTHES, 1990) da tessitura urbana da cidade a partir do registro, da análise e divulgação de dados, informações e imagens que deem destaque para o lugar e papel das mulheres na produção do espaço urbano.

Tudo isso será apresentado e discutido em forma de tabelas, gráficos, mapas e nuvens de palavras.

Por fim, apresentamos resultados relacionados: i) ao número de dissertações e teses sobre a temáticas de gênero e sexualidades; ii) a ausência de trabalhos que revelam as espacialidades de alguns sujeitos que tensionam a heterossexualidade normativa; iii) a localização dos PPGGs do Brasil que apresentam conclusão de dissertações e/ou teses entre 2010 e 2019; iv) a identificação de participantes das bancas examinadoras de dissertações; e v) a concentração da produção acadêmica sobre a temática gênero e sexualidades em PPGGs criados nas duas primeiras décadas do século XXI. A seguir, apresento as análises das informações sistematizadas.

## **Mapeamento de teses e dissertações brasileiras no campo da discussão de gênero e sexualidades no período de 2010 a 2019**

O Grupo de Estudos Territoriais (GETE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) é um dos grupos de pesquisa que tem evidenciado questões para a análise espacial no Brasil, pautadas no gênero e nas sexualidades, como contraponto às abordagens heteronormativas. Em 2008, o grupo analisou as ementas dos cursos de pós-graduação de trinta universidades brasileiras; em 2013, apresentou estudo em revistas do período 1981 a 2012, bem como a pesquisa no banco de teses e dissertações da CAPES e do IBICT, defendidas no Brasil de 1990 a 2011. Tais estudos levaram a outros questionamentos: como andam as pesquisas no Brasil após 2011? Quais universidades têm produzido conhecimento nessa temática? Quais as redes de pesquisadoras e pesquisadores do Brasil têm construído sobre esses temas? Onde estão? Quem são? Quais os enfoques/as abordagens? Para responder tais questionamentos, busquei compreender as características da produção geográfica brasileira sobre gênero e sexualidades. Para tal, pesquisei no banco de teses e dissertações da CAPES trabalhos elaborados entre 2010 a 2019 (verificar Figura 1).

Primeiramente, a pesquisa foi iniciada no catálogo de dissertações e teses da CAPES, no período de 2010 a 2019, selecionando palavras relacionadas a gênero e sexualidade, como: “corpo”, “diversidade sexual”, “feminilidades”, “feminino”, “feminismo”, “gay”, “gênero”, “homoserotismo”, “homofobia”, “homossexual/homossexualidade”, “lésbica”, “LGBT”, “masculinidade”, “mulheres”, “prostituição/prostitutas”, “queer”, “sexo”, “sexualidade”, “trans” e “travesti”. Posteriormente, a consulta foi realizada a partir dos seguintes filtros: a) período de 2010 a 2019; b) dissertações e teses; c) palavras mencionadas; d) Ciências Humanas; e e) Geografia. Na sequência, inicia-se a constatação da quantidade de palavras relacionadas a gênero e sexualidade nas pesquisas de mestrando e doutorando do Brasil, no período de 10 anos e, por fim, na Geografia (Tabela 1).

Palavras-chave pesquisadas	Todos os registros na Plataforma CAPES	Registros entre 2010 e 2019 em todas as áreas do conhecimento	Geografia 2010 a 2019
Corpo	37.847	21.837	26
Diversidade Sexual	61.656	38.707	1
Feminilidades	938	579	1
Feminino	27.631	15.681	13
Feminina	8.852	5.155	3
Feminista	2.204	1.614	2
Gay	1.254	876	2
Gênero	53.259	31.318	19
Homoerotismo	184	87	0
Homofobia	437	381	2
Homossexual/ Homossexualidade	638	369	3
Lésbica	100	75	0
LGBT	645	634	4
Masculinidades	537	412	4
Masculino	21.055	11.548	2
Mulheres	18.531	11.460	51
Prostituição/Prostitutas	763	453	6
Queer	609	553	1
Sexo	42.911	23.975	5
Sexualidade	7.003	4.190	4
Trans	4.096	2.265	4
Travesti	233	194	6

Tabela 1: Ocorrência de palavras referentes a gênero e sexualidade em títulos de dissertações e teses brasileiras entre 2010 a 2019

Fonte: Banco de teses e dissertações CAPES – 2010 a 2019. (Pesquisa realizada no mês de junho de 2020. Informações organizadas pela autora).

Ao selecionar a área do conhecimento “Geografia”, verificamos 155 palavras nos títulos, uma média de apenas 0,42% das palavras de todas as áreas no mesmo período. Em 10 anos, geógrafos e geógrafas produziram 133 trabalhos em Programas de Pós-Graduação em Geografia, cujas temáticas estão relacionadas a gênero, sexualidade e visibilidade de múltiplos sujeitos em suas relações espaciais. Há uma diferença entre o número de palavras e trabalhos porque há trabalhos com mais de uma das palavras pesquisadas no título (por exemplo, “homofobia, gênero e diversidade sexual”; “LGBT e sexualidades”; “Queer, corpos e gênero”).

O número cento e trinta e três (133) denuncia como é reduzido o número de geógrafo(a)s, no Brasil, com linhas ou projetos de pesquisa que tenham por objetivo compreender as temáticas de gênero e sexualidade a partir da espacialidade. Em 17 de junho de 2020, no banco de teses e dissertações, havia o registro de 10.662 trabalhos na área de conhecimento Geografia (2010-2019), dos quais apenas 1,24% estavam relacionados à temática “gênero” e “sexualidades”.

O banco de dados da pesquisa foi construído no *software* livre *Libre Office Calc*. Os dados foram organizados em planilha com temáticas em colunas: a) ano da publicação; b) título; c) nome do(a) autor(a)<sup>3</sup>; d) orientação; d) membros da banca; e) instituição de origem dos membros da banca; f) palavras-chave. No conjunto, identificamos 25 teses e 107 dissertações sobre a temática “gênero” e “sexualidades”, ou seja, 80,45% das pesquisas foram elaboradas por mestrando(a)s. Dos 132 trabalhos, 95 foram elaborados por pessoas do sexo feminino (verificar gráficos 1, 2 e 3).

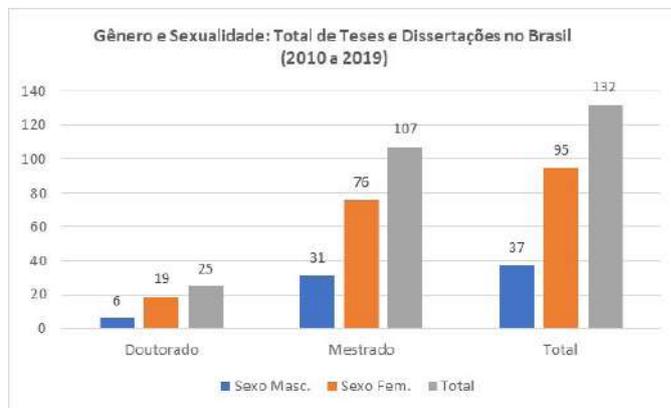
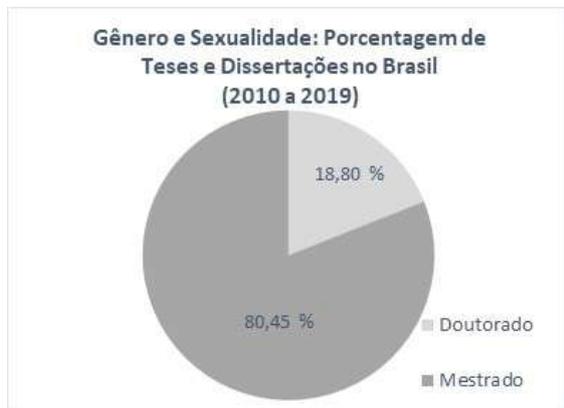


Gráfico 2 e 3: Gênero e Sexualidade em Teses e Dissertações (2010 a 2019)  
 Fonte: Dados de teses e dissertações CAPES referentes a gênero e sexualidades.  
 (Pesquisa realizada no mês de junho de 2020. Informações organizadas pela autora).

O Gráfico 4 mostra que, dos 18,80% das pesquisas de doutorados, 14,29% foram elaboradas por pessoas do sexo feminino, e dos 80,45% das pesquisas de mestrados, mais de 58% foram elaboradas por autorias com nomes femininos, ou seja, o sexo feminino foi responsável por uma média de 65% das produções acadêmicas do período analisado. Cabe lembrar que há um desequilíbrio na quantidade total de produção entre mestrado e doutorado por causa ao número de vagas ofertadas nos editais de seleção de pós-graduação (maior número de vagas para mestrado). Além disso, a duração de um curso de mestrado é de dois anos, enquanto doutorado é de quatro anos. Ou seja, a cada quatro anos, para dois mestrados (m) concluídos há apenas um doutorado (d). Em oito anos, são dois (d) para quatro (m). Em 12 anos, são 3 (d) para 6 (m). Então, sempre haverá disparidades nas produções. Além disso, muitos programas de pós-graduação têm somente mestrado.

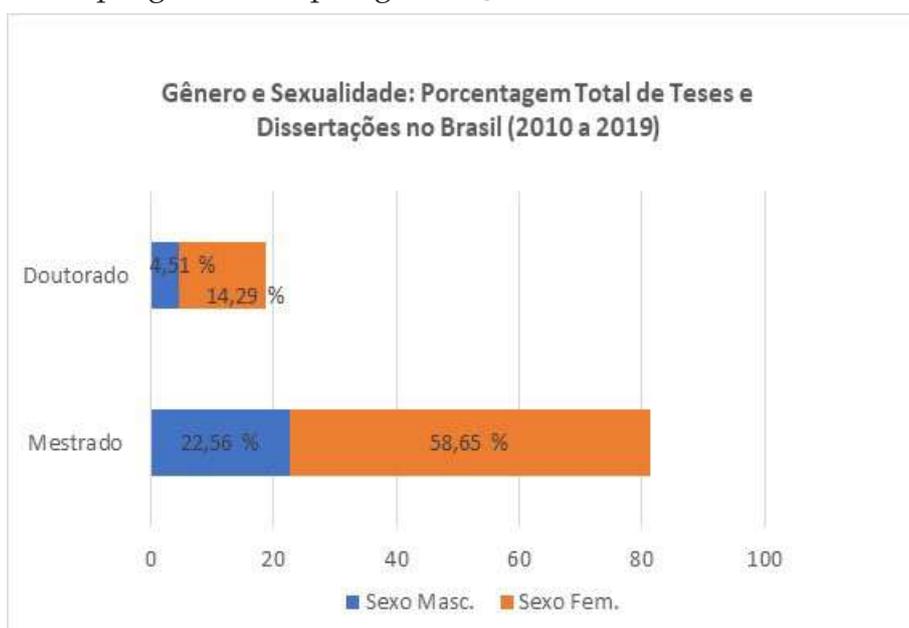
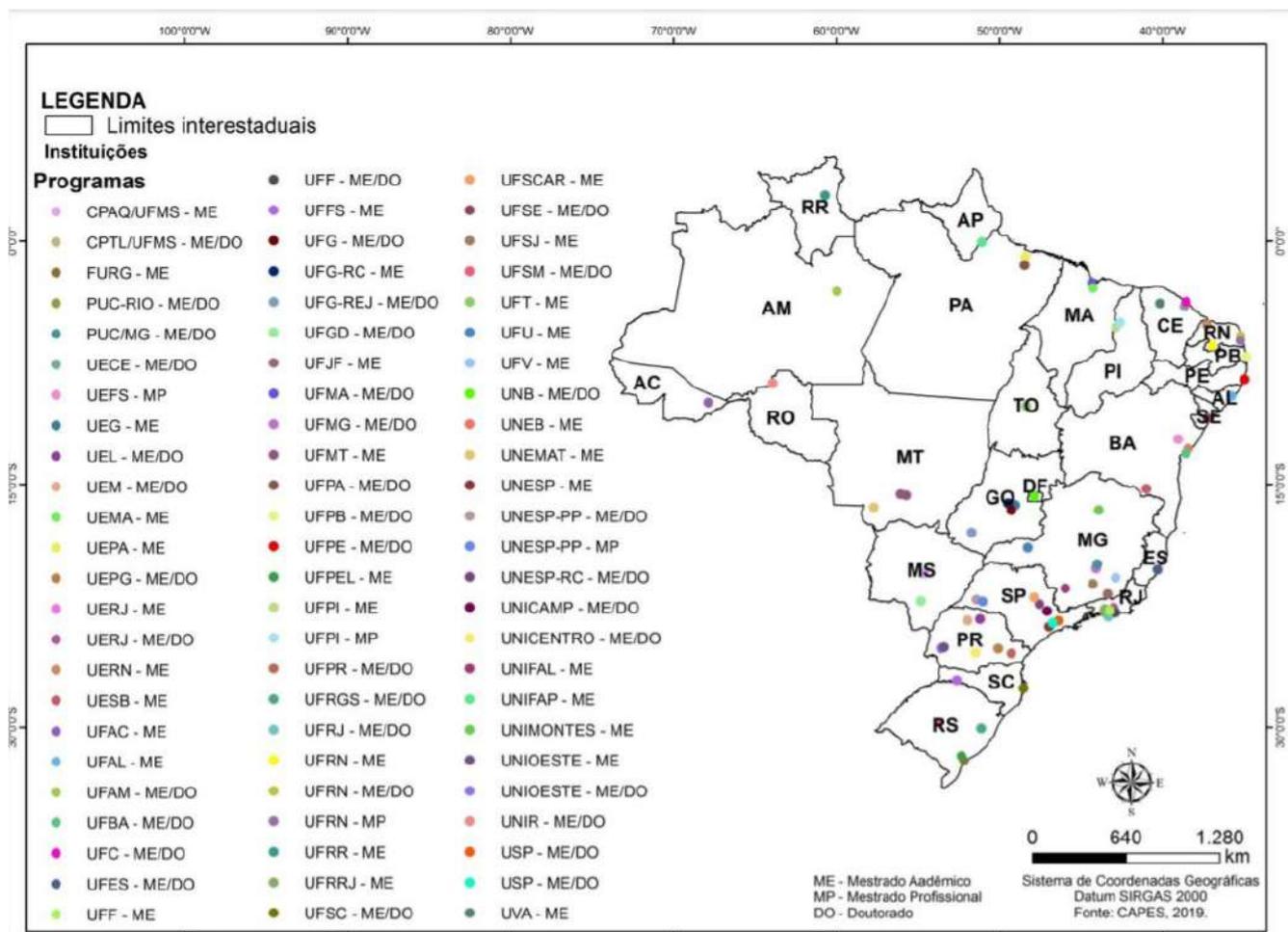


Gráfico 4: Porcentagem de teses e dissertações registradas na Plataforma CAPES



Mapa 1 - Brasil: Distribuição dos 76 Programas de Pós-Graduação em Geografia em 2019 e destaque para os programas com mais de seis defesas

De acordo com informações da base Sucupira, o Brasil possuía, em 2018, 72 cursos de mestrados acadêmicos e 37 doutorados avaliados e reconhecidos pela CAPES. O primeiro programa de pós-graduação em Geografia foi criado pela USP, em 1971, seguido pelos programas da UFRJ, em 1972, da UFPE, em 1976, e da UNESP - Rio Claro, em 1977. Até 1995, havia apenas 11 programas em três regiões do país. No relatório de área da CAPES, consta que os PPGs em Geografia, de meados de 1990 até 2019, aumentaram quase 700%, resultando em 76 programas (Mapa 1) que oferecem cursos de mestrado acadêmico, doutorado acadêmico e/ou mestrado profissional (PAES, CORREA, MARAFON, 2019).

Um estudo de Silva *et al.* (2013) aponta que “foi apenas no século XXI que ocorreu um impulso na produção de trabalhos científicos com base em categorias sociais como gênero, mulheres e sexualidade” (p. 100). Segundo o(a)s autore(a)s, entre 1990 a 2000, foi registrado somente quatro trabalhos defendidos com temática “gênero” e “sexualidade”. Nesse sentido, cabe ressaltar que o primeiro trabalho acadêmico foi defendido na USP, em 1991. Trata-se da tese de Sonia Alves Calió, intitulada “Relações de gênero na cidade: uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana”. O segundo trabalho foi defendido em 1995, na UNESP de Presidente Prudente, SP. Trata-se da dissertação de Lucimar de Araújo, “O trabalho da mulher nos assentamentos rurais: o exemplo das glebas XV de Novembro, Rosana e Areia Branca no Pontal do Paranapanema”. Nos anos seguintes, de 2001 a 2011, os autores levantaram 36 trabalhos entre dissertações e teses com temas mencionados.

Assim como Silva *et al.* (2013), o estudo aqui apresentado constata que cursos de pós-graduação criados mais recentemente e localizados fora das cidades metropolitanas têm contribuído com a expansão dos estudos de gênero e sexualidades. No Mapa 1, é possível localizar todos os PPG em Geografia existentes em 2019, bem como identificar os sete programas que desenvolveram mais de seis pesquisas entre 2010 e 2019.

Dos 76 PPGs em Geografia, destaco, neste artigo, os da UEPG, UFG, UNIR e UFSM, devido às respectivas relevâncias para pesquisas de gênero e sexualidade e à representação de centros não tradicionais de saber geográfico. A UFG teve o 1º curso de mestrado em 1995 e o de doutorado em 2007, em Goiânia, enquanto o *Campus* de Catalão implementou o mestrado em 2008. A UEPG teve o mestrado efetivado em 2006 e o doutorado em 2013. A UNIR teve o mestrado em 2006. E, na UFSM, a implementação do mestrado ocorreu em 2003; do doutorado, em 2013.

No Gráfico 4, a seguir, observa-se que um único programa concluiu a orientação de 18 trabalhos ao longo de dez anos. Por outro lado, 12 PPG em Geografia possuem uma única produção no mesmo período. Curioso notar que apenas duas pessoas fizeram o mestrado e doutorado sobre a temática “gênero” e “sexualidade”, ambos do mesmo programa, o PPG em Geografia da UEPG. Isso é mais um indicativo de como os estudos de gênero são recentes na Geografia brasileira e estão concentrados em instituições específicas.

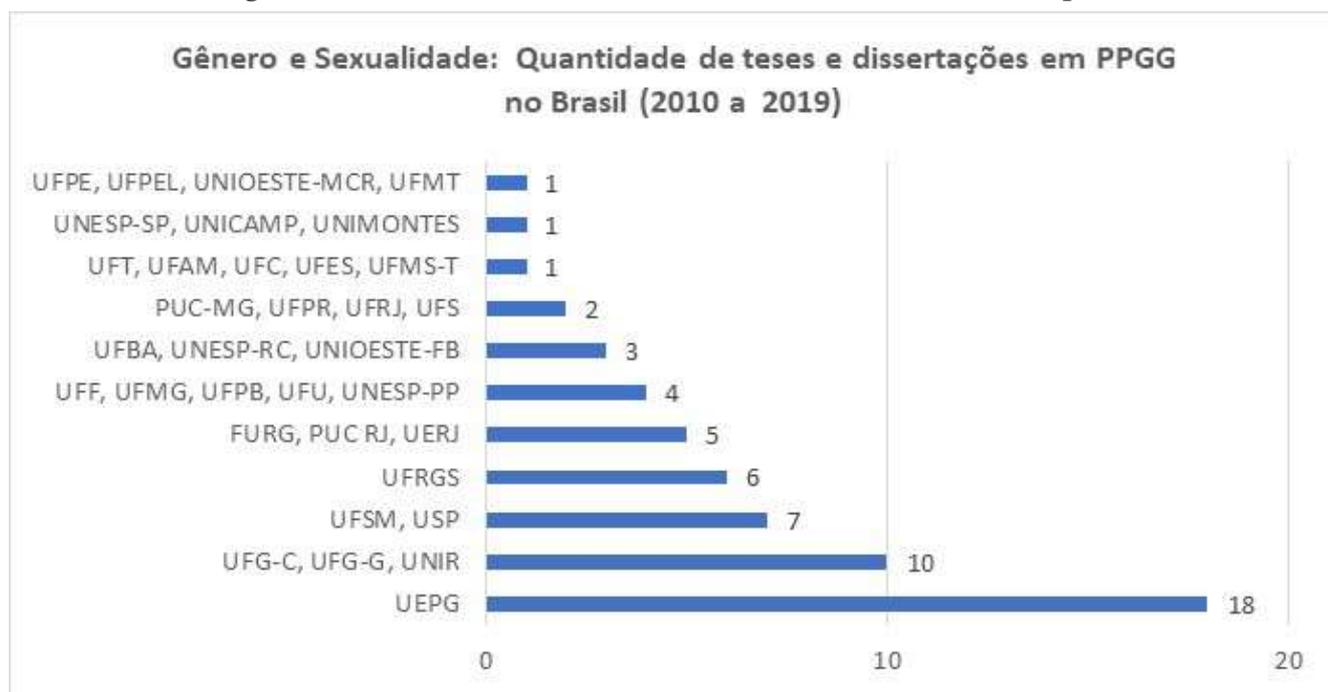


Gráfico 5: Valor total de teses e dissertações sobre gênero e sexualidades e destaque para os Programas com mais de seis defesas

Fonte: Dados retirados da plataforma CAPES, referentes a gênero e sexualidades.

Pesquisa realizada no mês de jun. 2020. Informação organizada pela autora.

Cabe destacar que 51,87% das produções estão concentradas em sete programas de pós-graduação em Geografia: UEPG (15 dissertações e 3 teses); UFG *campus* Catalão (10 dissertações); UFG *campus* Goiânia (4 dissertações e 5 teses); UNIR (10 dissertações); USP (5 dissertações e 2 teses); UFSM (7 dissertações) e UFRGS (5 dissertações e 1 tese).

Por outro lado, no mesmo período, 47,05% dos programas analisados (16 instituições) apresentaram apenas um ou dois trabalhos. Instituições tradicionais de ensino superior que implementaram os primeiros programas de pós tiveram baixa produção entre 2010 e 2019, por exemplo: UFRJ (1 tese, 2011 e 1 dissertação, 2018); UFPE (1 dissertação, 2016); UNESP-Rio Claro (1 dissertação, 2016 e 2 teses, 2015 e 2017). O programa da USP, com 49 anos de existência, possui sete defesas sobre a temática “gênero” e “sexualidade” nos últimos dez anos. São seis docentes responsáveis por orientações de teses e dissertações. Destes, o prof. Francisco C. Scarlato é o orientador de duas dissertações com a temática “mobilidade e corpo”. Aqui cabe destacar que a nossa pesquisa focou em palavras-chave que julguei fazer parte dos estudos de gênero e sexualidade.

Assim como foi demonstrado por Silva *et al.* (2013), de 1990 a 2011, os trabalhos continuam concentrados em programas criados nas duas primeiras décadas do século XXI, localizados em cidades do interior e não metropolitanas.

Além de evidenciar disparidades entre as produções de mestrado e doutorado por ano, o próximo gráfico (Gráfico 6) revela um salto de produção entre 2012 e 2013 no nível de mestrado, de 3 para 16 trabalhos.



Gráfico 6: Valor total de teses e dissertações sobre gênero e sexualidades

Gráfico 6: Dados retirados da plataforma CAPES, referentes a gênero e sexualidades. Pesquisa realizada no mês de junho de 2020.

Referente ao período de análise, há uma baixa porcentagem de defesa em 2012 (2,26%) e uma média de 15,28% durante três anos consecutivos 2015, 2016, 2017 em comparação ao demais anos (Gráfico 6). As informações obtidas não explicam o porquê de tal queda de 2011 para 2012. No entanto, uma hipótese é que isto talvez se deva ao fato de que, em anos anteriores, docentes que orientam sobre tais temáticas tenham tirado licença para a realização de pós-doutorado e não tenham sido abertas vagas para seleção nos programas de pós.

É interessante notar que, no processo referente ao crescimento do número de defesas de mestrado e doutorado no período, há mais docentes que passam a orientar pesquisas na temática “gênero” e “sexualidade”. Na Tabela 2, é possível verificar que, entre o período de 1990 a 2000, há um número fixo de defesas. Após o ano de 2001, um crescimento de defesas. Isso pode ser explicado pelo aumento do número de orientadores nessa área.

Em comparação aos dados apresentados pelo GETE até o ano de 2011, chama a atenção um aumento significativo de trabalhos apresentados em 2013, 2015, 2016 e 2017. Na tabela 2, de acordo com dados de Silva *et al.* (2013), no período de 21 anos, de 1990 a 2011, houve 33 trabalhos defendidos. O gráfico representa em porcentagem os 133 trabalhos nos dez anos de análise, sendo que nos anos de 2015, 2016 e 2017 houve um registro mais contínuo nas produções ocorrendo de 20 a 21 trabalhos defendidos. De modo geral, apesar da baixa produção geográfica referente às discussões de gênero e sexualidade houve um impulso significativo na produção de trabalhos científicos nessa temática nos últimos dez anos (2010-2019) quando comparado aos 20 anos entre 1990 e 2011.

### Dissertações e teses em PPG em Geografia (1990-2011)

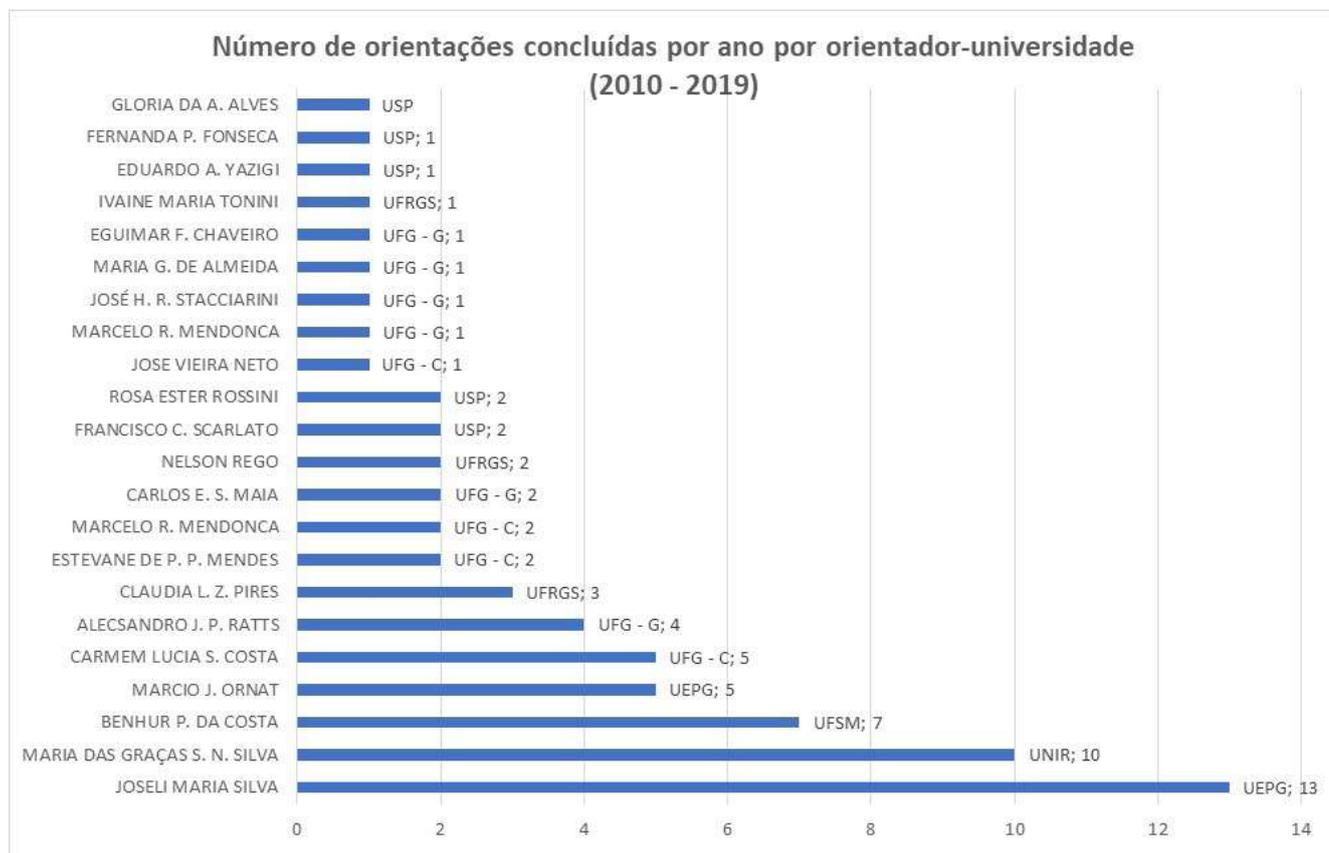
Período	Quant.
1990 – 1995	2
1996 – 2000	2
2001- 2005	8
2006 – 2010	21

Tabela 2: Valor total de teses e dissertações sobre gênero e sexualidades e destaque para os Programas com mais de seis defesas  
 Fonte: Dados elaborados pelo grupo GETE em 2013. Com temas relativos a gênero e sexualidades no Brasil

Depois de identificar os trabalhos defendidos por universidade (gráfico 5) e quantidade de defesas por anos (gráfico 6), analisei as instituições que tiveram mais de seis produções no período de 10 anos. Ou seja, quem são as pesquisadoras e pesquisadores responsáveis por 51,87% das produções que estão concentradas em sete dos programas de pós-graduação em Geografia?



Gráfico 7: Porcentagem de teses e dissertações sobre gênero e sexualidades e destaque para os Programas com mais de seis defesas  
 Fonte: Catálogo de teses e dissertações da CAPES – 2010 a 2019. (Pesquisa realizada no mês de junho de 2020).



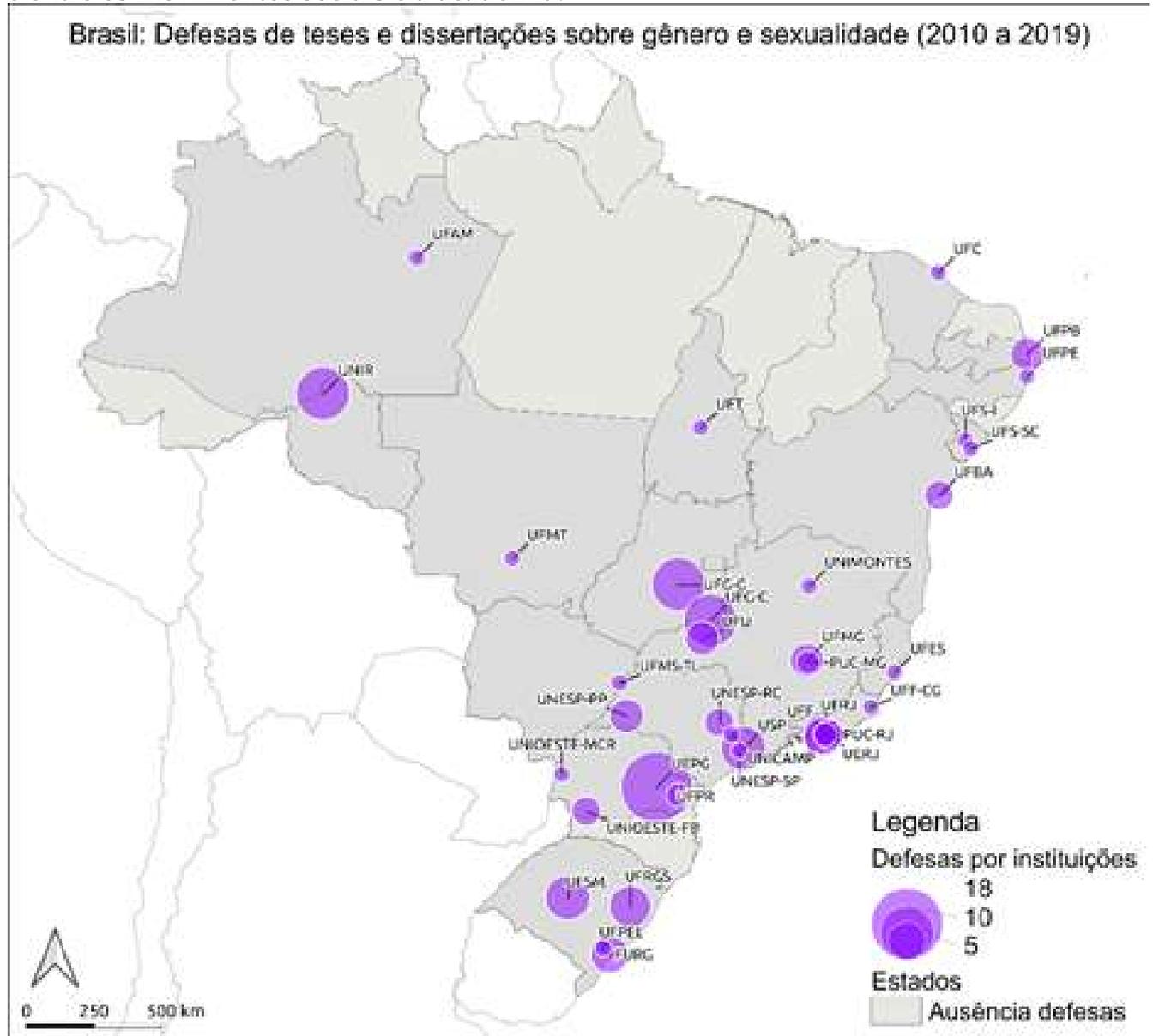
*Gráfico 8: Valor total de orientações concluídas sobre gênero e sexualidade  
Fonte: Dados retirados da plataforma CAPES, referentes a gênero e sexualidades.  
Pesquisa realizada no mês de jun. 2020. Informações organizada pela autora.*

Observa-se a ocorrência de uma grande diversidade de orientadore(a)s que no período de dez anos orientou de um a dois trabalhos. Isso nos leva a crer que se trata de uma posição e defesa de temáticas que os discentes enfrentaram para conquistar seus títulos. Certamente estas orientações contaram com a sensibilidade e apoio dos respectivo(a)s orientadore(a)s. Por outro lado, também identifica-se, a partir do gráfico, a presença de docentes que têm construído uma trajetória de orientações e pesquisas sobre a temática “gênero” e “sexualidade”, como Joseli Silva, Maria das Graças Silva, Benhur Costa, Márcio Ornat, Camem Lucia Costa, Alecsandro Ratts e Claudia Pires.

Após identificar a quantidade de trabalhos defendidos e orientações no período de análise proposto (2010-2019), foram elaborados três mapas que auxiliam na observação da espacialização das Instituições de Ensino Superior que apresentaram trabalhos com a temática “gênero” e “sexualidade”, além da rede estabelecida entres os orientadores e membros das bancas de defesas. São 34 programas, como já mencionado, localizados nas seguintes instituições: 1. UEPG; 2. UFG-Catalão; 3. UFG/Goiânia; 4. UNIR; 5. UFSM; 6. USP; 7. UFRGS; 8. FURG; 9. PUC-RJ; 10. UERJ; 11. UFF; 12. UFMG; 13. UFPB; 14. UFU/Uberlândia; 15. UNESP/Presidente Prudente; 16. UFBA; 17. UNESP/Rio Claro; 18. UNIOESTE/Francisco Beltrão; 19. PUC-MG; 20. UFPR; 21. UFRJ; 22. UFS; 23. UFT; 24. UFAM; 25. UFC; 26. UFES; 27. UFMS/Três Lagoas; 28. UNESP/São Paulo, 29. UNICAMP, 30. UNIMONTES, 31. UFPE, 32. UFPEL, 33. UNIOESTE/Marechal Candido Rondon; e 34. UFMT. Isso equivale a 44,73% do total de PPG em Geografia do Brasil.

Mesmo havendo Programas em Geografia em todos os estados, cabe observar que há nove estados em que não foi identificada nenhuma defesa de dissertação e tese sobre a temática “gênero” e “sexualidade”. Inclusive chama a atenção a ausência de defesas nos PPGs em Geografia em Santa Catarina. O programa da UFFS foi implementado em 2019, o que justifica não haver defesas. Já o mestrado do PPG em Geografia da UFSC foi criado em março de 1985. Em 1999, foi aprovado o curso de Doutorado. Chamamos atenção para esse fato, porque Florianópolis se destaca, com certa frequência, como espaço político, relevan-

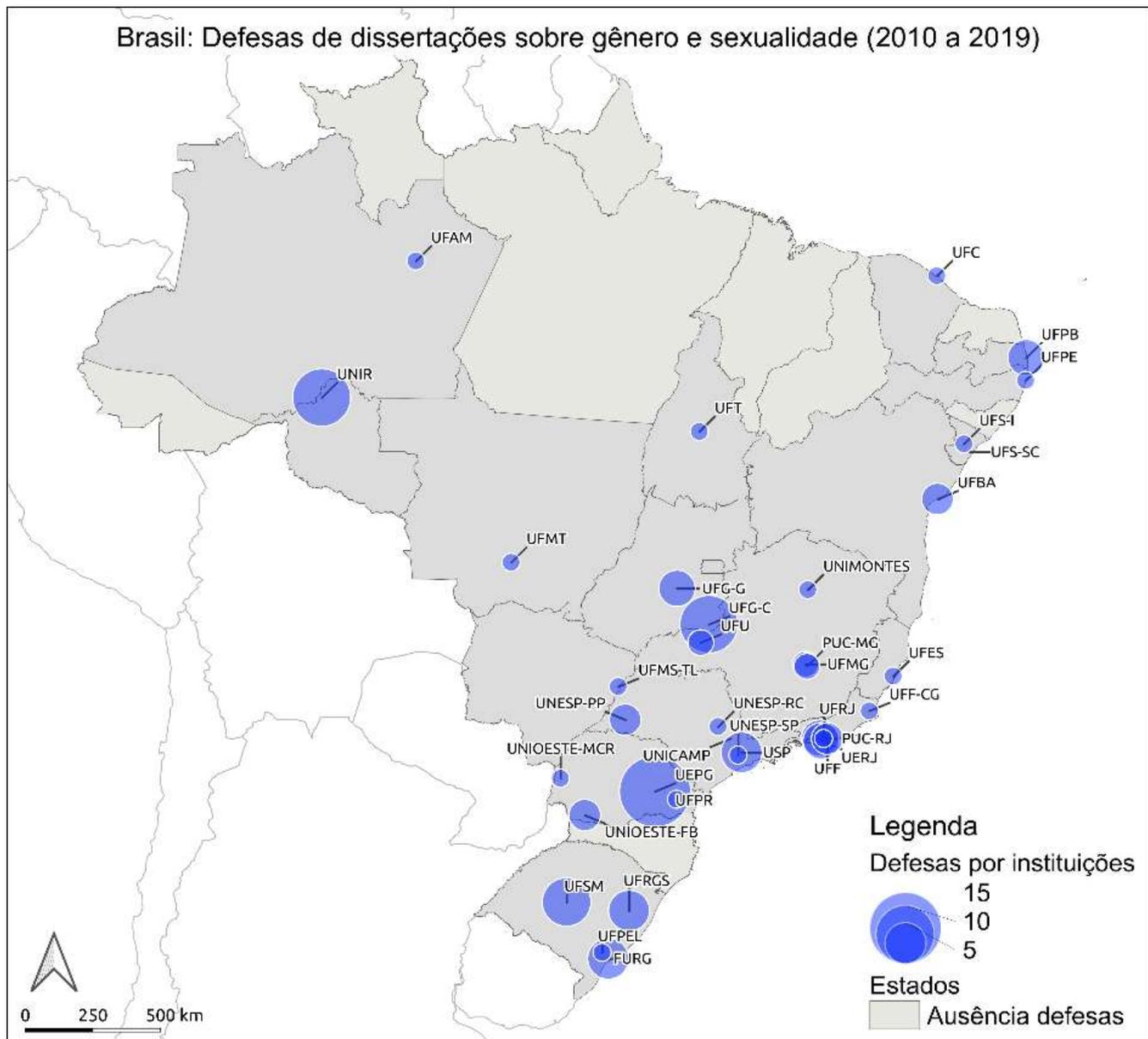
te de movimentos organizados em defesa de Direitos Sociais de Mulheres e de LGBTQIA+. O Seminário Internacional Fazendo Gênero, por exemplo, é realizado há 18 anos na UFSC, com apoio da UDESC. O primeiro encontro “Fazendo Gênero - Seminário de Estudos sobre a Mulher” aconteceu de 30 de novembro a 2 de dezembro de 1994, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura. Trata-se de um evento de caráter internacional que procura estabelecer laços entre os feminismos, os grupos e movimentos LGBTQIA+ de diversos continentes e busca promover um espaço de interlocução, considerando os contextos diversos entre os diferentes campos do conhecimento, as suas expressões artísticas e entre os movimentos sociais e a academia.



Projeto cartográfico: Paula Lindo; Elaboração: Éverton Kozenieski, 2020.

Fonte de dados: CAPES - Catálogo de Teses e Dissertações, 2020; Bases cartográficas: SIRGAS 2000/ Coord. Geográficas.

Mapa 2 - Brasil: localização dos PPG em Geografia e total de defesas

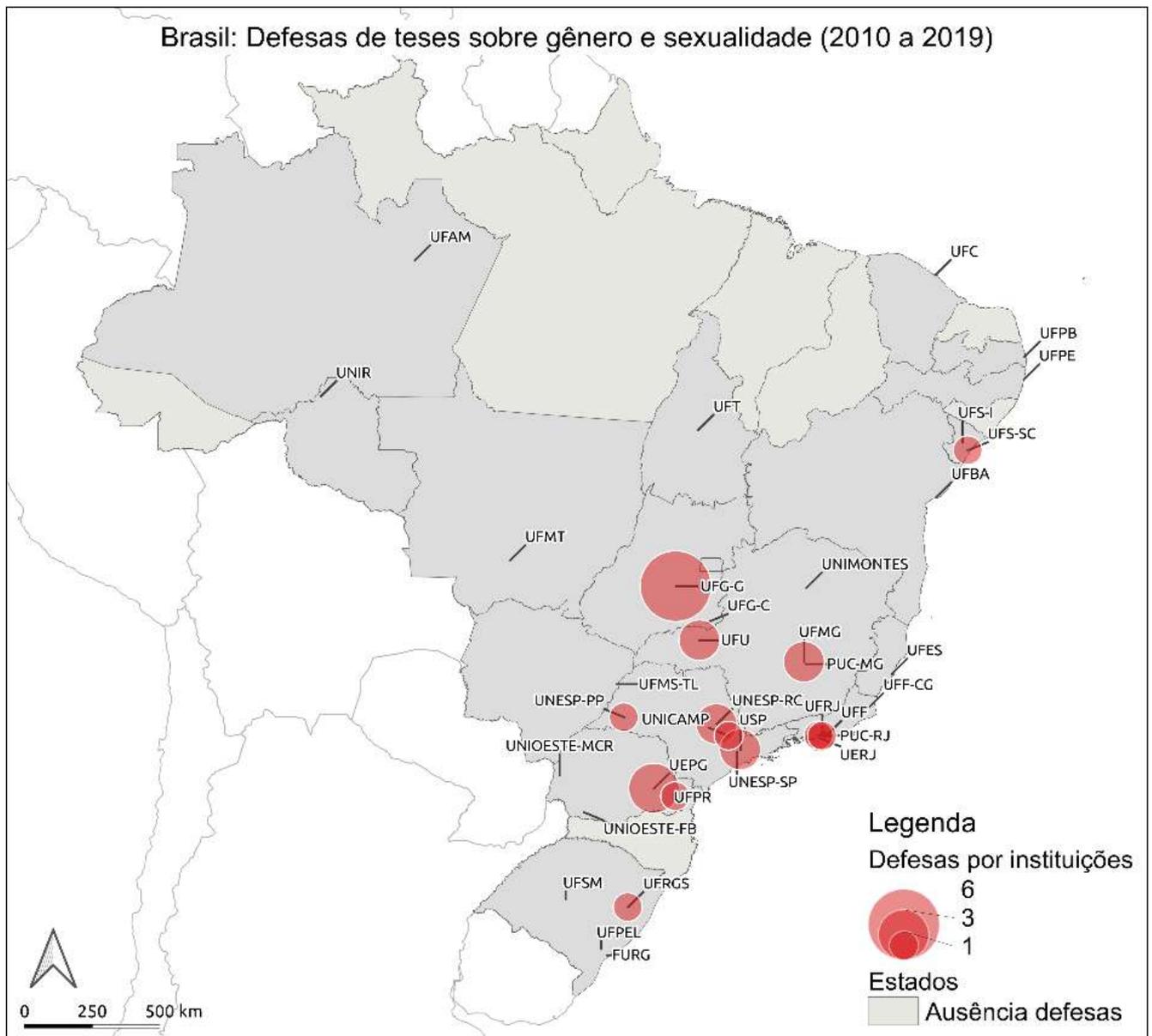


Projeto cartográfico: Paula Lindo; Elaboração: Éverton Kozenieski, 2020.

Fonte de dados: CAPES - Catálogo de Teses e Dissertações, 2020; Bases cartográficas: SIRGAS 2000/ Coord. Geográficas.

Mapa 3 - Brasil: localização dos PPG em Geografia e total de dissertações

Nos próximos dois mapas, as informações foram separadas. Há um mapa com as defesas de teses (mapa 3) e o outro com as dissertações (mapa 4). Trata-se de outra maneira de visualizar as diferenças quantitativas entre dissertações e teses produzidas no Brasil e, ao mesmo tempo, verificar a concentração e dispersão das produções acadêmicas por região.

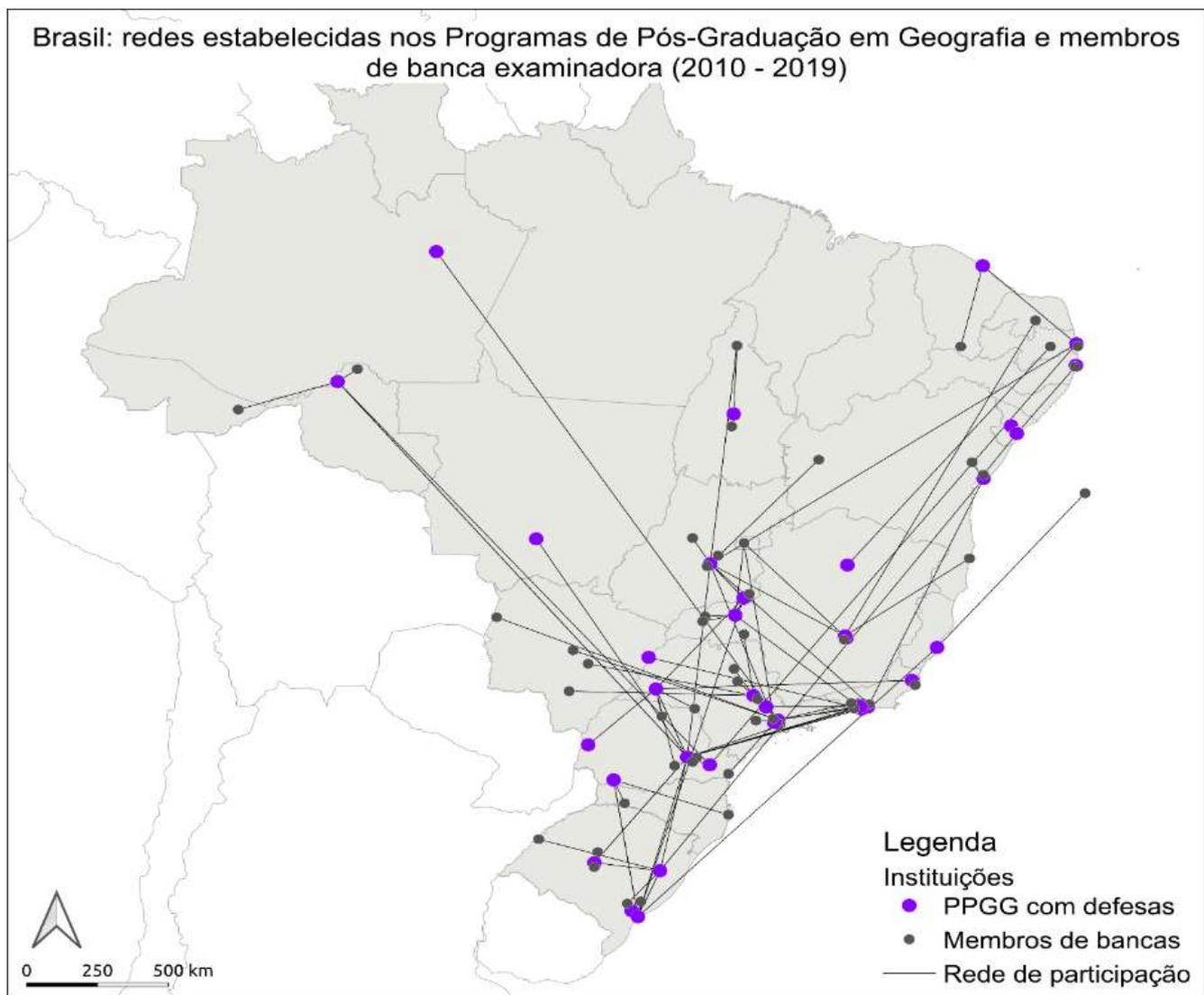


Projeto cartográfico: Paula Lindo; Elaboração: Éverton Kozenieski, 2020.

Fonte de dados: CAPES - Catálogo de Teses e Dissertações, 2020; Bases cartográficas: SIRGAS 2000/Coord. Geográficas.

Mapa 4: - Brasil: localização dos PPG em Geografia e total de teses

Os mapas de localização de defesas geram outro questionamento, referente à rede formada a partir das bancas de dissertações e teses: como se estabelece a participação dos membros das bancas? Esse questionamento pode ser respondido mais adequadamente a partir de pesquisas futuras com o(a)s orientadore(a)s. No entanto, é sabido que cada PPG em Geografia possui regras próprias quanto ao número de participantes nas bancas de avaliação, mas geralmente há participação de, no mínimo, dois avaliadores (um membro interno ao programa e um externo) em defesas de mestrado. Quanto às bancas de doutorado, o número de membros varia de três a cinco participantes, com a mesma lógica de participantes internos e externos ao Programa. No mapa a seguir, é possível visualizar a espacialização da rede que foi estabelecida pelos PPGs em Geografia e membros das bancas examinadoras. O ponto roxo indica os PPGs em Geografia que tiveram, pelo menos, uma defesa de tese ou dissertação. O ponto preto indica a localização de membros que participaram das bancas de avaliação.



Projeto cartográfico: Paula Lindo; Elaboração: Éverton Kozenieski, 2020.

Fonte de dados: CAPES - Catálogo de Teses e Dissertações, 2020; Bases cartográficas: SIRGAS 2000/ Coord. Geográficas.

*Mapa 5 - Brasil: rede estabelecida devido as defesas nos PPG em Geografia*

Para indicar a quantidade de vezes que uma pessoa participou de uma banca, seria necessário trabalhar com espessuras das linhas, o que dificultaria a leitura da informação no mapa, por isso apresento essa informação em gráficos, a seguir. Interessante notar que algumas redes são mais concentradas e outras mais amplas. Destacamos sete exemplos: os trabalhos da UFSM, com sete defesas, e UNIR, com 10 defesas, as quais mantiveram contato com pesquisadore(a)s de três municípios diferentes da sede dos respectivos Programas; UFG-Catalão (10 defesas); USP (7 defesas) e UFRGS (6 defesas) contaram com a presença de pesquisadore(a)s de 4 municípios; UEPG (18 defesas) e UFG-Goiânia (10 defesas) convidaram pessoas de sete e oito municípios, respectivamente.

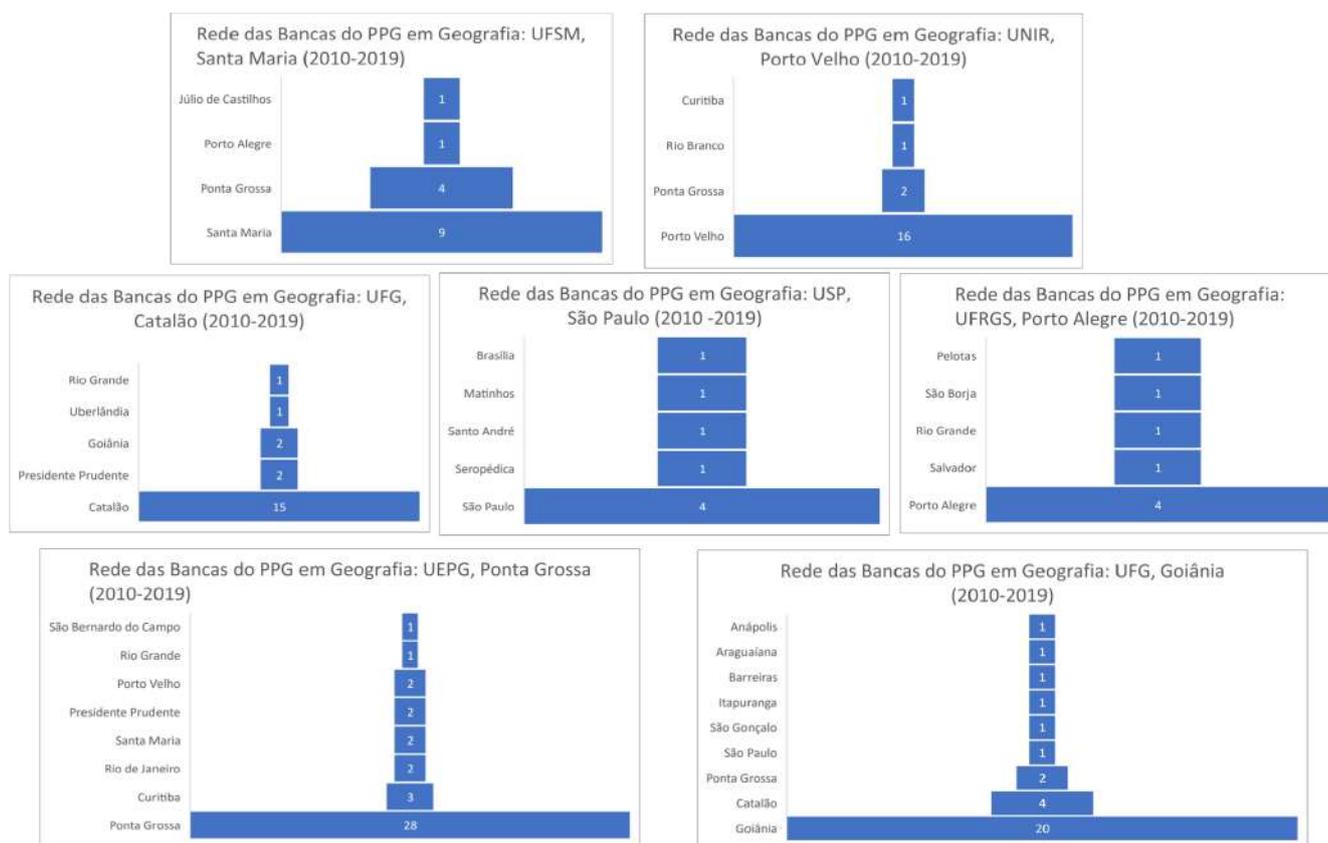


Gráfico 8 - Redes das bancas de sete PPG em Geografia  
 Fonte: Dados da plataforma CAPES, referentes a gênero e sexualidade (pesquisa realizada no mês de Junho de 2020)

Ao pesquisar os dados CAPES sobre gênero e sexualidades, a intenção foi verificar a rede estabelecida entre os PPG em Geografia com os membros das bancas de defesas de teses e dissertação. E, nesse sentido, os gráficos revelam a quantidade de convites feitos a pesquisadore(a)s de acordo com a instituição à qual eles/elas estão vinculados. Exemplo: a UEPG, com dois pesquisadores (Joseli Silva e Márcio Ornat), os quais realizaram 18 bancas de defesa. Destas, Maria das Graças, da UNIR, Benhur Costa, da UFSM, e Miguel Angelo Ribeiro, da UERJ, foram convidados duas vezes para avaliação de bancas. Da UFPR, foram convidados três avaliadore(a)s: Maria Rita César, Rodrigo Horochovski e Wolf Sahar; da FURG e da UFABC, participaram mais dois avaliadores. Por fim, da UEPG, nove pessoas foram convidadas para bancas, totalizando 28 convites. Portanto, a rede estabelecida do PPG em Geografia da UEPG é de 17 avaliadore(a)s.

As informações nos permitem identificar que há programas que estabelecem redes mais amplas. Há outros que não estabelecem essa rede ou ela é sutil. Por exemplo, em termos de rede, as mais sutis são as da UFSM e a da UNIR. Em um segundo grupo, estão as redes da USP e UFRGS. O terceiro nível de rede é estabelecido pela UEPG e a UFG. Na coleção de mapas a seguir, é possível verificar a espacialização das redes dos sete programas que mais orientaram teses e dissertações nos últimos dez anos (Prancha 1).

Além da localização dos participantes por programas, verificamos o alcance das redes estabelecida pelo(a)s orientadore(as). A UFG-Goiânia fez 32 convites e estabeleceu relação com 24 avaliadores. A UEPG fez 42 convites e estabeleceu rede com 23 avaliadores. A USP fez 20 convites e teve 20 avaliadore(a)s diferentes. A UFG-Catalão fez 20 convites e teve presentes 17 avaliadore(a)s. A UFRGS fez 18 convites e teve 14 avaliadore(a)s nas bancas. A UFSM fez 20 convites e teve 10 avaliadore(a)s.

Instituição	Orientador(a)	Total de Defesas	Total de Convites	Convidados	Total de Avaliadores
UEPG	Joseli Silva	13	32	17	23
UEPG	Marcio Ornat	5	10	7	
UFG-Goiânia	Alecsandro Ratts	4	14	11	24
UFG-Goiânia	Carlos Maia	2	8	6	
UFG-Goiânia	Eguimar Chaveiro	1	2	2	
UFG-Goiânia	José. Stacciarini	1	2	2	
UFG-Goiânia	Marcelo Mendonça	1	2	2	
UFG-Goiânia	Maria Geralda	1	4	4	
UFG-Catalão	Carmem Lucia Costa	5	10	8	17
UFG-Catalão	Estevane Mendes	2	4	3	
UFG-Catalão	Jose Vieira Neto	1	2	2	
UFG-Catalão	Marcelo Mendonça	2	4	4	
UNIR	Maria das Graças Silva	10	20	10	10
UFRGS	Claudia Pires	3	8	7	14
UFRGS	Ivaini Tonini	1	3	3	
UFRGS	Nelson Rego	2	7	7	
UFSC	Benhur Costa	7	15	10	10
USP	Eduardo Yazigi	2	2	2	20
USP	Fernanda Fonseca	1	3	3	
USP	Francisco Scarlato	2	5	5	
USP	Glória Alves	1	2	2	
USP	Ester Rossini	2	8	8	
7 instituições	21	69	167	-	-

Tabela 3: Pesquisadore(a)s dos PPG em Geografia com mais de seis orientações concluídas de 2010 a 2019 e suas respectivas redes de avaliadore(a)s  
Fonte: Banco de teses e dissertações da CAPES. (Elaborada em julho de 2019, pela autora).

Além da identificação e apresentação das informações mais gerais quanto às teses e dissertações sobre gênero e sexualidades, também apresentamos uma breve leitura que auxilia a qualificar esses trabalhos. Quem são as pessoas que estudaram, pesquisaram e sistematizaram os trabalhos acadêmicos nos PPG em Geografia nos últimos dez anos no Brasil?

De acordo com Silva (2009), Cesar (2015), Cesar *et al.* (2017), a partir da análise de 13 periódicos on-line científicos mantidos por entidades geográficas, dos estratos A1 e A2 (Sistema Qualis - CAPES), no triênio 2013-2015, o universo da produção científica geográfica brasileira permanece majoritariamente masculinizado. Segundo as autoras, “é evidente a expressiva participação masculina na autoria de artigos nos periódicos mais bem qualificados, correspondendo a 65% do total de publicações” (CESAR *et al.*, 2017, p.7302), cuja justificativa apresentada por elas é que, enquanto os homens utilizam o seu tempo no espaço privado para produzir artigos científicos, as mulheres destinam seu tempo para atividades domésticas e cuidados com os filhos.

No entanto, nesta pesquisa, as dissertações e teses revelam uma expressiva participação feminina na autoria dos trabalhos apresentados de 2010 a 2019. Dos 132 trabalhos, 95, ou seja, 71,96% foram produzidos por pessoas do sexo feminino e 37 (28,04%) foram produzidos por pessoas do sexo masculino. Algumas questões, entretanto, podem já ser postas. Por que há uma disparidade tão significativa nas produções? Por que pessoas do sexo feminino se sensibilizam mais com temáticas de gênero e sexualidade? A identidade de gênero influencia na escolha das temáticas de estudo na pós-graduação? Por que há uma inversão entre as publicações de artigos e a produção de teses e dissertações? Quais as razões para tal aumento? O que tem motivado geógrafos e geógrafas a investigarem as relações socioespaciais vinculadas a gênero e sexualidades? Como os grupos de pesquisas têm fortalecido e colaborado para ampliação de novas pesquisas?

Além de saber “quantos são” e “onde foram” produzidos e orientados os trabalhos acadêmicos de Geografia que abordaram o gênero e as sexualidades nos últimos sete anos, identifiquei, por meio da análise dos títulos das teses e dissertações, as principais temáticas. O trabalho é um tema predominante: trabalho das mulheres do campo, pescadoras, ribeirinhas, quilombolas, trabalho doméstico, prostituição. A violência e morte também são assunto recorrente. Violência contra mulheres, travestis, transexuais, gays. Há trabalhos sobre saúde da mulher e das travestis. Também há pesquisas sobre festas, turismos, religiões, imigrações e representações. No ensino de Geografia, discute-se o gênero no exercício da docência e a escola como espaço da diversidade. Os recortes espaciais dos estudos são o corpo, a cidade e o campo. Os conceitos geográficos são o lugar, a paisagem, o território, o espaço e a região. São trabalhos que dão visibilidades às questões de gênero e às sexualidades, conformando uma Geografia como denúncia.

Através da técnica da nuvem de palavras, é possível visualizar as palavras-chave mais apresentadas nas teses e dissertações selecionadas nos últimos dez anos (Figura 1). Das 561 palavras registradas, observamos, na Figura 1, o conjunto de palavras utilizadas pelos 132 discentes. Além de a figura ilustrar o recorte espacial, a temática da pesquisa, as categorias e os conceitos geográficos, os termos também remetem aos estudos de gênero e das sexualidades. Foi possível constatar que a categoria “espaço e variações” como “espaço urbano”, “espaço-tempo”, “espaço agrário”, “espaço carcerário”, “espaço acadêmico” etc. é a mais citada, aparecendo 47 vezes. Outras palavras em destaque são: gênero e variações como “identidade de gênero”, “violência de gênero”, “desigualdade de gênero” etc. (46); mulher(es) e variações como: “mulheres quilombolas”, “mulheres negras”, “mulheres camponesas”, “violência contra mulher” (37); território e territorialidade (27); e Geografia (25), demonstrando como as/os pesquisadora(e)s de gênero e sexualidades expressam suas pesquisas.



## Gênero e mulheres nas pesquisas geográficas

Na Geografia nacional e internacional, temáticas relacionadas ao gênero e à sexualidade são objetos de interesse de profissionais preocupados em compreender, denunciar e visibilizar desigualdades, violências, injustiças e dilemas da coexistência de/entre corpos (etnia, classe, sexualidades) diferentes e divergentes, em sua performatividade.

O artigo de Monk e Hanson (2016), publicado em 1982, é tão atual que marcou significativamente o modo como passamos a conceber e compreender a distinção de gênero na academia e no modo de viver, conceber e perceber o espaço vivido. No artigo “Não excluam metade da humanidade da geografia humana”, as autoras provocam seus leitores com a pergunta “Por que os problemas femininos são negligenciados?” Elas revelam a diferenciação entre homens e mulheres e as discriminações resultantes de tal diferença nas academias universitárias e como a ausência de pesquisas em torno do tema era explícita ou implícita no campo da Geografia Humana.

A partir desta leitura, passamos a buscar maneiras de abordar as pesquisas geográficas, por meio de abordagens mais sensíveis às questões femininas, em busca de uma Geografia politicamente mais relevante. “Na medida em que os papéis de gênero definem de maneira significativa as vidas de homens e mulheres” (MONK; HANSON, 2016, p. 89), o gênero passa ser uma variável imprescindível nas pesquisas.

Na Geografia, de 2010 a 2019, foram produzidos 78 trabalhos direcionados às mulheres pescadoras, quilombolas, agricultoras/camponesas, ribeirinhas, chefes de famílias, haitianas, negras, travestis, trans, feministas, encarceradas, prostitutas, em movimentos sociais urbanos e rurais, na política e na religião. Também houve trabalhos tratando das mulheres e da violência sexual e doméstica, assim como das mulheres no trabalho. Pesquisas que abordaram o corpo feminino, o corpo travesti e o corpo feminino violentado também apareceram. Trabalhos que discutiram e deram visibilidades para o empoderamento e o trabalho feminino, e investigações sobre ações infracionais cometidas por adolecentes do sexo feminino completam o rol de temáticas.

Na busca de caminhos para a construção metodológica de pesquisa geográfica no âmbito das relações de espaço e gênero, encontramos no feminismo mecanismos de apreensão e compreensão da realidade. Assumo o feminismo latino-americano como potência, capaz de tensionar leituras geográficas da realidade baseadas no sujeito genérico, que invisibiliza a forma de ser, viver e produzir o espaço.

O feminismo latino-americano, com base em Gargallo (2007) e Alvarez (1998), é aquele que denuncia a relação entre o colonialismo, o racismo e as desigualdades econômicas, de oportunidades e de acesso aos serviços públicos. Trata-se de uma chave de leitura para as visibilidades que pretendo alcançar com os estudos de gênero e sexualidades. É um movimento plural e repleto de disputas, que dá voz ao feminismo indígena, ao feminismo lésbico, ao feminismo de lutas populares. É um campo de ações que se dá nos lugares, impregna-se com a cultura local e volta para o todo. O feminismo faz permanentemente esse movimento, unindo o mundo ao lugar, a história que se faz e a história que já foi feita, o futuro e o passado que aparece como presente. É uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico.

A partir de referências como Scott (1995), Silva (2009) e Raffestin (1993), passamos a compreender o gênero como as diferenças sexuais que são construídas dentro de um contexto histórico espacial. Tais significados e diferenças culturais dão concretude a relações de poder (subordinação/dominação) a partir de posições hierárquicas entre corpos anatomicamente diferenciados.

Partimos da premissa de que o espaço é um elemento primordial enquanto expressão, meio e condição das normas culturais de gênero e sexualidade. Com base nessa compreensão, observamos no período analisado que uma parte das dissertações e teses abordam a mulher apenas como sinônimo do sexo biológico feminino.

Então, uma nova e relevante questão surge: as pesquisas que visam explicar a espacialização de fenômenos (por exemplo: saúde, atividades econômicas, violência) que concebem as mulheres como grupo social específico de “observação” são estudos de gênero? Em outras palavras, pesquisas que empregam em seus títulos e resumos o substantivo “mulheres”, interpretando-as como corpos biologicamente femininos, expressando dimensão quantitativa dos fenômenos que elas compõem, e sem considerar as performatividades, as relações de poder, ou mesmo as diferenças étnico-culturais, podem ser caracterizadas como estudos de gênero e sexualidades?

Tal consideração parte da compreensão de que o conceito de gênero considera a dimensão cultural da diferença sexual a partir de uma perspectiva da construção social dos papéis desempenhados por pessoas, negando a naturalização e a construção universal das diferenças entre sexo biológico. Além disso, ele é relacional e processual na estrutura socioespacial a que pertence. Dá-se a partir das relações de dominação, opressão e/ou co-operação, que transformam as diferenças biológicas (socialmente significadas a partir da construção identitária baseada em polos hierarquicamente estabelecidos entre o masculino e o feminino) em desigualdades sociais.

A partir de uma compreensão sobre gênero e na questão acima elaborada, passamos a observar, interpretar, questionar as formas/conteúdo de ser e estar dos grupos femininos/de mulheres nos trabalhos acadêmicos da Geografia. Ou seja, trata-se de um aspecto relevante do presente que carece de investigações.

## Conclusão

Os resultados da pesquisa evidenciam que há geógrafas e geógrafos, em diferentes espaços e escalas, que se dedicam a denunciar, resistir e buscar direitos referentes ao gênero e às sexualidades. Há grupos de pesquisa, pesquisadoras, pesquisadores e estudantes que tensionam o campo de poder hegemônico e hierárquico do saber com suas produções e posicionamento acadêmico.

As informações aqui apresentadas demonstram que a temática do gênero e das sexualidades, no período de análise, é crescente na Geografia brasileira, apesar de ainda representar menos de 1% de todas as dissertações e teses deste campo de conhecimento. O quantitativo dos trabalhos acadêmicos, comparado com o período 1991-2011, é significativamente maior. Do mesmo modo, a representatividade das palavras-chave escolhidas para o estudo, apesar de algumas ainda possuírem reduzida ou nula presença (Figura 1), constitui aspecto que indica a ampliação dos trabalhos da temática. Os trabalhos de gênero ganharam espaço em um número maior de universidades, o que indica que a temática vem quebrando barreiras.

Os motivos para o crescimento constatado não podem ser completamente identificados a partir das informações obtidas nesta pesquisa, contudo, lanço mão de algumas hipóteses para tais mudanças:

a) Transformação da sociedade e no campo científico – devido à maior visibilidade das questões de gênero no cotidiano, nos últimos anos, há tendência de esta temática mobilizar pesquisadores e pesquisadoras, tornando-a algo também mais frequente na academia.

b) Enfrentamento, resistência e luta de pesquisadore(a)s que, após uma fase inicial de estudos pioneiros, consolidaram grupos de pesquisa, grupos de trabalhos (GTs) em eventos e periódicos sobre gênero e sexualidades. Tal consolidação possibilita que haja mais orientadores dispostos a orientar pesquisas “não clássicas”, criando espaços para que estudantes possam apresentar e efetivamente possam desenvolver tais pesquisas.

c) Aumento no número de indivíduos buscando investigar relações complexas vivenciadas pelos próprios pesquisadores de dissertações e teses. Contexto no qual o gênero e a sexualidade ganham relevância como temática de denúncia, tornando visíveis situações de conflito, violência e desigualdades e como possibilidade de busca da justiça social.

O presente artigo apresenta um conjunto de informações e constatações, contudo, abre margem para novos questionamentos e ponderações. Trata-se de um percurso de investigação, que se conforma como um primeiro passo em vista da interpretação da relação das mulheres com o espaço urbano e a justiça social.

## Referências

- ALVAREZ, Sonia. Feminismos Latinoamericanos. **Estudos Feministas**, v. 2, p. 265-284, 1998.
- CAPES. **Mapa de distribuição dos programas de pós-graduação em Geografia no país em 2019**. Documento de área 36 – Geografia. Disponível em: [https://www.capes.gov.br/images/Documento\\_de\\_%C3%A1rea\\_2019/Geografia.pdf](https://www.capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/Geografia.pdf). Acesso em: 10 jul. 2020.
- CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. **Gênero, poder e produção científica geográfica no Brasil de 1974 a 2013**. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UEPG, Ponta Grossa, 2015.
- CESAR, Tamires R. A. de O; PINTO, Vagner A. M.; SILVA, Joseli M. **As Relações de Gênero e as Diversas Áreas da Produção do Conhecimento Científico Geográfico Brasileiro**. Porto Alegre: ENANPEGE, 2017, p. 7296-7307.
- GARGALLO, Francesca. Feminismo Latinoamericano. **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**, p. 17-34, jan-jun, 2007.
- PAES, Maria Tereza Duarte Paes; CORREA, Antonio Carlos de Barros; MARAFON, Gláucio José. **Documento de Área**. Área 36: Geografia. MEC, CAPES, DAV, 2019. Disponível em: [https://www.capes.gov.br/images/Documento\\_de\\_%C3%A1rea\\_2019/Geografia.pdf](https://www.capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/Geografia.pdf)
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: EDUCAÇÃO e realidade. Porto Alegre: UFRGS, V. 20, nº. 2, p. 71-97, 1995.
- SILVA, Joseli Maria. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista ao discurso geográfico brasileiro. In: SILVA, Joseli Maria. **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, p. 25-54.
- SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: SILVA, Joseli Maria. (org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, v. 1, p. 93-114.
- SILVA, Joseli Maria *et al.* O corpo como elemento das Geografias Feministas e Queer: um desafio para análise no Brasil. In: SILVA, Joseli M.; ORNAT, Marcio J.; JUNIOR, Alides B. C. (org.) **Geografias Malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2013, p. 85-142.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

## Notas

1. Agradeço ao Éverton Kozenieski (Docente do curso de Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Erechim*) pelos diálogos, pela leitura e elaboração dos mapas. Também agradeço ao Igor Catalão Docente do Curso de Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Chapecó*) pelos resumos na língua inglesa, espanhola, pela leitura e pelos questionamentos.
2. Tive contato com referências como: Simone de Beauvoir, Michel Foucault, Joan Scott, Judith Butler, Donna Haraway e Rose Gillian. Geógrafas e geógrafos como David Bell, John Binney, Gill Valentine, Nancy Duncan, Linda McDowell, Gillian Rose e Janice Monk

3. Cabe destacar que o “sexo da autoria”, apresentado no Gráfico 2, foi pesquisado por meio dos nomes masculinos e femininos das autoras e dos autores das dissertações e teses, pois a pesquisa feita para este artigo não acessou as informações do Registro Geral (RG) do(a)s autore(a)s

# **CASA, MATERNIDADE E TRABALHO NO DISTANCIAMENTO SOCIAL:** A “pandemia” da sobrecarga de trabalho para as mulheres

**HOME, MOTHERHOOD AND WORK IN SOCIAL  
DISTANCING:** The “pandemic” of work overload for women

**CASA, MATERNIDAD Y TRABAJO EN CUARENTENA:** La  
“pandemia” de la sobrecarga de trabajo para las mujeres

## RESUMO

Este artigo discute relações de gênero e poder que incidem sobre a identidade profissional e o trabalho de docentes mães no contexto da pandemia da COVID-19 nos últimos meses. Pela perspectiva da geografia feminista investigamos o lugar social das pesquisadoras docentes na condição de mães em seus lares considerando a relação delas com o espaço doméstico e com o trabalho de ensino e pesquisa que realizam. Como procedimento metodológico adotamos o levantamento bibliográfico, bem como a elaboração e aplicação de questionários a mulheres docentes de ensino superior e tecnológico de IES brasileiras contactadas por meio de redes sociais e de redes de colaboração em pesquisa. Evidenciamos a condição do trabalho destas mulheres mães em isolamento social, sobretudo na docência e pesquisa e frisamos que a maneira como vivenciam o espaço da casa, cuidam dos/as filhos/as e da manutenção do espaço doméstico incide na produção acadêmica, intelectual e emocional das mesmas.

**Palavras-chave:** Lugar. Casa. Docência. Maternidade. Relações de gênero. Distanciamento social/Covid-19.

## ABSTRACT

This article aims to discuss gender and power relations that concern the professional identity and the work of teachers who are mothers in the context of the Covid-19 pandemic in recent months. From the perspective of feminist geography, we will investigate the social place of female teachers as mothers in their homes, considering their relationship with the domestic space and the teaching and research work they do. As a methodological procedure, we adopted the bibliographic survey, as well as the elaboration and application of questionnaires to female teachers of higher education and technology of Brazilian IES contacted through social networks and collaboration networks in research. We highlight the condition of mother women's work in social isolation, especially in teaching and research, and we emphasize that the way they experience the space of the house, care for their children and the maintenance of the domestic space focuses on their academic, intellectual and emotional production.

**Keywords:** Place. Home. Teaching. Motherhood. Gender relations. Social distancing/Covid-19.

## RESUMEN

Este artículo propone discutir las relaciones de género y poder que inciden sobre la identidad profesional y el trabajo de docentes madres en el contexto de la pandemia de COVID-19 en los últimos meses. Por la perspectiva de la geografía feminista, investigaremos el lugar social de las investigadoras docentes en la condición de madres en sus hogares, considerando la relación de ellas con el espacio doméstico y con el trabajo de enseñanza e investigación que realizan. Como procedimiento metodológico adoptamos el levantamiento bibliográfico, así como la elaboración y aplicación de cuestionarios a mujeres docentes de enseñanza universitaria y tecnológica de IES (Instituciones de Enseñanza Superior - Universitaria) brasileñas contactadas por medio de redes sociales y redes de colaboración en investigación. Evidenciamos la condición del trabajo de mujeres madres en aislamiento social, sobre todo en la docencia y en la investigación, y destacamos que la manera como vivencian el espacio de la casa, cuidan a los/as hijos/as y del mantenimiento del espacio doméstico afecta en la producción académica, intelectual y emocional de las mismas.

**Palabras claves:** Lugar. Casa. Docencia. Maternidad. Relaciones de género. Aislamiento social/COVID-19.

## Introdução

Tudo o que fazemos na vida está fundamentado em teoria. Seja quando conscientemente exploramos as razões para termos uma perspectiva específica, seja quando tomamos uma ação específica, há um sistema implícito moldando pensamento e prática. Logo em seu início, a teoria feminista tinha como principal objetivo explicar para mulheres e homens como o pensamento sexista funcionava e como podemos desafiá-lo e mudá-lo. (hooks, 2018, p. 34)

Estamos vivenciando um momento de represália social, de controle de corpos e da mobilidade decorrentes do avanço proeminente da pandemia do COVID-19 que assola as sociedades no mundo todo. Ao pensarmos na escrita deste artigo, procuramos compreender este controle, o confinamento para além da recomendação de autoridades e da Organização Mundial da Saúde (OMS), queremos compreender esta realidade sobre os corpos femininos, sobre a realidade de milhares de mulheres num contexto familiar, sobretudo da classe média e intelectualizada, nosso ponto de partida. Sabemos que a realidade de mulheres de baixa renda, trabalhadoras informais ou no subemprego, as demandas sobre o controle de seus corpos se estendem para outros fatores, sobretudo porque não somos negligentes à compreensão da realidade por meio da interseccionalidade.

Como nos apresenta Akotirene (2018), a leitura interseccionada sobre a realidade de grupos sociais é uma realidade nos estudos feministas negros desde sua origem, uma vez que estes denunciaram, por meio de uma perspectiva teórica, movimentos feministas promovidos por mulheres brancas e seus privilégios de classe que não consideravam as intercorrências do gênero, raça, classe, etnia, geração, sexualidade e outros marcadores como fundamento para a condição de grupos sociais marcados por esses recortes. Relembramos, portanto, que não é nossa intenção aqui ignorar o papel das interseccionalidades no questionamento sobre a condição de mulheres negras e não brancas, diante da desigualdade social e o agravamento de sua condição frente ao desemprego, o emprego informal e à violência doméstica.

No entanto, tensionaremos o debate a partir de relações sociais, de trabalho, lazer e afeto no âmbito do espaço privado na realidade de mulheres acadêmicas, professoras, mães e esposas e seus pares, num contexto da pandemia da COVID-19 e o conseqüente enrijecimento do distanciamento social. Nosso objetivo é estabelecer um diálogo teórico sobre o trabalho em casa, incluindo o trabalho doméstico e as relações de gênero, a maternidade e as emoções como aspectos intrínsecos a uma realidade espacial, portanto, geográfica.

O corpo, as emoções, as afetividades pouco têm sido atribuídos como elementos para uma análise geográfica. Para nós, é urgente a necessidade de um aprofundamento da compreensão das relações de gênero e espaço como um aspecto para a equidade social. E é esta a preocupação já consolidada e apresentada por geógrafas feministas (ROSE, 1997; TOLLIA-KELLY, 2006; VALENTINE, 2007). Reforçamos, nesse sentido, que as emoções constituem o espaço e os corpos, fazem parte da existência e são refletidas nas práticas espaciais. Como afirmam Campos, Silva e Silva (2019, p. 40) “embora as emoções possam ser consideradas como sensações puramente físicas quando sentimos, tristeza, raiva, alegria, medo e assim por diante, [elas] se constituem culturalmente e aquilo que nossos corpos manifestam como sensações físicas, possui uma mediação do tempo e do espaço”.

Também enfatizamos a necessidade de rompimento com o que compreendemos por colonialidade do saber<sup>1</sup> que impera a determinados grupos o lugar do conhecimento, do aceitável, do permitido ao se fazer ciência. Acreditamos que a subalternidade silenciosa que mulheres docentes e pesquisadoras enfrentam em suas agruras cotidianas reflete uma perspectiva apresentada por Spivak (2010) de que grupos subalternos são considerados menos humanos que seus opressores, portanto, “menos capazes de falar em seus próprios nomes”. Nesse sentido, pensamos as mulheres como sujeitas de um grupo social subalternizado por uma estrutura patriarcal e heteronormativa que as condiciona a determinados papéis sociais, comportamentos e sentimentos. Ao utilizarmos a categoria mulher não pre-

tendemos essencializá-la e torná-la um padrão hegemônico, desconsiderando as cruzadas interseccionadas que refletem na posição de muitas mulheres condicionadas por seu pertencimento étnico-racial, sua sexualidade, sua geração, sua classe.

Apresentaremos impressões, emoções e realidades de mulheres, que são concomitantemente, mães professoras pesquisadoras a respeito da sobrecarga de trabalho e sua relação com o espaço privado, ultrapassando a clássica referência sobre a jornada dupla ou tripla, de trabalho. Ademais, trataremos sobre a dissociação do trabalho doméstico da concepção de trabalho produtivo. Verificamos aqui que a sobrecarga estende-se para além da quantidade de trabalho, uma vez que o peso emocional e psíquico se apresenta como um fator crucial no desenvolvimento de todos os trabalhos e funções exercidas por estas mulheres.

## As geografias feministas: contextualização e perspectivas necessárias

A Geografia tem apresentado a discussão sobre gênero nos últimos anos, sobretudo por volta dos anos 1970 e 1980 nos EUA, Inglaterra e Espanha. Já se via o advento do debate sobre as categorias gênero, mulher, poder imbuídas no cerne de outras ciências humanas, relativamente mais próximas do contexto dos movimentos feministas e das mulheres na agenda social em âmbito internacional e nacional. A realização de conferências mundiais sobre as mulheres nesta época foram importantes mecanismos de reivindicação deste grupo social por direitos sociais, civis e políticos.

No campo acadêmico da Geografia, o debate sobre o gênero aparece de maneira parca e pouco visibilizada e, conforme salienta Hanson (citada por MACHADO, 2017), ao mesmo tempo em que a Geografia invisibilizava as mulheres, os feminismos também se esqueciam do componente territorial e espacial em suas análises. Ao questionar essa lacuna, as geógrafas feministas, segundo Silva e Silva (2020), apresentaram que o espaço é uma categoria fundamental no aprofundamento do conceito de interseccionalidade, uma vez que ele aprofunda o entendimento sobre as relações de poder e as experiências dos grupos sociais, as desigualdades dos lugares vivenciados por eles, sobretudo por mulheres em recortes interseccionados.

Enfatizamos, a partir de Machado (2017) a contribuição da geógrafa feminista Rodó-de-Zárate sobre uma leitura dos lugares na perspectiva das relações de gênero podendo ser estabelecidos como lugares de opressão, lugares de intersecções controvertidas, lugares neutros ou lugares de alívio. Desse modo,

Os primeiros são lugares onde se tem uma forte experiência de mal-estar causada por uma, ou mais estrutura de poder (o gênero, a sexualidade, a raça, a classe e a idade). Os lugares controvertidos são os que provocam um alívio de alguma opressão, mas que na mudança provoca outro mal-estar. Os neutros são aqueles em que nenhuma identidade está em “relevô”, e os de alívio são aqueles em que se sentem um grande bem-estar e nenhuma identidade está em “relevô” (MACHADO, 2017, p.45).

Nessa perspectiva, o lugar é pensado por vários vieses de interpretação sobre o espaço, em que leitoras e leitores terão distintas interpretações se analisados a partir de perspectivas de gênero, etnicidade, idade, raça e experiência. As geógrafas feministas ajudam a compreender justamente o fato de que os acontecimentos possuem vários significados (MCDOWELL, 1999) e, sob a ótica das mulheres, alguns aspectos podem ser encarados com mais ênfase, ou discutidos a partir de categorias peculiares ou que são afins as suas realidades. Mulheres, homens, travestis, transgêneros estabelecem relações diferentes com os lugares e estas variam histórica e geograficamente. Estes indivíduos, portanto, se situam no mundo a partir de suas particularidades e estabelecem relações com os lugares. Como apresenta Machado (2017), “nós mulheres estamos inseridas em redes de relações desiguais de poder. Pensando em termos espaciais, nos diferentes lugares e tempos desses lugares, essas relações desiguais de poder separam as mulheres” (p.69).

As primeiras produções e reflexões sobre a geografia feminista pautavam-se na leitura do espaço feita a partir das mulheres e das desigualdades causadas por sua corporeidade, enquanto pouco se discutiam os homens. Com o passar do tempo, o estudo das relações de gênero sistematizou também uma análise sobre as masculinidades e os homens, uma vez que estes aspectos também se entremeiam nas relações sociais. A invisibilidade das análises sobre as masculinidades ou o silenciamento sobre a condição de homens no espaço reforçou, durante muito tempo, a naturalização do conhecimento geográfico como um elemento produzido quase exclusivamente por homens ou não tratado como produção masculina que nada tem a ver com as relações de poder e desigualdades entre homens e mulheres na produção científica. A geógrafa McDowell (1999) salientava na década de 1990 uma preocupação com a extensão dos estudos feministas para toda a Geografia, como um marcador nas análises sobre o espaço, bem como a inserção e ampliação da discussão sobre gênero, incluindo homens e transgêneros.

Essas transformações atingem o escopo da geografia brasileira na medida em que autoras/es pesquisadores/as vão buscando os referenciais das geografias feministas inglesas e estadunidenses incorporando-as aos campos da produção científica geográfica, por meio de pesquisas e artigos, grupos de discussão e realização de eventos temáticos. Trata-se de, neste momento, de fortalecer a compreensão que as desigualdades existentes nos lugares também são dispositivos vivenciados pelos mais diversos grupos sociais e seus gêneros e sexualidades.

Para Silva (2010) faz-se mister compreender a produção de discursos na Geografia brasileira que invisibilizam a diversidade de atores/atrizes sociais no espaço, o que marca uma visão de mundo e uma leitura sobre o poder ou sobre o que merece ser estabelecido como inerente a uma análise geográfica em detrimento de temáticas que pensem as relações de gênero, as questões étnico-raciais, as sexualidades e outros aspectos. As geógrafas feministas, de certo modo, buscaram problematizar a herança “masculina” da geografia, as diferenças coloniais e sexuais atinentes à história do pensamento geográfico, apresentando a vivência de mulheres e a dimensão do gênero, raça e sexualidades no espaço.

Trata-se, portanto, de considerar as relações de gênero como agentes que constroem o espaço e a Geografia que se apresenta como uma ciência que analisa a produção do espaço deve ter a preocupação em ampliar tal análise para os fatores que, durante muito tempo, foram invisibilizados ou desconsiderados. Como afirma Reis (2015), atualmente o espaço pode revelar a luta de classes, bem como as estruturas de poder entre os gêneros e outros aspectos interseccionais que constituem os sujeitos e suas identidades. Para além da perspectiva de compreender o gênero como um aspecto puramente cultural, esta autora assegura que este conceito também pode ser uma importante chave para operar a compreensão sobre a subordinação feminina e a reprodução da dominação masculina sustentada em várias dimensões do poder, físico e simbólico, material e imaterial, subjetivo e objetivo.

A compreensão feminista numa leitura espacial é um construto que muito dialoga com a inserção do corpo ou da corporeidade como categoria de análise. Assim como salienta Sarmiento (2009), verificamos que o corpo é um elemento central nos estudos geográficos sobre gênero, sobretudo os de base feminista, acrescentando uma perspectiva da psicologia e da identidade enquanto estruturantes das relações sociais embebidas no patriarcado. A identidade, nessa compreensão, se apresenta como elemento prático na configuração de funções sociais atribuídas ao ser feminino e ao ser masculino na concepção heteronormativa.

Nesse âmbito, amplificam-se as pesquisas e estudos sobre a identidade de corpo e gênero como elementos constituintes do espaço e das relações sociais, reescrevendo ou resignificando as experiências de sujeitos plurais, com identidades de gênero múltiplas, com realidades múltiplas e pertencimentos étnicos, raciais e sexuais também plurais. Como afirma Azevedo (2009),

a reescrita das histórias e das geografias dos corpos, passa pela criação de narrativas da experiência do corpo e de identidades diferenciais, uma fissura que é alcançada através de um trabalho de conhecimento íntimo ou percepção interna [...] A estratégia adotada passa pelo desenvolvimento de narrativas do conhecimento íntimo que promovam a relevância dos diferentes lugares da experiência bem como de 'outros' sujeitos, uma estratégia que vai muito para além de um conhecimento alicerçado sobre um sistema cognitivo e perceptivo convencional. (AZEVEDO, 2009, p.49).

Trata-se, portanto, de um movimento epistemológico de ruptura com a naturalização do sujeito universal apresentado nos estudos geográficos até então. É importante pensarmos que uma análise geográfica que dialoga com a realidade de sujeitos em sua diversidade "ameaça os sistemas convencionais de percepção e conhecimento, representa uma oportunidade para a exploração de novos modos de escrita cultural alojados na intercepção de corpos e lugares" (AZEVEDO, 2009, p. 47).

Importante lembrarmos que a geografia, numa leitura baseada nas teorias feministas ocidentais e anglo-saxônicas brancas, destacou estudos referentes ao modo patriarcal de produção, às relações de gênero geradas pelas relações sociais e econômicas, as espacialidades dos/as sujeitos/as femininos/as no que se refere ao sistema moderno-colonial e a dimensão espacial da violência masculina propulsora da reclusão das mulheres a espaços privados e domésticos.

Nessa investigação temos o interesse de apresentar esta preocupação na Geografia, a partir da concretização de uma análise sobre a corporeidade feminina no espaço doméstico, atentando-se para os sentidos das representações sobre suas ações, posturas e hábitos em contexto de isolamento social, sobretudo para mulheres professoras pesquisadoras mães. Ao centralizarmos nossa compreensão sobre a corporeidade de mulheres mães numa escala do lugar, também entraremos na percepção sobre o lugar social dessas mulheres no espaço doméstico a partir das relações que estabelecem com seus pares, com o cuidado da casa e com os/as seus filhos/as. Os corpos das mulheres, nesse construto, não significam apenas imagem, são dispositivos em que perpassam jogos de poder, dominação, subjetividades, medos, anseios, angústias, culpas e disputas, reforçando que "o espaço do corpo pode ser entendido como tendo múltiplas camadas, cada uma das quais contendo as relações e práticas do corpo com objectos e outros espaços". (2009, p.24).

## **Os trabalhos das mulheres mães professoras pesquisadoras: a dissociação do valor**

Problematizar o espaço social da casa ou do lar para mulheres docentes pesquisadoras mães, no contexto da pandemia do COVID-19 vigente este ano significa um grande esforço para nós autoras, também docentes, pesquisadoras e mães, sobretudo porque ao longo da construção deste artigo nos deparamos com diversos momentos de interrupção do labor da escrita para atender demandas domésticas, cuidar da rotina dos/as filhos/as e fazer malabarismos para manter o interesse deles/as por atividades saudáveis, criativas e independentes da presença materna enquanto a escrita e a pesquisa caminhavam. O tempo para a produção de um artigo, elaboração de questionários, levantamento bibliográfico é condicionado, no nosso caso, à rotina diária justaposta a tarefas da casa, a alimentação e as demandas infantis e escolares. A solidão, a concentração para a escrita e a interação com autoras/es dá lugar para a realidade de uma casa barulhenta, TV e programas infantis, determinação de tarefas para a organização do espaço que está quase sempre em desordem e a certeza de que os/as filhos/as compreenderão a ausência - mesmo com a presença física, quando nos fechamos em uma bolha imaginária no mesmo espaço físico - para conseguir fechar um parágrafo enquanto eles se distraem com outra atividade. Uma rotina atribulada, ainda que uma figura masculina também se faz presente neste mesmo espaço doméstico.

Este relato é, certamente, compartilhado com todas as mulheres que responderam ao nosso questionário, nesse período de distanciamento social relativo no que se refere a recortes de classe, raça e gênero, uma vez que tal medida tem sido possível para contextos

vividos pela classe média não-negacionista, no que se refere à gravidade da doença e na necessidade de cumprir o distanciamento social. Trabalhadores e trabalhadoras dos setores informal e de serviços não têm tido a mesma adesão ao isolamento, recomendado pela Organização Mundial de Saúde (2020), o que só reforça o nível de desigualdade social, racial e de gênero no Brasil.

Como afirmam Barbosa e Maia (2016), o slogan “o privado é político” tornou-se um princípio básico dos movimentos feministas ocidentais há pelo menos 80 anos e ainda hoje traduz a afirmação de que a subordinação feminina à dominação masculina atinge o poder político e econômico, mas também cultural, no âmbito das instituições e esfera pública, bem como nas dimensões familiares e/ou privadas. Desse modo, consideramos a urgência em discutir o lugar, categoria de análise cara à geografia, na perspectiva das vivências de gênero, etnicidade, idade, raça e experiência. Além do lugar, pautamos no entendimento do que Silva denomina geografia das emoções (SILVA, 2010), no sentido de que a vivência no espaço, nos lugares é pensada também a partir das sensações e impressões, por percepções subjetivas compartilhadas também no âmbito da coletividade.

Queremos problematizar, portanto, o fato de que as mulheres, na sua condição de mães, docentes e pesquisadoras vivenciam o espaço privado, o doméstico de maneira distinta e, por vezes desigual, se comparado a outros membros familiares, sobretudo se em relações heterossexuais na companhia de seus companheiros/esposos. Tais desigualdades incidem diretamente na qualidade do trabalho delas, na relação que estabelecem com os filhos e o excesso de tarefas a serem realizadas, sobretudo as relativas ao cuidado com os/as filhos/as e manutenção diária do espaço doméstico.

Nossa reflexão sobre o trabalho doméstico incide na crítica fundamental do valor que enfatiza a teoria crítica do valor-dissociação desenvolvida por Scholz (2011). Esta afirma que o trabalho abstrato e o valor constituem o princípio base da sociedade capitalista, porém, numa forma modificada pela relação de dissociação do gênero. A dissociação-valor “constitui a base da sociedade capitalista na medida em que ela representa o duplo caráter do trabalho, o abstrato e o concreto que exprime o modo do tempo abstrato” (SCHOLZ, 1992, p.17).

O trabalho doméstico é compreendido, em muitas análises, como trabalho semelhante ao trabalho assalariado, no entanto, o que Scholz (1992) quer salientar é que o trabalho doméstico está dissociado do valor – enquanto forma de representação do trabalho abstrato – que é um conceito masculino/masculinizado relativo ao trabalho abstrato. Portanto,

é precisamente a ascensão do *princípio masculino* do “trabalho abstrato como um tautológico (redundante) fim em si mesmo” (R. Kurz) que traz como resultado o confinamento doméstico e a repressão da mulher na história ocidental, produzindo, ao fim e ao cabo, a perda da dimensão sensível das relações humanas, a destruição da natureza e a ameaça de guerra nuclear (SCHOLZ, 1992, p. 02).

Portanto, considerar o trabalho como constitutivo da luta feminista contra o patriarcado, pressupõe hiperestimar esta categoria que, na realidade, ascendeu o princípio masculino de acesso ao espaço público e reduziu às mulheres, no contexto ocidental europeu, ao trabalho doméstico. A teoria do valor-dissociação possibilitou a reflexão sobre o conceito de fetiche e de dominação proveniente do capitalismo patriarcal. Entendemos esta teoria como um princípio estruturante da sociedade. Para Lamas (2011)

(...) a dissociação-valor insiste na reflexão dialética sobre a relação tensa entre a essência e a aparência, uma condição da crítica do fetichismo. Ao contrário das teorias pós-modernas que abandonam a distinção através de um anti-essencialismo superficial, a teoria da dissociação-valor defende a categoria de essência. Mas (e aqui está a chave) *a essência não é positiva, trans-histórica ou biológica* (a capacidade das mulheres darem à luz, por ex.) *mas sim negativa, histórica e social*, designadamente a essência fetichista da forma de riqueza moderna do valor e do trabalho abstrato. Nesse sentido, *não se recusa também categorias teóricas universalistas*, à boa maneira das teorias pós-modernas, antes *denuncia-se o universalismo negativo e realmente existente do sistema mundial produtor de mercadorias* (LAMAS, 2011, p.06).

É nesse sentido, que a teoria do valor-dissociação desestabiliza a crítica a uma concepção universalizada do sujeito monetário, concorrencial, masculino, branco e ocidental (KURZ, 2002). Esta teoria nos permite, portanto, pensar as diferenças na sua relação dialética com a totalidade social negativa, na negação da naturalidade das coisas, possibilitando também refletir simultaneamente as diferenças de raça, classe, gênero e/ou etnia.

Trata-se, também de questionar análises que envolvem o patriarcado e a reflexão crítica da postura tradicional do marxismo que secundariza as causas femininas/istas em detrimento das questões de “classe”. Compreende-se que a teoria do valor por si só não conseguirá captar a totalidade da sociedade da mercadoria enquanto omitir a importância do que o valor exclui e dispensa, ou seja, as categorias dissociáveis como gênero, raça e etnia (SCHOLZ, 1992). A valorização do valor é um processo social dinâmico e possui uma intensidade histórica e geográfica, nesse sentido, a valorização do trabalho masculino, é um amálgama que permeia as relações de poder entre os gêneros e precisamos lembrar este fato.

Apesar da dissociação com o valor, o trabalho feminino pode se encaixar em alguns conceitos próximos à perspectiva marxista quando apresentamos o trabalho doméstico compreendido a partir do que Hirata (2011) chama de trabalho do *care*. Este é multidimensional e transversal e refere-se, no Brasil, às atividades laborais ligadas ao cuidado que, quase exclusivamente, é realizado por mulheres. Assim

se é certo que “cuidado”, ou “atividade do cuidado”, ou mesmo “ocupações relacionadas ao cuidado”, como substantivos, foram introduzidos mais recentemente na língua corrente, as noções de “cuidar” ou de “tomar conta” têm vários significados, sendo expressões de uso cotidiano. Elas designam, no Brasil, um espectro de ações plenas de significado nativo, longa e amplamente difundidas, muito embora difusas no seu significado prático. O “cuidar da casa” (ou “tomar conta da casa”), assim como o “cuidar das crianças” (ou “tomar conta das crianças”) ou até mesmo o “cuidar do marido”, ou “dos pais”, têm sido tarefas exercidas por agentes subalternos e femininos, os quais (talvez por isso mesmo) no léxico brasileiro têm estado associados com a submissão, seja dos escravos (inicialmente), seja das mulheres, brancas ou negras (posteriormente) (2011, p.154).

Ao apresentar as definições sobre o *care*, a autora evidencia que no momento em que este tipo de trabalho passa a ser trabalho assalariado cabe ao Estado regulá-lo e normatizar a profissionalização dos serviços. Além do Estado, instituições políticas civilmente organizadas também auxiliaram na regulamentação desse tipo de trabalho. O *care* se constitui também no espaço doméstico, familiar e, indubitavelmente, nas relações de gênero. Portanto, os estudos de gênero são importantes mobilizadores teóricos para problematizar a divisão sexual do trabalho, as masculinidades e feminilidades que interferem também na afetividade e na saúde mental de mulheres e homens. De acordo com Hirata (2011)

o *care* remete à questão de gênero, na medida em que essa atividade está profundamente naturalizada, como se fosse inerente à posição e à disposição (*habitus*) femininas. Mas, na medida em que o *care* se manifesta como ocupação ou profissão exercida em troca de uma remuneração, o peso e a eficiência crescentes das políticas públicas tornam-se verdadeiras bombas de efeito retardado, visto que questionam a gratuidade do trabalho doméstico e a sua circunscrição ao grupo social das mulheres, e desafiam a ideia de “servidão voluntária” inerente a esse serviço quando realizado no espaço privado do *domus*. Vale dizer, a emergência do *care* como profissão implica o reconhecimento e a valorização do trabalho doméstico e do trabalho familiar como “trabalho”; em outras palavras, a associação do trabalho do *care* com uma profissão feminina deixa de ser natural (2011, p.156).

Sem dúvida, a regularização da profissão representa um avanço para a remuneração justa ou menos desigual, para mulheres trabalhadoras, no entanto, no espaço doméstico, ainda há um reforço na divisão sexual do trabalho não remunerado, a efetivação de tripla jornada, cansaço mental, psicológico e físico por parte das mulheres que não terceirizam o trabalho doméstico e não contam com ajuda equivalente. Em 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mulheres dedicam em média 18,5 horas semanais aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas, na comparação com 10,3 horas semanais gastas nessas atividades pelos homens. Essa rotina deve ficar ainda mais intensa com as restrições impostas pela pandemia.

Além do trabalho doméstico e do cuidado, há ainda a carga mental do trabalho emocional, ainda mais invisível. São as mulheres que, em geral, tomam a frente no planejamento e no gerenciamento da casa e do cotidiano, tentando prever as necessidades de todos/as e se preocupando com a saúde da família. Para Oliveira (2020) é preciso reconhecer, nessa realidade marcada pelo advento da pandemia da COVID-19,

“as consequências do fechamento de escolas e das restrições de movimento, que embora sejam considerados necessários, modificaram a rotina das crianças e impactam os sistemas de apoio e as práticas de cuidado de que dependem as famílias. A suspensão das aulas e o fechamento das escolas adicionou novas formas de estresse aos cuidadores e em muitos casos tornou este cuidado inconciliável com outros trabalhos (OLIVEIRA, 2020, p.156)

A partir dessa constatação, reforçamos a iminente alteração na dinâmica do cuidado nos lares de mulheres, docentes e mães, uma vez que a figura representativa dos atos de cuidar, arrumar, lavar e organizar passou a ser constituída de maneira individualizada e isolada, sem as redes de apoio que outrora estavam presentes. As mulheres sujeitas neste trabalho contavam, de maneira presencial, com uma rede de apoio estendida por outras mulheres, familiares, amigas e/ou diaristas para a realização do trabalho doméstico enquanto exerciam a função docente e pesquisadora. Para pensar o trabalho doméstico, trazemos as reflexões feitas por Federici (2009) ao afirmar que este é o que denomina-se, numa leitura marxista, trabalho reprodutivo, responsável pela manutenção da vida e realizado predominantemente por mulheres auxiliadas por outras mulheres, na condição de parentes ou empregadas remuneradas.

O trabalho reprodutivo, para Federici (2009) ainda é apresentado como uma responsabilidade individual ou familiar, designada às mulheres, num sentido mais generalizado e, para que ele seja executado, elas necessitam do auxílio de outras mulheres, muitas delas em condições mais vulneráveis, de baixa renda e que necessitam do Estado para terem assistência no cuidado com seus próprios filhos. Ademais, sabemos que no Brasil essas mulheres são, majoritariamente, negras.

Segundo a análise do IPEA (2019) que realizou um estudo sobre o perfil das empregadas domésticas no Brasil, o trabalho doméstico é bastante expressivo na realidade de mulheres negras, de baixa escolaridade e renda. Há uma evidência de que este perfil refere-se a três características principais, sendo elas

i) as heranças escravocratas de um passado muito recente no qual cabia à população negra o lugar da servidão, e às mulheres negras também a servidão no espaço da casa, ainda que não somente; ii) nossa formação enquanto uma sociedade tradicionalmente patriarcal; e iii) a expressiva desigualdade de renda que permite que trabalhadores assalariados contratem e remunerem com seus salários outros trabalhadores. (2019, p.08)

Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida por Lopes (2008) com trabalhadoras domésticas corrobora com a constatação de que se trata de uma maioria de mulheres negras que vivenciam historicamente a segregação socioespacial, a limitação da mobilidade nos centros urbanos e as representações sociais pautadas na realidade de escravizadas domésticas no período pós-abolição. O trabalho doméstico remunerado representa uma importante alternativa para mães que exercem trabalho fora de casa e contribui para as responsabilidades domésticas destas mulheres que não contam com ajuda de familiares e do Estado para cuidado com os/as filhos/as. No entanto, é lastimável que o trabalho doméstico siga correspondendo a uma atividade precarizada, com baixa remuneração e baixo amparo do Estado, no que se refere a garantias trabalhistas e proteção contra violência e discriminações. (IPEA, 2019). A crítica de Gonzalez (1984) é assertiva ao relatar que a doméstica “nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas (GONZALEZ, 1984, p.230).

De acordo com o IPEA (2019) dos 6,2 milhões de pessoas, entre homens e mulheres, como trabalhadores/as no serviço doméstico, mais de 4 milhões eram pessoas negras –

destas, 3,9 milhões eram mulheres negras. Estas representam 63% do total de trabalhadores/as domésticos/as. Essa informação nos chama a atenção para a importância da leitura racial imbricada à leitura de gênero, geração e classe nas relações sociais, no mercado de trabalho, em posições de subempregos e quase ausência de grupos sociais não brancos em posições de prestígio social. A pouca presença ou quase ausência de mulheres negras no ambiente acadêmico, na condição de professoras e pesquisadoras, é um importante elemento que confirma a forte desigualdade sociorracial e de gênero no ensino superior, estendendo-se aos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

De acordo com Crisostomo e Reigota (2010) as mulheres negras estão subrepresentadas como docentes na universidade e enfrentam processos de exclusão provenientes das representações sociais negativas e estereotipadas construídas sobre elas. Segundo o Censo do Ensino Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de 2016, o índice de mulheres pretas com doutorado atinge 0,4% do corpo docente na pós-graduação em todo o país e as mulheres negras com doutorado representam menos de 3% do total de docentes. A partir do estudo do INEP (citado por FERREIRA, 2018) verifica-se que há uma prevalência de homens brancos como docentes na pós-graduação, seguida de professoras brancas, o que fortalece o exposto por Dias (2019) ao afirmar que, na sua condição de mulher negra, professora e pesquisadora, era/é considerada “quase da família da academia”.

Verificamos, desse modo, que a desigualdade racial firmada no campo do ensino e da pesquisa nas universidades, confirma o racismo institucionalizado, a ausência de políticas de ação afirmativa nos concursos para professores/as efetivos/as e a dificuldade de professoras pesquisadoras de receberem aprovação nos editais de fomento à pesquisa, quando esta se refere a gênero e raça. Por este fator, verificamos na coleta de dados que 80% das mulheres entrevistadas são brancas e apenas 20% delas são negras.

Além do debate sobre a dissociação-valor do trabalho doméstico, destacamos também a importância da promoção do debate racial junto às relações de gênero ao verificarmos o perfil de nossas sujeitas pesquisadas, a saber, mulheres de classe média, docentes de ensino superior, técnico e tecnológico, majoritariamente, brancas e heterossexuais.

## O caminho metodológico para a investigação

Conforme já mencionado, a etapa inicial da pesquisa foi realizar o levantamento e a análise bibliográfica embasados nas discussões das ciências humanas e da Geografia com foco nas categorias lugar, casa e trabalho relacionados às mulheres com perfil mães pesquisadoras professoras em tempo de pandemia. Para corroborar com a discussão teórica e verificar as realidades de trabalho a que as mães pesquisadoras professoras estão submetidas neste contexto de distanciamento social a segunda etapa foi a elaboração e envio de um questionário semiaberto com o intuito de capturar não apenas dados quantitativos, mas principalmente dados qualitativos como os sentimentos e percepções das entrevistadas. O questionário é composto por 53 questões sendo 32 objetivas e 21 abertas; apenas 02 (duas) dentre as objetivas não exigiam respostas obrigatórias e dentre as abertas apenas 03 (três). A ferramenta utilizada para a aplicação dos questionários foi o *google forms*, o que possibilitou a aplicação do questionário em tempos de distanciamento social a partir de redes de contatos e parcerias entre colegas de trabalho e grupos de pesquisa.

A princípio identificamos e selecionamos mulheres presentes nas redes de nossos cotidianos, como colegas de trabalho e conhecidas, que se encaixavam no perfil mães pesquisadoras professoras de universidades e institutos federais. Ao enviar o *link* do questionário por meio de redes sociais também foi solicitado que encaminhassem para outras mulheres que também atendessem ao perfil, aplicando assim o método *snowball sampling* gerando uma amostra não probabilística. O questionário ficou aberto para receber respostas de 09/05/2020 a 22/05/2020, apenas por 02 (duas) semanas, pois como o questionário está

composto por 21 questões abertas precisávamos de um grupo reduzido de respondentes para realizar as análises das respostas abertas.

Inicialmente enviamos o *link* para 10 mulheres dentro do perfil da pesquisa e obtivemos 45 questionários respondidos, porém dentre estes apenas 35 se qualificaram de acordo com o perfil de mãe-pesquisadora-professora de ensino superior e tecnológico. Dentre as respostas não qualificadas identificamos mulheres mães que não atendiam totalmente ao perfil solicitado: 08 professoras do ensino básico de escolas municipais e estaduais, 1 técnica administrativa de instituto federal e 1 pesquisadora da EMBRAPA. Mesmo não utilizando suas respostas consideramos um dado importante o interesse em responder o questionário o que demonstra que outros recortes e análises podem e precisam ser feitos.

A análise do conteúdo (Bardin,1977), foi aplicada as questões abertas do questionário semiaberto de forma a encontrar as categorias discursivas que constituíram os significados das vivências que estas mães, pesquisadoras e professoras tem experienciado em casa durante esse período de distanciamento social principalmente em relação a sobrecarga de trabalho.

## As impressões e percepções das mulheres professoras pesquisadoras em casa

“É preciso uma aldeia inteira para criar uma criança”

Provérbio africano

Ao considerarmos o levantamento feito a partir do questionário aplicado, destacamos alguns elementos que delineiam o perfil das mulheres. Duas faixas etárias destacam-se, conforme pode ser observado na figura 1, 42,9% de mulheres com idade de 30 a 39 anos e 37,1% de mulheres entre 40 e 49 anos se consolidando como as principais faixas do estudo. Entretanto, ainda tivemos 8,6% de mulheres entre 20 e 29 anos e 11,4% de mulheres entre 50 e 59 anos. Como já citado anteriormente, elas se autodeclararam 80% brancas e 20% negras, aqui também nessa pesquisa subrepresentadas. A predominância do alto nível de escolarização das entrevistadas ficou representada por 54,3% de doutoras, 25,7% de mestras, 17,1% de pós-doutoras e 2,9% que possui apenas graduação. Além desta alta qualificação 60% delas atuam como docente no ensino superior e 40% atuam como docente no Ensino Básico Técnico e Tecnológico. Estas mulheres estão distribuídas em 15 diferentes instituições de ensino e pesquisa de 9 estados brasileiros - Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Rio Grande do Norte, Ceará, Sergipe, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Estados como Goiás e Rio de Janeiro se destacam concentrando respectivamente 45% e 11,4% das entrevistadas.

## Idade (completa em 2020)

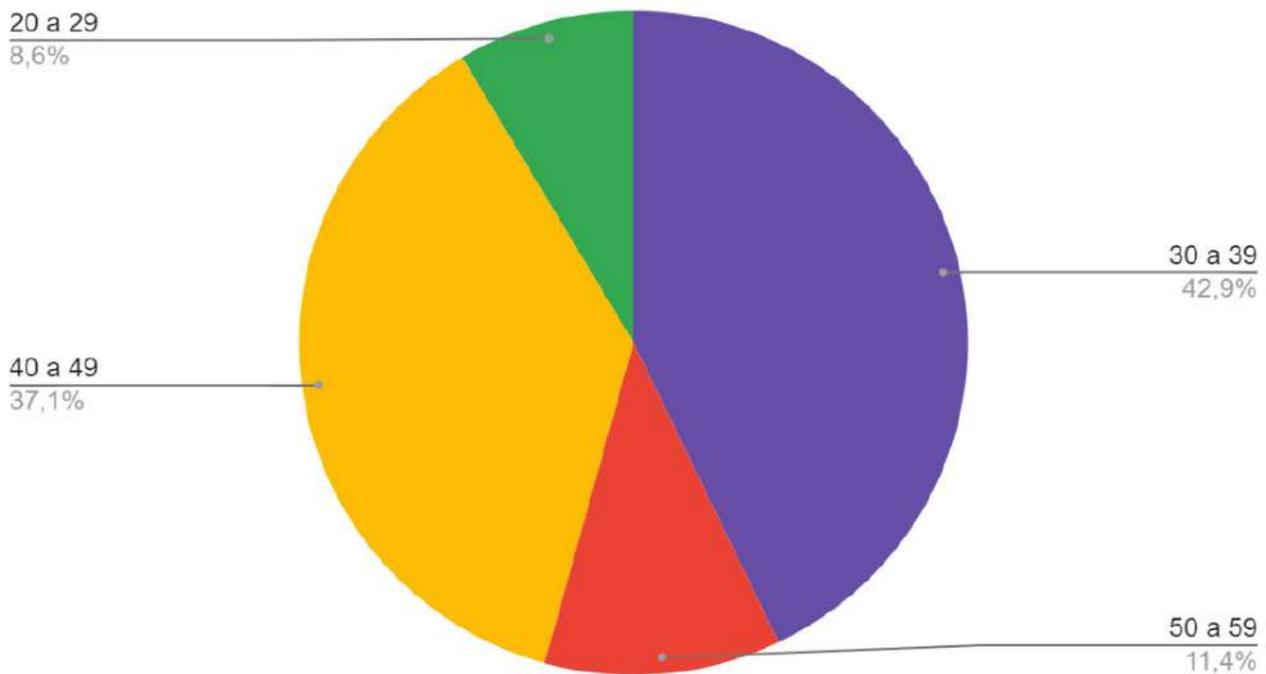


Figura 1- Faixas etárias

Fonte: Questionário com mães pesquisadoras professoras, maio de 2020

Estas mulheres desenvolvem trabalho acadêmico e docente de ampla gama de atividades, conforme já conhecido pela comunidade acadêmica, mas ainda mistério para compreensão da maior parte da sociedade. Das entrevistadas 77,1% afirmam estar desenvolvendo pesquisa cadastrada na instituição em que trabalham e 22,9% não. Destas que desenvolvem pesquisa 45,7% informam que seu projeto tem duração de 1 ano, enquanto que 22,9% informam 2 anos de duração e 8,6% 3 anos. Pesquisas mais longas se traduzem em mais trabalho, mais responsabilidades e comprometimento, por isso a maior parte das pesquisas terem duração de apenas 01 (um) ano nos chama atenção e alerta para a necessidade de pesquisas que aprofundem e debatam os ciclos temporais de projetos de pesquisas desenvolvidas por mulheres e homens.

Parte destas pesquisadoras teve o desenvolvimento de suas pesquisas diretamente afetado pelas consequências da pandemia, pois 60% das entrevistadas que desenvolvem pesquisa atualmente informaram que tiveram atividades relativas à pesquisa (como laboratoriais e/ou de campo) interrompidas em decorrência da imposição do distanciamento social.

Se algumas atividades laborais foram interrompidas total ou parcialmente como as de pesquisa e para algumas as aulas, para outras o restante do trabalho docente continuou sendo executado remotamente: 48,6% continuam preparando de aulas, 82,9% fazendo leituras relativas ao trabalho, 77,1% fazem orientação (de Pibic, TCC, dissertação, tese), 51,4% correção de trabalhos acadêmicos, 54,3% pareceres e/ou editoração, 17,1% elaboração de cursos *on line*, 57,1% estão realizando cursos (de capacitação) *on line*, 97,1% estão participando de reuniões *on line*, 45,7% estão participando em comissões, 34,3% estão desenvolvendo funções administrativas, 71,4% escrita de artigos e 17,% ainda indicaram que desenvolvem outras atividades além dessas citadas.

Todas estas atividades acadêmicas que estão sendo desenvolvidas remotamente disputam tempo e espaço com os cuidados da família e da casa. E ao evidenciarmos o peso que o trabalho doméstico exerce na realidade destas mulheres reconhece-se que ele não é um trabalho como os outros, mas sim a representação de uma manipulação e violência promovida, não apenas pelas novas relações espaço- temporais que a pandemia impôs, mas

antes e basilarmente, pelo capitalismo. Nas relações trabalhistas usuais, a impressão que o/a trabalhador/a carrega é que é pago/a pelo seu trabalho de forma justa, camuflando o valor da sua força de trabalho e suprimindo o trabalho não pago da cadeia produtiva entre capital e trabalho. No entanto, Federici (2011) aponta que

a diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração. Por sua vez, a condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho, impedindo assim que as mulheres lutem contra ele, exceto na querela privada do quarto-cozinha, que toda sociedade concorda em ridicularizar, reduzindo ainda mais o protagonismo da luta. Nós somos vistas como mal-amadas, não como trabalhadoras em luta. (2011, p.42)

Portanto, o trabalho doméstico que, nas instâncias sociais e culturais, foi compreendido como necessário para o bem estar familiar, representa privação para muitas mulheres, não remuneração, além de acumuladas jornadas de trabalho. Trata-se, nesse sentido, de compreendermos a importância de pensarmos a casa, o lar, o espaço doméstico e suas atribuições como espacialidades relevantes na desconstrução de uma visão romantizada e dominante de lar, reproduzida, inclusive, por vertentes humanísticas na ciência geográfica. O que entendemos por “lar doce lar” pode representar lugar de opressão, de desgaste físico e mental, de acúmulo de funções e de dificuldades em manter uma rotina equilibrada entre trabalho e descanso.

Se esses apontamentos de Federici descrevem a lógica da generificação do trabalho doméstico antes da pandemia de COVID-19 em 2020, a casa, ou o lar, se torna o espaço-chave para a compreensão dessa antiga e forçosa naturalização da opressão pela sobrecarga de trabalho doméstico que recai sobre as mulheres mesmo estas tendo outras funções laborais para com o espaço extra-casa. Pois, mesmo dentre o grupo de mulheres acadêmicas, que conseguiram ou optaram – a partir das estruturas de oportunidades de cada trajetória – sair do trabalho doméstico para o trabalho valorizado, remunerado e executado no espaço público, quando retornam aos seus lares por imposição do distanciamento social recebem de volta toda a naturalização da obrigação do trabalho doméstico feminino.

O nosso levantamento junto a mulheres constatou que 60% das entrevistadas vivem esta realidade de relações de gênero desiguais no espaço doméstico, pois afirmaram que o trabalho doméstico não era dividido de forma igualitária antes da pandemia e 40% disseram que sim. E a proporção se mantém a mesma durante o período de distanciamento social. Porém, antes da pandemia contavam com o sistema de apoio (OLIVEIRA, 2020) como a escola dos/as filhos/as e familiares e vizinhos que ajudavam com a execução de diversas tarefas.

Antes do distanciamento social 37,1% contavam com ajuda não remunerada de outras pessoas como pais, irmãs na preparação de alimentação e cuidados com filhos e familiares e 62,9% não. Porém 82,9% afirmaram contar com os serviços remunerados de terceiros referentes a execução do trabalho doméstico e familiar e 17,1% não. Dentre as respostas apareceram os termos “faxineiras”, “diaristas”, “domésticas”, “empregadas”, “passadeira” e “babás”. A nomenclatura dada às profissionais citadas, em sua totalidade aparecem no feminino e em trabalhos do *care*, ou seja, outras mulheres que vão cuidar da casa, da roupa, tomar conta dos filhos – discussão já abordada e baseada em Hirata (2011). Isso evidencia que a evolução do debate sobre a naturalização do trabalho doméstico como feminino, da generificação das relações socioespaciais e da divisão sexual do trabalho caminha a passos lentos mesmo em uma classe média, intelectualizada com acessos diversos.

Um dado muito importante para compreendermos a sobrecarga de trabalho para as mães é que 51,4% dos filhos ficavam antes da pandemia ao menos meio período fora de casa desenvolvendo atividades de ensino, cultura, esporte e lazer. E 17,1% em período in-

tegral. Isso dava para as mães tempo para se dedicarem a outras atividades além do *care*.

Conforme podemos observar na figura 2 a seguir a maioria (entre 19 e 27 das 35 entrevistadas) das mulheres em relacionamentos heteroafetivos afirmaram que praticamente todas as tarefas domésticas como limpeza e organização da casa; preparo da alimentação; cuidados com filhos/as pequenos/as (banho e alimentação); acompanhamento das atividades escolares remotas dos/as filhos/as; planejamento e delegação dos trabalhos domésticos; planejamento e controle do abastecimento doméstico; cuidados médicos dos/as filhos/as (agendar consultas, horários de medicamentos, etc.); planejamento das rotinas da casa (mandar tomar banho, estudar, dormir); recaem sobre elas e apenas reparos eventuais na casa (elétricos, hidráulicos, instalações diversas, etc.) que ganha destaque com 20 entrevistadas indicando que este trabalho, em específico, fica para seus companheiros homens. Mas 13 mulheres indicam que elas mesmas fazem os reparos. E entre 3 e 7 respondentes afirmam que algumas destas tarefas são partilhadas igualmente com o companheiro, e sobe para 9 quando se refere a lazer com filhos e cuidados de filhos pequenos.

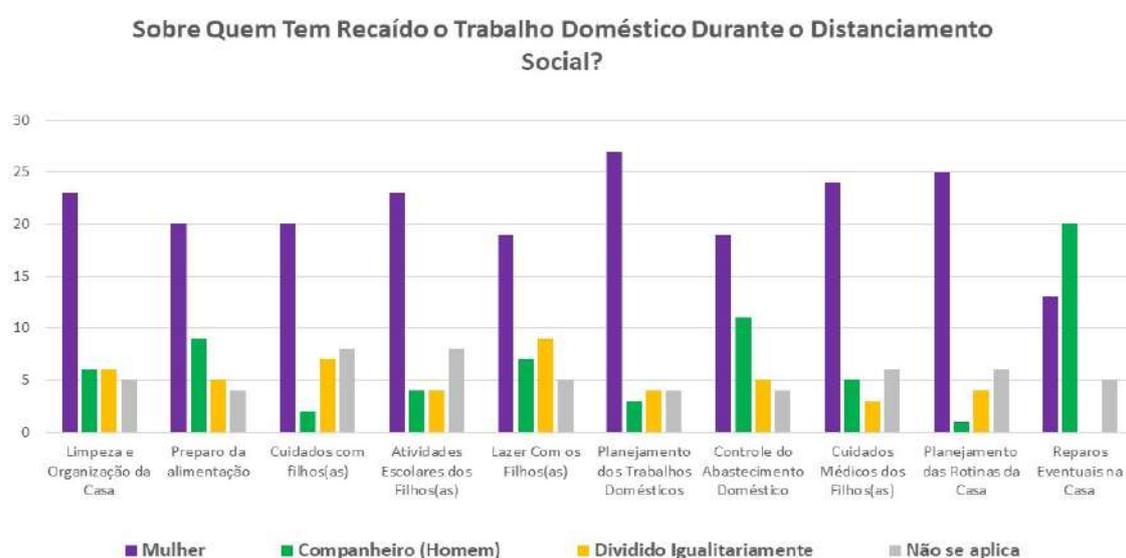


Figura 2 - Sobre Quem Tem Recaído o Trabalho Doméstico Durante o Distanciamento Social  
 Fonte: Entrevistas com mães pesquisadora professoras, maio de 2020

Um ponto importante para o questionamento sobre as engrenagens que moldam as relações socioespaciais de mulheres e homens com a casa e o trabalho doméstico, incide no fato de que este tem sido tratado, historicamente, como um atributo feminino constituído por uma psique ligada ao cuidado e à manutenção da vida. Aí se apresenta de maneira mais forte a crítica traçada por Federici (2011) ao observar que o trabalho doméstico tornou-se “um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina” (2011, p.42).

A nossa pesquisa revela o oposto ao demonstrar o que sentem as mulheres sobre o total de trabalho a ser realizado inclusive o doméstico que a maior parte delas não executava sozinha e nem em tempo integral antes da pandemia e da necessidade de distanciamento social. As respostas foram agrupadas em dois grupos, o primeiro grupo da figura 3 abaixo traz as respostas de sentido negativo, com a maioria das respostas das entrevistadas e o segundo grupo com apenas duas respostas de entrevistadas, porém de sentido positivo:

Grupo 1 - Respostas a respeito de sentimentos e percepções de sentido negativo	33 respostas citaram a palavra "desespero"; 8 citaram a palavra "ansiedade"; 6 citaram que sentem "frustração" (frustrada com a não realização da tese e trabalho); 6 citaram que sentem "incapacidade"; 5 citaram que sentem "cansaço" e/ou "exausta"; 3 citaram "angustia"; 2 citaram "impotência"; 2 citaram "raiva" e "desanimo"; 1 citou "insuficiente"; "sobrecarregada"; "irritação"; "culpada"; "medo"; "insegura"; "indignação"; "estresse"; "chateada pelo não desejável"; "Ficando louca"; "É difícil ser mulher, queria ser homem".
Grupo 2 - Respostas a respeito de sentimentos e percepções de sentido positivo	2 respostas: "Não tenho me estressado com essas questões"; "algumas poucas vezes".

**Observação: as palavras podiam aparecer repetidas em diferentes respostas**

Figura 3 – Percepções e sentimentos em relação a sobrecarga de trabalho em tempo de pandemia  
 Fonte: Entrevistas com mães pesquisadora professoras, maio de 2020.

Destacamos nessas respostas na figura 3 acima que a maior parte das respostas se agrupam por serem de sentido negativo os sentimentos e percepções relatados. Dentre elas grifamos ao final do Grupo 1 – Respostas a respeito de sentimentos e percepções negativas: “chateada pelo não desejável”; “Ficando louca”; “É difícil ser mulher, queria ser homem”. Estas 3 respostas resumem e denotam exaustão de grande parte das mulheres e que não há trabalho naturalmente feminino, mas há relações socioespaciais desiguais para homens e mulheres a ponto de se verbalizar o desejo de querer ser homem.

A figura 4 a seguir, evidencia as respostas sobre quais atividades do trabalho doméstico tem gerado mais desgaste mental e/ou fisicamente nesse período de distanciamento social, sendo possível notar maior número de referências as diversas atividades do trabalho doméstico conforme podem ser observadas as descrições no Grupo 1; mas no Grupo 2 aparecem duas respostas informando que “todas” as atividades domésticas causam desgaste e “exaustão” nesse contexto; no Grupo 3 o *care* com pessoas crianças e idosa aparece indicado; e no Grupo 4, apenas 02 pessoas indicam não estar se desgastando com nenhuma atividade doméstica, grupo 4.

Grupo 1 - Respostas que indicam trabalho doméstico e cuidados com filho e idosa	15 limpeza da casa (roupas, lavar louça, cozinha) organização; 4 alimentação (planejamento e preparo); 1 Planejamento e delegação de trabalhos domésticos ; 2 compras;
Grupo 2 - Respostas que indicam todos os trabalhos domésticos	2 Todas, me sinto exausta;
Grupo 3 - Respostas que indicam cuidados com pessoas (crianças e idosa)	6 cuidados com filhos; 2 aulas on line e A alfabetização da minha filha.; 1 cuidar de idosa;
Grupo 4 - Respostas que indicam não estar se desgastando com trabalho doméstico	1 Até o momento conseguimos dividir bem as atividades ; 1 nenhum.

Figura 4 - Trabalho doméstico que mais tem desgastado física e mentalmente durante o distanciamento social 2020.  
 Fonte: Entrevistas com mães pesquisadora professoras, maio de 2020

Complementar a esse entendimento quando perguntado sobre qual trabalho não é realizado em consequência da sobrecarga as respostas se dividem em dois grupos (Figura 5 a seguir) a saber: do trabalho doméstico e trabalho remunerado e estudos:

Grupo 1 - Respostas de adiamento de Trabalho Doméstico	18 respostas informam adiar o trabalho doméstico (como limpeza, cozinhar, passar roupas, reparos na casa ); 3 respostas sobre o cuidado com os filhos (como lazer e terapia); e 1 resposta cuidados com animais de estimação.
Grupo 2 - Respostas de adiamento do Trabalho Remunerado e Estudos	14 respostas informam "meu trabalho" e "meus estudos" (acadêmico, doutorado, pesquisa, leitura, preparar aula, estudar – cursos de inglês, capacitação e treinamentos e EaD); 2 respostas sobre trabalho remunerado: "todo tipo de acordo com prazos"; "sempre tem trabalho adiado com frequência".

**Observação: as respostas podiam indicar mais de um tipo de trabalho adiado por isso podem aparecer repetidas)**

Figura 5 – Trabalho adiado por não ser possível realizá-lo em consequência da sobrecarga de trabalho  
 Fonte: Entrevistas com mães pesquisadora professoras, maio de 2020

Ambos os grupos de respostas demonstram que quando não dá para executar todo o trabalho por conta da sobrecarga, o doméstico é mais adiado que o remunerado, inclusive já apontado anteriormente como “*não desejável*”, mas por uma diferença pequena. Há também vários registros de adiamento do trabalho remunerado e estudos, evidenciando que em ambos os casos o prejuízo recai principalmente sobre a mulher, já que na maior parte delas (60% não tem divisão igualitária do trabalho doméstico) são as responsáveis pelo trabalho doméstico a ponto de precisar abrir mão da execução do seu trabalho remunerado e estudos ou adia-los para atender as principais demandas da casa e família, quando necessário.

Quando perguntado sobre o que mais afeta a execução do trabalho remunerado, as respostas são divididas em 3 grupos na figura 6, onde ficam evidentes as consequências negativas da sobrecarga de trabalho no trabalho remunerado da maioria dessas mulheres:

Grupo 1 - sobreposição de funções	Em 8 respostas aparecem “demanda dos filhos e outros”; “compartilhar tempo”; “ter que ficar delegando todas as tarefas de casa”; “perco noção de tempo”; “Conciliar horários para reuniões online”.
Grupo 2 - ausência de condições ideais a produção intelectual	8 respostas indicam “barulho”; 6 indicam “distração”; 3 informam estar “sem concentração”; 3 indicam a constante de “interrupção”; “não tenho condições ideais”; “dificuldade de realizar trabalhos”;
Grupo 3 - Sem ou pouco empecilhos	2 respostas indicam que as que “Não afeta ou afeta pouco”; e que: “Melhora nas reuniões em equipe”.

Figura 6 - Maior dificuldade para a realização do trabalho remoto durante esse distanciamento social  
 Fonte: Entrevistas com mães pesquisadora professoras, maio de 2020

Sobre o maior empecilho para, especificamente, a produção acadêmica e científica neste contexto de distanciamento social os relatos das entrevistadas se dividem em quatro grupos, conforme o figura 7, onde evidencia mais uma vez como as atividades do trabalho doméstico causam prejuízos para as mulheres, só que especialmente na vida profissional, pois além de gastarem tempo nos afazeres descritos abaixo, há o acúmulo de funções como também as consequências emocionais e psicológicas que dificultam a construção intelectual, como grifado no grupo 2. Vale o registro de destaque, no grupo 1, da sugestão de divisão de trabalho com filho, afinal a responsabilidade pela casa, roupas e alimentação deve ser compartilhada com todos os seus moradores dentro de suas limitações e possibilidades:

Grupo 1 – sobre carga de trabalho/falta de tempo	“sobrecarga de tarefas domésticas”; “trabalho e demanda dos filhos: interrupções constantes”; “cuidado com filhos”; “acúmulo de tarefas domésticas”; “divisão desigual das atividades, principalmente com o filho”; “falta de tempo”; “falta de rotina”; “ todos”.
Grupo 2 – ausência de condições pessoais	“ desgaste físico e emocional”; “psicológico”; “falta de motivação”; “falta de foco e concentração”; “ter a cabeça tranquila para elaborar a construção intelectual. Não estou tendo”; “A ansiedade com as atitudes do presidente”.
Grupo 3 – ausência de condições materiais e objetivas de trabalho	“Fazer a coleta de dados em campo para obtenção dos dados”; “Qualidade da internet”; “Inacessibilidade a laboratório e atividades de campo”; “local adequado”; “muito tempo de atenção aos alunos”
Grupo 4 – sem empecilhos	“sem empecilhos”; “como minha pesquisa é inicial, não há empecilhos graves”.

Figura 7- Maior empecilho para a produção de acadêmica e científica neste contexto de distanciamento social

Fonte: Entrevistas com mães pesquisadora professoras, maio de 2020

Também é possível ver que a não possibilidade de realização de trabalhos de campo e uso de laboratórios tem afetado a produção de duas entrevistadas. A ausência de local adequado em casa foi citada, assim como a nova dinâmica de aulas remotas, onde o trabalho e tempo disponível para acompanhamento dos professores/as para com os alunos tendem a aumentar. E por fim, duas respostas que compõem o grupo 4 que não estão tendo nenhum empecilho.

Sobre os melhores horários para trabalhar fica evidenciado que a dedicação ao trabalho remunerado, docência e pesquisa, fica subalterna a dinâmica da casa e dos filhos. Nas respostas aparecem como melhor horário para trabalhar: “quando filho dorme”, “quando os filhos estão em aulas on line”, “de madrugada”, “a noite depois que filho dorme” e chega a aparecer “Não tem, talvez de madrugada” evidenciando que a carreira profissional acaba ficando segundo plano, não necessariamente uma escolha, talvez apenas uma decisão entre as poucas opções que a realidade do sistema patriarcal muitas vezes tem oferecido.

De acordo com a figura 8 a seguir 48,6% das entrevistadas informaram que o(s) filhos demandam mais a mãe que o pai. Enquanto que apenas 2,9% demandam mais o pai. E 17,1% ambos e 31,4% não se aplica a sua realidade.

Caso more com companheiro, mãe ou pai é mais demandado pelo(s) filho(s) nesse período de distanciamento social?

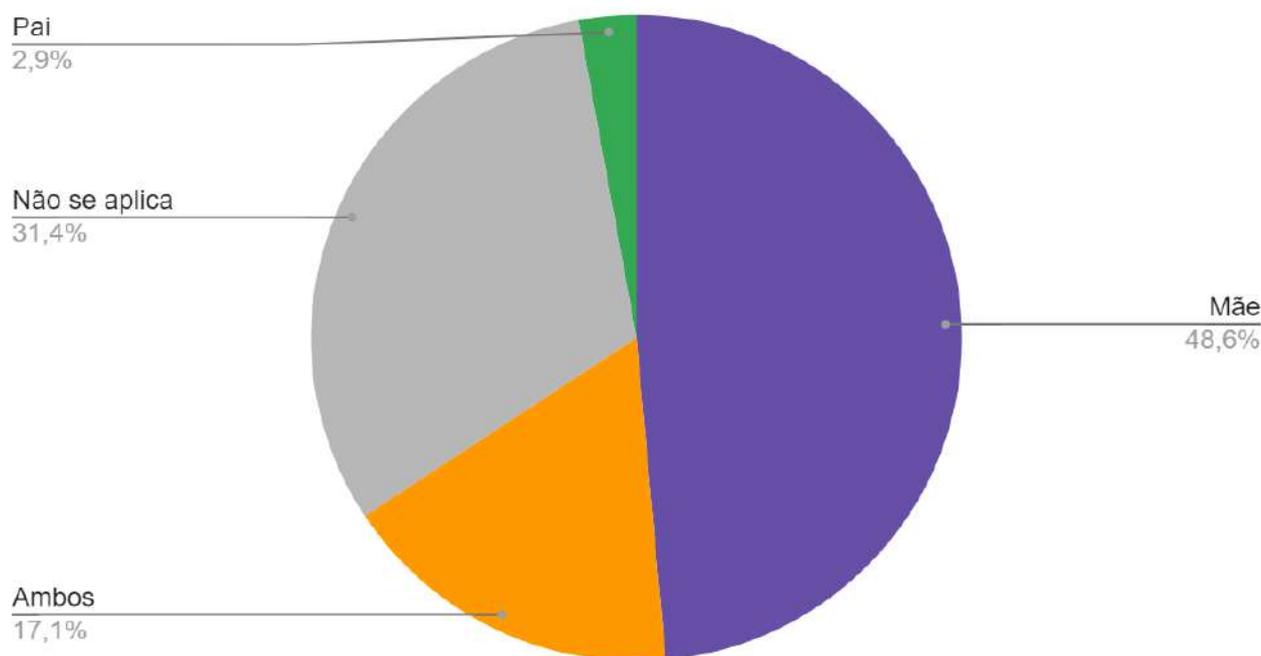


Figura 8 – Demanda dos/as filhos/as em distanciamento social  
Fonte: Entrevistas com mães pesquisadora professoras, maio de 2020

Concomitante ao trabalho doméstico como atributo feminino, deparamo-nos com a condição da maternidade enquanto um fenômeno social marcado por desigualdades sociais, raciais e de gênero. Este fenômeno atinge de forma distinta mulheres em contextos culturais distintos, no entanto, nas sociedades ocidentalizadas há o predomínio de um modelo de maternidade atual calcado em números reduzidos de filhos/as e mães que trabalham fora de casa (SCAVONE, 2001). Fato este que observamos no nosso grupo de mães entrevistadas, pois a maior parte delas tem apenas um filho morando em casa, ou seja, 68,6%. Já 22,9% moram com 2 filhos e 8,6% com 3 filhos ou mais. E 82,9% compartilham casa com companheiro(a) e 17,1% não compartilham casa com companheiro(a).

Ao referenciar Giddens, Scavone (2001) apresenta o fato de que a maternidade trata-se de uma invenção a partir do final do sec. XVIII em diálogo com outros ideais como o amor romântico, a criação do lar e a relação entre pais – neste caso, incluindo as mães – e filhos. Com o declínio gradual do poder quase absoluto da figura masculina e paterna sobre as famílias, a importância maternal no âmbito familiar ganha uma proporção maior e, junto a isso, a relação entre feminilidade e maternidade. No entanto, ao longo do século XX, este recorte ganha ajustes nas sociedades europeias na medida em que as mulheres mães adentram o campo profissional e o espaço público ao mesmo tempo em que mantêm a responsabilidade quase total pela criação dos/as filhos/as. Assim,

o advento da modernidade e de suas conquistas tecnológicas, sobretudo no campo da contracepção, e mais recentemente da concepção, trouxe às mulheres uma maior possibilidade na escolha da maternidade e abriu espaço para criação do dilema de ser ou não ser mãe. Um dos elementos que viabilizou a escolha da maternidade foi, sem dúvida, a contracepção moderna. (SCAVONE, 2001, p. 51).

Desse modo, a relação atual de muitas mulheres com a maternidade vem incluindo uma escolha reflexiva a partir de questionamentos mais profundos sobre uma decisão que acarreta alterações no cotidiano de toda a família, bem como traz a (re)discussão sobre o lugar do pai.

Verificamos que o maior grupo de mães entrevistadas, 45,7% delas, tem filhos/as de 0 a 4 anos, uma faixa etária que depende muito de cuidadores para todas as atividades diárias,

pois não comem, não tomam banho e não dormem sozinhos necessitando de atenção *full time*. As duas próximas faixas etárias geram atenção maior do posto de vista da orientação e gestão de risco: 22,9% das entrevistadas tem filhos/as de 5 a 9 anos, 25,7% de 10 a 13 anos. E 14,3% moram com filho/as na faixa etária de 14 a 17 anos e 14,3% moram com filhos de 18 a 24 anos.

Apesar da maternidade não se tratar de uma escolha capaz de condicionar as mulheres à falta de protagonismo ou autonomia em sua condição de mulher, profissional e acadêmica. Para Barbosa (2016)

a maternidade tem facilitado a possibilidade de a mulher ser mantida no lugar a ela destinado quando da formação do patriarcado. Para que seja eficiente essa ideia, construções várias são feitas com relação aos cuidados com os filhos e tais construções produzem discursos que projetam na sociedade aquilo que ela espera de uma mãe: que ela seja a grande detentora da capacidade de gerar, educar e formar seres humanos para o mundo. O filho é da mãe! Mãe é mãe. Pai é outra história (BARBOSA, p.20)

A leitura naturalizada da maternidade como destino para a realização plena feminina é uma afirmação sexista. O sexismo é o mecanismo eficaz, combinado ao sistema moderno colonial, para a manutenção de uma realidade excludente e sutil no que se refere ao afastamento compulsório das mulheres do mercado de trabalho, acesso dificultado à formação profissional e/ou acadêmica e acúmulo de funções, quando na condição de mães. Essa assertiva é reforçada por Lugones (2008) ao afirmar que a estrutura do sistema moderno colonial também é calcada em marcadores da diferença como gênero e raça. A colonialidade do poder torna-se ainda mais densa na medida em que se considera a lógica opressiva da modernidade colonial que hierarquiza grupos sociais conforme seu pertencimento racial, de gênero, étnico e sexual, portanto, ela a denomina de colonialidade do gênero. As dicotomias e os binarismos são importantes fatores que compõem o pensamento moderno colonial no que se refere a raça, gênero e sexualidade, fortalecendo uma lógica de desumanização de pessoas e grupos sociais por meio da colonialidade do ser (LUGONES, 2014).

O momento atual fragilizado pela pandemia do novo corona vírus acentuou as desigualdade sociais, econômicas, raciais e de gênero na realidade brasileira e, no que se refere à rotina cotidiana de mulheres em distanciamento social - professoras pesquisadoras mães, verificamos um agravamento do cansaço e da dificuldade em conciliar tarefas e atividades exigidas ao longo do dia. Nos deparamos, além disso, com a sensação de culpabilização destas mulheres em tentarem conciliar a maternidade e o trabalho acadêmico, o que incide na produção e no tempo destinado ao cuidado com os/as filhos/as. Estudos realizados nos EUA e na França corroboram com a disparidade na quantidade de tarefas ligadas ao cuidado exercidas por mulheres em detrimento do quantitativo exercido por homens, no que se refere a casais heterossexuais com filhos (HARRIS INTERACTIVE FR, 2020; MINELLO, 2020). Trata-se de evidenciar que, além das jornadas múltiplas destas mulheres, há um aumento no número de atividades, deixando-as exaustas e preocupadas em atender a grande parte das exigências laborais.

Conforme apresentado na figura 9 a seguir 37,14% das mães indicam que o sentimento em relação a maternidade nesse período adverso é tranquilo. Porém outras 37,1% apontam esgotamento. E 25,8% preferiram relatar com respostas pessoais indicando que, para além de esgotamento ou tranquilidade, existe um misto de sentimentos:

### Qual o seu sentimento diante da maternidade nesse período de distanciamento social?

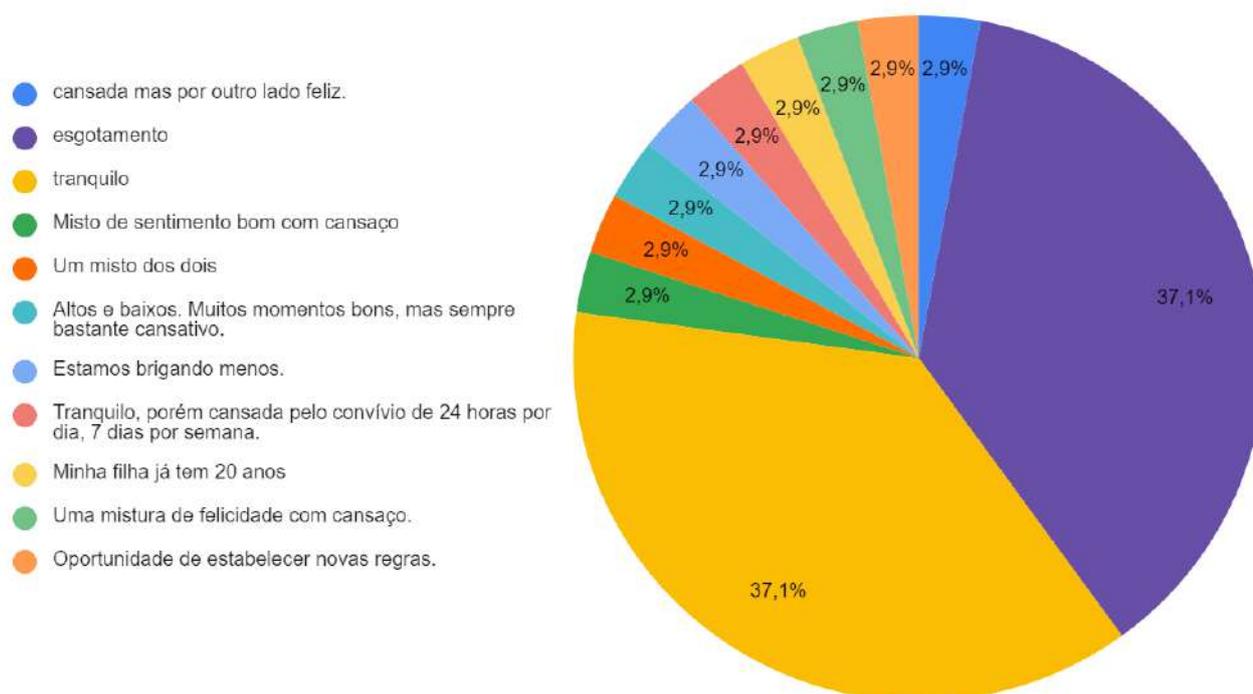


Figura 9 – Sentimento sobre a maternidade no distanciamento social

Fonte: Entrevistas com mães pesquisadora professoras, maio de 2020

*“Misto de sentimento bom com cansaço”; “Um misto dos dois”; “Uma mistura de felicidade com cansaço”; “Altos e baixos”; “Muitos momentos bons, mas sempre bastante cansativo”.*

*“Oportunidade de estabelecer novas regras de divisão de tarefas domésticas e estreitamento das relações interpessoais”. “Estamos brigando menos. Tento ser mais compreensiva e escolher as palavras. Meu filho me atende mais e tem dado menos trabalho. Apenas as tarefas escolares nos pressionam um pouco”. “Tranquilo, porém cansada pelo convívio de 24 horas por dia, 7 dias por semana”.*

Um desafio imposto às mulheres neste novo cenário é a nova e quase impossível gestão da relação tempo-espço, que gera sobrecarga de trabalho. Conforme relataram as entrevistadas com frequência, as maiores dificuldades estão nesta gestão, pois o trabalho remoto somado ao trabalho doméstico, cuidado com filhos/as e ajuda com ensino remoto dos filhos/as é dispendioso.

Elas ainda afirmaram que isso tem gerado desgaste físico, emocional e psicológico e coisas ficam sempre por fazer como a pesquisa e a atenção para os filhos/as. A qualidade da internet e o compartilhamento de equipamentos (computador, *tablet*, celular) com demais membros da família também foi citado, em menor proporção.

Essa sobrecarga de trabalho e impossibilidade de gestão dessa nova relação espaço-tempo a contento tem gerado diversos sentimentos e emoções. A partir das respostas foi possível identificar 04 grupos de sentimentos, emoções e percepções, conforme pode ser observado na figura 10:

Grupo 1 - negativos  
(termos presentes nas  
respostas 30 respostas,  
alguns se repetem)

"Ansiosa e cansada", "Apreensiva", "frustrada", "desanimada", "extremamente cansada". "Muito pressionada, muito trabalho"; "impossível"; "cansada e depressiva"; "agoniada, angustiada, sem rendimento que gostaria". "O contato social é muito importante. Trabalho remoto não substitui". "Exausta e ansiosa por conta do que não dei conta de fazer! Muita dedicação, sempre algo por fazer". "Ansiedade e estresse, desorganização da vida". "Nada confortável, ruim, um inferno"; "sufocada, ineficiente, sobrecarregada". "Não rende ou funciona como presencial. Muita dificuldade, chateações. Sinto muita falta das aulas presenciais."; "Confusa, com dificuldades de estabelecer uma rotina que me deixe bem. Me sinto sem tempo e sem rotina."; "Sem preparo por ser uma situação surpresa."; "Desmotivada, tento focar."

Grupo 2 - positivos  
(2 respostas)

"Pude me dedicar mais à pesquisa. Bem, tenho tido tempo e condições adequadas."  
"Tem sido desafiador, mas ao mesmo tempo gratificante, pois tenho conseguido cumprir as atividades passando mais tempo com minha família."

Grupo 3 - positivos relativos  
(1 resposta)

"É muito positivo a redução de deslocamento até o local de trabalho. De modo geral me sinto adaptável no que se refere às atividades de pesquisa, administração, mas não às questões de ensino. Não conseguiria produzir conteúdos em tempo hábil para ministrar aulas online. Era favorável antes de usá-lo, mas percebo que as minhas condições e espaço físico complicam a rotina familiar quando TODOS do ambiente também trabalham remotamente ao mesmo tempo."

Grupo 4 - diversos  
(2 respostas)

"Mal, não atingimos muitos alunos, a maioria sem acessibilidade, tinham acesso no campus." "Saudade da academia! Contato e troca de afetividade e conhecimento"

Figura 10 – Percepções e sentimentos em relação a sobrecarga de trabalho durante o período inicial do distanciamento social de 2020

Fonte: Entrevistas com mães pesquisadoras professoras, maio de 2020

As respostas se dividiram em 03 grupos, sendo as que se aglutinaram por percepções negativas, positivas e esperançosas, conforme pode ser averiguado a seguir na transcrição dos apontamentos das entrevistadas na figura 11:

Grupo 1 - negativas:	"horível, mal"; "muito infeliz"; "frustrada"; "muito triste"; "triste"; "cansaço em nível elevado"; "um pouco frustrada"; "cansada e frustrada"; "cansada e esgotada"; "querendo descansar e dormir"; "cansada e insegura"; "cansada física e emocionalmente"; "culpada, irritada e insuportável"; "desanimada ansiedade; preocupada com consequências, incapaz"; "falta de estar sozinha"; "falta de fazer coisas que relaxam, sair"; "impossibilidade de fazer o que gostaria"; "Fico perguntando se sou só eu".
Grupo 2 - positivas:	"normal"; "bem"; "tranquila".
Grupo 3 - esperançosa:	"vai passar"; "tento ter pensamento positivo no sentido que tudo isso passará"; "Procuro me equilibrar mais. Procuro viver mais intensamente minha fé e estar atenta para tentar lidar melhor e ouvir os amigos e familiares".

Figura 11 - Sobre cansaço e/ou esgotamento mental durante o período inicial do distanciamento social de 2020

Fonte: Entrevistas com mães pesquisadora professoras, maio de 2020

Sobre os sentimentos dessas mulheres ao final do dia inteiro de trabalho sem fim três grupos de sentimentos se constituíram a partir das respostas, conforme podem ser observados na figura 12:

Grupo de respostas positivas	5,7% animada e realizada; 2,9% "Satisfeita com aquilo que consegui realizar"
Grupo 2 respostas mista (cansaço e esgotamento, mas se sentem realizadas)	14,3% cansada e realizada, 5,7% esgotada e realizada; 2,9% "varia muito", 2,9% "Sinto um misto dessas emoções com oscilações diárias"; 2,9% "Sinto-me com energia pela falta de exercícios pesado porém cansada das atividades domésticas"
Grupo de respostas positivas:	5,7% animada e realizada; 2,9% "Satisfeita com aquilo que consegui realizar"

Figura 12 - Sentimentos ao final do dia durante o distanciamento social, 2020

Fonte: Entrevistas com mães pesquisadora professoras, maio de 2020

Ao final da jornada de trabalho, as mulheres estão esgotadas física e mentalmente, o que tem apresentado impacto negativo também sobre a libido das mesmas. Numa leitura freudiana, Masotta (1987) afirma que a libido é uma expressão para o instinto sexual, uma palavra que designa a pulsão, que carece de objeto. E, numa condição de trabalho quase 24 horas por dia, fica impossível organizar-se mental e psicologicamente para a prática do sexo. Dentro deste contexto de sobrecarga de trabalho perguntamos então sobre a libido dessas mulheres.

Não foi surpresa ver que boa parte delas tiveram a libido afetada com tanto desgaste físico, emocional e psicológico. Das respondentes desta questão (de resposta não obrigatória) sobre a libido as respostas se dividiram em 3 grupos, conforme figura 13:

Grupo 1 positiva:	2 informaram que a <i>"libido aumentou"</i> ; 8 informaram que está como antes: <i>"libido normal"</i> ; <i>"como antes, muito bem"</i> .
Grupo 2 negativa:	19 informaram que está <i>"reduzida"</i> ; <i>"baixa"</i> ; <i>"péssima"</i> ; <i>"cansaço interfere"</i> ; <i>ausente</i> , <i>"zero"</i> , <i>"não tenho"</i> , <i>"nenhum"</i> ; <i>"desgastante"</i> .
Grupo 3 mista:	2 respostas afirmam que <i>"libido oscilante"</i> ; <i>"mais ou menos"</i>

Figura - 13 A sobrecarga de trabalho e a libido durante o distanciamento social 2020  
 Fonte: Entrevistas com mães pesquisadora professoras, maio de 2020

Por fim, o que poderia ser diferente na rotina diária as 32 respostas foram agrupadas em 3 grupos, conforme figura 14, que evidenciam que é necessário dar continuidade ao processo de conscientização da sobrecarga de trabalho e sobreposições de funções engendradas nas relações socioespaciais que generificam o trabalho:

Grupo 1 – consideram tudo bem:	3 respostas afirmam que não se sentem sobrecarregadas.
Grupo 2 – sem opinião definida:	3 respostas afirmam <i>"não sei"</i> .
Grupo 3 – necessária divisão do trabalho:	9 respostas apontam a necessidade de dividir o cuidado da casa e dos filhos; além de 4 respostas que apontam a ajuda extra da família (avós) e outras pessoas (fora de casa) com os filhos.
Grupo 4 – ideias diversas	<i>:"Uma casa autolimpante"</i> ; <i>"Ter esperança que o país está fazendo a coisa certa"</i> <i>"Ter mais tempo para relaxar"</i> ; <i>"Falar virtualmente com amigos"</i> ; 2 apontam diminuir a rotina escolar remota dos filhos; 2 apontam organizar tempo e cumprir horários. 4 apontam: <i>"diminuir trabalho remoto e cobranças"</i> ; <i>"ter mais tempo para mim, meu trabalho sem interrupções"</i> .

Figura 14 - O que poderia ser diferente na rotina diária  
 Fonte: Entrevistas com mães pesquisadora professoras, maio de 2020

A partir deste levantamento de impressões e percepções das mulheres e o relato sobre os sentimentos que aparecem diante de sua realidade socioespacial, verificamos uma variedade de sentidos e significados expressos por uma dimensão espacial do morar e do viver que interfere na sua relação com a maternidade, com o trabalho, com o companheiro e com a construção de sua identidade profissional e pessoal.

## Para não concluir

o excesso de trabalho de mulheres pesquisadoras professoras mães é um importante elemento para pensarmos na desigualdade das relações de gênero no espaço, sobretudo no espaço doméstico, circunscrito ao privado e íntimo. Ao relatarmos as experiências destas mulheres a partir de uma investigação, reforçamos a urgente necessidade de estudos geográficos pautarem-se nas distintas realidades produzidas pelos sujeitos no âmbito espacial.

Reforçamos os importantes trabalhos desenvolvidos numa perspectiva geográfica feminista que alertam para a reprodução do machismo, racismo e homofobias em espaços de poder e privilégio como é também o espaço acadêmico, uma estrutura corporativa conservadora, como lembra hooks (2018). Ao verificarmos o trabalho desenvolvido por Stanisquaski et al (2020), concordamos com o fato de que há um desequilíbrio de produtividade

na ciência durante a pandemia, quando observados os recortes de gênero, raça e maternidade. Reforçamos que as mães acadêmicas são afetadas de maneira exponencial e desigual em tempos de distanciamento social provocadas pela pandemia da COVID-19.

Essa constatação se apresenta na medida em que compartilhamos e problematizamos as desigualdades históricas entre homens e mulheres e outros marcadores da diferença e, em especial, a maternidade como fator que incide sobre a vivência das mulheres, sua subjetividade e corporeidade. Como afirma Quijano (2010), a corporeidade é o nível decisivo das relações de poder e aprofundado por Santos (2002) que afirma que a corporalidade – ou corporeidade como chamamos aqui – corresponde à representação do nosso corpo no lugar e no mundo e, indubitavelmente, os/as sujeitos/as são vistos/as pelos seus corpos e julgados/as a partir deles. A geografia, ao assumir que o conhecimento é “in-corporado” (CASTRO-GÓMEZ e GROSFOGUEL, 2007), dá visibilidade à discussão, estudos e pesquisas que dialogam com as espacialidades das mulheres em seu universo social, material e afetivo.

Ao referenciar Souza (2007), afirmamos que a espacialidade de um grupo é um forte elemento que o modela e lhe configura ações sobre as quais a realidade espacial traz significados sobre as representações coletivas. Geralmente, tais significados revelam situações de hierarquização e às mulheres decaem comportamentos e posturas carregadas de normas e hábitos esperados por uma norma social, majoritariamente masculinizante e opressora. Os corpos destas mulheres alertam e esperam pela equidade de gênero, raça, sexualidades, geração e outros marcadores. Além deste aspecto, o conhecimento geográfico é uma importante ferramenta para apresentar a importância das subjetividades e dos conflitos no espaço doméstico e a relação com o corpo enquanto escala de análise para a saúde mental, o bem estar e a relação com a família.

Como afirma Rubino (2016) “espaços e lugares, e nossa relação com estes, são *generificados*. Uma relação nem sempre evidente que ao mesmo tempo reflete e cria um efeito no modo como gênero e espaço são concebidos” (2016, p.01). Essa investigação nos alerta e nos mobiliza para a importância de uma pauta feminista na ciência geográfica que nos lembre e reivindique que “a casa não nos define, somos nosso próprio lar”, embora muitas mudanças teórico-epistemológicas precisem ser in-corporadas.

## Referências

- AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- AZEVEDO, Ana Francisca de. Desgeografização do corpo. Uma política de lugar. In: SARMENTO et al. **Geografias do corpo**: ensaios de geografia cultural. Lisboa: Figueirinhas 2009
- BARBOSA, Priscila Bezerra. **O filho é da mãe?** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2016.
- BARBOSA, Camila P.; MAIA, Tatiana Vargas. O pessoal é político: a crítica feminista de Nancy Fraser e Catherine Mackinnon a Jürgen Habermas. **Revista eletrônica de ciência política**, vol. 7, n. 1, 2016.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.
- CAMPOS, Mayã Pólo de; SILVA, Joseli Maria; SILVA, Edson Armando. Emoção corporificada e potência para constituição de espaços de luta para superar a violência sexual sofrida por mulheres. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 41, v. 3, Dossiê “Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades” p. 37-50, jul-dez, 2019.
- CASTRO-GÓMEZ, S. e GROSFOGUEL, R. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: \_\_\_\_\_ (orgs.) **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad

- Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.
- CRISOSTOMO, maria aparecida dos; REIGOTA, Marcos Antonio dos s. Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas, **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 2, p. 93-106, jul. 2010
- DIAS, Luciana de O. Quase da família: corpos e campos marcados pelo racismo e pelo machismo, **Revista Humanidades e Inovação**, v.6, n.16 - 2019.
- FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- FERREIRA, Lola. Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia. **Revista Gênero-número**. Disponível em: <http://www.generonumero.media/>. Acesso em: junho de 2020
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.
- HARRIS INTERACTIVE FR. **L'impact du confinement sur les inégalités femmes-hommes**. 15 de abril de 2020. Disponível em: [https://harris-interactive.fr/opinion\\_polls/limpact-du-confinement-sur-les-inegalites-femmes-hommes/](https://harris-interactive.fr/opinion_polls/limpact-du-confinement-sur-les-inegalites-femmes-hommes/). Acesso em: maio de 2020.
- HIRATA, Helena. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 24-41.
- \_\_\_\_\_. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de *care* no Brasil, França e Japão. **Sociologia&Antropologia** | v.01.01: 151-180, 2011
- hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo** [recurso eletrônico]: políticas arrebatadoras. Trad. Ana Luiza Libânio. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- KURZ, Robert. **Razão sangrenta: 20 teses contra o assim chamado Iluminismo e os "valores ocidentais"**. Original em alemão, 2002. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/> Acesso em: ago. 2009.
- LAMAS, Bruno. **Apresentação do ensaio "O Valor é o Homem" de Roswitha Scholz e da teoria da dissociação-valor**. Original em alemão, 2011. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/> Acesso em: out. de 2012.
- LOPES, Renata Batista. **De casa para outras casas: trajetórias socioespaciais de trabalhadoras domésticas residentes em Aparecida de Goiânia e trabalhadoras em Goiânia**. Dissertação mestrado (Instituto de estudos Sócio-Ambientais). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008
- LUGONES, María. **Colonialidad y Género**. Colombia: Tabula Rasa, nº 09, Julio-diciembre, 2008. p. 73-101
- \_\_\_\_\_. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, 2014.
- MACHADO, Talita Cabral. **A cidade das mulheres feministas: uma cartografia de goiânia em perspectiva interseccional e da diferença** Tese (doutorado em Geografia) - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017
- MASOTTA, O. **O comprovante da falta: lições de introdução à psicanálise**. Campinas: Papyrus, 1987.
- MCDOWELL, Linda. **Género, identidad y lugar: un estudio de las geografías feministas**. Ediciones Cátedra. Grupo Anaya, S. A: Madrid, 1999
- MINELLO, Alessandra. **The pandemic and the female academic**. 17 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-020-01135-9>. Acesso em: maio de 2020.

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia de Covid-19. **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, Especial COVID-19. pág. 154-166, maio 2020

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: B.S. Santos e M. Meneses (eds.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010

\_\_\_\_\_. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** Coleção Sul Sul, CLACSO, Cidade Autônoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro de 2005. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/> Acesso em: maio de 2020.

REIS, Maira Lopes. Estudos de gênero na geografia: uma análise feminista da produção do espaço, **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n. 38, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/> Acesso em: maio de 2020.

ROSE, Gillian. Situating knowledges: positionality, reflexivities and other tactics. **Progress in Human Geography**, v. 21, n. 3, p. 305-320, 1997.

RUBINO, S. B. (2016). Editorial Dossiê Gênero e Espaço I. **URBANA: Revista Eletrônica Do Centro Interdisciplinar De Estudos Sobre a Cidade**, 7(2), 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana>. Acesso em junho de 2020

SANTOS, Milton. Ser negro no Brasil hoje. In: SANTOS, Milton. *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002, pp.157-161.

SARMENTO, J. As inescapáveis geografias do corpo: mobilidade, escala e lugar. In: SARMENTO et al. *Geografias do corpo: ensaios de geografia cultural*. Lisboa: Figueirinhas 2009

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface - Comunic, Saúde, Educação**, n.08, fevereiro de 2001.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, n. 8, v. 1, p. 31-45, 2003.

\_\_\_\_\_. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica, **Espaço e cultura**, UERJ, RJ, n. 27, p. 39-55, jan./jun. de 2010

SILVA, Maria das G. S. N e SILVA, Joseli M. Introduzindo as interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriversalidades do saber geográfico. In: \_\_\_\_\_. **Intersec Unesco. Relatório de Monitoramento Global da Educação - resumo 2017/8: responsabilização na educação: cumprir nossos compromissos.** Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/> por. Acessado em 13/10/2020

SILVA, Joselina da. Doutoradas professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 28, n. 1, 19-36, jan./jun. 2010.

SCHOLZ, Roswitha. **O sexo do capitalismo.** Teorias Feministas e Metamorfose Pós-Moderna do Patriarcado. Original em alemão, 2011. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/> . Acesso em: ago. 2012.

\_\_\_\_\_. **O valor é o homem.** Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. Original em alemão, 1992. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/> . Acesso em: ago. 2010.

SILVA, Joselina da. Doutoradas professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais **Perspectiva**, Florianópolis, v. 28, n. 1, 19-36, jan./jun. 2010.

SOUZA, Lorena F. de. **Corpos negros femininos em movimento: trajetórias socioespaciais de professoras negras em escolas públicas.** Dissertação mestrado (Instituto de Estudos Sócio-Ambientais). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007

SPIVAK, Gayatri Chakravony. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

STANISCUASKI, Fernanda et al. Gender, race and parenthood impact academic productivity during the COVID-19 pandemic: from survey to action. 04/07/2020. Disponível em: <https://www.biorxiv.org/> Acesso em: 04 de julho de 2020

TOLIA-KELLY, Divya P. Affect – an ethnocentric encounter? Exploring the ‘universalist’ imperative of emotional/affectual geographies. *Area*, v. 38, n. 2, p. 213-217, 2006.

VALENTINE, Gill. Theorizing and Researching Intersectionality: A Challenge for Feminist Geography. *The Professional Geographer*, v. 59, n. 1, p. 10-21, 2007.

## Notas

1. A colonialidade do saber é apresentada por Quijano (2005) e refere-se a uma das formas de organização do mundo que constituem a racionalidade na sociedade atual. A colonialidade do poder, no seu entendimento, estrutura-se a partir da dominação econômica, política, subjetiva, do gênero, da raça e das sexualidades e se reproduz nas dimensões do poder, do saber e do ser.

# **FEMINISMOS, PANDEMIA E TRABALHO:** Reflexões sobre o cotidiano de mulheres no Brasil em tempos de Covid-19

**FEMINISMOS, PANDEMIA Y TRABAJO:** Reflexiones sobre la cotidianeidad de las mujeres en Brasil en tiempos del Covid-19

**FEMINISMS, PANDEMIC AND WORK:** Reflections on the daily lives of women in Brazil in times of Covid-19

## RESUMO

Este artigo apresenta algumas reflexões acerca do impacto da pandemia de COVID-19 na vida de mulheres no Brasil, com recorte nas relações de trabalho, a partir de leituras no campo da Geografia e Gênero, levantamento de dados junto ao IBGE e outras fontes secundárias sobre a movimentação no mercado de trabalho. Utilizamos-nos, também, do pensamento de Henri Lefebvre, Milton Santos, Helen Lewis, Boaventura Sousa Santos, Carmem Lúcia Costa e outros/as, sobre trabalho e mulheres, para realizarmos uma leitura de como o espaço tem sido atravessado por este momento histórico de pandemia, em que os corpos estão sob uma política de isolamento - sendo os corpos das mulheres o recorte aqui - e como isso tem se manifestado espacialmente, com um vivido marcado pelo retorno ao espaço privado e os impactos no mundo do trabalho de mulheres. Apontamos como a pandemia tem alcançado a vida e reconfigurado o espaço do trabalho indicando um aumento no processo de feminização da pobreza.

Palavras-Chave: feminismos; COVID-19; trabalho; mulheres

## RESUMEN

Este artículo presenta algunas reflexiones sobre el impacto de la pandemia del COVID-19 en la vida de las mujeres en Brasil, enfocado en las relaciones laborales; a partir de lecturas en el campo de la Geografía y el Género y la recopilación de datos del IBGE y otras fuentes secundarias sobre el movimiento en el mercado laboral. Utilizamos también, las reflexiones de Henri Lefebvre, Milton Santos, Helen Lewis, Boaventura Sousa Santos, Carmem Lúcia Costa y otros/as sobre el trabajo y las mujeres, para realizar una lectura de cómo el espacio ha sido atravesado por este momento histórico de pandemia en el que los cuerpos están bajo una política de aislamiento- siendo los cuerpos de las mujeres el foco de este artículo- y de cómo esto se ha manifestado espacialmente, con una vida marcada por el regreso al espacio privado y los impactos en el mundo del trabajo de las mujeres. Apuntamos a entender cómo la pandemia ha llegado a la vida cotidiana y reconfigurado el espacio de trabajo, indicando un aumento en el proceso de la feminización de la pobreza.

Palabras claves: feminismos, COVID-19, trabajo, mujeres.

## ABSTRACT

This article presents some reflections about the impact of the COVID-19 pandemic on the lives of women in Brazil, with an emphasis on labor relations, based on readings in the field of Geography and Gender and data collection from IBGE and other secondary sources on the movement in the labor market. We also use the thoughts of Henri Lefebvre, Milton Santos, Helen Lewis, Boaventura Sousa Santos, Carmem Lúcia Costa and others about work and women to analyze how space has been crossed by this historic moment of pandemic in which the bodies are under a policy of isolation - the bodies of women being the focus here - and analyze how this has been manifested spatially, with the living marked by the return to the private space and the impacts on the world of women's work. We point out how the pandemic has reached life and has reconfigured the workspace, indicating an increase in the process of feminization of poverty.

Key words: feminisms; COVID-19; work; women

## Introdução

A inquietação que move este trabalho surge em um momento de muitas dificuldades, em especial para as mulheres que, em tempos de isolamento social, são as mais atravessadas, uma vez que fazem um movimento de retorno ao lar<sup>1</sup>, num misto de espaço de trabalho e casa nunca experimentados com tanta intensidade temporal e espacial. O objetivo é analisar o impacto da COVID-19 no mundo do trabalho de mulheres no Brasil, especificamente, apontando para um aprofundamento da feminização da pobreza, um projeto já em curso na sociedade neoliberal, e como o feminismo coloca-se neste movimento. O caminho metodológico foi construído a partir de um levantamento bibliográfico que aborda as temáticas de gênero, trabalho, feminização da pobreza e produção do espaço; além disso, serão utilizados dados coletados em fontes secundárias – como o IBGE –, matérias jornalísticas em sites de meios de comunicação e dados de relatórios da Organização das Nações Unidas e da Organização Mundial da Saúde. Este tema é relevante para a Geografia uma vez que fornece subsídios para compreendermos a produção do espaço no Brasil, marcado pelo impacto da pandemia.

O espaço é produto das relações de poder estabelecidas entre os/as sujeitos/as e instituições, relações desiguais sob a hegemonia do capital e do patriarcado que permite alguns espaços a homens, segregando mulheres do uso e da apropriação destes, confinando pessoas, desabrigoando outras, estabelecendo no texto da cidade o dito e o interdito, o que é permitido e o que não é, para alguns corpos. Em tempos de pandemia, estes espaços têm sido ressignificados, uma vez que a política de isolamento social coloca todos e todas, em tese, em casa<sup>2</sup>, interditados/as de possibilidades, e sob a mesma ameaça – a de perder a vida ou o trabalho – quando ele existe.

O cotidiano alterou-se significativamente com o *home office*, *homeschooling*, restrições de circulação em plena sociedade de consumo, ameaça de perder empregos, precarização extrema quando mantida a vaga no mercado formal ou informal, e outras práticas que sobre-carregaram ainda mais a vida das mulheres, principalmente aquelas que trabalham fora de casa e têm filhos em idade escolar. De acordo com Helen Lewis (2020), o coronavírus é uma tragédia para o feminismo! Ainda de acordo com a autora,

Uma pandemia amplia todas as desigualdades existentes (mesmo que os políticos insistam que não é hora de falar sobre outra coisa que não a crise imediata). Trabalhar em casa em um emprego de colarinho branco é mais fácil; funcionários com salários e benefícios estarão mais bem protegidos; o auto-isolamento é menos difícil em uma casa espaçosa do que em um apartamento apertado. Mas um dos efeitos mais marcantes do coronavírus será enviar muitos casais de volta aos anos 1950. Em todo o mundo, a independência das mulheres será uma vítima silenciosa da pandemia. (LEWIS, 2020, s/p)

Para compreendermos melhor a provocação da autora – a de que vamos regressar aos anos 50 do século XX – faz-se necessário discorrer um pouco sobre a pandemia que o mundo vive no ano de 2020 e que, por hora, não há muitas expectativas de acabar no Brasil, deixando um rastro de mortes, pessoas que se contaminaram e tiveram alguma sequela, pessoas em isolamento em condições precárias, pessoas sem condições de praticar o distanciamento social, aumento de violência doméstica e níveis de desemprego no Brasil e em vários países do mundo.<sup>3</sup>

Neste momento poderíamos analisar vários elementos da transformação em curso, no entanto, o recorte aqui será no cotidiano de mulheres trabalhadoras, principalmente o impacto sobre as estruturas patriarcais de poder e o feminismo, com seus retrocessos e possíveis avanços diante de tal momento. Alguns passos atrás marcam o atual momento para o feminismo e devem servir para pensar estratégias feministas de uso e apropriação do espaço. Um bom começo já temos nas palavras de Chimamanda Adichie,

A questão de gênero é importante em qualquer canto do mundo. É importante que comecemos a planejar e sonhar um mundo diferente. Um mundo mais justo. Um mundo de homens mais felizes e mulheres mais felizes, mais autênticos consigo mesmos. E é assim que devemos começar: precisamos educar nossas filhas de uma maneira diferente. Também precisamos educar nossos filhos de uma maneira diferente. (ADICHIE, 2015, p. 28)

Nesta mesma linha de pensamento, entendemos que não queremos um feminismo “de mulheres”, mas é fundamental iluminar suas vidas para fortalecer as pautas e as lutas, educar de uma outra forma a futura geração para a superação do capitalismo e do patriarcado. E como nos lembra bell hooks<sup>4</sup>, “Para acabar com o patriarcado (outra maneira de nomear o sexismo institucionalizado), precisamos da disseminação do sexismo, até mudarmos a consciência e o coração; até desapegarmos de pensamentos e ações sexistas e substituí-los por pensamentos e ações feministas.” (hooks, 2019, p. 13) Estas ações precisam estar amparadas em projetos interseccionais que enfrentem, “... tudo que nos explore e oprime. O capitalismo é a barbárie. Transforma tudo em mercadoria: corpos, talentos, fé, trabalho, amor, desejos, mulheres.” (ARRUZZA, BATTACHARYA e FRASER, 2019, p.17). Se para aquelas que estão, ou estavam inseridas no mercado formal da economia não está fácil, entendemos que para as mulheres mais pobres o contexto é mais complicado, como veremos adiante.

A chegada da COVID-19 provoca o movimento feminista a repensar uma série de “avanços” e a preocupar-se com retrocessos, entre eles a questão da inserção no mercado de trabalho formal em larga escala, pauta do feminismo liberal<sup>5</sup>. Claro está que para algumas mulheres não há o risco da perda de um emprego, uma vez que sequer alcançaram este direito e continuam sustentando uma centena de mulheres brancas que trabalham no espaço público e conquistaram uma emancipação econômica. Mas, para estas mulheres negras e pobres que se encontram no limite da subsistência, também as consequências serão e estão sendo devastadoras, como observamos ao analisar os dados coletados durante o período de vigência do isolamento social adotado no país.

## A pandemia chegou ao Brasil

Em março de 2020, após aparecer em uma província na China e se espalhar em países da Europa, chegou ao nosso país o coronavírus, ou a COVID-19, um vírus com altas taxas de transmissão, de forma rápida e que, em alguns casos, provoca longos tempos de internação para tratamento e/ou a morte. A COVID-19 logo se espalhou através dos fluxos existentes no mundo globalizado, revelando uma face deste processo, que nos é tão caro, exatamente pela sua capacidade de produzir relações instantâneas, como nos lembra Milton Santos, “O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e seus habitantes.” (1996, p. 51) E foi mesmo um fim estranho ao lugar e aos habitantes do planeta a forma como o vírus circulou e circula entre nós, visto como algo distante, logo tornou-se mais familiar que o esperado.

O mundo globalizado terminou o ano de 2019 sob completo desconhecimento de uma epidemia que nascia na China. Um novo vírus que surpreendeu a população daquele país, mas que, para o Brasil, era visto como algo de outro mundo — do Oriente, do outro lado do planeta, distante e, aparentemente, sem conexão com o nosso cotidiano. No entanto, logo no começo de 2020, descobrimos que em um mundo globalizado nada é de outro mundo e não tardou percebermos que a Covid-19 evidenciaria a força das redes mundiais, com suas conexões e fluxos de pessoas e mercadorias, um fluxo que aumentou muito nos últimos 20 anos, período em que a China se tornou responsável por 18% de todas as transações econômicas do mundo. (FERREIRA, SILVA, MACHIAVELLI E COSTA 2020, s/p)

A COVID-19 é uma doença infecto contagiosa que ataca principalmente os pulmões e se apresentou mais letal para idosos/as e pessoas com comorbidades; em pouco mais de seis meses já matou milhões de pessoas no mundo todo, alcançando também pessoas sem históricos de problemas de saúde, jovens e crianças<sup>6</sup>. Ao ser detectada na China, políticas de isolamento social foram adotadas naquele país, mas, em uma sociedade global marcada pelos fluxos, evitar a circulação do vírus não foi possível e logo outros países já apresentavam os primeiros casos, que cresceram de forma muito rápida. O que era uma doença desconhecida e distante chegou ao nosso país e transformou o nosso cotidiano, impondo restrições de circulação, fechando pontos comerciais, isolando pessoas em casa. Esse “novo real” vai diretamente contra o que Lefebvre (2002) aponta como definição de urbano. Em suas palavras,

O urbano se define como lugar onde as pessoas tropeçam umas nas outras, encontram-se diante e num amontoado de objetos, entrelaçam-se até não mais reconhecerem os fios de suas atividades, enovelam suas situações imprevistas. Na sua definição, esse espaço comporta um vetor nulo (virtualmente); a anulação da distância obceca os ocupantes do espaço urbano. É seu sonho, seu imaginário simbolizado, representado de múltiplas maneiras: nos planos, no frenesi dos encontros e aproximações, na atração pela velocidade “até na cidade”. (LEFEBVRE, 2002, p. 46 -47)

De uma hora para outra, tivemos nossas vidas e nosso cotidiano totalmente reconfigurado e de uma sociedade de consumo e circulação passamos a uma rotina de estar em casa, afastados do trabalho – com exceção dos/as trabalhadores/as em funções essenciais -, das escolas, das Universidades, dos bares, shoppings, enfim, de todos os lugares que eram a base de nossa sociabilidade. Em alguns casos, até pessoas de uma mesma família tiveram que adotar a ausência como regra, desfazendo práticas afetivas e de contato, evitando visitas, festas, encontros. Sem dúvida um enorme impacto para a sociedade do espetáculo (Debord, 1997), onde vivemos para e pelo outro. De outro lado, pessoas com pouco acesso a este mundo do consumo e do espetáculo, como moradores/as de rua, invisíveis até então, tornaram-se uma ameaça à disseminação da doença, escancararam a desigualdade social e econômica, e sem ter onde se isolarem, muitas famílias ficaram sem a merenda da escola para os/as filhos/as, várias pessoas ficaram sem o vai e vem de pessoas que compravam seus produtos pelos sinais de trânsito das cidades; muitos homens e mulheres morrem silenciosamente, sem entrar para as estatísticas, “na contramão, atrapalhando o tráfego”, que já nem é mais tão intenso como antes.

Toda a lógica consumista da sociedade teve que, de uma certa forma, parar. E uma nova lógica se impôs, marcada pela vida em isolamento o que coloca a vida privada em primeiro plano. Isso nos remete a algumas questões,

O número de mortos nos lembra da existência dos mais vulneráveis: os idosos, diabéticos e hipertensos. As prateleiras dos supermercados e farmácias vazias expõem o lado egoísta e irracional da população. O isolamento social, para os que têm casa, colocam em xeque as escolhas de vida de cada um, suas relações amorosas, a maternidade, a paternidade, a violência doméstica, a carga mental da casa sobre as mulheres, a educação dos filhos, a diminuta metragem dos apartamentos nos grandes centros, antes utilizados apenas para dormir, agora para passar semanas inteiras. (FERREIRA, SILVA, MACHIAVELLI E COSTA 2020, s/p)

Assim, temos uma transformação da cultura do público, do encontro, por um tempo em que pessoas se encontram mais tempo em seus lares. Mas, como as autoras apontam, há aqueles que não têm casa, há aqueles cuja casa é local de violência de várias formas, principalmente para crianças, mulheres e idosos. Nunca é demais lembrar que este espaço, tradicionalmente delegado às mulheres e ao trabalho doméstico, foi historicamente constituído como o privado, lugar da vida íntima, portanto, protegida do olhar regulador do outro. O isolamento social marca uma nova relação com este espaço, principalmente, para as mulheres. Uma das mudanças foi o aumento da violência doméstica como mostram os dados do IBGE (2020), com um crescimento de cerca de 50% em algumas regiões do Brasil. De acordo com o artigo de Lewis (2020), este dado cresceu em vários países do mundo, revelando as complexas relações de poder estabelecidas pelo patriarcado no espaço privado.

Puramente como doença física, o coronavírus parece afetar menos as mulheres. Mas nos últimos dias, a conversa sobre a pandemia se ampliou: não estamos apenas vivendo uma crise de saúde pública, mas também uma crise econômica. Como grande parte da vida normal será suspensa por três meses ou mais, as perdas de emprego serão inevitáveis. Ao mesmo tempo, o fechamento das escolas e o isolamento das famílias estão transferindo o trabalho de cuidado com crianças da economia remunerada – creches, escolas, babás – para a não-remunerada. O coronavírus destrói a barganha que tantos casais com dois salários fizeram no mundo desenvolvido (países de capitalismo central): ambos podemos trabalhar, porque outra pessoa está cuidando de nossos filhos. Em vez disso, os casais terão que decidir qual deles será atingido. (LEWIS, 2020, s/p)

De acordo com o IBGE, a COVID-19 vitimou no Brasil mais homens negros e pobres, escancarando as diferenças sociais e econômicas no país. Mas, as mulheres parecem mais alcançadas pelos desdobramentos da pandemia em vários pontos – estão nos trabalhos de cuidado, na linha de frente de enfrentamento a doença, ocupam os principais postos de trabalho que foram diretamente impactados (hotelaria, escolas, creches, bares, restaurantes, prestação de serviços e comércio), foram isoladas em casa, um espaço que, historicamente, o movimento feminista se esforçou para libertá-las, ou seja, o cotidiano das mulheres foi muito impactado pela pandemia. Outro fator que Lewis (2020) nos aponta é sobre o cuidado não remunerado que é socialmente reproduzido como uma “atividade de mulheres” e que, neste momento, é um fator que contribui para sobrecarregar ainda mais as mulheres. De acordo com a autora,

No nível individual, as escolhas de muitos casais nos próximos meses farão perfeito sentido econômico. Do que os pacientes da pandemia precisam? Cuidado. Do que as pessoas idosas auto-isoladas precisam? Cuidado. Do que as crianças mantidas em casa longe da escola precisam? Cuidado. Todo esse cuidado – esse trabalho de cuidar não-remunerado – recairá mais sobre as mulheres, devido à estrutura existente da força de trabalho. “Não se trata apenas de normas sociais de mulheres que desempenham funções de assistência; também se trata de aspectos práticos”, acrescentou Wenham. “Quem é pago menos? Quem tem flexibilidade?” (LEWIS, 2020, s/p)

Historicamente as mulheres inseriram-se no mundo do trabalho ocupando postos com menor remuneração, menor prestígio, com os horários mais flexíveis, os empregos terceirizados e que, agora, são exatamente as atividades mais impactadas no mundo do trabalho, como veremos adiante. O cuidado, como nos aponta Lewis, toma uma dimensão ainda maior no cotidiano, pois além do cuidado com os acometidos pela doença, há ainda os cuidados com as crianças, com a casa, com a educação dos/as filhos/as e, tudo isso, somado a ameaça de perder o emprego, que mesmo precário, é o que garante a sobrevivência das famílias, ou, ainda pior, perder uma pessoa da família. Todos estes elementos causam uma instabilidade no cotidiano, como nos aponta Henri Lefebvre (1991) ao definir a vida cotidiana da seguinte forma,

A vida cotidiana se define como lugar social desse feedback. Um lugar desdenhado e decisivo, que aparece sob um duplo aspecto: é o resíduo (de todas as atividades determinadas e parcelares que podemos considerar e abstrair da prática social) e o produto do conjunto social. Lugar de equilíbrio, é também o lugar em que se manifestam os desequilíbrios ameaçadores. (...) Enquanto puderem viver o cotidiano, as antigas relações se reconstituem. (LEFEBVRE, 1991, p. 39)

Com base nesta afirmação alertamos para as relações que imperam neste momento em que o cotidiano foi transformado em nível máximo, apontando seus desequilíbrios ameaçadores, principalmente para as mulheres no nosso país que têm vivido uma onda de machismo que culminou no aumento considerável do número de violência doméstica, feminicídios e outras formas de violência. Dados nacionais já apontavam que grande parte destes crimes ocorriam nos finais de semana, quando a família estava mais tempo em casa, e a explosão dos casos que ocorreu logo após o golpe machista e misógino contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, insurgindo discursos de aumento de controle dos corpos de mulheres, aumento da misoginia e do machismo, dentro de um contexto bem articulado da ofensiva conservadora que se avançou no país<sup>7</sup>.

Desde o governo que se seguiu ao golpe, políticas públicas que atendem mulheres, população negra e direitos humanos sofreram cortes da ordem de 35% nos investimentos, além do desmantelamento de ministérios, secretarias, programas e outros. Assim, observa-se, claramente, a ordem distante – o Estado – em sua postura de desmonte de políticas públicas que alcançam a vida cotidiana e impactam diretamente na vida de sujeitos/as que são mais vulneráveis e que, durante a pandemia, estão ainda carentes de ações que já não estão em execução. De acordo com o estudo publicado pelo site Brasil de Fato,

As verbas que eram destinadas especificamente às políticas públicas de combate à violência tiveram um corte de 62%, passando de R\$ 42,9 milhões em 2016 para apenas R\$ 16,6 milhões em 2017, segundo dados do Portal do Orçamento do Senado Federal. Também houve redução de 54% do orçamento para políticas de incentivo à autonomia das mulheres, de R\$ 11,5 milhões para R\$ 5,3 milhões. (GONÇALVES, 2018, s/p)

O que se observa é uma ação coordenada de cortes de verbas para políticas públicas e o aumento do número de casos de violência e mortes de mulheres, como mostram os dados com um crescimento após o golpe que abriu uma espécie de permissão para a agressão contra mulheres, população LGBT, negros e outros segmentos como professores/as e comunistas, por exemplo. No caso da violência doméstica, os dados da Fiocruz (2020) apontam um aumento de 50% no número de casos notificados desde março de 2020, quando o primeiro caso de morte foi registrado no Brasil pela COVID-19. Como o estudo da Fiocruz (2020) apresenta, “É importante ressaltar que a pandemia atinge as famílias de forma desigual, dependendo de marcadores sociais como gênero, cor da pele, etnia, faixa etária, renda e estrato social.” (Fiocruz, 2020, p. 2) Também é importante salientar que grande parte das verbas cortadas eram de programas que atendiam estas populações na área da saúde, o que sucateou ainda mais o Sistema Único de Saúde do nosso país, que entrou em colapso rapidamente com o avanço da COVID-19. De acordo com Silva (2020),

A história tem nos mostrado que a capacidade individual e coletiva de se proteger contra a devastação das epidemias variam significativamente entre as classes e grupos sociais. Da peste bubônica no século XIV à Covid-19 no século XXI, as classes sociais mais pobres e os grupos sociais marginalizados têm sido os mais atingidos devido às más condições de vida dessa parcela da população. Por conseguinte, sem que haja um diagnóstico apropriado dos grupos vulneráveis e medidas concretas que possam protegê-los, as consequências da atual pandemia tendem a ser ainda mais devastadoras. Não existe um modelo único de medidas de combate à Covid-19 que deve ser adotado por todo e qualquer país, sem que se observe as condições de vida da população nas escalas local, regional e nacional. (Silva, 2020, s/p)

Ao final do mês de junho de 2020 o Brasil já havia ultrapassado a casa dos 50 mil mortos pela COVID-19 e mais de um milhão de casos confirmados, mas há pesquisas que apontam que o grande número de casos subnotificados podem fazer estes dados triplicarem. Um colapso no sistema público e privado de saúde com falta de leitos de UTI, falta de remédios e anestésicos, falta de mão de obra – já que muitos profissionais de saúde foram afastados por também terem adoecido ou morreram – e, ainda, falta de uma política coerente de combate à doença com comportamentos que questionam e contradizem as recomendações da Organização Mundial da Saúde por parte do Presidente da República – que insiste em adotar uma postura de negacionismo que confunde as pessoas – e uma instabilidade no comando do Ministério da Saúde, que já está em seu terceiro ministro desde o começo da pandemia.

Desta forma, a pandemia revela-se uma tragédia sem proporções no Brasil, que ocupa o segundo lugar no ranking de contaminados e mortos – atrás apenas dos Estados Unidos da América – e com uma curva de crescimento do número de casos e mortes muito alta. Além disso, o descompasso entre as ações de enfrentamentos entre as diferentes esferas – governo federal, estadual e municipal -, expõe a população mais vulnerável, aquela que não pode ficar em isolamento social ou necessita de saúde pública, ao constante risco de contaminação e morte. Como argumenta o estudo do Fórum de Segurança publicado pela Fiocruz,

Algumas populações que já acumulam discriminações e têm acesso dificultado aos serviços de saúde e a outros direitos sociais constitucionalmente garantidos estão entre as pessoas com baixa renda, vivendo em assentamentos informais, minorias, indígenas, migrantes e refugiados, pessoas privadas de liberdade, pessoas com deficiência, LGBTI, população em situação de rua, entre outros. (Fórum de segurança, 2020, p. 3)

Como argumenta Boaventura de Sousa Santos, “propõem-se garantir a sobrevivência dos corpos socialmente mais valorizados, os mais aptos e os mais necessários para a economia. Outras vezes, limitam-se a esquecer ou negligenciar os corpos desvalorizados.” (2020, p.27) Entre os corpos negligenciados, alcançados pela necropolítica, estão as mulheres, principalmente as mulheres negras e pobres. Este cenário aponta para uma tragédia social sem precedentes durante e após a pandemia no Brasil com o acirramento da necropolítica, das medidas neoliberais em curso e à crise econômica. Não podemos deixar de destacar a política do atual governo que de forma clara adota uma postura genocida que penaliza todos e todas que dependem da estrutura da saúde pública e de outras políticas públicas de auxílio neste momento e após a crise, uma posição de colocar a economia em primeiro lugar, atacando a política de isolamento social e adotando comportamentos que confundem e expõem a população a riscos desnecessários, incitando a desobediência, a violência, o descaso com a gravidade da situação. Essas posturas, sem dúvida, alcançam a população vulnerável com mais força e, entre estas as mulheres, como apontamos a seguir.

## Impactos da pandemia na vida de mulheres no Brasil

Corroboramos com o pensamento de Santos, onde “o espaço é um dado social” (1996, p. 61) e com Carlos que argumenta que,

Como aponta Lefebvre, as relações sociais possuem existência real como existência espacial concreta na medida em que produzem, efetivamente, um espaço, aí se inscrevendo e se realizando (...) Isto é, as relações sociais que constroem o mundo concretamente se realizam como modos de apropriação do espaço para a reprodução da vida em todas as suas dimensões, e estas fogem – apesar de englobá-lo – o mundo do trabalho, envolvendo e ultrapassando a produção de objetos, produtos e mercadorias, isto porque a produção da vida não envolve apenas a reprodução de bens para a satisfação das necessidades materiais: é também a produção da humanidade, dos homens. (CARLOS, 2001, p.13)

Neste sentido, as relações sociais decorrentes deste momento produzem um espaço, inscrevendo aí um mundo concreto onde o isolamento e o medo da doença e da perda do emprego são características marcantes, dando, assim, novos contornos a paisagem e a vida cotidiana. Historicamente as relações de poder entre homens e mulheres foram produzidas de forma desigual, resultando em um espaço marcado pela apropriação e uso diferentes para ambos, sendo ao homem reservado o lugar de exercício de poder, o público; à mulher o lugar do cuidado e o espaço privado, restrito de convívio de valorização. De acordo com Costa,

As bases para uma relação de poder entre desiguais estavam lançadas. Como nos lembra Raffestin, “O poder se manifesta por ocasião da relação” (1980, p. 53) e a ocasião histórica manifestava uma relação de poder desigual, mesmo que a resistência exista, a mulher foi colocada numa situação de submissão pois, como nos lembra o autor, “O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações.” (Reffestin, 1980, p. 53). Mais adiante o autor nos lembra dos laços entre o poder e o saber o que nos leva a inferir que há um saber sobre a mulher produzido por homens e seus valores, um saber “de fora”, carregado de uma visão que é conivente com o lugar pertencente a ela, o que só invisibiliza ainda mais a situação de submissão e a constrói como natural, afinal a mulher é a mãe, a natureza, a cuidadora, a que tem vocação, a virgem. (COSTA, 2017, p. 7311)

A COVID-19 intensificou as relações patriarcais e evidenciou os pilares da sociedade atual, que de acordo com Boaventura de Sousa Santos (2020) são o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado numa articulação ainda mais perversa para algumas pessoas, como já argumentamos acima. De acordo com o autor,

Desde o século XVII, os três unicórnios são o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. São os modos de dominação principais. Para dominarem eficazmente têm de ser destemperados, ferozes e incapazes de se dominar, como adverte Da Vinci. Apesar de serem omnipresentes na vida dos humanos e das sociedades, são invisíveis na sua essência e na essencial articulação entre eles. A invisibilidade decorre de um sentido comum inculcado nos seres humanos pela educação e pela doutrinação permanentes. Esse sentido comum é evidente e é contraditório ao mesmo tempo. Todos os seres humanos são iguais (afirma o capitalismo); mas, como há diferenças naturais entre eles, a igualdade entre os inferiores não pode coincidir com a igualdade entre os superiores (afirmam o colonialismo e o patriarcado). (SANTOS, 2020, p. 12)

Desta forma, a nossa educação patriarcal e colonial colocou as mulheres, principalmente as negras, no lugar de cuidar do outro, uma demanda que só cresce com a pandemia, resignificando as relações de poder que o feminismo tanto luta para transformar, dando um passo atrás em várias conquistas, ou trajetórias rumo a uma emancipação. Cabe lembrar, como aponta Costa, que o mundo do trabalho no espaço público não libertou a mulher do trabalho doméstico, realidade agora ainda mais complicada.

Com a inserção no mundo do trabalho, ao contrário do que previa Engels, as mulheres na atual sociedade não se libertaram do trabalho doméstico, mas sim ampliaram sua participação na produção de mais valia, sendo agora exploradas através neste e na produção direta, o que, sem dúvida, contribui para que os salários pagos a estas sejam menores – o que é uma contradição a ser tratada adiante. Infelizmente, o capitalismo reproduz o patriarcado em novos níveis e agrega a mulher novos papéis que não a aliviam dos trabalhos domésticos, portanto não há redução do tempo de trabalho gasto no espaço privado e sim uma sobreposição de jornadas de trabalho – no espaço privado e no espaço público. (COSTA, 2017, p. 7313)

Cada vez mais necessário, o trabalho de cuidar, permanece invisibilizado e potencializado a níveis extremos, exigindo uma carga horária ainda maior das mulheres que agora assumem não apenas o trabalho fora de casa com os afazeres domésticos, mas sim, o trabalho de fora dentro de casa, dividindo o mesmo espaço do trabalho “de fora” com o trabalho do e no lar. Cabe lembrar aqui o que entendemos por espaço público e espaço privado, como espaços construídos socialmente, o espaço público como o da reprodução do valor e o espaço privado como o da reprodução da vida, um público onde são tomadas as decisões – espaço distante – que pesam sobre o espaço privado da vida cotidiana (Lefebvre, 2001, 1999). Estes arranjos servem ao projeto de exclusão das mulheres do universo das decisões e para tal recorremos a Birolli que explica que,

Essa dualidade corresponde a uma compreensão restrita da política, que, em nome da universalidade na esfera pública, define uma série de tópicos e nem experiências como privados e, como tal, não políticos. É uma forma de isolar política das relações de poder na vida cotidiana, negando ou desinflando o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares. O destaque para as exclusões implicadas na conformação de *uma* esfera pública mostra que os valores que nela imperam não são abstratos ou universais, mas se definiram, historicamente, a partir de perspectiva de alguns indivíduos em detrimento de outros. A projeção de uma esfera pública homogênea, silenciando sobre a existência de públicos distintos e conflitivos, é um dos de seus efeitos; a restrição do universo da contestação pública legítima, por meio da definição do que é âmbito privado, é outro. (BIROLLI, 2014, p. 31)

Desta forma, as mulheres foram sendo associadas ao espaço privado há séculos e, mesmo quando conseguem a inserção no mundo do trabalho remunerado – que é a esfera pública – permanecem atreladas ao exercício de poder que as impede de participarem plenamente do processo político de tomada de decisões que impactam as suas vidas, fato que neste momento de pandemia só se agravou.

Já não há mais uma divisão espacial que separe os dois universos laborais, o que sem dúvida tem contribuído enormemente para um aumento do número de horas trabalhadas, uma sobrecarga física e emocional e, com certeza, com consequências que ainda não podemos mensurar, apesar de Lewis apontar uma volta aos anos de 1950. Como nos alerta Boaventura de Sousa Santos, “Finalmente, o patriarcado induz a ideia de estar moribundo ou enfraquecido em virtude das vitórias significativas dos movimentos feministas nas últimas décadas, mas, de facto, a violência doméstica, a discriminação sexista e o feminicídio não cessam de aumentar.” (SANTOS, 2020, p. 12) Assim, entendemos que é importante repen-

sar as pautas do feminismo liberal – um grupo que vê o feminismo como um serviçal do capitalismo (Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019)) e buscar um caminho radical com ações que nos auxiliem a sair desta condição, já que o patriarcado não está, de forma alguma, sucumbido pelas “conquistas” que na realidade são, algumas destas, apenas estratégias de captura de nossos corpos para o movimento de acumulação de capital.

De acordo com Costa,

(...) é possível apontar que a mulher ao longo do século XX foi se inserindo em maior número no processo produtivo, ocupando cada vez postos de trabalho fora do espaço privado, rompendo com o confinamento neste lugar e abrindo espaço para a emancipação a que Engels se remete. Importante movimento, a entrada da mulher em maior número no mundo do trabalho construiu-se como uma necessidade do sistema capitalista – como o próprio autor aponta em outras passagens – pois há a necessidade de expansão do exército de reserva e do mercado consumidor. Associado a este elemento, as lutas feministas empreendidas no século XX foram cruciais na conquista de direitos alargando os horizontes da emancipação. É importante entendermos que a saída da mulher do espaço privado é uma grande conquista pois abre caminhos para a produção da consciência de si no espaço. (COSTA, 2017, p. 7312)

Atualmente as mulheres ocupam a maioria dos postos de trabalho na educação – principalmente a infantil -, no setor de serviços, no comércio, trabalho doméstico, setor cultural, trabalhos terceirizados e informais de acordo com dados do IBGE (2018). Ao longo dos últimos anos, tenho me dedicado a pesquisar trabalhadoras em trabalhos terceirizados e os relatos são de uma vida marcada pela precarização do trabalho e da vida, com salários baixos, invisibilidade, tarefas domésticas que consomem o tempo de descanso e lazer, provocando adoecimentos, mostrando como fomos cooptadas pelo sonho da inserção no mundo do trabalho, acreditando que apenas isto resolveria a situação de submissão, o que se mostra falho. No entanto, neste momento de pandemia, até as conquistas do feminismo liberal encontram-se em risco, e as mulheres que não tinham nem mesmo estes direitos garantidos, perdem também a oportunidade histórica de tê-los, mostrando a necessidade da superação de um sistema que exclui, segrega e mata milhares de mulheres e homens em todo o mundo.

Durante a pandemia, de acordo com o IBGE (2020) as trabalhadoras mais penalizadas foram as empregadas domésticas sem carteira assinada – 33,6%, e sim, apesar da aprovação de uma Lei em 2015 – a PEC das domésticas como ficou conhecida – elas ainda são a maioria das trabalhadoras sem carteira assinada e foram atingidas em cheio pela política de isolamento social. As trabalhadoras domésticas que tinham carteira assinada e foram dispensadas somam 16,6% da PEA, de acordo com IBGE (2020). O impacto disso é devastador para as mulheres, pois são 50,2% de trabalhadoras que perderam seus empregos, lembrando que o trabalho doméstico é exercido, em grande parte, por mulheres negras e que são as chefes de família, anunciando uma feminização da pobreza ainda maior.

Também ficaram sem os seus empregos outros/as empregados/as, somando-se aos 12,3% da PEA brasileira que não encontra ocupação e aos 17,3 milhões de pessoas que não estão procurando trabalho há algum tempo – por conta da pandemia ou porque já se ocupavam no trabalho informal (IBGE, 2020). Trabalhadores/as perderam seus postos de trabalho no ano de 2020 nas áreas da administração pública – 16,9% com carteira assinada e 29,8% sem carteira assinada (IBGE, 2020) – novamente aqui uma grande parte de mulheres, como por exemplo professoras que são contratadas por um tempo determinado e recebem por carga horária trabalhada e muitas que ocupavam postos como prestadoras de serviços – limpeza, segurança, alimentação, trabalhos de escritório – nas escolas que estão fechadas, assim como Universidades em todo o país. Do total de 46,7% de desempregados no setor público podemos afirmar que um quantitativo considerável é de mulheres. Ou seja, novamente o impacto sobre elas está sendo devastador.

No setor privado da economia o IBGE (2020) apresenta os seguintes dados sobre pessoas que perderam suas ocupações – 13,4% com carteira assinada e 22,9% sem carteira assinada perderam seus empregos em 2020, totalizando quase 50 milhões de desempregados. Sabemos que neste setor também há muitas mulheres que trabalham na prestação de serviços

e no comércio em geral – que sozinho responde por mais de 12 milhões de contratos de trabalho encerrados. Em Goiás, por exemplo, temos um polo de produção e comércio de roupas que funciona em Goiânia e abastece o país todo, sendo que parte considerável da mão de obra que movimenta o setor é de mulheres – desde a parte da costura, acabamento, comercialização até a revenda dos produtos – e este setor está paralisado desde março, o que leva ao fechamento de muitos postos de trabalho em toda a cadeia. Novamente, as mulheres compõem o quantitativo expressivo na fila de desempregados no setor.

Ainda de acordo com dados do IBGE (2020) 24.509 milhões de pessoas que trabalhavam por conta própria também perderam a fonte de rendimentos. Entre estes estão os/as empreendedores/as – que assim são chamados os que são obrigados a “se virar” para sobreviverem –, os/as pequenos/as comerciantes, vendedores/as ambulantes etc. Mas aqui estão apenas os/as trabalhadores/as que contribuem para o sistema previdenciário, já os/as outros/as compõem o mercado de trabalho informal. De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2020) cerca de 50% dos/as trabalhadores/as da América Latina estão na informalidade e deste percentual uma parte considerável – quase 30% – são de mulheres. (IBGE, 2020) O autor pondera sobre a situação destes/as trabalhadores/as

Depois de quarenta anos de ataque aos direitos dos trabalhadores em todo o mundo por parte das políticas neoliberais, este grupo de trabalhadores é globalmente dominante, ainda que sejam muito significativas as diferenças de país para país. O que significará a quarentena para estes trabalhadores, que tendem a ser os mais rapidamente despedidos sempre que há uma crise econômica? O sector de serviços, onde abundam, será uma das áreas mais afectadas pela quarentena. (SANTOS, 2020, p. 16)

Lewis relata a realidade britânica e acrescenta que,

De acordo com os números do governo britânico, 40% das mulheres empregadas trabalham meio-período, em comparação com apenas 13% dos homens. Nas relações heterossexuais, as mulheres são mais propensas a receber menos, o que significa que seus empregos são considerados de menor prioridade quando surgem rupturas. E esta interrupção em particular pode durar meses, e não semanas. Os rendimentos de vida de algumas mulheres nunca se recuperarão. Com as escolas fechadas, muitos pais, sem dúvida, vão participar – mas isso não será universal. (LEWIS, 2020, s/p)

Esta ruptura no cotidiano alcança as mulheres e as suas relações com o espaço, tornando ainda miserável o cotidiano (Lefebvre, 1991) das mulheres em todo o mundo, agora ainda mais marcado pela escassez, ausência, falta de perspectiva, carência material e subjetiva. De acordo com Arruzza et al, “Nosso feminismo não pode ignorar que no Brasil 34,5% da população urbana vive em assentamentos precários, sendo a maioria de mulheres negras que estão à frente destes lares. Nosso feminismo precisa enfrentar a pobreza. A pobreza no Brasil é feminina e negra.” (ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T. e FRASER, N., 2019, p. 13) Se já lutávamos contra esta realidade pré pandemia, tudo piora consideravelmente. Como argumenta Simone Afonso da Silva,

Como podemos notar, as políticas públicas de enfrentamento à pandemia estão centradas num eixo supostamente geral e universal que, no fundo, excluem os grupos mais vulnerabilizados. Assim, os maiores riscos decorrentes a ausência de políticas públicas para proteção dos mais vulneráveis são a perda de renda, o aumento do desemprego, da precarização do trabalho, da pobreza, da fome e das desigualdades, abarcando diversos grupos sociais, territórios e regiões. Assim, as profundas desigualdades sociais e espaciais e a ausência ou fragmentação dos serviços sociais tem atuado de maneira determinantes sob as condições de saúde e de morte da população brasileira, aspectos que o governo atual tem ignorado ou mesmo tolerado. (SILVA, 2020, s/p)

As mulheres negras já eram maioria das beneficiárias do programa Bolsa Família que atende mulheres com filhos e de baixa renda. Dentre as pessoas que estão desempregadas e já não procuram emprego 13,3% são negras ou pardas e quase 9% são de mulheres (IBGE, 2020). A pobreza avança rapidamente sobre as mulheres negras brasileiras, sobre as periferias e ameaça uma geração de crianças, mulheres, idosas/os.

- No Brasil o governo criou um programa para pessoas que perderam renda durante a pandemia – o programa renda emergencial – que, a princípio pagaria três parcelas de seiscentos reais para uma pessoa da família, ou o valor de um mil e duzentos reais para chefes de família, neste caso, para as mulheres que chefiam mais de 40% dos lares brasileiros. O governo demorou muito para pagar a primeira parcela, muitas pessoas enfrentaram e enfrentam ainda problemas para ter este benefício – o sistema é todo digital por meio de aplicativo de celular, o que já nos dá uma ideia das dificuldades. Mesmo assim, 53.874.896 pessoas receberam a primeira parcela do benefício; outras 14.706.887 pessoas receberam o Bolsa Família no período – aqui são mulheres pois o benefício só é pago a elas. No mês de junho foram 74.092.938 benefícios pagos no Brasil e ainda há uma grande quantidade de pedidos feitos e que se encontram em análise pelo sistema. (IBGE, 2020) Estes números são reveladores do quantitativo de pessoas, principalmente mulheres, em situação de dificuldade financeira no país.
- Na outra ponta estão os empregadores que tentam há meses linhas de crédito para auxiliar no impacto da pandemia em seus negócios, mas as altas taxas de juros cobradas e as dificuldades de acesso a um programa governamental – que até hoje não saiu do papel – têm levado à falência de muitas pequenas empresas e, conseqüentemente, a perda de inúmeros postos de trabalho. Os/as trabalhadores/as que conseguiram manter seus empregos encontram-se trabalhando de forma remota – e aí com todos os elementos que já apresentamos aqui do espaço privado -, com redução de salários e perdas de direitos. Os/as trabalhadores/as uberizados/as enfrentam a pandemia e seguem em seus precários afazeres, agora ainda mais requisitados para atender os/as confinados/as, são eles os/as entregadores/as e motoristas de aplicativos, por exemplo.
- Este cenário já apontava, há tempos, a crescente feminização da pobreza e o fracasso do projeto feminista liberal de conquista de direitos via inserção no mercado de trabalho. A pandemia escancara ainda mais a produção da miséria, pois não há trabalho e, quando há, são trabalhos que não rompem com uma lógica patriarcal de exploração. Como argumenta Silva,

Deste modo, as desigualdades desconstroem a ideia de que a Covid-19 é uma doença democrática, que atinge igualmente a todos os cidadãos. Embora o vírus possa atingir a todos, seus efeitos não se expressam de maneira igualitária, devido às iniquidades no acesso aos serviços públicos e as diversas vulnerabilidades a que está exposta uma parcela significativa da população. (SILVA, 2020, s/p)

Mais do que nunca necessitamos de um feminismo radical para romper com o movimento de crescimento da feminização da pobreza. Movimentos insurgentes intensificam-se apontando que “... a nova onda de ativismo feminista combativo está redescobrando a ideia do impossível, reivindicando tanto pão como rosas: o pão que décadas de neoliberalismo tiraram de nossas mesas, mas também a beleza que nutre nosso espírito por meio da euforia da rebelião.” (ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T. e FRASER, N., 2019, p. 36). Desejamos que possamos sair desta pandemia com os instrumentos para fortalecer o feminismo radical e trazer pão e rosas para nossas vidas. Já não é mais possível pensar em políticas de enfrentamento à pobreza sem falar de gênero, raça e classe. Como argumenta Lewis,

A crise do coronavírus será global e duradoura, econômica e também médica. No entanto, também oferece uma oportunidade. Este poderia ser o primeiro surto em que as diferenças de gênero e sexo são registradas e levadas em consideração por pesquisadores e formuladores de políticas públicas. Por muito tempo, os políticos assumiram que a cuidado com crianças e idosos poderia ser absorvido por cidadãos – principalmente mulheres – efetivamente fornecendo um subsídio enorme à economia remunerada. Essa pandemia deve nos lembrar a verdadeira escala dessa distorção. (LEWIS, 2020, s/p)

Desta forma, esperamos que ao invés de retornarmos para 1950 possamos dar um passo à frente e construir um futuro melhor para todas.

## Considerações finais

Diante do cenário apresentado, com recorte no mundo do trabalho, ressaltamos a falência do feminismo liberal em sua parceria com o capitalismo e o colonialismo, produzido a partir de uma aliança com os exploradores de classe e sustentado por uma desigualdade racial que consegue manter algumas mulheres em situações privilegiadas. Mas, um fantasma ronda o mundo! O feminismo radical se consolida a cada dia como um movimento de ruptura, com ações e políticas revolucionárias, resignificando a vida e apontando para a necessidade de outra vida em sociedade, questionando o capitalismo, em especial as políticas neoliberais, o uso dos recursos naturais, os empregos precários, enfim, toda a estrutura estabelecida, fortalecendo outras formas de organização da vida, formas coletivas e alternativas.

É claro que a pandemia deixará consequências que nos obrigarão a rever muitas práticas e valores produzidos por uma sociedade onde a mercadoria reina, submetendo o uso. Precisamos acreditar que outras formas de vida e de organização são possíveis, que mulheres precisam ter suas vidas preservadas e valorizadas, que precisamos de ações de educação não machistas, antirracistas, anticapitalistas, precisamos produzir um espaço que nos garanta o direito à cidade como possível. Como educadora, compartilho do pensamento de hooks “Movimentos feministas precisam necessariamente pensar em educação feminista como algo importante na vida de todo mundo.” (2019, p.46). Por fim, precisamos de um projeto que, de acordo com Arruzza et al (2019), aponte para uma forte reorganização da relação entre produção e reprodução, “... por arranjos sociais que priorizem a vida das pessoas e os vínculos sociais acima da produção para o lucro; por um mundo em que pessoas de todos os sexos, as nacionalidades, as sexualidades e as origens étnicas combinem as atividades de reprodução social com trabalho seguro, bem remunerado e livre de assédio.” (ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T. e FRASER, N., 2019, p. 118)

Esperamos com este artigo contribuir no projeto de um feminismo radical e na mudança da sociedade atual, que hoje é ainda mais urgente. Que a pandemia abra as portas de um futuro melhor, sem retrocessos; e que, apesar da dor, ou pela dor, possamos construir um feminismo que seja realmente um instrumento de superação do patriarcado, do colonialismo e do capitalismo, que possamos avançar rumo a uma outra sociedade.

## Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99% - um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CARLOS, Ana Fani A. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.
- COSTA, Carmem Lúcia. Estado e estratégias de reprodução do patriarcado no século XXI. In: **Anais do ENANPEGE - Geografia, Ciência e Política**. Porto Alegre, 2017.
- \_\_\_\_\_, Carmem Lúcia. **Cultura, religiosidade e comércio na cidade: a festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário**. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH, 2010.
- DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, Renata W. G.; SILVA, Janaína C.; SOUZA, Tatiana M. C.; COSTA, Carmem L. **A escuta do sofrimento psíquico na Pandemia da Covid-19.** Jornal Opção, Goiânia - GO, p. 01 - 01, 27 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/a-escuta-do-sofrimento-psiquico-na-pandemia-da-covid-19-244260/>> Acesso em 08/06/2020

FORUM DE SEGURANÇA. **Violência doméstica durante a pandemia de COVID-19.** (2020) disponível em <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>> Acesso em 08/06/2020

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ. **A gestão de riscos e governança na pandemia por Covid-19 no Brasil** – Análise dos decretos estaduais no primeiro mês. Relatório Técnico e Sumário Executivo. Rio de Janeiro: Fiocruz/ENSP/CEPEDES, 2020.

GONÇALVES, Juliana. Golpe intensifica violência no Brasil em todos os âmbitos, afirmam especialistas. **Brasil de Fato.** São Paulo, 06 de junho de 2018. Disponível em <<https://www.brasilefato.com.br/2018/06/06/golpe-intensifica-violencia-no-brasil-em-todos-os-ambitos-afirmam-especialistas>> Acesso em 30/06/2020

HOLLANDA, Heloísa B. de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo. Políticas arrebatadoras.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

\_\_\_\_\_, bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro.** São Paulo: Perspectiva, 2019.

IBGE, **Dados covid-19.** Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>> Acesso em 08/06/2020

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_, Henri. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEWIS, Helen. O coronavírus é um desastre para o feminismo. (2020) **Catarinas.** Disponível em <https://catarinas.info/o-coronavirus-e-um-desastre-para-o-feminismo/>> Acesso em 10/02/2020

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: n-1 edições, 2020.

MENDES, V. e COSTA, C. L. **Avanços e retrocessos no debate sobre gênero e sexualidade nas escolas: Do governo do PT ao Bolsonaroismo.** Relatório de Iniciação Científica. UFG/RC, Catalão- GO, 2020.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João. EM NOME DO PAI: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 33, n. 96, p. 1-22, 5 fev. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v33n96/1806-9053-rbcsoc-3396032018.pdf>. Acesso em: 19/08/20.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus.** Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço - técnica e tempo; razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; JÚNIOR CHIMIN, Alides Baptista. O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada. In: **Caderno Prudentino de Geografia.** Presidente Prudente, n. 41, v. 3, Dossiê “Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades. Jul-dez, 2019. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6404>> Acesso em: 25/11/2019

SILVA, Simone A. da. Pobreza e vulnerabilidade social no âmbito da pandemia de Covid-19. In: **Le Mond Diplomatique Brasil**. nov/2020. Disponível em <<https://diplomatique.org.br/pobreza-e-vulnerabilidade-social-no-ambito-da-pandemia-de-covid-19/>> Acesso em 25/11/2020.

## Notas

1. Aqui nos referimos às mulheres que exercem atividades laborativas fora do lar que é o foco do artigo de Helen Lewis (2020). No entanto, lembramos que muitas mulheres realizam atividades laborais em casa – seja o trabalho doméstico ou outras atividades remuneradas ou não – e, ainda, aquelas que são remuneradas para realizar o trabalho doméstico daquelas mulheres que foram para o espaço público trabalhar. Como o foco do trabalho é analisar o impacto da COVID-19 no mundo do trabalho de mulheres, optamos por recortar o universo de trabalhadoras remuneradas e que, durante o isolamento, deixaram o espaço público e, ou foram demitidas ou estão em trabalho remoto em casa.
2. Reconhecemos que há uma parcela da população que não possui uma casa, um espaço para exercer o isolamento. De acordo com o IPEA, “A população em situação de rua cresceu 140% a partir de 2012, chegando a quase 222 mil brasileiros em março deste ano, e tende a aumentar com a crise econômica acentuada pela pandemia da Covid-19.” (IPEA, 2020 – disponível em <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35811](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35811)> Este fato é um agravante no que se refere à efetividade da política de distanciamento e isolamento social.
3. Dados que sustentam esta afirmação podem ser encontrados em pesquisas do IPEA, IBGE, PNAD-COVID e reunidos em um material disponibilizado em curso da FIOCRUZ sobre a COVID-19 e saúde mental, que aponta dados sobre a população de rua, violência doméstica, população idosa, crianças, etc. Este material está disponível no site <https://portal.fiocruz.br/>
4. A citação de bell hooks segue o que a própria autora define como uma forma linguística de enfrentar as normas estabelecidas, usando um pseudônimo para escrever suas obras e, sempre, da forma como exposta aqui em letras minúsculas. Esta explicação é dada em algumas obras, entre elas – hooks, bell. Teoria Feminista: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.
5. O termo feminismo liberal é cunhado por Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) como uma linha que prega o sucesso – a inserção no mundo do trabalho, em cargos de chefia, com altos salários, etc – como um “caminho mais fácil para a igualdade de gênero” (2019, p. 25). De acordo com as autoras, este caminho rompe com uma perspectiva interseccional e de enfrentamento ao capitalismo, procurando caminhos dentro do sistema e ignorando as pautas de mulheres excluídas pelo sistema e a luta de classes. Também Ângela Davis, bell hooks e outras autoras/es apontam para a dificuldade em se manter uma pauta liberal – como a que caracterizou a luta pelo sufrágio universal, por exemplo – nos dias atuais com o agravamento das desigualdades, exigindo o que é apontado por estas autoras como um enfrentamento radical, ou o feminismo radical, como cunhado por Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019). O feminismo radical também é abordado por Heloísa B. de Hollanda na obra Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade – onde a autora aponta para o que ela denomina como uma nova onda do feminismo – o feminismo radical que ocupa vários espaços e apresenta perspectivas de novas ações em vários campos dos movimentos sociais e da Universidade. (HOLLANDA, 2018)

6. De acordo com dados do IBGE – PNAD-COVID, cerca de 73% das mortes ocorrem na população acima de 60 anos, sendo que ainda estão sendo pesquisadas as possíveis causas de mortes em crianças, algumas inclusive com menos de 1 ano de idade. Os dados mostram, ainda, que cerca de 15% das mortes ocorrem em pessoas sem comorbidades e hábitos considerados saudáveis. Também nestes casos as pesquisas ainda buscam entender as mortes. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>
7. Esta ofensiva pode ser observada em várias ações, mas sem dúvida o processo de impedimento da ex presidenta Dilma Rousseff é um marco deste movimento que pode ser mais bem analisado na obra PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João. EM NOME DO PAI: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 33, n. 96, p. 1-22, 5 fev. 2018. Fap .UNIFESP (SciELO). Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v33n96/1806-9053-rbcsoc-3396032018.pdf>. Para além deste momento, o avanço de movimentos como o “Movimento Brasil Livre” e o “Movimento Escola Sem Partido” que ataca docentes e pautas como os direitos humanos, a sexualidade e o gênero como parte de conteúdos em escolas são exemplos claros do conservadorismo que cresce em nosso país e culmina na eleição de 2018 que elege um presidente aberta misógino, machista, sexista e que reproduz o discurso do ódio. Sobre este assunto ver: MENDES, V. e COSTA, C. L. **Avanços e retrocessos no debate sobre gênero e sexualidade nas escolas: Do governo do PT ao Bolsonarismo**. Relatório de Iniciação Científica. UFG/RC, Catalão- GO, 2020.
8. Este caso foi bem ilustrativo do que nos reservava a doença por aqui – a primeira morte foi a de uma empregada doméstica contaminada pela patroa que contraiu a doença em viagem pela Europa, mas não dispensou a trabalhadora dos serviços domésticos, o que acabou por contaminar a trabalhadora, provocando sua morte.
9. No mês de novembro de 2020 os dados já apontam para mais de 170 mil mortes e mais de 6 milhões de casos confirmados no Brasil. Estes dados foram apresentados por SILVA, Simone A. da. Pobreza e vulnerabilidade social no âmbito da pandemia de Covid-19. In: **Le Mond Diplomatique Brasil**. nov/2020. Disponível em <<https://diplomatique.org.br/pobreza-e-vulnerabilidade-social-no-ambito-da-pandemia-de-covid-19/>> Acesso em 25/11/2020.
10. Sobre este conceito ver - MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 6ª reimpressão. São Paulo: n-1 edições, 2020.
11. De acordo com as autoras, este feminismo possui uma “... visão notável da dominação com oportunidades iguais: aquela que pede que pessoas comuns, em nome do feminismo, sejam gratas por ser uma mulher, não um homem, a dismantelar seu sindicato, a ordenar que um drone mate seu pai ou sua mãe ou a trancar seus filhos numa jaula na fronteira.” (Arruzza, Bhattacharya e Fraser, 2019, p26). De acordo com as autoras o feminismo liberal é aquele das pautas como a inserção no mercado de trabalho em posições de poder e outras metas que incluem uma inserção no sistema como tal.
12. Ainda de acordo com Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) há um crescimento de pensamentos dentro do campo do feminismo que procuram romper as amarras capitalistas, racistas e de gênero, interseccionalizando as pautas e produzindo um movimento onde mulheres “... insistem em pôr fim ao capitalismo: o sistema que cria o chefe, produz as fronteiras nacionais e fabrica os drones que as vigiam. (2019, p. 26).

# **O LUGAR POLÍTICO DAS MULHERES:** Feminismo, possibilidades e contribuições da geografia

**WOMEN'S POLITICAL PLACE:** Feminism, possibilities and geography contributions

**EL LUGAR POLITICO DE LAS MUJERES:** Feminismo, posibilidades y contribuciones de la geografía

## RESUMO

As lutas das mulheres ao longo dos anos têm mobilizado e estremecido a estrutura política. O Feminismo entendido como “mulheres em movimento” ganha outra conotação e passa a ser também um direito internacional em reconhecimento. Dessa maneira, o objetivo principal aqui é identificar como a Geografia acompanha e contribui nas pautas de gênero e de mulheres. Diante do exposto, traremos para análise algumas movimentações feministas latino-americanas que forjaram mudanças significativas e o percurso da Geografia Feminista na Geografia. Trataremos desse debate sobre a perspectiva da interseccionalidade, ou seja, analisando diferentes categorias e espaços que contribuem para que as mulheres permaneçam em opressões diversas, ao mesmo tempo que forjam resistências.

**Palavras-chave:** Feminismo. Geografia Feminista. Política. Mulheres

## ABSTRACT

Women’s struggles over the years have mobilized and shuddered the political structure. Feminism, understood as “women on the move”, gains another connotation and it also becomes an international law in recognition. Thus, the main objective here is to identify how Geography accompanies and contributes to gender and women’s agendas. In view of the above, we will bring to analysis some Latin American feminist movements that forged significant changes and the path of Feminist Geography in Geography. We will deal with this debate about the perspective of intersectionality, that is, analyzing different categories and spaces that contribute to women remaining in various oppressions, while forging resistance.

**Keywords:** Feminism. Feminist Geography. Policy. Women

## RESUMEN

Las luchas de las mujeres a largo de los años han movilizado y estremecido la estructura política. El feminismo entendido como “mujeres en movimiento” gana otra connotación y se convierte también en un derecho internacional en reconocimiento. Así, el objetivo principal aquí es identificar cómo la Geografía acompaña y contribuye a las agendas de género y de las mujeres. Delante de la exposición, llevaremos al análisis algunos movimientos feministas latinoamericanos que forjaron cambios significativos y el camino de la Geografía Feminista en la Geografía. Nos ocuparemos de este debate sobre la perspectiva de la interseccionalidad, eso es, analizando diferentes categorías y espacios que contribuyen para las mujeres permanezcan en diversas opresiones, al mismo tiempo que forje la resistencia.

**Palabras clave:** Feminismo. Geografía feminista. Política. Mujeres

*“Podemos frequentar esse mundo, mas não viver nele.”  
(bell hooks)*

## Introdução

Começando pelo fim: a ONU-Mulheres e um mundo de possibilidades?

Visando analisar os movimentos feministas latino-americanos que forjaram mudanças significativas para que a política voltasse seu olhar para as mulheres e, sobretudo, para as latinas e caribenhas, em seu recorte mais pontual – pobres, pretas, indígenas, do campo e da floresta – traremos aqui um debate sobre a perspectiva interseccional atrelada à Geografia – não só como ciência capaz de identificar e analisar esses movimentos, mas de contribuir para que o espaço seja ferramenta de transformação da vida das mulheres.

Como bem menciona Angela Davis (2017), a interseccionalidade é uma análise de diferentes categorias, espaços e condições que contribuem para que as mulheres permaneçam em opressões diversas. Dessa maneira, permite também, entender quais têm sido as frentes feministas que combatem essas opressões ao mesmo tempo em que espacializam suas lutas.

Tomou-se a decisão de iniciar os debates propostos aqui a partir do setor responsável por tratar as questões ligadas estritamente às mulheres na Organização das Nações Unidas (ONU) – o ONU-Mulheres. Este (setor) iniciou seu funcionamento em 1º de janeiro de 2011. Uma atuação institucional recente, entretanto, advinda de lutas e espacialidades diversas no formato de reivindicações com temporalidades diferentes, mas com objetivos convergentes: salvar a vida das mulheres. E mais recentemente ainda, no ano de 2019 se ambicionou projetar mulheres em espaços com diferentes escalas de poder ou de pensar esse poder.

Trazer a ONU para a discussão, a partir da ONU-Mulheres é uma forma de entender como a América Latina e Caribe e, particularmente, o Brasil se organizam no enfrentamento direto às violências sociais e institucionais que assolam as mulheres. Na primeira (sociais), com a letalidade, ou seja, a morte das mulheres escancarada na violência mais brutal e, na segunda (institucional), excluindo essas mulheres de pensarem suas condições e assim, não contribuírem politicamente para uma transformação que as permita não só sobreviver, mas lutar para uma equidade de gênero.

Salienta-se também, que as organizações internacionais vêm dando respaldo para as movimentações políticas das mulheres no Brasil, sejam elas a partir dos movimentos sociais e entidades diversas, sejam elas partidárias. Não é demais lembrar que desde o impedimento da presidenta Dilma Rousseff em 2016, os campos progressistas (e/ou de esquerda) tem tido inúmeras dificuldades de organizar suas agendas políticas, dada a violência amplificada.

Em uma campanha publicada no ano de 2019, a ONU-Mulheres fez um balanço de 2018, ano esse do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes e levantou algumas prioridades nos debates que seriam orquestrados para os anos seguintes. Antes dos motes, a campanha descreveu 2018 como um ano triste para as lutas das mulheres em toda América Latina e Caribe. “Com o encerramento de 2018, lembramos das histórias de algumas das ativistas que se levantaram contra injustiças, desafiaram estereótipos e inspiraram a todos”. Os motes levantados foram: não deixar ninguém para trás; mentoria é importante; apoio às sobreviventes; persistir frente a obstáculos; solidariedade muda vidas e; ouvindo as próximas gerações (ONU-MULHERES, 2019).

Pensando a ONU e demais organizações como espaços cuja composição histórica, majoritariamente, teve (e ainda tem) predominância masculina, é preciso entender as dinâmicas políticas que levaram à criação de um espaço que primasse pelas questões relacionadas à mulher a princípio, evoluindo para o debate de gênero e, atualmente, traz perspectivas feministas para as análises das situações críticas que envolvem diretamente as mulheres, como o estupro, a descriminalização e a legalização do aborto, as migrações forçadas e, em 2020, os impactos do novo coronavírus sobre as mulheres.

Não podemos perder a dimensão do debate aqui proposto. As organizações, em particular a ONU, refletem a forma como a política ainda é construída, projetada e por quem é pensada. De acordo com Biroli (2018), a política tem sido, historicamente, um espaço masculino. Basta um rápido olhar para as hierarquias nos partidos políticos, plenárias dos legislativos nacionais, estaduais e municipais, para os gabinetes onde estão instalados os integrantes do primeiro escalão nos governos, para que se entenda o que isso significa, como isso se solidifica e subtrai as relações de gênero. Tal situação não muda na academia. Não muda na Ciência e não é diferente na Geografia.

Para Silva e Ornat (2020), o desprezo pela produção das Geografias Feministas produzidas há mais de quarenta anos, e o silenciamento sobre privilégios de gênero nas abordagens espaciais pelas correntes hegemônicas da Geografia latino-americana, tornaram impossíveis se manterem frente a explícita e material geograficidade das mulheres nesses últimos anos. Todavia:

O campo científico da Geografia na América Latina foi paulatinamente sendo permeado pelas pesquisas de gênero e sexualidades, evidenciando crescimento acentuado em países como Brasil, Argentina e México, bem como o surgimento de jovens pesquisadores(as) no Equador, Colômbia e Chile (SILVA; ORNAT, 2020, p.164).

Tais informações vão ao encontro de outras sistematizações. De acordo com dados aludidos por Blay e Avelar (2017), apesar de serem 52,1% do eleitorado e 44,3% dos filiados a partidos políticos, as mulheres são somente 14,8% dos senadores, 13,4% dos vereadores, 11,4% dos deputados estaduais, 11% dos prefeitos, 9,9% dos deputados federais e 3,7% dos governadores brasileiros. Apenas 18,7% dos cargos das comissões executivas nacionais são ocupados por mulheres. Quando elencamos outros setores, como o Judiciário, órgãos e instituições, as posições de topo e de tomadas de decisões, os números ficam cada vez mais ínfimos, o que demonstra a fragilidade do sistema democrático, da política e dos espaços de poder e sua relação com as mulheres.

Era de se esperar que outros espaços institucionais ou organizacionais exprimissem essa fragilidade. A luta por um espaço dentro da ONU para que as mulheres tivessem “espaço” não foi uma política de construção rápida. A própria ONU reconhece que foram anos de debates (e embates), o que contraria os pressupostos de criação da própria organização. Como bem coloca Piovesan (2011):

A criação das Nações Unidas, com suas agências especializadas, demarca o surgimento de uma nova ordem internacional, que instaura um novo modelo de conduta das Relações Internacionais, com preocupações que incluem a manutenção da paz e a segurança internacional, o desenvolvimento de relações amistosas entre os Estados, a adoção de cooperação internacional no plano econômico, social e cultural, a adoção de um padrão internacional de saúde, proteção ao meio ambiente, a criação de uma nova ordem econômica internacional e a proteção internacional dos direitos humanos. (PIOVESAN, 2011, p. 126)

Blay e Alterman (2017) questionam que, não fosse pelas demandas levadas por organizações locais, movimentos e redes de mulheres, somados à sua atuação nas instituições participativas e com entrada nas agências de políticas para mulheres em âmbito governamental, seriam impossíveis as conquistas das mulheres obtidas nas legislações, nas políticas públicas e no campo científico que, em rede e em movimentos que se transnacionalizaram, evidenciaram a importância de espaços como o da ONU-Mulheres.

Foram várias conferências, encontros, convenções que esboçaram a problemática que envolve a vida das mulheres e todas as condições delas atreladas aos diversos tipos de violências, negligências, abusos, explorações e subordinações econômicas e culturais. Foram esses espaços que forjaram a coexistência da ONU-Mulheres e da própria ONU. Isto é, não foi a ONU enquanto organização que provocou esse debate, mas a composição de movimentos, redes, pequenas organizações que forjaram a ONU-Mulheres.

Destacamos algumas conferências imprescindíveis para a composição das temáticas que forjaram a ONU-Mulheres. As quatro Conferências Internacionais da Mulher (1975, 1980,

1985 e 1995) foram realizadas com o escopo de avaliar a situação das mulheres em diferentes espaços e de formular estratégias para avançar em face dos direitos básicos, mas também protagonizar a construção de igualdades e equidades locais e internacionais, como bem assinala Mckinnon (1991). Ou seja, construir elas próprias suas políticas, estando presentes nessas construções. Para Basterd:

É dentro dessa ótica que devemos observar não apenas a Conferência de Beijing, mas todas as outras que tratam de temas gerais e que repercutem de igual forma sobre as mulheres. Qual o seu potencial para o fortalecimento do movimento de mulheres, desde o processo de sua preparação, passando pelo momento de sua realização, até a transformação dos compromissos assumidos nesses momentos em lei interna ratificada pelo Congresso Nacional e capaz de gerar políticas públicas efetivas? Entender essa questão é de fundamental importância. Muitas vezes podemos ter a sensação de que o intenso processo de preparação para intervir nas conferências interfere no curso de nossa militância calcada nas questões de nossa realidade nacional. Talvez essa seja uma falsa dicotomia, embora certamente nos vejamos diante da necessidade de combinar os dois processos. (BASTERD, 1995, p. 191)

Em 1975, a ONU declarou essa data como “Ano Internacional da Mulher” e realizou a primeira Conferência Mundial da Mulher, na Cidade do México. O objetivo que orientou a conferência foi o de debruçar sobre como eliminar as discriminações contra a mulher e avançar socialmente sobre seus direitos, com isso surgiu o Plano de Ações Estratégicas que trazia orientações para governantes (não adotado por vários países, incluindo o Brasil). Entretanto, a ênfase da conferência foi o estabelecimento de um ponto de encontro para mulheres do mundo inteiro. Parlamentares, ativistas, delegadas civis e populares tinham, enfim, a possibilidade de um espaço.

Nas conferências seguintes - Copenhague (Dinamarca), Nairóbi (Quênia) e Pequim (China), avançou-se na possibilidade de as mulheres estarem presentes nos projetos que primavam pela paz entre as nações e concretizou-se a ideia da criação do Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para a Década da Mulher, o qual seria convertido no Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM). Por fim, determinou (e não mais sugeriu) que os países tomassem atitudes para resguardar a propriedade financeira e intelectual, herança e questões relacionadas às nacionalidades das mulheres.

Muito pouco se avançou sobre as questões envolvendo as migrações compulsórias/forçadas e seus efeitos sobre as mulheres no mundo inteiro. Esse é, um mote que a Geografia Feminista enfatiza desde o seu surgimento. Para Velda da Silva (1998, p. 106), estes movimentos ocorreram em períodos e intensidades diferentes no mundo, principalmente numa escala latina. Ampliaram-se e, de reivindicações mais pontuais, passaram a questionar a própria cultura ocidental, incluindo desde o relacionamento privado homem-mulher até a própria ciência considerada comprometida com a visão masculina do mundo.

A migração é um projetar para fora. Forçado. Violento. E a esfera pública ainda é masculina.

Para Martinez (1995, p. 18), existem três grandes áreas na Geografia fundamentais para tencionar enfoques de gênero. A primeira cujos debates estão nas relações existentes entre gênero e conceitos-chaves na Geografia, ou seja, centrada no espaço enquanto construção social e de gênero. A segunda, dispõe-se sobre as diferenças territoriais nos papéis e relações de gênero e a terceira expande o uso e experiência diferenciais do espaço entre homens e mulheres em distintas escalas. Desde a escala local, pensando o cotidiano (lugar), por exemplo, até a global acompanhando os movimentos migratórios transnacionais (território). Dessa maneira, são salutares conceitos de Espaço e de Lugar e a importância que suas definições introduzem as diferenças de gênero e as relações entre gênero e natureza/meio (ambiente).

E foi justamente nas relações entre gênero e natureza/meio que a busca da igualdade de gênero ganhou conotação e reconhecimento em diversas partes do mundo. Passou a virar políticas e políticas públicas. Em Nairóbi, 1985, as perspectivas feministas foram conside-

radas em vários documentos e se destacaram em várias falas e intervenções das mulheres no encontro. A maioria das pautas das mulheres nas organizações internacionais surgiram de debates sobre natureza, preservação/conservação e ambiente.

Somente em 1995, na Conferência da China, definiram-se os direitos das mulheres como direitos humanos. E propôs-se, inclusive, a revisão destes, nos cânones de seus respectivos países, cobrando compromissos dos países participantes e o protagonismo das mulheres nessas mudanças. Inserindo as mulheres obrigatoriamente nas pautas de economia e política. A questão colocada foi:

De que forma esses compromissos expressos em declarações, convenções ou tratados têm tido a capacidade de influenciar na mudança da legislação nacional e na geração de políticas públicas ou ações que efetivamente possam representar sua aceitação de fato, fortalecendo o movimento de mulheres. As decisões tomadas em fórum internacional muitas vezes aprovadas por unanimidade, tornam-se quase sempre mera retórica nos territórios nacionais. Isso porque esbarram nos obstáculos culturais e na dificuldade de compatibilizar ações na área dos direitos humanos com modelos de desenvolvimento econômico e político excludentes e, portanto, incompatíveis com esses mesmos direitos. Por outro lado, a ausência de movimentos de mulheres organizados em muitos países, atua como causa da pouca repercussão dessas decisões (BASTERD, 1995, p. 192).

Nos anos seguintes após conferência da China, as lutas feministas tiveram diferentes expressões – diversas e heterogêneas. A relação entre essas lutas e o feminismo teórico foi fundamental para produzir debates em que as fronteiras entre as lutas, a política e a atividade intelectual e/ou acadêmica fossem, em geral, mais porosas do que nas correntes predominantes da teoria política. E o mais importante, o Feminismo pressionou os limites da ordem estabelecida, das formas de pensar o mundo que a legitimavam (MIGUEL; BIROLI, 2014). O Brasil é o país latino-americano mais expressivo em quantidade de estudos de gênero e sexualidades, dado o tamanho de sua população e a quantidade de programas de Pós-graduação (SILVA; ORNAT, 2020). O crescimento do campo no país foi bastante influenciado por políticas afirmativas durante os governos do Partido dos Trabalhadores – PT (SILVA; ORNAT, 2019).

Diante do exposto, os questionamentos que nos orientam inicialmente são: nas últimas décadas, a crescente espacialização de organizações feministas na América Latina e Caribe e o contato com articulações de outros continentes vêm contribuindo para aprimorar as estratégias dos movimentos de mulheres? Existe uma classe de especialistas que exerce a função de interlocutora com a academia, buscando influenciá-la sobre a necessidade de atender as demandas das mulheres? Pelo sim e pelo não, como se orquestra a representação feminista e/ou de mulheres na América Latina e em especial no Brasil? E na academia? Quais movimentos, redes, instituições ou agências de políticas para as mulheres se espacializam nesses tempos-espacos? Uma vez espacializadas, como a Geografia pode contribuir com as demandas das mulheres e de gênero?

Não teremos todas essas respostas neste artigo. Esses questionamentos visam mais dar conta de interagir com as reflexões de uma área que vem mapeando essas práticas – a Geografia Feminista. São esforços significativos de geógrafas/os feministas latino-americanas e caribenhas e no tocante dessa reflexão, geógrafas/os brasileiras/os debruçando sobre os direitos humanos das mulheres e o acesso à política e as tomadas de decisões pensando o espaço a partir das categorias Lugar e Poder.

### **Como a geografia (feminista) pode contribuir?**

em 1960 na denominada segunda fase da Segunda Onda do Feminismo, onde mulheres estavam organizadas em prol de mais espaço, mais voz, buscando serem ouvidas pela sociedade, ecoou pelas passeatas o grito de guerra (cunhado por Carol Hanisch) que mais à frente seria a bandeira de luta de várias alas feministas até os dias atuais – “o pessoal é político”.

A afirmação de que o pessoal, também é político, foi uma forma de evidenciar que as estruturas privadas (casamento, maternidade, religião, etc.) estavam sendo usadas como status de controle e opressão às mulheres, onde essas opressões deveriam permanecer silenciosas, já que o pessoal, o íntimo e o privado não deveriam ser revelados, desvendados, discutidos e, portanto, politizados. Frequentemente, de maneira mais implícita, insiste-se na ideia de que essas esferas são suficientemente separadas e diferentes, a ponto da esfera pública tida como política poder ser discutida de maneira isolada em relação ao privado ou pessoal (OKIN, 2008).

Está aí o terreno fértil para a produção social dos binarismos, tornando-os estruturais e institucionais. É também espaço de dualismos, conservando apenas duas possibilidades de alternâncias, sendo que uma alternativa, vai estar sempre sobrepondo ou, sob tutela da outra. Os casos mais comuns que dialogam com a premissa apresentada são os dualismos Mulher/homem, feminino/masculino, ou ainda, macho/fêmea. Para Massey:

Os dualismos profundamente enraizados estruturam a identidade pessoal e a vida cotidiana, e isto tem consequências para a vida de outras pessoas, porque estrutura, por sua vez, a prática das relações e dinâmicas sociais, e extrai a codificação do feminino e do masculino dos fundamentos sócio filosóficos mais profundos da sociedade ocidental (MASSEY, 2009, p. 81).

A questão apontada acima por Massey nos remete as “prisões sociais” à que os sujeitos estão submetidos. Nas análises de McDowell (1999) essas divisões binárias têm muito a ver com a produção social do espaço, com a definição do que é ambiente natural e do que ambiente fabricado/construído, e com as regulações que influenciam quem ocupa um determinado espaço, e quem é excluído dele.

Essas foram algumas premissas que aproximaram a Geografia do Feminismo. Uma vez que os lugares são espaços que acolhem as relações cotidianas instituídas por/para os gêneros. E aqui partimos do conceito de Lugar na perspectiva de Doreen Massey (2009), entendendo lugar como uma imbricação de múltiplas trajetórias, considerando o movimento e a transformação como constituintes fundamentais na construção do espaço, envolvendo máxime encontros, conexões, redes. E de conexões profundamente marcadas pela materialidade.

As relações sociais, ou relações de gênero, encontram no espaço, independentemente de suas escalas, os elementos para sua produção e reprodução, enfatizando, portanto, não só os sujeitos, como os espaços desses sujeitos. É nessa aproximação sujeito-espaço, que o Feminismo encontra nas/nos geógrafas/os um campo de análises, pois as mesmas, apoiam-se nas categorias geográficas para entender relações de poder, conflitos, mediações entre o cotidiano, sujeito e espaço. Para McDowell isso acontece porque:

Os espaços surgem das relações de poder; as relações de poder estabelecem as normas; e as normas definem os limites, que são tanto sociais, como espaciais, porque determinam quem pertence a um lugar e que é/será excluído, assim como a situação local de uma determinada experiência (MCDOWELL, 1999 p 19).

Sobre poder, não teremos como aprofundar nesse artigo, mas partimos das premissas sintetizadas por Iná Elias de Castro (2014), que aponta que o poder que emerge dos interesses e conflitos no território, são centrais para compreender melhor os processos que presidem a organização do espaço. Dessa maneira, para Castro (2014, p. 97) “o poder, na realidade, é relacional, não deve ser confundido com influência e incorpora a capacidade de estabelecer sanções”.

As posturas adotadas por geógrafas feministas nos trazem pistas de como o patriarcado, ou as “normas dos homens” funcionam como poder. Começando pela ciência, que além de não querer extrapolar seus próprios muros, mantinha com a sociedade, relações estreitas e restritas, principalmente com o espaço destinado às mulheres – o privado. No entanto, entendemos que este espaço, ao contrário da maneira como vinham sendo abordadas, não se dissocia do público, mesmo com as restrições, e à revelia do que é “ordenado”, as mulheres

dialogam com constância com a política, negociam com a economia e com o trabalho, tornando cada vez mais, esses ambientes em espaços do cotidiano.

Como norma, os seres humanos, o conhecimento e as instituições sociais, estão sujeitos a divisões desiguais de gênero que por sua vez os definem. Sejam quais forem as variações, os homens têm vantagens – mesmo com as movimentações políticas e as transformações das condições das mulheres de umas décadas para cá. Homens como grupo social, continuam sendo maioria no topo do poder das sociedades contemporâneas. E isto vale também para as instituições acadêmicas (MCDOWELL, 1999).

Não é difícil perceber essa nuance na Geografia. Basta acompanhar o debate que vem sendo empreendido por autoras feministas que apontam nessa ciência, espaços de exclusivas evidências masculinas, assim como os espaços negligenciados, ou de exclusão de mulheres, que foram, inclusive, um dos aspectos responsáveis pela tardia abordagem geográfica de gênero.

Apesar daquele período decisivo para os estudos feministas que se estenderam do começo dos anos setenta ao final dos anos noventa e as grandes transformações no âmbito da Geografia, que transformaram a natureza da disciplina e sua forma de se relacionarem com o mundo real, as sedes dos departamentos e as cadeiras dos comitês decisórios seguem nas mãos dos homens (MCDOWELL, 1999 p. 47).

Justamente aí, na Geografia, que uma orientação espacial se revela. Nessa definição de espaços para quem. O público para o homem, em primazia, heterossexual, branco, europeu, rico e cristão. O privado destinado às mulheres interseccionadas pelos tipos de opressões e pelos sistemas a que estão submetidas socialmente. Outra pista é dada por Silva (2009, p. 32) ao afirmar que:

Apenas quando assumirmos a postura de que o discurso científico é uma construção social e desenvolvermos uma atitude crítica sobre os modos de se “fazer geografia”, duvidando da consagração das “verdades” estabelecidas pela versão hegemônica difundida na historiografia do pensamento geográfico, é que compreenderemos as razões das ausências de determinados sujeitos como agentes produtores do discurso científico geográfico.

Para a Geografia Feminista, o desvendar das relações de gênero não é uma tarefa fácil, pois é preciso assumir (como afirmado por Silva) novas posturas e isso, por vezes, quer dizer assumir outros caminhos, ou construir novos. Essa postura assumida traz em si, a primeira revolução, pois essas geógrafas já não admitem mais essa dicotomia público/privado. Tal afirmação fica mais evidente ao compreendermos quais foram os motivos que levaram a geógrafa Linda McDowell a enveredar-se pelos caminhos do Feminismo na Geografia. Não é difícil nos encontrar nas palavras dessa autora:

A reflexão sobre minha vida e sobre as transformações que tenho experimentado na Geografia me levou a examinar meu próprio compromisso com os estudos feministas, e cheguei a uma conclusão que eu fui feminista durante toda minha vida, embora não tivesse consciência disso durante meus primeiros vinte anos ou não se coincidia, durante algum tempo, meu trabalho acadêmico com minhas ideias políticas (MCDOWELL, 1999, p. 50).

Não por outra razão, encontramos nos questionamentos de McDowell indagações parecidas com as que formulamos ao longo dos estudos geográficos, quando do encontro entre espaço e sujeito apontam para nós a categoria Gênero. Essa categoria na Geografia é um investimento das geógrafas feministas. E não apenas isso, talvez por herança do que foi debatido e enfrentado a partir da década de setenta, tem se produzido muitos trabalhos partindo da Geografia Feminista, sobretudo, aqueles que abordam a território como relações de poder, dominação masculina e alienação dos espaços.

A Geografia nesse sentido, contrariando alguns postulados, acompanhou os movimentos feministas incorporando no interior de suas análises sobre o espaço, investigações e análises sobre as condições em que o gênero está situada nas sociedades, e como as mulheres estão submetidas e/ou agregadas espacialmente. Logo, a Geografia incorporou na sua

agenda a categoria histórica e de análise Gênero. E ao fazê-lo, levanta novas questões sobre distinções e aproximações entre as esferas pública e privada (OKIN, 2008).

Dessa aproximação da Geografia com o Feminismo, alguns campos de análises foram enriquecidos pela incorporação de novas categorias de análises, isto é, não foi só um novo modo de pensar que interagiu no seio da ciência, mas também, novos sujeitos, novos métodos e práticas, bem como, geógrafas e geógrafos com uma criticidade voltada para o espaço, levando em conta outras dimensões de análises não presentes ou não tão evidentes outrora.

Dentre as contribuições do Feminismo, particularmente do Feminismo Negro, podemos destacar duas que foram essenciais para a ciência geográfica, as abordagens e estudos de gênero, que hoje se constitui categoria de análise e, uma ampliação nos debates sobre movimentos sociais que, entre outros aspectos, incorporou algumas ressignificações a partir da interseccionalidade da classe com gênero e raça, por exemplo. Evidente que as contribuições estão dimensionadas na ciência, mas o ganho coletivo para as mulheres é mais amplo, complexo e dinâmico como aponta McDowell:

O Feminismo propõe a[s] mulher[eres] um compromisso político e uma mudança para si e para o mundo. [...] e levanta um compromisso para a plena apreciação do que as mulheres registram, articulam e idealizam em aspectos culturais: as intervenções no campo do sentido e da identidade que vem desse lugar chamado “a mulher” ou “o feminino”. O Feminismo se refere também, a uma revolução teórica na compreensão dos conceitos de arte, cultura, mulher, subjetividade, política, etc; mas não implica uma unidade no campo teórico, na perspectiva adotada ou ainda, uma posição política. O Feminismo tem se identificado com um movimento de mulheres no qual é importante desde o ponto de vista histórico, mas principalmente, porque no momento atual tem autonomia como lugar onde, situam-se as questões de gênero, e estas vem adquirindo um significado político e teórico importante (McDowell, 1999, p. 22).

Portanto, é possível afirmar que há uma Geografia Feminista nas perspectivas da Ciência Geográfica. As evidências de que a Geografia Feminista tem ampliado as perspectivas de pesquisas e análises estão presentes nas bibliografias de diversas universidades, institutos e grupos acadêmicos, bem como em movimentos sociais aos quais geógrafas e geógrafos fazem análises ou composição. Mas essas contribuições extrapolam as abordagens supracitadas. As geógrafas feministas têm, com efeito, nos alertado para outras contribuições, notadas tanto, na História do Pensamento Feminista, quanto na construção de um pensamento feminista latino-americano na Geografia.

Para Janice Monk em entrevista concedida a Joseli Maria Silva (2010) para a Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, algumas contribuições podem ser facilmente percebidas. Dentre elas, o questionamento da tendência central da ciência, bem como de suas respostas a essas questões, as teorias e métodos de fazer pesquisa; alerta para alguns estudos como, por exemplo, das migrações para não excluir a metade do mundo dos postulados (as mulheres); uma atenção as questões da subjetividade e identidade; cuidados para não promover práticas sexistas, comuns em outras ciências; preocupação em contextualizar lugares e tempos – pois, lugares e tempos são importantes na vida de mulheres; entendimento que há ainda, lugares diferentes para mulheres e homens na ciência geográfica.

Em razão disso, o Feminismo na Geografia e nas demais ciências tem o compromisso com um projeto político. Nesse sentido, concordamos com as definições de McDowell (1999, p. 22) que “o Feminismo é tanto um movimento político como um campo teórico de análise”. Tal definição reflete a própria experiência das/os geógrafas/os que se dedicam aos estudos das atuações políticas e os comportamentos cotidianos – tanto no aspecto material, quanto das representações. Por outro lado, sua definição possibilita muitas análises e salienta a diversidade da teoria feminista, ressaltando ainda mais sua importância.

Frisa-se que essas compreensões na Geografia foram auxiliadas, inicialmente, pelas contribuições das correntes pós-estruturalistas, cujas críticas levantadas foram calcadas no apelo as diversidades, não diminuindo a importância das análises estruturais, ao contrário, trouxeram a possibilidade do desenvolvimento do pensamento materialista junto às subjetividades na Geografia. Logo, o pensamento articulado por geógrafas feministas como Linda McDoweel, Doreen Massey e Janice Monk de que é preciso desconstruir pri-

meiro, para reconstruir depois, explicita a necessidade dessas perspectivas na Geografia. Evidente que temos mais geógrafas contribuintes. Trouxemos as que referenciamos aqui. Por causa delas, falar de subjetividade e/ou diversidade tornou-se menos difícil.

Isso traz uma sensação de sintonia de acordo com Monk (2010), pois os movimentos sociais que floresceram na sociedade no início dos anos setenta, viram uma nova geração de mulheres buscando vidas profissionais e que foram influenciadas pela nova consciência, inclusive considerando melhor a profissão de produzir conhecimento, fazendo com que o trabalho se materializasse também nas posições em universidades.

Joseli Silva (2009) reforça que essa nova consciência e/ou outras formas de pensamentos, foram auxiliadas pelas correntes pós-estruturalistas, uma vez que os grupos subordinados são ativos e exercem um contra poder à ordem estabelecida – pois o poder apresenta fissuras e implicam múltiplos feixes de relações – dando corpo as Geografias Feministas, visando questionar e também combater os princípios que organizam as produções discursivas da ciência hegemônica, que são os mesmos que produzem os silêncios e as ausências.

Importante esse crivo supracitado, pois é ingenuidade aludir que as tendências de pensamentos são independentes de paradigmas predominantes, ou de estruturas de poder, ou de forças sociais. Nas afirmações de Monk (2010) para que haja uma possibilidade de construir formas de pensamentos emancipatórios, é preciso compreender o conhecimento como construção social, cultural e política, entrelaçados com relações de poder. Outras categorias têm contribuído para o escopo epistemológico. Por exemplo, as análises sobre diversidade (não apenas as de gênero), além das contribuições que a categoria Lugar fornece, no sentido de entender as dinâmicas dos espaços do cotidiano e dessa forma, poder desvendar os papéis atribuídos para mulheres e homens nos espaços comuns e particulares.

Expandindo essa ideia Judith Butler (2003), que não fala especificamente de lugar, mas de “contextos que dominam”, a construção social de gênero, tanto passada, quanto a atual, mantém-se ao longo dos tempos, graças aos “comportamentos de gênero”, onde o parâmetro regulador que representa a heterossexualidade obriga a maioria das pessoas a se comportarem conforme as normas hegemônicas, definindo por sua vez, papéis e comportamentos masculinos e femininos em cada contexto espacial. Complementando esse raciocínio, McDoweel (2000, p. 44) afirma que o significado de ser homem, ou ser mulher, depende de um contexto, que é oferecido pelo espaço, e é relacional e variado, embora esteja submetido às leis e regulações de cada época, estabelecem o que pode ser permitido e o que pode ser um ato transgressor.

A Geografia oferece um potente aporte teórico, presente, inclusive, nas análises de um dos nossos principais expoentes – o professor Milton Santos (2008) em “O espaço Dividido”. Haveria, assim, nas especificidades dos lugares, uma característica encontrada também nos territórios de modo geral – espaços que mandam e espaços que obedecem. Isto é, espaços que acolhem relações de poder, dentre elas, o poder entre os gêneros, que se intercalam entre poderosos-opressores e oprimidos – subordinados e/ou subalternos.

Esses espaços que mandam e espaços que obedecem são regidos por relações de poder cujas dimensões são políticas, econômicas, culturais, institucionais, ou seja, uma ordem estabelecida como social; aquela que não admite o diferente, o outro. Um exemplo dessa ordem social estabelecida são as estruturas sociais (e geográficas) criadas e recriadas pelo capitalismo, tidas constantemente como formas diferentes de exploração das classes trabalhadoras, reduzindo-as apenas isso.

E as possibilidades de contestações dessa ordem social estabelecida, ou desses espaços que mandam, ou que obedecem, são dadas pelas categorias que estabelecem intersecções com as relações de gênero. Por essa razão, os movimentos sociais que já consolidavam novas forças políticas em várias partes do mundo (estabelecendo aí uma intersecção com o espaço), buscam transformar também, os lugares para além dos pensamentos. Essa é outra análise que os estudos feministas estão buscando resgatar na Geografia – dos movimentos sociais. Assume-se que esses movimentos evocaram, sobretudo, a emergência de novos sujeitos políticos, deslocando e descentrando a identidade, ampliando e esmiuçando as

escalas de análises, principalmente, aquelas ligadas às relações sociais do cotidiano, do privado e do “não político”.

Diante do exposto, estudos feministas tem sido o ponto central em promover a atenção a métodos qualitativos, e as questões filosóficas e metodológicas, tais como aspectos da subjetividade, de ‘flexibilidade’, ‘posicionalidade’, as interações das identidades, e aspectos da vida, tais como emoções que estão entrelaçados com as experiências e formas de espaços e lugares (MONK, 2010).

Concordamos com Silva (2009) quando afirma que a Geografia é um saber que se desenvolve atrelado aos contextos histórico-geográficos e aos recursos de interpretações disponíveis, como as técnicas e as teorias. Monk (2010) expande essa discussão ao afirmar que as ideias que agora permeiam as múltiplas áreas da Geografia Humana (cultural e social), não têm apenas o Gênero como ponto central das análises, mas trazem os movimentos como base para o entendimento daquilo que se investiga, além das teorias. Todavia, é preciso entender que diferença elas fazem, ou podem fazer na sociedade, pois é preciso colaborar e comunicar além do campo acadêmico local. Extrapolar os muros!

Por isso, além do Gênero, os Movimentos Sociais compõem os saberes científicos e suas formas de interpretações da realidade estão ligadas às pautas levantadas pela sociedade, antes representadas, quase que exclusivamente, pelos ensejos das classes sociais, hoje conclamados pelas reivindicações de gênero, raça-etnia, sexualidade que não mais se encontram isolados. Nessa interseção com o Espaço, os Movimentos Sociais conseguiram “abrir” nas mais diversas ciências, um diálogo entre público e o privado, o que para as relações de gênero foram sumariamente importantes, uma vez que, os espaços privados e públicos são constituidores de uma mesma realidade socioespacial, portanto, não são dicotômicos, mas dialéticos.

Ao invocarmos a dialética, um dos estigmas mais profundos carregados por nós geógrafas/os feministas, sem dúvida diz respeito a silenciosa ruptura com o marxismo por um tempo. Isso não se deve ao que, trivialmente, havia-se afirmado sobre Feminismo e Marxismo, de que “Marx não falou de mulheres”. Essa é uma falsa simetria. O elo foi profundamente abalado pelas sucessivas investidas de sufocar discussões e diálogos que estivessem fora do foco da crise, do viés econômico ou, exclusivamente, sobre a luta de classe por grande parte dos grupos de estudiosos no marxismo.

É possível compreender nas proposições de algumas percussoras das geografias feministas e também das pós-coloniais como Linda McDowell, Doreen Massey, Diana Lan, Maria Dolores Garcia-Ramón e Joseli Silva que o afastamento se deu temporariamente a fim de fortalecer o campo de análise e, obviamente como uma posição crítica também.

As geógrafas feministas entendiam que as questões de gênero, que envolviam as relações de dominação/subordinação, não podiam ser tratadas de forma isolada, mas sim, intrinsecamente às lutas de classes, para superar a totalidade dos sistemas de exploração presentes nas sociedades, implicando assim, a abolição de outras formas de opressão, entre elas, a opressão das mulheres (SILVA, 2009, p.33).

Entende-se a importância das análises de classe nas ciências humanas e sociais. Bem como, não considerar a classe como categoria geográfica é um grande risco de alienação espacial. Aliás, a Geografia, após Geografia Crítica não pode mais afirmar a inexistência da crise potencializada pelo Capitalismo na América Latina, sobre as classes sociais e geradoras dos atuais conflitos no mundo.

Para essa reaproximação das análises marxistas e feministas na Geografia Contemporânea o professor Alex Ratts (2018) criva em seus postulados como “perspectivas crítica e “pós-críticas” e sobretudo as configura como um trânsito entre as geografias Crítica e Cultural. Entendendo que ambas têm fragilidades e potencialidades no que cerne as construções analíticas sobre Gênero e Mulheres.

Cabe mencionar que do movimento emergente da chamada Nova Geografia Cultural segundo Silva (2009), firmou alianças promissoras, fortalecendo o diálogo com diversos campos e áreas da ciência geográfica. Citam-se alguns resultados promissores dessa in-

teração (ainda que com certos dualismos e dicotomias) presentes nos estudos do campo e da cidade (urbano/rural), do espaço ao lugar (global-local), espaços de relações sociais e espaços de produção e circulação, sistemas de objetos, sistemas de ações, fixos e fluxos, corpo e mundo. Ratts afirma e expande essa compreensão:

Neste sentido, intentamos retomar princípios da Geografia Contemporânea que se situam entre a vertente crítica, especialmente no horizonte da Cidadania e dos Direitos Humanos, e outros que são considerados pouco ou não geográficos, identificados com vertentes denominadas “pós-críticas”, que tratam das diferenciações étnico-raciais, de gênero e sexualidade. Mais que um enquadramento epistemológico, neste momento, o importante é identificar um temário que emerge na sociedade brasileira em tempos de reação aos governos autoritários e no período de redemocratização, e que foi reconhecido por alguns(-mas) teóricos(as) da geografia [...]. (RATTS, 2018, p. 116).

Acreditamos que por essas aproximações, outro ganho científico toma evidência, as discussões sobre migrações e as dimensões da mobilidade tornaram-se mais fortalecidas. Através de movimentos sociais e socioespaciais se tem, cada vez mais, uma aproximação dessas categorias. Além de vigilâncias (ontológica, epistemológica e metodológica) acerca dessa mobilidade, tendo o cuidado em não perder a sutileza do movimento dos fenômenos e processos.

Quanto aos movimentos sociais – essas contestações do poder e da forma como as relações estão se produzindo e reproduzindo pelo espaço, já que é desnecessário apontar as resistências e contradições que essa reorganização societária vem provocando – são as possibilidades atuais de enfrentamento, auxiliadas pela dimensão da mobilidade e que podem ser tranquilamente entendidas como movimento dos movimentos.

Uma vez incorporada nas ciências, os estudos da categoria Gênero fazem constantes processos de críticas e avaliações se conseguem abarcar e serem abarcados cientificamente. Num desses processos, a Teoria Feminista encontrou brechas para inserir um pensamento mais crítico sobre a condição da mulher – pensada à princípio a mulher branca, urbana, de classe média e heterossexual. Tencionadas pelas críticas advindas do Feminismo Negro, articuladas pelas Mulheres Negras, essa crítica feminista está sendo pressionada a rever seus postulados e suas epistemologias, atentando para que suas análises estejam, cada vez menos, influenciadas pela corrente de pensamento dominante.

Isso ocorreu, porque ainda na década de 80, segundo Silva (2009), os estudos feministas foram fortemente influenciados pela reaproximação com o marxismo o que deu evidência ao conceito estrutural de patriarcado, vinculando as lutas de classes aos estudos das mulheres e mais tarde as desigualdades de gênero. Assim, as críticas das mulheres negras e das mulheres do “Terceiro Mundo”, arrobustaram os debates epistemológicos que transformaram os modos de produzir conhecimentos por parte das feministas, as quais passaram a conceber a ciência também como uma disputa narrativa de um saber pretensamente neutro e universal, também em termos de raça e sexualidade.

Materializa-se, talvez, uma possibilidade histórica de caminhar para além de uma internacionalização meramente econômico-financeira. Diferentes segmentos sociais afastados de qualquer possibilidade de se inscrever como protagonistas de direitos podem agora, ao menos ousar experimentar formas de organizações e de visibilidades e mais do que isso, são, atualmente forças motrizes para diversas organizações em que a luta de classe está presente. Isso porque cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero instituídas socialmente, contudo, hierarquizadas, com primazia dos homens em relação as mulheres, para depois serem socialmente divididas em classes e níveis sociais (SILVA, 2007, p. 13).

Assim, as Geografias Feministas estão empenhadas em construir um corpo teórico, não apenas preocupado com as discussões de gênero e as conceituações dessa categoria, bem como de suas subdivisões de estudos e áreas, mas intencionam também, lançar suas análises de maneira a referendar o espaço e suas respectivas escalas, entendendo que não há como fazer nenhuma análise de gênero sem identificar onde estão localizadas essas relações e como elas se reproduzem nesses espaços.

De acordo com Silva (2009), embora as geografias feministas lutassem por um espaço teórico e político em que os eixos de poder das diferenças de gênero pudessem ser analisados, isso não quer dizer que as diferenças possam ser isoladas conceitualmente de outras categorias de estruturação social, como classe, raça, religião, sexualidade entre outras. McDoweel (1999) referenda que idade, classe, etnia, raça, lugar e região são categorias distintas, compostas por estruturas separadas, mas conectadas entre si e resultam analiticamente úteis para desvendar as mudanças e transformações nas relações de gênero, especialmente quando se incluem as diferenças étnicas e de classe nas formulações.

Isso permitiu a Geografia experimentar e/ou arguir alguns métodos de estudos, alguns emprestados de outras ciências (História, Antropologia, Sociologia, etc.), outros emprestados pelas correntes pós-estruturalistas que auxiliaram a Geografia não apenas nos estudos de gênero, como nas técnicas, tecnologias e análises sociais, como mencionado anteriormente. Portanto:

O Feminismo se coloca eminentemente como uma política, pois a teoria feminista, ao se propor a explicar a contingência histórica tanto do conhecimento postulado quanto do sujeito cognoscente, busca ainda a construção de uma prática crítica de reconhecimento das tecnologias que utilizamos para a construção do sentido e, principalmente, não abre mão dos seus objetivos políticos, isto é, pretende compartilhar projetos de liberdade relativa, abundância material e menos opressões (LODETTI, 2010 p. 31).

Nesse ínterim, o próprio movimento feminista faz parte da crítica radical às chamadas geografias positivistas, geografias essas que negaram espaços de diálogos, o que “obrigou” de alguma forma o movimento feminista empreendido na História da Geografia a agir com a finalidade de investigar e tornar visível a relação entre as divisões de gênero masculino e feminino e as divisões espaciais. O objetivo disso é compreender como as duas divisões (Gênero e Espaço) se constroem simultaneamente e desvendar os elementos ocultos sob a aparente ordem “natural” da organização da realidade socioespacial (SILVA, 2009, p.31).

Em última instância nos parece evidente que ao tratarmos do Feminismo na Geografia, não queremos apenas incluir as condições em que as mulheres estão submetidas nas diversas partes do mundo, ou apenas situar o Gênero a partir do Espaço. Intenciona-se que o Feminismo nos auxilie a buscar respostas sobre as diversas formas em que o espaço está organizado; entender as diversidades espaciais dos povos, grupos, pessoas que estão sob a tutela de relações de poder perversas. Nessa perspectiva, o Feminismo mesmo na Geografia não pode ser singularizado, uma vez que “não há um ponto de vista feminista único porque nossos mapas analíticos e mentais requerem dimensões em demasia para que essa metáfora sirva para fixar nossas visões” (HARAWAY, 1995).

Não temos intenção de fechar o foco da Geografia para o Feminismo. O que se tem é um esforço de interpretar as relações de opressão, sobretudo aquelas subalternizadas através de uma teoria possível, não imposta ou direcionada. Não há o que substituir/negar na ciência geográfica.

Ao contrário, defendemos aquilo que propõe Macêdo (2008), uma epistemologia feminista, prima, antes de qualquer coisa, pelo reconhecimento dos limites e possibilidades de um olhar que, ao se situar, reconhece a impossibilidade de um ponto de vista neutro, “porque ninguém existe no mundo de forma não inserida” e, ao mesmo tempo, admitir ou assumir um vínculo emocional e político com um determinado objeto de conhecimento gera inúmeras possibilidades de um olhar diferenciado daquele que insiste em manter uma asséptica e hipotética posição descompromissada e distante.

Essa é nossa intenção ao empreender aqui, uma Geografia Feminista.

## Dos direitos humanos das mulheres à criminalização dos direitos humanos

O que são os Direitos Humanos das Mulheres? Estariam eles aquém de uma abordagem dos Direitos Humanos Universais ou sob uma nova abordagem destes? Para responder parte destes questionamentos, recorreremos em particular a Teoria Feminista. Para Miguel e Biroli (2014), esse não é um debate estrito ao campo de análise do Direito, uma vez que essas análises necessitam compilar outras perspectivas que estejam orientadas nos sujeitos sociais.

Nas premissas desses autores, a Teoria Feminista é uma corrente profundamente plural e diversificada que investiga a organização social e tem como ponto de partida as desigualdades de gênero. Evidencia pretensões democráticas e igualitárias, mas também aquelas que naturalizam e reproduzem assimetrias e relações desiguais. Toda teoria feminista é política, assim, no Feminismo, é possível a compreensão de que limites convencionais da política são insuficientes para apreender sua dinâmica real (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Pode se afirmar que a Geografia Feminista vai se construindo a partir das perspectivas pensadas por feministas como bell hooks que ao escrever uma obra com essa temática, “Teoria Feminista – da Margem ao Centro”, em meados da década de 1980, encoraja a fortalecer uma teoria mais próxima das intersecções e espacialidades das mulheres. Para hooks:

Precisávamos de um pensamento e de uma estratégia que traçassem uma teoria para um movimento baseado nas massas, uma teoria que analisasse a nossa cultura do um ponto de vista feminista enraizado numa compreensão do gênero, da raça e da classe. Escrevi o livro Teoria Feminista: Da Margem ao Centro em resposta a esta necessidade (hooks, 2019, p. 8).

Quando afirmamos que a Geografia Feminista vai se construindo nessas perspectivas, estamos compreendendo que existe um campo de análise dentro da Geografia que está atento as condições em que as mulheres estão submetidas socialmente e isso se reflete no escopo da ciência geográfica. Que há uma disputa por espaço na ciência que viabiliza o debate sobre espaço. Para Silva (2009) construir visibilidades de sujeitos que foram invisibilizados na Geografia é possível quando compreendemos que a invisibilidade não é casual, mas produzida pelo poder da tradição dos aspectos teóricos e metodológicos que delimitam uma determinada visão de mundo, bem como compreender que é preciso refletir inclusive, sobre as perguntas formuladas a partir de uma dada realidade espacial.

A compreensão tardia de como fazer na Geografia, abriu dimensão para entender como fazer em rede, de modo interdisciplinar e, como dialogar com outras áreas de conhecimento e de atuação, além das ferramentas que a Geografia pode, e tem, como potencial de análise. Logo, afirma-se que o problema não é e jamais será a Geografia, mas como bem enfatiza hooks (2019b), a dominação patriarcal do planeta é a raiz do problema. Portanto, é urgente:

Compreender que a dominação patriarcal compartilha uma base ideológica com o racismo e outras formas de opressão de grupo, que não há esperança de que seja erradicada enquanto esses sistemas permanecerem intactos. Esse conhecimento deve diligentemente configurar a direção da teoria e da prática feminista (hooks, 2019b, p. 62).

Primordialmente, a Geografia tende a contribuir para os Direitos Humanos, e especificamente os Direitos Humanos das Mulheres quando busca entender que necessita compilar nos seus postulados, muito mais do que a compreensão da rede de movimentação das mulheres em seus diversos espaços, mas apreender suas pautas, agendas e plataformas políticas transnacionais, o que requer da Geografia uma intersecção entre Escala e Gênero. É o que tem feito outras áreas de conhecimento como o Direito, a partir do Direito Internacional, com tensões parecidas às da Geografia.

Com relação ao Direito, no cerne das discussões sobre o Direito Internacional dentro dos objetivos da ONU-Mulheres e sob as justificativas de contribuir com os aspectos jurídicos e criar uma unicidade/organicidade das leis junto às mulheres, já haviam preocupações de que a forma positivista do Direito poderia não conseguir abarcar, ou não se abrir, para

as diversidades sociais de que os debates sobre “mulheres” necessitam. Tais preocupações estavam pautadas pela invisibilidade do debate de Gênero no íterim das formulações do Direito. Porém, as mulheres estão atentas:

O Direito Internacional que está sendo criado por pressão dos movimentos de mulheres precisa ser capaz de criar novos conceitos, unir processos específicos aos gerais, rejeitar expressões tímidas como redução da pobreza em lugar da sua eliminação, ampliar as fronteiras legais para o reconhecimento de demandas importantes como o direito ao aborto voluntário, declarar a urgente necessidade de distribuição de riqueza socialmente gerada como o verdadeiro redutor da pobreza, em vez de calcar-se apenas em políticas compensatórias. (BASTERD, 1995, p. 197).

Portanto, desde a criação da ONU-Mulheres, era urgente aproximar o Direito Internacional aos Direitos Humanos para convergir para um Direito das mulheres, o que ainda não ocorreu, mesmo com as pressões internas das mulheres nessa organização. Primeiro, porque ainda não há uma validação, pois, a composição das mulheres que fazem parte das diretorias gerais não é orgânica. Segundo, porque o Direito Internacional não conseguiu compilar as diversidades sociais das mulheres, seja em formato de movimentos, seja em formato de petições, seja no debate com outras áreas de conhecimento (como a Geografia, por exemplo) o que é um erro, uma vez que:

O Feminismo não se debruça sobre uma questão “ localizada”. As relações de Gênero atravessam toda a sociedade, e seus sentidos e seus efeitos não estão restritos às mulheres. O Gênero é, assim, um dos eixos centrais que organizam nossas experiências no mundo social. Onde há desigualdades que atendem a padrões de Gênero ficam definidas também as posições relativas de mulheres e homens – ainda que o Gênero não o faça isoladamente, mas numa vinculação significativa com classe, raça e sexualidade. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 8)

Não se está afirmando que o Feminismo pode resolver os problemas relacionados às espacialidades do Direito Internacional e dos Direitos Humanos. Pelo contrário, entendemos que esses são espaços importantes em constante construção. O que se ressalta é que o Feminismo enquanto teoria e pensamento social podem contribuir para avançar acerca dos liames dos Direitos Humanos, deixando de olhar as mulheres como sujeitos sociais subalternizados, e passando a enxergá-las como sujeitos das tomadas de decisões. Ou, como afirma Phillips (2001, p. 07), “ não se trata de escolher uma ou outra forma de representação e sim de, compreendendo os limites de cada uma, buscar um sistema mais justo que incorpore tanto ideias quanto presença de mulheres”.

O que apontamos é que os Direitos Humanos e sua representação nas instâncias de tomada de decisões não estão sendo fidedignos às espacialidades das mulheres. Para Phillips (2001, p. 5), em outras palavras:

É concebível que homens possam substituir mulheres quando o que está em questão é a representação de políticas, programas ou ideais com os quais concordam. Mas como um homem pode substituir legitimamente uma mulher quando está em questão a representação das mulheres por si? É concebível que pessoas brancas substituam outras, de origem asiática ou africana, quando está em questão representar determinados programas em prol da igualdade racial? Mas uma assembleia formada só por brancos pode realmente se dizer representativa, quando aqueles que ela representa possuem uma diversidade étnica muito maior?

Tais questões não só desestabilizam os sujeitos sociais que necessitam dos Direitos Humanos e do Direito Internacional para sua defesa e para se tornarem visíveis, como tendem a ser apropriadas por aqueles que veem nessas dimensões do Direito, possibilidades de perderem privilégios, ou de não conseguirem exercer suas relações de poder tão tranquilamente. Isso fortalece as alas conservadoras das sociedades que querem conservar privilégios e regalias em detrimento de direitos básicos e sociais, e assim, perpetuam relações de poder opressoras.

Tendemos a concordar com Phillips (2001, p. 12), quando a autora afirma que as “ demandas contemporâneas por presença política têm emergido frequentemente da política

de novos movimentos sociais”, ou de novos protagonismos sociais, e todas elas refletem outras desigualdades que não a da classe social, evidenciando traços antigos da sociedade, como a misoginia, o racismo institucional e as relações perversas atreladas à pobreza extrema, como as migrações forçadas. O novo aqui não representa uma novidade, mas um processo contínuo de luta e visibilidade ignorados.

Esse “novo” referente às mulheres sofre, atualmente, um processo de desmonte e desestruturação a partir de uma agenda neoliberal com relevantes características fascistas – onde prevalecem as noções de nação e raça sobre valores individuais e com fortes representações autocráticas e/ou centralizadas e de controle dos direitos sociais – em diversas partes do mundo. Alguns movimentos chamam essa força política de neofascismo, mas aqui preferimos adotar as definições de Umberto Eco (que inclusive dá nome a sua obra) “O Fascismo eterno”, uma vez que essa definição traz sentido da história e a importância da memória.

Os direitos sociais das mulheres sofrem efeitos diversos em diferentes espaços, muito embora as espacialidades das lutas estejam atravessadas (quase sempre) pelas mesmas opressões e são alteradas, principalmente, pelas nuances de raça e classe, simultaneamente. Porém, é na América Latina e Caribe que se constata uma agenda neoliberal perversa que não somente ataca os direitos das mulheres como tem permitido que as violências se ampliem, inclusive do ponto de vista institucional.

Um exemplo, é a plataforma política da descriminalização e legalização do aborto que segue uma agenda encorpada e transnacional com uma rede de debates e solidariedades, mas que encontram embargos institucionais nas políticas conservadoras. Na Argentina, a descriminalização foi até pautada e aprovada no congresso a partir de deputadas/os, denotando avanço, mas foi barrada no senado. Para Anistia Internacional, a votação pela legalização do aborto na Argentina foi um novo ponto de partida, e não um retrocesso, uma vez que uma oposição popular de mulheres foi forjada.

No caso brasileiro, a discussão ocorreu de forma estruturada, a partir de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – a ADPF 442 ocorrida no mês de agosto de 2018. A audiência pública foi um dos poucos espaços de escuta e debates institucionais aos quais as mulheres puderam não só construir uma retórica acerca dos Direitos Humanos, como também materializar articulações e atividades cujas premissas estavam no encontro e mapeamento de mulheres e grupos feministas para compor uma rede mais robusta.

A ADPF 442 foi ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e sustenta que os dois dispositivos do Código Penal contrariam postulados fundamentais como a dignidade da pessoa humana, a cidadania, a não discriminação, a inviolabilidade da vida, a liberdade, a igualdade, a proibição de tortura, ou o tratamento desumano e degradante, a saúde, o planejamento familiar das mulheres e os direitos sexuais e reprodutivos.

É preciso salientar que anterior ao debate da ADPF 442 já existia uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que propõe alterar a Constituição Federal para acrescentar ao texto do artigo 5º a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção. Na prática, a PEC 29/2015 não pune o aborto apenas em dois casos: se não houver outro meio de salvar a gestante; ou se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido pelo consentimento da gestante ou, quando absolutamente incapaz, de seu representante legal, e no caso de crianças somente com autorização dos responsáveis, mesmo com risco de uma gestação em corpo prematuro para recebê-la. Essa PEC representa um grande retrocesso.

De acordo com a SempreViva Organização Feminista (SOF), no Brasil ocorrem desde abril de 2018, ações descentralizadas de uma frente com debates e ações sobre “Justiça reprodutiva como condição para maternidade livre, Estado Democrático de Direito como garantidor da vida das mulheres; luta das mulheres como constituinte da autonomia e liberdade das mulheres sobre seus corpos e sexualidade”. Essa frente também visa observar as alterações legislativas e regressões de direitos pelo executivo que ameaçam, por diferentes meios, as mulheres e direito à livre organização das mulheres. O “Festival Pela Vida das Mulheres” é um espaço materializado por essa frente e tem mapeado as movimentações de mulheres em todo o Brasil, a partir ações locais/regionais.

Do ponto de vista institucional, não há uma regressão somente relacionada aos direitos humanos das mulheres, mas principalmente no que diz respeito a representatividade e equidade/paridade de gênero nos cargos de tomadas de decisões, como há uma efetiva criminalização das ações feministas no Brasil. Em 2019 tivemos a redução de uma secretaria federal com status de ministério – Secretaria Especial de Políticas para as mulheres para um ministério com menor poder que uma coordenadoria. Uma contradição proposital para gerar incertezas.

Através dos veículos de comunicação oficial do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, verificamos que desde 2018 não há editais da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República para qualquer ação. As conferências – Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, proposta de diretrizes para uma Política Nacional para as Mulheres – que ocorriam desde o ano de 2004, tendo sido implementadas no primeiro ano de governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003, não ocorrem desde o impedimento da presidenta Dilma Rousseff em 2016.

Houve também a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) outro setor institucional onde haviam políticas públicas voltadas para mulheres do campo e da floresta, oriundas de comunidades quilombolas e de terras indígenas. E não por outro motivo, essas mulheres continuaram em marcha. As mulheres camponesas/rurais na tradicional, emblemática e gigante Marcha das Margaridas que em sua última edição (agosto de 2019), reuniu em Brasília mais 100 (cem) mil mulheres marchando contra a violência e pela equidade de gênero (figura 01).

Em articulação semelhante, também em agosto de 2019, as mulheres indígenas marcharam pela primeira vez em articulação nacional para denunciar descasos e desmontes das políticas públicas que atendem os povos indígenas no Brasil, dentre elas, segundo as mulheres indígenas, a representação e diretoria da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) do atual governo (Jair Bolsonaro) que não dispõe de diálogo ou aproximações. Com o mote, “Território: nosso corpo, nosso espírito”, a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas reuniu diversas lideranças para discutir direitos e lutas. Mulheres de 113 povos de todos os estados do país reuniram em Brasília (figura 02).



Figura 01: Foto Aérea Marcha da Margaridas 2019  
Autor: Mídia Ninja, 2019



Figura 02: Foto Aérea Marcha das Mulheres Indígenas 2019  
Autora: Bruno Taitson, 2019

As marchas cumpriram muito mais do que o proposto, evidenciaram a virulência do Estado Brasileiro e a sinergia das mulheres nos diversos espaços contra a violência de gênero. De modo geral, no Brasil, as violências contra as mulheres aumentaram significativamente. Segundo o Atlas da Violência produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019) houve crescimento expressivo de 30,7% no número de homicídios de mulheres no país durante os anos de 2007-2017. Ainda sobre violência, dados da oitava edição da Pesquisa Nacional sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, realizada pelo Instituto de Pesquisa DataSenado (2019) em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, evidenciam índices alarmantes. Somente o percentual de mulheres agredidas por ex-companheiros teve um aumento de 284% desses casos.

A pesquisa aponta ainda que 78% das mulheres que sofreram violência doméstica entre 2011-2019 foram agredidas pelos maridos, atuais ou pretéritos, companheiros ou namorados. Na metodologia se constatou que problemas econômicos causados pela redução da renda - aferida tanto pelo desemprego, dificuldades de acesso às políticas de auxílio econômico e o aumento do consumo de álcool no período de isolamento social - estão entre possíveis gatilhos para agressões.

A Revista Gênero e Número (GN, 2020) aferiu que, apesar desses dados, o Governo Federal não se empenhou em buscar medidas e ações para minimizar esse quadro. Dos R\$ 45 milhões de reais disponibilizados para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) em ações que beneficiem mulheres, população de rua e povos tradicionais durante a crise via Covid-19, aproximadamente dois salários mínimos foram gastos. O dinheiro ainda não fora executado, tampouco se foi divulgado qualquer chamada pública com objetivo de encontrar organizações parceiras para desenvolver ações.

O orçamento para a pasta em 2019 foi de R\$ 470 milhões, com execução de R\$ 213 milhões. Para 2020, há um orçamento de R\$ 673 milhões com gasto total de um pouco mais do que R\$ 48 milhões. Do valor utilizado, 36% foram para pagamentos de servidores, 20% para “administração da unidade e despesas diversas” e 12,71% para o investimento no Ligue 180. O funcionamento dos conselhos de promoção da igualdade racial e dos povos tradicionais soma 0,13% dos gastos. Não houve gasto com manutenção, implementação e centros de atendimento às mulheres, bem como também, foi estritamente ignorado até agora, o fomento ao desenvolvimento de comunidades tradicionais.

Esses dados ainda que sofram alterações não estão em consonância em espaço-tempo com as demandas levantadas pelas mulheres e documentadas pelos diversos coletivos, organizações, entidades e redes de mulheres no Brasil. Ao contrário, evidencia um descaso e um contramão para as políticas públicas para as mulheres, principalmente com os dados atravessados pela crise da Covid-19. Ainda não há dados sistematizados numa escala nacional, todavia a quantidade de denúncias de violência contra a mulher recebidas no canal 180 aumentou bastante.

Segundo informações oficiais do MMFDH, houve um aumento de quase 40% em relação aos mesmos meses de 2019. Em março, com a quarentena iniciando, o número de denúncias avançou cerca de 18%, mas em fevereiro já havia aumentado 13,5%, na mesma base de comparação. Portanto a crise sanitária potencializou o que já estava em crescimento no Brasil. Inclusive, esse crescimento tem sido alvo de denúncias das redes de mulheres brasileiras desde 2017. Denúncias que alçam, inclusive, tribunais internacionais sobre Direitos Humanos e Direitos Humanos das Mulheres.

Movimentos similares estão surgindo e/ou se fortalecendo por toda a América Latina. México, Equador, Chile, Colômbia, Peru e Argentina já possuem redes e mobilizações transnacionais. Vejamos algumas dessas projeções a seguir.

## **“A América Latina vai ser toda feminista!” – Espacialidades de movimentos de mulheres**

“O Feminismo como um todo é plural, diversificado e capaz de produzir convergências” – essa afirmação é de Marielle Franco, proferida dois meses antes de ser brutalmente assassinada, em pleno mês de março de 2018, mês em que se concatena visibilidade das lutas e opressões das mulheres, e também data de visibilidade do ativismo de combate ao racismo. Tal frase reflete as inúmeras possibilidades que o Feminismo enquanto pensamento social pode propor aos Direitos Sociais, sobretudo no que concerne às mulheres. Para Blay e Alterman (2017):

No caso das mulheres, ao longo das últimas décadas, a crescente espacialização de organizações feministas na América do Sul e o contato com articulações de outros continentes vêm contribuindo para aprimorar as estratégias dos movimentos de mulheres. Vêm, ademais, produzindo uma classe de especialistas que exercem a função de interlocutoras com poderes instituídos, buscando influenciá-los da necessidade de atender as suas demandas. (BLAY; ALTERMAN, 2017, p. 255)

Pela primeira vez, depois de anos, pós períodos de transições que marcaram a redemocratização em vários países da América Latina e Caribe, pudemos vislumbrar políticas de ideias junto às políticas de presença sendo efetivamente construídas. Essas construções não estão referenciadas nas esferas institucionais, mas construídas no âmbito dos movimentos de mulheres, cuja diversidade de pauta forja um feminismo plural, cada vez mais popular e comunitário. Todavia,

El feminismo maneja muy bien eso de que lo personal es político y nosotras también estamos refregando permanentemente con esta propuesta ética y metodológica de la política del feminismo. Pero decimos también ¿cuándo lo político va ser personal? ¿Cuando a las feministas les van a ocupar las realidades agobiantes de nuestros pueblos? Pocos colectivos de feministas estamos insertas en las luchas de nuestras comunidades y países. La mayoría se ha diluido y se han creado falsos antagonismos entre académicas y activistas, o antagonismos mentirosos entre feministas que trabajan en las instituciones y feministas autónomas, cuando hay llamadas feministas autónomas que pretenden institucionalizar la autonomía declarándose sus fundadoras y dueñas (PAREDES, 2010, p. 117).

Não há possibilidades de avançar nos debates dentro das ciências, cujo saber universal sempre foi excludente – como foi supracitado no percurso da Geografia Feminista – se não começarmos também a delinear e trabalhar sobre as contradições presentes no Feminismo. Tais contradições são lugar comum em todo e qualquer movimento, teoria ou pensamento social, uma vez que a pluralidade de ideias pode ser justaposta, apropriada ou diluída. Franco (2018, p. 7) aponta como essas mesmas fragilidades ocorrem no caso brasileiro e afirma que essas contradições podem ser trabalhadas com as próprias ferramentas feministas:

Em 1975, um grupo de mulheres organizou um evento na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, sobre a situação das mulheres no Brasil. Foram mais de quatrocentas participantes, num movimento que deu início ao Centro da Mulher Brasileira (CMB), primeira organização feminista no país. Mais de quatro décadas depois, ocupamos o mesmo espaço, agora como mulheres, negras, trans, faveladas, professoras, nordestinas, mães, enfim, mulheres em toda a sua diversidade. No evento de outrora, mulheres negras fizeram críticas contundentes à organização que, apesar de contar com personagens importantes da luta contra a ditadura, não abarcou a diversidade de experiências do que é ser mulher. No final de novembro de 2017, fizemos da ABI um espaço de debate político. Um debate vivo, cheio de nuances, em que cinco centenas de nós afirmamos que vamos ocupar a política, os espaços de poder; contudo, não em uma ocupação meramente “cotista”. Há, inegavelmente, um novo momento, uma marcha em fermentação de mulheres rumo à apropriação dessas engrenagens.

Certamente essa não é uma particularidade do Feminismo ou do Feminismo Brasileiro. Paredes (2010, p. 118) registra uma significativa experiência desde a Bolívia, ao afirmar que não seria sincero, ou autocrítico, um movimento que não admite equívocos cometidos. “Essa crise também afetou nossa própria casa. Muita teoria, boas palavras, performances, fama internacional, mas pouca prática política no meio de nossa própria sociedade”, o que

configurou ignorância do Feminismo no íterim das comunidades e organizações sociais de mulheres na Bolívia.

Para esta autora a incorporação do Feminismo no neopatriarcado, ou a despolitização do Feminismo tornou possível essa fragilidade. A despolitização ocorreu quando algumas alas entenderam que era possível conviver, ou negociar, com o capitalismo, ou que o acesso às instituições poderiam sinalizar espaços sociais e institucionais para as mulheres. Todavia, os movimentos transnacionais estão trazendo luz para essas questões, na medida que trazem as pautas das mulheres latino-americanas e caribenhas, ao mesmo tempo em que denunciam a perversidade das políticas liberais e neoliberais no continente americano.

Temos, por exemplo, a rede que se tornou o “Ni Una Menos”, que tem cerne com uma marcha multitudinária de protesto contra a violência de gênero que crescia em várias cidades e províncias da Argentina, e se estende para o Chile e o Uruguai, cuja reprodução da violência ganhou evidência a partir de junho de 2015. Especificamente na Argentina, o “Ni Una Menos” não denunciou apenas a violência de gênero, evidenciou a misoginia revelada pela extrema violência que ceifou vidas de adolescentes como Chiara Paéz, de 16 anos, dopada, estuprada, torturada e morta a pauladas por três homens, dentre esses, pai e filho e a morosidade do Estado em buscar respostas para o caso.

O movimento foi abraçado por diversos grupos feministas em alusão ao poema de Susana Chavéz “Nenhuma Morta Mais” para protestar contra feminicídios cotidianos em sua vila. Chavéz também foi assassinada por suas lutas. A marcha transformou-se em um evento para encontro e protesto durante vários meses, “viralizando” suas demandas e convocando as mulheres para pressionar a política, ou a mudança nas políticas para as mulheres.

Entre as demandas estão a mitigação e extirpação das violências de gênero e, com isso, a ampliação dos instrumentos de proteção para as mulheres, a ampliação das discussões sobre gênero e questões ligadas às mulheres por meio de estratégias educacionais e culturais, bem como a inclusão econômica, política e cultural sob a perspectiva da igualdade social e de direitos.

O movimento tornou-se rede e passou a ter participação em mais de 150 cidades na América Latina, incluindo cidades brasileiras, com presença na articulação que culminou no 13º Mundo de Mulheres, em 2017, realizado em Florianópolis, em conjunto com o 11º Fazendo Gênero, evento organizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente, o “Ni Una Menos” tem conseguindo empreender algumas discussões nas políticas institucionais, inclusive, elegendo parlamentares comprometidas, ou forjadas, na Argentina, no Chile e no Uruguai.

No México e em alguns países da América Central, como Costa Rica, Honduras e El Salvador, a resistência feminista tem sido construída, sobretudo, por mulheres indígenas ou da floresta. São movimentos que contestam a lógica machista e misógina em seus espaços, mas, mais do que isso, constroem resistências ao sistema em que operam a política e a economia em seus respectivos países. Contestam governantes e seus crimes políticos e sociais e que instituem e autorizam violências diversas para aqueles e aquelas que denunciam seus crimes. Neste panorama:

A luta das mulheres indígenas zapatistas, que teve início na década de 1980 e que ganhou maior visibilidade com o levante armado realizado pelo EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional) em 1994, têm colocado para o pensamento feminista contemporâneo, principalmente por meio da produção de uma variedade de documentos nos quais expressam suas opiniões e pautas reivindicativas, a importância de se atentar para as especificidades culturais, o que abre espaço para se pensar outras possibilidades e formas de se construir e compreender o Feminismo. (NASCIMENTO; MARTINS, 2015, p. 65)

No caso dos países das América Central, mortes emblemáticas de mulheres são registradas em curtos espaços de tempos, entretanto, não ganham destaque na comunicação mundial e recebem muito pouco respaldo para se tornarem crimes políticos. Não só na América Central. Na América do Sul, embora a eleição de mulheres Presidentas em vários

países da região, a exemplo de Michelle Bachelet (Chile), Cristina Kirchner (Argentina), Laura Chinchilla (Costa Rica) e Dilma Rousseff (Brasil), pudesse demonstrar a tendência de aumento da liderança política feminina no continente (o que não ocorre), o número de assassinatos de mulheres líderes ou representantes populares e parlamentares, não diminuiu; pelo contrário, aumentou (SILVA, 2016).

No Brasil, assistimos à recente e chocante morte de Marielle Franco no Rio de Janeiro, cujo corpo havia fenótipos e marcadores de mulheres negras, faveladas, trans, migrantes e toda uma diversidade que fez de Franco a terceira parlamentar com maior número de votantes na cidade do Rio de Janeiro. Marielle não foi apenas parlamentar, foi uma mulher negra que se pretendeu intelectual, teorizou sobre os impactos das políticas de segurança pública sobre a juventude negra e conseqüentemente sobre as mulheres.

Para Franco (2018, p. 8), há novas formas de pensar a política, novas metodologias, novos rumos e novas mulheres nesses espaços. A internet é um espaço de diálogo e articulação política, grupos nas redes sociais como PretaLab, MariaLab e Blogueiras negras mostram a resistência à difusão do discurso de ódio. Mulheres negras e indígenas se colocando como força política importante no cenário nacional, saindo da subalternidade para a formulação.

O desafio é construir um projeto político que não exclua o que trouxe as mulheres até aqui, que não as tornem secundárias e que se mantenha afinado com as lutas dos movimentos. Elegger feministas comprometidas com projetos de transformação. A aposta é que outras mulheres sejam fortalecidas para ocupar os espaços de poder. Qualquer projeto político comprometido com as mulheres e contra todas as opressões não pode ignorar as questões trazidas (FRANCO, 2018).

Compreende-se que as resistências estão sendo construídas e/ou evidenciadas com novos protagonismos, como o das mulheres negras e indígenas. Não somente isso, há um projeto de efetiva ocupação desses espaços para tratar de uma política de presença atrelada a uma política de ideias já existentes. Entretanto, as estruturas e instituições, inibem a maior presença feminina e feministas nesses espaços.

Ainda há, uma evidente inexistência de políticas projetadas por e para mulheres no Brasil. O que se destaca como política, é projetado por homens (e suas intersecções), portanto, estão centradas para os objetivos desses homens. Seja no campo (rural) ou na cidade (urbano). As políticas que mais crescem no Brasil, são as políticas voltadas para o agronegócio, as que beneficiam as religiões cristãs, sobretudo protestantes e evangélicas, enquanto que a católica mantém tranquilamente seu espaço. Mais recentemente a indústria armamentista ganhou fôlego o que deu espaço para a chamada Bancada BBB (Boi, Bíblia e Bala) no parlamento brasileiro – ala política de conservadores que convergem em pautas entre si e com o Poder Executivo Federal.

Das conseqüências desse avanço conservador, a reforma agrária que beneficiaria um maior número de mulheres no rural brasileiro, dado o recorde de mulheres cadastradas na (agora famigerada) Política Nacional de Reforma Agrária aparece tão distante quanto há 40 ou 50 anos atrás quando ouvíamos falar da revolução verde – causadora de um dos maiores processos de migração interna brasileiro – migração do campo para as cidades. O que por conseqüência, acirrou as migrações forjadas pelo deslocamento das frentes de expansão e fronteiras agrícolas do agronegócio das terras do Centro-Oeste para a Amazônia Brasileira.

As políticas públicas referentes as pautas de mulheres (assédios, violências e feminicídios, saúde, etc.) recuaram vertiginosamente no Brasil, com o golpe político sofrido pela então Presidenta Dilma Rousseff. Os estados e municípios brasileiros acompanharam o cenário da política nacional, entretanto, com forças políticas conservadoras mais organizadas. A Bancada Evangélica articula agendas e pautas que estão coibindo e proibindo o debate sobre gênero nas escolas e universidades. O tema sobre sexualidade, direitos reprodutivos, diversidade e de identidades de gênero estão criminalizados, a única pauta que avançou em alguns espaços, foi o Nome Social. No congresso e como política pública, o aborto continua um tema intocado.

Coincidentemente a classe cuja ocupação é, majoritariamente, composta por mulheres – a docência, o governo em distintas dimensões espaciais e de poder, fez cortes grotescos e tem infringido com violência quaisquer resistências por parte de professoras e professores da rede pública, as recentes manifestações e greves dessa categoria evidenciam imagens de violências, abusos e descasos.

Partem justamente das mulheres, as principais resistências políticas instauradas no Brasil, mas que representam outros espaços na América Latina e Caribe. Durante 2018, uma manifestação contra as políticas conservadoras que articularam um candidato com histórico e processos de misoginia e violência de gênero trouxe fôlego político. Para Lemos e Oliveira (2019, p. 310):

O movimento #Elenão nasceu suprapartidário, em um primeiro momento, no embalo das redes sociais, alcançou quase quatro milhões de integrantes no grupo [de rede social], com a característica de situar Jair Bolsonaro como candidato misógino, racista, contrário à pauta da diversidade que caracteriza as democracias contemporâneas, que inclui a agenda dos movimentos de defesa das minorias [...].O ato que marcou o movimento foi realizado em 114 cidades brasileiras e algumas em outros países como Lisboa, Paris, Londres e Frankfurt. O evento ganhou manchete no portal da conceituada rede britânica de comunicação, BBC- seção em português –, como “Maior manifestação de mulheres da história do Brasil”.

Outra organização que enfrentou e denunciou esse cenário foi o das mulheres negras, também em 2018, diferenciando-se do supracitado #elenão, essa articulação fez enfrentamentos ao já eleito candidato conservador. O “Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 Anos: contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver – Mulheres Negras Movem o Brasil” (ENMN-2018) reuniu mais de mil ativistas do movimento de mulheres negras, participantes dos processos organizativos nos estados e no Distrito Federal.

O objetivo central foi rememorar os 30 anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras ocorrido em 1988, mas também se propôs avaliar os avanços na luta pela justiça social e pelo bem viver das mulheres negras e os cenários de retrocessos descritos no plano de governo apresentado pelo candidato eleito. Propôs também uma plataforma política a partir das perspectivas e diversidades das mulheres negras no Brasil.

Em tempo, frisa-se que o ENMN-2018 foi a única articulação de resistência materializada-massificada contra a política vitoriosa da Bancada BBB. Tal vitória provocou desânimo nos bastidores políticos de oposição e a insurgência das mulheres negras convocaram essas organizações a se rearticularem novamente de forma mais breve possível.

## Considerações finais

As organizações nacionais e internacionais refletem a forma como a política ainda é construída, projetada e por quem é pensada, nesse artigo o exemplo trazido partiu da ONU e, que mesmo com a ONU-Mulheres reflete as dificuldades de se pensar as mulheres. Isso porque a política ainda é um espaço masculino.

Nas últimas décadas, a crescente espacialização de organizações feministas na América Latina e Caribe e o contato com articulações de outros continentes vêm contribuindo para aprimorar as estratégias dos movimentos de mulheres. Para isso a interseccionalidade de categorias forjadas pelos movimentos e teorizadas pelas acadêmicas feministas tornou-se uma importante ferramenta.

Existe uma classe de especialistas que exerce a função de interlocutora com a academia, buscando influenciá-la sobre a necessidade de atender as demandas das mulheres. Na Geografia, são as/os geógrafas/os feministas que fazem esse esforço ontológico, epistêmico e metodológico. Respaladas pela Teoria Feminista e pela Teoria Política Feminista.

Essas/es especialistas fazem o esforço de analisar e acompanhar as transformações e tensões orquestradas pela representação feminista e/ou de mulheres na América Latina e em especial no Brasil, mas também na academia, pois entendem que esse é um espaço, suma-

riamente importante nas questões de gênero e feministas. Geógrafas/os brasileiras/os em profícuos diálogos com seus pares em diversos espaços acadêmicos do mundo inteiro têm se debruçando sobre os direitos humanos das mulheres, o acesso à política, e as tomadas de decisões pensando o espaço a partir das categorias Lugar e Poder. Em razão disso, o Feminismo na Geografia e nas demais ciências tem o compromisso com um projeto político.

Dessas aproximações surgem muitos ganhos como as discussões sobre migrações e as dimensões da mobilidade que se tornam cada vez mais fortalecidas. A Geografia Feminista vai se construindo nessas perspectivas, em um campo de análise dentro da Geografia que está atento as condições em que as mulheres estão submetidas socialmente.

Movimentos, redes, instituições ou agências de políticas para as mulheres estão se espacializando em distintos espaços-tempos. Uma vez espacializadas, a Geografia como ciência pode contribuir com as demandas das mulheres e as perspectivas de gênero. Todavia, é preciso delinear e trabalhar sobre as contradições presentes no Feminismo. Tais contradições são lugar comum em todo e qualquer movimento, teoria ou pensamento social. Enfrentá-las estão dando confiabilidade e aproximações dos movimentos sociais para com a academia que mantinham um certo distanciamento.

Quanto as constituições dos Direitos Humanos das Mulheres, percebe-se que eles estão ainda, aquém de uma abordagem dos Direitos Humanos Universais e isso tem gerado tensões com outras áreas de conhecimento como o Direito e as Relações Internacionais. Embora esse não seja um debate estrito ao campo de análise do Direito, é urgente aproximar o Direito Internacional aos Direitos Humanos para convergir em um Direito das mulheres.

O Direito Internacional, embora em franca consolidação dentro das organizações internacionais, das políticas internas e externas, ainda não é um espaço sensível às demandas das mulheres. Nessa perspectiva, a Geografia e as Relações Internacionais que se originam do escopo geo-histórico também pode contribuir, já o que o Feminismo não se debruça sobre uma questão “localizada” como fora outrora supracitado. As relações de Gênero atravessam toda a sociedade, e seus sentidos e seus efeitos não estão restritos às mulheres.

Voltamos a fazer a afirmação de Marielle Franco que o desafio é construir um projeto político que não exclua as mulheres e forje seus protagonismos e evidências, além de se manter ladeando as lutas dos movimentos. Disso resulta que mulheres sejam fortalecidas para ocupar os espaços de poder. A adoção do conceito de Gênero pelas geógrafas feministas permitiu avanços teóricos e metodológicos e ampliou nosso campo de estudo. O espaço passou a ser um importante elemento para a compreensão das relações de gênero.

Tende-se a concordar que o que converge para mudanças significativas são as pressões que movimentos de mulheres em vanguardas ou em surgimentos forjam novos formatos (como as ciberfeministas), sejam novos protagonismos (negras, indígenas, lésbicas, trans). Esses novos, pensam não só uma América Latina para o Feminismo, como endossam que esses espaços com distintas escalas e atuações estão ignorando o pensar político da metade da população mundial – as mulheres.

O que isso significa? Significa que ainda não somos sujeitos sociais que compõem efetivamente o Direito internacional, os Direitos Humanos, ou as ciências, mas estamos nos movimentando para isso. Como menciona Franco, a chegada da mulher negra à institucionalidade surpreende. Essa presença assusta o conluio masculino, branco e heteronormativo. A tendência é esse quadro de não espaço das políticas para as mulheres permanecer. A classe política não tem mulheres e quando as tem, poucas são as que ocupam esses espaços com as políticas de ideias forjadas pelas mulheres, ou por perspectivas feministas.

Há uma evidente mudança nas estruturas sociais no que concerne aos debates sobre igualdade de gênero – isso é fato. Também é fato que essas estruturas têm sido tensionadas pelos sujeitos que têm menos garantias de vida e sobrevivência – as mulheres. Dessa forma, mais do que usar o conceito de interseccionalidade, é urgente agir interseccionalmente. Nas práticas e discursos, mas principalmente trajetórias individuais, coletivas e acadêmicas. E isso deve ser construído de forma a se fazer presentes as várias dimensões da raça (cor, corporeidade), da classe (como posição social e identificação), o gênero (como

construção e desconstrução) e o espaço (trajetos, lugares, territórios) como vem nos alterando as mulheres negras.

O histórico da Geografia Feminista dentro da Geografia já configura uma potente contribuição, mas é preciso mais. É preciso reconhecer que o espaço é um direito humano negado às mulheres!

Por fim, dedicamos essas análises e o esforço de diálogo à Marielle Franco que empreendeu um debate espacial e provavelmente teve sua vida ceifada por isso, e à professora María Lugones que ao término deste artigo, fez da data, o advento de sua passagem.

## Referências

BASTERD, Leila Linhares. **O Direito Internacional e o Movimento das Mulheres**. Revista Estudos Feministas. Nº 1, p. 191-197, 1995.

BIROLI, Flávia. **De Onde Surgiram essas Mulheres?** In: LE MONDE, Diplomatie Brasil – A Revolução Será Feminista. Ano 11, nº 12, p.7-8, 2018.

BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia. **50 anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile – A Construção das Mulheres como Atores Políticos e Democrático**. São Paulo: EDUSP-FAPESP, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. Tradução Heci Regina Candiani. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

FERREIRA, Lola. **Muito discurso e pouco dinheiro: ministério de Damares gasta apenas R\$ 2 mil com mais vulneráveis na pandemia**. Revista Gênero e Número, 2020. Disponível em: <http://www.generonumero.media/gastos-ministerio-mulher-coronavirus-damares-covid/> Acessado em: 20 de junho de 2020.

FRANCO, Marielle. **O Novo Sempre Vem**. In: LE MONDE, Diplomatie Brasil – A Revolução Será Feminista. Ano 11, nº 12b, Jan. 2018.

HARAWAY, Donna J. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu, v. 5, p. 07-42, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **Lugares que fazem diferença: Encontros com Doreen Massey**. GEOgraphia, UFF. Vol.19, Nº40, 2017: mai./ago.

hooks, bell. **Erguer a Voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Perspectiva, 2019b.

hooks, bell. **Teoria Feminista: Da margem ao centro**. Tradução Rainer Patriota. São Paulo: Elefante, 2019.

IPEA, Ministério da Economia. **Atlas da violência**. Org: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

LEMOES, Cândida Emilia Borges; OLIVEIRA, Cássio Leonardo Amorim. **Nos atos do #EleNão, corpos em movimento expressam símbolos e opiniões**. Extraprensa, São Paulo, v. 12, n. esp., p. 308 – 322, set. 2019.

LODETTI, Alex. **Homens encarcerados por violência sexual: um Estudo sobre enunciação e performatividade**, (Dissertação de Mestrado), CFCH/UFSC, Florianópolis – SC, 2010.

MACÊDO, Marcia dos Santos. **Nas tramas das interseccionalidade: Mulheres chefes de família em Salvador**. Tese de doutorado. PPGCS-UFBA, 2008.

- MACKINNON, Catharine. **Toward a Feminist: Theory of The State**. First Havard University Press, 1991.
- MARTÍNEZ, Ana S., MOYA, Juana R. e MUNOZ, M. **Mujeres, Espacto y Sociedad – Hacia una Geografía del Género**. Madrid: Síntesis, 1995.
- MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**. Editora Bertrand do Brasil, Rio de Janeiro – RJ, 2009.
- MCDOWELL, Linda. **Doing Gender: Feminism, feminists and research methods in human geography**. In: *Transaction on the Institute of British Geographers*, v. 17, n. 4, p. 399-416, 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/622707?seq=1> . Acessado em 16 de junho de 2020.
- MCDOWELL, Linda. **Gênero, identidade y lugar: un estudio de las geografías feministas**. Valencia: Cátedra, 2000.
- MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: Uma Introdução**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- NASCIMENTO, Priscila da Silva; MARTINS, Adan Richard Moreira. **A Luta das Mulheres no México e a Perspectiva de um Feminismo Indígena: O Caso das Mulheres Indígenas Zapatistas**. *Revista Ártemis*, Vol. XIX; jan-julho 2015, pp. 64-72.
- OKIN, Susan Moller. **Gênero, o público e o privado**. Tradução: Flávia Biroli. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n.2, Florianópolis, maio/ago. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000200002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000200002&script=sci_arttext). Acessado em 1º de julho de 2020.
- PAREDES, Julieta. **Hilando fino desde el feminismo indígena comunitário**. In: *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latino-americano* . (Org.) Yuderkys Espinosa Miñoso. 1. ed. Buenos Aires: En la Frontera, 2010.
- PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- PHILLIPS, Anne. **De uma Política de Ideias a uma Política de Presença?** *Revista Estudos Feministas*. Ano 9. 2ºsem. p. 268-290, 2001.
- RATTS, Alex. **Corporeidade e Diferença na Geografia Escolar e na Geografia da Escola: uma abordagem interseccional de raça, etnia, gênero e sexualidade no espaço educacional**. São Paulo: Terra Livre – N. 46 (1), p. 114-141, 2018.
- SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: Os dois circuitos da Economia Urbana dos países subdesenvolvidos**. Tradução Myrna T. R. Viana. 2. Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SILVA, Andréia Rosenir da. **A Construção de Gênero no Âmbito das Relações Internacionais: Direitos Humanos das Mulheres e a Necessidade de Instrumentos eficazes a sua Consolidação**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2016.
- SILVA, J. M. **Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano**. *Geosul*, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 117-134, 2007.
- SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.
- SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. **Geografia e Gênero na Argentina: Uma Entrevista com Diana Lan**. *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, v. 10, n. 2, p. 252-260, 2019.
- SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. **Geografias feministas na América Latina: desafios epistemológicos e a decolonialidade de saberes**. *Journal of Latin American Geography*, v. 19, n.1, p. 163-171, 2020.
- SILVA, Joseli Maria. **Não Excluem Metade da Humanidade da Geografia Humana: entrevista com Janice Monk**. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v.1, n.1, p. 148-152, 2010.

VELEDA DA SILVA, Susana Maria. **Geografia e Gênero/Geografia Feminista - O que é isto?** Boletim Gaúcho de Geografia, v. 23, p.105-110, 1998. Versão online disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38385>. Acessado em 23 de junho de 2020.

VIOLÊNCIA doméstica e familiar contra a mulher. DataSenado, 2019. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=violencia-contra-a-mulher-agressoes-cometidas-por-2018ex2019-aumentam-quase-3-vezes-em-8-anos-1>. Acessado em 15 de junho de 2020.a

# **A PRÁXIS COLETIVA DO FEMINISMO NEGRO NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE**

**THE COLLECTIVE PRAXIS OF BLACK FEMINISM IN THE  
FIGHT FOR THE RIGHT TO THE CITY**

**LES PRATIQUES COLLECTIVES DU FÉMINISME NOIR DANS  
LA LUTTE POUR LE DROIT À LA VILLE**

## RESUMO

Esse artigo objetiva refletir o espaço e o cotidiano de mulheres negras a partir da teoria da geografia e da prática do feminismo negro com o Grupo de Mulheres Negras Dandara, da cidade de São João del Rei em Minas Gerais. Assume-se o ponto de vista de mulheres negras para uma análise interseccional, entendendo que o espaço aberto, mutável, produto e produtor de relações sociais carrega consigo contradições tais como de gênero, raça e classe. O espaço é inerente às fricções e aos conflitos que ensejam a luta do direito à cidade e à volta dos comuns. Como hipótese, entende-se que a prática do cotidiano se traduz como insurgência necessária e possível, para a promoção de novas relações das mulheres com o espaço urbano e em especial as mulheres negras. Acredita-se também na potencialidade das redes de solidariedade para visar o horizonte de transformação radical da vida.

**Palavras-Chave:** Espaço; Interseccionalidade; Cotidiano; Mulheres Negras.

## ABSTRACT

This article aims to reflect on the space and daily life of black women from the theory of geography and the practice of black feminism of the Black Women Group Dandara, from São João del Rei, Minas Gerais. The point of view of black women is taken for an intersectional analysis, understanding that the open, changing, product and producer space of social relations carries with it contradictions such as gender, race and class. The space is inherent to the frictions and conflicts that give rise to the fight for the right to the city and the return of the commons. As a hypothesis, it is understood that the practice of daily life translates itself as a necessary and possible insurgency for the development of new relations between women and the urban area, especially black women. It also believes in the potential of solidarity networks to aim at life radical transformation.

**Key words:** Space; Intersectionality; Daily life; Black Women

## RÉSUMÉ

Cet article vise à réfléchir sur l'espace et la vie quotidienne des femmes noires à partir de la théorie de la géographie et de la pratique du féminisme noir du Groupe des femmes noires Dandara, de la ville de São João del Rei, Minas Gerais. Le point de vue des femmes noires est supposé pour une analyse intersectionnelle, sachant que l'espace ouvert, variable, produit et producteur des relations sociales comportent des contradictions telles que le sexe, la race et la classe. L'espace est inhérent aux frictions et aux conflits qui donnent lieu à la lutte pour le droit à la ville et au retour des communs. A titre d'hypothèse, il est entendu que la pratique de la vie quotidienne se traduit par une insurrection nécessaire et possible pour la promotion de nouvelles relations entre les femmes et l'espace urbain, particulièrement les femmes noires. On croit également au potentiel des réseaux de solidarité pour viser l'horizon d'une transformation radicale de la vie.

**Mots clés:** Espace; Intersectionnalité; Quotidien; Femmes Noires

## Introdução

Como objeto de estudo da geografia, o espaço carrega uma gama de complexidades no que diz respeito a sua constituição, o que nos remete a necessidade de analisá-lo de forma que una a teoria e a prática da experimentação – o cotidiano. Com relação ao espaço na dimensão do urbano, Henri Lefebvre (2006) considera que o espaço urbano é a representação mais material das relações sociais sendo, portanto, um espaço social. Entretanto, é importante salientar a característica do espaço de ser aberto, mutável e não passivo. Isso porque ele vai muito além de um simples pano de fundo, ou um cenário onde a vida acontece. Por ser um produto e uma dimensão material das nossas relações sociais, ele também assume o papel condicionante para que essas relações sociais aconteçam.

Mesmo entendido que o espaço não é estático e que se configura como condicionado e condicionante de nossas relações sociais, outras categorias são deixadas de lado na compreensão total do espaço, a saber, gênero e raça. Essa dimensão, de ser mulher e negra, tem sido desconhecida na produção de conhecimento geográfico, justamente por estarmos sob a lógica da falácia da neutralidade das ciências. Mas como pensar em ciências neutras se o conhecimento é produzido por pessoas e pessoas são constituídas de pertencimentos sociais e políticos? Nos deparamos com a versão do sujeito único da história e das vozes universais (SPIVAK, 2010) que padronizam o ser vivido.

Diante dessa realidade, percebeu-se a necessidade de uma visão de gênero e de raça nos estudos geográficos, principalmente no que concerne à geografia urbana. Monica Colombara (s.d.) chama a atenção para como em uma gama enorme e de qualidade de estudos urbanos, raramente se encontram estudos com a perspectiva feminista. Compreende-se nesse artigo que relações de gênero como categoria social se materializam no espaço, bem como relações de raça também se configuram como importante fator na produção do espaço, e nos faz pensar na duplicidade de vias de opressão que moldam o cotidiano da mulher negra. Doreen Massey considera o espaço em três preposições:

Primeiro, produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno. Segundo, a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem. Terceiro, o espaço como estando sempre em construção. (MASSEY, 2008, p. 28)

Aqui, Massey (2008) converge com a impressão de Lefebvre (2006) sobre o espaço, como produto de relações, aberto e mutável. A análise espacial de ambos auxilia a entender as contradições e os conflitos pulsantes da dinâmica socioespacial de forma materializada, bem como o horizonte de ações e de lutas para transformação radical da vida. Pode-se considerar que são os países na periferia do capitalismo e no sul global onde se percebe a crescente insurgência de movimentos emancipadores, tais como movimentos de economia solidária e feminista, movimentos feministas e negros, organizações de bairros muitas vezes encabeçados também por mulheres, entre outros. Isso explicita a crise das sociedades capitalistas onde os “os condenados do espaço” entram em conflito pela produção de um espaço social que seja livre de qualquer tipo de opressão.

Diante do contexto atual de acumulação de capital e crise das sociedades capitalistas, dos momentos de fricção e contradição, chegamos ao momento do conflito e da luta. O direito à cidade (LEFEBVRE, 2016) demanda a possibilidade de ação para a construção coletiva da cidade e do cotidiano sem a imposição do sistema econômico vigente, um direito que não é só de acesso à lugares, mas um direito que reclama a existência da pluralidade no espaço. É o direito de poder lutar pelo próprio direito, que como luta coletiva busca a conquista dos comuns. Pensando que o direito a cidade é isso, o feminismo negro cumpre um papel de agente de fortalecimento e entendimento do ser feminino e negro que é presente em grande parte dos espaços da vida cotidiana. Como Angela Davis afirma “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras,

muda-se a base do capitalismo” (ALVES, 2017).

Para isso, adotou-se a perspectiva de análise interseccional de Kimberlé Crenshaw (2002b) para que se possa abordar a opressão de classe, gênero e raça, horizontalmente, como simultâneos e informantes uns dos outros. A interseccionalidade pode nos ajudar a compreender o espaço pelo viés de diferentes tipos de opressão, mas que como avenidas, se cruzam. Além disso, é mais uma forma de evitar cair no projeto de imparcialidade alongado por anos dentro das instituições de ensino.

Dito isso, o objetivo desse artigo é refletir acerca das experiências urbanas e de lutas de mulheres negras, para convergir com as teorias do espaço e para pensar outras socioespacialidades possíveis. Como metodologia fez-se análise do Grupo de Mulheres Negras Dandara em São João del Rei, Minas Gerais, como forma de revisitarmos a construção conjunta da práxis do feminismo negro no espaço urbano. Essa prática, atrelada à formação de conhecimento, é uma das frentes possíveis na busca pela transformação da vida, e tem como hipótese que as reivindicações de mulheres negras são o combustível necessário e potente para formação de um outro tipo de sociedade. O artigo não objetiva ser um manual de como alcançar o direito à cidade, mas oferece um caminho para as ideias revolucionárias de libertação da sociedade e a luta pelo espaço longe de toda forma de opressão.

## Geografia e interseccionalidades

“Sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço. Se espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade” (Trecho do livro *Pelo Espaço* de Doreen Massey, 2008)

A geografia preocupada com questões de gênero não é uma perspectivamente amplamente trabalhada, mas tem dado alguns passos em direção ao debate acerca das opressões que se constituem no espaço. Como ciência, a geografia já vinha se desenvolvendo de forma crítica, socialmente engajada para questionar as desigualdades materializadas no espaço, que ganhou forças em meados do século XX. Porém, podemos perceber que pouco se avançaram as reflexões quanto à vida cotidiana dos sujeitos e das opressões que perpassam seus corpos.

Janice Monk e Susan Hanson (1982) afirmam que o conhecimento é uma criação social e que, portanto, o fato de mulheres estarem excluídas das produções acadêmicas diz muito sobre que tipo de conhecimento acadêmico está sendo (re)produzido. Como ciência que estuda o espaço, a geografia precisava ampliar o campo de visão das categorias analíticas, mas essa visão era pouco percebida diante da majoritária participação masculina nas pesquisas, construção de conhecimento essa que se baseia em processos metodológicos e teóricos-conceituais vindos de pertencimentos políticos e históricos do imperialismo e colonialismo (SILVA; NABOZNY; ORNAT, 2010)

A geografia feminista ganha contornos quando a própria geografia se abre à perspectiva da luta das mulheres, bem como o movimento feminista percebe a necessidade da espacialização das opressões de gênero. Isso acontece diante de algumas mudanças no cenário ocidental das décadas de 1960 e 1970 com o fim do estado bem estar social, ascensão de políticas neoliberais e instauração de governos ditatoriais. Nesse cenário, algumas mulheres já se encontravam em jornadas duplas de trabalho (produtivo e reprodutivo) e logo se somaram as reivindicações de outros setores como operários, jovens, estudantes e negros.

É válido considerar que a construção de uma geografia feminista e de gênero foi algo conquistado por geógrafas que ousaram pensar nas condições da vida das mulheres no espaço bem como questionar as tradições teóricas e metodológicas que as excluía das análises espaciais, sob uma ótica universalista masculina. Alguns nomes ganham destaque como Gillian Rose, Linda McDowell, Doreen Massey que brilhantemente mostram a faceta masculina da produção do espaço, do planejamento urbano, bem como da episteme do

conhecimento geográfico. Outros debates sobre o espaço ganharam força como o debate sobre as cidades como condição falocêntrica de dominação advinda da produção majoritariamente masculina que dificilmente é constituída de espaços seguros e representativo às mulheres e a concretização da divisão sexual do trabalho na vida cotidiana que tem a mulher como cidadã de segunda classe.

Tanto a corrente estruturalista (com as críticas sobre a constituição do capitalismo com base nas opressões formadas pelo processo colonial e pela formação da família patriarcal burguesa) como a corrente pós-estruturalista (que questionam o conceito de gênero como agente de binarismos e dualidades importantes para a firmação de opressões), adicionaram grandes contribuições para a superação de uma geografia do sujeito único masculino na história do pensamento geográfico. Entretanto, a geografia feminista não é somente tratar de gênero nas pesquisas, pois antes de tudo é um ato político de conhecimento. Silva et. al. (2017, p. 13) mostra a genialidade de Doreen Massey quanto ao seu posicionamento como geógrafa feminista que “implicava pensar o conhecimento, as relações políticas e de poder que eram inerentes ao processo de constituição da imaginação geográfica e de seu processo de legitimação”.

Outrossim, apesar de todo histórico patriarcal de sociedades ocidentais, que no Brasil está intimamente ligado ao processo de colonização, o capitalismo também é o mecanismo pelo qual se fortalecem dinâmicas de opressão, pois ele precisa subdividir as classes sociais a partir do sexismo, racismo e welfarismo para que a produção e acumulação do capital seja efetiva. Segundo Silvia Federici (2019, p. 79) “sempre que o capital não conseguiu operar no ‘Terceiro Mundo’, ele abriu o portão das fábricas para mulheres, negros e jovens na metrópole ou para imigrantes do ‘Terceiro Mundo’” na expansão da divisão internacional, social, sexual e racial do trabalho. Dessa forma, podem ser percebidos nos espaços as expressões das jornadas duplas ou até triplas de trabalho reprodutivo e produtivo das mulheres, bem como a proporção de desemprego e informalidade que as acometem. Os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios mostram que no Brasil em 64,9% dos brasileiros desempregados são mulheres (BOUERI, 2019).

Essa precarização da vida das mulheres, como projeto político e econômico, constitui a produção do espaço e precisa de íntimo destaque nas análises socioespaciais. A reprodução social foi abruptamente condicionada às demandas do capitalismo vagabundo para a possibilidade de realização da produção pela força da mão de obra, isto é, a reprodução social é fundamental para que a roda da produção para a acumulação gire. Cindi Katz (2019, p. 437) afirma que a reprodução social “é o material carnudo, desordenado e indeterminado da vida cotidiana”, portanto, é difícil enxergar onde começa e termina o trabalho reprodutivo exercido pelas mulheres.

Destacada as inquietações do feminismo na análise espacial, a pergunta que perdura é onde se encaixam as mulheres negras nesse debate? Alguns trabalhos dentro da perspectiva racial foram produzidos, mas o que se percebe é um abismo entre as duas categorias valiosas para entender o espaço como um todo. Para geógrafas e geógrafos de um país da periferia do capitalismo, que se estruturou na base do colonialismo, fazer a leitura do espaço sem o componente de gênero e raça, é fazer uma leitura incompleta e esse é um dos desafios metodológicos que pode ser redesenhado a partir de ações políticas e ideológicas da população marginalizada (PERRY, 2016, p. 99), em especial de grupos de mulheres negras. Considerando a proposta de Massey (2008) sobre a geografia feminista, de aplicar o feminismo como ferramenta ideológica e prática, as ideias revolucionárias de transformação do espaço, como as pensadas por Lefebvre (2019), precisam ter a perspectiva da mulher negra

Quando Crenshaw (2002b) oferece o método de análise interseccional o objetivo é justamente que nenhum sujeito seja deixado às margens de visada. Portanto, as condições relegadas ao gênero não podem ser desvinculadas de outras categorias de análise na perspectiva interseccional que é a “conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002b, p. 177). Ou seja, essa forma de análise trata como as opressões de raça, gênero, classe

e outras desigualdades operam sem hierarquização e separação umas das outras e geram desigualdades básicas que conferem às mulheres posições relativas. Não distante, Lélia González já refletia a situação da mulher negra no Brasil, sob um olhar entre gênero, raça e classe, oferecendo aos estudos brasileiros críticas noções de como seria a análise interseccional. Se pensarmos no contexto de debate mais próximo, o Brasil carrega consigo o histórico do imperialismo, colonialismo e do capitalismo tardio. Segundo a autora:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular (GONZALEZ, 1984, p. 224)

Alguns trabalhos que contemplam as ações de mulheres como agentes revolucionárias e como agentes de conhecimento e sabedoria foram realizados no Brasil. Entretanto, por mais que exista a tentativa de alongar a perspectiva feminista, de gênero, racial e de sexualidades na geografia, dificilmente se encontram pesquisas e produções que ofereçam uma leitura das mulheres negras como mulheres feministas e agentes revolucionárias no espaço urbano. Assim como não são todas e todos as(os) geógrafas(os) que terão a visão feminista, não serão todas e todos que terão necessariamente o tino para uma visão racial da visão feminista. E novamente nos deparamos com os limites para a produção do conhecimento que se juntará à prática de sujeitos políticos.

Quando direcionamos a questão para uma escala menor como o bairro, onde pode-se perceber movimentos sociais e o cotidiano de territórios negros, as margens mostram que a pobreza no Brasil tem raça e gênero, e que grande parte das chefias de casa nesses bairros são de mulheres negras (PERRY, 2016, p. 99). O bairro, por mais que seja uma escala local, expressa um padrão das cidades no Brasil e no mundo, de espaços fragmentados e hierarquizados seguindo a lógica da produção capitalista, racista e machista do espaço. O papel do racismo estrutural não pode ser deixado de lado, destrinchado por Silvio Almeida, quanto ao que gera instituições e comportamentos individuais racistas que nada mais são que materializações de uma estrutura social racista. Almeida salienta que “a estrutura social é construída por inúmeros conflitos – de classe, raciais, sexuais, etc.” (ALMEIDA, 2019, p. 47). Em concordância com Almeida, Crenshaw (2002a, p. 12). expõe que a combinação tanto da estrutura racial quanto da de gênero marginalizam mulheres negras, que estão na base da estratificação social.

O cotidiano (LEFEBVRE, 1991) também se faz ferramenta na análise espacial a partir da experimentação, do vivido. É através dele que contradições serão percebidas na produção do espaço e na reprodução da vida, em choque com a produção capitalista e neoliberal do espaço representando assim a precarização da vida. Segundo Ávila e Ferreira (2017, p. 152) é no cotidiano “que a experiência de cada sujeito individual [...] está diretamente relacionada e confrontada com a força das estruturas sociais através da dinâmica (e das tensões) das relações sociais”. A prática socioespacial de grupos de mulheres negras confirma a dinâmica da luta cotidiana formada na subjetividade diaspórica, com redes de solidariedade e reivindicações que as unem com base na expropriação histórica.

Em diálogo com as considerações de Perry (2016), esse artigo considera válida e necessária a análise a partir de movimentos sociais e de base como caminhos possíveis nas ações contra opressões de gênero, raça e classe no espaço. Para melhor exemplificar o assunto discutido serão apresentadas, a seguir, ações do Grupo de mulheres negras Dandara bem como as interlocuções com outras mulheres negras da cidade de São João del Rei.

#### Mulheres negras e a luta do espaço

O grupo Dandara de mulheres negras é um grupo formado em 2013 na cidade de São João del Rei em Minas Gerais e composto somente por mulheres negras, acadêmicas ou não. Seu objetivo é enfrentar condições que assolam a vida de mulheres negras, problemáticas como racismo e machismo enraizadas na estrutura social brasileira. Desse objetivo, destrincha-se todas as escalas que se ligam a vida da mulher, como saúde, educação,

maternidade, mobilidade e estética. Antes de tudo, o grupo preocupa em se embasar teoricamente, tanto para estruturar futuras ações na cidade como para embasar as mulheres membros do grupo para produções de trabalho científicos e para isso organiza reuniões e grupos de estudo com textos de feministas e sobre a negritude.

Por ser constituído por mulheres diversas, o grupo tem a característica de ser multifacetado e multidisciplinar. Já fizeram parte alunas de cursos como psicologia, geografia, pedagogia, história, economia e jornalismo, mas também mulheres fora da academia, rapper e cabelereira. Essa característica do grupo é importante para que as ações sejam descentralizadas já que pensar no cotidiano de mulheres negras é pensar também nas condições de reprodução da vida e no trabalho reprodutivo que de certa forma está ligado às condições dos filhos e cônjuges. O objetivo do coletivo nasceu da percepção do não lugar da mulher negra nos espaços de militância, seja pela falta da categoria raça nos debates do feminismo branco, seja pela falta da categoria gênero nos debates do movimento negro. Dessa forma, afirmando ser um grupo feminista negro, o Dandara procura reivindicar visibilidade para os problemas específicos enfrentados por mulheres negras.

Especialmente, o Grupo Dandara realiza suas ações em São João del Rei, cidade que se localiza na microrregião do Campo das Vertentes e que tem sua história iniciada com a descoberta de ouro nas margens do Rio das Mortes por volta de 1705. É popularmente conhecida pela forte influência da religião católica que se converge com sua história constituída no período escravocrata. Por isso, a herança de grupos de cultura afro-brasileira também se fazem presentes, como o Grupo de Maracatú Raízes da Terra encabeçado por Dona Vicentina, o grupo de Jongo Negra Mina, e o Grupo Moçambique Catopé de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (Congado) do Bairro São Dimas que tem Dona Maria Auxiliadora Martir como a primeira capitã mulher de congado da região.

As atividades lideradas por mulheres na cidade mostram o quanto de conhecimento e experiência elas têm a passar para àquelas e aqueles que se preocupam com as desigualdades sociais e urbanas. Além disso, é considera-las como agentes do conhecimento, não objeto de estudo. De acordo com Perry:

Os movimentos feministas e negros, bem como os movimentos sociais em geral, ainda precisam prestar atenção ao ativismo de bairro nas cidades brasileiras, onde é realizado o trabalho político cotidiano de mulheres negras pobres com escolaridade limitada. (PERRY, 2016, p. 100. Tradução da autora)

Patrícia Hill Collins (2019) pontua como a epistemologia do feminismo negro captou os temas centrais da vida de mulheres negras, dando visibilidade às suas reivindicações. Não que somente através da militância do feminismo negro as lutas seriam possíveis, mas de fato, dialeticamente, esse movimento se constrói a partir da vivência das mulheres bem como fortalece a luta delas. Quando o espaço é pensado, principalmente na academia, dificilmente percebe-se que a experiência e a sabedoria do cotidiano dos “subalternos” se constituem como estruturas fundamentais, pois vive-se sob a validade do conhecimento masculino, hétero, branco e do norte global. Segundo Collins (2019), o papel do feminismo negro não é fácil pois precisa ir de contrapartida à visão dos homens brancos.

Os temas centrais do pensamento feminista negro, como trabalho, família, política sexual, maternidade e ativismo político, baseiam-se em paradigmas que enfatizam a importância de opressões interseccionais na abordagem da matriz de dominação. (COLLINS, 2019, p. 402)

A produção da práxis do feminismo é apresentada por Ávila e Ferreira (2017) como a dialética entre a produção do conhecimento e a militância política. A produção do conhecimento vai exigir o pertencimento político, ou seja, esse conhecimento produzido da prática feminista não é neutro e nem pode ser com relação a nenhum outro tema que afeta a vida das mulheres. Isso exige que os assuntos tratados não sejam entendidos somente como referentes à vida das mulheres, mas como assuntos que se interpelam em múltiplas escalas, por exemplo, tipos de governo, migração, posse de terras, propriedade privada, acesso a

bens comuns, espaço cibernético, desmatamento, entre outros. Um movimento político é sempre uma práxis, já que é “um agir que se ancora em um trabalho constante de construção do pensamento e da ação” (ÁVILA; FERREIRA, 2017, p. 148).

Esses temas centrais captados pelo feminismo negro são, de certa forma, temas que passam a discussão sobre o direito à cidade, que nada mais é que o direito à autodeterminação da vida a partir da prática auto-organizada e “se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na sociedade, ao habitat e ao habitar” (LEFEBVRE, 2016, p. 134). A ideia de que a luta é coletiva já induz a não separação de sujeitos na busca por um horizonte de transformações da vida, então mesmo que no contexto desse artigo o feminismo negro seja o foco, a luta pelo direito à cidade e pelo direito das mulheres não se limita às ações das próprias mulheres, já que o machismo também influencia a vida dos homens, em nível diferenciado.

A princípio, a tessitura das ações do coletivo feminista negro visa conscientizar que somos todos sujeitos diferentes, porém coletivos, que estão em coexistência com formas de governo, sistemas econômicos, pluralidades culturais e que, portanto, existem desigualdades e formas de opressões que não devem ser vistas como normais e fatalistas (MARI-CATO, 2002). O principal ponto de partida é perceber até que ponto as mulheres negras se entendem como mulheres negras de fato e trabalhar isso junto a elas. Com a sensibilidade ao “eu como pessoa ativa”, pode ser trabalhada a problematização da cidade a partir da leitura do espaço partindo da primeira escala, o corpo. Nessa fase, a cidade poderá ser percebida como materialização das relações opressoras de gênero, sexualidade, raça e de classe. Muitas vezes fora dos espaços de poder de decisão, o silenciamento das mulheres negras acarreta na invisibilidade do conjunto de opressões materiais e simbólicas, mas ao juntarem e organizarem mulheres para que a realidade seja discutida, os coletivos feministas negros exploram a consciência de quem está presente nas diferentes esferas da reprodução do cotidiano.

Em entrevista concedida em 2018 a uma membra do Grupo Dandara, Tatiana Silva considera importante a auto organização da sociedade civil, das ações dentro dos bairros e no encontro de mulheres para mudar a realidade. Segundo ela

Você levar você, a sua ideologia, a sua história, entendeu? E tentar buscar sempre o melhor, *pra* você, *pra* sua família, *pra* comunidade onde você vive. Porque eu penso *pra* mim assim: “\_ nós somos um coletivo”, entendeu? [...] Eu acho muito difícil você se centralizar e querer, com todas as dificuldades que as mulheres negras, de comunidade passam, e querer se estruturar. Tipo assim, fazer aquela estrutura de “eu sou negra, eu vou correr atrás dos meus objetivos”. (SILVA, 2018)

Com o relato acima, podemos perceber a perspectiva coletiva de Tatiana, comumente presente nas comunidades e periferias, que reinventam os sentidos de grupo e de sociabilidade nas experiências de expropriações que abrem as brechas que ensejam as lutas. Parece paradoxal, mas as mulheres negras têm uma posição onipresente no cruzamento das opressões o que permite que tenham importante papel político nas reivindicações da vida. Isso não quer dizer que as mulheres negras sabem de tudo por serem mais oprimidas, isso porque elas têm o olhar localizado na sua realidade e compartilham as experiências de seu grupo. Collins (2019, p. 431) afirma que a “parcialidade – não a universalidade – é a condição necessária para se fazer ouvir”, ou seja, reconhecer sua própria posição sem desconsiderar as posições alheias.

Os movimentos preocupados em questionar o funcionamento lógico das estruturas sociais e de poder tendem a ocupar dois tipos de espaços públicos (FIGURAS 1 e 2), o espaço institucional responsável por funções públicas (como as universidades públicas e escolas) e os espaços abertos (ruas e praças) (CATALÃO; MAGRINI, 2017, p. 127).



Figura 1 – Manifestações contra o Golpe de 2016.  
Fonte: Arquivo do Grupo Dandara. São João del Rei, 2016



Figura 2 - Exibição do filme Kbela na Praça do bairro Matozinhos  
Fonte: Acervo do Grupo Dandara. São João del Rei, 2016

Pensando espacialmente, Doreen Massey e Henri Lefebvre colaboram para as ações do feminismo negro, diante da visão que ambos têm de um horizonte de liberdade e que além do espaço abarca também a vivência, pouco explorada nos estudos geográficos. Seus estudos espaciais e urbanos nos oferecem o caminho da superação de dicotomias, como teoria e prática, sob o argumento de que o espacial é político e que, portanto, devemos pensar o espaço como forma de perturbar a ordem política imposta (FIGURA 3). A leitura da subjetividade do cotidiano de mulheres negras é pensar o espaço como simultaneidade de “estórias-até-agora” (MASSEY, 2008, p. 28). Essas “estórias-até-agora” são o combustível da insubmissão às condições pelas quais o espaço urbano capitalizado se realiza e que se constitui de outros níveis de opressão (FIGURA 4).



Figura 3 – Performance “Alvo Branco” no centro da cidade  
Fonte: Arquivo do Grupo Dandara. São João del Rei, 2016

Pensar no Direito à cidade é pensar no direito de reprodução da vida e da produção do espaço urbano em conjunto a partir das próprias demandas, sem que essa (re)produção siga as necessidades de determinado sistema econômico, político e cultural. Esse direito é inerente à reprodução do cotidiano, do fazer a vida no dia a dia e não é algo que se deva brigar de fato pelos meios judiciais, por isso ele se configura como algo que virá pelas mãos revolucionárias. Outro fator importante a ser destacado é a perspectiva anticapitalista que a luta pelo direito à cidade deve ter, pois o espaço e as desigualdades se realizam pelo fato do espaço absorver a acumulação desenfreada de capital e pelo capitalismo precisar do espaço para sua concretização e superação de suas crises. Não é objetivo desse artigo dar respostas sobre como alcançar o legítimo direito à cidade, nem apresentar o manual de luta, porém organizar o pensamento e apresentar possibilidades de reflexões. Massey (2008, p. 34) nos auxilia nesse ponto ao afirmar que se quisermos um futuro aberto, o espaço também precisa ser aberto.



Figura 4 – Grupo Dandara na Marcha Mundial das Mulheres Negras  
Fonte: Acervo do Grupo Dandara. Brasília, 2015

Afirmar que o direito à cidade está nas mãos daquelas que estão nas ruas no dia a dia é necessário para que relembremos o seu verdadeiro sentido, pois em um primeiro momento o termo é atrativo para uso indevido por parte de instituições de poder e podem divergir do real sentido da luta interseccionada. As mulheres configuram como o grupo que historicamente encabeçam a busca pelos comuns por constituir como a base da sociedade pelo qual o trabalho produtivo só será possível mediante o trabalho reprodutivo. O conceito de comuns segue a linha tênue do direito à cidade, pois a luta pelos comuns é a luta por novas formas de sociabilidade que lembram as antigas formas comunais de vida, que foram atomizadas com os processos de acumulação primitiva, com o desenvolver das formas capitalistas de relações e com a formação das sociedades de consumo, que levam à precarização da vida e à feminilização da pobreza.

Por mais que a ideia tenha sido captada pelo Banco Mundial e pela Organização das Nações Unidas em direção aos interesses de mercado, os comuns são formas alternativas de reprodução da vida e, portanto, de produção do espaço e atualmente estão sob impactos de privatizações e da “potencialidade de se inibir novas formas de relações sociais” (HARVEY, 2014, p. 134). As mulheres são a peça chave nesse processo, pois “sempre dependeram mais que os homens do acesso aos recursos comuns e foram as mais comprometidas em sua defesa” (FEDERICI, 2019 p. 313) como a própria luta contra o projeto de privatização da água no Brasil (CALISTO; ALVES, 2020) e as diversas formas alternativas que surgem principalmente no sul global, como movimentos de economia popular e solidária, economia feminista e hortas urbanas.

Destaca-se nesse artigo as ações de um coletivo feminista que se encontra no interior do país, em uma cidade histórica de 300 anos que carrega em sua paisagem os traços do período do Brasil colonial. Dessa maneira, o corpo negro feminino é a expressão histórica das desigualdades espaço-temporais e poderá ser através das ações de um coletivo feminista negro que as condições de reprodução da vida serão visadas e caminhos para a emancipação poderão ser pensados a partir da relação individual-coletivo, ou seja, da troca de

experiências (FIGURA 5) que serão repetitivamente contadas e percebidas como padrão. É nessa hora que as tensões e os conflitos da vida cotidiana tomam clareza e se concretizam como constituintes de relações sociais antagônicas que se materializam no espaço. A narrativa é uma ferramenta fundamental para a construção do conhecimento e para estreitar relações entre sujeito e grupo e é a partir disso que mulheres se reconhecerão como semelhantes, porém únicas, com histórias parecidas e com demandas de vida que são as mesmas. A geografia, como ciência humana, precisa estar atenta para o uso dessa ferramenta.



Figura 5 – Roda de conversa com mulheres negras da cidade  
Fonte: Acervo do Grupo Dandara. São João del Rei, 2019

Quanto às ações, o Grupo Dandara realizou em 2016 o evento Dandara além do dia 20 (DOS SANTOS; DOS SANTOS; MELO, 2019) com o objetivo de levantar questões que deveriam ser debatidas ao longo de todo o ano, não somente na semana do 20 de novembro (Dia da Consciência Negra). Foi uma semana com performances em praças e ruas, rodas de conversa em Centros Comunitários, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e escolas de bairros periféricos, com uma logística pensada para a disponibilidade de mulheres trabalhadoras e mães. Um outro objetivo foi causar desconforto nos espaços públicos quanto à invisibilidade de questões da vida da mulher negra tanto com performances problematizadoras quanto com a concentração de várias mulheres negras, politizadas ou não, na mesma via de fluxo de pessoas (FIGURA 6). O espaço público foi fundamental para que as ações acontecessem, pois entende-se que a mulher negra sempre foi pública (ou seja, sempre trabalhou e sempre transitou pelas ruas) mediante as condições de vida desde a escravidão e que, portanto, a via pública é o lugar por onde comumente elas transitam para os trabalhos relegados à elas.



Figura 6 – Espaço de conversa sobre a condição da vida das mulheres negras  
Fonte: Acervo do Grupo Dandara, São João del Rei, 2016

Ao fim das atividades, as membras do grupo relataram o desgaste de organizar um evento independente de qualquer ajuda institucional, como Câmara de Vereadores da cidade, pois não conseguiram apoio, exceto algumas ações individuais de pessoas que colaboraram para que o evento ocorresse, como professores e artistas locais. Outro fator desgastante foi pensar no evento que fosse possível a participação de mulheres negras trabalhadoras da cidade. Dessa forma, optou-se por algumas das atividades serem realizadas dentro dos bairros periféricos, a fim de evitar que essas mulheres tivessem a mobilidade urbana como dificultadora da participação. Ainda assim, a rotina de reprodução social das mulheres era o próprio fator que dificultava sua participação nas atividades, como o cansaço após o trabalho, o cuidado dos filhos e companheiros e até a falta de estímulo para as discussões. Mesmo com essas conclusões, entende-se que a luta em busca da emancipação virá por essa classe trabalhadora feminina e negra, por serem as principais impactadas com o projeto colonial e agora neoliberal. É necessário repensar em como chegar nessa camada da população que muito tem a contribuir na construção teórica (PERRY, 2016; COLLINS, 2019) e o feminismo negro pode ser o mediador nessa relação entre academia e população.

## Considerações finais

As leituras realizadas sobre o espaço segundo Lefebvre (2006) e Massey (2008) nos mostram que a geografia feminista deve ser não somente construção de conhecimento e realização de pesquisa, mas também um ato político de questionamento das estruturas dominantes. Sob essa influência, entende-se que o feminismo que se junta à geografia na análise espacial não só deve questionar as desigualdades sexuais e de gênero, mas igualmente rea-

lizar a crítica profunda às condições de vida das mulheres racializadas e levantar questões sobre a “feminização racializada da pobreza”. Essa leitura deve estar ligada à dinâmica da globalização que correntemente reformula as condições da reprodução social e da divisão internacional, sexual e racial do trabalho. Quanto às práticas sociais no espaço urbano, o cotidiano expresso por essa feminização racializada da pobreza pode ser a ferramenta analítica potente para se projetar teorias e ações de transformação da vida urbana.

Esse texto não é um manual prático de conquista do direito à cidade, pois o direito à cidade é algo inerente à nossa própria existência desde que o espaço é condicionante e condiciona as relações sociais. Pressupõe-se que o direito à cidade seja conquistado a partir da ação radical, que rompe com estruturas opressoras que tem mantido sujeitos coletivos como sujeitos individualistas. Se está bem entendido que a luta pelo direito à cidade necessariamente precisa ser uma luta que rompa com a estrutura capitalista que condiciona a sociabilidade, esse artigo nos faz refletir que também é preciso adotar a postura contra outras formas de opressão. Gênero e raça são constituintes, mesmo que implícito, dos debates de movimentos sociais, associações de bairro e coletivos na academia e porque não a geografia para visibilizar esses grupos quando ela propõe pensarmos em desigualdades socioespaciais, reforma urbana e direito à cidade?

A geografia feminista deu largos passos em direção a um debate mais completo na análise espacial, ainda que se construa em confronto com o pragmatismo das ciências modernas. Entretanto, as contribuições do feminismo negro na geografia ainda são embrionárias, mesmo que alguns trabalhos no Brasil e no mundo estejam sendo produzidos. A interseccionalidade como ferramenta de análise nos foi oferecida e independente do método de abordagem, seu principal papel foi nos atentar para as opressões que são deixadas as margens, bem como os sujeitos que são padronizados como universais.

As histórias e experiências de grupos e coletivos precisam ser documentadas e compartilhadas para que também sirvam de material teórico que ensaja a luta na teoria e na prática. Por mais que a produção científica qualitativa que usa de metodologias de oralidade seja correntemente desvalidada pelos reducionistas e tecnicistas, esse é um dos caminhos a serem seguidos para desvendar o cotidiano e as práticas sociais. A vida e o espaço social são constituídos de tensões e dinâmicas que não podem ser negados na análise acadêmica, pois elas ajudam a desvendar as relações entre as estruturas de poder e as existências dos sujeitos.

## Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019, 255p.

ALVES, Alê. Angela Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. *El país*, Salvador, 27, jun, 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503\\_610956.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html) Acesso em 10 jul 2020

ÁVILA, Maria Betânia. FERREIRA, Verônica. A produção do conhecimento na práxis criativa do feminismo. Aportes a partir de uma perspectiva materialista, situada e emancipatória. In: SAGOT, Montserrat (Coord.). **Feminismos, pensamiento crítico y propuestas alternativas en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2017. p.145-157.

BOUERI, Aline Gatto. Maioria entre desempregados e sobrecarregadas por tarefas de cuidado, brasileiras e argentinas sofrem mais com ajustes. **Gênero e Número**, 2019. Disponível em: <http://www.generonumero.media/mulheres-reforma-trabalhista-brasil-argentina-desempregadas-sobrecarregadas/> Acesso em 06 jul 2020

CALISTO, Dalila; ALVES, José Josivaldo. O avanço da estratégia de privatização da água no Brasil. *Jornal Brasil de Fato*. São Paulo, 27, jun., 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/27/artigo-o-avanco-da-estrategia-de-privatizacao-da-agua-no-brasil> Acesso em 10 jul 2020

CATALÃO, Igor; MAGRINI, Maria Angélica. Insurgência, espaço público e direito à cidade. **Revista da ANPEGE**. v. 13, n. 22, 2017, p. 119-135. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6942>. Acesso 12 jul 2020

COLLINS. Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019, 495p.

COLOMBARA, Mônica. **¿Cómo las mujeres vivimos la ciudad?** Apresentação no Encontro de geógrafos da América Latina. S.d. 6p. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal4/Teoriaymetodo/Investigacion/04.pdf>. Acesso 08 jul 2020

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Revista Estudos Feministas**, n. 1, 2002a, p. 7-16

\_\_\_\_\_. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Tradução de Liane Schneider. **Estudos Feministas**, Ano 10, 2002b, p. 171-188.

DOS SANTOS, Bruna Lúcia; DOS SANTOS, Amanda Barbosa Veiga; MELO, Iuli Maria do C. A experiência do evento “Dandara: além do dia 20” para valorização da vida negra em São João del Rei – MG. **Revista Multiverso**, Juiz de Fora. V. 4, p. 1-12, 2019. Disponível em: <http://periodicos.jf.ifsudestemg.edu.br/multiverso/article/view/340> Acesso em 14 jul 2020

FANON, Franz. **Os condenados da Terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968, 275p.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante. 1ª ed., 2019, 388p.

GONZÁLEZ. Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod\\_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C3%A9lia%20-%20Racismo\\_e\\_Sexismo\\_na\\_Cultura\\_Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf). Acesso 08 jul 2020

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes. 1ª ed, 2014, 294p.

KATZ, Cindi. Capitalismo vagabundo e a necessidade da reprodução social. Tradução de Gilberto Cunha Franca e Valeria Fontes. **Geosp - Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 2, p. 435-452, 2019. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/158736>. Acesso em 12 jul. 2020

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática. 1991, 216p.

\_\_\_\_\_. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. (do original: *La Production de l'espace*. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000), 2006, 476p.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 6ª ed., 2016, 144p.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2ª ed., 3ª reimpr., 2019, 212p.

MARICATO, Ermínia. Erradicar o analfabetismo urbano. **Blog Ermínia Maricato**, 2002. Disponível em: [https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2012/03/maricato\\_analfabetismourbano.pdf](https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2012/03/maricato_analfabetismourbano.pdf) Acesso em 10 jul 2020.

MASSEY, Doreen Barbara. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução: Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2008, 312p.

MONK, Janice. HANSON, Susan. On not excluding half of the human in human geography. **Professional Geographer**, 34(1), 1982, p. 11-23. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/229527706\\_On\\_Not\\_Excluding\\_Half\\_the\\_Human\\_in\\_Human\\_Geography](https://www.researchgate.net/publication/229527706_On_Not_Excluding_Half_the_Human_in_Human_Geography) Acesso em 01 jul 2020

PERRY, Keisha-Khan Y. Geographies of Power: Black Women Mobilizing Intersectionality in Brazil. **Meridians: feminism, race, transnationalism**. V. 14, nº 1, 2016, p. 94-120. Disponível em: <http://unequalcities.org/wp-content/uploads/sites/17/2019/01/Perry-Keisha-Khan-Meridian-Article.pdf>. Acesso em 05 jul 2020

SILVA, Joseli Maria; NABOZNY, Almir; ORNAT, Mario José. A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica: uma questão de escolhas metodológicas. **Abordagens Geográficas**. V 1, n. 1, 2010, p. 23-41. Disponível em: [http://abordagensgeograficas.geo.puc-rio.br/media/Artigo\\_2.pdf](http://abordagensgeograficas.geo.puc-rio.br/media/Artigo_2.pdf). Acesso em 08 jul 2020

SILVA, Joseli Maria. et. al. **Não me chame de senhora, eu sou feminista!** Posicionalidade e reflexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. **GEOgraphia**, Universidade Federal Fluminense. V. 19, n 40, 2017, p. 12-20. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13796>. Acesso em 08 jul 2020

SILVA, Tatiana Maria da. Entrevista concedida a Bruna Lúcia dos Santos. São João del Rei, 18 abr. 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução: ALMEIDA, Sandra Regina Goulart, FEITOSA, Marcos Pereira e FEITOSA, André Pereira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, 133p.

## NOTAS

1. Alusão ao título da obra *Os condenados da Terra* (1968) de Franz Fanon.
2. Alves (2017) se refere à fala de Angela Davis na Universidade Federal do Recôncavo Baiano em Cachoeira, Bahia.
3. Desprezo por aqueles trabalhadores que de alguma forma receberam dinheiro do Estado como auxílio (FEDERICI, 2019, p. 79).
4. Katz (2019, p. 476) concebe o capitalismo vagabundo como “assediador do mundo, disperso, dissoluto, irresponsável”.
5. Sobre as irrupções vindas das ruas para superar a realidade urbana.
6. Um exemplo é a dissertação de Nathália Alves da Silva no mestrado em arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/31365>. Outro trabalho sobre a temática é o artigo de Talita Cabra Machado e Alecsandro José Prudêncio Ratts. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/viewFile/6437/4996>
7. A entrevistada assinou termo de consentimento em ter o nome exposto a fim da popularização dos relatos.
8. As imagens foram cedidas pelo grupo Dandara, que permitiram a exposição dos rostos.

# **VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS EM CAMPINAS-SP:**

O paradoxo entre a lógica espacial masculina e a experiência feminina

**VIOLENCE AGAINST WOMEN AND PUBLIC INSTITUTIONS  
IN CAMPINAS-SP:** The paradox between male space logic and  
female experience

**LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES Y LAS  
INSTITUCIONES PÚBLICAS EN CAMPINAS-SP:** La paradoja  
entre la lógica del espacio masculino y la experiencia femenina

## RESUMO

A violência é historicamente construída e estruturalmente mantida na sociedade. No que tange ao gênero, a violência se reafirma através de relações de poder patriarcais, constantemente presentes nas vivências cotidianas: às mulheres estão expostas às vulnerabilidades decorrentes de dinâmicas que hierarquizam os papéis entre masculino e feminino. Apesar de crescentes iniciativas, a espacialidade continuamente auxilia na manutenção das relações violentas de poder pautadas, entre outros pilares, na construção social do gênero.

Campinas, município do estado de São Paulo, evidencia a dominação de poder masculina no desenvolvimento do tecido urbano, inclusive no que diz respeito aos locais de atendimento às mulheres vítimas de violência, salientando a desigualdade espacialmente intrínseca às relações sociais. Partindo desta realidade, o presente artigo propõe um debate inicial acerca das dimensões escalares que compõem a multiplicidade de relações espaciais que fomentam a lógica das redes materiais e imateriais constituidoras de vulnerabilidades às mulheres campineiras.

Palavras Chave: mulheres, violência, Campinas.

## ABSTRACT

Violence is historically constructed and structurally maintained in society. Regarding gender, violence is reaffirmed through patriarchal power relationships, frequently denounced in daily experiences: women are associated with exposure to the vulnerabilities resulting from the dynamics that prioritize roles between men and women. Despite growing initiatives, spatiality continuously helps to maintain the violent power relations based, among other pillars, on the social construction of the gender.

The city of Campinas, in the state of São Paulo, highlights the domination of male power in the development of the urban areas including concerning the places of care for women who are victims of violence, emphasizing the inequality that is spatially intrinsic to social relations. Based on this reality, this article proposes an initial debate about the scalar dimensions that make up the multiplicity of spatial relationship that foster the logic of material and immaterial networks that constitute vulnerabilities to rural women.

Keywords: women, violence, Campinas.

## RESUMEN

La violencia se construye históricamente y se mantiene estructuralmente en la sociedad. En cuanto al género, la violencia se reafirma a través de las relaciones de poder patriarcales, constantemente presentes en las experiencias diarias: las mujeres están expuestas a las vulnerabilidades consiguientes de las dinámicas que jerarquizan los roles entre lo masculino y lo femenino. sigue asistiendo al mantenimiento de relaciones de poder violentas basadas, entre otros pilares, en la construcción social del género.

Campinas, ciudad del estado de São Paulo, muestra el dominio del poder masculino en el desarrollo del tejido urbano, incluso en lo que respecta a los lugares de atención a las mujeres víctimas de la violencia, poniendo de manifiesto la desigualdad espacial intrínseca a las relaciones sociales. Basado en esta realidad, el artículo propone un primer debate acerca de las dimensiones escalares que conforman la multiplicidad de relaciones espaciales que alimentan la lógica de las redes materiales e inmateriales que constituyen vulnerabilidades a las mujeres de Campinas.

Palabras clave: mujeres, violencia, Campinas.

## Introdução

Em uma trajetória geográfica por inúmeras vezes baseada em um pragmatismo na análise espacial, é de extrema relevância firmar as bases de um olhar múltiplo sobre os discursos espaciais. Encarar o espaço enquanto vivo, dinâmico, multidimensional, aberto e em constante produção é um pré-requisito para que a história também seja aberta (Massey, 2008), assim como as possibilidades políticas atreladas às relações sociais. Assume-se o compromisso de um espaço político, não neutro e muito menos objetivo, fechado e estático. Não somente político em sua totalidade, mas também diverso em suas configurações, com relação à interseccionalidade dos sujeitos que o compõem.

Neste sentido, o espaço político possui características de trajetórias múltiplas que intensificam o caráter capitalista, patriarcal, eurocêntrico e heteronormativo dos elementos espaciais. Com isso, as trajetórias são marcadas por elementos como gênero, raça e classe que podem ser encarados como marcas sociais dos sujeitos que colocam seus corpos em intensa negociação, permitindo a construção de identidades espaciais, afirmando que

O espaço não possui uma única configuração, tendo em vista como Massey (2008), o espaço é relacional e nesse sentido o espaço irá se compor a partir de relações que se estabelecem entre pessoas “hierarquizadas”. Neste sentido, o espaço é esfera da multiplicidade relacional, permitindo a construção de identidades a partir das quais ocorrem as interligações entre as identidades dos sujeitos. Neste conjunto múltiplo, as relações são capazes de colocar alguns indivíduos em situações de vulnerabilidade em relação a outros (Campos de, 2014: 10).

As nuances de poder pautadas na construção de relações atreladas à consolidação dos interesses capitalistas e patriarcais, instituem e mantêm o padrão de gênero, através da força dos sujeitos que têm maior alcance de mobilização de recursos para manter o poder no processo de lutas simbólicas entre os corpos. A organização do espaço funciona como elemento das relações de gênero, estas que são mantidas através de uma construção de definição social “binária”, atrelada à estruturação capitalista que define a opressão, subordinação e exploração dos corpos (a razão, masculina e que explora, e a natureza, feminina, que é subordinada às ações racionais). Conforme afirma Massey (1995), os dualismos profundamente interiorizados estruturam a identidade pessoal e a vida cotidiana, e esse feito tem consequências para a vida de outras pessoas, porque estrutura, por sua vez, a prática das relações e das dinâmicas sociais, e extrai a codificação do feminino e do masculino nos ‘cimentos filosóficos’ mais profundos da sociedade ocidental. (Mcdowell, 1999) - o que faz com que Massey (1984) e também Silva (2009), apontem para uma organização do espaço compreendida como sexista e que funciona como um elemento de ordenamento das relações de gênero.

Através de uma economia capitalista com acumulação baseada na exploração e subalternação de gênero, o planejamento urbano também se constitui como ferramenta de auxílio da produção capitalista do espaço, materializando simbolismos urbanos que atuam na manutenção da desigualdade de gênero. Retomando o pensamento de Corrêa (2003), eis o que é espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. Ao adotar a perspectiva simbólica trazida por Corrêa (2003), é possível dialogar com o gênero na medida em que o espaço possui como característica o simbolismo e, assim, pode-se argumentar que a paisagem da cidade é fortemente masculina. (Campos de, 2014).

Dessa forma, sendo real em seu simbolismo, a cidade também é manutenção da multidimensionalidade das relações, traçando distintas trajetórias. Em diferentes escalas, as relações são constantemente mantidas e transformadas a partir da perspectiva política de produção social do espaço. As estruturas de dominação racial, sexual e de classe afetam a cidade, que não é neutra, e, portanto, exprime relações sociais e reproduz, espacialmente, as divisões da sociedade na forma de segregação, organizando o espaço e o tempo dos indivíduos (Calió, 1991: 96).

Em Campinas, município do interior de São Paulo, as iniciativas voltadas à pautas interseccionais são fragmentadas e deficitárias. As ações do Estado obedecem à uma hie-

rarquização de poder, em que o controle das intervenções também constitui o controle dos corpos no espaço urbano. É evidente, portanto, que o Estado capitalista se recusa a assegurar parte das tarefas cotidianas que são sociais e não exclusivamente femininas. Impõe a divisão dos “sexos” camuflada pela separação dos papéis “naturais” dos gêneros (binários), e na moral dita “universal”, penalizando diretamente o cotidiano das mulheres. E quanto mais os equipamentos sociais coletivos são insuficientes em sua precariedade, maior a complexidade da administração das relações em que os sujeitos estão inseridos, fazendo com que a hierarquização destas relações fique cada vez mais evidentes.

Estas dimensões nos conflitos de trajetórias no espaço urbano acabam por se manter (e serem constituídas intimamente) pela violência destas relações de poder. Podemos considerar que a violência também possui a sua geograficidade, não podendo ser encarada como um fato homogêneo, fixo e estático. É necessário compreender sua multiplicidade e ressaltar que neste sentido, a cidade pode ser considerada como lócus da manutenção das relações violentas. A partir desta perspectiva, a violência assume papel protagonista nas relações estabelecidas na reprodução das desigualdades de gênero e na permanência sexista da divisão espacial e social entre os corpos. Por essa razão,

A violência doméstica é tão estrutural quanto a de classe e a interétnica. Ou seja, a sociedade não é dividida em fatias. Ao contrário, é uma totalidade orgânica. Por conseguinte, não cabe classificar a chamada violência urbana de estrutural e a violência doméstica de intersubjetiva, interpessoal. A estruturação da sociedade realiza-se a partir, simultaneamente, dos três eixos mencionados: gênero, etnia, classe. (Safioti, s/d).

Merece destaque o fato da violência familiar não ser a expressão unilateral do temperamento violento de uma pessoa, mas ser produzida conjuntamente – embora não igualmente – por vários indivíduos na convivência da família. Não há objetos, apenas sujeitos (Safioti, s/d). De maneira geral, a violência contra a mulher em suas diversas formas pode ser considerada como todo ato de violência por razão de gênero, capaz de gerar danos físicos, sexuais, psicológicos e sofrimento, incluído, neste contexto, ameaça de tais atos, coerção, privações arbitrárias de liberdade, que venham a ocorrer em instância da vida pública ou privada. (Audi et al, 2009: 588). Segundo Araújo (2008), desde 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) já reconhece a violência contra a mulher como um problema de saúde pública.

No município campineiro, dados do último boletim Sisnov (Sistema de notificação de violência de Campinas, que faz notificações de maneira compulsória, através de atendimentos realizados pela rede pública - principalmente nos setores da saúde e assistência social- do município), registrou um aumento de quase 200% nas notificações de violência contra a mulher, sendo a violência física a maior porcentagem das ocorrências, representando aproximadamente 70% das notificações. Campinas registrou em 2019 uma média de 6000 inquéritos referentes à violência contra a mulher, sendo que a maior parte dos registros se relaciona à ocorrência de violência no ambiente doméstico. Paradoxalmente, em uma sociedade estruturada através da exploração baseada no gênero, as mulheres são condicionadas à reprodução do trabalho não pago no ambiente doméstico. A casa, neste sentido, é generificada no que diz respeito às redes relacionais estabelecidas no ambiente privado. Contudo, mesmo sendo o local de permanência e vivência feminina, uma vez que no espaço público da cidade elas são constantemente violentadas e excluídas, o ambiente doméstico é o potencial reprodutor de episódios de violência contra a mulher.

As notificações de ocorrência de episódios violentos possuem respaldo dos equipamentos públicos da “Rede da Mulher”, constituída com o propósito de fornecer atendimento, acompanhamento e proteção às mulheres vítimas de violência doméstica. Contudo, a possível eficácia destes instrumentos públicos esbarra na lógica do planejamento urbano dualista e sexista de Campinas, que ignora a vivência feminina e o estabelecimento de redes de relações entre mulheres, bem como auxilia na divisão dual entre o espaço da produção/reprodução, do público/ privado, ampliando os abismos da desigualdade e da vulnera-

bilidade às quais as mulheres vivenciam no cotidiano da cidade. Segundo Calió (1991: 53), apesar de um urbano supostamente “assexuado”, a cidade segrega as mulheres, o seu simbólico é masculino. O patriarcado domina e estabelece hierarquias, fazendo com que homens e mulheres não vivam a cidade da mesma maneira. Dessa forma,

O Estado se recusa a assegurar parte das tarefas cotidianas que são sociais e não femininas. Impõe a divisão dos ‘sexos’, camuflada pela separação dos papéis com base no ‘natural’ e na moral dita ‘universal’, penalizando o cotidiano das mulheres. E quanto mais os equipamentos sociais coletivos são deficientes, mais difícil fica administrar a vida familiar. Além do que, as mulheres estão afastadas tanto da concepção quanto da produção de grande parte deles. O que, aliás, contradiz a afirmação habitual de que “isso é do domínio das mulheres”. Domínio do consumo, mas não da concepção e da produção. (Calió, 1991: 106).

Em tempos de desmontes de políticas públicas, especialmente no que diz respeito às mulheres, é extremamente necessário construir uma análise, com base na complexidade das condições objetiva e subjetiva, com elementos que impactam a disputa ideológica, as narrativas e a institucionalização do poder dos discursos dominantes, trata-se de um exercício fundamental para entender e atuar no contemporâneo. (Franco, 2017, pp. 90-91). Debruçar-se sobre as questões referentes à vivência feminina no município de Campinas traz à tona o debate referente aos usos, percepções, circulações e manutenção de um espaço múltiplo e aberto, mantido continuamente através das relações de poder estabelecidas entre a identidade dos corpos no espaço da cidade. Reafirmando o posicionamento de Calió (1991: 146),

Incorporar a noção de gênero na Geografia não é meramente adicionar outra dimensão, mas construir instrumentais que impulsionem críticas e novas direções. O que criticamos é o discurso científico da Geografia onde o geral e o masculino se confundem. As teorias sócio espaciais quando não consideram o gênero, sua gênese e natureza social, não levam em conta a opressão sexual e permanecem na ideologia sexista. As omissões são reveladoras.

Com base nas discussões apresentadas, no decorrer deste artigo serão abordadas questões relativas à espacialidade dos equipamentos de atendimento à mulher vítima de violência em Campinas - SP, assim como o debate referente aos episódios de violência. Para tanto, a narrativa será pautada em referenciais bibliográficos que auxiliem na relação de gênero construída espacialmente, além das produções cartográficas e no compilado de dados de plataformas oficiais. Ressalta-se que por este artigo ser um produto de uma pesquisa de mestrado ainda em andamento, não se propõe através de sua publicação quaisquer conclusões definitivas sobre o trabalho.

## **Espaço e Gênero: construção histórica e social**

Segundo McDowell (1999), tanto o corpo como a conduta sexual são construções sociais e, portanto, suscetíveis de variação, baseadas em determinadas ideias (que também mudam) sobre o que é “natural” e “normal”. Em outras palavras, possuem uma história e uma geografia, uma vez que é necessária uma construção espaço-temporal do discurso. Em distintas sociedades e épocas a distinção biológica (aparentemente natural entre “homem” e “mulher”) foi construída a partir de uma diferença de valor ou qualidade social. Neste sentido, através de uma história social pautada no desenvolvimento das relações capitalistas de produção e reprodução da sociedade, nota-se a dialética da construção social das representações e do espaço “masculino” e “feminino”.

Uma economia capitalista funciona através da divisão de gênero no trabalho, sendo um processo de acumulação baseado no gênero. O fato de que sejam os homens que controlam a maior parte das riquezas é um aspecto da criação social da masculinidade, bem como da centralização patriarcal da sociedade capitalista. No sentido mais específico, o patriarcado é aquele sistema que estrutura a parte masculina da sociedade como um grupo superior

ao feminino, e que possui autoridade sobre o segundo. As sociedades industriais baseadas no capitalismo apresentam numerosas formas de estruturar e reforçar a superioridade dos homens sobre as mulheres (McDowell, 1999).

Entende-se que o padrão de gênero instituído é mantido pela força dos sujeitos que têm maior alcance de mobilização de recursos para manter o poder no processo de lutas simbólicas (Silva, 2007a). Não somente existe um paralelo entre a maneira de conceituar o espaço e a forma de conceituar entidades/ identidades (tais como sujeitos políticos), mas também o espaço, que é desde o início, parcela integrante da constituição daquelas subjetividades políticas (Massey; Keynes, 2004: 9).

Reitera-se que a força do sujeito e a extensão do valor de sua dominação social é constantemente reproduzida através das relações de poder, que segundo Foucault (1987), não impõem o poder desde o alto, com proibições, mas com uma força que opera desde baixo, o biopoder, para justificar a importância do controle corporal (McDowell, 1999: 80). Constatou-se, portanto, que

O trabalho da mulher foi individualizado e limitado à produção de valores de uso para o consumo direto e privado. O do homem, traduzido em objetos economicamente visíveis, foi destinado à criação de riqueza, entrando no processo de troca. A vida social dividiu-se: de um lado, a vida pública, ligada às atividades de produção social e, de outro, a vida privada, ligada às atividades de reprodução social. A primeira passará por grandes transformações históricas e a segunda, conservadora, evoluirá muito lentamente. (Calió, 1991: 64).

Através desta dialética, promove-se também a leitura da violência, força através da qual a natureza é dominada, ação essencial no sistema de dominação capitalista, o qual a natureza é passiva de exploração em prol da acumulação produtiva da força de trabalho. A reprodução das normas e relações de poder, o uso e alcance da violência é dado pela sociedade capitalista. A partir deste pressuposto, reitera-se a dualidade na significação dos papéis de gênero: a Natureza, dominada, associa-se ao feminino e a Razão, dominante, vincula-se ao que é entendido enquanto masculino. O homem se identifica simbolicamente com a cultura, que é uma tentativa de dominar e transcender a natureza (e a mulher). Dessa forma, a violência e a dominação acabam por ser uma constante na vida das mulheres no capitalismo (Federici, 2017). Conforme McDowell (1999: 75), a associação da mulher com a natureza, ou a representação desta em forma de mulher é tão expandida que, segundo Sherry Ortner (1974), a divisão do mundo em natureza e cultura e associação de cada uma delas a mulher e ao homem, respectivamente, poderia ser a base da distinção intercultural ou universal dos dois sexos.

Um sujeito vivencia múltiplas dimensões e espacialidades, posicionando-se diferentemente nas relações de poder, de acordo com as marcas que esse corpo carrega e suas intersecções identitárias (Rose, 1993 apud. Gomes; Silva, 2014: 5) e a violência, como parte intrínseca às relações vivenciadas, é prática recorrente entre os corpos dominantes como instrumento de educação e disciplinarização. Dessa forma, às mulheres se associam um conjunto de práticas históricas e sociais violentas, que em um viés dualista de dominação/ dominador, exploração/acumulação, produz vulnerabilidades relativas e cotidianas.

A partir destes pressupostos, é possível inferir que a experiência espacial é generificada, pois as experiências individuais se fazem pelos corpos, que são marcados socialmente por elementos como gênero, raça, idade e assim por diante. No que diz respeito à vivência feminina, tais marcas corporais posicionam as mulheres em uma trama de relações de poder que se faz constantemente e possui profunda implicação espacial. (Campos de, 2014: 3). É o corpo, portanto, que organiza as narrativas espaciais, selecionando, saltando, agrupando. (Ramos, 2002). McDowell (1999: 78) afirma que:

As diferenças corporais têm uma enorme importância na hora de decretar uma situação de inferiorida-

de, já que os grupos dominados não têm outro modo de definição além do corpo, que se converte em uma prisão, enquanto o grupo dos dominantes ocupam um posto neutro, universal que é sempre branco e masculino. As mulheres, marcadas em seu corpo e por gestos, se definem como o outro.

### A espacialidade dos equipamentos públicos em Campinas

O município adotado enquanto escopo deste estudo, Campinas - SP, possui uma história espacial que acompanha as tendências da urbanização brasileira, cujo processo expõe o peso dos impulsos modernizantes para a dinâmica urbana dos mais pobres, uma vez que a defesa de um espaço mais justo esbarra nas lógicas de uma cidade corporativa e fragmentada (Souza, 2008). Portanto, falar em organização espacial de Campinas significa, também, ressaltar a hierarquização dos lugares e dos espaços. Nota-se que

A urbanização desenvolvida pela sociedade capitalista privilegia consideravelmente as tarefas relacionadas à produção no lugar das necessidades, espaços e atividades relacionadas à realização de tarefas reprodutivas. O urbanismo e o planejamento urbano são constituídos de modo a auxiliar a produção capitalista e não o bem-estar cotidiano. (Helene, 2019: 960).

O processo de abandono da área central pelas camadas de renda mais elevadas e pelo comércio e serviços destinados a essa população (...) criando as 'novas centralidades', é forte característica do tecido urbano que se generalizou, nos anos 90, na Região Metropolitana de Campinas. (Caiado; Pires, 2006: 286). A concentração de renda na cidade está localizada no eixo Norte-Nordeste, enquanto que as classes de renda mais baixas estão mais presentes nas regiões mais a Oeste e Sul do município. No ciclo de ocupação campineira, as classes mais abastadas também saíram do centro em direção às áreas periféricas e, com isso, aqueles que habitavam nos extremos da cidade acabaram se deslocando (Souza, 2008).

A mancha urbana de Campinas possui uma região mais central que apresenta uma urbanização consolidada, com áreas bastante adensadas, onde se concentram as atividades comerciais, de serviços e institucionais, e o uso residencial de médio e alto padrão. Na porção Leste na direção dos distritos de Sousas e Joaquim Egídio, encontram-se ainda áreas desocupadas. Mais ao Norte encontra-se o distrito de Barão Geraldo, que abriga a Universidade Estadual de Campinas, apresentando uma concentração de alta e média renda, áreas em grande processo de valorização imobiliária. E por fim, a porção sudoeste do município é caracterizada por uma ocupação rarefeita, de baixo padrão ocupacional e população de baixa renda, apresentando grande tendência de intensificação deste padrão (Caiado; Pires, 2006).

No discurso defendido pela prefeitura do município, com o intuito de centralizar demandas de obras de infraestrutura, auxiliar na gerência dos locais públicos e garantir que as ações executadas pelo poder público minimizem os impactos das desigualdades territoriais entre os habitantes, Campinas foi fragmentada em cinco<sup>1</sup> macrorregiões com suas respectivas administrações, conforme é possível observar na Figura 1.

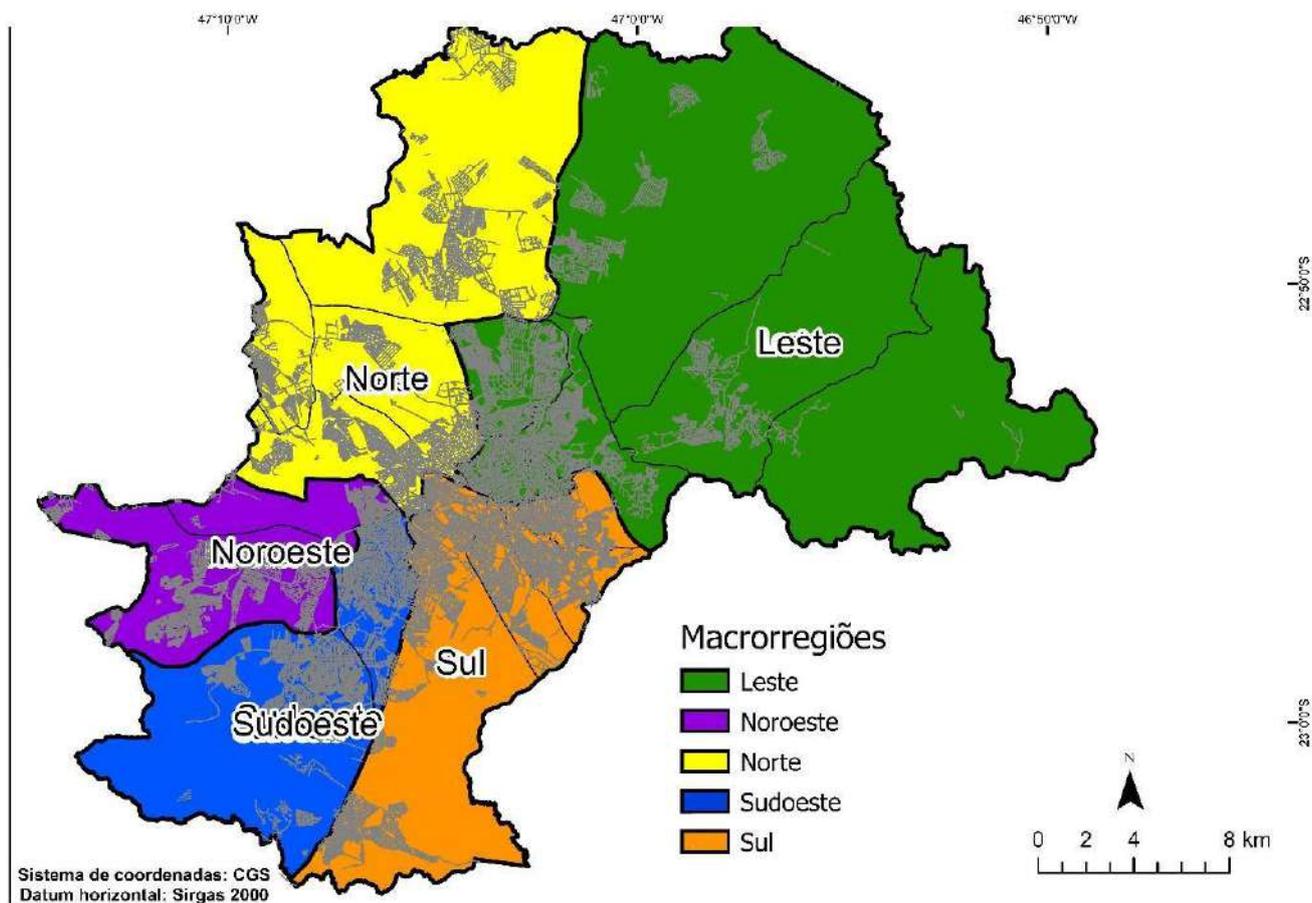


Figura 1: Macrorregiões e respectivas Administrações Regionais de Campinas (2018).  
 Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas (2018). Vetorização das macrorregiões realizada através do ArcGIS.

Contudo, apesar da fragmentação proposta pelas macrorregiões, nota-se a concentração no oferecimento de serviços no decorrer do município, seguindo as lógicas de um planejamento e distribuição de equipamentos através da produção e reprodução capitalista no tecido urbano de Campinas, reafirmando Gonçalves e Pina (2016: 163) que

Apesar da popularização socioeconômica, a região central da cidade ainda concentra população de renda média e alta, assim como as regiões Norte e Leste, o que fica evidente na comparação com outras regiões do município. Isso denota também a persistência da concentração tanto de recursos públicos como de investimentos no espaço urbano.

No que tange a perspectiva proposta por este artigo, é necessário ressaltar que Campinas segue os padrões de um planejamento urbano funcionalista e racionalista que em seu modo de concepção tende a aprisionar mulheres em determinados locais, separando áreas comerciais, industriais e residenciais, demarcando e acentuando a divisão sexual do trabalho historicamente construída para a reprodução das relações de dominação capitalistas. Segundo Silva (2007b), a leitura da distribuição funcional da paisagem urbana reflete a dominância da perspectiva masculina sobre o espaço. Na divisão macrorregional, mesmo que seja defendida a presença mais igualitária de equipamentos públicos que auxiliem na demanda populacional, os espaços predominantemente voltados para habitação e marcados pelas atividades domésticas, constituem-se como espaços nos quais as mulheres são majoritariamente presentes (Helene, 2019), enquanto a presença dos equipamentos não está de acordo com esta realidade de concentração. Falar em organização significa, também, ressaltar a hierarquização dos lugares e dos espaços (Mendonça, 2002 apud. Ribeiro e Silva, 2015: 101), bem como dos corpos que constituem as relações espaciais.

Continuando na mirada macrorregional, atualmente Campinas conta com 1.164.099 moradores (estimativa Censo IBGE 2010), residindo em uma área de 794,744 km<sup>2</sup>. Deste total populacional, o município é composto por mais de 550 mil mulheres, distribuídas pelas cinco macrorregiões. Observando os números, nota-se a tendência populacional de concentração demográfica, em que a Macrorregião Sul apresenta o maior contingente habitacional entre as mulheres, com aproximadamente 26,67% do total de mulheres em Campinas. Seguem, em sequência as macrorregiões Leste (22,93%); Sudoeste (18,71%); Norte (18,46%) e Noroeste (13,23%).

Na constituição do atendimento às mulheres moradoras de Campinas, a Coordenadoria Setorial de Políticas para as Mulheres é responsável por coordenar e promover políticas e diretrizes voltadas às mulheres, articulando todas as esferas de governo e sociedade civil do município, na perspectiva dos direitos humanos e de sua plena integração social, política e econômica (Campinas, 2018). A rede de atendimento especializado em mulheres na cidade, vinculada ao conjunto de ações e serviços de diferentes setores (especialmente a assistência social, justiça, segurança pública e saúde), buscam a integração na identificação e no encaminhamento adequado das mulheres, formando a chamada Rede da Mulher no município. Com o objetivo de aproximar, ampliar e melhorar a articulação entre os órgãos e serviços que atendem a mulher em situação de violência, foi criado o “Fluxo de Atendimento” para que os encaminhamentos feitos pela rede sejam uniformes. Neste fluxo, estão inseridos locais que correspondem a organização da Rede da Mulher, que são eles: CEAMO (Centro de Referência e Apoio a Mulher); Conselho Tutelar; Guarda Municipal de Campinas (que desde 2016 possui o projeto “Guarda amigo da mulher”, que objetiva monitorar o cumprimento das medidas protetivas concedidas, acolher, orientar e encaminhar mulheres para os serviços da Rede da Mulher, sendo acionado pelo número 153); SOS Ação Mulher e Família; CREAS (Centro de Referência Especializado na Assistência Social) das macrorregiões de Campinas; Defensoria Pública do Estado de São Paulo; CAISM - UNICAMP (Centro Integral à Saúde da Mulher); Comissão da Mulher Advogada - OAB Campinas; Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Comarca de Campinas; e Delegacias de Defesa da Mulher (no município, são dois estabelecimentos).

Para além do “Fluxo de Atendimento” institucionalmente estabelecido pela Rede da Mulher é necessário ressaltar que o setor de saúde recebe um alto contingente de mulheres, dentre as quais muitas vítimas de violência doméstica. Em Campinas, por conta da complexidade do sistema de saúde, os equipamentos seguem a lógica de divisão macrorregional proposta pelo poder público como maneira de espriar as localizações e acessibilizar o acesso aos locais de atendimento. O município possui 63 Unidades Básicas de Saúde, dois Hospitais Municipais, três Pronto Atendimentos, três Policlínicas, onze Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e outros 14 Centros de atendimentos Especializados.

Apesar possuir uma articulação (na perspectiva do atendimento e acolhimento de mulheres em situação de violência em Campinas), os equipamentos públicos seguem a lógica da concentração de investimentos públicos nas macrorregiões, a partir de uma demanda que privilegia a situação citada anteriormente por Gonçalves e Pina (2016), com a concentração de capitais investidos no setor público principalmente no eixo Norte - Centro - Leste de Campinas, o eixo de interesse ao planejamento urbano capitalista.

Diferentemente do investimento, a população que tende a procurar com maior demanda os direitos sociais, como é o caso do atendimento às mulheres, se concentra nos eixos de pobreza da cidade, principalmente nas macrorregiões Noroeste, Sudoeste e Sul. Portanto, uma das barreiras encontradas por mulheres na busca por acompanhamento da Rede da Mulher reside nos entraves na acessibilidade a estes locais, numa relação inversa entre a presença de equipamentos e a necessidade das mulheres. Neste sentido, retoma-se que a interseccionalidade nas relações espaciais que distintos corpos estabelecem com o tecido urbano de Campinas promove diferentes interações entre as localidades e os sujeitos.

Nota-se através destas primeiras informações espaciais, que as desigualdades são continuamente materializadas através das relações impostas e defendidas dentro da lógica so-

cial predominante. Coexistem, então, a permanência da desigualdade de gênero, a ausência de políticas públicas adequadas para reduzir a vulnerabilidade relativa das mulheres e, conseqüentemente, uma dinâmica na qual elas acumulam desvantagens em comparação aos homens. As mulheres são expostas à vulnerabilidade durante o período de desenvolvimento por suas expectativas pessoais (e socialmente reforçadas) (Miguel; Biroli, 2014: 35). Segundo Calió (1991, p. 108):

A cidade está proibida para as mulheres. Afirmar essa tomada de consciência sobre territorialidade feminina, não significa ignorar ou mesmo desconsiderar que muitos homens também não têm acesso livre à toda a cidade. Sabemos que a cidade capitalista, com suas normas de 'bem-estar-comum', se diz no lugar de todos. Na verdade, a cidade segrega, hierarquiza e determina espacialmente o acesso de cada cidadão dependendo da classe a que pertença. Mas aqui, voltamos a insistir, estamos tratando do gênero, e nesse sentido, é certo que a condição social de cada mulher pode minorar ou agravar alguns dos seus problemas de 'estar no urbano' mas, é para todas as mulheres que a cidade determina trajetos.

Por esta realidade, é possível retomar a questão da chamada vulnerabilidade maximizada proposta por Butler (2009), que determina politicamente uma condição em que certa parcela da população sofre com a carência de redes de suporte social e econômico, ficando exposta ao dano, violência e morte. A vulnerabilidade é, portanto, uma exposição clara de poder, sendo este dominante através da lógica estabelecida pelo patriarcado, verificada através dos constrangimentos materiais e ideológicos que se impõem às mulheres, que variam e são vivenciados de maneiras diversificadas, de acordo com a classe social, com a raça e também com a sexualidade. (Biroli, 2018: 37). As marcas carregadas por diferentes corpos estabelecem diferentes inter-relações em um espaço múltiplo e de construção não conclusa. O controle do tempo e do espaço, ou pelo menos a capacidade de escolher livremente como os utilizar, é substancialmente influenciado por encadeamentos entre a esfera pública e privada e pela posição de diferentes mulheres nesses espaços.

## **O espaço relacional e multiescalar implicado na dinâmica da violência contra mulheres em Campinas**

Como todas as relações sociais são também espaciais, a violência também tem sua geograficidade (Campos de, 2014). Segundo Abramovay (2000), a violência é um fenômeno multifacetado, que não atinge somente a integridade física, mas a psíquica, emocional e simbólica, seja no espaço público, seja no privado. Portanto, a violência não deve ser encarada como um fato homogêneo (Abramovay, 2000 apud. Campos de, 2014).

A violência de gênero permanece como um problema que deve ser associada às diferenças sociais, econômicas, étnicas, sexuais, regionais entre outras. A combinação desses fatores revela quais são os públicos que representam as maiores vulnerabilidades a violações e agressões. A partir de uma relação aberta e múltipla, a estruturação da sociedade em bases desiguais na construção social dos gêneros acaba por promover a manutenção social da violência, mais especificamente, contra a mulher.

Desde a aprovação da Lei Maria da Penha<sup>2</sup> e da Lei do Feminicídio<sup>3</sup>, Campinas vem se articulando de maneira a notificar a ocorrência de episódios de violência doméstica no município. Dados recentes informam que no município, o coeficiente de mortalidade por feminicídio foi de 3,2 por 100 mil mulheres em 2015, o que correspondeu à morte de uma em cada 31.250 mulheres no ano. (Caicedo-Roa et al, 2019: 5). Das ocorrências, é necessário pontuar a recorrência de ações violentas contra as mulheres concentrada no ambiente doméstico. Constitucionalmente entendida como o asilo inviolável do indivíduo, a casa é a fortaleza do agressor, ali não há testemunha, não há possibilidade de fuga, não há como esta mulher ser socorrida. Se o espaço privado fosse um local de refúgio seguro para as mulheres, que são constantemente excluídas do espaço público, esse local não seria o de maior violência e morte feminina. (Helene, 2019: 959).

A manutenção da violência doméstica se relaciona diretamente a uma espécie de “laços protetores”, que dão a “liberdade” aos agressores para que se sintam confortáveis ao praticarem a violência no espaço privado. Estes laços estão estabelecidos em relações múltiplas, como a dependência econômica, ciclos de violência, vulnerabilidade, entre outros. Laços esses que encontram apoio na manutenção urbana de Campinas. Neste sentido, segundo Miguel e Biroli (2014), uma localização (na esfera doméstica) e uma subordinação (ao cônjuge, por exemplo), em sociedades nas quais prevalecem práticas sexistas e misóginas, a mulher é alvo de violência tanto na esfera doméstica quanto fora dela, quando esses laços “protetores” não são reconhecidos. Conforme afirma Campos (2014: 10), a linha que divide o espaço público do privado é muito tênue, na qual, segundo Mayol (1996) o limite entre o público e o privado não é apenas uma separação, mas constitui uma separação que une, uma vez que o público e o privado não existem um sem o outro e além disso são interdependentes.

Em Campinas, a violência de gênero é comumente noticiada e presente no cotidiano feminino na cidade. Dados do último boletim SISNOV de 2019 indicam que houve um aumento de quase 200% nas notificações de violência de gênero no município, entre os anos de 2014 e 2018. A forma de violência mais frequentemente denunciada foi a Física com 551 (50,7%) notificações, seguida de Tentativa de Suicídio com 251 notificações (23,1%) e Sexual com 150 (13,8%) das notificações. Sobre os autores dos crimes, o cônjuge é o principal autor de violência com 463 (42,6%) notificações.

No município, uma das plataformas oficiais na coleta de ocorrências de violência é o SISNOV, que registra desde 2005 casos de violência que são de notificação compulsória do tipo interpessoal, intrafamiliar ou urbano-comunitária, sejam eles contra mulheres, crianças e adolescentes, idosos ou de cunho sexual, atendidos pela rede municipal de enfrentamento e prevenção às violências. Dados do último Boletim SISNOV (publicado em dezembro de 2019 e que diz respeito a notificações contabilizadas no decorrer de 2018), revelam um aumento significativo no número de notificações de violência contra a mulher em relação aos anos anteriores, com o maior número de casos registrados entre a faixa de idade entre 20 e 29 anos, conforme observa-se na Figura 2.

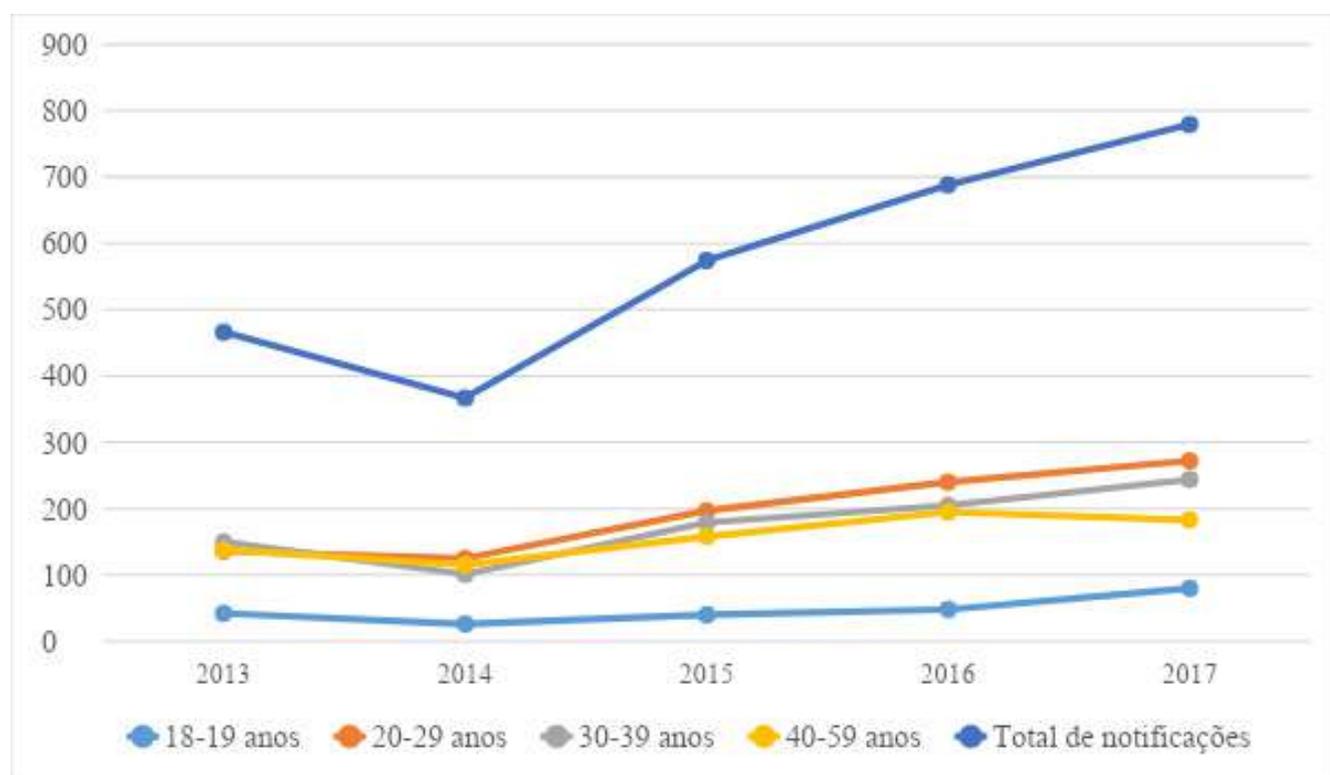


Figura 2- Evolução temporal das notificações de violência contabilizadas pelo SISNOV em Campinas no período entre 2013 e 2017.  
 Fonte: Sistema de notificação de violência (SISNOV). Boletim nº 12 (2018). Confeção própria.

Com relação à distribuição das notificações por macrorregiões de Campinas, segundo o Boletim Sisnov de 2018 (o mais recente a espacializar os dados), ocorre predominância das notificações na macrorregião Noroeste para cada grupo de 10.000 mulheres adultas, conforme pode ser observado na Figura 3. Através da interpretação do mapa, é possível notar que o alto número de notificações de violência contra a mulher se concentra majoritariamente na porção Sul - Noroeste do município, de encontro ao que é conhecido como “eixo da pobreza”. Além disso, o totalizante de notificações de violência entre mulheres adultas no município ultrapassa a proporção de 20 notificações a cada 10.000 mulheres, o que coloca Campinas como um dos municípios com elevados índices de violência.

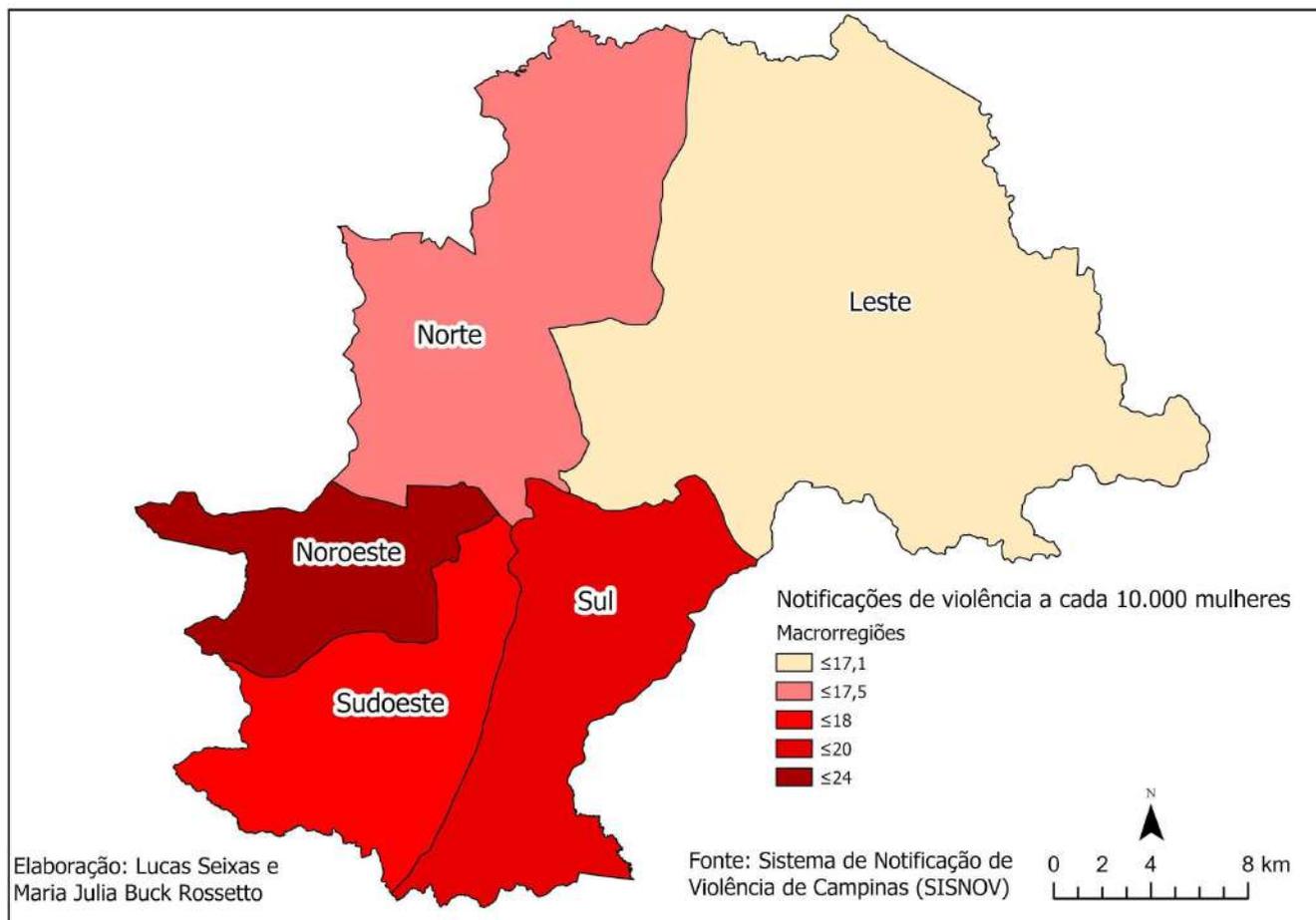


Figura 3 - Notificações de violência contra a mulher por macrorregião de Campinas - SP (2017).

Mapa confeccionado com base em dados do Boletim Sisnov 2018. As classes foram atribuídas manualmente analisando os dados e buscando identificar padrões ou quebras nas amostras de notificações.

## Entre a demanda feminina, as ações do Estado e as relações de poder

Através das informações previamente apresentadas, identifica-se o paradoxo que reside na lógica das localizações dos equipamentos de atendimento às mulheres em Campinas, que continua a seguir a perspectiva masculina dominante e que desconsidera as relações continuamente estabelecidas pela lógica feminina no município. Uma questão a ser levantada a partir disso reside no fato de que a presença de um equipamento de atendimento à mulher, principalmente relativo à Rede da Mulher, não significa que o corpo feminino estará “permitido” a buscar acompanhamento e auxílio. Os sujeitos vivenciam diferentes espacialidades, através das quais elaboram discursos sobre si e sobre os lugares. Mas, além disso, uma espacialidade é composta por uma multiplicidade de inter-relações sempre em construção (Massey, 2008) e através das construções discursivas dos sujeitos é possível estipular alguns componentes presentes em cada relação do sujeito com a espacialidade vi-

venciada. (Gomes; Silva, 2014: 6). Neste caso, mesmo que às mulheres se associem maiores deslocamentos, não significa que elas vivenciem o espaço da mesma maneira entendida (e planejada) através da lógica masculina.

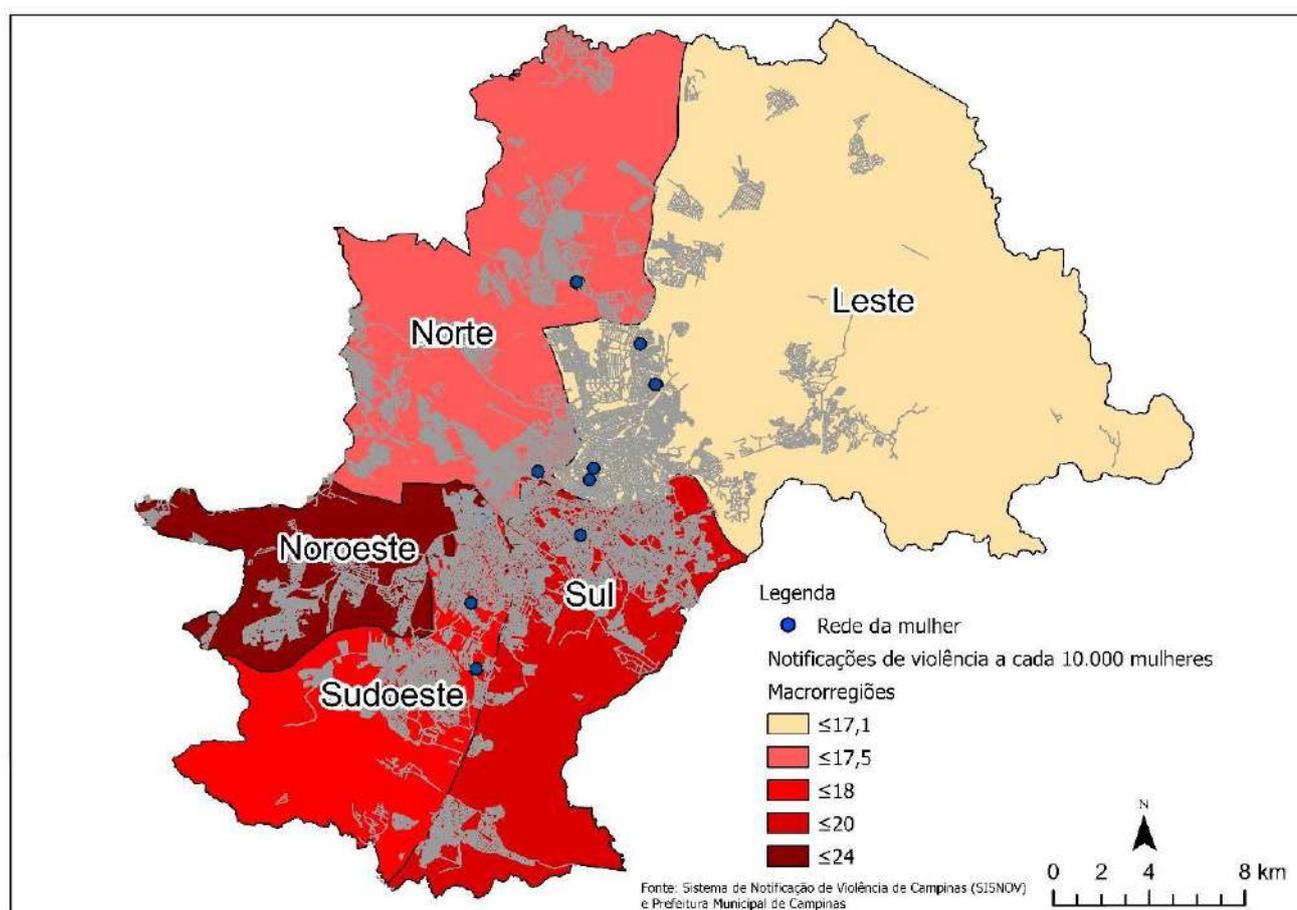


Figura 4 - Relação entre as notificações de violência contra a mulher e a localização dos equipamentos públicos da Rede da Mulher em Campinas - SP. Estão cartografadas apenas as sedes de equipamentos principais da Rede da Mulher. Ressalta-se que a rede de saúde, bem como o programa “Guarda Amigo”, oferecido pela Guarda Municipal de Campinas, não estão presentes neste mapa.

Por meio da observação da Figura 4, a partir da sobreposição de dados referentes às localidades dos equipamentos da Rede da Mulher em relação aos números de notificações de violência de gênero em Campinas, nota-se o padrão de concentração de equipamentos de acolhimento às vítimas no município. A macrorregião Noroeste, detentora dos maiores índices de ocorrências violentas, não apresenta nenhum local público de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade. Em contraponto, a macrorregião Leste, com os menores índices de notificação do município, recebe a maior parte dos investimentos públicos de um planejamento urbano racionalista e pautado, principalmente, na lógica de acessibilidade e mobilidade urbana que ignora a vivência de espaços múltiplos e relações de poder diversas as quais as mulheres estão inseridas. Mesmo que o maior número de ocorrências esteja presente no eixo Noroeste-Sul, o olhar do Estado capitalista continua mantendo as relações de investimento presentes principalmente no eixo Norte-Nordeste de Campinas, o eixo da “riqueza”, da “cidade-mercadoria”, da “cidade inteligente”. O eixo de interesse das relações capitalistas que agem na constituição do espaço, afirma que a “escolha” das localizações, bem como da mobilidade (e da não acessibilidade) aos serviços em Campinas materializam as hierarquias de poder.

A concepção do planejamento urbano, bem como o desenvolvimento social através de uma ótica desigual entre os gêneros tende a afastar as mulheres das perspectivas estabelecidas na lógica da constituição espacial de Campinas. Uma mulher presente em uma rede violenta, com recorrentes episódios violentos por parte de um ou mais sujeitos, pode estabelecer uma outra rede de relações que não é contemplada na lógica localizacional de um equipamento público. Reiterando o estudo realizado por Baragatti (2017, pp. 30-31),

Influenciam a tomada de decisão das mulheres a informação, o conhecimento, suas percepções e atitudes, os recursos disponíveis, sua experiência anterior, a valorização da situação e os apoios e obstáculos encontrados. No âmbito institucional, as respostas estão associadas ao acesso, disponibilidade e qualidade dos serviços, determinados tanto por fatores estruturais e normativos, quanto pelas representações sociais e comportamentos dos profissionais que atendem às mulheres.

Para que uma mulher denuncie a violência em Campinas, é necessário que ou ela se locomova até a localidade de algum equipamento da Rede da Mulher, ou seja acolhida no flagrante violento, ou realize a denúncia por meio de ligações ou via internet, o que limita ainda mais através de redes materiais, as relações que podem ser estabelecidas por determinados sujeitos em Campinas. Além disso, apesar do número de notificações de violência contra a mulher ser bem demarcado por macrorregiões, é importante ressaltar que não são todas as denúncias que chegam nas instâncias de atendimento, uma vez que o próprio conjunto da sociedade não reconhece os episódios como atos violentos. Portanto, as notificações provenientes do SISNOV, apesar de serem um excelente indicativo da situação de vulnerabilidade, são afetadas pelo silenciamento feminino nas situações de violência.

É possível retomar a discussão acerca da ideia de precariedade, a dita vulnerabilidade maximizada, que determina aquele que politicamente induz uma condição em que certa parte das populações sofre de carência de redes de suporte social e econômico, ficando marginalmente expostas ao dano, violência e morte (Butler, 2009: 323). Entende-se, portanto, que a vulnerabilidade se constitui como uma exposição deliberada perante o poder, sendo este, dominante através da lógica estabelecida no patriarcado. A vulnerabilidade, nesse sentido, é uma categoria chave para entender a formação do sujeito: se não podemos pensar o sujeito sem o poder, há então uma vulnerabilidade fundamental do sujeito a um poder que não é seu e que lhe precede (Demetri, 2018: 180). Retomando Raffestin (1993), é possível compreender que o Poder, se manifesta por ocasião da relação.

Entre as manifestações de poder presentes na constituição espacial de Campinas, faz-se presente a compreensão dos marcadores sociais das trajetórias dos sujeitos e do estabelecimento de suas relações no espaço urbano. Retomando Calió (1991), a cidade está proibida às mulheres, mas, para quais mulheres? Através de uma perspectiva interseccional, compreendendo que marcadores sociais como gênero, raça e classe demarcam as narrativas das vivências espaciais, é imprescindível compreender quais são os níveis de proibição das identidades a partir dos corpos os quais habitam.

Segundo (Silva; Ornat, 2016: 61) os corpos são espaços políticos por excelência, tensionados pelas relações de poder e podem também ser lugar de resistência. Na estruturação de uma sociedade pautada em relações violentas, é necessário pontuar que na relação estabelecida entre oprimido e opressor sempre existirão nuances. O que determina a localização do sujeito na teia é sua posição em relação ao poder exercido por ele em determinado espaço-tempo (Machado; Ratts, 2017). As normas de gênero têm muita relação com a maneira que podemos aparecer no espaço público, como, e de que maneira se distinguem o público e o privado e como esta distinção se instrumentaliza (Butler, 2009). As mulheres possuem diferenças em toda a cidade, com estéticas, múltiplas visões de mundo e ações sociais, políticas e humanas e condições territoriais profundamente distintas (Franco, 2017: 90).

O fato de se encarar o espaço como político o coloca, conseqüentemente, como conflituoso. E este conflito se desenha nas nuances das relações sociais, uma vez que os corpos que as realizam são ativos, reforçando, portanto, que os sujeitos não são fixos, únicos e imóveis. Assim como o espaço, os sujeitos são multidimensionais, caracterizando seus corpos e trajetórias enquanto políticos, tensionados pelas relações de poder. Por conta disso, as relações espaciais também podem ser lócus da resistência às hierarquizações de poder constituídas de forma relacional. O sujeito deixa de ser uma identidade fixa em um mundo de relações sociais, com seu correspondente gênero, para se converter em algo sempre fluído, em contínua conversão (McDowell, 1999: 42). Portanto, os corpos estão em eternas negociações em suas relações e isso se materializa através das redes estabelecidas entre os sujeitos da cidade.

À luz das discussões presentes no texto, faz-se necessário ampliar a compreensão das trajetórias dos indivíduos que constroem e são constituídos através dos simbolismos urbanos, bem como das estruturas que definem os marcadores sociais atrelados à lógica violenta de exploração e expropriação espacial na cidade. Compreender o espaço (e consequentemente os corpos) enquanto político, traz à tona o debate acerca não de uma urbanização dita “desordenada”, mas sim através das críticas de um projeto urbano extremamente planejado através da constituição histórica de centralização social pautada no patriarcado, traçando análises e perspectivas que problematizam a “neutralidade” espacial a partir do debate político sobre a cidade.

## Considerações finais: trajetórias que constituem

historicamente, a Geografia enquanto ciência condicionou suas produções a partir da reprodução de uma lógica hierarquizante, masculina e branca, silenciando o poder de outras perspectivas de narrativas espaciais. Neste sentido, reafirma Silva (2003: 33) que

A tradição geográfica em privilegiar aspectos visíveis do espaço, o apego aos dados quantitativos e aos arquivos documentais oficiais, visando atingir a neutralidade científica na geografia convencional e também a abordagem economicista da perspectiva marxista, relegou a mulher a uma invisibilidade no processo de produção do espaço, que sustentada nesta visão científica a geografia privilegiou os agentes e as paisagens hegemônicas e, portanto, fundadas na dominação masculina.

As trajetórias geográficas foram (e continuam sendo) extremamente dolorosas ao demonstrarem reproduções (voluntárias e involuntárias) de determinados silêncios. E foi exatamente a partir desse incômodo, inquietação, angústia e questionamentos incessantes que todo um trabalho de pesquisa e posicionamento crítico vem sendo produzido, trazendo à tona as espacialidades femininas em Campinas - SP, como é o caso deste presente artigo; crendo que a intenção dessa escolha como objeto de aprofundamento acadêmico surge como uma maneira de resistir à permanência do perigo de uma “Geografia única”, bem como a necessidade de subverter leituras e discursos dominantes no conhecimento geográfico. Neste sentido,

Produzir pesquisas feministas implica um profundo processo reflexivo e crítico, trazendo para o centro da prática científica a dimensão política do saber, seus tensionamentos e paradoxos. Mas acima de tudo, as pesquisas feministas estão comprometidas com o desmantelamento de poderes que mantêm os privilégios epistêmicos e que retira autonomia de certos grupos sociais que fogem à ordem estabelecida no campo científico. Enfim, desobediência epistemológica, subversão de poderes e transparência na produção dos dados de pesquisa são ações que pesquisadoras(es) levam em conta para produzir uma ciência comprometida com transformações sociais. (Przybyls; Silva, 2019: 61).

Entende-se que a partir dessa ruptura de tradições epistemológicas, reconhece-se a importância de uma *Geografia Plural*. Descobrimos o que seria de essencial importância para a continuidade dos pensamentos na pesquisa deste artigo apresentado, que se estrutura na chamada “Geografia Feminista”, e neste ponto reafirmando que, apesar deste estudo em específico se tratar de perspectivas que percolam diretamente o espaço relacional no que diz respeito à vivência feminina sob o jugo de situações de opressão e violência, a percepção da vertente feminista se posiciona muito além das questões pautadas exclusivamente no gênero. Sendo assim,

A geografia feminista parte do pressuposto de que a ciência é produzida por seres humanos em seu cotidiano e, portanto, o conhecimento gerado é relacional ao tempo e espaço próprios do cientista. Sendo assim, uma das grandes críticas da corrente epistemológica feminista é sobre o mito da existência de um olhar que tudo vê, que tudo explica e que não pode ser visto, produzindo uma espécie de verdade universal (...) (Silva; Ornat; Chimin Jr, 2017: 13).

Segundo Reis (2015), o movimento feminista das geógrafas, que denunciava a invisibilidade das mulheres como sujeitos e objetos da ciência geográfica, desestabilizou a noção da ciência como um saber neutro, objetivo, pautado nas verdades científicas e deflagrou um importante debate epistemológico que acabou por reconhecer a geografia como um saber moderno, eurocêntrico, masculino, branco e heterossexual. A omissão científica da abordagem da mulher enquanto sujeito social tem sido denunciada por geógrafas feministas através de seu esforço em incluir o gênero enquanto um objeto de estudo da geografia e, para muitas delas, o estudo da mulher foi uma decisão política e uma estratégia de tornar seu trabalho visível no corpo de pesquisa geográfica. Esta dificuldade de trazer a mulher para um campo de visibilidade na produção do espaço é de diversas ordens (Silva, 2003: 34).

Neste ponto, é necessário afirmar que incorporar uma Geografia Feminista não é meramente adicionar outra dimensão, mas construir instrumentais que impulsionem críticas e novas direções. Para isso, é necessário reconhecer a importância das bases teóricas tradicionalmente enraizadas no saber geográfico, para que a partir delas seja possível subverter, ressignificar, questionar e construir novos caminhos. Assim, uma geografia feminista questiona conceitos e métodos que podem mascarar diferenças, desigualdades e dominação, e luta contra a universalização (Silva; Ornat; Chimin Jr, 2017: 14).

Finalizando a apresentação deste trabalho, posiciona-o como uma produção geográfica feminista, firmando as bases desta pesquisa na responsabilidade de um olhar que promova uma discussão que caminhe por outras narrativas geográficas. O intuito deste trabalho não reside na necessidade de uma “nova imposição de um olhar geográfico”, que tende a ser colocado como uno, onipresente, hegemônico. O objetivo de toda trama da pesquisa, bem como toda a imersão, relações estabelecidas e novas vivências, encontra-se na firmeza de uma nova narrativa geográfica, que ajude a criar novas histórias, perspectivas diversas e uma geografia cada vez mais *plural*.

## Referência

ABRAMOVAY, M et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas pública**. Brasília: UNESCO, BID, 2000.

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação**. Psicol. Am. Lat. n.14. 2008.

AUDI, Celene Aparecida Ferrari; CORRÊA, Ana Maria Segall; TURATO, Egberto Ribeiro; SANTIAGO, Silvia Maria; ANDRADE, Maria da Graça Garcia; RODRIGUES, Maria Socorro Pereira. **Percepção da violência doméstica por mulheres gestantes e não gestantes da cidade de Campinas, São Paulo**. Ciênc. Saúde coletiva. vol.14 no.2. 2009.

BARAGATTI, Daniella. **Caminhos de mulheres em situação de violência na busca por serviço de apoio**. Campinas, tese (Doutorado em Ciências da Saúde). FENF/Unicamp. 2017. 141 p.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

**Boletim SISNOV nº 12**. Disponível em: [http://www.saude.campinas.sp.gov.br/saude/biblioteca/boletins/sisnov/Boletim\\_SISNOV\\_n12\\_2018.pdf](http://www.saude.campinas.sp.gov.br/saude/biblioteca/boletins/sisnov/Boletim_SISNOV_n12_2018.pdf) Acesso em: 20/12/2018.

**Boletim SISNOV nº 13**. Disponível em: [http://sisnov.campinas.sp.gov.br/pdf/bol\\_sisnov\\_13.pdf](http://sisnov.campinas.sp.gov.br/pdf/bol_sisnov_13.pdf) Acesso em: 27/12/2019.

BUTLER, Judith. **Performatividad, precariedad y políticas sexuales**. Revista de Antropologia Iberoamericana. v.4. n.3. sep/dez. pp. 321-336. 2009.

CAIADO, Maria; PIRES, Maria. **Campinas metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros**. In: CUNHA, J. M. P. da (Org.). Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO, Ed. UNICAMP, 2006. p. 274-304.

- CAICEDO-ROA, Monica et al. **Feminicídios na cidade de Campinas, São Paulo, Brasil**. Caderno de Saúde Pública. v.35 n.6. 2019.
- CALIÓ, Sônia. **Relações de Gênero na Cidade: uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana**. Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH/USP. São Paulo, 1991. 194p.
- CAMPINAS. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. **Publicações**. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/servicos-publicos/regioes/index.php>. Acesso em dezembro de 2018.
- CAMPOS de, Mayã. **A Geografia da violência sexual no município de Ponta Grossa - Paraná no ano de 2012**. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Anais do VII CBG. Vitória- ES. AGB. 2014.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2003.
- CRUZ, Carmen; SAÉZ, Flora. **Violencia contra las mujeres**. Laca Universal. VIENTO SUR. n. 28. Octubre 1996.
- DEMETRI, Felipe. **Judith Butler: filósofa da vulnerabilidade**. Lugar Comum, v. 1, p. 175, 2018.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa - Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.
- FRANCO, Marielle. **A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada**. In: BUENO, Winnie. *et al* (orgs.). **Tem saída? Ensaio crítico sobre o Brasil**. Editora Zouk. 2017.
- GOMES, Fernando; SILVA, Joseli Maria. **Cenas Loucas: Assemblages da violência de jovens do sexo masculino com envolvimento com as drogas na cidade de Ponta Grossa, Paraná**. Revista Latino americana de Geografia e Gênero. Ponta Grossa, v.5. n.1, p.3-24. jan/jul.2014.
- GONÇALVES, Viviana; PINA, Silvia. **O centro de Campinas: habitação e ocupação do território 2000 - 2015**. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades. v.04, n.28, p. 163 - 178. 2016.
- HELENE, Diana. **Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia**. Caderno Metropolitano. São Paulo, v.21, n.46, p. 951-974. set/dez. 2019.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em setembro de 2018.
- IBGE. **Bases e Referências (2015)**. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais.html>. Acesso em dezembro de 2018.
- MACHADO, Talita; RATTS, Alecsandro. **As mulheres e a rua: Entre o medo e as Apropriações Feministas da Cidade de Goiânia, Goiás**. Revista Latino Americana de Geografia e Gênero. v.8, n.1, p.194-213, 2017.
- MASSEY, Doreen. **Flexible sexism**. Environment and Planning. Society and Space. N. 9, 31-57. V. 10. 1991.
- \_\_\_\_\_. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Spatial divisions of labour: Social structures and the geography of production**. Oxford: Macmillan. 1984.
- \_\_\_\_\_. **Reflections on geography and gender**. In T. Butler & M. Savage (Eds.). **Social change and the middle classes**. London: UCL Press. 1995.

- MASSEY, Doreen; KEYNES, Milton. **Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações**. Trad. Rogério Haesbaert. GEOgraphia. n. 12, 2004.
- MAYOL, Pierre. O Bairro. In Certeau, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996, p 37-69.
- MCDOWELL, Linda. **Gender, Identity and Place. Understanding Feminist Geographies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- MIGUEL, Luis; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ORTNER, Share. Is female to male as nature to culture. In: ROSALDO, M; LAMPHERE, L. (org). **Women, Culture and Society**. Stanford, Stanford University Press, 1974.
- PRZYBYSZ, Juliana; SILVA, Joseli. **Pesquisar para transgredir: Fazendo geografias feministas corporificadas**. Caderno Prudentino de Geografia. n.41, v.3. p. 51 - 62. 2019.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.
- RAMOS, Maria Bernardete. **Perfectíveis corpos - corpo e nação: territorialidades imponderáveis**. Revista do Programa de Estudos Pós Graduated em História e do Departamento de História da PUC. 25, Dez, São Paulo, 2002.
- REIS, Maíra Lopes. **Estudos de Gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço**. Espaço e Cultura. UERJ, Rio de Janeiro. n. 38. 2015.
- RIBEIRO, Maria; SILVA, Maria. **Violência, vulnerabilidade e Desigualdade socioespacial: análise das dificuldades enfrentadas pelas mulheres vítimas de violência doméstica na área urbana de Porto Velho - RO**. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero. Ponta Grossa, v.6, n.2, p.92 - 104, ago/dez. 2015.
- ROSE, Gillian. **Feminism & Geography: the limits of Geographical Knowledge**. Cambridge: Polity Press. 1993.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Violência contra a mulher e violência doméstica**. S/n; S/l; S/d.
- SILVA, Joseli. **Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino**. Espaço e cultura. UERJ, Rio de Janeiro. n, 2, pp. 97-109, 2007a.
- \_\_\_\_\_. **Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano**. Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 44, p 117-134, jul./dez. 2007b.
- \_\_\_\_\_. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional** 8(1): 31-45, Verão 2003.
- SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José . **Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica**. In: Cláudia Luisa Zeferino Pires; Álvaro Luiz Heidrich; Benhur Pinós da Costa. (Org.). Plurilocalidade dos sujeitos. 1ed.Porto Alegre: Compasso, 2016, v. 1, p. 56-75.
- SILVA, Joseli; ORNAT, Marcio; CHIMIN JR. **"Não me chame de senhora, eu sou feminista!" Posicionalidade e reflexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey**. GEOgraphia. v.19, n.40. 2017.
- SOUZA, Maria (org). **A Metrópole e o Futuro: Refletindo sobre Campinas**. Campinas-SP: Territorial, 2008.

## Notas

1. Quando a pesquisa foi iniciada em meados de 2018, Campinas contava com cinco macrorregiões, fazendo com que a maior parte dos dados cartográficos e informações socioeconômicas coletados até o momento estejam relacionados a esta primeira divisão regional. Contudo, a partir de janeiro de 2019, com a atualização do Plano Diretor municipal, Campinas passa a contar com seis macrorregiões: Centro, Leste, Norte, Noroeste, Sudoeste e Sul. Por ser uma divisão mais recente, as informações referentes às mulheres e às notificações de violência ainda não seguem este padrão de análise. Por conta disso, o artigo está assumindo a análise a partir de cinco macrorregiões iniciais, como forma de organizar as informações de maneira padronizada.
2. A Violência Doméstica e familiar contra a mulher foi definida como “qualquer ação ou omissão que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (art.5º, Lei 11.340/2006). A Lei estabeleceu uma série de proteções e garantias que permitam a preservação da integridade física, moral e patrimonial das mulheres e suas relações privadas e íntimas.
3. A Lei nº 13.104/2015 definiu feminicídio como o homicídio praticado contra a mulher em razão de sua condição de mulher, o que ocorre quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Além disso, a lei prevê o aumento de pena quando o crime é cometido durante a gestação, nos 03 meses posteriores a esta, contra pessoa menor de 14 anos ou maior de 60 anos ou com deficiência, na presença de descendente ou de ascendente da vítima (art. 121, par. 7º, Código Penal).

# **NEGLIGÊNCIA INFANTIL, VIOLÊNCIAS, RELACIONAMENTOS DESTRUTIVOS E ENCARCERAMENTO FEMININO: Uma análise de gênero**

Hellen Virginia da Silva Alves  
Maria Madalena Lemes Mendes Moreira  
Maria das Graças Silva Nascimento Silva

## RESUMO

Este estudo investiga a relação entre negligência, violência infantil, relacionamentos destrutivos e encarceramento feminino, tomando como cenário a trajetória, desde a infância até a vida adulta, de 45 mulheres encarceradas em duas unidades prisionais do estado de Rondônia. Constatou-se que o espaço considerado como “adequado” à mulher foi estruturado pelo modelo patriarcal para subalternizá-las e os espaços prisionais reproduzem essa concepção, pois não foram idealizados para mulheres. Socializadas para naturalizar abusos e violências desde a infância, essas mulheres reproduzem na vida adulta a dinâmica de relacionamentos destrutivos que, para elas, são oportunidades para vivenciar o amor, mesmo que para isso precisem se aproximar da criminalidade. No cárcere, essas mulheres percebem a reprodução das desigualdades de gênero e a ausência do atendimento às suas demandas, mesmo assim, tentam fazer deste espaço um lugar de reflexão e redenção, mesmo sabendo que, na condição de egressas, permanecerão encarceradas nas grades invisíveis do preconceito.

Palavras-chave: Infância. Negligência. Violência. Mulheres. Prisão.

## ABSTRACT

This study investigates the relationship between neglect, child violence, destructive relationships and female incarceration, taking as a backdrop the trajectory, from childhood to adulthood, of 45 women incarcerated in two prison units in the state of Rondônia. It was found that the space considered “appropriate” for women was structured by the patriarchal model to subordinate them and prison spaces reproduce this concept, as they were not designed for women. Socialized to naturalize abuse and violence since childhood, these women reproduce in adulthood the dynamics of destructive relationships that, for them, are opportunities to experience love, even if they need to approach crime. In prison, these women perceive the reproduction of gender inequalities and the absence of meeting their demands, even so, they try to make this space a place of reflection and redemption, even though they know that, as graduates, they will remain imprisoned in the invisible bars preconception.

Keywords: Childhood. Negligence. Violence. Women. Prison.

## RESUME

Este estudio investiga la relación entre negligencia, violencia infantil, relaciones destructivas y encarceramiento femenino, tomando como telón de fondo la trayectoria, desde la niñez hasta la edad adulta, de 45 mujeres encarceladas en dos unidades penitenciarias del estado de Rondônia. Se encontró que el espacio considerado “apropiado” para las mujeres fue estructurado por el modelo patriarcal para subordinarlas y los espacios carcelarios reproducen este concepto, ya que no fueron diseñados para mujeres. Socializadas para naturalizar el maltrato y la violencia desde la infancia, estas mujeres reproducen en la edad adulta la dinámica de las relaciones destructivas que, para ellas, son oportunidades para experimentar el amor, aunque necesiten acercarse al delito. En la cárcel, estas mujeres perciben la reproducción de las desigualdades de género y la ausencia de satisfacción de sus demandas, aun así, intentan hacer de este espacio un lugar de reflexión y redención, aunque saben que, como egressadas, permanecerán presas en el Barras invisibles de la preconcepción.

Palabras clave: Infancia. Negligencia. Violencia. Mujer. Prisión.

## Introdução

Historicamente as mulheres são as principais vítimas de relacionamentos abusivos. No Brasil vivenciamos práticas que são fortalecidas por artigos de consumo e que naturalizaram o abuso de forma poética e romantizada, negligenciando seu caráter destrutivo.

Apesar dos avanços científicos e sociais que ocorreram a partir da década de 80 quando houve um aprofundamento dos estudos acadêmicos relativos à participação da mulher na sociedade e dos estudos sobre gênero que buscaram compreender este ser e as diferenças nas relações sociais construídas. Ainda existem lacunas e silêncios em relação à temas que são comuns às ciências humanas e sociais e que estão interligados pela categoria gênero, como é o caso da relação entre relacionamentos abusivos, negligência e violência na infância e encarceramento feminino.

Talvez, devido à complexidade do tema e às dificuldades de acesso à fontes de pesquisa, sejam elas bibliográficas, documentais ou mesmo fontes vivas, como é o caso das sujeitas dessa pesquisa, é que essa lacuna e o silêncio se perpetue na ciência.

A Geografia, através da Geografia Fenomenológica e de Gênero, tem dedicado especial atenção à temática, através de estudos sobre encarceramento feminino, organização e representação socioespacial em penitenciárias femininas, heteronormatividade em espaços de encarceramento de mulheres, dentre outros.

Contribuindo para as pesquisas geográficas que buscam analisar as experiências socioespaciais desiguais para homens e mulheres, esta pesquisa teve como objetivo principal investigar a relação entre negligência e violência infantil, relacionamentos destrutivos e encarceramento feminino através de uma análise de gênero. Como objetivos secundários estão a discussão sobre a violência contra a mulher presa e a reflexão sobre as políticas públicas brasileiras destinadas à essa parcela da população e sobre o preconceito social.

Para alcance dos objetivos propostos, foi realizada pesquisa de campo na única penitenciária feminina do Estado de Rondônia e em uma cadeia mista no município de Rolim de Moura, Rondônia. Contribuíram com a pesquisa 45 (quarenta e cinco) mulheres encarceradas, que concederam voluntariamente as entrevistas que originaram as narrativas apresentadas neste estudo.

Na intenção de compreender de que forma as violências e a negligência vivenciadas durante a infância podem estabelecer relações com os relacionamentos destrutivos da adolescência e vida adulta e com o encarceramento feminino, buscamos conhecer as características do espaço prisional, as trajetórias individuais anteriores ao cárcere e as perspectivas de futuro desta parcela da população. Desejamos que este estudo contribua para construções teóricas que possibilitem outras pesquisas futuras em torno deste importante tema, rompendo o silêncio que prevalece, e que estimulem a criação de políticas públicas destinadas a atender as demandas destas mulheres.

## Metodologia

Para compreender o espaço vivido e os aspectos que caracterizam a percepção, o entendimento, a representação e o sentido sobre o espaço vivido, as relações sociais de gênero e o lugar das mulheres encarceradas neste espaço, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa visando a interpretação dos fenômenos e da realidade socioespacial. Nesse contexto, a pesquisa qualitativa reconhece “[...] os atores sociais como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas” (Matos e Pessôa, 2009, p. 281), tal compreensão é fundamental para esta pesquisa, uma vez que ela acontece a partir das narrativas que relatam as trajetórias individuais de mulheres encarceradas.

Na intenção de reduzir as distancias entre indicador e indicado e de perceber as conexões entre o passado, o presente e as pretensões para o futuro, optamos em iniciar o campo da pesquisa através da observação participante. Compactuamos do mesmo posicionamen-

to de Nascimento Silva & Silva (2002, p.67), que afirmam que “A observação é um elemento imprescindível na coleta de informações, é através dela que se inicia o primeiro contato com o entrevistado”.

A observação participante é uma técnica que propiciou o contato com o grupo pesquisado, permitiu o entendimento de suas práticas culturais, e nesse mesmo sentido, a compreensão das relações que as sociedades e os grupos estabelecem entre si e com o espaço. Desse modo, a observação participante foi realizada nos meses de outubro de 2015 a março de 2016 na Penitenciária Feminina de Rondônia – PENFEM e nos meses de setembro a novembro de 2018 e março de 2019 na Penitenciária Regional de Rolim de Moura, também em Rondônia e nos permite a observação e a participação na vida do grupo pesquisado (Borges, 2009).

Após a observação participante, realizamos entrevistas que foram analisadas de acordo com a técnica da história oral, que é um recurso moderno usado para elaboração, arquivamento e estudos de documentos referentes à vida social de pessoas. É sempre uma história do tempo presente (Meihy, 1996).

O universo de mulheres que contribuíram com a pesquisa foi composto por 40 (quarenta) mulheres encarceradas na PENFEM e 5 (cinco) mulheres encarceradas na Penitenciária Regional de Rolim de Moura. As entrevistas concedidas, após a realização das técnicas de transcrição e transcricao, que segundo Meihy (1990) consiste em transformar uma malha de perguntas e respostas num texto, deram origem as narrativas apresentadas no estudo em tela. Os critérios estabelecidos para a seleção das narrativas apresentadas foi a espontaneidade na concessão da entrevista aberta, o local de origem (pois tínhamos a intenção de entrevistar mulheres originárias de municípios variados) e o tipo de delito cometido, já que tínhamos a intenção de entrevistar mulheres que cumpriam pena por diferentes crimes.

As narrativas ilustram de forma prática de que forma os conceitos teóricos ora discutidos se engendram no cotidiano de muitas das mulheres encarceradas e nos conduzem em uma jornada de reflexão sobre a condição humana e sobre as desigualdades de gênero.

## **Gênero e espaço: o lugar da mulher nas prisões**

O espaço adequado para a mulher vem sendo designado desde a antiguidade pelos homens e pelas estruturas de poder da sociedade patriarcal, estando diretamente relacionado ao imaginário que atribui à elas virtudes consideradas como próprias do gênero feminino como a docilidade, a paciência e a delicadeza e, principalmente, a submissão ao poder masculino, seja do pai, do marido, do chefe. Pensar o espaço da mulher na sociedade contemporânea, em uma perspectiva da Geografia Fenomenológica, significa:

[...] a substituição da idéia de espaço homogêneo completamente entregue a uma inteligência sem corpo, pela ideia de um espaço heterogêneo, com direções privilegiadas, que têm relação com nossas particularidades corporais e com nossa situação de seres jogados no mundo (Merleau Ponty, 2004, p.17).

De maneira complementar à noção fenomenológica do espaço, o espaço vivido ganha importância para a Geografia, visto se tratar de um espaço que é construído a partir das vivências e das percepções de cada indivíduo, e nesse contexto, a realidade é percebida a partir da intuição, que constitui um elemento importante no processo de conhecimento (Lencioni, 2003). Nos estudos geográficos sobre o espaço vivido, o destaque sobre a percepção diferente que cada ser tem a respeito do espaço é uma das questões decisivas da análise geográfica que desemboca nas representações que os indivíduos fazem sobre o espaço. Dessa forma, para a Geografia Fenomenológica “[...] é importante conhecer a mente dos seres humanos para compreender o modo como se comportam em relação ao espaço (Lencioni, 2003, p. 152)”.

Dessa forma, o espaço vivido é uma construção social que se dá por meio da percepção e da interpretação dos indivíduos e que se revela em suas práticas sociais, portanto, para a Geografia Fenomenológica, o espaço não está restrito à visualização, pois se o mesmo está

relacionado à percepção e às vivências dos indivíduos ele também é subjetivo e repleto de intuições (Merleau-Ponty, 2005). Considerando a relação que o espaço possui com as percepções, intuições e vivências dos indivíduos podemos afirmar que a percepção sobre o espaço não é única e imutável, ele está relacionado à inúmeros fatores, dentre os quais estão as relações sociais de gênero.

Podemos compreender o gênero como uma construção social e histórica que atribui papéis a homens e mulheres com base em critérios como o sexo biológico, culminando no estabelecimento de dois gêneros; o feminino e o masculino, portanto, podemos afirmar que analisar as relações de gênero que permeiam os mais diversos espaços da sociedade é antes de tudo analisar as relações de poder entre homens e mulheres. Para Segnini (2006, p. 109):

[...] a categoria analítica gênero □ possibilita a busca dos significados das representações tanto do feminino quanto do masculino, inserindo-as nos seus contextos sociais e históricos. A análise das relações de gênero também implica a análise das relações de poder”; é nesse sentido (...) que essa relação permite a apreensão de duas dimensões, a saber: - o gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças perceptíveis entre os sexos; - o gênero como forma básica de representar relações de poder em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis.

A discussão sobre o exercício do poder e os espaços destinados às mulheres nos remete à Foucault (2012) que ressalta a forma circular do poder, e como este seleciona, e marca, determinados segmentos das classes populares, desta forma estão delimitadas ilegalidades e marcadas as classes que terão poder ou que estarão à margem deste poder. Em outros termos, podemos afirmar que existem interseccionalidades que fortalecem o acesso ao poder para determinados indivíduos, ao mesmo tempo em que exclui outros atores dos espaços de tomada de decisão e poder, como é o caso dos aspectos raça, classe, gênero (Silva, Nascimento Silva, 2014; Davis, 2016).

A prisão foi criada com objetivo de dividir os indivíduos espacialmente, baseia-se na privação de liberdade, com intuito de tornar pessoas dóceis, por meio da reparação dos danos e dos mal feitores na sociedade (Foucault, 1999). Consideradas como paisagens do medo (Tuan, 2005), no período medieval, mesmo com as arquiteturas admiráveis das prisões, o espaço era de péssimas condições, insalubridade, mau cheiro e falta de higiene. Para Raffestin (1993, p. 144) o espaço é a “prisão original” e o território é “a prisão que os homens constroem para si”. O aprisionamento do ser humano possui uma relação direta com o exercício do poder e este, por sua vez, está presente nas diversas relações estabelecidas em uma sociedade, incluindo as relações de gênero. Portanto, os estudos e discussões sobre os espaços prisionais precisam considerar o espaço, o tempo e o gênero, pois o fenômeno do aprisionamento das mulheres é algo que antecede o surgimento das instituições prisionais e que varia em função do espaço e do tempo, pois as mulheres são aprisionadas de diversas formas há muito tempo. Na época da escravidão, por exemplo, eram escravizadas para a prática de serviços domésticos e sexuais (Alves, 2017).

Na América Latina, os colonizadores causaram imensuráveis danos aos territórios a partir da invasão colonial que se instalou pela expropriação das terras dos povos originários, dos territórios, dos recursos e do conhecimento ancestral, utilizando o corpo das mulheres como veículo (Lorena Cabnal, 2010). As mulheres indígenas rapidamente se tornaram alvo de vários tipos de violência, especialmente a violência contra seus corpos, que se tornou tática generalizada de opressão colonizadora (Penteado, 1980). Portanto, a naturalização da violência contra a mulher na América Latina, possui relação com a colonização do poder e com a cultura patriarcal, numa tentativa explícita de justificar através da dualidade entre masculino e feminino o exercício do poder através da dominação dos corpos (Saffioti, 2004).

As críticas de Lugones (2008) ao padrão eurocentrado de produção do conhecimento apontam para uma análise fragmentada, que separa as categorias gênero, raça e sexualidade e apaga a violência vivida pelas “mulheres de cor”, motivo pelo qual o feminismo latino-americano decolonial trouxe para o centro do debate a importância do estudo das interseccionalidades. Segundo Butler (2003) não existe uma única identidade feminina

que contemple todas as diferenças existentes na vida cotidiana de uma mulher, é preciso distinguir as especificidades vivenciadas pelas mulheres em função da raça, classe, sexo, entre outras categorias. É partir desse contexto, que Silva e Silva (2014) demonstram a importância do estudo das interseccionalidades para a compreensão dos diferentes privilégios existentes em função do gênero, raça e classe, e de como estes contribuem para a manutenção dos sistemas de opressão. A interseccionalidade pode ser compreendida como a articulação de eixos identitários que constituem a base para as desigualdades sociais e reforçam estruturas de poder, gerando posições relativas em determinados espaços e tempo (Crenshaw, 1991).

## O sistema penitenciário brasileiro e o cenário de Rondônia

A estrutura do sistema penitenciário brasileiro, em sua configuração atual é dada pela Lei 7.210, Lei de Execução Penal (LEP), criada em 11 de julho de 1984 e que tem como característica o esforço em destacar a garantia dos direitos individuais do apenado, motivo pelo qual costuma ser interpretada como uma lei que objetiva a inclusão social das pessoas em situação de cárcere.

Os tipos de estabelecimentos prisionais também são definidos na LEP e possuem relação com as diferentes fases do regime progressivo adotado em nosso país, sendo: 1ª fase - prisão provisória; 2ª fase - condenado; 3ª fase - sujeito a medida de segurança; 4ª fase - liberdade condicional; 5ª fase - egresso. Após a condenação, a pessoa em situação de cárcere poderá ser designada para diferentes tipos de estabelecimentos prisionais, dependendo do tipo de regime de cumprimento da pena.

No Brasil, os espaços prisionais destinados às mulheres passaram a existir legalmente a partir da década de 1930, até essa data, quando eram presas, compartilhavam celas mistas com homens e ficavam sujeitas a prostituição, violência física e psicológica. Em 1940 o código Penal Brasileiro assegurou pela primeira vez no art. 29, parágrafo 2º a obrigatoriedade das mulheres condenadas cumprirem a pena em estabelecimentos femininos, ou, num espaço reservado nos estabelecimentos prisionais comuns a ambos os sexos. Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco foram os primeiros a avançarem no cumprimento da lei (Soares, *et. al.* 2011).

Ainda hoje os espaços carcerários adequados para mulheres não estão presentes em todos os estados do país, o que demonstra que a condição de invisibilização das mulheres encarceradas é um fenômeno antigo e persistente. Os presídios mistos são uma realidade no Brasil, com maior percentual de estabelecimentos no país. São unidades prisionais masculinas e adaptadas para colocar as mulheres condenadas, essa falta de espaço aumenta também a invisibilidade das mulheres na prisão. “A estrutura dos prédios é feita para homens, os banheiros, por exemplo, são chamados “bois”, ou seja, buracos no chão. Imagine uma grávida se agachando num lugar destes?” (Queiroz, 2015, p. 74).

Em virtude do aumento da população carcerária feminina, que ocorreu a partir do final do século XX, a LEP passou por modificações para atender as demandas desta população. Em 2009 ocorreram duas modificações na Lei de Execução Penal que asseguraram a obrigatoriedade dos estabelecimentos penais femininos possuírem berçário para as mulheres cuidarem de seus bebês e amamentá-los, bem como lugar adequado para gestante e parturiente e creche que abrigue crianças de seis meses até sete anos. Sabemos que existe um abismo entre os direitos conquistados e a realidade espacial das prisões brasileiras, o que nos leva a investigação no Estado de Rondônia.

Em Rondônia, conforme aparece no Plano Diretor do Sistema Penitenciário (2008) possui 29 estabelecimentos sendo: 15 penitenciárias masculinas, 01 feminina, 01 Colônia Agrícola, Industrial ou Similar e 12 cadeias públicas. A penitenciária feminina está localizada na capital do Estado, Porto Velho; as mulheres presas no interior ficam em unidades mistas, em alas/celas diferenciadas. Porto Velho, também abriga o Presídio Provisório Feminino

- PEPFEM e Unidade Aberto e Semiaberto Feminino- USAAF

Nem todos os demais municípios do estado de Rondônia possuem unidades prisionais destinadas às mulheres, nesse caso, e enquanto aguardam a sentença as mulheres podem ser encaminhadas às unidades mistas mais próximas, ou mesmo cumprir a sentença nestes estabelecimentos, segundo o entendimento do juiz.

O município de Cacoal é dentre vários municípios de Rondônia que não dispõem de instituição prisional feminina, apesar de possuir uma penitenciária classificada como mista: a Penitenciária Regional de Rolim de Moura - RO. Trata-se de uma unidade que não foi projetada para atender mulheres, pois o objetivo da construção da Penitenciária Regional de Rolim de Moura foi de receber apenados do sexo masculino em regime fechado da Comarca de Rolim de Moura e da Região e atualmente abriga de forma improvisada mulheres. Com capacidade para 120 (cento e vinte) vagas em 24 celas, sendo cinco apenados por cela. Hoje conta com presos de todas as partes do Estado, totalizando um número de 195 apenados, sendo 174 masculinos e 21 femininos, sendo que as mulheres ocupam provisoriamente 04 celas da enfermaria até que se construa um presídio feminino.

Considerando que o estado de Rondônia se subdivide em 52 municípios, tendo como maior cidade, sua capital Porto Velho, com 428.527 habitantes, seguida em termos de volume populacional, pelos municípios de Ji-paraná (116.610 hab.), Cacoal (78.574 hab.) e Vilhena (76.202 hab.) (IBGE, 2010), podemos constatar que em todo o estado de Rondônia existe apenas uma unidade que foi projetada para atender mulheres, as demais atuam de forma precária e improvisada, reforçando a persistência do fenômeno da invisibilização das mulheres encarceradas.

## **Violência e negligência infantil: espacialização e narrativa das vivências antes do cárcere**

Existem algumas abordagens teóricas que consideram que a propensão de um indivíduo em cometer crimes violentos não é uma constante. A teoria interacional (Thornberry, 1996), por exemplo, considera que existe variação cíclica neste tipo de probabilidade, de acordo com ciclos que iniciam na pré-adolescência, aos 12 ou 13 anos, e alcançam o auge aos 18 ou 20 anos, se esgotando antes dos 30 anos. Porém, as trajetórias individuais não podem ser desconsideradas uma vez que existem indivíduos que demonstram problemas comportamentais ou socioemocionais antes da pré-adolescência e este fator possui relação com a posterior aproximação com a criminalidade.

Para Loeber (1990) os problemas comportamentais e socioemocionais que se iniciam entre 0 e 6 anos pode evoluir ao longo do tempo, “[...] gerando um processo dinâmico com implicações até a idade adulta” (Loeber, 1990, p. 18). Além dos fatores comportamentais e socioemocionais existem fatores ambientais ligados à relação da criança com os pais e familiares e com o ambiente externo ao domicílio que podem desencadear problemas comportamentais e socioemocionais (Reebye, 2005; Saudino, 2005).

Para Reebye (2005), os modelos de comportamentos antissociais que são transmitidos à criação pelo exemplo dos pais e os conflitos e distúrbios intrafamiliares são a fonte primária dentre os fatores ambientais. Dessa forma, compreendemos a relação entre os fatores ambientais e a trajetória individual percorrida na infância para a construção do ser humano adulto, da sua maneira de fazer, de representar o espaço e tecer relações sociais.

O termo “representação” é compreendido por Kozel (2005, p. 140-141) “[...] como o processo pelo qual são produzidas formas concretas ou idealizadas, dotadas de particularidades que podem também se referir a um outro objeto, fenômeno relevante ou realidade”. Nesse contexto, a Geografia das Representações, enquanto abordagem geográfica dentro da Geografia Humanista assume uma importante posição nas pesquisas geográficas, pois suas proposições são fundamentais para o entendimento das representações construídas por um grupo de sujeitos sociais, neste caso as mulheres encarceradas. Nessa perspectiva,

o estudo em tela buscou conhecer a trajetória individual percorrida pelas mulheres foco da pesquisa, especialmente durante a infância, e as representações em forma de narrativas sobre o tema.

## Da infância roubada: narrativa das trajetórias individuais

Dentre as situações que as mulheres encarceradas precisam adaptar-se ao ingressar no sistema prisional a pior delas, segundo o relato das mulheres, é a tristeza de deixar filhos(as), familiares e amigos(as). Porém, não apenas a solidão acompanha a nova trajetória de cada detenta, mas os medos e conflitos internos, que na maioria das vezes carregam desde a infância, por toda sua vida. Sem conseguir se libertar desses conflitos, elas criam um círculo de continuidade de violências que acaba por envolver suas crianças também. A pesquisa revelou frequentes e diversas narrativas individuais sobre vários tipos de violência e negligência durante a infância, que corresponde a amostra de quarenta mulheres, em um universo de quarenta e cinco.

O conceito de violência que fundamenta a discussão apresentada é trazido por Saffioti (2004, p. 17): “Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral.”

Apesar dos diferentes contextos de violência presentes nas narrativas, dentre os quais destacam-se as variadas configurações familiares e os diversos modelos sociais transmitidos pelos pais, mães e responsáveis às crianças, buscamos a organização mediante um itinerário cronológico, investigando a ocorrência de negligência e/ou violência familiar durante a infância. Dentre as narrativas coletadas, existem casos em que a mãe é apresentada como autora principal da violência sofrida, dentre as quais destacamos:

Eu cresci só com a minha mãe e meu irmão. Eu estudava, ajudava minha mãe a cuidar do meu irmão, ela trabalhava em bares. A gente era pequeno e não entendia, a gente sofria pela falta de uma mãe e de um pai dentro de casa, mas a gente se contentava porque ela era uma mãe boa. E depois, quando eu tinha nove anos, ela começou a vender droga e eu ajudava ela. Eu que escondia as drogas porque eu tinha medo da polícia prender ela. (Alegria, 27 anos)

Docinho (25 anos) recordou como foi sua infância e o breve contato que estabeleceu com sua mãe biológica:

Minha mãe de sangue foi embora eu tinha 07 (sete) anos, minha mãe adotiva cuidou de mim. Não tive carinho, comportamentos como levar pra escola, passeios, diversões não existiriam na minha vida, apanhei muito, beijos, abraços, carinho, conversa, nada disso tive, faltou muito. Com 18 anos de idade fui atrás da minha mãe biológica. Ela veio embora pra perto de mim e criou meu filho comigo. Porém, ela faleceu no ano de 2017. Hoje minha família adotiva não me visita porque além de morar longe, não tem nada no papel, eles não estão no meu rol de visitas (Docinho, 25 anos).

O depoimento de Grazi (37 anos) exemplifica bem o contexto da violência intrafamiliar durante a infância, ela está presa há 05 (cinco) anos e relutou em falar sobre os sofrimentos que a infância e adolescência lhe trouxeram, foi vítima de violência psicológica e verbal praticada pelo pai e mãe, e, ainda vítima de abusos sexuais pelos tios paternos.

Sofri violência pelos meus pais, mas prefiro não responder. Quando nasci fui rejeitada pela minha mãe porque ela queria um menino. Não tive uma infância e adolescência muito boa não, hoje eu entendo minha mãe, porque ela também sofria muito (Grazi, 37 anos).

Muitas mulheres ainda possuem dificuldade em relatar os tipos de violência que sofrem no dia a dia. Algumas não sabem discernir se determinado comportamento dos familiares é violência, e narram a violência como uma ação normal, em uma tentativa de tornar a violência aceitável. Esse fenômeno pode ser compreendido a partir do estudo das relações de gênero e da hierarquia entre homens e mulheres que predomina, configurando um pro-

cesso de construção simbólica e cultural, do que é próprio para mulher e próprio para o homem, este último sendo posicionado como protetor das mulheres, autoritário e potencial agressor. Bonifaz e Nakano (2004, p. 435) ressaltam que as mulheres estão em permanente contato com determinadas formas de violência, ao afirmarem que *“Las mujeres son víctimas, principalmente, de las llamadas violencias físicas, psicológicas y sexual”*.

Nas narrativas que relataram situações de violência física, o agressor mais frequente é o pai ou padrasto, como relata o trecho da entrevista de Mirtes:

“Quando ele bebia, ele batia na gente do nada! Eu apanhei muito do meu padrasto e sofri muito por isso. (Mirtes, 28 anos)”.

No caso de narrativas que apontam violências sexuais, o autor costuma ser do sexo masculino e mantém laços de parentesco e/ou proximidade com a vítima, sendo frequente a figura do agressor pai/padrasto, tio, vizinhos e/ou conhecidos da família.

Lembro até bem do começo da minha infância, quando minha vó tinha um motel e eu usava fraldas. Lembro que nesse motel eu fui abusada por homens que iam lá, eles pegavam nas minhas partes íntimas.(...) Quando meu padrasto tava trabalhando na cidade ele não ia pra vila e eu lembro que quando ele chegava do trabalho ele sempre tentava me abusar. Ele nunca chegou a cometer “o ato”, mas ficava falando besteira, dizendo que me amava, ficava me lambendo... coisas terríveis que eu nem gosto de lembrar. Então eu fui crescendo assim; uma revolta dentro de mim porque eu nunca tive apoio de ninguém. (Carla, 42 anos)

Na maioria dos casos, os agressores sexuais são amigos ou membros da família, uma vez que essas pessoas possuem maior proximidade e afinidade e conseguem estabelecer com maior facilidade vínculos de confiança. Segundo Soares e Nascimento Silva (2019), a maioria das violências e abusos sexuais acontecem no lugar onde as vítimas vivem, e causam percepções diferentes, na vítima e no agressor. Para a vítima, o lar passa a ser o lugar do medo e da insegurança, enquanto para o agressor o lugar restrito é percebido como seguro para a prática de crimes. A pesquisa de campo revelou grande incidência de abuso sexual intrafamiliar entre as mulheres encarceradas, ato que pode ser considerado incesto. Segundo Ballone (2009) a classificação como incesto compreende, além de parentes por nascimento, os parentes que se unem ao grupo familiar por adoção ou casamento, tais como enteadas, pais adotivos, irmãos de criação.

Corroborando com Pimentel (2005), concluímos que as situações de negligência e violências vivenciadas durante a infância e a juventude, que roubaram dessas mulheres a inocência típica da infância, as deixaram suscetíveis aos relacionamentos destrutivos, que para elas, representam uma oportunidade de viver o amor. E se, em acordo com Tuan (2005 e 2012) e Merleau-Ponty (2011), a percepção e a visão de mundo dependerão da vivência dos indivíduos, podemos afirmar que toda a violência vivida influenciará essas mulheres quanto à forma de ver, perceber e fazer o espaço.

## **Relacionamentos destrutivos e o “amor bandido”: uma construção em trajetória**

Os estudos de Lira *et al.*(2017) afirmam que as repercussões do abuso sexual na vida cotidiana de mulheres abusadas durante a infância são devastadoras e incluem alterações emocionais, que se prolongaram desde a infância até a vida adulta, culminando em situações extremas, dentre as quais destacam-se a baixa autoestima, ideias e tentativas de suicídio, tentativa de homicídio e comportamento autodestrutivo, problemas sexuais e dificuldade para se relacionar, afetiva e sexualmente, com pessoas do mesmo sexo do agressor.

Portanto, o abuso sexual mantém relação direta com outros sintomas manifestados posteriormente nas vítimas como fobias, ansiedades e depressão, podendo ocasionar transtorno dissociativo de identidade, também conhecido como transtorno de personalidade múltipla, com possibilidade de comportamento autodestrutivo e suicida (Feiffer; Salvagni, 2005).

Durante a vida adulta, a vítima de violência sexual também pode manifestar desejo de transformação da imagem corporal, ou seja, sendo vítima de algum tipo de violência sexual na infância, e sabendo que seu corpo foi desejado e dominado por alguém, o adulto passa a querer ter sua própria imagem corporal totalmente fora dos padrões que interpreta como beleza, na tentativa de ser ignorado por outros possíveis agressores. Schilder (1950 apud Erthal 1989, p.60) afirma que, “a topografia do modelo postural do corpo será a base de atividades emocionais. Nossas emoções e ações são inseparáveis da imagem corporal”.

Seguindo a organização cronológica das narrativas coletadas durante a pesquisa de campo, observamos que as histórias de vida destas mulheres são marcadas por algum (ou alguns) tipo de relacionamento destrutivo que se iniciam e seguem em trajetória após a infância, seja na adolescência, ou na vida adulta. Agrupamos estes relacionamentos em amizades, irmãos e “amor bandido”, sendo essa última a categoria presente em quarenta e duas narrativas. As amizades destrutivas foram registradas em trechos das seguintes narrativas:

Tudo que ela podia fazer ela fez, só que eu arrumei uns coleguinhas e com dez anos eu comecei a ver meus colegas fumando maconha e fiquei na curiosidade... Aí um dia um menino perguntou se eu poderia levar uma “biribinha” pra ele ali que ele me dava cinco reais. Eu falei: “Eu quero”. Aí eu fui, levei, só que quando eu recebi dinheiro preferi trocar pra experimentar o que era a maconha. Aí minha mãe começou a ter dor de cabeça comigo, eu comecei a fugir de casa, comecei a levar polícia em casa e minha mãe começou a sofrer, ela começou a chorar... (Carla Cristina, 29 anos)

Minha mãe não gostava dessa minha amiga porque todo mundo falava que ela usava droga. (...) Minha mãe ficou sabendo e foi bater na casa da minha amiga, me esculhambou e tentou até me bater. Daí antes de ir embora ela disse: “Diga-me com quem andas que eu te direi quem tu és. Teu irmão já foi preso nesse beco, pensa bem no quê que essa menina vai resultar pra ti.” Aí nessa tarde minha amiga e eu fomos “meter uma fita” num marinheiro que transportava soja. (...) No dia do meu júri popular minha colega foi petulante comigo, me enganou. Mandou eu falar uma coisa, um acontecido dum fato que não foi real só pensando em se favorecer. Do jeito que eu me conheço, se fosse hoje em dia, eu sei que se eu tivesse contado a verdade eu não taria nem aqui. Eu tava na rua e ela taria aqui pagando. (Sofia, 27 anos)

Nas narrativas apresentadas é possível constatar o sofrimento da mãe ao perceber que as jovens se envolviam em uma teia de amizades destrutivas. Nem sempre a mãe tem o poder de afastar ou avisar sobre o perigo dos relacionamentos destrutivos, pois existem situações em que o perigo “mora em casa”. No relato de Esperança, a amizade e proximidade com o irmão “predileto” levaram à tristes consequências. Fenômeno semelhante ocorreu com Carla em virtude do convívio próximo dos filhos:

Eu não vendia nada de droga. Eu só vim presa mesmo porque eu estava com meu irmão. Eu gosto muito dele e sempre gostava de ir pra festa com ele pra dançar com ele, só que eu achava que pra mim isso não ia dar nada. Eu achava que, uma vez que eu não estava fazendo nada, eu não corria o risco de vir pra cá, mas não foi isso que aconteceu. Independentemente de eu estar ali junto com ele não era aquela vida que eu queria, eu não queria vender droga. (Esperança, 30 anos)

Foi uma surpresa pra mim e meu mundo desmoronou naquela hora. Eu caí no sofá e falei: “Meu filho pelo amor de Deus, eu acabei de ser julgada e consegui não ficar presa. Por que você fez isso?” E ele disse: “Mãe a senhora não tem culpa, não se preocupe que eu vou assumir tudo!”. A polícia pediu meus documentos porque eu precisava acompanhar ele, que era menor e quando eu fui procurar no guarda-roupa acharam quatro “paradas” no meu guarda-roupa, dentro do meu porta-jóias. Aí já falaram que eu tava no meio e que eu que devia fornecer... Já começaram a me tratar mal e me deram voz de prisão. Meu filho dizia que eu não tinha nada a ver com aquilo e que a droga era dele, mas mesmo assim eu desci pra central. (Carla, 42 anos)

Na trajetória dos relacionamentos destrutivos, as narrativas revelaram grande incidência de relacionamentos amorosos tóxicos, que optamos em chamar de “amor bandido”. Para Pimentel (2005, p. 8):

De fato, o culto feminino ao amor, ainda no contexto da contemporaneidade, subsiste como uma realidade cultural, figurando como elemento formador de representações sociais. Ainda que as mulheres participem ativamente do mercado de trabalho, adquirindo autonomia profissional e financeira, lutando pela igualdade e rompendo com a forte tradição de permanência no espaço doméstico, suas concepções acerca do amor e suas expectativas amorosas são bem diferentes daquelas vividas pelos homens. A mulher age em nome do afeto, na medida em que suas práticas estão diretamente relacionadas a sua identidade na relação afetiva.

Portanto, para a autora, apesar de toda a modernidade e das conquistas feministas, a mulher ainda preserva um lugar especial para o culto ao amor. Nesta perspectiva, experiencia este sentimento de maneira diferente do homem, agindo predominantemente em função do afeto e de acordo com a identidade que lhe é atribuída na relação amorosa. Estas características estão relacionadas à forma como homens e mulheres foram socializados para se comportar nas relações afetivas.

Considerando a tendência ao comportamento autodestrutivo que se estabelece como consequência às violências sofridas, não é tão difícil perceber o efeito desta tendência que estabelece um papel de submissão e sofrimento à estas mulheres. Nem sempre a submissão feminina é total, porém a forma que elas encontram para resistir pode causar consequências marcantes nas suas vidas, como é possível constatar nas narrativas abaixo:

(...) minha mãe nunca aceitou e não aceita até hoje que eu entre na casa dela, muito menos minha filha e o pai da minha filha, principalmente agora que eu estou casada com ele. Minha mãe nunca aceitou meu casamento e ela diz que enquanto eu tiver com ele não é pra ir na casa dela. Então eu prefiro evitar o contato pra não discutir com ela, porque quando a gente discute, discute feio mesmo! Eu evito pra não deixar ela chateada. (...) Ele nunca mexeu com droga, foi preso por ter matado umas pessoas, foi acusado de latrocínio. (Carla Cristina, 29 anos)

A gente mudou pra cidade quando eu tinha 15 anos, com 16 anos eu casei. Eu queria namorar e minha mãe era do tempo antigo, não podia namorar, tinha que casar, então ela autorizou e eu casei. Casei na igreja, de véu e grinalda, tudo certinho. No começo meu marido era um príncipe encantado (...) A primeira vez que ele me agrediu a gente tinha um ano e meio de casados. (...) O tempo foi passando e ele continuava me agredindo, passou a me trair. E eu fui aguentando... Quando eu completei dezenove anos eu já tinha três anos de casada e não queria mais viver naquela situação. Eu preferia ir presa do que viver aquela vida pra sempre porque daquele jeito eu estava presa também, só que estava sofrendo mais do que se eu tivesse em uma cadeia. E aí eu matei ele. (Mirtes, 28 anos)

O relato de Mirtes deixa evidente uma das facetas do patriarcado que, para alguns homens, “justifica” perfeitamente a violência de gênero: o controle da sexualidade. “Um dos elementos nucleares do patriarcado reside exatamente no controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa a seu marido” (SAFFIOTI, 2004, p. 49). No caso de Mirtes o companheiro “justificava” as agressões acusando-a de traição, logo, essa era uma forma de exercer o controle da sexualidade feminina.

Sofia padeceu em virtude de um amor bandido que começou ainda na adolescência e a faz sofrer até hoje. Em diversos momentos da história dessa relação houve quebra de confiança e ela foi vítima de violência moral e psicológica repetidamente. Na cadeia, a violência continuou e os raros momentos de reencontro são também momentos de tortura, como é possível constatar em vários trechos de sua entrevista:

Depois eu conheci o meu marido, que é o pai da minha filha, o M... (...) Quando eu ganhei a nenê minha vida deu uma reviravolta. Quando eu ainda tava grávida ele começou a sair com outras mulheres, já me olhava com outros olhos. Então eu fui morar na casa da minha mãe. Quando a nenê nasceu ele inventou que tinha que beber o mijo da criança. Ele apareceu em casa depois de cinco dias todo chupado e arranhado. Eu fui tirar satisfação com ele e ele disse: “Quem é que vai te querer? Tu ta com uma filha recém-nascida, a menina não tem nem cinco dias.” (Sofia, 27 anos)

Tem dois meses que ele voltou a me visitar. Nós tínhamos brigado porque quando eu descobri que estava com câncer o médico daqui me falou que eu tinha “pegado” uma bactéria no útero que é transmitida através de relação sexual. A única pessoa com quem eu me relacionei durante todo o tempo que estou aqui foi com ele, então eu tive a certeza que ele havia me transmitido essa bactéria. Mesmo aqui dentro, consegui descobrir que ele tava se relacionando com outra mulher na rua e então as brigas aumentaram. “Pra lá” ele ficou, mas quando foi agora em novembro ele voltou a vir me visitar de novo. Antes disso, a gente já brigava porque sempre quando ele vinha me visitar e eu tava de castigo ele ficava me pressionando. (Sofia, 27 anos)

Uma vez eu peguei um castigo por causa dele. Eu já tava cansada dessa chantagem dele e resolvi enganar ele, disse que eu teria relação com ele, mas que ele tinha que me acompanhar até o final do local da visita. Quando ficamos só nós dois eu bati nele e a diretora ficou sabendo... Aí já viu né?! Castigo. Quando a gente se encontrava ele me culpava e dizia que eu devia “achar bom” ficar de castigo. Ele dizia que precisava de uma mulher dentro de casa, que ele sentia falta de conversar, que a minha filha precisava de mim, que eu não pensava na minha filha e que o que ele tinha feito, no caso a traição, foi porque ele precisava de uma mulher dentro de casa. (Sofia, 27 anos)

Alegria atribui ao marido uma mudança positiva em sua vida, porém admite que na rua ele era seu parceiro de crime:

Quando eu saí da cadeia, casei com uma pessoa muito especial que mudou minha vida. (...) Antes dele, eu vejo que a única pessoa que eu amei na minha vida foi meu irmão. (...) O meu marido também fazia as coisas erradas comigo, ele era meu parceiro. (Alegria, 27 anos)

A narrativa de Alegria demonstra uma ideia de incompletude antes do relacionamento com o marido. Este relacionamento aparentemente proporcionou a ela a vivência de um sentimento antes nunca vivido: o amor entre um homem e uma mulher. Segundo Pimentel (2005, p. 10):

Para a mulher, essa ideia de incompletude – resquícios da noção de “amor platônico” – é ainda mais densamente reproduzida no senso comum, diante da cultura de supremacia do masculino sobre o feminino, o que se observa, sobretudo, através da “necessidade do casamento” como algo que traz um sentido à vida da mulher. É como se o fato de estar vivendo ao lado de um homem concedesse à mulher a identidade ideal, sobretudo quando diante de um relacionamento afetivo como o casamento ou suas modalidades assemelhadas.

Em consonância com Pimentel, o relacionamento descrito por Alegria parece ser fundamental para a construção de sua identidade e o casamento é tão fundamental, a ponto de dividir a sua vida em antes e depois do casamento. No caso de Alegria, os crimes cometidos por ela com a ajuda do marido se referiam ao tráfico de drogas. Para Pimentel (2005, p. 8), em virtude das atitudes predominantemente afetivas das mulheres:

[...] as práticas sociais femininas no contexto do tráfico de drogas, não têm os mesmos fundamentos representacionais que as práticas masculinas, notadamente justificadas a partir de aspectos financeiros e da necessidade do homem de se firmar como sujeito em determinado grupo social.

A narrativa de Alegria demonstra a carga emocional e afetiva atribuída a este relacionamento. A prática criminosa pode ser um fator que intensificou os laços afetivos da relação, já que segundo Tuan (2005) a segurança pode afrouxar os laços afetivos. Logo, a insegurança causada pelas práticas delituosas poderia atuar de forma inversa; intensificando os laços afetivos. Alegria desconstrói, de certa forma, o estereótipo da mulher como a “ajudadora” do homem, seja do pai ou do marido (Nascimento Silva, Silva, 2014), já que, ao afirmar que o marido era seu parceiro se coloca em posição de destaque e poder nas práticas relacionadas ao tráfico de drogas e ao crime, nessa perspectiva seu marido atua como seu “ajudante”.

Sobre a forma diferente com que homens e mulheres se dedicam à relação afetiva, Pimentel (2005, p. 9) explica o motivo pelo qual, socialmente, ao homem é permitido experimentar formas de amor diferentes daquelas do cotidiano doméstico, este por sua vez seria destinado exclusivamente às mulheres:

Como o homem não participa diretamente da rotina cotidiana, mas, ao contrário, busca o sustento da família fora do lar, é ele quem tem o poder de experimentar outras formas de amor, que não aquela destinada à procriação e à perpetuação da família, modelo criado para fins econômicos. Diferente é o amor romântico – expressão totalmente distinta da forma passional de amar – nascido da própria ideia de romance que surge no século XIX, e que, de acordo com Giddens, está diretamente relacionado ao casamento e, portanto, à vida cotidiana.

Nesta perspectiva, à mulher seria permitido experimentar apenas o amor romântico através do casamento. Motivo pelo qual os relacionamentos, em especial casamentos, destrutivos assumem grande importância, pois é através deles que será permitido à mulher vivenciar o amor.

Se, para Tuan (2005), as experiências de abandono e negligência vivenciadas na infância resultam em comportamentos destrutivos e, se para Saffioti (2004), as vítimas de violência sexual carregam traumas profundos, compreendemos que a combinação de abandono, ne-

gligência e constante violência sexual presentes na infância de Carla resultaram em uma atração quase que inevitável por relacionamentos extremamente destrutivos, ou seja, na atração pelo “amor bandido”.

Sair de um relacionamento amoroso destrutivo não é algo fácil, pois o “amor bandido” tem seus encantos que prendem estas mulheres em uma estrutura semelhante à uma teia. Além do aspecto puramente afetivo, existem outros motivos que podem desencadear o interesse pelos “homens do crime”. Segundo Deleuze (1994, p. 198), os agenciamentos de desejo seriam primariamente territoriais e o sexo, produtor de ligações ou de conexões, engendrador de campo social. Nessa perspectiva, “o amor é inicialmente coletivo, isto é, dirigido a uma tribo humana que o sujeito escolheu, [...] depois vai se recortando, até chegar ao objeto amoroso”. Nas classes sociais mais baixas, em que a convivência comunitária com o crime reconfigura estereótipos e aproxima grupos sociais, o papel do “bandido” torna-se objeto de desejo. O estereótipo social do bandido é definido por Hobsbawm (1996, p. 341):

“O bandido” – Trata-se de um pobre que não aceita o papel tradicional dos pobres e que adquire sua liberdade através dos únicos meios de que dispõe: a força, a coragem, a astúcia e a determinação. Isso o aproxima do sistema do qual não faz parte: a hierarquia do poder, a riqueza, o jogo das influências. [...] Quanto mais triunfa o bandido, mais assume o papel de representante e campeão dos pobres, e elemento do sistema dos ricos.

Na perspectiva de Hobsbawm (1966) a atração pelo “amor bandido” pode também ser resultado da vivência em um contexto social relacionado ao crime, ou ser percebido como uma atitude de resistência à vida de privações e pobreza, pois se aproximar de homens criminosos e “poderosos” aproximaria as mulheres do poder e da riqueza. A respeito do “amor bandido” e da afetividade das mulheres que, de alguma forma se envolvem com o mundo do crime, Pimentel (2005, p. 12) sintetizou:

Sobre o amor e a afetividade na vida dessas mulheres [...] os significados e sentidos que elas atribuem ao amor e ao papel que devem desempenhar no contexto das relações de afeto são construídos a partir de práticas interacionais ao longo de suas vidas, e levam-nas a vivenciar relacionamentos afetivos pautados pela cultura de submissão da mulher ao homem. Como suas práticas são referenciadas por essas representações, elas tendem a agir em nome desse afeto.

Corroborando com Pimentel (2005), concluímos que, de fato, há estreita ligação entre as situações de negligência e violências vivenciadas durante a infância e a juventude, o amor e o comportamento autodestrutivo na vida adulta, que contempla as práticas relacionadas à criminalidade. E se, em acordo com Tuan (2005 e 2012) e Merleau-Ponty (2011), a percepção e a visão de mundo dependerão da vivência de cada indivíduo, podemos afirmar que toda a violência vivida (incluindo os relacionamentos destrutivos) influenciará essas mulheres quanto à forma de ver e perceber o espaço e o lugar.

## **O gênero aprisionado: violências contra a mulher presa**

Ao chegar à prisão, as mulheres possuem maior dificuldade de adaptação, as mesmas sofrem pela solidão e tentam conviver com as quebras de laços afetivos que deixaram fora das grades e que, algumas vezes, não tiveram a oportunidade de despedir-se. “De todos os tormentos do cárcere, o abandono é o que mais aflige as detentas” (Varella, 2017, p. 38). Diferente do homem, quando ocorre a prisão de uma mulher, ela passa a ser a vergonha da família e reprimida pela sociedade. Desta forma, o sistema penitenciário brasileiro e de Rondônia caminham em passos lentos para que cumpra conforme descrito nas leis brasileiras, a reintegração e a garantia de espaço físico próprio as mulheres encarceradas.

No cotidiano das prisões femininas, existem grades concretas e abstratas, essas últimas representam as situações que são próprias e específicas do universo feminino. Isso porque, apesar de toda a dureza do lugar, as mulheres que lá estão não deixam de ser mulheres,

portanto, convivem com situações que são próprias ao gênero feminino, mesmo que essa vivência ocorra de forma improvisada, precarizada ou adaptada.

Apresentamos abaixo trechos de narrativas que evidenciam o que estas mulheres pensam a respeito do espaço e das relações sociais estabelecidas na cadeia, em comparação ao espaço e as relações estabelecidas nos presídios masculinos:

Existem diferenças entre o masculino e o feminino. Os homens são tratados de forma mais bruta, as mulheres não (só algumas exceções). (...) Aqui a sala de visita tem ar condicionado, no Urso Branco não tem, lá a visita é na igreja e as pessoas são tratadas como animais. No presídio de Ariquemes a visita é dentro das celas. Acredito que o problema daqui é que não tem espaço adequado pras visitas porque é improvisado. (Esperança, 30 anos)

O presídio masculino tem mais estrutura para receber visitas e os presos tem mais oportunidades. O feminino não tem espaço para os cursos, é pequeno. Tem mais oportunidade de trabalho no masculino: marcenaria, tapeçaria, oficina de bolas. Aqui não tem espaço, aqui não tem estrutura, é no centro e não tem pra onde aumentar. Aqui era pra ser provisório e ficou até hoje. (Carla Cristina, 29 anos)

O relato dessas mulheres permite a comparação entre o universo carcerário feminino e masculino porque muitas delas possuem entes queridos como companheiro, irmão, tio, pai e outros, em situação de cárcere. As críticas são fundamentadas em uma organização espacial que se estrutura a partir do patriarcado, logo, acreditamos que “[...] as brasileiras têm razões de sobra para se opor ao machismo reinante em todas as instituições sociais, pois o patriarcado não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo” (Saffioti, 2004, p. 47). Logo, o patriarcado também influencia a organização espacial, destinando aos homens a ocupação de espaços públicos, lugares de visibilidade e poder, ao mesmo tempo em que relega às mulheres o espaço doméstico e a figura de ajudadora. Compreendemos que esta premissa se aplica à organização espacial das instituições carcerárias, onde as mulheres costumam ser encarceradas em instituições mistas ou em lugares que não foram pensados, projetados e construídos para atender suas demandas.

Revela-se que o sistema da justiça criminal, que deveria combater a criminalidade através de sua redução, ou a sua eliminação, e deveria assegurar a proteção dos bens jurídicos universais, gerando segurança pública, constrói a criminalidade, de forma “[...] seletiva e estigmatizantemente e neste processo reproduz, material e ideologicamente, as desigualdades e assimetrias sociais (de classe, gênero, raça)” (Andrade, 2004, p. 9-10).

Uma das situações femininas que podem ser vivenciadas na cadeia são aquelas relacionadas à maternidade, seja em sua forma plena: tornar-se mãe, ou seja, pela reflexão sobre a atuação das presas no papel de mãe e filha. Lá dentro as lembranças constantes da vida em família permitem a auto avaliação e a crítica a atuação das mães. A rotina da mulher/mãe ao entrar no sistema penitenciário é repentinamente transformada, a maioria das mulheres condenadas possui filhos (as) e quase sempre são as principais responsáveis pelas crianças antes da prisão. Na separação dos (as) filhos (as) as mulheres se culpam e temem por estes (as) entrarem na vida do crime (Flores, Smeh, 2018). A maior preocupação das mulheres presas costuma ser com quem as crianças ficarão, e quem será responsável por elas daquele momento em diante. O desejo de ser uma boa mãe para os filhos que estão na rua é uma constante nas narrativas destas mulheres:

Hoje eu penso que a gente sempre quer seguir o exemplo da mãe é por isso que hoje eu quero tanto mudar, porque eu quero dar um bom exemplo pros meus filhos. (Alegria, 27 anos)

Sob a ótica das vivências femininas, o espaço da cadeia pode se tornar um lugar de muitas reflexões, onde o arrependimento em não ter valorizado as pequenas coisas que dão sentido à vida, o cuidado, passeios e coisas simples, como um penteado na filha, cede lugar às reflexões sobre formas para aproveitar melhor os momentos com os filhos:

Depois da minha experiência aqui aconselho a alguém que se ela está com a vida errada e tem um fio de esperança e ama seu filho, pensa bem, porque o tráfico dá um dinheiro bobo, mas depois não paga nem o advogado. Olha o que eu fiz com minha filha! Ela desde bebê até uns 5 anos de idade, antes de eu entrar aqui, a bolsa dela era da Carmen Steffens, tudo dela era da Carmen Steffens, eu não me dava conta. Hoje minha filha não se lembra dos presentes caros, ela se lembra de coisas pequenas, momentos simples que vivemos. Ela diz pra mim, “mamãe, lembra do penteado que a senhora fazia em mim”. Meu filho diz pra mim, “mamãe quando choro, te chamo: “mamãe”. Eu sempre digo a minha filha: filha perdoa a mamãe, eu errei, mas vamos viver muitos momentos bons, vou te recompensar tudo que você está passando, ela sofre muito. Eu não sei quem eu sou, eu me desconstruí pra me reconstruir. As pessoas que conviveram comigo sabem o motivo da minha pena, o porque estou aqui (Beatriz, 34 anos).

A reflexão e percepção das mulheres sobre suas múltiplas identidades (filha, mãe, mulher, criminosa) nem sempre ocorrem simultaneamente à percepção da sociedade. Por exemplo, a identidade de mulher e de mãe é construída a partir do início de eventos como o nascimento, ou adoção, de um filho e da convivência marital, porém nem sempre a identidade de criminosa é construída a partir do início da prática criminosa, pois segundo Pimentel (2005, p. 11):

No caso das mulheres traficantes de drogas, a identidade de mãe é reconhecida quando a mulher tem um filho ou o adota, a identidade de mulher – aqui no sentido de esposa ou companheira – quando elas se relacionam afetivamente com um homem, e a identidade de traficante por força das determinações da norma jurídica aplicada no ato da condenação, ou antes, mesmo, quando da prisão.

Dessa forma, existem mulheres que se percebem e identificam como mãe, esposa e filha, porém só irão se reconhecer como alguém que pratica crimes quando forem presas. Dentro da cadeia e se reconhecendo como alguém que praticou um crime, essas mulheres sofrem determinadas violências de gênero, sexual e psicológicas que ocorrem exclusivamente pela condição de serem mulheres e estarem presas. Alguns desses fenômenos podem ser percebidos em trechos das narrativas de Sofia:

Muitas vezes, quando ele (o marido) vinha me visitar, eu estava chateada com os boatos sobre a vida dele lá fora, então eu não queria ter relação com ele... Então ele me pressionava, dizia que se eu não tivesse relação com ele, no dia na visita das crianças ele não ia trazer minha filha. Então eu cedia. (Sofia, 27 anos)

Neste relato, Sofia se submete à violência sexual pelo desejo de reencontrar a filha. A maternidade é utilizada pelo agressor como uma moeda de troca: o direito de ver e conviver com a filha, ainda que seja durante algumas horas por semana, em troca do sexo. Em outros momentos a maternidade é o ponto de partida para a resistência à violência, é a motivação para uma reação:

Como eu tava muito tempo sem ver minha mãe, a direção decidiu me dar dez minutos pra conversar com minha mãe, então minha filha chorou. Minha filha teve até febre durante o tempo que ficou sem me ver. Então eu pensei: “A partir de hoje ninguém mais vai pisar em mim ou me bater!” (Sofia, 27 anos)

Por causa dos outros eu tô aqui agora e a minha filha tá lá... Às vezes minha filha conta que a tia judiou dela e pergunta quando eu vou pra casa. (Sofia, 27 anos)

A partir da prisão das mães é comum que as crianças sejam entregues aos cuidados de outros familiares. Se no relacionamento dessas crianças com seus familiares houver fatores positivos isso contribuirá para a qualidade de vida das crianças. A respeito dos cuidadores, quando a mãe está na prisão, a análise de estudos publicados com referência em Flores e Smeh (2018) mostra que as crianças ficam mais sujeitas a se adaptar quando os cuidadores são escolhidos pela mãe, quando são os pais e quando essa relação é positiva; sendo importante a relação de quem assume o papel de cuidador (a), fazendo toda diferença para o bem estar da criança e amenizando a ansiedade da mãe na prisão.

Portanto, a prisão da mãe tem total influência no desenvolvimento da criança, e, quanto mais ela cresce, mais a criança começa a ter consciência do que acontece a sua volta e como acontecem os fatos, compreendendo inclusive a natureza punitiva da mãe, tornando

o contexto prisional significado de punição e separação entre mãe e filhos (as) capaz de comprometer o desenvolvimento físico e emocional da criança (Stella, Sequeira, 2015).

A vontade de reencontrar com os filhos faz com que muitas mulheres evitem maiores conflitos e adversidades durante o período que estão encarceradas. Independente das características do cuidador que assumirá a responsabilidade pelas crianças, o sofrimento dessas mulheres torna-se uma característica que se entrelaça com a condição da maternidade e remete ao conceito do Marianismo, citado por Saffioti (2004). O modelo do Marianismo pode ser compreendido a partir do ideal de gênero simbolizado pela Virgem Maria, que reuniria todas as características esperadas das mulheres: devoção à família, subordinação aos homens, subserviência, passividade sexual, renúncia e sacrifício. Saffioti (2004) afirma que o Marianismo pode ser entendido como um código de conduta para mulheres, onde os papéis de gênero provenientes deste modelo situam as mulheres como esposas e mães, assegurando dentro de suas culturas o respeito através do desempenho destas funções. Nesse modelo o sacrifício seria uma atitude natural para as mulheres.

### **Grades invisíveis: políticas públicas para a mulher presa e o preconceito social**

Desde a origem do aprisionamento humano as demandas femininas foram negligenciadas por aqueles que “pensaram” e construíram as prisões, podemos compreender o motivo de tal negligência em Foucault, que afirma que as prisões são espaços projetados por homens e para homens (Foucault, 2012). Em virtude de tais disparidades entre o universo carcerário e as demandas femininas, Torres e Silva (2014, p. 127) afirmam que:

As dinâmicas espaciais ligadas às questões penais de gênero e sexualidades ganham, na atualidade, intensidade na investigação acadêmica frente à necessidade de serem expostas à sociedade as entranhas de um sistema penal inoperante, que expõe a fragilidade das conquistas sociais no Brasil, do seu sistema punitivo e de controle da segurança pública, mas que encontra respaldo em expressiva parcela da sociedade brasileira para quem “bandido bom é bandido morto”. Ao pensar na redução das desigualdades de gênero e a superação das diferenças que contribuem para a ineficácia do sistema, evidencia-se a urgência em dar voz e visibilidade a estas mulheres pois “(...) a condição de ser mulher presidiária define seres humanos silenciados em uma sociedade já muito desigual e segregadora”.

Apesar de o Estado admitir e reconhecer formalmente a especificidade das demandas das mulheres encarceradas e sua relação direta com “[...] traumas consequentes de violência familiar, maternidade, nacionalidade, perda financeira, uso de drogas, entre outros fatores” (INFOPEN MULHERES, 2014) ainda não existe um programa realmente eficiente de políticas públicas que possam retirá-las da invisibilidade e dotá-las de voz.

De acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana, expresso na Convenção Internacional dos Direitos Humanos, entende-se que uma pessoa presa só deveria perder o direito à liberdade, jamais o direito à dignidade.

A dignidade é essencialmente um atributo da pessoa humana pelo simples fato de alguém “ser humano”, se tornando automaticamente merecedor de respeito e proteção, não importando sua origem, raça, sexo, idade, estado civil ou condição socioeconômica. É um princípio fundamental incidente a todos os humanos desde a concepção no útero materno, não se vinculando e não dependendo da atribuição de personalidade jurídica ao titular, a qual normalmente ocorre em razão do nascimento com vida (Motta, 2013).

Privadas do direito à liberdade, todos os outros, como o direito à saúde, defesa, assistência social e trabalho, deveriam ser garantidos pelo Estado. Porém, através da pesquisa de campo foi possível constatar que não é isso o que acontece nas cadeias. As mulheres presas são privadas de muitas coisas necessárias para garantir o mínimo de saúde e qualidade de vida, desde os suprimentos mais básicos, como sabonetes e absorventes, até a atenção jurídica e médica, como relatam as narrativas de Esperança, Carla Cristina, Sofia e Carla:

De uns tempos pra cá a água tá vindo com mais frequência, mas antes “Deus é mais!”. Tinha mês que faltava água, daí tinha que chamar o caminhão pipa. Mulher sem água não é mulher! Porque mulher tem o seu período do mês que é complicado... Tem a menstruação e a higiene da mulher. A mulher por si só é toda limpinha, toda certinha, precisa tomar banho. (Esperança, 30 anos)

A higiene é péssima! A higiene quem faz é a gente. É arriscado pegar doenças. Onde eu me encontro (no berçário) eram dez mulheres grávidas e três dormiam no chão. Só tem três berços. (Carla Cristina, 29 anos)

(...) o médico daqui me falou que eu tinha “pegado” uma bactéria no útero que é transmitida através de relação sexual. (Sofia, 27 anos)

## **A higiene das celas fica difícil porque o espaço está todo ocupado. (Carla, 42 anos)**

Em Rondônia, assim como no restante do Brasil, predomina uma visão problemática do que sejam direitos humanos e sua importância para o desenvolvimento civilizatório, principalmente quando se trata dos direitos da população carcerária. A opinião pública sobre essa questão é inspirada pela ideologia da vingança amplamente propagada por alguns veículos de comunicação, através da cobertura incessante da criminalidade de forma sensacionalista, sem abordar os determinantes da desigualdade e dos conflitos em sociedade.

Por consequência da pressão da opinião pública, paira sobre o sistema penitenciário brasileiro a indiferença, omissão e conivência por parte da população com relação às inúmeras violações de direitos humanos que ocorrem cotidianamente e são naturalizadas. Entre as mais graves, destaca-se a condição da mulher presa que vive sem que existam as mínimas condições necessárias para a garantia da dignidade da vida humana.

De maneira geral, as políticas públicas nacionais relacionadas especificamente às mulheres encarceradas são norteadas pela Política Nacional de Enfrentamento às Violências Contra Mulheres criada em 2008 e que tem como seus objetivos “O Pacto Nacional Pelo Enfrentamento À Violência Contra a Mulher”. Portanto, deve ser observado com cautela o pacto que consiste em um acordo federativo firmado entre a União, os Estados e os municípios, com o objetivo de prevenir e enfrentar as diversas violências contra as mulheres sejam elas físicas, morais, sexuais, patrimoniais, psicológicas e institucionais.

A redação do referido pacto afirma atender de forma especial às mulheres rurais, negras e indígenas, pois estão expostas as mais discriminações e possuem maior vulnerabilidade social (CPMIVCM, 2013, p. 43-44). Nesse sentido, os objetivos não se referem às mulheres encarceradas que também estão expostas as diversas discriminações.

(1) implementação da Lei Maria da Penha e fortalecimento da rede de serviços para atendimento a mulheres em situação de violência; (2) garantia dos direitos sexuais e reprodutivos e enfrentamento da feminização da AIDS; (3) combate à exploração sexual de meninas e adolescentes e do tráfico de mulheres; (4) garantia de direitos para mulheres em situação de prisão (CPMIVCM, 2013, p.44).

O quarto eixo explicitava a intenção de garantir os direitos das mulheres encarceradas. Porém, o pacto sofreu alterações em 2011 e atualmente o pacto vigente possui cinco eixos, mas nenhum evidencia claramente políticas voltadas às mulheres em situação de prisão:

(1) garantia da aplicabilidade da Lei Maria da Penha; (2) ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência; (3) garantia de segurança à cidadã e acesso à Justiça; (4) garantia dos direitos sexuais e reprodutivos; enfrentamento da exploração sexual e do tráfico de mulheres; (5) garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos (CPMIVCM, 2013, p.44).

A exclusão do quarto eixo, referente à garantia de direitos para mulheres em situação

de prisão retrata que a preocupação do Estado com as mulheres encarceradas parece ser secundária, pois atualmente não há um eixo estruturante específico para esta temática.

É necessário compreender que as mulheres em situação de prisão possuem demandas muito específicas, e com a exclusão do eixo próprio, o atendimento de suas demandas tornou-se algo muito mais difícil de ser alcançado, pois atualmente o atendimento à esta temática torna-se viável mediando o desdobramento de outros eixos em forma de ações, pois “cada um desses eixos se desdobra em várias ações que têm por objetivo afirmar e efetivar cada eixo estruturante” (CPMIVCM, 2013, p. 44). Ou seja, apesar da garantia dos direitos das presas estar implícito no texto, com a exclusão do seu eixo próprio o atendimento às suas demandas foi relegado ao segundo plano, sendo necessário o desdobramento de ações estruturadas nos outros eixos existentes. O apagamento do eixo específico das mulheres em situação de prisão representa uma tentativa nítida do Estado de invisibilizar estas mulheres e de minimizar as obrigações do poder público para com elas.

As políticas voltadas a essas mulheres atualmente costumam se desdobrar em ações do terceiro eixo titulado “Garantia de segurança à cidadã e acesso à Justiça”, essa alteração tornou o eixo mais abrangente, pois a parte que se refere às apenadas é a questão de “acesso à justiça”. Cabem críticas à efetividade das ações já que elas deveriam garantir a promoção de direitos das mulheres em situação de violência de forma geral. Nesse eixo, as ações previstas às presas poderiam estar relacionadas à ampliação do acesso à justiça, promovendo assistência jurídica gratuita, contribuindo para a humanização das prisões, garantindo espaços físicos adequados, capacitando para o trabalho, garantindo o exercício da sexualidade, garantindo os direitos reprodutivos, implantando o serviço de saúde integral, implantando um sistema educacional, auxiliando na investigação dos casos de omissão institucional diante dos casos de violência contra as mulheres, garantindo a proteção à maternidade, garantindo atendimento adequado aos filhos das presas, garantindo a cultura e o lazer e promovendo mutirões de revisão penal.

Porém, tratar da mulher no sistema penitenciário apresenta um dilema, pois à esta sempre coube cuidar da família, dos afazeres domésticos, dos filhos, e essa é a imagem associada no imaginário social, como alguém frágil e dócil. “Como poderia, ela, então, estar confinada por descumprir as regras sociais?” (Lima, 2006, p. 11)

Dessa forma, o tratamento prisional para a encarcerada é pior que o dispensado aos homens, que também têm precárias condições no cárcere, porém, a desigualdade de tratamento é patente e decorrente de questões culturais vinculadas à visão da mulher como presa e com direitos ao tratamento condizente com as suas peculiaridades e necessidades, próprias da aplicação do princípio constitucional de individualização da pena, da qual decorre a regra constitucional de Direito Penal explicitada no artigo 5º, inciso XLVIII, segundo o qual “[...] a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado...” (Borges, 2005, p. 87).

Então, uma das consequências da não-aplicação da individualização da pena, em geral, é negar ou impedir que “[...] a dinâmica punitiva estatal se volte às finalidades político-criminais, reconhecendo que cada fato, ou delinquente, possui peculiaridades dependentes de um tratamento diferenciado...” (Castro, 2010, p. 83). Logo, as demandas femininas relacionadas à saúde e educação como forma de empoderamento não são observadas.

Devido ao cenário descrito, as demandas de saúde que são próprias do gênero, como os acompanhamentos ginecológicos, de pré-natal e partos, apesar de serem direitos dessas mulheres, geralmente são realizados fora da cadeia e dependem da disponibilidade da escolta policial. A ausência das condições básicas de atendimento em saúde contribui para a instalação de atmosfera de insegurança e incerteza quanto à saúde própria e da dos filhos. Esta realidade parece ser compartilhada por outras penitenciárias femininas do Brasil, pois segundo o Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil (2007, p. 32), organizado pelo Centro Pela Justiça e pelo Direito Internacional - CEJIL:

Atendimento pré-natal é um direito tanto do nascituro quanto da mãe, que amiúde não é respeitado nos cárceres do Brasil. Há presas sem qualquer atendimento pré-natal e acabam descobrindo serem soropositivas e portadoras de outras doenças transmissíveis, como sífilis, só na hora do parto. Esta situação, além de colocar em risco a saúde do neonato, causa um impacto psicológico profundo na mãe.

O período de gestação e lactância exigem cuidados especiais com a mãe e com o bebê, logo, considerando que uma penitenciária feminina deve ser um local próprio para receber a abrigar mulheres, os cuidados no atendimento as demandas femininas deveriam ser uma das prioridades em termos de políticas públicas e de organização espacial destes lugares.

A pesquisa de campo nos permitiu constatar que nas cadeias mistas e nas penitenciárias femininas, os cuidados com a saúde da mulher em estágio de gestação e lactação não atendem às necessidades da mãe e dos bebês, seja em relação à frequência de atendimento médico, em relação ao acesso à medicamentos e alimentos adequados ou mesmo em relação às condições de saúde e higiene dos locais destinados às grávidas e lactantes.

Além das paredes e das grades de ferro que aprisionam fisicamente essas mulheres, existem outras prisões dentro da cadeia. As outras prisões não são concretas, não estão demarcadas por paredes ou qualquer tipo de estrutura que represente barreira física entre o mundo da cadeia e do mundo da rua; elas atuam como grades invisíveis. Trata-se das emoções do dia-a-dia na cadeia que aprisionam a mente e o coração daquelas que estão ou que já estiveram no cárcere e, mesmo contra a vontade delas, são compartilhadas com os entes queridos e que os fazem enfrentar cotidianamente o preconceito da sociedade. Portanto, para que, de fato, as egressas do sistema prisional possam ocupar seu lugar na sociedade e demarcar sua posição enquanto mulheres, mães e cidadãs é necessário que o Estado e a sociedade civil organizada perceba que:

Assim como há a necessidade de preparar estas mulheres para o retorno ao convívio em sociedade, existe a necessidade de preparar a sociedade para o convívio com as egressas. O preconceito que a mulher presa e as egressas carregam é compartilhado com aqueles que mais as estimam (Alves, 2017, p. 219).

Ao pensar as políticas públicas específicas para as mulheres encarceradas, o Estado deveria observar e atender aos princípios do empoderamento feminino, a fim de que durante o cárcere essas mulheres fossem capazes de se empoderar para a vida após a cadeia, pois “A noção de empoderamento vem sendo utilizada na avaliação do impacto de políticas públicas sobre as condições de gênero [...]” (Nascimento Silva, 2011, p. 143). Já que o empoderamento ocorre em diferentes dimensões constata-se que para as mulheres que estão presas o desenvolvimento das principais dimensões do empoderamento resultaria na melhoria da qualidade de vida, podendo influenciar na redução dos índices de reincidência criminal. Na dimensão pessoal o empoderamento resultaria no aumento da autoestima e da autoconfiança que são extremamente prejudicadas pelas precárias condições de saúde e higiene das cadeias brasileiras. Em sua dimensão política e social, o empoderamento feminino tornaria as mulheres capazes de mudar e questionar a situação de submissão e sua participação em instâncias do poder social (Nascimento Silva, 2011).

Compreendendo que, para que uma política pública seja de fato eficaz, é necessário o atendimento das demandas da população e isso só é possível a partir do conhecimento das mesmas, portanto, afirmarmos que a observância das dimensões do conceito empoderamento feminino seriam fundamentais para preparar as mulheres encarceradas para a vida em liberdade e com autonomia.

## **Para além das considerações finais**

A discussão sobre as questões de gênero que perpassam o universo carcerário brasileiro está distante de se esgotar, portanto, as considerações aqui apresentadas apontam um entre tantos caminhos possíveis.

Apesar de todos os avanços que já ocorreram e que hoje asseguram legalmente às mulheres uma estadia digna nas cadeias mistas e penitenciárias femininas, ainda existe um abismo entre os direitos adquiridos e a práxis cotidiana, fenômeno que revela que os espaços carcerários ainda são criados por e para homens.

A pesquisa e imersão no universo carcerário revelaram um mundo antes não enxergado, em função das diversas estratégias que o Estado utiliza para invisibilizar as mulheres presas. Removido o véu da invisibilização, é possível perceber um mundo de mulheres com trajetórias de vida marcadas pela violência física, moral, psicológica e sexual, que muitas vezes foram vivenciadas desde a infância em contextos de vulnerabilidade social e negligência e continuam sua trajetória no cárcere.

As violências e negligências vivenciadas na infância exerceram influência direta sobre os diversos comportamentos destrutivos da adolescência e vida adulta e sobre a percepção e interação destas mulheres com o mundo, assumindo a forma de relacionamentos destrutivos em trajetória, sejam amizades ou amores.

O contexto de vulnerabilidade social demarcou desde cedo a proximidade dessas mulheres com o universo carcerário, sendo constatada a existência de irmãos, pais, namorados e companheiros/maridos que cumprem, ou já cumpriram pena, em regime fechado, logo, elas são capazes de perceber diferenças entre os espaços destinados à mulheres e homens em situação de cárcere.

A condição de mulher as expôs a violências de gênero no cárcere que ocorrem em função destes espaços não serem pensados e projetados para atender as demandas femininas e pela ausência de políticas públicas, de fato eficazes, destinadas à essa parcela da população evidenciando que as violências mais comuns sendo a ausência do acesso à saúde, especialmente aos acompanhamentos próprios do universo feminino, tais como realização de exames preventivos e pré natal; violência sexual praticada pelos companheiros e maridos durante os dias de visita íntima; violência psicológica praticada por familiares durante os dias de visita e ausência de lugares destinados às grávidas e lactantes.

As vivências na cadeia fazem com que essas mulheres também percebam o cárcere como um espaço para a reflexão sobre a retomada da vida em sociedade - que elas sabem que será carregada de preconceito. Assim como os espaços carcerários não estão preparados para atender às demandas das mulheres, a sociedade também não está pronta para receber as egressas, tampouco para reconhecer a relação entre a negligência e violência vivenciadas na infância e o comportamento destrutivo na vida adulta. Esse despreparo social é fruto da ausência de leis e/ou políticas públicas que assegurem às mulheres egressas sua inserção no mundo do trabalho para a retomada da autonomia financeira, e dessa forma se acentua o preconceito social que estigmatiza as pessoas que estão, ou já estiveram, presas. Da mesma forma, as leis e políticas públicas destinadas à proteção da criança e do adolescente existentes não conseguem assistir adequadamente às vítimas e, portanto, não conseguem evitar as consequências devastadoras em suas vidas, dentre as quais se destacam os comportamentos destrutivos da vida adulta que podem resultar em relacionamentos destrutivos e condutas criminosas.

Dessa forma, as discussões em torno do tema não podem se limitar às condições femininas de estadia no cárcere, mas devem também se estender às condições de vida destas mulheres como progressas e egressas do sistema penitenciário, pois enquanto o Estado não se dedicar ao reconhecimento e atendimento dessas demandas existirão grades invisíveis que aprisionarão essas mulheres e suas famílias para muito além do cárcere.

## Referências

- ALVES, Hellen Virginia da Silva. Quem são as mulheres encarceradas na Penitenciária Estadual Feminina de Rondônia? Uma análise de gênero sobre o perfil da população carcerária feminina. *Revista Formação (ONLINE)*, v. 25, n. 45, maio-ago/2018, p. 231-250. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/5255/4517> Acesso em abr 2019
- ANDRADE, Vera Regina Pereira. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n 48, p. 260-290, maio/junho, 2004.
- BALLONE GJ - Incesto, in. PsiqWeb. Disponível em [www.psiqweb.med.br](http://www.psiqweb.med.br), 2009. Acesso em 10 out.2019
- BOM MEIHY, José Carlos Sebe. Manual de história oral. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- BONIFAZ, Rosa G. Vaiz. NAKANO, Ana Marcia Spanó. La Violencia Intrafamiliar, El uso de Drogas en la Pareja, desde la Perspectiva de La Mujer Maltratada. *Rev Latino-am Enfermagem* 2004 março-abril; 12(número especial):433-8 [www.eerp.usp.br/rlaenf](http://www.eerp.usp.br/rlaenf).
- BORGES, Paulo César Corrêa. Direito penal democrático. 1. ed. São Paulo: Lemos e Cruz, 2005.
- BORGES, M. (2009). Da observação participante à participação observante: uma experiência de pesquisa qualitativa, in: Ramires, J. C. de L.; Pessôa, V. L. S. (Orgs.). *Geografia e pesquisa qualitativa nas trilhas da Investigação*, Uberlândia: Assis Editora, , 2009.
- BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em: [http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2013/relatorio\\_cpmi\\_mulher-pdfparte1](http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2013/relatorio_cpmi_mulher-pdfparte1). Acesso em: out 2017.
- BUTLER, J. Problemas de gênero. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTRO, Marcos Pereira. A dignidade do preso na execução penal e a responsabilidade do Estado. IN: BORGES, Paulo César Corrêa. *Perspectivas Contemporâneas do Cárcere*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 73-128.
- CENTRO PELA JUSTIÇA E PELO DIREITO INTERNACIONAL et al. Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil. 2007. Disponível em: <http://www.asbrad.org.br/>. Acesso em: 03 jan. 2016.
- CRENSHAW, K. W. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stan-ford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.
- DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELEUZE, Gilles. *Désir et plaisir*. Magazine Littéraire, 1994, n° 325, pp. 57-65.
- ERTHAL, Tereza Cristina Saldanha. *Terapia Vivencial: uma abordagem existencial em psicoterapia*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1989.
- FLORES, Nelia Maria Portugal. SMEH, Luciane Najjar. Mães presas, filhos desamparados: maternidade e relações interpessoais na prisão. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 28(4), e280420, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v28n4/0103-7331-physis-28-04-e280420.pdf>
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Editoras Vozes, 40° Edição, 2012.
- HOBSBAWM, Eric. *Les primitifs de la revolte dans l'Europe Moderne*. Paris, Fayard, 1966.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contagem Populacional*. Rio de Janeiro, 2010.

- INFOPEN MULHERES. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça. 2014.
- KOZEL, Salette. Comunicando e representando: Mapas como construções socioculturais. In.: SEEMANN, Jörn (Org.). A aventura cartográfica: perspectivas, pesquisas e reflexões sobre a cartografia humana. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.
- LENCIONI, Sandra. Região e Geografia. São Paulo: EDUSP, 2003.
- LIMA, Márcia de. Da visita íntima à intimidade da visita: a mulher no sistema prisional. Tese (Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-24032008-085201/pt-br.php>> Acesso em jun 2020.
- LIRA, Margaret Olinda de Souza Carvalho e. RODRIGUES, Vanda Palmarella. RODRIGUES, Adriana Diniz. Couto, Telmara Menezes, GOMES, Nadirlene Pereira, DINIZ, Normélia Maria Freire. Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta. *Texto Contexto Enferm*, 2017; 26(3).
- LOEBER, R. Development and risk factors of juvenile antisocial behavior and delinquency. *Clinical Psychology Review*, n. 10, p. 1-41, 1990.
- LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. *Tabula Rasa*, Bogotá, Colômbia, n. 9, julio-diciembre 2008, p. 73-101.
- MATOS, Patrícia Francisca de; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, Julio Cesar de L; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.) *Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação*. Uberlândia: Assis, 2009, p. 279-291.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- MOTTA, Artur Francisco Mori Rodrigues. A dignidade da pessoa humana e sua definição. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XVI, n. 119, dez 2013. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=14054](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14054)>. Acesso em jun 2020.
- NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. Geografia e Gênero em Assentamentos Rurais: Espaço de Poder. In: SILVA, Joseli Maria; SILVA, Cesar Pinheiro da. (org.) *Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras*. Ponta Grossa. Toda palavra, 2011. ISSN: 978-85-62450-23-5.
- NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. SILVA, Joseli Maria. Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial. Ponta Grossa, Todapalavra, 2014.
- PFEIFFER, Lúcia. SALVAGNI, Edila Pizzato. Abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria - Vol. 81, N°5(supl)*, 2005. Disponível em:
- PIMENTEL, Elaine. Amor bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas. VI Congresso Português de Sociologia. 2005. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/708.pdf>
- PLANO DIRETOR DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA. RELATÓRIO DA SITUAÇÃO ATUAL DO SISTEMA PENITENCIÁRIO. 2008. Disponível em: <https://www.mpro.mp.br/documents/10180/580287/Plano+Diretor+Sistema+Penitenci%C3%A1rio+RO.pdf/b9d96f4b-c04f-4177-a931-d6450633e57a>
- QUEIROZ, Nana. Presos que Menstruam, a brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras. 1ed. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2015.
- REEBYE, P. Aggression during early years: infancy and preschool. *The Canadian Child and Adolescent Psychiatry Review*, v. 14, n. 1, p. 16-20, 2005.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAUDINO, K. J. Behavioral genetics and child temperament. *Journal of Developmental & Behavioral Pediatrics*, v. 26, n. 3, p. 214-223, 2005.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Acordes dissonantes: assalariamento e relações de gênero em orquestras. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006, p.321-336.

SCHILDER, P. The image and appearance of th human body. Nova Iorque, Internacional University Press, Inc, 1950 apud ERTHAL, Tereza Cristina Saldanha. *Terapia vivencial: uma abordagem existencial em psicoterapia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989, p.60.

SILVA, Joseli Maria. Geografias subversivas: discursos sobre o espaço. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2009.

SILVA, Joseli Maria; SILVA, M. G. S. N. Introduzindo as interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriversalidades do saber geográfico. In: SILVA, M. G. S. N.; SILVA, J. M. (Org.). *Interseccionalidades. Gênero e Sexualidades na análise espacial*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2014. p. 17-35.

SOARES, Bruna; ANDRADE, Angotti Batista de. Entre as Leis da Ciência, do Estado e de Deus: O surgimento dos presídios femininos no Brasil. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

SOARES, Danúbia Zanotelli; NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. *Revista Geografia em Atos*, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 14, v. 07, p. 51-73, mês dez. Ano 2019.

STELLA, Claudia. SEQUEIRA, Vânia Conselheiro. Guarda de filhos de mulheres presas e a ecologia do desenvolvimento humano. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 9, n. 3, p. 379-394, 2015. Disponível em:

THORNBERRY, T. P. Empirical support for interactional theory: a review of the literature. In: HAWKINS, J. D. (Ed.). *Some current theories of crime and deviance*. New York: Cambridge University Press, 1996. p. 198-235.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: EDUEL, 2012.

\_\_\_\_\_ Paisagens do medo. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

VARELLA, Dráuzio. *Prisioneiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

## Notas

1. Mãe biológica.
2. Praticar delito, nesse caso trata-se de roubo.
3. *Carmen Steffens* é uma empresa brasileira de calçados e bolsas, uma marca mundialmente famosa.
4. Mesmo que condenação.

# **A GEOGRAFIA AINDA ESTÁ NO ARMÁRIO? SILÊNCIOS E NATURALIZAÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR**

**IS THE GEOGRAPHY STILL IN THE CLOSET? SILENCES AND  
NATURALIZATION IN SCHOOL SPACE**

**¿ESTÁ LA GEOGRAFÍA TODAVÍA EN EL CLOSET?  
SILENCIOS Y NATURALIZACIÓN EN EL ESPACIO ESCOLAR**

## RESUMO

Este artigo<sup>1</sup> investiga como os professores de Geografia compreendem as questões de gênero e sexualidade e como isso reflete na sua atuação docente, a partir da lente teórica trazida pela Geografia Feminista, no viés pós-estruturalista. A metodologia escolhida coloca em suspenso a informação para estabelecer interrogações sobre o que já está sendo dito. Com este método, é traçada uma análise a respeito de como essas questões estão sendo discutidas no cenário atual brasileiro e seus impactos na escola. Em meio a esse cenário, documentos normativos da educação básica, como o Plano Nacional de Educação e a Base Nacional Comum Curricular, têm sofrido forte influência de grupos conservadores ao retirarem de seus textos as expressões “identidade de gênero” e “diversidade sexual”. Diante disso, a preocupação com a homofobia no espaço escolar nos leva a questionar como os professores de Geografia da escola estão lidando com questões que estão em evidência como gênero e sexualidade em sala de aula.

**Palavras-chave:** Geografia Escolar - Gênero e sexualidades - Homofobia - Geografias Feministas.

## ABSTRACT

This article investigates how Geography teachers understand gender and sexuality issues and how this reflects in their teaching performance, from the theoretical lens brought by Feminist Geography, in the post-structuralist perspective. The chosen methodology puts the information on hold to establish questions about what is already being said. With this method, an analysis is made of how these issues are being discussed in the current Brazilian scenario and their impacts on the school. In the midst of this scenario, normative documents of basic education, such as the National Education Plan and the Common Base National Curriculum, have been strongly influenced by conservative groups when removing the expressions “gender identity” and “sexual diversity” from their texts. Given this, the concern with homophobia in the school space, leads us to question how the school’s Geography teachers are dealing with issues as evident as gender and sexuality in the classroom.

**Keywords:** School Geography - Gender and sexualities - Homophobia - Feminist Geographies.

## RESUMEN

Este artículo investiga cómo los profesores de Geografía entienden las cuestiones de género y sexualidad y cómo esto se refleja en su desempeño docente, desde el lente teórico que aporta la Geografía Feminista, en la perspectiva posestructuralista. La metodología elegida pone en espera la información para establecer interrogantes sobre lo que ya se está diciendo. Con este método se analiza cómo se discuten estos temas en el escenario brasileño actual y sus impactos en la escuela. En medio de este escenario, documentos normativos de educación básica, como el Plan Nacional de Educación y el Currículo Nacional de Base Común, han sido fuertemente influenciados por grupos conservadores al remover las expresiones “identidad de género” y “diversidad sexual” de sus textos. Ante esto, la preocupación por la homofobia en el espacio escolar, nos lleva a cuestionar cómo los profesores de Geografía de la escuela están lidiando con temas tan evidentes como el género y la sexualidad en el aula.

**Palabras clave:** Geografía escolar - Género y sexualidades - Homofobia - Geografías feministas.

## Introdução

O objetivo deste artigo é compreender o discurso dos docentes de Geografia em relação aos seus entendimentos sobre identidade de gênero e orientação sexual e como isso reflete na sua atuação docente. Nos últimos anos, temos presenciado um aumento de discussões envolvendo as expressões *identidade de gênero* e *orientação sexual*. Isso ocorre, com frequência, nos mais variados espaços, desde rodas de conversas a debates políticos. Muito tem se falado a respeito dessas expressões, mas parece que o significado delas ainda é algo nebuloso, onde o uso dessas expressões é destorcido de cientificidade. Assim, ao mesmo tempo em que são amplamente faladas, muitas são caracterizadas como grandes problemas, carregados de soluções rápidas e práticas, trazidas por discursos religiosos ou médicos. Mas será que a sociedade sabe o que essas expressões significam? Ou melhor, os professores, que convivem diariamente com a diversidade em sala de aula, sabem o que essas expressões significam? Esse questionamento nos instigou a buscar com nossos colegas professores de Geografia da educação básica quais os seus entendimentos.

Diante disso, é preciso compreender o contexto em que essas disputas estão acontecendo. Por isso traçamos uma linha de raciocínio a respeito de como essas questões estão sendo tratadas pela sociedade, através da análise de documentos normativos da educação básica, dos currículos e do discurso dos professores.

Também buscamos fazer um resgate teórico a respeito do que tanto a Geografia científica quanto a Geografia Escolar têm produzido a respeito da temática do gênero e das sexualidades, e as razões para o silenciamento dessas questões tanto dentro de uma quanto da outra. A partir disso, é importante discutir o currículo como um campo de disputa em que as expressões identidade de gênero e orientação sexual, que ora são retiradas dos documentos normativos e ora recolocadas, tornaram-se motivo de embates travado entre conservadores e os que são a favor das diversidades. Essa disputa pode ser notada tanto na discussão e a consequente retirada dessas expressões tanto no Plano Nacional de Educação (PNE) quanto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Para tanto, é preciso trazer para discussão neste artigo o entendimento de gênero e orientação sexual a partir de autores que dão sustentação teórica para tensionar seus silenciamentos e naturalizações.

Em seu texto clássico *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, a pensadora feminista Joan Scott (1995) aponta importância que se tem ao dar significado a uma palavra. E mais do que isso, da construção histórica que está por traz de cada palavra. No caso da palavra gênero, o sentido mais próximo do qual lhe atribuímos hoje, teve sua aparição inicial em meio as feministas estadunidenses que, segundo a própria autora, "(...) queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como 'sexo' ou 'diferença sexual'" (SCOTT, 1995, p.72).

Para compreender as concepções de gênero que temos hoje, antes de desconstruí-las, é preciso revisitar o passado e entender o cerne de toda a bagagem de conceitos e significados que a palavra gênero carrega. Inicialmente, a percepção que se tinha era a de que a mulher não passava de um corpo masculino incompleto. Essa concepção serviu bastante para a construção da ideia de superioridade masculina. E só começou a ser questionada durante o século XVIII com a substituição da ideia de mulher como um homem incompleto para mulher como um corpo diferente do homem, conforme aponta Linda Nicholson (2000, p. 21).

Em suma, durante o século XVIII, aconteceu a substituição de uma compreensão da mulher como versão inferior ao homem num eixo de infinitas gradações por uma na qual a relação entre mulheres e homens era percebida em termos mais binário, e na qual o corpo era pensado como fonte desse binarismo. A consequência é nossa ideia de "identidade sexual" - um eu masculino ou feminino precisamente diferenciado e profundamente enraizado num corpo diferenciado.

Se por um lado a questão da mulher ser vista como um corpo masculino incompleto estava fadada a acabar, a ideia de diferença entre o binário masculino e feminino começava a se desenhar de maneira a chegar até os dias hoje, definindo assim, padrões de masculinidade e feminilidades rígidos a serem seguidos.

Com isso, começa-se a pensar a respeito das diferenças que existem entre um homem e uma mulher, diferenças estas que foram e ainda são encaradas através da ótica biológica como única marcadora das diferenças entre os gêneros. Entretanto, começou-se a questionar se o gênero de uma pessoa é de fato totalmente definido única e exclusivamente através da sua genitália.

Outra vez Joan Scott (1995, p. 85), aponta que: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.” Mais do que ser definido pela anatomia do corpo, o gênero carrega consigo as consequências dessa diferença entre os sexos. Como afirma Torrão Filho (2005, p. 136), “o gênero se preocupa com a consolidação de um discurso que constrói uma identidade do feminino e do masculino, que encarcera homens e mulheres em seus limites, aos quais a história deve libertar.”

Assim como o gênero trata-se de uma construção, a sexualidade também o é. E pensar a sexualidade como algo que não é totalmente natural, próprio da natureza humana e seus instintos é uma grande dificuldade. Pensá-la como algo que é também construído, gera muita polêmica. Mas, sem dúvida, é preciso pensar a sexualidade de outra forma, longe dos tabus e receios que nos ensinaram a ter. Afinal, se a sexualidade é algo tão importante para nós humanos, por que falar dela envolve tantos pudores e desconfortos como se isso acarretaria alguma desordem natural?

O sexo quase sempre foi visto como um instinto natural que precisa ser domesticado, civilizados, e é daí que surgem as “leis” da normalidade e da moralidade. Dentro dessas leis, está a máxima que é a heterossexualidade monogâmica. Mas a sexualidade nem sempre foi presa e regulada dentro da vida privada. Sua regulação coincide com o surgimento da burguesia e a noção de propriedade privada que seria transmitida através de heranças de pai para filho, como é explicada por Friedrich Engels (2017) no livro *A origem da Família, da propriedade privada de do Estado*. Para assegurar que se soubesse a paternidade das crianças, institui-se o casamento monogâmico e as restrições principalmente acerca da sexualidade das mulheres, as quais só é permitido ter relações sexuais com o marido. É então que “o casal legítimo e procriador, dita a lei” (FOUCAULT, 2015, p. 9). Portanto, o único lugar em que a sexualidade é reconhecida é dentro do quarto do casal. A partir disso surge a ideia de heterossexualidade compulsória, ou seja, acreditar que a única forma de sexualidade é a heterossexual e, portanto, todos deverão viver sua sexualidade dentro dessa barreira.

Entretanto, o filósofo Michel Foucault argumenta que o desejo sexual não é algo biológico, natural como se pensa, mas também fruto de construções histórico-sociais ao longo dos tempos. Mas isso, como aponta Gayle Rubin (1993, p. 12), “não significa que as capacidades biológicas não são pré-requisitos para a sexualidade humana. Significa que a sexualidade humana não é apenas compreensível em termos puramente biológicos”. Portanto, não se pode considerar, até mesmo a heterossexualidade como algo inerente a natureza humana, uma vez que, segundo Rubin (1993, p. 13), “nunca encontramos um corpo não mediado por significados conferidos pela cultura.” Portanto, nunca conhecemos um corpo que não tenha sido *construído* cultural e socialmente.

## **Por uma geografia feminista: gênero e sexualidades como espacialidades**

Diante desses entendimentos em relação a construção do gênero e da sexualidade, se faz necessário repensar o espaço. Pensar o espaço é pensar sobre a existência. E mais do que isso, é pensar na possibilidade de diversas formas de existência. Pois o espaço geográfico é o nosso chão.

Pensar a seu respeito, ao geografar, é preciso ampliar o olhar, ver além das aparências, enxergar não apenas as vivências que nossos olhos se acostumaram a ver e por isso as consideramos como “normais”, “naturais” ou únicas possíveis. É preciso entender o espaço como um conjunto de relações, como Milton Santos (2012, p. 153) descreve:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante de nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções.

Todas essas relações sociais realizadas que Milton Santos aponta e que compõem a sua definição de espaço são feitas por pessoas, e essas pessoas são diferentes entre si. Assim, não deveria ser difícil compreender/aceitar que pessoas possuem uma sexualidade, gênero, raça, classe social, isso só para destacar alguns marcadores que nos distinguem uns dos outros, que faz com que sejamos diferentes. Ao considerar essas dimensões que compõem o espaço, é preciso não fechar os olhos para esses marcadores e dessa forma passar a considerar não apenas as relações de quem é heterossexual, branco, classe média, homem e cristão. É preciso enxergar além do que nosso olhar está acostumando a ver.

A Geografia Feminista serve, antes de mais nada, para questionar. Questionar as ausências, os silêncios, as invisibilidades, as opressões. Ela surge com uma fissura nesse meio heteronormativo, em que a “realidade é contestada e transformada” (SILVA, 2009, p. 15). É graças a ela que outras espacialidades, como escreve Doreen Massey (2008), e não apenas uma única narrativa, têm sido estudadas. Através dela, as mulheres têm saído do papel de agentes passivas ou inexistentes para agentes que possuem sim uma espacialidade e, portanto, também produtoras do espaço.

É preciso atentar-se para o fato de que a heterossexualidade compulsória afeta as ciências de forma de geral disfarçando-se de neutralidade, e na ciência geográfica isso não é diferente. Uma vez que a Geografia que estamos acostumados a ver, ler, pensar, é uma geografia masculina, heterossexual. Ela faz com que, em seus estudos, a Geografia acabe apagando as espacialidades de outras sexualidades e priorizando o enfoque da análise espacial apenas sobre o ponto de vista heterossexual, branco, classe média e cristão. Essa prerrogativa faz com que a Geografia que conhecemos seja apenas a que é feita sob um único ponto de vista.

Romper com essa única narrativa se faz necessário para que a Geografia possa assumir um compromisso com essas vivências consideradas inferiores por destoarem do que é considerado como padrão ou normal. Para que isso seja possível, é preciso, como já disse a geógrafa Doreen Massey (2008), começar a pensar o espaço de maneira diferente.

Pensar o espaço de outra maneira. Pensar outras espacialidades que com frequência são esquecidas pelo saber geográfico acadêmico exige sem dúvida um exercício de “pensar fora da caixa” daquilo que é considerado como padrão, como o normal. Pensar que uma Geografia Feminista é possível e necessária neste momento em que, velhos padrões já não servem mais para compreender a relação da sociedade com o espaço.

Pensar um espaço feminino e não apenas masculino implica sem dúvida uma desconstrução daquilo que sempre compreendemos como a única forma de pensar, e nem nos damos conta que poderia existir outra. Pois o espaço não se trata apenas da Terra em que firmamos os pés, trata também das nossas histórias, nossa cultura, nossa vida. Romper com essa hegemonia masculina do discurso da ciência geográfica é romper, como o que Doreen Massey (2008, p. 24) chama de “única narrativa”. Ela aponta que “essa cosmologia de única narrativa” oblitera as multiplicidades, as heterogeneidades contemporâneas do espaço. Reduz coexistências simultâneas a um lugar na fila da história.”

Repensar o espaço de certa forma é repensar a si mesmo. Não apenas sobre o ponto de vista das únicas alternativas que nos convenceram de que apenas elas existem, e por isso só existe uma única percepção ou verdade e que, portanto, é a maneira certa de ver e pensá-

-lo. Pelo contrário, é preciso sair dessa “visão congelada” da heterossexualidade compulsória e usar novas lentes que as Geografias Feministas possam nos oferecer.

Diante dessa tentativa de buscar outras geografias, a Geografia Escolar comprometida com a formação de cidadãos que saibam respeitar os direitos humanos e conviver com as diferenças, precisa incorporar as relações de gênero e sexualidades em sua análise espacial. Todas as vivências são espaciais e, portanto, não se pode esquecer que,

(...) todas as experiências vividas pelas pessoas possuem uma dimensão espacial e as pessoas experienciam o mundo com seus corpos e seus corpos estão organizados socialmente pelo gênero, podemos afirmar que compreender as formas como homens e mulheres experienciam a vida e, por consequência, o espaço, é com toda certeza profundamente geográfico (SILVA, 2014, p.98).

Diante da afirmação da autora, não há como dizer que estudar gênero não é da Geografia. As vivências, dentre elas, as vivências do espaço escolar carregam marcadores definidos pelo gênero e pelas sexualidades que deixam marcas nas pessoas. Principalmente, naquelas que sofrem algum tipo de discriminação em relação a sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Por mais que seja difícil de aceitar, gênero e sexualidade estão na escola. Sim, eles estão lá dentro. Na verdade, sempre estiveram! Fazem parte do cotidiano de qualquer escola, de qualquer turma, de qualquer aluno ou aluna. Esses temas que hoje estão sendo tão falados, como se fossem monstros que precisam ser caçados, aprisionados e eliminados. São questões que parecem que, se não forem eliminadas dentro das escolas, causarão a desordem total nas normas estabelecidas da sociedade.

Gênero e sexualidade viraram um campo de disputa em que todos têm algo a falar sobre. Mais do que isso, querem falar a sua opinião, que, às vezes, é mais configurada como um preconceito do que como opinião. Mesmo assim, as pessoas querem falar, principalmente, se for para falar de forma negativa. Se o assunto onde quer que seja discutido, como diz o ditado popular, já dá “pano para manga”, imagina quando a discussão envolve o espaço escolar, um espaço de disputa entre pais, professores, governantes e outras instâncias da sociedade. E só de pensarem na possibilidade de essas questões estarem dentro da escola, o alvoroço já é grande. E, quando se percebe que na verdade elas já estão lá dentro, aí o alvoroço é maior ainda.

Gênero e sexualidade parecem ser um monstro que está dentro do armário, mas que todos fingem que não há nada lá dentro. Querendo ou não, as diversidades de modo geral estão dentro da escola. Como já disse Guacira Louro (2014, p. 61), “Diferenças, distinções, desigualdades.... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso”. Todas elas estão lá dentro, são elas (as diferenças e diversidades) que compõem as salas de aulas, os corredores, o pátio, os banheiros então nem precisa falar, já que a demarcação do gênero está explícita nas portas. Quem forma a escola são as diversidades e diferenças, por mais que se queira que haja um padrão. E quando se dão conta disso, as pessoas “entram em pânico”, ainda mais quando essas diversidades atendem pelo nome de identidade de gênero e orientação sexual.

Para muitos ainda é um mito (ou tabu) que as crianças tenham uma sexualidade. Ainda é constante o pensamento de que as crianças sejam seres assexuados. Assim, quando se deparam com a possibilidade de a escola abordar tais questões, algumas famílias agem como se essa instituição fossem incentivar as crianças a praticarem sexo, a serem homossexuais e há até quem acredite que possam influenciá-las a “trocar de gênero”. Infelizmente pensamentos como esses não têm sido raros.

Um exemplo recente desse *pânico* que envolve discussões sobre gênero e sexualidades se mostra de forma clara com o que aconteceu com os Planos Nacionais de Educação (PNE), em 2014 e 2015. Depois de uma campanha chamada “contra a ideologia de gênero”, idealizada por movimentos conservadores ter implicado na retirada das expressões “identidade de gênero” e “orientação sexual” do texto desse documento oficial. Através desse ocorrido, já se era possível prever que algo não estava indo bem quando o assunto envolvia essas

expressões sobretudo no espaço escolar (SEFFNER, 2017). A partir desse fato, a onda de discussões, principalmente contrárias a essas temáticas, começou a ganhar força no cenário nacional. Se essas expressões estavam nas duas primeiras versões da BNCC, já não estavam na terceira versão. Diante de tais ocorridos, o que se pode perceber é que existe uma forte luta para esconder essas temáticas dos currículos escolares. Como se isso fosse possível!

A escola não pode fazer de conta que essas temáticas não pertencem a ela. Tampouco a Geografia Escolar. Como elucida Louro (2014, p. 85), ainda temos um longo caminho para compreender que

essa presença da sexualidade independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de “educação sexual”, da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se “despir”.

Antes de aceitar, ou não que a orientação sexual e a identidade de gênero fazem parte do ser humano e, por isso, impossível de separar-se delas, é preciso assimilar que essas duas expressões que ora são retiradas, ora incorporadas nos documentos de educação, como no caso do PNE e da BNCC, não são questões alheias aos principais personagens que compõem o espaço escolar: os alunos! Muito pelo contrário, eles a vivem enquanto estão dentro da escola.

Hoje cada vez mais se passa mais tempo na escola. Da entrada por volta dos 4 anos de idade a saída aos 18, muita coisa certamente irá acontecer na vida de um jovem. Uma delas a descoberta da sexualidade que acontece enquanto estamos na escola. E é também na escola que nos damos conta de que pertencemos a um gênero.

No entanto, há um discurso existente no espaço escolar que insiste em marcar espaços de menina e espaços de menino. A escola não se isenta dessa diferenciação entre os sexos, ela também acaba sendo marcada por possuir espaços destinados a homens e espaços destinados a mulheres. Pois, como Tonini (2002, p. 59) afirma, “o espaço definido para a mulher sempre foi determinado em oposição ao espaço dos homens”. Assim, há na escola como também na sociedade, imposições discursivas que refletem na configuração dos espaços.

Diante disso, é importante destacar que o espaço escolar trará marcas diferentes para o corpo. Quando se está na escola, essas “marcas” fazem parte da pedagogia da sexualidade: o disciplinamento dos corpos (LOURO, 2001). De forma sutil ou não, a escola faz muitos investimentos no, e sobre o corpo. Como propósito a esses investimentos, tem-se a produção de homens e mulheres “normais”. Isto é, que se enquadrem no que é entendido como padrão de masculinidade para os homens, e no que, é entendido como padrão de feminilidade para as mulheres. Isso em se tratando de gênero, pois ainda tem a questão da heteronormatividade, que vem a ser a heterossexualidade compulsória entendida e aceita com o a única possibilidade de sexualidade considerada como “normal”. Diante disso, outra vez Louro (2001, p. 19), se refere a essas marcas da seguinte forma:

(...) possivelmente, as marcas mais permanentes que atribuímos às escolas não se referem aos conteúdos programáticos que elas possam nos ter apresentado, mas sim se referem a situações do dia a dia, a experiências comuns ou extraordinárias que vivemos no seu interior, com colegas, com professoras e professores. As marcas que nos fazem lembrar, ainda hoje, dessas instituições têm a ver com as formas como construímos nossas identidades sociais, especialmente nossa identidade de gênero e sexual.

Essas marcas estão presentes também na escola enquanto espaço. Espaço este que é caracterizado pela construção de hierarquias de gênero e de sexualidades (COSTA, 2016), essa construção irá ser responsável pela marginalização de identidades de gênero e sexualidades diferente das que são consideradas normais. Como aponta Benhur Pinós da Costa (2016, p. 207), a escola se apresenta “como um espaço em disputa e em constante transformação”.

Embora o espaço escolar seja constituído de inúmeras diferenças e diversidades, ele apresenta-se como um espaço marcado por hierarquias. Como afirma Costa (2016, p. 207), “esta hierarquia poderá ser entendida como produto de um jogo de relações de poder que

exercem influência e convencimentos sobre como os corpos devem ser e se portar no espaço escolar". As diferenças, ao serem marcadas com tal, passam a sofrer com a disputa pelo espaço onde os discursos hegemônicos investem a favor do processo de normalização sobre os corpos dos que não seguem a norma. Assim, o espaço escolar visa à manutenção da heterossexualidade e da binariedade de gênero para estabelecer-se como um espaço definido pelo padrão. Portanto, segundo Costa (2016, p. 211),

a escola, assim, torna-se um território por excelência de reprodução de uma linguagem que polariza e hierarquiza os gêneros e as sexualidades, constituindo normas discursivas reproduzidas de modelos que preservam as formas hegemônicas de representação do masculino e da heterossexualidade compulsória.

Para aqueles que são considerados dissidentes das normas de gênero e sexualidade, é necessária uma disputa pelo espaço escolar entre aqueles que são considerados dentro da normalidade. Essa disputa acontece principalmente pelo reconhecimento de suas presenças nesse espaço, para que ela não continue sendo invisibilizada. Já que é constante nas escolas o "abafamento" das sexualidades não-heterossexuais, o que gera a repressão de diversos sujeitos escolares. Dessa forma, a vivência do espaço escolar é sentida de forma diferente, por diferentes pessoas.

### **Gênero e sexualidades no currículo da geografia escolar: onde estão?**

Currículo é poder. E onde há poder, há disputa. Nos últimos anos, tem havido uma disputa em especial no campo do currículo relacionado a exclusão ou permanência, das expressões *identidade de gênero* e *orientação sexual* nos documentos normativos educacionais brasileiros.

Movimentos como o *Escola sem Partido* e o *Ideologia de Gênero* mostram claramente essa disputa. Uma disputa que hoje está entre o currículo abraçar as diversidades versus reprimi-las, escondê-las, mantendo a visão masculina heteronormativa como a única possível.

Por se tratar de um campo de poder, o currículo está sendo amplamente disputado entre grupos conservadores e grupos a favor das diversidades. Talvez hoje, esta seja umas das questões referentes à educação brasileira (além do seu desmonte) que mais mereça atenção: o currículo em disputa. Como afirma Tomaz Tadeu da Silva (2005, p. 147), o "currículo é uma questão de saber, identidade e poder." E enfatiza: "O currículo é um aparelho ideológico do Estado capitalista. O currículo transmite a ideologia dominante. O currículo é, em suma, um território político".

Para Jane Cordeiro Oliveira (2016, p. 390), "o currículo reflete o conhecimento escolar e torna-se o discurso oficial adotado nas instituições educacionais", sendo assim, ele representa um instrumento de poder bastante relevante nas mãos de quem o elabora e o aplica, já que, como afirma Oliveira (2016, p. 392), "o currículo é influenciado e construído pelos discursos dos segmentos da sociedade que consideram os conhecimentos que são incluídos no currículo e aqueles que são excluídos." E ainda "(...) torna-se não só um conjunto de conhecimentos, mas de comportamentos posturais, quando alunos, professores e gestores os assumem como permitidos ou não, no interior dos espaços das instituições educativas" (OLIVEIRA, p. 392).

Ou seja, o currículo é muito mais do que uma disposição de conteúdos que devem ser ensinados aos estudantes. Ele delimita o que é ou não relevante para as escolas. Dita suas regras a fim de, como mais uma vez aponta Oliveira (2016, p. 392), fazer com que o espaço escolar homogeneíze "os indivíduos por meio da ordem e da disciplina escolar". Assim, o currículo pode ser considerado como discurso que carrega "micro relações de poder existentes nos espaços das instituições educativas e que influenciam os comportamentos sociais individuais e coletivos de acordo com o que seja considerado adequado ou não". O currículo, através do seu sistema de regras, é o que define o que é considerado conhecimento e o que não o é. O que é permitido ou não no espaço escolar.

O currículo também é parte responsável também pela formação da nossa identidade. A

heterossexualidade compulsória, por sua vez, acaba por estender-se ao currículo, o qual é forjado sobre as lentes da heterossexualidade como única possibilidade de sexualidade, enquanto as outras são relegadas ao esquecimento ou ao combate de sua existência. Portanto, as ausências e silêncios de um currículo não são meros acasos, são na verdade reflexo daquilo que é priorizado socialmente versus o que é rechaçado. As sexualidades, consideradas não-normais, estão fora do currículo. E, além disso, são combatidas pelo mesmo, que visa formar cidadãos “normais”, ou seja, heterossexuais.

Os estereótipos de gênero podem até não estarem inscritos de maneira formal no currículo, mas fazem parte da formação que se dá nas instituições educacionais (SILVA, 2005). O exemplo disso é o tratamento diferenciado que meninos e meninas recebem dentro da instituição escolar. Das meninas, espera-se letra bonita, caderno organizado, que sejam quietas, comedidas em suas atitudes, que suas brincadeiras possuam o traço da delicadeza sempre. Já, para os meninos, a expectativa de comportamento é outra. Deles se espera a letra feia, o caderno bagunçado, as brincadeiras mais enérgicas e agressivas. O currículo reflete os estereótipos da sociedade.

A escola é um reflexo da sociedade. Se a sociedade é machista e homofóbica, a escola também será assim. Se a sociedade preza por manter a heterossexualidade como a sexualidade dominante, então a escola, dentro dessa lógica, deve contribuir para que assim seja.

A escola, através do currículo (e outros mecanismos), exerce a manutenção e vigilância das normas de gênero e sexualidade. Já que estes estão amplamente conectados na regulação de comportamentos, principalmente os juvenis, os quais a escola atua de forma direta. Como apontam Sales e Paraíso (2013, p. 604), “a juventude é constantemente alvo de técnicas de dominação que atuam na condução da conduta juvenil.”. Claro que, dentre essas técnicas, estão as que buscam o controle tanto das identidades de gênero quanto da orientação sexual. Tudo com o objetivo de mantê-las dentro do que se é considerado como norma.

O silenciamento sobre gênero e sexualidades no currículo tem muito a dizer. Suas ausências não podem ser interpretadas como simples acaso ou esquecimento. Ao contrário disso, possuem significados que merecem ser refletidos. Mais do que refletir sobre o que está posto no currículo, é preciso questionar o que está ausente. Pois manter discussões sobre gênero e sexualidade fora do debate escolar, é uma forma de manter as hierarquias de gênero (masculino) e sexual (heterossexualidade). Essa atitude deve ser vista como uma estratégia que visa à manutenção das ditas normas de gênero e sexualidade. Assim, ao afastar a discussão dessas temáticas da escola, é uma forma de tentar banir as diversidades do espaço escolar.

Para a melhor compreensão acerca dessas ausências e silêncios, trazemos uma análise documental a respeito dos principais documentos normativos da Educação Básica como o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Fundamental e Médio.

As ausências das expressões *identidade de gênero* e *orientação sexual*, em documentos normativos da educação, dão margem para que as violências motivadas por gênero e diversidade sexual se sintam permitidas no espaço escolar, uma vez que os próprios currículos dão margem para isso ao não mencionarem o seu combate.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a educação escolar deve desenvolver-se predominantemente “por meio do ensino, em instituições próprias” (BRASIL, 2018, p. 8). Dos princípios e fins da educação nacional, diz-se que o ensino deve ser ministrado com base no “pluralismo de ideias e concepções pedagógicas” entre os outros princípios listados neste documento.

No artigo 12, que descreve as incumbências dos estabelecimentos de ensino, é descrito no item IX o seguinte: “promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas”; e no item X: “estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas” (BRASIL, 2018, p. 14). Embora não falem de maneira específica sobre a violência de gênero ou LGBTfóbica, fica claro que as escolas devem prover ações de conscientização e prevenção

a qualquer tipo de violência no espaço escolar. Infelizmente, no texto da LDB, que originalmente é de 1996, período em que o Brasil estava saindo de uma longa ditadura militar, não é mencionado em nenhum momento as palavras gênero ou sexualidade. Isso deixa claro que o apagamento dessas temáticas começa pelo maior documento da educação nacional.

O Plano Nacional de Educação (PNE) que trata de uma “exigência constitucional com periodicidade decenal” serve como base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais de educação. O texto deste documento traz um total de 20 metas nacionais para a educação afirmando buscar um “esforço contínuo de eliminação de desigualdades que são históricas no País” (BRASIL, 2014, p. 9). O PNE também destaca que não se pode elaborar um documento como este sem levar em conta “os princípios do respeito aos direitos humanos” e “à valorização da diversidade.” Além disso, aparece no texto a seguinte frase: “Um segundo grupo de metas diz respeito especificamente à redução das desigualdades à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade” (BRASIL, 2014, p.11). Isso é tudo que consta no texto do PNE com relação à diversidade. Como já mencionado, as expressões “identidade de gênero” e “orientação sexual” foram excluídas do texto da última versão deste documento depois de forte pressão de grupos conservadores. Mais uma vez questões relacionadas tanto a gênero quanto à sexualidade foram invisibilizadas em um documento tido como base para a educação brasileira.

Já a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que estava prevista na LDB, lei número 9.394/1996 com o objetivo de ser um documento normativo que elencasse todos os conteúdos que devem ser trabalhados em todas as instituições de ensino do país. Ela faz parte de uma determinada série de ações para melhorar a qualidade do ensino elencadas pelo PNE. O início dos debates para a sua construção se dá somente em 2015. A ideia original era debater as propostas entre grupos de especialistas, para em seguida estender o debate à população através dos conselhos estaduais e municipais de educação. A primeira versão da BNCC foi apresentada em março de 2015 e a segunda em maio de 2016. Em setembro de 2017, o Governo Federal anunciou a medida provisória que reformava partes da LDB relacionadas ao ensino médio, a MP 746/2016, conhecida popularmente como a Reforma do Ensino Médio, a qual impactou na construção da BNCC.

Com a reforma, a BNCC dividiu-se em duas partes: a primeira compreendendo da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, e a segunda, compreendendo o Ensino Médio. Com isso, a terceira versão da BNCC foi apresentada pelo Ministério da Educação em abril de 2018.

A BNCC - Ensino Fundamental contempla desde a Educação Infantil até o 9º ano. Na apresentação do documento, é destacado o dever deste para com a diversidade. Porém, não é especificado no texto o que essa diversidade citada abrange, além de não esclarecer o interesse pelas temáticas do gênero e das sexualidades. Trazemos aqui algumas citações do texto da BNCC, a fim de ilustrar alguns pontos que este documento traz sobre as diversidades.

A primeira citação é esta: “A BNCC é um documento plural, contemporâneo, e estabelece com clareza o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos, têm direito” (BRASIL, 2017a, p. 5). Destacamos esse trecho por ele elucidar o caráter plural e contemporâneo deste documento. Assim como também o seguinte trecho: “A BNCC expressa o compromisso do Estado Brasileiro com a promoção de uma educação integral voltada ao acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno de todos os estudantes, com respeito às diferenças e enfrentamento à discriminação e ao preconceito” (BRASIL, 2017a, p. 5). Nessa citação está mais clara a preocupação que se tem para com o respeito e com o combate à discriminação aos diferentes, mesmo que não seja apontado ao longo do texto o que determina essas diferenças.

Ao longo das quase quinhentas páginas, a única vez em que é trazida, de forma clara, a preocupação com as desigualdades, além de serem especificados quais os seus tipos, é no trecho a seguir: “São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias. (BRASIL, 2017a, p. 15).

No capítulo que trata das áreas das Ciências Humanas, diz-se que a “diversidade humana” deve ganhar destaque especial com vista ao “acolhimento da diferença”. As palavras “diferenças” e “diversidades” aparecem com frequência ao longo do documento. Outro destaque importante é a competência de número um das Ciências Humanas, a qual diz que: “Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos” (BRASIL, 2017a, p. 355).

Segundo a BNCC, “a educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade” (BRASIL, 2017a, p. 357), pois, segundo ela, somos sujeitos “distintos uns dos outros e, por isso, convictos de nossas diferenças” (BRASIL, 2017a, p. 357). E ainda: “(...) a aprendizagem da Geografia favorece o reconhecimento da diversidade étnico-racial e das diferenças dos grupos sociais, com base em princípios éticos (respeito à diversidade e combate ao preconceito e à violência de qualquer natureza)” (BRASIL, 2017a, p. 359). Diante desses trechos citados, não há como negar que, mesmo que não seja de forma direta, a BNCC cita constantemente a preocupação que o ensino de Geografia deve ter para com as questões da diversidade. O problema é que, como o termo diversidade é um termo “guarda-chuva” capaz de abrigar inúmeras questões debaixo dele, questões específicas como gênero e sexualidade ficam à mercê da interpretação e do olhar sensível de cada docente ao fazer a leitura deste documento. Ainda é destacado o sentido de alteridade, no qual “os estudantes construam sua identidade relacionando-se com o outro” (BRASIL, 2017a, p. 361).

Sobre o respeito ao outro, aparece de forma um pouco mais clara na competência de número seis: “Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de qualquer natureza” (BRASIL, 2017a, p. 364).

Na página 385, quando são listados os conteúdos do sétimo ano, um dos “objetivos de conhecimento” é descrito como “desigualdade social e o trabalho”, o curioso nesse caso é que não é mencionado em nenhuma das duas habilidades específicas desse objetivo a desigualdade salarial entre homens e mulheres, algo que infelizmente faz parte da realidade brasileira e é constantemente comentado, mesmo não sendo tratado como uma questão de gênero, como de fato é.

O documento analisado com o título de *Base Nacional Comum Curricular - Ensino Médio* trata-se do volume que reúne “a Introdução, a Estrutura e a proposta para o Ensino Médio a ser apreciada e discutida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE)”. Nas competências gerais da educação básica, o item de número nove traz o seguinte: “Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza” (BRASIL, 2017b, p. 10).

Assim como na BNCC do Ensino Fundamental, a BNCC do Ensino Médio também traz constantemente no texto a palavra “diversidade” e mais uma vez não especifica o que cabe nesse termo. Dessa forma, fica a critério de quem a lê se compreende que dentro do termo diversidades cabe discussão a respeito de questões envolvendo gênero e sexualidades.

## **Com a palavra, os professores de geografia!**

Essa pesquisa só foi possível pela colaboração dos professores de Geografia das redes municipal e estadual de ensino que lecionam na cidade de Porto Alegre ao aceitarem ser participantes como entrevistados. Para responder os objetivos aqui propostos, optamos por traçar alguns requisitos para os entrevistados a fim de limitar a abrangência da amostra. A primeira delas é a de que todos os entrevistados tivessem formação em Licenciatura em Geografia, já que não é nada incomum profissionais de outras áreas como História, Sociologia e outras serem contratados para docenciar em aulas de Geografia nas escolas

do Rio Grande do Sul. Segundo critério é a de que todos tivessem experiência em sala de aula tanto com alunos dos anos finais do Ensino Fundamental quanto com o Ensino Médio. Quanto à idade dos professores, não fizemos nenhuma ressalva, nem mesmo pelo tempo de atuação em sala de aula. Mas para fins de conhecimento do leitor ou leitora, a faixa etária dos professores entrevistados variou de 24 a 60 anos.

A amostra conta com oito entrevistados, sendo que duas são do gênero feminino (mulheres) e seis do gênero masculino (homens). Todos os participantes se identificaram como cisgêneros e heterossexuais. A respeito da formação dos participantes, todos os entrevistados formaram-se em cursos de Licenciatura em Geografia, dos quais sete cursaram na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e um na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Quanto a formação continuada, apenas uma professora não possui pós-graduação, dos outros sete, dois possuem Mestrado em Geografia, dois Mestrado em Educação e três professores cursaram especializações sendo um em Ensino Religioso, outro em Ensino de História e Geografia e uma em Psicopedagogia.

A metodologia escolhida para análise dos dados foi aquela que coloca em suspenso a informação para estabelecer interrogações sobre o que já está sendo dito. Para isso, a metodologia é tomada como um modo bem mais aberto do que aquele trazido tradicionalmente, como entendida por Meyer e Paraíso (2012, p. 16) “metodologia como um certo modo de perguntar, de interrogar, de formular questões e de construir problemas de pesquisa que é articulado a um conjunto de procedimentos de coleta de informações - que, em congruência com a própria teorização, preferimos chamar de ‘produção’ de informação - e de estratégias de descrição e análise”.

Com esta opção de abordagem metodológica a investigação se concentrou nos dados para “ocupamo-nos do já conhecido e produzido para suspender significados, interrogar os textos, encontrar outros caminhos, rever e problematizar os saberes produzidos e os percursos trilhados por outros. Enfim, buscamos as mais diferentes inspirações e articulações para modificar o dito e o feito sobre a educação e os currículos” (PARAÍSO, 2012, p. 25).

As falas dos professores foram iniciadas a partir da questão: O que você compreende por identidade de gênero e orientação sexual? A escolha dessa pergunta, desconfortante e direta, teve como intenção provocar um certo impacto que motivasse os entrevistados a demonstrar se esse assunto era conhecido ou totalmente desconhecido. Por isso a escolha em perguntar o que compreendem por identidade de gênero e orientação sexual logo de início por esta ser entendida como uma questão desencadeadora.

Diante dessa questão, alguns professores diziam saber pouco ou que o que sabiam se tratava apenas de coisas que tinham ouvido falar ou lido em algum lugar. Essa era uma resposta já esperada, pois, conforme Santos e Ornat (2014, p. 98), “os significados que as pessoas atribuem às sexualidades são elementos, que através de relações cotidianas, constituem o espaço escolar”. Isso ficou claro na resposta do Professor Antonio

Então, essa é uma discussão importante, ultimamente tem sido importante dentro da escola e eu vou ser bem sincero, assim, o que eu sei é o que eu vejo pela mídia, o que eu vejo pelos colegas conversando (Professor Antonio, 2018).

Ferreira et. al (2015, p. 169) auxilia a compreender essa resposta ao comentar: “embora em alguns setores apresentarem discussões avançadas sobre esse tema, para a maior parte da sociedade, esse tema ainda não é uma realidade ensinada, apreendida e vivida”.

No entanto, o conhecimento que as pessoas possuem em relação de temas como gênero e sexualidade não é igual. Como mostram as falas dos professores João e Maria, que surpreendem por terem um entendimento bem contemporâneo sobre essas questões.

Identidade de gênero é a maneira como eu me vejo enquanto certos padrões do que é ser homem e do que é ser mulher. Como uma maneira de me apresentar para o mundo, mas também uma maneira de eu me enxergar. Então, a identidade de gênero é essa relação entre como eu me enxergo e como eu me apresento para o mundo do ponto de vista da sexualidade construída socialmente e historicamente, do que seria o papel do homem e do que seria o papel da mulher (Professor João, 2018).

Eu entendo que identidade de gênero é a forma como a pessoa se vê. É a forma como ela se determina, como ela se declara, diferente ou não daquilo que é declarado quando ela nasce. Então é como ela se vê. E a orientação sexual é...não sei atração é a palavra certa, mas é o que ela sente pelo outro, que pode ser da mesma orientação que ela ou de uma orientação diferente (Professora Maria, 2018).

A resposta desses dois professores chama a atenção por dois motivos: o primeiro é por ser uma resposta bem elaborada, que não esperávamos. Ambos mostram ter um bom entendimento a respeito do que compreendem por orientação sexual e identidade de gênero. O segundo ponto que merece ser destacado, é que tanto um quanto o outro não trataram essas questões como algo alheio a eles, o Professor João fala em como ele se enxerga, se identifica para responder a questão. Isso se destaca pelo fato de que a maioria dos entrevistados (e além deles) fala de gênero e de sexualidade como algo que não diz respeito a quem é heterossexual e cisgênero. Falam como se essas questões fossem “coisa de quem não é normal” dando um tom de alheamento tanto ao que envolve gênero quanto orientação sexual. É como se por estarem dentro da “norma” não precisassem de um nome. Sobre isso, Louro (2009, p. 89) aponta que

tendo sido nomeados o homossexual e a homossexualidade, ou seja, o sujeito e a prática desviantes, tornava-se necessário nomear também o sujeito e a prática que lhes haviam servido como referência. Até então, o que era “normal” não tinha um nome. Era evidente por si mesmo, onipresente e, consequentemente (por mais paradoxal que pareça), invisível. O que, até então, não precisara ser marcado agora tinha de ser identificado.

E continua:

Estabelecia-se, a partir daí, o par heterossexualidade/homossexualidade (e heterossexual/homossexual), como oposição fundamental, decisiva e definidora de práticas e sujeitos. Entendia-se o primeiro elemento como primordial e o segundo como subordinado, numa oposição que, segundo teóricos contemporâneos, encontra-se onipresente na sociedade, marcando saberes, instituições, práticas, valores. Consolidava-se um marco, uma referência-mestra para a construção dos sujeitos (LOURO, 2009, p. 89).

A partir das respostas dos professores e dos apontamentos de Guacira Louro, é possível perceber que aqueles que se consideram dentro da normalidade permanecem não sentindo a necessidade de denominar-se. A dualidade diferente-normal permanece na fala da maioria das pessoas, afinal, quem é heterossexual, não precisa assumir-se como tal perante a sociedade, pois há uma prerrogativa de que todos os sujeitos vivenciam sua sexualidade desta maneira.

Gênero e sexualidade mostram-se assuntos tão alheios para quem é heteronormativo, que, diante dessa primeira pergunta, o professor Carlos foi o que mais apresentou dificuldade em respondê-la:

Bah! Essa pergunta é bem complexa. Eu na verdade não sei dizer, definir o que é. A pergunta é o que é Identidade de gênero e orientação sexual? Pra mim o gênero é como tu te enxerga, é o que eu vejo. Como tu te enxerga como ser humano, sei lá. Eu me enxergo como... eu sou do gênero...bah é muito...eu acho bem difícil de dizer. E orientação, não sei se tem mais a ver com atração sexual. Pra mim é isso, é mais com o que tu te atraí. Às vezes tu pode, sei lá, te enxerga homem, homem cis e tu pode te atrair, sei lá. Eu acho bem difícil na verdade de dizer o que que é. Não sei se vale essa resposta (Professor Carlos, 2018).

A dificuldade desse professor em responder a pergunta extravasa o campo das palavras. Enquanto tentava elaborar sua resposta, foi possível perceber o desconforto do referido professor diante dessa questão através de seus gestos e expressões que demonstravam uma espécie de angústia ao ser questionado sobre algo que talvez não reflita com frequência.

Com apenas uma pergunta feita, a diversidade de respostas dos professores fez-nos perceber que as representações de gênero e sexualidade de cada um são diferentes. Enquanto uns compreendem esses dois termos e conseguem até mesmo se colocarem como exemplos, a fim de melhor ilustrar suas respostas, outros confessam que não sabem o que significam, e que, o pouco que sabem foi o que ouviram ou viram na mídia. Isso mostra que

o entendimento a respeito das questões envolvendo gênero e sexualidades é algo subjetivo e, portanto, cada professor de Geografia terá a sua representação sobre essas questões.

É importante destacar isso, porque, mesmo na condição de professores, não nos distanciamos da condição de seres humanos. Portanto, nossas diferenças, nossos preconceitos, nossas crenças permanecem no “ser professor.” Dá mesma forma que não se deixa a sexualidade e o gênero ao adentrar os portões da escola, não nos despimos dos nossos valores e julgamentos ao adentrarmos o espaço escolar. São essas diferenças que ajudam a compor o espaço escolar da forma diversificada que ele é.

Isso não significa que a escola deva ser um espaço tolerante para com o preconceito. Ao contrário, deve ser tolerante com a diversidade e estar aberta ao diálogo para a construção de valores éticos. Junqueira (2009, p. 36) esclarece que,

mesmo com todas as dificuldades, a escola é um espaço no interior do qual e a partir do qual podem ser construídos novos padrões de aprendizado, convivência, produção e transmissão de conhecimento, sobretudo, se forem ali subvertidos ou abalados valores, crenças, representações e práticas associados a preconceitos, discriminações e violências de ordem racista, sexista, misógina e homofóbica.

As diferenças entre as compreensões de identidade de gênero e orientação sexual se dão pela bagagem trazida da vivência de cada sujeito. Compreendemos que nem todos tenham um olhar sensível para essas questões, o que faz com que muitos docentes de Geografia não procurem informações a respeito desses temas. Entretanto, um olhar mais reflexivo e atento ao Outro, já é um primeiro passo significativo, como endossam Tonini e Kaercher (2015, p. 60), “olhar mais pausada e refletidamente sobre nossa sociedade requer ver suas distinções, e porque não, seus conflitos e divergências”.

Aliado a isso, a falta de diretrizes educacionais direcionadas de forma clara ao tratamento dessas temáticas, como descrito anteriormente neste texto, e de uma de formação de professores não sintonizada com questões tão contemporâneas, contribui para a falta de sensibilidade para com estes temas. Todos os entrevistados afirmaram não terem tido nenhum tipo de menção a questões envolvendo gênero e sexualidades ao longo dos seus cursos de graduação em Geografia<sup>2</sup>. Os oito professores entrevistados foram enfáticos ao afirmar que, em nenhum momento durante a sua formação inicial tiveram alguma aula, atividade, palestra ou até mesmo alguma menção feita por algum docente do curso a respeito dessas temáticas, como mostram as falas dos Professores Antonio e Pedro:

Não. Em nenhum momento a gente tratou de gênero, mesmo fazendo a licenciatura, né. Eu fiz as disciplinas do bacharelado todas, só não fiz o TCC e fiz todas as disciplinas da licenciatura. Me formei em licenciatura, né. Mas não tem nenhum momento que eu recorde se foi tratado (Professor Antonio, 2018).

Em nenhum momento foi tratado sobre gênero e em nenhum momento foi tratado sobre sexualidade, e em nenhum momento foi tratado sobre outros assuntos a não ser geografia (Professor Pedro, 2018)

Os dois relatos a seguir destacam que só tiveram contato com essas questões durante a graduação por iniciativa própria ou através de colegas que se interessavam em pesquisar tais temáticas em seus projetos de mestrado e doutorado. Esse fato esclarece, mais uma vez, que tanto a compreensão quanto a sensibilidade para com estas questões ficam a cargo do interesse (ou falta dele) dos docentes. Dessa forma, não há como traçar uma linha de entendimento a respeito do gênero e das sexualidades por parte dos professores. Diante disso, Junqueira (2009, p. 36) alerta que

profissionais da educação, no entanto, ainda não contam com suficientes diretrizes e instrumentos adequados para enfrentar os desafios relacionados aos direitos sexuais e à diversidade sexual. É comum que tais profissionais declarem não saber como agir quando um estudante é agredido por parecer ou afirmar ser homossexual, bissexual ou transgênero.

As falas desses professores indicam que os cursos de Licenciatura em Geografia, tanto da UFRGS quanto da PUC-RS, além de invisibilizar essas questões em suas aulas e currículos, não os preparam para lidar com essas questões no seu campo de trabalho: as salas de aulas. Essas que por sua vez apresentam uma demanda cada vez mais crescente no seu dia a dia ao surgirem constantemente em suas aulas, como endossam Silva e Seffner (2013, p. 208)

(...) a emergência destes temas representa o momento em que valores e comportamentos das culturas juvenis se aproximam da possibilidade de discussão e confronto de posições, produzindo com certeza momentos de aprendizagens significativas, desde que bem conduzidas.

Enquanto os cursos de formação de professores de Geografia não se preocupam com as questões ligadas à orientação sexual e à identidade de gênero, o que mostra que o apagamento dessas questões começa nos cursos de graduação, os oito docentes de Geografia entrevistados relataram que questões relacionadas a gênero e à sexualidade aparecem constantemente em sala de aula da educação básica. Dessa forma, dá-se o paradoxo: os cursos de licenciatura em Geografia analisados e frequentados pelos entrevistados, não oferecem formação a respeito dessas temáticas ao passo em que elas estão no cotidiano da docência dos entrevistados, como apontam os relatos a seguir:

Elas aparecem com frequência no dia a dia da escola. No pátio, na sala de aula, no refeitório, ela transpassa todos os espaços da escola. Às vezes, silenciosamente, às vezes assim, numa forma não muito visível. Mas a gente percebe, né. E a gente às vezes não tá muito treinado pra olhar, mas são bem visíveis mesmo. É só você tá um pouquinho mais atento que você vai perceber todas essas questões de gênero dentro da escola (Professor Antonio, 2018).

Essas questões permeiam e tão sempre presentes na sala de aula até tanto em brincadeiras de mau gosto, como ofensas, rotular, os alunos tentam rotular uns aos outros, dizendo que um gay por isso, outro é gay por aquilo. Então eu acho que a gente não deve tapar os ouvidos pra isso (Professor Carlos, 2018).

Tanto a fala do Professor Antonio quando a do Professor Carlos mostram o quanto gênero e sexualidades estão presentes no espaço escolar. Mais do que presentes, são constitutivos do espaço escolar. Aparecem tanto em questões levantadas pelos alunos como em situações de homofobia e machismo como foi relatado pelos entrevistados. Porém, a escola parece ir na contramão ao não oferecer nenhum tipo de preparo ou reflexão acerca dessas questões como aponta

Ah, com certeza. Tanto na sala de aula... na verdade eu acredito que todos os dias eu escute alguma coisa. Todos os dias eu escuto alguma coisa relacionado a tanto machismo quanto homofobia. E também com professoras, professoras, tanto faz (Professor Carlos, 2018).

Pois é, a escola, nesse último ano, deixou de... perdeu dois alunos, um menino e uma menina, que se identificavam no outro gênero, porque a escola não deu conta. A escola falhou com eles! Então eles saíram dessa escola, foram pra outras escolas, assim, numa situação que não pude acompanhar porque não eram meus alunos. Mas que a gente ouve pelos corredores o quanto a escola foi falha, o quanto ela não soube acolher, né, essas pessoas. E tratar disso com a comunidade escolar, com a turma, né. Então foram casos assim que até os professores se revelaram totalmente despreparados pra lidar com essa situação (Professor Antonio, 2018).

A fala do Professor Antonio revela algo grave, mas que infelizmente retrata uma situação comum nas escolas. Conforme apontam Junckes e Silva (2009, p. 150), “a escola brasileira é um espaço de vivência da discriminação, preconceito e exclusão de pessoas que não seguem as normas impostas pela heteronormatividade”. O número de abandono escolar por pessoas trans é alto visto que a escola não consegue ser um espaço acolhedor para essas pessoas, fazendo com que a abandonem. Essa situação revela o despreparo dos docentes em lidar com as diversidades, como fica evidente na resposta do Professor Carlos quando perguntado se ele se sente preparado para lidar com questões relacionadas ao gênero e às sexualidades ao surgirem em suas aulas.

Não sei se eu me sinto preparado. Mas eu acho que tenho a obrigação de falar. É algo que me incomoda bastante quando eu vejo esse tipo de coisa assim. Porque eu sei que a gente deveria podar isso, cortar isso no sentido de fazer eles serem menos preconceituosos naquele momento ali. Até porque, eu vejo que nós, como professores, a gente tem que tentar fazer uma relação de humanidade na escola. Mas eu não me sinto preparado, por exemplo, pra discutir questões de gênero e orientação sexual (Professor Antonio, 2018).

De acordo com Rosimeri Aquino da Silva e Fernando Seffner (2013, p. 205), para que um professor ou professora se sinta minimamente preparado para trabalhar com questões de gênero e sexualidade na escola, deve haver o

conhecimento de certos questionamentos e certo vocabulário, tais como se expressa em: o que significa gênero? Qual a diferença entre gênero e sexualidade? O que quer dizer heteronormatividade? Assim como expressões como relações de gênero, sexismo, LGBTs, pedagogias culturais, pedagogias de gênero e de sexualidade.

Tais conhecimentos são necessários para que o “fazer de conta que não viu não seja uma boa estratégia pedagógica” (SILVA; SEFFNER, 2013, p. 207). Perguntados sobre como agiam frente a situações de homofobia e machismo no espaço escolar, todos os professores entrevistados afirmaram que não se omitem. Mesmo admitindo muitas vezes não saber lidar com a situação, ou até mesmo não sabendo o que falar, os docentes afirmam que não deixam a situação “passar em branco”, “fazendo de conta que não viram”.

A atitude dos professores em não se calar diante de situações de discriminação no espaço escolar é de extrema importância, pois, segundo afirmam Silva e Seffner (2013, p. 207), ao se omitirem, fazendo de conta que não ouviram, “um professor pode, pela omissão, sinalizar que as agressões e deboches são socialmente sancionados, e não implicam esclarecimento ou punição”. Se os professores não tomam nenhuma atitude em relação a uma situação de preconceito em suas salas de aulas, o entendimento que fica é que não há problema algum em ser homofóbico, machista ou preconceituoso com qualquer outra questão, pois, como alertam Junckes e Silva (2009, p. 150): “o espaço escolar é vivido cotidianamente e as práticas que o conformam também se convertem em aprendizado, já que a educação ultrapassa os limites do sentido convencional do conhecimento tecnocrático”.

A escola não ensina apenas conteúdos, ensina valores, crenças e também preconceitos. Portanto, o silenciamento de questões ligadas às diferentes identidades de gênero e sexualidade está ligado à eliminação de quem não segue a matriz heterossexual do espaço escolar. Dessa forma, os LGBTs passam a ter sua espacialidade invisibilizada, negada. Para Guacira Louro (2014, p. 71, 72),

provavelmente nada é mais exemplar disso do que o ocultamento ou a negação dos/as homossexuais - e da homossexualidade - pela escola. Ao não se falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda “eliminá-los/as”, ou pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas “normais” os/as conheçam e possam desejar-los/as. Aqui o silenciamento - a ausência da fala - aparece como uma espécie de garantia da “norma”. A ignorância (chamada por alguns, de *inocência*) é vista como a mantenedora dos valores ou dos comportamentos “bons” e confiáveis. A negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confina-los às “gozações” e aos “insultos” dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos.

Assim, a sexualidade precisa ser vista como um elemento componente do espaço escolar, assim como o gênero. Ao se darem conta disso, os docentes são provocados a pensar em uma série de questionamentos, desde o que fazer diante dessa questão até mesmo a pensar em estratégias pedagógicas para combater a homofobia no espaço escolar.

De acordo com Adelaine Santos e Marcio Ornat (201, p. 97), “a homofobia é um elemento constituinte do espaço escolar”. Os próprios entrevistados, quando interrogados se a homofobia pode ser considerada como um elemento da escola, conferem tal situação, como fica claro nos trechos citados.

Com certeza. Existe homofobia, mas assim eu percebo que quem é homossexual nas minhas experiências escolares, sente muito. Mas ao mesmo tempo encontra até então, ou encontrava um espaço pra si. Encontrava um espaço pra si. Seja né, com outros amigos homossexuais, com amigos mais que não tem essa, que não discriminam. Então, existe uma discriminação, mas também existe uma resistência (Professor João, 2018).

Existe, principalmente de alunos, de professores também, mas os professores, a agressão, a violência, que eu vejo no discurso, é claro que muito mais dentro da sala de professores do que diretamente pros alunos. Mas tu vê professores homens, principalmente, com um discurso homofóbico. Professoras mulheres que muitas vezes não compreendem o espaço daquelas gurias ali e que também tentam tolher aquelas gurias de alguma forma. A escola tenta fazer isso também. Mas eu percebo muito mais a violência entre os alunos e parece que por falta de um trabalho da escola. Por que se isso fosse trabalhado no ambiente escolar acho que melhoraria (Professora Maria, 2018).

Os professores evidenciam a presença da homofobia na escola praticada não apenas entre os alunos, mas entre professores e alunos também. Ao longo da história, a escola foi constituindo-se de forma espelhada em valores sociais construídos culturalmente. Dentre esse conjunto de valores, a discriminação ao outro, considerado “estranho”, “inferior”, ou seja, todos aqueles não sintonizados com a norma da heterossexualidade sofrem preconceito por essa prática ser vista como algo naturalizado dentro da instituição escolar. As piadinhas, os comentários pejorativos feitos por docentes são tidos por esses como sem importância.

A naturalização da homofobia faz com que ela muitas vezes não seja percebida por quem a pratica, mas certamente é sentida por quem a sofre. O espaço escolar, ao permitir a discriminação, torna-se reprodutor de desigualdades, gerando um espaço marcado pela intolerância aos diferentes.

Diante dos relatos trazidos pelos docentes, a certeza que fica é a de que a Geografia precisa atentar mais para essas questões que fazem parte do cotidiano das populações e suas espacialidades e, dessa forma, não continuar excluindo grande parte da humanidade. O saber geográfico só tem a ganhar ao incorporar o gênero como uma categoria útil de análise espacial, assim como compreender que as sexualidades também exercem, e são exercidas, sobre uma determinada espacialidade. Afinal, há espaços em que se pode ser gay, lésbica livremente sem sofrer nenhum tipo de represália ou violência, assim como há, também, espaços em que se tem que ocultar a sexualidade para não ser alvo de agressões. E, dentre esses espaços, em que é preciso ocultar uma sexualidade não heterossexual, a escola é um deles.

É preciso visualizar todas as questões levantadas de forma espacial. O estudo do espaço implica em muitas categorias que vão além das já tradicionais da Geografia Científica. A Geografia Feminista tem muito a contribuir para com a Geografia ser mais humanizada. Fazer com que a própria Geografia, representada pelos acadêmicos, pense na possibilidade de outras Geografias possíveis de serem imaginadas (SILVA, 2014).

## **Conclusões, considerações, transgressões**

Este artigo apresentou os discursos dos professores de Geografia acerca de questões referentes a identidade de gênero e orientação sexual. As análises das entrevistas permitiram evidenciar que a compreensão de cada professor a respeito dessas temáticas é subjetiva. Isso se dá pelo fato de que os cursos de licenciatura ainda não se atentam para essas questões.

No entanto, é possível afirmar que essas questões referentes as diversidades ajudam a compor o espaço escolar, e este mostra-se pouco receptivo ao não saber como lidar com tais questões. Assim, o espaço escolar permanece compactuando com o preconceito ao invés de ser um espaço de acolhida.

Como os dados produzidos através de entrevistas com os docentes dessa disciplina comprovam, a Geografia Escolar desenvolvida ainda é uma Geografia que emprega a construção de invisibilidades de gênero e sexualidades. Ao analisar as Diretrizes Educacionais da Geografia Escola, ficou claro que o objetivo de formar cidadão que saibam respeitar e conviver com as diferenças ainda está longe de ser alcançado.

A resistência e o desejo de uma sociedade melhor, que saiba respeitar as diferenças comecem pela escola. Só ela tem o poder de fazer das novas gerações, cidadãos diferentes dos que somos hoje. A escola é uma importante instituição que poderá promover mudanças com o intuito de resolver essas problemáticas e desconstruir os preconceitos.

Por mais que as outras instituições também tenham seu papel a cumprir, a maior esperança de que haja alguma mudança sempre será depositada sobre a escola. Ela é capaz de ser e fazer a transformação que tanto almejamos. Para isso, a escola precisa ser repensada. Repensar suas maneiras de ensinar e perpetuar preconceitos. Repensar seu currículo, seus conteúdos, seus objetivos. Estar aberta à diversidade e não apenas a uma dita normalidade que pretende moldar todos de acordo com os seus moldes. Para isso, é preciso repensar a prática docente.

## Referências

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira Maria Bagatin. Snowball (Bola de Neve): Uma Técnica Metodológica para Pesquisa em Educação Ambiental Comunitária. **X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE**, 2011, Curitiba. Anais eletrônicos... Curitiba: PUC - Paraná, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, 2017a.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2017b.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Ministério da Educação, 2014.

COSTA, Benhur Pinós da. A escola como espaço: identidades de gêneros e sexualidades e suas hierarquias. **Revista da ANPEGE**, v. 12, p. 204-225, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Lafonte, 2017.

ESCOUTO, Cláudia Maliszewski. **Escola e Geografia: Microviolências homofóbicas**. 2016. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

\_\_\_\_\_. **A Geografia já saiu do armário? Diálogos sobre gênero, sexualidades e escola**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019

ESCOUTO, Claudia M.; TONINI, Ivaine Maria. Escola, Geografia e homofobia: o que uma coisa tem a ver com a outra? In: PORTUGAL, Jussara et all (Orgs.). **Educação Geográfica: temas contemporâneos**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2017.

FERREIRA, Telma; CASTRO, Sheila; MENESES, Elisângela Ferreira; NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva; SILVA, J. C. . Qual Espaço para Discutir Gênero?. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 6, p. 169-183, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

JUNCKES, Ivan Jairo; SILVA, Joseli Maria. "Espaço Escolar e Diversidade Sexual: um desafio às Políticas Educacionais no Brasil". **Revista de Didáticas Específicas**, n. 1, p. 148 - 166, 2009.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: Rogério Diniz Junqueira. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/SECAD/UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In. LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado**: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

\_\_\_\_\_. Conhecer, pesquisar, escrever... **Educação, Sociedade & Culturas**. n.25, p.235-245, Portugal: Universidade do Porto, 2007.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves, Metodologias de pesquisas pós-críticas ou Sobre como fazemos nossas investigações. In: MEYER, Dagmar Estermann; e PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgas.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

NICHOLSON, Linda. Interpretando gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis/SC: UFSC, v.8, n.2, p.09-41, 2000.

OLIVEIRA, Jane Cordeiro. Conhecimento, currículo e poder: um diálogo com Michel Foucault. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 23, p.390-405, 2016.

PARAÍSO, Marlucy Alves, Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; e PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgas.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

RUBIN, Gayle S. O tráfico de mulheres: notas sobre a 'economia política' do sexo. Recife, SOS Corpo, 1993

SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos; ORNAT, Marcio Jose. Espaço escolar, homossexualidades e homofobia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 18, p. 98-108, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Edusp, 2012.

SEFFNER, Fernando. Tem nexos não falar sobre sexo na escola? In: **Textual**. PORTO ALEGRE, v. 1, p. 22-29, 2017.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009. v. 1. 313p.

\_\_\_\_\_. Gênero e espaço: esse é um tema para a Geografia?. In: Daniel A. de Azevedo; Marcelo Alonso Moraes. (Org.). **Ensino de Geografia**: novos temas para a geografia escolar. Rio de Janeiro: Consequencia, 2014.

SILVA, Rosimeri Aquino; SEFFNER, Fernando. Cenas, intervenção nas cenas e encenação: malabarismos na educação em gênero e sexualidade nas escolas. In: CAREGNATO, Célia; BOMBASSARO, Luiz Carlos. (Org.). **Diversidade Cultural**: viver diferenças e enfrentar desigualdades na educação. 1ed.Porto Alegre: Ideal Editora, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SZYMANSKI, H.; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PRANDINI. **A Entrevista na Pesquisa em Educação: a prática reflexiva**. Brasília: Liber Livros, 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre (RS) 1995.

TONINI, Ivaine Maria. **Identidades Capturadas - gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de Geografia**. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

TONINI, Ivaine Maria; KAERCHER, Nestor André. A diferença como possibilidade de discutir a desigualdade e combater o preconceito: A geografia que faz diferença. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; TONINI, Ivaine Maria; KAERCHER, Nestor André (orgs.) **Movimentos no ensinar geografia: rompendo rotações**. Porto Alegre: Evangraf, 2015.

TORRÃO FILHO, Amilcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu** (UNICAMP), Campinas, v. 24, n.jul./dez., p. 127-152, 2005.

## Notas

<sup>1</sup> Este artigo é um recorte da dissertação de Mestrado intitulada *A Geografia já saiu do armário? Diálogos sobre gênero, sexualidades e escola*, defendida no Programa de Pós-graduação em Geografia. Linha de Ensino em Geografia, UFRGS.

<sup>2</sup> Os professores entrevistados graduaram-se entre os anos de 2005 a 2016, período em que questões de gênero e orientação sexual já estavam amplamente divulgadas como construções culturais. Isto é, seus entendimentos se distanciam do discurso biologistas e naturaliza

# **LA CONFIGURACIÓN DE NECROESPACIALIDADES VIVENCIADAS POR ADOLESCENTES VARONES IMPLICADOS CON EL NARCOTRÁFICO EN LAS PERIFERIAS POBRES DEL GRAN BUENOS AIRES, ARGENTINA**

**A CONFIGURAÇÃO DE NECROESPACIALIDADES  
VIVENCIADAS POR ADOLESCENTES DO SEXO  
MASCULINO ENVOLVIDOS COM O NARCOTRÁFICO  
NAS PERIFERIAS POBRES DA GRANDE BUENOS AIRES,  
ARGENTINA**

**THE CONFIGURATION OF NECRO-SPATIALITIES  
EXPERIENCED FOR MALE ADOLESCENTS INVOLVED WITH  
DRUG TRAFFICKING IN POOR PERIPHERIES OF GREATER  
BUENOS AIRES, ARGENTINA**

## RESUMEN

Este texto objetiva la comprensión de cómo se configuran las necroespacialidades en la vivencia cotidiana de los adolescentes varones implicados con el narcotráfico en las periferias pobres del Gran Buenos Aires (GBA). Fueron realizadas 13 entrevistas en profundidad con adolescentes varones en tratamiento por el policonsumo problemático de drogas y que en algún momento de sus vidas estuvieron implicados con el narcotráfico. Se utilizó como metodología el análisis de contenido del discurso (Bardin, 1977) y la sistematización por frecuencia y espacialidad de las categorías discursivas, conforme la propuesta de Gomes (1993). A partir de este análisis fue posible identificar las formas por las cuales el accionar biopolítico y necropolítico instituyen necroespacialidades vivenciadas de forma multiescalar por los sujetos. El barrio, la calle, la casa y el propio cuerpo son vivenciados a partir de la muerte violenta en las periferias pobres que viven estos adolescentes.

**Palabras claves:** Muerte violenta, Masculinidad, Biopolítica, Necropolítica, Narcotráfico

## RESUMO

O presente texto objetiva a compreensão de como as necroespacialidades são configuradas nas experiências diárias de adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas nas periferias pobres da Grande Buenos Aires (GBA). Foram realizadas 13 entrevistas em profundidade com adolescentes do sexo masculino em tratamento para o policonsumo problemático de drogas, que em algum momento de suas vidas estavam envolvidos com o tráfico de drogas.. Se utilizou como metodologia a análise do conteúdo do discurso (Bardin, 1977) e a sistematização por frequência e espacialidade das categorias discursivas, conforme proposta de Gomes (1993). A partir da análise realizada foi possível identificar como os dispositivos da biopolítica e da necropolítica instituem necroespacialidades que são vivenciadas de forma multiescalar pelos sujeitos. O bairro, a rua, a casa e o próprio corpo são vivenciados a partir da morte violenta nas periferias pobres que esses adolescentes vivem.

**Palavras-chave:** Morte violenta, Adolescentes, Biopolítica, Necropolítica, Tráfico de drogas.

## ABSTRACT

This text aims to understand how necro-spatialities are configured in the daily experience of male adolescents involved with drug trafficking in the poor peripheries of Greater Buenos Aires (GBA). Thirteen in-depth interviews were conducted with male adolescents in treatment for problematic drug use and who at some point in their lives were involved with drug trafficking. Discourse content analysis (Bardin, 1977) and the systematization by frequency and spatiality of discursive categories were used as methodology, according to the proposal of Gomes (1993). From this analysis it was possible to identify the ways in which biopolitical and necropolitical actions institute necro-spatialities experienced in a multiscalar way by the subjects. The neighborhood, the street, the house and the body itself are experienced from the violent death in the poor peripheries that these adolescents live.

**Key-words:** Violent death, Masculinity, Biopolitics, Necropolitics, Drug Trafficking

## Introducción

El presente trabajo objetiva la comprensión de cómo se configuran las necroespacialidades en la vivencia cotidiana de los adolescentes varones implicados con el narcotráfico en las periferias pobres del Gran Buenos Aires (GBA). Es un avance en la discusión propuesta por Gomes & Silva (2017) sobre la emergencia de la violencia homicida como un elemento de la constitución de las periferias pobres, experimentada por hombres jóvenes.

El análisis presentado está basado en un proceso investigativo que demandó más de un año y culminó con la realización de 13 entrevistas en profundidad a un grupo de adolescentes varones en tratamiento por policonsumo de drogas en la Comunidad Terapéutica El Palomar, ubicada en la ciudad de Lomas de Zamora.

El proceso metodológico utilizó elementos del “Análisis de Contenido” del discurso (Bardin, 1977), a partir de la creación de categorías discursivas que identifican ‘palabras fuerza’, en diálogo con lo propuesto por Gomes (1993), vinculando éstos contenidos discursivos con un anclaje espacial. Este análisis metodológico se divide en cuatro momentos: entrevista, transcripción literal, distribución del texto en categorías discursivas y sistematización por frecuencia y espacialidad. Existen varias investigaciones del ‘Grupo de Estudos Territoriais (GETE) de la ‘Universidade Estadual de Ponta Grossa’ que exploran las potencialidades y limitaciones de esta metodología (Silva & Silva, 2016; Cesar & Pinto, 2018; Campos, Silva & Silva, 2019 e Rocha, 2019). Mientras que las espacializaciones de los discursos se tomaron de diferentes metodologías feministas que se vienen desarrollando en el Centro de Investigaciones Geográficas (LAN y otras, 2019).

El texto está ordenado en dos partes. En la primera, articulamos las ideas de biopoder (Foucault, 2006), de vida nuda (Agamben, 2003) y de necropolítica (Mbembe, 2011) con la construcción del grupo de los adolescentes varones implicados con el narcotráfico en las periferias pobres del GBA, como un enemigo social. Dicha construcción se vincula con la configuración del cruce entre género, clase, raza y edad en sus cuerpos, insertándolos en las geometrías de poder (Massey, 2012) de las espacialidades vivenciadas. En la segunda parte evidenciamos cómo este ensamble instituye la vivencia multiescalar de necroespacialidades para los sujetos de la investigación, residentes de las periferias pobres del GBA.

## Del gobierno de los ‘pibes’ al exterminio de los ‘chorros’: del biopoder a la encrucijada necropolítica

La antropóloga argentina María Epele (2010) expresa que en poblaciones vulnerables de todo el mundo, el rápido incremento de consumo de drogas estuvo directamente relacionado con transformaciones en las esferas sociales, políticas y económicas concebidas en el marco del neoliberalismo. La autora destaca que uno de los primeros fenómenos observados en la coyuntura de la crisis económica de 2001, por la cual pasó la Argentina, fue el rápido crecimiento del consumo de ‘paco’ en el Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA), asociada con la rápida precarización de la salud de los usuarios y el incremento de las muertes relacionadas (Castilla y Lorenzo, 2013).

Castilla y Lorenzo (2013) sugieren que a pesar de las mejoras en los indicadores económicos nacionales, estos mismos indicadores se cristalizaron en mapas de la desigualdad y la fragmentación social en el AMBA. Además, datos del Observatorio Argentino de Drogas (OAD) (2011) denuncian que para el período 2001-2011 el consumo de ‘paco’ en el grupo de edad entre 13 y 17 años creció un 120%, la cocaína llegó a un aumento del 300% y el “éxtasis” al 1200%. A título de ejemplo, para el año de 2017 el promedio de edad del primer consumo de esta droga fue de 13,7 años (SEDRONAR, 2017).

Para Argentina, el informe sobre la magnitud del consumo de sustancias a nivel nacional (SEDRONAR, 2017) muestra tres resultados principales: 1) en 2017 el alcohol, tabaco y marihuana fueron las sustancias con las prevalencias de vida, año y mes más altas, respectiva-

mente; 2) el consumo reciente de alguna droga ilícita creció de un 3,6% en 2010 a un 8,3% en 2017; 3) los varones presentan tasas de consumo superiores en todas las drogas ilícitas.

Bonfiglio (2016, p.14) y Inmorato et al. (2015) expresan la estrecha relación entre la incidencia de delitos y el consumo abusivo de drogas en adolescentes varones en la Argentina. Dicha relación fue evidenciada también por varias investigaciones brasileñas llevadas a cabo en GETE, como las de Rossi y Chimin (2009), Rocha (2014) y Gomes (2014), todas coordinadas por la geógrafa Joseli Maria Silva. De hecho, estos investigadores fueron pioneros en el estudio de masculinidades en el campo de la geografía brasileña y algunas de estas investigaciones están plasmadas en el libro "Espaço, Gênero & Masculinidades Plurais", publicado en 2011 y coordinado por la Joseli Maria Silva y los geógrafos Marcio Jose Ornat y Alides Baptista Chimin Junior, también integrantes del GETE.

Los adolescentes varones en situación de policonsumo abusivo de drogas y residentes de periferias pobres, utilizan la práctica del robo para sostener el consumo y para obtener centralidad en las relaciones de poder en sus grupos de amistad, proceso vinculado con la construcción de masculinidad. Existen entonces múltiples masculinidades que se construyen en diversas vivencias espaciales y temporales en un "hacerse hombre" distinto. Y aunque nuestra sociedad esté estructurada a partir del privilegio masculino, existen grupos de hombres que al no corresponder al ideal de masculinidad hegemónico, como hombres cis, blancos, heterosexuales, jóvenes, fuertes y bellos (Silva, Ornat y Chimin Junior, 2011)

El grupo social en foco integra las poblaciones que vivencian cotidianamente la violencia por parte del Estado argentino en las periferias pobres. Del entrecruzamiento de categorías como: género, clase, y edad, que se asocian con el consumo de drogas ilícitas, es que se origina el perfil del "pibe-pobre-paquero", al que muchas veces se le agrega la figura de la delincuencia o peligrosidad ('chorro'), como indican Bialakowsky, López y Patrouilleau (2007).

La etnia/raza surge en este entramado de forma central, ya que de los trece adolescentes entrevistados solamente 3 se percibieron como blancos, los demás se reconocieron como "morochos", "trigueños" o "colorados" cuando se les preguntaba sobre la raza/etnia autopercebida. En este sentido, el sociólogo argentino Mario Margulis (1999) señala que en el AMBA, el racismo opera de forma interseccionada con la clase, ya que existe un proceso de racialización en las relaciones de clase. Para los autores, este proceso histórico está anclado en la discriminación del cuerpo (y las características propias del mestizaje latinoamericano), en la clase (pobreza), en la cultura (relacionada con el origen migratorio, la pobreza y la marginación urbana) y en la extranjería (de países limítrofes o de otras provincias).

El perfil de estos adolescentes pobres cuyos cuerpos son racializados, se objetiva en un país cuyas fuerzas policiales asesinan una persona cada 21 horas y un 44,5% de las víctimas tenían 25 años o menos, como afirma la 'Coordinadora contra la Represión Policial e Institucional' (CORREPI). La CORREPI fue una de las creadoras de la expresión "gatillo fácil", que está direccionada a nombrar las ejecuciones extrajudiciales hechas por fuerzas del Estado, se la define como una "pena de muerte extrajudicial aplicada por verdugo de uniforme" (Neuman, 1994, citado por Sarfati, 2008, p. 8).

Bialakowsky, López y Patrouilleau (2007) al analizar la transición de las dimensiones del proceso contemporáneo de extinción de poblaciones vulnerables, evidencian cómo algunas prácticas gubernamentales producen un *continuum* de subordinación-exclusión-extinción. Para los autores, la producción de este continuum está relacionada con la segregación urbana y tiene en los "jóvenes-pobres-urbanos" el perfil de población sobrante de la sociedad excluyente contemporánea y por lo tanto extingible.

Bialakowsky, López y Patrouilleau (2007, p. 147) articulan el concepto de biopolítica de Foucault (2000), relacionándolo con la idea de tanatopolítica de Agamben (2003), en el intento de comprender la diáda 'normalidad-anormalidad' en el proceso de crear desigualdad/exclusión, sosteniendo que cada vez hay más grupos sociales que dejan el sistema de desigualdad para pasar a un sistema de exclusión, es decir, que salen del contrato social. Estos autores se refieren a sujetos que ya no tienen esperanza de la reinserción en el mercado productivo formal.

Para Foucault (2006, p. 151) el poder del soberano de “hacer morir o dejar vivir” es substituido por un poder de “hacer vivir o dejar morir”. Evidenciando una organización del poder, a partir del siglo XVII, que está compuesta por dos formas relacionales: el disciplinamiento de los cuerpos (anatomopolítica) y una biopolítica de la población (ya en el siglo XVIII). La primera objetiva las cuestiones específicas de la vida y del cuerpo (ej. nacimiento, salud y muerte), a partir de la norma. La segunda, deja el cuerpo individual para regular la población como un cuerpo político. Este poder, está cada vez menos interesado en “intervenir sobre la manera de vivir, y sobre el ‘cómo’ de la vida [...] para controlar los accidentes, lo aleatorio, las deficiencias, de golpe la muerte”. (Foucault, 2006, p. 221)

Aunque al analizar el racismo y sus interacciones con el biopoder, Foucault (2006) expresa que *dejar morir* no solo se refiere a asesinatos directos, sino también a asesinatos indirectos, que efectivamente tienen que ver con exponerse a la muerte, o potencializar el riesgo a la muerte de algunos cuerpos específicos. Para el autor, el racismo moderno introduce un primer clivaje social que es ordenar las vidas entre las que deben vivir y las que deben morir, y así es que surge un segundo clivaje que resignifica la antigua máquina de guerra, pues ya no alcanza con el “matar para vivir”, sino que “entre mi vida y la muerte del otro existe una relación biológica; la muerte del otro no es simplemente la condición de mi vida, sino de la vida en general; la muerte del “otro” hará la vida más sana y más pura”. (p. 227-228)

Este “otro”, por ejemplo pensado como un enemigo es interno a la sociedad y encarna diferentes roles basados en la locura, la delincuencia, la maldad y la inmigración. Aquí es donde para Foucault, surge el racismo de Estado que crea la necesidad y las formas de “defender la sociedad”, a partir de dispositivos disciplinares y estrategias biopolíticas. Castro (2003) expresa que este racismo surge siempre y cuando la muerte es requerida (colonización, guerra, criminalidad, salud mental, por ejemplo), presentándose en las sociedades modernas como la condición de ejercitar el derecho de matar.

Los sujetos de esta investigación son objeto de este tipo de poder por partida doble. Por un lado sus cuerpos son sometidos a dispositivos disciplinares de corrección, como es el tratamiento en una comunidad terapéutica (por consumo de drogas consideradas por el Estado como ilegales), advenido del cumplimiento de una pena vinculada al delito (relacionado con el consumo de drogas ilegales), en el marco de un proceso judicial y por otro lado, como grupo social, son objetos de una máquina de ‘guerra contra el narcotráfico’ perpetrada por el mismo Estado.

A efectos de graficar esta cuestión, tomamos una frase de la Ex Ministra de Seguridad de la Nación Argentina, Patricia Bullrich, en el marco de la aprobación de la Resolución N° 956/2018, cuando afirma que “Si los reglamentos de usos de las armas de fuego son como el que dimos, claros y transparentes, vamos a tener una sociedad ordenada que tenga claro dónde está el bien y donde está el mal”. (CLARIN, 2018). La ministra ubica de forma maquiavelista en donde está el bien (Estado/Fuerzas de seguridad) y en donde está el mal, el que necesita ser combatido, eliminado y extinguido (delincuentes).

La Resolución N° 956/2018 fue promovida y oficializada por la ministra, que terminó alterando el protocolo de utilización de armas de fuego por las fuerzas de seguridad (implementando la llamada ‘doctrina chocobar’). La ampliación fue para los casos de “presuntos delincuentes”, que son supuestamente personas que están armadas y representan un peligro para la sociedad (según la interpretación del agente policial). Con la medida también se autorizan los disparos contra quienes se fuguen luego de causar muertes (o intentar), de ahí la referencia al caso del policía Luis Chocobar, que está acusado de homicidio agravado por excederse en el cumplimiento del deber, causando la muerte de Juan Pablo Kukok, de 18 años de edad, en 2017.

El Ex presidente de la Nación Argentina (2015-2019), Mauricio Macri, no solo avaló a su ministra, sino que declaró públicamente su apoyo al policía acusado. Y ya en campaña electoral, sentencia: “O uno está con la familia y con la vida, o está con los delincuentes y el narcotráfico”. Esta frase genera un interrogante y su pronta respuesta. El primero es: ¿Qué

pasaría con las personas que no estén con la vida y la familia? La respuesta enuncia lo no dicho, la sentencia es la muerte por manos del Estado.

La frase dicha por el ex presidente corona una política de “guerra al narcotráfico” que fue enarbolada durante su mandato, a partir del programa “Argentina sin Narcotráfico”. Organismos de derechos humanos como las ONG: Reset, Intercambios y el Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), denuncian el rotundo fracaso de esta impronta. El CELS es enfático al afirmar que:

Los datos disponibles no prueban la efectividad de la “guerra contra el narcotráfico” pero no dejan dudas sobre sus consecuencias negativas para los derechos fundamentales. El punitivismo y el prohibicionismo persiguen a los consumidores y a los vendedores de pequeñas cantidades. De este modo, personas que no cometen delitos violentos, y que ya sufren vulneraciones sociales, son encerradas, en muchos casos en condiciones “inhumanas” (CELS, 2019, p.1)

En el marco de su ‘guerra’ contra el narcotráfico, el Estado argentino incrementó un 200% el número de detenciones por la Ley N° 23.737 (Ley de Estupefacientes) para el período 2002 - 2017, en escala nacional y un 207% en las causas judiciales iniciadas para delitos menores (tenencia y venta para consumo) para el período de 2005 - 2017, en el foro de la provincia de Buenos Aires. La Figura 1 presenta la evolución de estos datos que fueron compilados por CELS (2019).

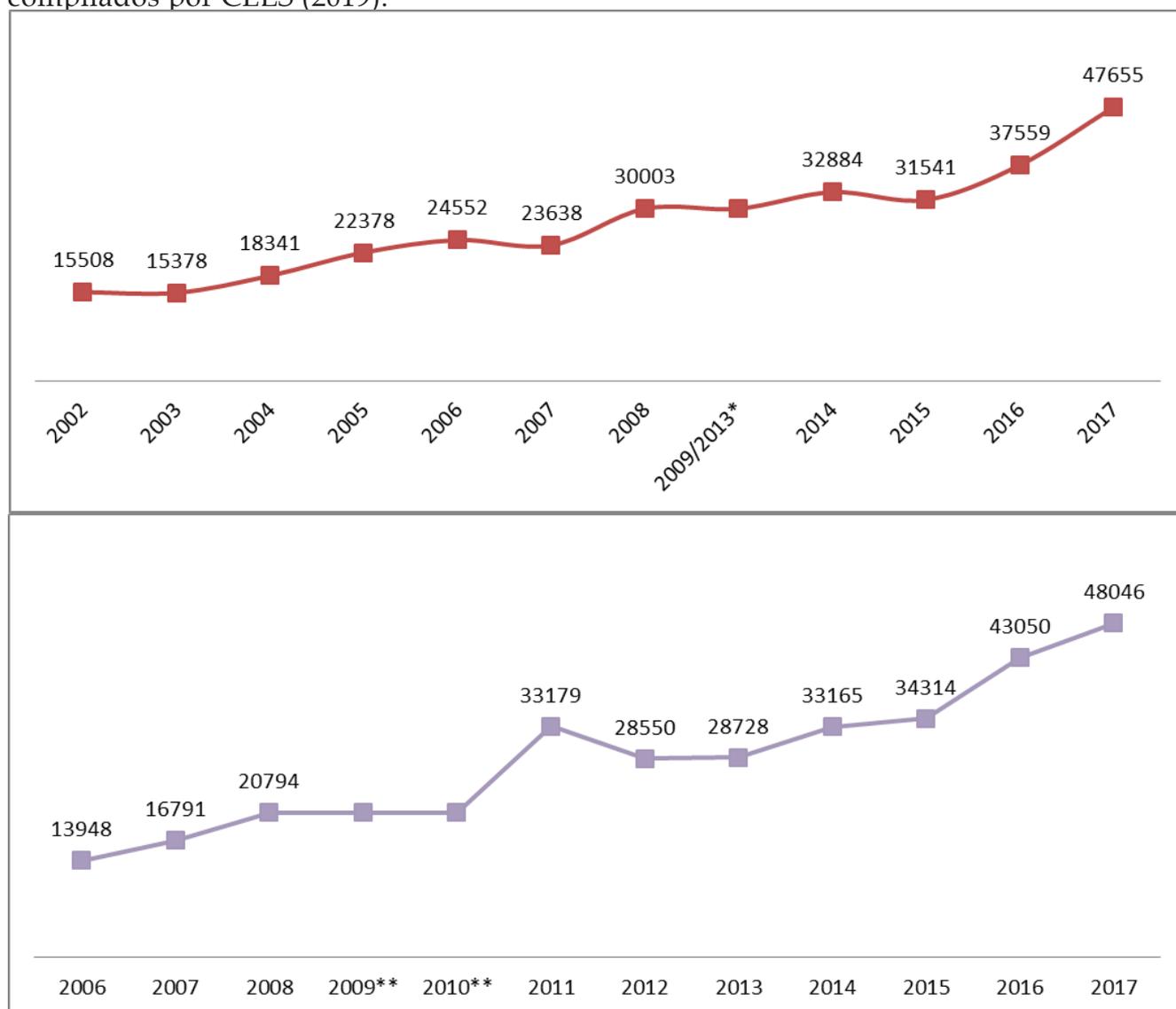


Figura 1- Evolución de detenciones y causas judiciales iniciadas por la Ley de Estupefacientes, Argentina, 2002-2017

\*No hay datos para el período 2009-2013. \*\* No hay datos para el período 2009-2010

Fuente: Elaboración propia con datos compilados por CELS (2019) de SNIC y del Ministerio Público Fiscal de la Provincia de Buenos Aires.

La diferencia escalar ocurre porque a partir de 2005 la Provincia de Buenos Aires (así como otras provincias) adhirió a la Ley N° 26.052 de desfederalización de delitos menores relacionados al narcotráfico. Otro punto evidenciado por CELS (2019) es que en la Justicia Federal, que es foro de los delitos más graves relacionados al narcotráfico, como el comercio, tráfico y traslado, para el período 2010-2017, solamente el 8% de las causas ingresadas fueron elevadas a juicio. Esto demuestra la ineficacia de dicha 'guerra', o mejor, ella falla en el sentido de una "Argentina sin narcotráfico", ya que solamente es medida por el número de personas encarceladas por delitos menores que actúan en los eslabones finales de la venta por menudeo. En este sentido la ministra Bullrich, acompañando Macri en la última campaña presidencial, conmemora públicamente las 102.233 personas detenidas por "narcotráfico" en su gestión (2015-2019).

En 2016 fue implementado el programa "Barrios Seguros" por el Gobierno Nacional, ocasión en la cual el Presidente Mauricio Macri sostuvo que habría que "ganar esta guerra", nombrándola como tal. Conforme consta en su página electrónica, el programa fue aplicado en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA) (Villa 31 y Villa 1-11-14) y en las ciudades de Morón (Barrio Carlos Gardel), Santa Fé (Barrio Alto verde), Rosario y Córdoba. El CELS (2019) expresa que el programa es una copia, aplicada en menor escala, del modelo brasileño de las Unidades de Policía Pacificadora (UPP) y denuncia que en el accionar del referido plan, se instaló un "escáner en una de las entradas de la Villa 31 y la policía elegía de modo aleatorio quiénes debían pasar sus pertenencias por el dispositivo para verificar si llevaban drogas o armas" (p.145), considerando toda la población como presuntos delincuentes.

Lo expuesto por CELS (2019) se aproxima de otra importante contribución para pensar la biopolítica, que es la del filósofo italiano Giorgio Agamben (2003), quien articula la categoría de *Estado de excepción* con lo que denomina de *vida nuda*, del *homo sacer*, que sería el sujeto objeto de la biopolítica. El autor argumenta que en las sociedades democráticas actuales el *Estado de Excepción* dejó de ser una excepción y pasó a ser la regla, es decir, un estado en el que la vida pasa a ser subordinada al poder del Estado.

La *vida nuda* para Agamben (2003) se refiere a la vida que es desprovista de cualquier derecho humano, es la reducción de la vida a su carácter puramente biológico. En las palabras del autor es "una vida a la que se puede dar muerte lícitamente" (p. 112). Así, la *vida nuda* del *homo sacer* solo es objeto de política a partir de la excepción. Para este autor, una figura del *homo sacer*, en el pasado, fueron las víctimas del *Holocausto*, cuyos 'campos de exterminio' podrían tener su nueva versión en las actuales prisiones, campos de refugiados y núcleos urbanos segregados.

Para diversos teóricos, en el contexto geopolítico de países que fueron ex colonias y desde el marco moderno de la colonialidad, la regulación de la vida (biopolítica) se convirtió en gestión de la muerte (necropolítica) (Mbembe, 2011; Valencia, 2010, Estévez, 2018; De Oto y Quintana, 2010). Para estos autores y autoras, el primero se configura como el punto de partida básico, pero resulta ineficaz en la comprensión de cómo se establecen las relaciones de dominación en regiones como África y Latinoamérica.

El filósofo camerunés Achille Mbembe (2012) forjó el concepto de necropolítica en la comprensión de cómo la vida se somete al poder de la muerte en el continente africano. El autor expresa que la existencia de mundos de muerte (lugares en que las personas viven como muertos vivientes, dado el alto nivel de marginalización) y la proliferación de armas en África, son indicadores de una política de la muerte y no de la vida, en referencia a Foucault. En el contexto de poblaciones que estén bajo un Estado de excepción permanente (Agamben, 2003) y a partir de la creación de una idea ficticia del enemigo, el derecho soberano de matar deja de ser una prerrogativa del Estado, ya que otros agentes (milicias, empresas privadas de seguridad, por ejemplo) también tienen acceso a técnicas de muerte (Mbembe, 2014).

A partir de esto, parecen haber dos especies de 'guerras' en acción: la del Estado, contra el 'narcotráfico' como mencionado y aquella desarrollada de forma paralela por el crimen organizado. Para la filósofa feminista mejicana Sayak Valencia (2010), en el contexto latinoamericano,

el capitalismo transformó la propia vida, sus procesos y la muerte en mercancías. Es decir a partir de la conversión de la violencia en espectáculo, surge en la región un capitalismo 'gore'. Valencia (2010, p. 84) dice que el ensamble de la violencia explícita (actos explícitos de derramamiento de sangre, homicidios, desmembramientos) en el marco de la precarización económica y de la vida, con el uso predatorio de los cuerpos y la heteronormatividad son utilizados por el crimen organizado como herramientas de "necroempoderamiento".

Para Valencia (2010) el narcotráfico ejerce un poder opresivo equivalente al del Estado en una sociedad mejicana hiperconsumista. Este 'estado paralelo' reconfigura la biopolítica y pasa a hacer uso de las necroprácticas (asesinato, secuestro y tortura) para "arrebatar, conservar y rentabilizar el poder de "dar muerte" (Valencia, 2010, p. 99). La necropolítica es ejercida por sujetos 'endriagos' (en referencia al monstruo medieval del libro "Amadís de Gaula") que en algún momento rompen su sujeción al Estado.

En el mismo sentido, Antonio Fuentes Díaz (2012) analizando México, Guatemala y El Salvador, manifiesta que ambas 'guerras' son expresiones de la necropolítica utilizada a partir del ámbito de las formas de gubernamentalidad ejercidas en la región, en la contemporaneidad. El autor articula las ideas de necropolítica, desechabilidad y *vida nuda* para expresar que si la necropolítica implica la constitución de relaciones sociales basadas en el ejercicio de la fuerza y en prácticas autoritarias, no se trata más de corregir conciencias para supuestamente hacer que cuerpos puedan retornar a la sociedad, en el marco del modelo de capital productivo. Se trata específicamente, en las palabras del autor, de "políticas, prácticas y formas de subjetividad que se entrelazan en la denegación/expulsión de la población excedente, superflua." (p.49).

De esta manera se ajusta la narrativa de aquellos que, por un lado, están sometidos al discurso biopolítico y, por otro, son albo de la necropolítica, en su doble faz. Sujetos que - todavía - en espacialidades específicas ejercen 'prácticas de libertad' y 'conducen conductas'. Frente a aquellos que experimentan la excepción como regla en el cotidiano de sus vivencias ('nudas'). Son los cuerpos transgresores de la norma que por casualidad no fueron eliminados. Aquellos que son el "otro" construido como enemigo social (delincuente y 'morocho') en el imaginario de los gobiernos de turno. De los que, mediante el tratamiento y la judicialización, ganaron una especie de "posibilidad" de reinserción social, aunque en sus barrios de origen, el cotidiano está marcado por la muerte violenta.

## **De la necropolítica espacial a la institución de necroespacialidades vivenciadas por adolescentes varones residentes de periferias pobres del Gran Buenos Aires**

Gomes & Silva (2017) proponen pensar la muerte violenta como un elemento que compone las periferias pobres urbanas vivenciadas por jóvenes varones. Utilizando como recorte espacial la ciudad brasileña de Ponta Grossa, el autor y la autora establecen un diálogo con Alves (2013), que piensa las periferias urbanas como componentes de una necropolítica espacial. Este autor, demuestra como el vínculo entre racismo y la producción del espacio puede configurar territorios de violencia en la ciudad de San Pablo.

Gomes & Silva (2017) utilizan la perspectiva de Doreen Massey (2008, 2012) para entender las periferias urbanas como espacios relaciones, multiescales y en constante transformación. Advierten que las necropolíticas espaciales no deben ser concebidas solamente desde una perspectiva estructural o jerarquizada, 'de arriba para abajo' hacia las personas, ya que su accionar también es reproducido entre los grupos de pertenencia, en las relaciones de otredad y en una multiplicidad de escalas espaciales vivenciadas cotidianamente de forma simultánea o no. Es exactamente en este punto que pretendemos contribuir, ya que la muerte compone la vivencia cotidiana de los sujetos entrevistados a partir de varias dimensiones que se expresan de la siguiente manera: 1) la presencia de la muerte en el cotidiano (testigo de la muerte de otros y otras; saber sobre la muerte de otros y otras; ver cuerpos sin vida); 2) la experiencia de casi morir (a manos de la policía, 'transas' y grupos

rivales); 3) muerte de familiares o parientes a partir de causas diversas (suicidios, enfermedad, muertes violentas). Estas formas de vivenciar la muerte representan el 75% de las veces que la muerte fue nombrada en las entrevistas, como presenta el Gráfico 1

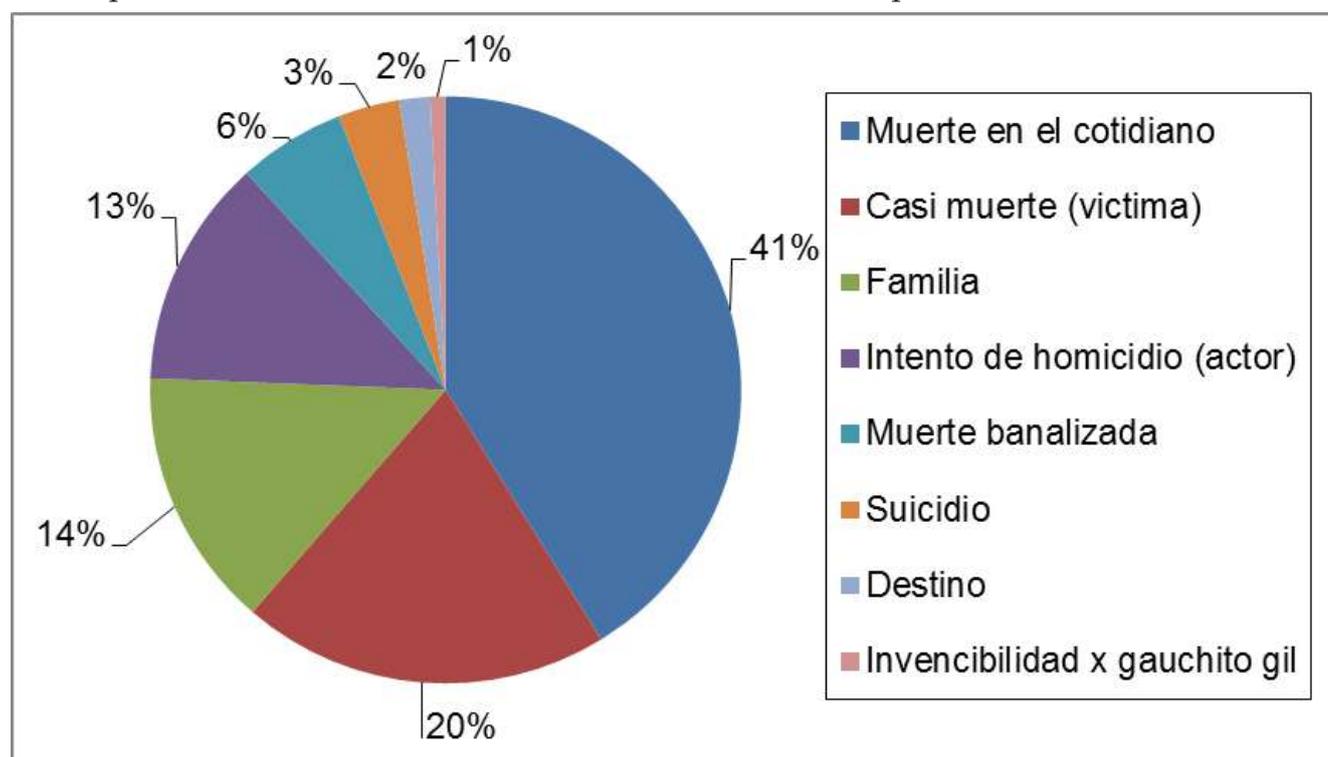


Gráfico 1. Elementos que componen la 'categoría discursiva' 'Muerte' para los sujetos entrevistados  
Fuente: Elaboración personal con base en las entrevistas

Pero la muerte también puede ser tomada como un hecho, como un acto accidental o no, que termina con la vida de alguien. En este caso, los sujetos son agentes de la muerte, lo que representa el 13% de las veces que la muerte fue enunciada en las entrevistas. La muerte banalizada (en el sentido de no cobrar importancia inmediata), los suicidios (intento propio o de otros), la muerte violenta como un destino cierto y la 'invencibilidad' adquirida a partir de la creencia en el Gauchito Gil, suman las otras formas con que los sujetos entrevistados conciben la 'muerte' (12%).

En lo que se refiere con los espacios vivenciados por los sujetos desde su vinculación con la experiencia de la muerte en estos diversos términos, el 'barrio' se destaca con el 44% del total, seguido de la 'calle' (20%), la 'casa' (13%), el 'cuerpo' (13%) y otros espacios que totalizan el 10%.

Estos espacios vivenciados desde la muerte se convierten en necroespacialidades en la medida que las intersecciones entre género, clase, racialidad y edad, pasan a ubicar a los sujetos en situaciones extremas en que la vida es 'desnudada' (Agamben, 2003) de importancia, en el marco del accionar necropolítico (Mbembe, 2011).

Las necroespacialidades son construidas en el desnudar de la vida, en su precarización y en la gestión de la muerte. En ellas, la muerte violenta es una vivencia experimentada en el cotidiano, ya que parece existir una especie de 'necronormatividad', que hace con que una forma específica de morir (ejecuciones policiales y homicidios violentos) sea la forma normal de morir. Esto produce subjetividades específicas sobre las formas de vivir y de morir, como demuestran los siguientes fragmentos textuales presentes en la narrativa del grupo:

Me acuerdo que fue en la 'villa', que capaz que habían muchos pasillos, muchos narcos habían ahí y habían dos pibes que querían robar a mí y a mi compañero y bueno, pasó que bueno, que nos venían agarrar atrás y yo tenía un 'mágnun 44' y me doy vuelta así y veo que el pibe arranca un 'fierro' así y nos empieza a tirar tiro, viste. Bueno, mi compañero se corre para un costado, estábamos en plena oscuridad en un volquete, yo me acerco así y "bum", le pegué un balazo en la panza con el 'mágnun' y quedó tirado en el piso y bueno, después fue mi compañero y le pegó, le pegó cuatro tiros más y quedó ahí tirado y nada, nos fuimos. (Entrevista con Pela, abril de 2018)

O también muchas veces así, vi como mataron y le dieron un par de tiros a gente, o de muerte así vi cuando murió... (Entrevista con Guacho, noviembre de 2017)

Ese día pasó en la tele y todo, que falleció, que le dimos a un policía en la cabeza y él mató a mi compañero, a unos pares de chicos mató, como a mi compañero lo mató, viste, uno se llamaba "ricardo", otro se llama "dani" y ese que murió conmigo se llama "leo" y quedaron tirados ahí sobre el pasillo, viste, y los vi, me hizo 're mal'. (Entrevista con Jhonny, noviembre de 2017)

Mirá, me ha pasado que he visto como mataban a uno adelante mío ¿entendés? De un balazo, ¿entendés? Al lado mío murió otra persona. Estábamos tomando un terreno y se armó una disputa: "plá, plá, plá, plá, plá, bun", un tiro en el pecho, en el corazón y lo mató, cayó al lado mío, 're vi' varias veces la muerte. (Entrevista con Chavo, noviembre de 2017)

Al otro lo mataron. Sí, la otra gente lo mató porque le dieron como una carabina en la cabeza, se la pusieron acá y le apretaron en la cabeza y se hizo salir por el otro lado. [¿Vos estaba ahí?] Yo vi todo y me quedé la imagen en la cabeza. (Entrevista con Guacho, noviembre de 2017)

Un 'chavón' que, o sea, 'ella' sube al coche, el acompañante se sienta, le digo: "dame mi teléfono", me da el teléfono, lo meto en el bolsillo y el que estaba manejando saca el revólver y le pega un tiro en la cabeza, abre la puerta y la pateo, ahí estuve. Yo lo único que hice fue agacharme y cazar el revólver de la cintura y tirar, ese día sí me puse ciego porque pensé que me iba lastimar a mí también, tiré, tiré, tiré y tiré, bueno. [¿Por qué el 'chavón' hizo eso?] Porque le había robado mucha plata al 'chavón', el 'travesti', subía al coche y robaba plata de la caja y eso. Por eso. (Entrevista con Charlo, noviembre de 2017)

A la vuelta de mi casa, un día también, estaban estos 'travestis', iban a comprar consumo, iban todos por detrás de mi casa y estaban dos 'travestis' que se iban para comprar droga con los 'chavones' que yo conocía, con los que estaban vendiendo consumo que yo conocía, de la casa del frente, que les gustaban matar gente y los cruzaron a estos dos 'travestis' y los 're cagaron' a balazos, a la vuelta de mi casa, ahí fue dónde presencié la muerte. (Entrevista con Charlo, noviembre de 2017)

Lo que argumentamos acá es que las formas de vivir y de morir dependen de la configuración asumida por el cruce entre etnia/raza, género, clase y edad en cuerpos que son objeto del accionar necropolítico en las periferias pobres. El cruce de estos marcadores encarnados en los cuerpos ubica las personas en las relaciones de poder que son establecidas en las espacialidades vivenciadas cotidianamente. Para los sujetos investigados, el cruce entre género, etnia/raza, clase y edad (varones morochos residentes de estas periferias pobres) y el accionar necropolítico, convierten el barrio, las calles, la casa y el propio cuerpo, en necroespacialidades en la medida que el encuentro con la muerte violenta, es un constante devenir. La vida cotidiana pasa entonces a revelar un constante potencial encuentro con la muerte, como expresa el mapa construido por Jhonny (Figura 2).

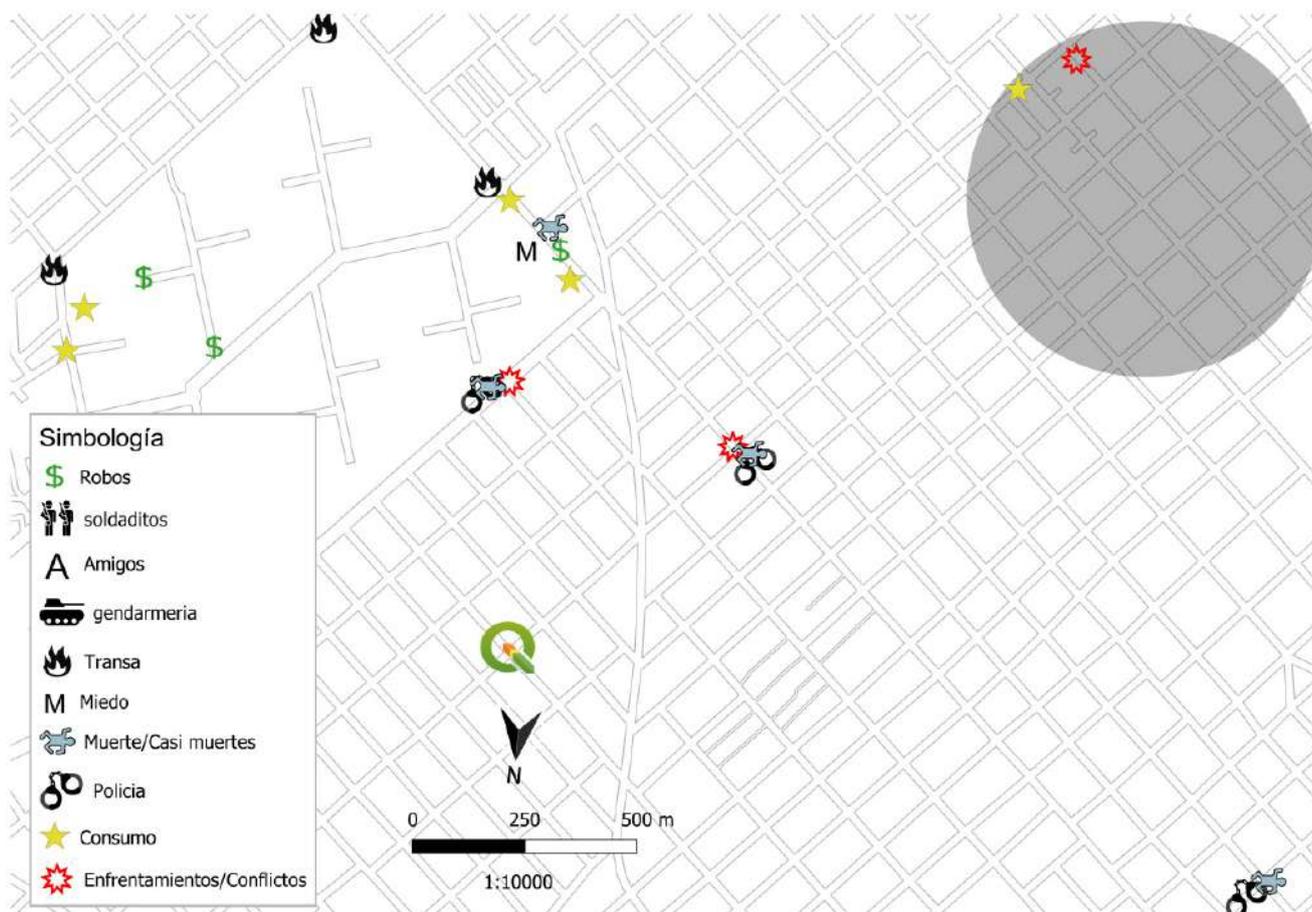


Figura 2. El barrio vivenciado como una necroespacialidad para Jhonny  
Fuente: Elaboración personal

Jhonny construyó este mapa con la ubicación de los lugares en que fueron ejecutados algunos amigos suyos. La ubicación de estos puntos importa en la medida que se convierten en marcas territoriales del dolor para los sujetos interpelados, como señala Lan (2019). Jhonny registra marcas territoriales que son la memoria del dolor producido por la muerte violenta, ya que en ellos hubo una ‘casi muerte’ propia y la muerte de otras personas. Se detallan algunos de estos encuentros con la muerte:

(...) Llegué a mi casa ‘re asustado’, con mi mamá, tiré la moto en la esquina, me llevaron a upa los pibes de mi barrio, porque una vez que entré en al pasillo de mi barrio “ya está”, yo dije, “soy libre”, porque no entra la policía ahí. Llegó y tiro la moto, viste. [¿Pensaste que ibas a morir?] Yo pensé que sí, ‘bah’ no quiero hablar de eso, me hizo mal ese día, estuve ‘re mal’, me sentía ‘re culpable’, todas esas cosas. (...) Pensé, yo pensé que iba morir, yo pensé que me iba ‘re morir’, después yo no sentía todo el cuerpo ese día, viste, cuando me dieron los tiros acá y me llevaron a upa y a mi mamá le dijeron que me quiso robar, que me quisieron robar, todo y bueno. (...) Mi mamá me contó, y así pasó varias cosas, a mí no me mataron de ‘ojete’, ponele. A mí me pasó una banda que casi me matan, que nos ‘cagamos’ a tiros. (Entrevista a Jhonny, noviembre de 2017)

(...) Nosotros íbamos en un ‘tornado’, viste, y yo iba manejando, y ahí fue cuando me dieron el tiro a mí, en la vereda, viste, me subo arriba de la vereda, bajamos al negocio, cuando estamos robando, yo estaba en la moto prendiéndola y cuando miro así doblaban los ‘pitufo’, viste, la policía local, doblan con todo, viste y le empiezo a tocar la bocina: “dale, dale” y cuando sale el ‘pitufo’ empezó a tirar: “bun bun bun” y yo arranqué con él con todo así y él no agarraba la remera, viste, porque no se podía subir, porque yo arranqué con todo y ahí le dio: “bun bun bun” le tiró y le dio acá en el pulmón y le salió por adelante. Cuando cayó, yo iba ‘reasustado’ así mirando con todo y el ‘pitufo’ que iba de acompañante me iba tirando: “bun bun bun”, cuando doblo ‘pa’ allá me da “bun bun” me dio, me entró la bala, una me quedó y otra salió, tengo todas las heridas acá todavía y seguí yo, seguí sin esa pata, la llevaba en el aire y a mí compañero lo perdí en mitad del camino. (Entrevista a Jhonny, noviembre de 2017)

Dos elementos que están encarnados en el mapa de Jhonny y que se expresan en estos fragmentos textuales, son también vivenciados de forma intensa por el grupo entrevistado. El primero se refiere a la intensa presencia del narcotráfico en los barrios de residencia, que ocurre mediante la venta de drogas por menudeo y la cooptación de adolescentes para la defensa de los puntos de venta ('soldaditos'). El segundo elemento se refiere a las ejecuciones consumadas por los 'pitufos', que son agentes de la policía local, dependiente de la policía de la provincia de Buenos Aires. De hecho, según datos ordenados por CELS (2019), la policía local y la 'bonaerense', como es conocida la propia policía de la provincia de Buenos Aires, fue responsable por 52,50% de las muertes perpetradas por agentes de las fuerzas de seguridad del Estado en el AMBA en 2019 (datos recuperados hasta octubre de este año). CELS (2019) destaca al grupo de los jóvenes varones como el grupo social más afectado por la letalidad policial. El Gráfico 2 evidencia como diferentes espacios son vivenciados a partir de la muerte, bien como la configuración asumida por ella para el grupo entrevistado en estos diferentes espacios.

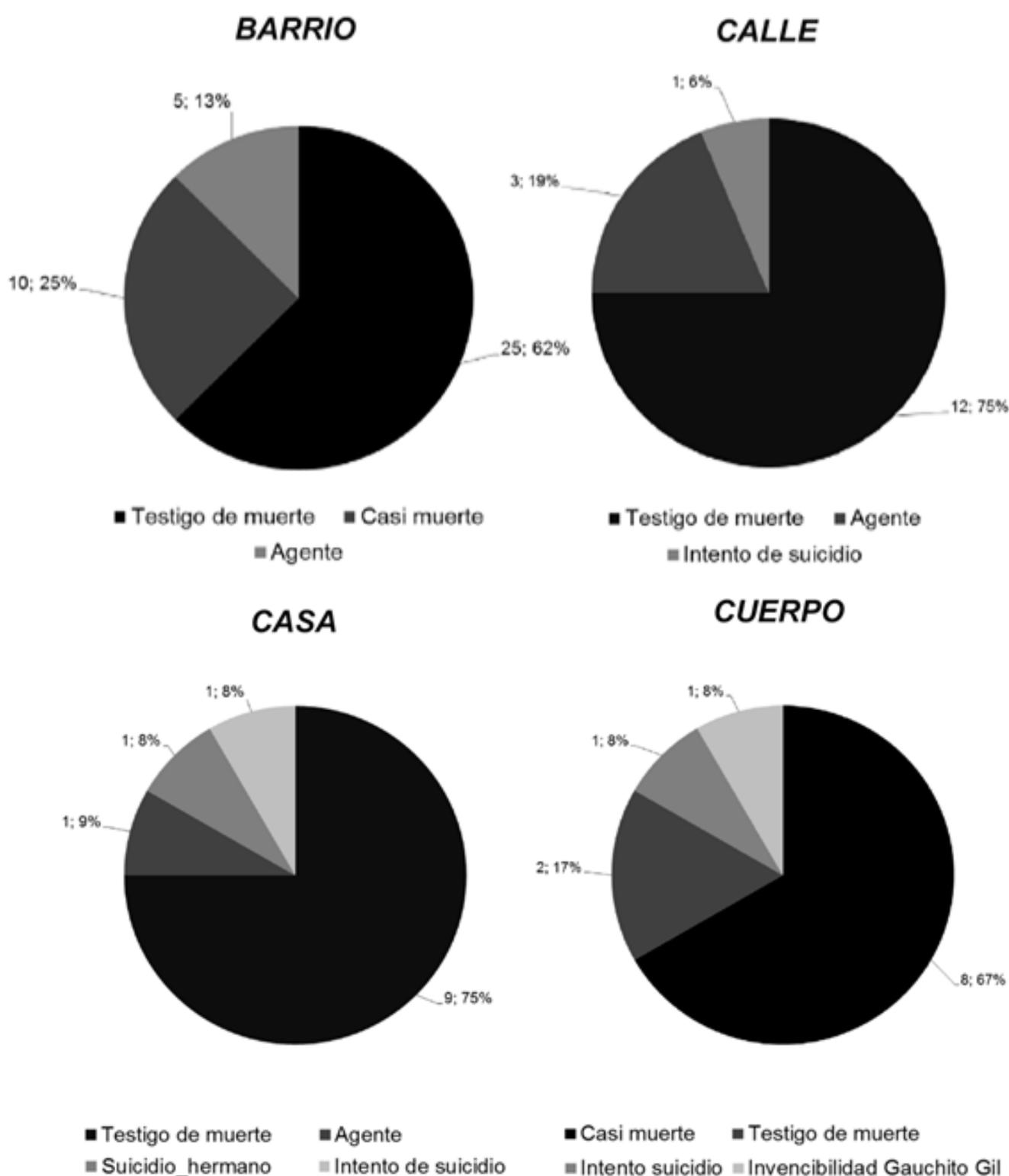


Gráfico 2. Configuración multiescalar de las necroespacialidades

Fuente: Elaboración personal con base en las entrevistas.

El barrio, la calle y la casa son espacios vivenciados de forma más intensa desde la perspectiva de testiguar la muerte violenta. Me refiero tanto a ver 'otro' cuerpo ser asesinado, el acto en sí mismo, o la presencia de un cuerpo muerto. Ya en el cuerpo recae un paradojo que, por un lado, ostenta las marcas de su casi muerte y, por otro lado, encarna lo que el acto de 'dar muerte' puede ocasionar.

Si las 'espacialidades de muerte' nacen de un potencial encuentro con la muerte, estos sujetos más o menos pudieron esquivarse, por lo menos hasta el momento que fueron entrevistados. Es siempre un cuerpo que toma contacto con la muerte en sus diversas dimensiones, sea como 'testigo de la muerte' de "otros" o padeciendo su propia muerte. Pero, en general, estos "otros" experimentan los mismos ejes de opresión que se expresan en las intersecciones de los primeros, es decir, son adolescentes varones, pobres y morochos, que están involucrados con el narcotráfico y con el consumo problemático de drogas. Hablo entonces de atestiguar sobre un tipo específico de muerte de un "otro" que se presenta como "yo mismo", es decir, es la muerte del "yo" en el "otro", ya que mañana o después, este "otro" puede ser "yo", en la 'casi muerte':

(...) le dimos a un policía en la cabeza y el mató a mi compañero, a un par de chicos mató, como a mi compañero lo mató, viste, uno se llamaba "Ricardo", otro se llama "Dani" y este que murió conmigo se llama "Leo" y quedaron tirados ahí sobre el pasillo, viste y los vi, me hizo 're mal'. (Entrevista a Jhonny, noviembre de 2017- destaque intencional)

(...) En mi barrio, viste, 'a uno le agarran los 'transas', lo agarran a tiro y una banda de 'plomazo' le dieron y yo estaba ahí, todo 'reasustado', viste, yo estaba bajando, "pla, pla, pla" empiezo a ver, entre los transa todo y una vez nosotros, yo la pasé 'remal', íbamos a robar por la calle, íbamos a robar y capaz que, estuve a punto de morirme también. (Entrevista a Topo, noviembre de 2017)

(...) Bueno, me caí al piso, cuando me caigo al piso me logro levantar, viste, yo decía por dentro mío "corré, corré, corré, corré" y me agarraba de las rejas porque no podía pisar con este pie, tenía el pie en el aire, tenía que correr con ese solo pie, me agarraba de las rejas así y corría, corría, pude correr con un pie y una vez que me caía me rozaban los balazos, por la espalda y sentía las 'ráfagas' de los balazos y yo seguía corriendo, seguía corriendo hasta que llegué al campito así a la vuelta de mi casa y estaba mi primo, estaba mi primo que tenía una escopeta, una 'ithaca' y bueno, yo agarro la 'ithaca' así y "bum, bum, bum" y empezamos agarrarnos a tiros, mi primo también empezó a agarrarse a tiros y todo, nada, así que no me mataron de suerte. (Entrevista a Pela, noviembre 2017)

(...) Una vuelta pensé que un 'cobani' me iba pegar un tiro porque me estaba apuntando, para tirarme, ahí pensé que me iba morir ese día. (Entrevista a Polaco, noviembre 2017)

En la 'calle', de la misma manera que en el 'barrio', pero de forma más intensa, el 'testigo' de la muerte fue la 'subcategoría discursiva' más frecuente. En seguida, la configuración de la vivencia de la muerte en la 'calle', se expresa a partir del hecho de matar o de intentar matar alguien (19%) en ajustes de cuentas, venganzas, represalias a grupos rivales, en el marco de la construcción de masculinidades hegemónicas ubicadas en el grupo perteneciente. Por último, la muerte como un intento o una búsqueda puede ser hacia sí mismo (6%). El suicidio fue vivenciado por el grupo social de dos formas, una fue sobre intentar suicidarse y otra, de tener alguien próximo (amigos o familia) que cometió suicidio.

(...) Así me pasó varias veces, una vez me pasó que me quise tirar abajo de un colectivo también, me había salvado mi primo, me había chocado la bici con el colectivo, pero me agarró justo mi primo, porque me quise tirar, porque yo tenía un problema con mi mamá y mi papá y bueno, no quería saber de nada. (Entrevista a Nico, noviembre de 2017)

(...) Mi papá está preso hace cuatro años. [¿Y por qué está preso?] Por violencia, quiso matar mi vieja y eso. (...) Mi hermana, la de veinte era alcohólica, viste, después dejó porque empezó ir a la iglesia, mi hermano que se mató sí era alcohólico, tomaba mucha 'pastilla', se ahorcó. (Entrevista a Nico, noviembre de 2017)

(...) Una vez mi vieja me había salvado que me quería ahorcar, porque había visto mi hermano que se ahorco y yo también, me quería ahorcar porque estaba 'empastillado', mi vieja me había sacado, yo estaba mal. (Entrevista a Nico, noviembre de 2017)

En la Argentina, la tasa de suicidio entre adolescentes (10 a 19 años) se presenta como la segunda causa de muerte más frecuente, triplicándose desde la década de 1990 (MSAL, 2017). Estos datos fueron ratificados por la UNICEF en el informe "El suicidio en la adolescencia. Situación en la Argentina", que también destaca que el suicidio recae de forma más intensa sobre los adolescentes varones con bajo nivel educativo (UNICEF, 2019). La entre-

vista a Nico, revela como la casa y el cuerpo se interrelacionan a partir de las vivencias que construyen las 'espacialidades de muerte'

Es un cuerpo que experimenta el suicidio, que siente la proximidad de la 'casi muerte' por manos propias o atestigua la muerte de otras personas. Es un cuerpo desnudo de vida que transita por las 'espacialidades de muerte', que es reflejo y condición de ellas. Pero algunos de estos cuerpos son rebeldes y no están completamente desnudos, pues llevan una cinta roja en el tobillo a nombre de Gauchito Gil. Con esto se creen invencibles, como expresan Dipi y Gardel

(...) No, le digo la verdad, siempre pensaba que estaba protegido yo, por mi hermano, por 'Gauchito Gil', siempre como que, yo sentía que por más robo que vaya hacer, iba salir bien de ahí, de que por más rápido que anden las motos nunca me iban matar, así, por más pelea que tenga nunca me iban a matar, tampoco. (Entrevista a Dipi, noviembre de 2017)

(...) No presencié la muerte, sino que en realidad lo que buscaba era consumir, muchas veces con hacer las cosas que terminaba haciendo no tenía importancia la muerte, pensaba que me pase lo que me tenga que pasar y capaz que presencié, no una muerte en sí, pero sí a compañeros de consumo que terminaban muriendo. (Entrevista a Gardel, noviembre 2017)

## Conclusiones

La muerte ya no es algo romántico o natural, ya no es el punto final de una larga trayectoria de vida. La experiencia de la muerte como el cierre de una vida bien vivida en un privilegio de clase, de género y de etnia/raza. La muerte pasa a ser algo que se encuentra todos los días y en diversos lugares, es la marca territorial del dolor y se configura como una presencia sobre el olvido (Lan, 2019) en las periferias pobres del Gran Buenos Aires. El accionar de los dispositivos racistas de la necropolítica (Mbembe, 2011) 'desnudan' (Agamben, 2003) de importancia la vida en espacialidades que el control de la vida (Foucault, 2000) y su corrección para reinserción en el ámbito capitalista de producción (trabajo) (Bialakowsky, López y Patrouilleau, 2007), ya no importan tanto. Brota entonces una especie de 'violencia espacial' que origina y es originada, a partir no solo de una forma de vivir específica, basada en la precariedad de la vida, sino que también de una especie de normatividad sobre las formas de morir. La muerte violenta pasa a ser experimentada todos los días en las periferias pobres de varias ciudades latinoamericanas a partir de la vivencia cotidiana y multiescalar de necroespacialidades.

## Referencias

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: el poder soberano y la nuda vida I*. Valencia: Pre-textos. 2003.
- ALVES, J. A. **From Necropolis to blackpolis: necropolitical governance and black spatial praxis in São Paulo, Brazil**. *Antipode, Medford*, v. 46, n. 2, p. 323-339, 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1977
- BIALAKOUWSKI, Alberto; LÓPEZ, Ana; PATROUILLEAU, Mercedes M. **Práticas governamentais na regulamentação de populações extinguíveis**. En: *Produção de pobreza e desigualdade na América Latina*. Porto Alegre, CLACSO. 2007
- BONFIGLIO, Juan I. (2016). **Barómetro del narcotráfico y las adicciones en la Argentina: Serie del bicentenario 2010-2016: informe n°3**. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Konrad Adenauer Stiftung. 128 p
- CASTILLA, María V.; LORENZO, Gimena. (2013). **Consumo de pasta base/paco, prácticas de rescate y religiosidad pentecostal**. *Sociedad y Religión*, n 39. V. XXIII, p. 54-78.

- CASTRO, Edgardo (2004). **El vocabulario de Michel Foucault**. Un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes.
- CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES (CELS). (2019). **Derechos humanos en la Argentina, Informe 2019**. Capítulo 6: Guerra contra el narcotráfico. Guerra contra los pobres. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores. 224 p.
- DE OTO, A.; QUINTANA, M. (2010). **“Biopolítica y colonialidad**. Una lectura crítica de Homo Sacer (47-72). Revista Tabula Rasa 12, Bogotá.
- EPELE, María. **Sujetar por la herida**. Una etnografía sobre drogas, pobreza y salud. Buenos Aires: Paidós. 2010.
- ESTÉVEZ, A. (2018). **Biopolítica y necropolítica: ¿constitutivos u opuestos?** Espiral Estudios Sobre Estado Y Sociedad (eISSN: 2594-021X), 25(73), 9-43. <https://doi.org/10.32870/espiral.v25i73.7017>
- FONDO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA INFANCIA (UNICEF). **El suicidio en la adolescencia**. Situación en la Argentina. Buenos Aires, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- FUENTES DÍAZ, A. (2012). **“Necropolítica y excepción**. Notas sobre Gobierno, violencia y subjetividad en México y Centroamérica”, en A. Fuentes Díaz (ed.), Necropolítica, violencia y excepción en América Latina (pp. 33-50). Puebla: BUAP.
- GOMES, Fernando B. **Topografias da violência e as performances de masculinidade de jovens do sexo masculino com envolvimento com as drogas em Ponta Grossa - PR**. Em: Nascimento SILVA, Maria das Graças S; SILVA, Joseli Maria. (Orgs) Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial. Ponta Grossa, Toda palavra, 2014, p. 307-332.
- GOMES, Fernando Bertani; SILVA, Joseli Maria. **Necropolíticas espaciais e juventude masculina: a relação entre a violência homicida e a vitimização de jovens negros pobres do sexo masculino**. Geosp - Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 3, p. 703-717, dez. 2017. ISSN 2179-0892.
- GOMES, Romeu. **Análise de dados em pesquisa qualitativa**. In: Minayo, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, p. 67-80. 1993.
- INMORATO, María. G.; ACQUAVIVA, María A.; CANAVESSI, Juan J.; RUIZ, Jorge D. **Vulnerabilidad social, adicciones y prácticas delictivas: estudio exploratorio, descriptivo e interpretativo 1a ed.** - Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Infojus. 280 p. 2015.
- MARGULIS, Mario. **La segregación negada: cultura y discriminación social**. 1ªEd. Buenos Aires: Biblos, 1999.
- MASSEY, D. (2008). **Pelo Espaço: Uma Nova Política da Espacialidade**. Traducción de Hilda Pareto Maciel y Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 312 p.
- . (2012). **“Un sentido global de lugar”**. En: Albet A. y Benach N. Doreen massey. Un sentido global del lugar. Editorial icaria. Barcelona.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. España: Melusina. 2011.
- . **“Necropolítica, una revisión crítica”** en Estética y Violencia: necropolítica, militarización y vidas lloradas, Museo Universitario Arte Contemporáneo/Universidad Nacional Autónoma de México, México, p. 135. 2012.
- . **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona Editora, 2014.
- MINISTERIO DE SALUD (2017): **Abordaje de la morbimortalidad adolescente por causas externas**. Disponible en: <http://www.msal.gov.ar/images/stories/bes/graficos/0000001078cnt-guia-causas-externas.pdf>

OBSERVATORIO ARGENTINO DE DROGAS (OAD). **Quinta Encuesta Nacional a Estudiantes de Enseñanza Media 2011**. SEDRONAR, Buenos Aires, 62 p.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Diccionario de la lengua española, 23.<sup>a</sup> ed., [versión 23.4 en línea]. <<https://dle.rae.es>> [25/11/2020].

ROCHA, Heder L. 'Não dá nada, se der, dá pouco': o 'espaço espiado' dos adolescentes do sexo masculino usuários de crack em Ponta Grossa - PR. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p 25-46. 2014.

ROSSI, Rodrigo; CHIMIN JUNIOR, A. B. **Periferias pobres e masculinidades**: uma discussão sobre espaço e elementos identitários dos adolescentes em conflito com a lei. In: *Geografias Subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidades*. Org. por Joseli Maria Silva. - Ponta Grossa, PR: TODAPALAVRA, 2009.

SARFATI, Gabriel (2008) **Un discurso para el gatillo fácil**. Cuaderno de Trabajo N° 82. Ediciones del CCC. Centro Cultural de la Cooperación "Floreal Gorini", Buenos Aires.

SECRETARIA DE POLÍTICAS INTEGRALES SOBRE DROGAS DE LA NACIÓN ARGENTINA (SEDRONAR). (2017). **Estudio Nacional en población de 12 a 65 años, sobre Consumo de Sustancias Psicoactivas - Argentina, 2017**. 75p. Recuperado en 12 de febrero de 2018 de: <http://www.observatorio.gov.ar/media/k2/attachments/2017-10-05ZEncuest aZHogaresZconZcuestionario.pdf>

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista Chimin. *Espaço, Gênero & Masculinidades Plurais*. Ponta Grossa. Toda Palavra, 2011. 361 p.

VALENCIA, Sayak. (2010). **Capitalismo gore**. España: Melusina.

## Notas

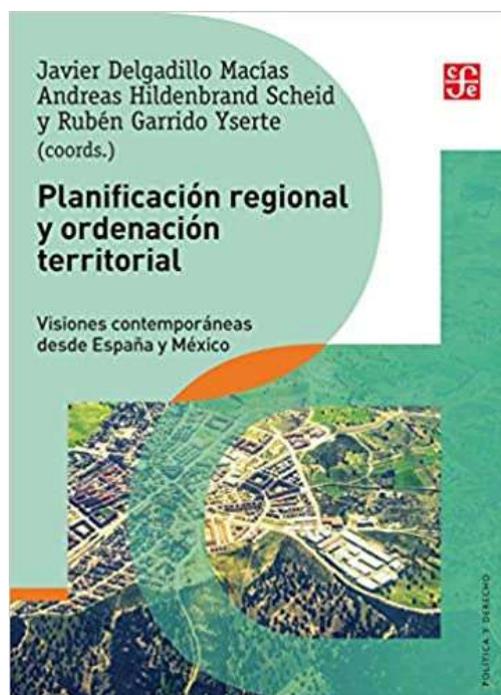
1. Término utilizado de forma generalista para referirse a niños, adolescentes o jóvenes del sexo masculino.
2. Persona que hurta o roba.
3. Pasta Base de Cocaína.
4. En el anuario 2013 de la CEPAL llamado "Panorama Social de América Latina" se observa que esta situación de crisis económica sufrió varias alteraciones desde 2005. Si en aquel año se registró en Argentina una tasa de pobreza de 30,6% y de indigencia de 11,9% para la población urbana, en 2012 esas tasas cayeron al 4,3% y 1,7%, respectivamente.
5. 'Paquero': término peyorativo para referirse al consumidor de paco.
6. Recuperado de <http://www.correpi.org/archivo-de-casos/> (consulta 1 de diciembre de 2019).
7. Los autores utilizan la idea del *continuum* en contraposición a la diferenciación hecha a partir de un "adentro" y un "afuera".
8. Recuperado de [https://www.clarin.com/policiales/patricia-bullrich-nuevo-reglamento-seguridad-sociedad-va-tener-claro-bien-mal\\_0\\_yBv0B2ple.html](https://www.clarin.com/policiales/patricia-bullrich-nuevo-reglamento-seguridad-sociedad-va-tener-claro-bien-mal_0_yBv0B2ple.html) (consulta 5 de mayo de 2019).
9. Recuperado de [https://www.clarin.com/politica/mauricio-macri-funcionario-debe-demostrar-acusaciones-sustento\\_0\\_B1zg0REvM.html](https://www.clarin.com/politica/mauricio-macri-funcionario-debe-demostrar-acusaciones-sustento_0_B1zg0REvM.html) (consulta 10 de diciembre de 2019).
10. Recuperado de [https://www.lanacion.com.ar/politica/mauricio-macri-olavarria-o-uno-esta-familia-nid2296674?utm\\_source=dlvr.it&utm\\_medium=twitter](https://www.lanacion.com.ar/politica/mauricio-macri-olavarria-o-uno-esta-familia-nid2296674?utm_source=dlvr.it&utm_medium=twitter) (consulta 13 de octubre de 2019).

11. La expresión “guerra contra las drogas” fue cuñada en Estados Unidos por el presidente Richard Nixon en el contexto de la campaña electoral de 1972 y estaba asociada con crear una idea de criminalización de las poblaciones negras, colectivos contrarios a la guerra en Vietnam y la izquierda en general, a partir del consumo de drogas. Este invento lo de Nixon fue revelado al periodista Dan Baum (2016) por John Ehrlichman, funcionario clave de Nixon.
12. Recuperado de <https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-308173-2016-08-31.html> (consulta 13 de octubre de 2019).
13. Recuperado de <https://elpais.com/internacional/2016/08/30/argentina/1472580597174995.html> (consulta 13 de octubre de 2019).
14. Recuperado de: <https://twitter.com/PatoBullrich/status/1187395950207217665> (consulta 23 de octubre de 2019).
15. Recuperado de: <https://www.argentina.gob.ar/seguridad/barriosseguros>. (consulta 13 de octubre de 2019).
16. Término que en Argentina se vincula con barrios de viviendas precarias, con grandes carencias de infraestructura. A título de comparación, se podría establecer un vínculo con las ‘favelas’ brasileñas.
17. Narcotraficantes, vendedores de drogas.
18. Figura folklórica argentina.
19. Vendedores de drogas.
20. Arma de fuego del tipo revolver con calibre .44.
21. Término utilizado por los sujetos para referirse a cualquier arma de fuego del estilo pistola o revolver.
22. Camión basculante o en portugués un camión estilo ‘caçamba’ (Traducción propia).
23. Hombre.
24. De casualidad.
25. Motocicleta.
26. Agentes policiales de la Policía de la Provincia de Buenos Aires, también conocida como ‘Bonaerense’. El término ‘pitufo’ es en alusión a la película *The Smurfs*, dado que los uniformes utilizados por la fuerza durante muchos años fue de color celeste.
27. Para elaborar el registro CELS (2019) considera la ocurrencia de las muertes a partir de las siguientes tipologías: enfrentamientos, bajo custodia policial, en represiones de protestas sociales, ejecuciones, negligencia funcional, el uso particular de la fuerza, los operativos (allanamientos por ejemplo) o en el ejercicio de la violencia en las cárceles.
28. Narcotraficante.
29. “En la cárcel se le dice “Cobani” a los policías. Cobani se dice porque es ABANICO al revés (le faltaría la letra “a”). Y les decían abanico por referencia al arco que en el aire hacia el policía con su bastón al patrullar las calles” (Diccionario Latinoamericano de la Lengua Española de la Untref, consulta 25/11/2020, disponible en <http://untref.edu.ar/diccionario/buscar.php?q=576&p=cobani> .
30. Dosis sólida de pequeñas dimensiones (en general redondas o cuadradas) de un medicamento. En portugués se conocen como ‘comprimidos’ (Traducción propia)

## RESENHA - PLANIFICACIÓN REGIONAL Y ORDENACIÓN TERRITORIAL

Eduardo Salinas Chávez<sup>1</sup>

Delgadillo Macias, Javier; Hildenbrand Scheid, Andreas; Garrido Yserte, Rubén (coords.) (2021) Planificación Regional y Ordenación Territorial. Visiones contemporáneas desde España y México, Primera Edición, México: Fondo de Cultura Económica, 456 pp. ISBN: 978-84-375-0810-8



Hablar acerca de un libro sobre Planificación Regional y Ordenamiento Territorial supone evaluar la importancia de ambos temas para la sociedad actual, especialmente en América Latina, donde a pesar de algunos avances sociales y económicos en las últimas décadas aún existe una gran desigualdad social en cuanto a condiciones de vida, ingresos y servicios básicos, algo que debería preocupar a los gobiernos de la región más ahora con el retroceso de estos y otros indicadores como consecuencia de la Pandemia de la COVID 19 y la crisis económica asociada a esta.

El objeto del presente libro es ofrecer un panorama y un debate acerca de las políticas de desarrollo regional y ordenación del territorio en España y México, como fundamento para alcanzar un desarrollo urbano-territorial sostenible como plantean desde el comienzo los autores del mismo. El desarrollo regional y la ordenación del territorio promueven una puesta en valor inteligente del conjunto de activos que configuran el capital territorial, lo que consiste en un compromiso de dichas políticas con los objetivos del desarrollo sostenible (ambiental, económico y social), cohesionado y competitivo para cada territorio.

Es en este contexto conceptual y político en el que se encuadra el presente libro, que ofrece un panorama y un análisis de la evolución y del estado de la cuestión de las políticas de desarrollo regional y ordenación del territorio que se han implementado desde los años 50 del pasado siglo en España y México en los diferentes niveles de gobierno (nacional, regional y local).

El libro tiene un carácter pluridisciplinar, pues acompañan a los geógrafos y economistas, especialistas en derecho, sociología, historia y ciencias políticas, lo que representa el fruto de la cooperación entre las universidades de Alcalá en España y la Universidad Nacional Autónoma de México y supone una contribución a la consolidación y desarrollo de la cooperación académica entre España y México. Los autores con una visión crítica y comprometida con los problemas actuales relacionados con la Planificación y Desarrollo de sus países, abordan tanto los objetivos, contenidos temáticos e instrumentos de estas políticas como su marco legal y organización administrativa.

Por otra parte, el libro tiene también una utilidad práctica a partir de la generación de un conocimiento para la acción en el ámbito de la gestión pública, lo que puede constituirse en una semilla para emprender y reforzar iniciativas de cooperación entre las administraciones públicas de México y España que, a nivel local, regional o nacional, tienen competencias y responsabilidades en materia de ordenación del territorio y desarrollo regional.

El libro donde participaron quince autores (diez españoles y cinco mexicanos), se divide en dos partes, la primera que incluye seis capítulos fue dedicada a España y comienza con el capítulo de **Andreas Hildenbrand Scheid**, el cual realiza el análisis y balance de la política de ordenación del territorio realizada en España por las diecisiete comunidades autónomas que desde 1983, las que configuran a nivel regional la organización territorial del Estado políticamente descentralizado y que son las protagonistas de la planificación territorial.

En el segundo capítulo de esta primera parte del libro **Joaquín Farinós Dasí** nos presenta las distintas aproximaciones y enfoques que caracterizan el complejo concepto de ordenación del territorio. Abogando por la interpretación de este como *strategic comprehensive spatial planning*, situando a la ordenación del territorio por su integralidad o transversalidad en el contexto del paradigma de la gobernanza territorial que conecta a la ordenación del territorio con los aspectos de democracia, participación y cooperación y esto con los objetivos de cohesión territorial y desarrollo territorial sostenible.

El tercer capítulo escrito por **Julián Mora Aliseda, Jacinto Garrido Velarde y Manuel Díaz González** analiza la relación entre la ordenación del territorio y las políticas sectoriales de incidencia territorial, señalando que esto requiere de un enorme esfuerzo de coordinación y cooperación, tanto vertical (intergubernamental) como horizontal (interdepartamental). Lo que en la práctica se suele caracterizar por un alto grado de conflicto y resultados frecuentemente insatisfactorios, encontrándose la política de ordenación del territorio, por regla general, en una posición débil frente a la fuerza de las políticas sectoriales debido al juego de mecanismos de prevalencia jurídica, su capacidad para movilizar inversiones y el apoyo de lobbies particulares.

**Juan Raposo Arceo** en el cuarto capítulo centra su presentación en la escala local y analiza la interfaz de planificación territorial-planificación urbana desde la perspectiva del derecho. Los instrumentos de esta última en los municipios junto a los planes sectoriales de incidencia territorial, el destinatario principal de las determinaciones establecidas por los proyectos de ordenación del territorio aprobados por las Comunidades Autónomas y su papel de desarrollar y detallar a nivel de usos globales y pormenorizados del suelo dichas determinaciones mediante regulaciones y acciones concretas.

En el quinto capítulo su autor **José Antonio Segrelles** analiza el desarrollo territorial a escala de proyectos, es decir, desde la óptica de la gestión territorial a través de actuaciones concretas en el territorio, evaluando la experiencia de la creación de un Parque Natural Agrario en la comunidad autónoma de Valencia, concretamente Los Carrizales, en el municipio de Elche.

Para terminar esta primera parte del libro dedicada a España, **Tomás Mancha Navarro, Rubén Garrido Yserte y Ma. Teresa Gallo Rivera** elevan la vista “hacia arriba”, poniendo énfasis en que el desarrollo territorial también tiene una escala supranacional en los estados miembros de la Unión Europea, analizando el desarrollo económico regional en los países del bloque europeo como objeto de la política de cohesión comunitaria, la cual cuenta con un instrumento de financiación específico, el Fondo Europeo de Desarrollo Regional, que promueve con ayudas financieras el desarrollo de las diferentes regiones europeas.

La segunda parte del libro, dedicada a las experiencias de política regional y ordenación del territorio en México, que está compuesta por cinco capítulos comienza con el de **José Gasca Zamora**, quien esboza un panorama de la evolución del enfoque territorial en la acción pública en México para promover el desarrollo del país, ofreciendo un balance crítico sobre las continuidades y rupturas producidas durante ya casi cinco décadas en los sucesivos planteamientos de las autoridades político-administrativas a nivel nacional (federación), regional (estados) y local para tomar en cuenta la dimensión territorial en sus políticas.

En el segundo capítulo de esta segunda parte del libro, **Adrián Guillermo Aguilar Martínez** ofrece un análisis detallado de las profundas transformaciones acontecidas en México en la ocupación del territorio entre los años de 1970 al 2015, cuando el proceso de urbanización se extendió a las diversas regiones del país después de mostrar una fuerte aceleración y concentración en las metrópolis más grandes. Esta dinámica territorial ha tenido fuertes impactos ambientales sobre todo, por la pérdida de la cobertura vegetal, presión sobre el agua y otros recursos naturales y un alto costo social con un gran número de población en condiciones de pobreza y exclusión social.

**Mario Miguel Carrillo Huerta** en el tercer capítulo aporta un análisis y una valoración crítica del desarrollo que ha tenido la Planificación Regional en México, desde sus inicios hasta la actualidad, así como de las tareas pendientes y retos que determinan hoy su situ-

ación, presentando ejemplos concretos de la aplicación de esta a nivel de microrregiones (ámbitos territoriales entre el nivel municipal y estatal) y a nivel de mesoregiones (ámbitos territoriales que abarcan el territorio de varios estados. Para el caso de las microrregiones el autor comenta el caso exitoso de Laja-Bajío, una de las seis microrregiones creadas para la planificación en el país.

En el cuarto capítulo **Felipe Torres Torres** insiste en la necesidad de realizar una nueva conceptualización del desarrollo regional en México. Partiendo del repaso de las obras y enfoques de los principales autores que desde el siglo XIX han configurado la generación del conocimiento sobre la cuestión regional en el país, realizando la valoración del papel de la planificación regional en los procesos de desarrollo en México. Consta que, desde la perspectiva del desarrollo, tal planeación ha seguido un proceso temporal y conceptual discontinuo en el sentido de buscar para sus regiones un mejor desempeño económico sostenido y, por ende, un mejor equilibrio territorial del país y de las condiciones de vida de sus habitantes.

El cierre de esta segunda parte del libro dedicada a México lo realiza **Javier Delgadillo Macías** ofreciendo un panorama de los antecedentes y características actuales de la política regional y del ordenamiento territorial, impulsados por el gobierno federal para promover el desarrollo nacional y de las entidades federativas, reafirmando los problemas y desencuentros ya detectados por varios autores de los capítulos anteriores: la falta de articulación entre los instrumentos del ordenamiento territorial y del ordenamiento ecológico, la descoordinación interinstitucional y el excesivo énfasis sectorial. Aun así, señala la existencia de acciones exitosas de carácter mesoregional en materia de planificación regional, como resultado de los esfuerzos de los niveles estatales de gobierno y, en algunos casos, de consorcios municipales.

En ambas partes del libro se sigue un hilo conductor común que ha guiado la secuencia de los diferentes capítulos, el cual consiste en el criterio de ir de lo general a lo específico y de la escala más amplia (nacional/regional) a la más detallada (local/proyectos).

El libro es fruto de un arduo trabajo de un grupo de excelentes especialistas comprometidos con el trabajo que realizan y preocupados con el desarrollo sostenible de nuestros países y la mejora de las políticas públicas en materia de Planificación Regional y Ordenamiento Territorial en los mismos. Por lo cual los felicitamos y al poner en las manos de los lectores este libro, esperamos que este nos sirva para entre todos mejorar la realidad cotidiana de nuestros pueblos.

## Notas

1. Dr. Eduardo Salinas Chávez, Profesor Titular de la Universidad de La Habana, Professor Visitante de la Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil